

# DIOGO DO COUTO



---

HISTÓRIA E  
INTERVENÇÃO  
POLÍTICA DE  
UM ESCRITOR  
POLÉMICO

Edição coordenada por  
Rui Manuel Loureiro e  
M. Augusta Lima Cruz

---



# DIOGO DO COUTO

HISTÓRIA E INTERVENÇÃO POLÍTICA  
DE UM ESCRITOR POLÉMICO

EDIÇÃO COORDENADA POR

Rui Manuel Loureiro e M. Augusta Lima Cruz

**Título: Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico**

**Autores:** Rui Manuel Loureiro; Maria Augusta Lima Cruz; & outros

**Capa:** António Pedro sobre Retrato de Diogo do Couto, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

**Design gráfico:** Mena Machado

© 2019, Autores

Edições Húmus, Lda., 2019

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

humus@humus.com.pt

**ISBN:** 978-989-755-403-2

**Impressão:** Paplemunde  
1ª edição: Maio 2019

**Depósito legal:** 454631/19

**Apoios:** **Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes**

Rua Dr. Estêvão de Vasconcelos, 33

8500-656 Portimão

**Centro de Humanidades**

FCSH – Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores

Avenida de Berna, 26-C

1069-061 Lisboa

**Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

Avenida D. Carlos I, 126

1249-074 Lisboa

Esta publicação teve o apoio do CHAM (NOVA FCSH—UAc) através do projecto estratégico financiado pela FCT (UID/HIS/04666/2019)

## ÍNDICE

<b>NOTA DE ABERTURA</b> .....	7
<b>DIOGO DO COUTO – VIDA</b> .....	11
<b>Maria Celeste Moniz</b> – Diogo do Couto: Percurso de uma vida e perfil de uma identidade .....	13
<b>José Manuel Garcia</b> – Diogo do Couto cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia .....	27
<b>Ana Paula Menino Avelar</b> – Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto: Vivências e contingências na modelação da escrita de uma História da Ásia e dos seus actores .....	43
<b>DIOGO DO COUTO – TEXTOS</b> .....	55
<b>Rui Manuel Loureiro</b> – Redes de informadores e tipos de fontes nas <i>Décadas da Ásia</i> de Diogo do Couto .....	57
<b>Kioko Koiso</b> – Alguns aspectos do relato de naufrágio da nau <i>São Tomé</i> , de Diogo do Couto, em comparação com o manuscrito de Gaspar Ferreira Reimão .....	71
<b>Maria Augusta Lima Cruz</b> – Da construção historiográfica de Couto: Os trabalhos forçados do editor .....	97

<b>Ana Dulce de Seabra</b> – Frei Adeodato da Trindade, editor e censor de Couto .....	117
<b>Mariagrazia Russo</b> – A circulação em Itália das obras de Diogo do Couto: Um olhar sobre o percurso editorial da <i>Década X</i> ....	145
<b>Ana María García Martín</b> – <i>Um ninho de guincho, como lá dizem:</i> Linguagem repetida e metáfora em <i>O Soldado Prático</i> .....	157
<b>DIOGO DO COUTO – LEITURAS</b> .....	189
<b>Nuno Vila-Santa</b> – Diogo do Couto e Belchior Nunes Barreto: Similitudes e diferenciações de dois intervenientes políticos contemporâneos .....	191
<b>João Teles e Cunha</b> – «Porque eu quero também vender o meu saber, pois sou mal pago de meu serviço»: Alvitre e quimeras políticas de Diogo do Couto .....	221
<b>Paulo Jorge de Sousa Pinto</b> – Crises, casados e conquistas: Ambiente social e reforma do Estado da Índia em Diogo do Couto ....	285
<b>Vasco Resende</b> – Diogo do Couto e o passado etnogeográfico da Ásia Central .....	301
<b>Dejanirah Couto</b> – Figuras de antagonismo: Reatamento das negociações luso-otomanas, Diogo do Couto e a audiência de António Teixeira de Azevedo ao Grão-Turco (1563) .....	315
<b>DIOGO DO COUTO – ENCENAÇÕES</b> .....	363
<b>Silvina Pereira</b> – O Soldado Prático: Diálogo em cena .....	365

## NOTA DE ABERTURA

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ

Diogo do Couto (1542-1616) foi um dos escritores mais prolíferos da sua época. Mais conhecido como autor de nove *Décadas da Ásia* que cobrem cerca de 75 anos da história do império português oriental e suas interações com os mundos asiáticos (1526-1600), ganhou ainda notoriedade como escritor político de intervenção, enquanto autor de dois diálogos protagonizados por um «soldado prático», verdadeiros libelos acusatórios dos desmandos do império asiático português, que Rodrigues Lapa considerava dos mais honestos livros da literatura portuguesa aconselhando a sua leitura como complementar a *Os Lusíadas* de Luís de Camões.

Foi ainda autor de peças de oratória, tratadista, biógrafo, narrador de naufrágios, e epistológrafo, tendo sido provavelmente um dos primeiros comentadores de *Os Lusíadas*. De Couto poeta, chegaram-nos poucos testemunhos, peças liminares das suas obras, se bem que Manuel Severim de Faria, seu primeiro biógrafo, asseverar ter ele deixado «um grande tomo» de poemas. Como primeiro guarda-mor do tombo de Goa, teve a seu cargo a organização deste arquivo do Estado português da Índia e a elaboração das «cartas de serviços» na Ásia dos seus compatriotas.

Nesta vasta produção, a história de muitos dos textos de Diogo do Couto – vítimas dos mais estranhos acidentes que o obrigaram a reescrever vários deles – constitui ainda hoje um mistério, com muitos enigmas por resolver. Pode afirmar-se que subjacente a toda a sua obra está a vivência e experiência de cerca de 57 anos na Índia. Aí começou, com cerca de 17 anos de idade, a sua carreira militar, passando depois a exercer funções no aparelho administrativo-militar do Estado, para, já no final da vida, se dedicar às Letras. Na Índia casou e morreu. Uma Índia que, para

mais, ele sentia, na sua qualidade de «casado» de Goa, corno a sua terra, a sua segunda pátria, podendo, por isso, ser considerado um dos mais indiáticos autores portugueses do seu tempo.

Em conclusão, na Índia portuguesa se enraizou e desenvolveu toda a sua produção e projecto de vida. Nessa qualidade, assumiu-se como a voz dessa Índia: narrou-lhe os sucessos, criticou-lhe os desvios, alvitrou-lhe os remédios, guardou-lhe o espólio documental. Numa palavra, preservou-lhe a memória.

\* \* \* \* \*

A circunstância de se terem cumprido 400 anos sobre a morte de Diogo do Couto, ocorrida em Goa a 10 de dezembro de 1616, foi pretexto para se promover um encontro científico sobre este autor e a sua obra. Uma reunião em que se procurou não só congregar um conjunto de investigadores que se têm dedicado ao estudo da vida de Diogo do Couto, sua produção literária e/ou a sua época, mas também propiciar um espaço de reflexão e dar novo fôlego aos estudos coutianos.

Este colóquio internacional, organizado pelo CHAM (Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores) e pelo ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), realizou-se nas instalações desta última instituição e teve lugar nos dias 16 e 17 de dezembro de 2016.

Integradas no colóquio, desenvolveram-se ainda as seguintes atividades:

- Inauguração de uma mostra documental sobre Diogo do Couto, organizada pelo ANTT;
- Leitura encenada de trechos d'*O Soldado Prático* pelo teatro MAIZUM;
- Lançamento da obra *Diogo do Couto orador: Discursos oficiais proferidos na Câmara de Goa*, edição de Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro e Nuno Vila Santa. Obra em que foram publicadas, contextualizadas e anotadas, as orações por ele compostas para actos solenes, nomeadamente, tomadas de posse de vice-reis ou governadores, realizados em Goa de 1597 a 1614.

De acordo com o programa estabelecido, o livro de estudos que agora se publica congrega quinze textos que se arrumaram em de três núcleos



temáticos, cujas fronteiras são naturalmente fluídas. Assim, nos três primeiros trabalhos, são tratadas matérias que, de algum modo, remetem para o percurso biográfico de Couto, suas vivências, sua produção literária, e modelações da sua narrativa historiográfica na escrita de uma História da Ásia em Quinhentos e Seiscentos.

Segue-se um conjunto de seis textos girando em torno da escrita de Couto. Um primeiro em que é apresentado um estudo exaustivo da fraseologia em *O Soldado Prático*, segundo diálogo de Couto. Nos restantes, centrados na sua produção historiográfica, versam-se temas relacionados com a sua metodologia de trabalho: a variedade de informadores e fontes utilizadas e os modos como se apropriava desses materiais nas suas narrativas. No mesmo campo, mas já na fase de preparação para publicação dos seus textos, são analisadas as interferências de mãos alheias, designadamente de Frei Adeodato da Trindade, como censor e editor, assim como o acidentado percurso editorial da *Década Décima da Ásia*.

No terceiro núcleo, agrupam-se cinco leituras, ou seja, reflexões tendo como referente a produção literária de Couto na sua globalidade. Assim, os dois diálogos de *O Soldado Prático* suportam análises sobre o discurso reformista e arbitrista de Diogo do Couto e suas semelhanças / dissemelhanças com discursos similares coevos. Estes mesmos diálogos e as narrativas históricas de Couto alicerçam considerações sobre o seu perfil social e visão decadentista do Estado da Índia que transmite. O papel desempenhado por Diogo do Couto na elaboração de uma nova síntese do relato das origens e migrações dos Turcos, e informação, inserta na *Década Oitava*, sobre embaixada portuguesa ao Grão-Turco, são fundamentos dos dois artigos finais: um sobre o passado etnogeográfico da Ásia Central e o outro sobre o reatamento das negociações luso-otomanas, em meados do séc. XVI.

Por último releve-se o texto em que é contextualizada a já citada leitura encenada de excertos do diálogo *O Soldado Prático*, realizada no âmbito das iniciativas do Colóquio, em que a tónica é posta nas denúncias proferidas por este *alter ego* de Couto e sua atualidade até aos dias de hoje.

Não gostaríamos de finalizar estas breves palavras introdutórias, sem deixar expresso o nosso agradecimento às entidades que apoiaram ou se associaram a este evento, nomeadamente o CHAM, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional de Portugal e os Cafés Delta. Um agradecimento também ao Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, de Portimão, que através de um generoso apoio se quis associar à presente edição.



## **DIOGO DO COUTO – VIDA**



# Diogo do Couto: percurso de uma vida e perfil de uma identidade

MARIA CELESTE MONIZ \*

## Introdução

Diogo do Couto não é um autor fácil. Em primeiro lugar, pela grande extensão da sua maior obra, as *Décadas Da Asia*, da quarta à décima segunda, em treze volumes na edição estudada,<sup>1</sup> cobrindo um período de cerca de setenta e quatro anos. Contudo, é imperioso que o investigador alargue o seu horizonte de pesquisa aos outros textos do cronista, nomeadamente às cartas, às *Orações* em atos solenes, à biografia de D. Paulo de Lima Pereira, ao *Tratado dos Gama*, para além das duas versões de *O Soldado Prático*, de que a segunda é a mais conhecida. Só então será possível chegar-se à complexidade do seu pensamento, em íntimo diálogo com o experienciado e o refletido.

Neste trabalho, após um breve comentário à receção do cronista, dedicaremos um capítulo a «A vida e o homem», progredindo ao longo dos momentos mais marcantes, os que mais lhe estruturaram o pensar e o agir; e um outro capítulo a «Um perfil de identidade de Diogo do Couto»,

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 13-25 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Assistente de Investigação do CHAM, FCSH – Universidade Nova de Lisboa; colaboradora do CLEPUL, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Couto, D. do, *Décadas da Asia*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, fac-similada da edição de 1778-88, da Regia Officina Typografica, 1973-4.

no qual procuramos acompanhar a relação que foi estabelecendo com a cultura do seu tempo e as respostas que foi construindo face ao que observava, nomeadamente os seus sonhos de humanista e a crescente frustração que o sufocava no fim da vida.

## 1. Breve perspetivação da receção da obra coutiana

Como se sabe, Diogo do Couto, o cronista quinhentista que por mais tempo cobriu a História do Estado Português da Índia, tem suscitado os mais variados comentários críticos à sua extensa obra, desde a sua exaltação como grande conhecedor dos autores da Antiguidade Clássica, ao azedume pelas suas denúncias dos erros cometidos. Em síntese, poderíamos talvez dizer que essas várias opiniões dos críticos foram acompanhando o evoluir da nossa História na sua sensibilidade a vários modelos culturais. Enquanto as luzes da Antiguidade e a veneração pelos seus grandes ícones nos moldaram o conhecimento e a sensibilidade, o cronista da Índia foi louvado e altamente apreciado pelo seu vasto saber, pela qualidade dos seus dotes oratórios, pela sua formação humanista. Contudo, em momentos de acentuada crise nacional, foram os fatores ideológico-políticos que mais pesaram na avaliação da obra coutiana, não lhe perdando a denúncia vigorosa da má governação, aos vários níveis. Tal foi o caso de Artur Águedo de Oliveira, na sua obra *Libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa*, significativamente publicada pelo Tribunal de Contas, em 1960, o mesmo ano em que, a 22 de Janeiro, Henrique Galvão desencadeara o assalto ao paquete Santa Maria, do qual resultou uma grave crise, com repercussões internacionais para o regime de então, logo seguido pelas guerras coloniais e a perda do Estado Português da Índia, em Dezembro de 1961. Pelo que sabemos, foi Águedo de Oliveira quem primeiro acusou o cronista de traidor e de bajulador (em relação a Filipe II).<sup>2</sup> Referia-se a *O Soldado Prático* na sua

---

<sup>2</sup> «Portugal achava-se [...] dividido em duas facções, a dos invasores e seus aliados e a dos resistentes. [...] Para muitos portugueses [...] Diogo do Couto não seria um puro, um português às direitas, mas um adesivo, um adorador do sol nascente, a cujo calor se aquecia, um traspassado aos dominadores que nunca enjeitaram a compra de influências [...] O que é certo é que *O Soldado Prático* abriu as suas páginas às munições da insídia, às torvas e mordazes maledicências políticas e administrativas que, mais apressadamente que as verdades e as virtudes, correm e encontram eco e também comprador que não regateia [...] Couto era um adesivo, um beneficiário, mais ou menos satisfeito, lisonjeou a Filipe e por ele começou servilmente as suas *Décadas* [...] Não entrega os vizo-reis às feras, mas aponta-os ao poder alheio tirânico que, esse sim, calcava aos pés regalias, foros, leis e provisões. [...] Contra o funcionalismo da Índia, contra os governantes nos mais altos postos – quaisquer que fossem os fac-

segunda versão, a mais conhecida. Tal facto evidencia mais uma grande fragilidade deste crítico. Em relação a Diogo do Couto, como na maioria dos autores, não se pode fundamentar uma análise crítica a partir de uma única obra estudada, pois os riscos de conclusões apressadas e descontextualizadas, logo incorretas, são demasiado graves, além de se abrirem precedentes de interpretação que poderão contaminar a análise de outros investigadores. Este mesmo fenómeno tem afetado a investigação histórica sobre outros grandes vultos do património nacional, nomeadamente o Infante D. Pedro de Avis, personalidade riquíssima, que tem vindo a ser repetidamente vilipendiada pela investigação histórica desde a publicação tardia da obra *O Infante D. Pedro* – escrita no século XVII, mas que continuou manuscrita até ao século XIX – de Gaspar Dias de Landim. Tratava-se de uma encomenda do futuro D. João IV, ainda duque, a um servidor da sua Casa, através da qual procurava recuperar a imagem denegrida do 1º duque de Bragança, inimigo e perseguidor implacável do Infante. De fato, só em 1892 foi publicada em livro pelo historiador e deputado do Partido Regenerador, Luciano Cordeiro. As motivações ideológico-políticas deste autor são também evidentes, nomeadamente a exaltação da dinastia e da Casa de Bragança. Tal publicação foi a resposta de Luciano Cordeiro à conhecida obra de Oliveira Martins *Os Filhos de D. João I*, publicada inicialmente na *Revista de Portugal*, de 1889 a 1890, e em livro em 1891, obra em que a figura do Infante D. Pedro é largamente estudada e muito elogiada, enquanto o 1º duque de Bragança, D. Afonso, seu meio-irmão, porque filho bastardo de D. João I, é severamente criticado.

## 2. A vida e o homem

Tentemos seguir os momentos mais significativos da vida deste homem, buscando neles as marcas estruturantes do seu carácter, apoiando-nos no seu mais reconhecido biógrafo, Manuel Severim de Faria.

Couto terá nascido em Lisboa, em 1542. Teve por pais Gaspar do Couto, que servia o Infante D. Luís, por cedência de D. Manuel, e Isabel Serrão de Calvos, por quem o autor das Décadas seria primo segundo do grande pregador, o padre Luís Álvares, S. J.. Diogo do Couto viu, assim, abertas as portas do paço, entrando ao serviço do Infante, por quem sentia um amor verdadeiramente filial e que sempre o protegeu, proporcionando-

---

tos – levantou-se uma maré feíssima de suspeições e calúnias, pretendendo ataca-los e denegri-los na sua honra e na sua reputação, minando e abafando a sua autoridade e prestígio.» (A. A. de Oliveira, 1960, pp. 31, 36 e 97).

lhe uma educação exemplar para a época, através de mestres de primeiríssima grandeza, pois reconhecia no seu protegido qualidades intelectuais excepcionais. Vale a pena demorarmo-nos um pouco na análise das grandes virtudes deste príncipe, modelo perfeito do ideal de cavalaria da época, cujo convívio com o cronista, nos seus verdes anos, o terá marcado profundamente como protótipo de perfeição possível, à luz do qual ele iria julgar os seus contemporâneos. Reis, vice-reis/governadores, capitães de fortalezas ou de armadas, funcionários estatais, todos foram julgados pelo cronista da Índia à luz desse paradigma.

Por decisão de D. Manuel, o Infante tivera como mestre o ilustre Lourenço de Cáceres, o qual fizera desabrochar no seu discípulo a coroa das virtudes humanistas e cristãs, que a abundante literatura pedagógico-normativa da época se esforçava por divulgar nos chamados espelhos dos príncipes e princesas das cortes da Europa. De entre tais virtudes sobressaíam: o domínio estoico das paixões, a sabedoria e a prudência no governo da *res publica*, a justiça e a isenção para com os súbditos, a liberalidade na distribuição de mercês, como manifestação da ligação afetiva que deveria existir entre senhor e vassalo. De notar, que a defesa destes princípios como base de uma harmoniosa relação de interdependência social já havia sido largamente exposta pelo Infante D. Pedro de Avis no seu *Livro da Virtuosa Benfeitoria*.

Contudo, D. Luís morreu em 1555 e com ele apagou-se também a estrela benfazeja que brilhara sobre Diogo do Couto nos felizes anos da sua infância e início da adolescência, tanto mais que foi seguida, dois anos depois, pela morte do pai. Servindo ainda como moço de câmara no paço, cedo se apercebeu de que o espírito profundamente elitista da casta fidalga portuguesa jamais lhe concederia qualquer hipótese de desenvolvimento das suas capacidades e aspirações, de acordo com o projeto do seu protetor. Foi, certamente, a percepção clara de que, afinal, não vivia numa república platónica de filósofos, que o levou a abandonar o sonho da carreira das Letras e a assumir a das Armas, no sonho coletivo dos menos favorecidos pelo nascimento, que procuravam na Índia a oportunidade de ganhar honra pessoal e mérito junto do rei.

Couto terá partido com quinze ou dezassete anos, logo bastante mais novo que Fernão Mendes Pinto ou Camões. Serviu valorosamente como militar durante dez anos consecutivos. Dessa experiência deixou-nos notícia nas suas Décadas, sobretudo na VII e na VIII, de acordo com uma clara intenção de intervir na sua crónica. Regressou, então, a Lisboa, em 1569, requerendo despacho pelos seus serviços como guerreiro. Na viagem, em Moçambique, encontrou-se com Luís de Camões, com o qual



manteve laços de profunda amizade. Comungavam ambos da mesma ideologia e da mesma frustração: o contacto com os Clássicos iluminaralhes os espíritos e eles haviam sonhado com uma república de homens sábios e sensíveis, que numa mão tivessem a espada e na outra a pena. Pretendiam erguer-se acima das misérias humanas e das paixões mesquinhas, atingindo a vivência e a fruição das mais altas virtudes e recompensas destinadas aos que conseguem ascender, mais por mérito próprio do que pela herança do sangue, à dádiva divina da imortalidade. A pedido de Camões, Couto chegou a comentar parte de *Os Lusíadas*, não tendo, no entanto, concluído o Canto V. Este contacto com o grande poeta épico português constituiu, a nosso ver, um novo momento fundamental na desilusão de Couto em relação aos homens do seu tempo. Acreditamos que a imagem miserável do *Príncipe dos Poetas*, que ele encontrou em Moçambique, sempre indomável e livre, plenamente consciente da sua dignidade de criador genial, o tivesse marcado até ao último dos seus dias.

Regressaria à Índia em 1571. A sua opção estava definitivamente tomada e ele não voltaria a Lisboa. Casou com D. Luísa de Mello, de família nobre, irmã do padre agostinho Frei Adeodato da Trindade, que iria ser o seu procurador no reino. Abandonou a carreira das armas e passou a ser o principal responsável pela gestão dos armazéns de abastecimento de Goa. No entanto, ao longo de todo esse tempo, a sua imensa curiosidade de humanista e de homem de letras não adormecera. O seu olhar arguto e atento manteve-se vivo sobre tudo o que o rodeava. E lia, certamente, muito. Tem-se louvado a invulgar memória do cronista. Ela é bem patente na capacidade que teve de pôr à prova, já muito perto da morte, ao reformular as obras que lhe haviam sido roubadas. Contudo, é impossível, em nossa opinião, referir tantos e tão variados autores clássicos e modernos sem uma leitura atualizada e recente. Todavia, e ainda a este respeito, um outro fator nos parece fundamental: Couto teve apenas uma filha, que morreu jovem. Logo, ao velho cronista nem o prazer de criar e de se rever nos seus descendentes diretos foi concedido. Tudo parece ter-lhe murchado e secado nas mãos. Natural é, pois, que se tivesse refugiado nas letras, nos livros, no mundo libertador do espírito. O rigor, a entrega total e honrada com que assumiu o desempenho dos vários cargos que lhe foram concedidos ao longo da vida são disso prova evidente.

Em 1595, Filipe II nomeou-o cronista do Estado da Índia e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, criada, aliás, por sugestão sua, a fim de tentar preservar para a História os documentos que andavam dispersos

pelas instituições administrativas ou nas mãos de particulares, tendo-se muitos perdido irremediavelmente.<sup>3</sup>

É à volta desta nomeação que se adensam as nuvens escuras sobre a personalidade de Diogo do Couto, sobretudo após a publicação do opúsculo de Águedo de Oliveira, como ficou dito. A nosso ver, tal interpretação enferma de uma abordagem deficiente e desfocada em relação às motivações profundas do escritor. Mas iremos desenvolver este assunto no capítulo seguinte, quando tentarmos esboçar um perfil da sua identidade.

Diogo do Couto chegou ao fim dos seus dias em Goa, no dia 10 de Dezembro de 1616. Tinha setenta e quatro anos, uma vida excepcionalmente longa para a época. A sua vitalidade intelectual atesta-se pelo facto de haver mantido a sua produção escrita até ao fim, pois o seu último texto conhecido, a carta *Ao Muito Catholico E Poderoso Monarca Das Hespanhas D. Filippe Rey De Portugal O Segundo Do Nome Nosso Senhor*, na qual se queixava do roubo das Décadas VIII e IX, é datada do ano da sua morte. Partiu profundamente desiludido com os homens do seu tempo e com os ventos contrários ao interesse nacional, que já sopravam demasiado fortes, preanunciando a decadência dos povos peninsulares e dos seus impérios, face à pressão cada vez maior e mais sufocante dos novos senhores do mundo, também europeus, movidos pela sua insaciável ambição e por um terrível pragmatismo, que reduziam a cinzas o velho universo do culto da honra ibérica.

### 3. Um perfil de identidade de Diogo de Couto

Sendo um homem de vasta cultura, Diogo do Couto refletia a mundividência do seu tempo, especialmente a ibérica. Não admira, pois, que a sua conceção de História fosse marcada por um forte providencialismo. Deus era o senhor absoluto dos destinos dos homens e dos estados. Os pecados cometidos na sua miséria moral eram duramente castigados pelo Senhor dos senhores, quer se tratasse de injustiças, quer de roubos praticados unicamente para proveito próprio, quer até de atos de traição à fé católica e à pátria (nomeadamente os *renegados*). É nesta perspetiva

---

<sup>3</sup> Este é um dos tópoi preferidos de Couto. Apenas como exemplo, citamos: «[...] e de todos os Capitães destas tres Armadas não achámos os nomes, buscando-os nós nos livros dos provimentos dellas, que são todos estragados de andarem aos tombos pelas casas dos Escrivães de Fazenda.» (Déc. IV, Segunda Parte, Livro VI, Cap. VI, pp. 42-3).

de castigo coletivo pelos muitos vícios acumulados pelos insensatos, que o cronista integra os temíveis naufrágios. Contudo, era esse mesmo Deus quem, protetor do Seu povo, porque protagonista privilegiado no esforço de cristianização das gentes e barreira ao poder avassalador dos Turcos-Otomanos e seus aliados no Índico, zelava amorosamente pela sobrevivência do Estado da Índia, para além da incúria e da má gestão dos homens. Amparava-os nos duros combates, nomeadamente durante os terríveis cercos sofridos, e na capacidade de resistência aos inimigos, apesar das miseráveis condições em que algumas fortalezas se encontravam<sup>4</sup>. Era esse fundamental binómio entre proteção divina e o excepcional valor militar dos Portugueses, sobretudo a sua incomum coragem heroica,<sup>5</sup> que constituíam o alicerce fundamental do Estado da Índia na visão coutiana.

Mas, para além do providencialismo, outra grande marca perpassa pela obra coutiana: a perspectiva pedagógica com que concebia a História e o registo cronístico. Estruturara essa visão nas vastas leituras dos autores clássicos com quem conviveu desde muito jovem e de forma continuada ao longo de toda a vida, nomeadamente Tito Lívio, que tão profundamente marcara também o cronista da Ásia seu antecessor, João de Barros. Ao registo histórico cumpriam várias funções na edificação e educação nacionais: *docere*, instruindo os homens sobre os grandes feitos dos heróis, não só no presente, mas também preservando a sua memória para conhecimento das gerações futuras; *delectare*, pelo que o discurso deveria ser agradável, claro, permitindo deleite à sua leitura; *movere*, para que tal conhecimento gerasse o anseio louvável de assumir para si os modelos de tais heróis, perpetuando assim a grandeza do estado pela

---

<sup>4</sup> A propósito do terrível cerco a Chaul, no tempo de D. Luís de Ataíde, narra o cronista: «[...] e sobre todas esteve em maior aperto a estância de Diogo Soares de Albergaria por ter huns portaes tão devassos, que não tinham mais tapume que huns feixes de rama, senão quanto na paragem mais perigosa tinha hum limoeiro que se cortou em hum quintal, á sombra do qual estavam os nossos amparados como bugios á sombra de qualquer arvore, ou folha verde.» (Déc. VIII, Cap. XXXVIII, p. 415).

<sup>5</sup> Comentando o segundo cerco de Diu, um dos piores, escreve: «Estava neste tempo a fortaleza tão destroçada por todas as partes, que quem de fóra a via, parecia que se não podia defender, nem sustentar a hum muito pequeno poder, quanto mais a tamanho exercito, a tão potente artilheria, e a tantos outros instrumentos de guerra, porque nem tinha muros, nem cousa, que pudesse amparar os de dentro, mais que os seus valorosos peitos, que todos apresentáram ás furiosas bombardas, e ás muitas, e mui amiudadas espingardas, e áquellas espessas nuvens de frêchas, e labaredas de pólvora, que cahiam sobre todos, e assim se podia dizer por estes o que Agisilao pelos Lacedemonios, que suas Cidades não tinham outros muros, mais que os peitos dos seus Cidadãos.» (Déc. VI, Parte Primeira, Livro III, Cap. II, p. 181).

formação estoica dos seus jovens. De facto, Diogo do Couto assume-se claramente nos seus ideais de cavalaria cristã, segundo o modelo vivo que lhe fora transmitido pelo seu protetor, o Infante D. Luís. Anseia desesperadamente pelos grandes heróis do passado, que haviam levantado, estruturado e fortalecido o Estado da Índia, gente de fibra como Afonso de Albuquerque, D. João de Castro e tantos, tantos mais. Gente que fizera tremer e sustar os ataques sempre renovados dos incontáveis inimigos do Estado Português da Índia, porque a única lei que conheciam era a força do adversário, já que os enganosos tratados de paz e amizade com eles celebrados logo eram quebrados segundo os interesses dos senhores locais. Por experiência acumulada, estes heróis sabiam que a estrutura mental dos asiáticos em nada se assemelhava à dos europeus. Por isso, só a força das armas ou os riquíssimos presentes os detinham. Os Portugueses não tinham condições para alimentar a voracidade de luxo de todos os seus inimigos, por isso a guerra era o caminho mais seguro para manter o Estado. Por isso, também, o cronista vê com a maior preocupação os caminhos por que se ‘desviavam’ as novas gerações, mais fidalgos-mercadores, que fidalgos-guerreiros.

Para além desta realidade, num processo preocupantemente progressivo, Couto assistia, com pavor, ao crescimento da ameaça, mais e mais ousada, da pirataria europeia, sobretudo inglesa e holandesa, sendo estes últimos os mais temíveis, cruéis e carniceiros inimigos, movidos pelo seu profundo ódio às potências ibéricas.

Mas há ainda que refletir sobre a sua lúcida crítica sociopolítica ao Estado Português da Índia do seu tempo. Como vimos, nem sempre essa arguta crítica foi bem recebida, dividindo os críticos que oscilaram entre o apoio entusiástico, nomeadamente à coragem com que denunciava os males da Índia, e os que o acusavam de traição e de bajulação do rei estrangeiro, para além de o acusarem também de exibicionismo retórico. Luís de Sousa Rebelo veio clarificar com lucidez a polémica, ao declarar, referindo-se à segunda versão de *O Soldado Prático*: «A erudição de Couto nesta obra não é gratuita, nem constitui ornato retórico, como se tem crido, mas forma parte integrante da sua escrita».<sup>6</sup>

É, de facto, na experiência dos clássicos e na riqueza do seu legado para a humanidade, que Diogo do Couto vai buscar a essência das suas ideias, com as quais procura iluminar o espírito dos seus concidadãos, alertando-os para o perigo de uma derrocada efetiva do Estado da Índia. Mas

<sup>6</sup> Rebelo, L. de S., «Armas», in *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, 1977, p. 443.

este autor vai ainda mais longe, constituindo uma reviravolta significativa nos estudos coutianos, ao aproximar a carta-dedicatória ao Conde de Salinas e Ribadeo, que Couto escreveu de Goa, a 2 de Janeiro de 1612, concretamente a alusão direta ao «Silenos de Alcibiades» e o adágio *Sileni Alcibiades* de Erasmo, de 1517. Efetivamente, há muitos pontos comuns ao pensamento de Erasmo, não tanto em relação ao *Elogio da Loucura*, mas ao *Enchiridion Militis Christiani*, obra largamente difundida na Europa de então. Além disso, já Marcel Bataillon<sup>7</sup> e Pina Martins<sup>8</sup> se haviam referido à influência de Erasmo em vários humanistas portugueses, nomeadamente em Camões. Em *Erasmus y España*, Marcel Bataillon, como se sabe um dos grandes especialistas em Erasmo, dedica todo um subcapítulo às traduções do adágio erasmiano *Sileni Alcibiades*, a que Couto se refere na referida carta.<sup>9</sup> De qualquer forma, é assunto que necessita maior estudo e reflexão.<sup>10</sup>

Abordemos por fim, a questão da sua nomeação como cronista do Estado da Índia, por Filipe II. Em primeiro lugar, há que notar que as cartas em que se autopropõe para o cargo são datadas de 1589 e 1593, logo não podemos facilmente acusá-lo de bajulação oportunista face ao novo monarca, mas antes sentir-lhe um desapontamento progressivo, quase contínuo, em relação às instituições e aos governantes. A sua crítica a D. Sebastião é particularmente dura, nomeadamente a execução vergonhosa de D. Jorge de Castro, velho capitão da fortaleza abandonada de Chale, e a deposição do vice-rei D. António de Noronha, ambas decididas com espantosa levandade pelo rei, na perspectiva do cronista. Que diferença da magnanimidade e da delicadeza cortês do Infante D. Luís! Mas também D. João III e o próprio Filipe II foram julgados pelo cronista à luz do seu elevado conceito de governação régia. Em relação ao Prudente, referimos a passagem em que Couto lhe lembra as obrigações que tem para com os seus vassallos, preservando-lhes os direitos adquiridos.<sup>11</sup> Além disso, que outro rumo se oferecia ao Portugal pós Alcácer-Quibir? Se o Estado vinha já dando sinais claros de exaustão, após o desaparecimento

<sup>7</sup> Cf. Bataillon, M., *Études sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1974, *passim*.

<sup>8</sup> Cf. Martins, J. V. de P., «Camões e o Renascimento», in A.A.V.V., *Épica. Épicas. Épica Camoniana*, Lisboa Edições Cosmos, 1997, *passim*.

<sup>9</sup> Cf. Bataillon, M., *Erasmus y España. Estudios sobre la Historia Espiritual del Siglo XVI*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 309-315.

<sup>10</sup> Para mais alguma informação sobre este assunto, nomeadamente alguns aspetos da influência de Erasmo em Couto, ver Moniz, M. C., «Diogo do Couto: o interventor ético-político», in *Glória e Miséria nas Décadas Da Asia, de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 21-32.

<sup>11</sup> Cf. Déc. X, Segunda Parte, Livro VIII, Cap. VI, pp. 295-6.

do rei, sem descendência direta, sem a fina flor da nobreza guerreira que o acompanhara na empresa africana, tudo parecia ir precipitar-se num grande naufrágio nacional. Filipe II era então o soberano fiel a Roma, com poder para enfrentar a avassaladora onda das novas potências europeias, revitalizadas nos seus nacionalismos pelo movimento reformista e lançadas com ímpeto e cobiça na pirataria contra as possessões ibéricas. Não é de admirar que grandes vultos nacionais, como D. Jerónimo Osório, o «Cícero Português», bispo de Silves e mestre de D. Sebastião, tenham defendido a causa filipina, juntamente com o que restava da nobreza. O cronista, atento, tudo isto vinha interiorizando, mergulhando mais e mais numa frustração sufocante, a qual se tornou obsessão e verdadeiro pesadelo, temendo desesperadamente pelo futuro do Estado Português da Índia. É nas cartas dirigidas no fim da vida ao seu grande amigo, o vice-rei D. Francisco da Gama, e nas *Orações* proferidas nos momentos solenes da tomada de posse dos novos vice-reis, que sentimos a sua indizível angústia. Chega a identificar-se plenamente com o próprio Estado da Índia: «[...] mas consolo-me que pois a Índia padece tantos naufrágios, e tribulações, que he justo que o seu Chronista corra com ella huma mesma fortuna».<sup>12</sup> Ou ainda esta passagem de uma outra carta, também dirigida a D. Francisco da Gama: «Nas matérias do estado dêe me V. S. licença para não tratar porque me canssão e me matão».<sup>13</sup>

Mas também como guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, o desaparecimento de Diogo do Couto teve consequências trágicas, segundo testemunhos do mesmo D. Francisco da Gama<sup>14</sup> e do arcebispo de Goa: «[...] e se poerá nesta Torre do Tombo que está em tal miseria que não há nella hu só papel em que se faça fundamento nem ainda para dar lume a jstoria, a que tenho grã lastima e vou dando o remedio que me he factível».<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Carta a D. Francisco da Gama, datada de Goa, a 27 de Dezembro de 1607, existente na Biblioteca Nacional de Portugal, com a cota Mss. 71, N. 25, fl. 4.

<sup>13</sup> Carta a D. Francisco da Gama, de Goa, a 17 de Dezembro de 1608, também existente na B.N.P., com a cota Mss. 206, N. 289, fl. 2.

<sup>14</sup> «Eu achey a Torre do Tombo notavelmente desbaratada porque depois que falleceo Diogo do Couto as pessoas que ali servirão não tinham curiosidade para tratar bem os livros e papeis que nella havia (...)», Carta de D. Francisco da Gama ao rei [Filipe III de Espanha e II de Portugal], de Goa, com a data de 4 de Março de 1626, publicada por António Baião in *Décadas de Diogo do Couto*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1947, Vol. I, pp. XLVII-IX.

<sup>15</sup> Carta do arcebispo de Goa ao rei, datada de 19 de Agosto de 1631, publicada também por António Baião, na mesma edição, Vol. I, p. LIII.

## Conclusão

Em 1992, Eduardo Lourenço escrevia:

Leccionados pela História [...] chegou o tempo de nos vermos tais como somos, o tempo de uma nacional redescoberta das nossas verdadeiras riquezas, potencialidades, carências, condição indispensável para que algum dia possamos conviver connosco mesmos com um mínimo de naturalidade.<sup>16</sup>

Eis-nos de regresso à Europa, mas com uma identidade coletiva riquíssima, por nos termos derramado e embebido as nossas próprias raízes em culturas de gentes de todo o planeta. Curiosos, sensíveis ao outro, com uma invulgar capacidade de adaptação a imprevistos e urgências, tornámo-nos excelentes embaixadores no mundo. Contudo, carregamos connosco uma carga excessiva de idealismo, que nos perturba o raciocínio e nos faz tropeçar na leitura da realidade. Falta-nos pragmatismo. Encerrados em ideologias, temos muita dificuldade em aceitar opiniões contrárias à nossa. São grandes obstáculos de mentalidade secular que só a educação, portadora de uma maior abertura mental, pode ultrapassar.

Há que também perceber que a História nacional e internacional não se restringe aos dois últimos séculos, já que a identidade dos povos se constrói lenta e imperceptivelmente ao longo dos séculos ou mesmo milénios. Por isso, é muito desejável um revigoramento da investigação sobre o passado distante. Nesse recuar no tempo, a obra do grande cronista do Estado da Índia, na sua totalidade e na sua complexidade, ocupa um lugar cimeiro, mas é preciso que os investigadores façam um real esforço para controlar as suas motivações pessoais, nomeadamente as ideológicas, para que Diogo do Couto possa, efetivamente, exercer a sua maior aspiração como humanista: ser educador das novas gerações nacionais e, assim, contribuir decididamente para a construção de um futuro coletivo mais sólido, porque mais conscientemente assumido no pleno exercício da cidadania de cada um.

---

<sup>16</sup> Lourenço, E., 1994, pp. 47-8.



## Referências bibliográficas

- A.A.V.V. *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Actas do Congresso Internacional*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade, 1993.
- Anónimo, «Dom Luiz, Infante de Portugal, Filho d'el Rei Dom Manoel», in *Retratos e Elogios de Varões e Donas, que Illustraram a nação Portuguesa em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, assim Nacionais, como Estranhos, tanto Antigos, como Modernos*, Tomo I, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1857, pp. a, aii e seguintes.
- Baião, António, «Prefácio» das *Décadas de Diogo do Couto*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1947.
- Bataillon, Marcel, *Études sur le Portugal au Temps de l'Humanisme*, Paris, Fundação Calouste de Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1974.
- , *Erasmus y España. Estudios sobre la Historia Espiritual del Siglo XVI*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- Buescu, Ana Isabel, *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- Couto, Diogo do, *Carta a Dom Francisco da Gama*, datada de Goa, a 27 de Dezembro de 1607, (cópia do século XIX), B.N.P., com a cota Mss. 71, nº 25.
- , «Carta de Diogo do Couto, ao Conde de Salinas e Ribadeo, Duque de Vila-Franca, do Conselho Supremo do Estado de S. Magestade, escrita de Goa, a 2 de Janeiro de 1612, in *O Soldado Prático*, edição da responsabilidade do Prof. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1937.
- , *Carta para o vice-rei D. Francisco da Gama sobre o estado da Índia*, datada de Goa, a 17 de Dezembro de 1608, (cópia do século XIX), B.N.P., com a cota Mss. 206, nº 289.
- , *Décadas Da Asia*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, fac-similada da edição de 1778-88, da Regia Officina Typografica, 1973-4.
- , *O Soldado Prático*, edição da responsabilidade do Prof. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1937.
- Erasmus, *Enchirion Militis Christiani*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1971.
- , *Érasme. Éloge de la Folie. Adages. Colloques. Réflexions sur l'Art, l'Éducation, la Religion, la Guerre, la Philosophie. Correspondance*. Édition établie par Claude Blum, André Godin, Jean-Claude Margolin et Daniel Ménager, Paris, Éditions Robert Laffont, 1992.
- Jacob-Duverniet, Luc, *Le Miroir des Princes. Essai sur la Culture Stratégique des Élités qui nous Gouvernent*, Paris, Seuil, 1994.
- Lara, Manuel Toñon (Dir.), *Historia de España*, Vol. V, *La Frustración de un Imperio (1476-1714)*, Barcelona, Editorial Labor, 1993.
- Lourenço, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988.



- , *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, INCM, 1994.
- Martins, José V. de Pina, «Camões e o Renascimento», in A.A.V.V., *Épica. Épicas. Épica Camoniana*, Lisboa, Edição Cosmos, 1997.
- Moniz, António Manuel de Andrade, *A História Tágico-Marítima: Rosto de uma Identidade numa Poética da Condição Humana*, dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- Moniz, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas Da Asia, de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.
- Oliveira, Artur Águedo de, *O Libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa*, Lisboa, Tribunal de Contas, Sociedade Progresso Industrial, 1960.
- Rebelo, Luís de Sousa, «Armas», in *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria da Literatura*, sob a direção de João José Cochofel, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, pp. 443-6.



## **Diogo do Couto, cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia**

JOSÉ MANUEL GARCIA \*

Diogo do Couto ficou consagrado como cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia pelo que é importante abordar os antecedentes e o contexto de tal nomeação, bem como alguns elementos sobre o desempenho desse cargo. É nesse sentido que começamos por evocar duas conjunturas da sua vida, situando-se a primeira em 1559, a qual corresponde à sua ida para Goa. A forma como ele a tratou em 1603, referindo também aspetos do seu passado e do encargo de escrever as *Décadas da Ásia*, é a seguinte:

Prestes esta armada, deu toda junta à vela em março deste ano de (mil quinhentos e) cinquenta e nove, em que andamos, onde foram embarcados perto de três mil homens de armas gente mui custosa e escolhida, em que entravam muitos e mui honrados fidalgos e cavaleiros. O capitão-mor Pero Vaz de Siqueira escolheu pera si a nau *Flor de la mar*, em que se embarcou o bispo D. Fr. Jorge Temudo, que ia por bispo de Cochim, com quem eu passei também à Índia, moço de quinze anos, tendo deles gastado dous em serviço de el-rei D. João o III de seu moço da câmara; e todos os mais até

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 27-41 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Gabinete de Estudos Olisiponenses.

esta era de (mil) seiscentos e três, em que escrevemos esta década, em outros serviços de mais riscos, e perigos, e neste de tanto trabalho e inquietação pera a velhice com tão poucos favores neste estado, que muitas vezes me caía a pena da mão com desgosto; e se a ergui, foi por me fazerem força as muitas instâncias, com que el-rei D. Filipe de gloriosa memória, e depois el-rei nosso senhor seu filho, me mandavam todos os anos por suas cartas (como se verão impressas nos princípios de nossas décadas) prosseguisse e continuasse esta obra, com palavras de príncipes mui católicos e que desejavam de não ficarem em esquecimento os feitos dos portugueses nossos naturais, posto que os deste tempo tanto se esquecessem disso em muitas cousas.<sup>1</sup>

Diogo do Couto ao registrar estas palavras sobre um episódio tão importante da sua vida, como foi o da ida para a Índia na armada de 1559, revelou autenticidade ainda que neste depoimento seja de admitir que a idade nele mencionada não fosse bem lembrada, como por vezes acontecia na época ao arredonda-la por baixo. Com efeito em 1559 ele tinha dezassete anos, pois nascera em Lisboa em 1542.

No sentido de corroborar a ida de Diogo do Couto em 1559 para a Índia está também a indicação do primeiro autor que a ele se referiu ainda em vida, o qual foi o cronista jesuíta Sebastião Gonçalves, radicado na Índia desde 1594. Esta personalidade escreveu em 1607:

ajudando-me também do que o cronista-mor Diogo do Couto escreve na sétima Década, o qual também foi do serviço del-rei Dom João e sendo de quinze anos veio à Índia no ano de 1559, em a nau chamada *Frol de la Mar*, de modo que há quarenta e sete anos que anda na Índia, na qual também serviu a el-rei com a espada na mão na frol de sua idade e depois de entrar na mercê que por seus serviços el-rei lhe fez, o serviu na derradeira idade com a pena, consagrando sua velhice pera escrever os ilustres feitos de sua nação, dando vida aos mortos que per sua Historia vivem nas memórias dos viventes, fazendo aos ânimos generosos umas

---

<sup>1</sup> *Década sétima da Ásia*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1616, livro VIII, capítulo 2, fólio 146 v.

santas invejas pera com elas se animarem à imitação de seus antepassados.<sup>2</sup>

A segunda conjuntura que aqui evocamos situa-se dez anos depois da anterior e envolve duas situações que poderão estar articuladas entre si. Uma delas corresponde à ida de Diogo do Couto a Portugal em 1570, onde chegou a 7 de abril na nau *Santa Clara* (com Luís de Camões), acabando então uma longa e conturbada viagem que se iniciara em Cochim a 2 de fevereiro de 1569. Diogo do Couto foi de seguida a Almeirim falar com D. Sebastião, tendo-lhe então entregue as cartas da Índia. Ficou depois em Lisboa até que a 17 de março de 1571 voltou a partir para Goa, onde chegou a 6 de setembro deste mesmo ano.

Enquanto Diogo do Couto esteve em Lisboa faleceu João de Barros a 20 de outubro de 1570 na sua quinta da Ribeira de Alitém, Pombal, onde estava retirado na sequência de um acidente vascular cerebral que sofrera em janeiro de 1568. Este humanista e cronista ao morrer deixou por acabar a sua empresa épica de escrever as *Décadas da Ásia*, cuja edição iniciara em 1552 e terminara em 1563 com a terceira, deixando material inédito para a quarta.

A segunda situação a que acima aludimos e à qual atribuímos grande significado nesta conjuntura corresponde à proposta de interesse historiográfico que surgiu em Lisboa em meados de 1570, a qual se encontra nuns “apontamentos” sobre o Estado da Índia escritos nos finais de 1569 em Goa pelo então arcebispo dessa cidade D. Jorge Temudo (1509-1571), o qual havia ido para a Índia com Diogo do Couto em 1559. Nesses apontamentos dirigidos a D. Sebastião teceram-se considerações críticas sobre a situação naquele Estado, onde por vezes há pontos de contacto com as ideias de Diogo do Couto. O que pretendemos realçar nesse documento é que nele pela primeira vez se defendia a conveniência de haver em Goa um cronista que aí narrasse os feitos praticados no Oriente. Com efeito essa personalidade escreveu sobre esse assunto um vasto programa e projeto que se pode ler no seguinte texto que deve ser devidamente valorizado:

Devia vossa alteza prover de lá alguma pessoa, ou escolhê-la de muitas que cá há, que poderão muito bem servir a vossa

---

<sup>2</sup> *Primeira parte da Historia dos religiosos da Companhia de Jesus, e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis a nossa sancta fee catholica nos reynos e provincias da India Oriental*, edição de José Wicki, volume III, Coimbra, Atlântida, 1962, p. 118 (o manuscrito original desta obra foi concluído em 1614).

alteza no cargo de cronista de partes, que tivesse cuidado particular, assinando-lhe vossa alteza salário pera isso, de escrever e recompilar em suma tudo que nestas partes passar em tempo de cada viso-rei e mandá-lo a vossa alteza, em que trate assim de tudo que eles fizerem e ordenarem, como das armadas e tudo que nelas acontecer, e nas fortalezas, e finalmente tudo o que se cá passar, distinta e separadamente o tempo de cada viso-rei, assim pera vossa alteza saber a verdade de como eles cá fizeram, como de todos os mais fidalgos e homens que bem ou mal serviram, pera dar e pagar a cada um conforme a seus merecimentos. Porque muitas vezes, por apresentações falsas, levam uns o galar-dão que se deve aos outros, e o pobre soldado cheio de muitas feridas, abalizados e esforçados feitos, não é cá nunca agalarduado merecendo-o melhor que muitos fidalgos a que se dão só polos nomes de capitães, sendo e devendo-se a palma da vitória aos soldados que fizeram a entrada, tomaram o mais perigoso e foram causa principal do desbarato dos imigos: porque, em todas as outras partes do mundo, vêm muitas vezes o mais ínfimo e baixo soldado do arraial a ser capitão, se o merece, pelo preço de sua pessoa, não se tendo mais respeito à fidalguia que ao merecimento do ânimo e destreza na guerra.

E pera que este cronista não seja corrompido com dádivas ou temores dar-lhe-á vossa alteza e far-lhe-á mercê das qualidades que se requerem de honras e favores, tomando-lhe também sua menagem e juramento ao tal cargo necessários, e desta maneira terá vossa alteza cá os fidalgos registados, sabendo que se há de escrever e que há vossa alteza de saber tudo o que cá bem ou mal fizerem; os soldados animados sabendo que também hão de ir às orelhas de vossa alteza seus feitos e merecimentos, e que se lhe há de fazer a mercê conforme a eles. E servirá isto também de não gastar o tempo e consumir tão grandes e heroicos feitos, como se cá cada dia fazem, pera temor e admiração das outras nações, glória de vossa alteza, nome e fama de seus reinos e vassallos; com muitos que por esta falta se têm perdido, porque a memória dos homens não é tão certa que, como passa um certo termo, se não varie e aparte muito da verdade, afora a falta e diminuição da história. Porque ainda os que escrevem estando presentes, passam muitas cousas e particularidades, que não puderam alcançar, quanto mais quem a

faz tantos anos depois, como foi o Castanheda e João de Barros, pelo que ousarei afirmar a vossa alteza, polo que neles li e que cá dia vejo, que não souberam nem escreveram a quarta parte do que cá passou.<sup>3</sup>

Perante estas sugestões é de ponderar que Diogo de Couto estava em Lisboa precisamente em 1570 e por essa altura se estreou nas letras ao escrever o seu primeiro *Soldado práctico*. Não se sabe se ele teria então pensado em alcançar o mencionado cargo de cronista do Estado da Índia, pois oficialmente ele só o veio a solicitar em carta escrita em Goa a 20 de novembro de 1589, embora este facto só recentemente tenha sido revelado, pois ficara no esquecimento.<sup>4</sup> Esta circunstância não impede que entre 1569 e 1570 ele já tivesse pensado nas funções de cronista, face ao vazio historiográfico que havia então quer em Portugal quer na Índia, considerando ainda o interesse por história recente que então ele revelava e está atestado em várias declarações suas que fez sobre recolha de documentos. Tal possibilidade estaria assim afim da sugestão feita por D. Jorge Temudo e está conforme ao encargo que aceitara em 1569 de comentar os *Lusíadas*, como alegadamente Luís de Camões lhe havia pedido na ilha de Moçambique, quando aí se encontraram.<sup>5</sup>

### Um cronista para a história da Índia, na Índia

A proposta de haver na Índia um cronista que narrasse a história dos portugueses no Oriente, apesar de formulada pela primeira vez em 1569, não se pode considerar uma ideia original, pois em Goa vivera Gaspar Correia, o qual até 1563 havia escrito quatro grossos volumes de umas *Lendas da Índia* cuja história ia até 1550. Esses volumes, que só iriam ser levados para Portugal em 1583, correspondiam, contudo, a uma iniciativa historiográfica que era de carácter particular e, talvez por isso, o arcebispo não a considerou, pois só evocou as obras de João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda, qua haviam sido publicadas e tinham grande prestígio.

<sup>3</sup> José Wicki, «Duas relações sobre a situação da Índia portuguesa os anos 1568 e 1569», *Studia*, 8, Lisboa, 1961, p. 214-215.

<sup>4</sup> António Coimbra Martins, «Sobre a génese da obra de Couto (1569-1600)», *Arquivo do Centro Cultural Português*, 8, Paris, 1974, p. 171-174.

<sup>5</sup> *Diogo do Couto e a década 8.ª da Ásia*, edição de M. Augusta Lima Cruz, volume I, Lisboa, 1993, p. 472.

De entre as exigências que D. Jorge Temudo requeria para o cargo do continuador da elaboração da história da Índia uma das mais importantes era a de que ali devia residir e, como já referimos, o cronista que iria ocupar a função pretendida por este eclesiástico nos citados apontamentos enviados a D. Sebastião estava em 1570 em Portugal e chamava-se Diogo do Couto. Por esse tempo, contudo, nem o rei nem os seus conselheiros prestaram atenção quer à História quer à sugestão de D. Jorge Temudo pelo que seria apenas a 28 de fevereiro de 1595 que Diogo do Couto foi nomeado primeiro cronista do Estado da Índia.

Antes de avançarmos com estas considerações para contextualizar a atividade de Diogo do Couto devemos assinalar que D. Jorge Temudo ao expressar o seu desejo de que houvesse um cronista na Índia e para lá da omissão de Gaspar Correia acabou também por não ser verdadeiro na menção que fez a Castanheda, o qual morreu em 1559, no ano em que Diogo Couto foi para a Índia. Com efeito aquele eclesiástico não teve em conta a importante realidade que foi a de esse cronista entre 1528 e 1538 ter estado na Índia. Diogo do Couto, contudo, soube destacar este facto em 1596-1597 na sua década IV da *Ásia*, publicada em 1602, numa digna homenagem a Fernão Lopes de Castanheda, em cuja obra se baseou largamente, pois considerou o mérito do trabalho que este autor tivera ao referir que «andou na Índia quase dez anos, correndo a mor parte dela, até chegar a Maluco (...)».<sup>6</sup> Esta afirmação é bem reveladora do reconhecimento da extensão e empenhamento deste cronista ao ter em conta as realidades sobre que escrevia, realçando o valor da experiência como uma base da apreensão da história.

Diogo do Couto ao procurar seguir o trilho delineado por este modelo de historiador estava na linha da reflexão de D. Jorge Temudo ao defender a necessidade de vivências orientais para a realização de uma história que se queria mais verdadeira.

Em 1616, pouco antes de morrer, Diogo do Couto insistiu na conceção empírica como sendo a mais adequada à escrita da História:

tenho mais experiência porque vi e tratei tudo; tenho de estar na fonte com o cântaro à bica, recolhendo a água fresca e informações das cousas que sucedem, o que não têm todos os mais da Europa que estão seis mil léguas aparta-

---

<sup>6</sup> Diogo do Couto, *Década quarta da Ásia*, edição de M. Augusta Lima Cruz, volume I, Lisboa, 1999, p. 233-234.



dos, aonde colhem esta água tão turva e cheia de limos, que não é para se ver.<sup>7</sup>

Na mesma linha dos autores que acabámos de citar encontra-se o já citado Sebastião Gonçalves, que também enalteceu a sua experiência oriental ao escrever que «nisto fico melhorado e avantajado aos que escreveram das cousas da Índia em Europa, pois mais clara notícia se pode alcançar nesta cidade de Goa, aonde escrevo, das cousas da Índia, que em Portugal ou Itália».<sup>8</sup>

Tendo em conta a forma como trabalharam alguns dos autores com conhecimento das regiões sobre as quais escreviam reconhece-se que as respetivas experiências lhes foram inegavelmente proveitosas pela proximidade com o ambiente e as pessoas que tratavam, sendo-lhes de utilidade prática e inspiradora na redação dos seus trabalhos. Apesar de esta realidade ser relevante não podemos deixar de reconhecer, contudo, que as realizações de autores que não foram a terras de além-mar poderiam alcançar resultados idênticos aos das pessoas com vivências locais, bastando para esse efeito seguirem de perto as fontes ultramarinas a que recorriam, as quais poderiam ser obtidas em Lisboa.

### **Cronística portuguesa no tempo de Diogo do Couto**

Pouco tempo antes de Diogo do Couto ter sido nomeado cronista a 28 de fevereiro de 1595, Francisco de Andrade foi nomeado para o cargo de cronista-mor do reino em julho de 1593. Verificamos assim ter sido Filipe I de Portugal quem acabou por se interessar pelos assuntos da História de Portugal e da sua Expansão ao proceder não apenas à nomeação de Diogo do Couto como cronista, mas também à de Francisco de Andrade. Este último foi nomeado no contexto da morte de António de Castilho ocorrida a 4 de julho de 1593, ainda que este tivesse sido apenas guarda-mor da Torre do Tombo, pois desde a morte de António Pinheiro, ocorrida em finais de 1582, não havia sido preenchido o cargo de cronista-mor do reino, para o qual este último havia sido nomeado ofi-

<sup>7</sup> *Diogo do Couto e a década 8.<sup>a</sup> da Ásia*, edição de M. Augusta Lima Cruz, volume I, Lisboa, 1993, p. 18.

<sup>8</sup> *Primeira parte da história dos religiosos da Companhia de Jesus (...)*, edição de José Wicki, volume, 1, Coimbra, Atlântida, 1957, p. 8.

cialmente a 16 de julho de 1550.<sup>9</sup>

As nomeações quer de Andrade quer de Couto embora oficialmente tenham sido feitas por Filipe I de Portugal terão sido alcançadas na prática devido à intervenção de Miguel de Moura, escrivão da puridade que entre 5 de julho de 1593 e janeiro de 1600 foi um dos cinco membros do Conselho de Regência do reino de Portugal que sucedeu ao vice-rei Cardeal Alberto. A possibilidade da ligação daquela influente personalidade a tais nomeações patenteia-se nomeadamente no facto de ter sido ela quem pediu expressamente em 1595 a Francisco de Andrade para escrever uma história da vitória alcançada pelos portugueses em 1594 no morro de Chaul.

Chegados a este ponto é de notar que no decorrer das décadas anteriores quer Castilho quer Pinheiro haviam escrito muitíssimo pouco sobre História e que foi mesmo necessário recorrer ao guarda-mor da Torre do Tombo desde 3 de junho de 1548, o humanista Damião de Góis, para que se escrevesse a partir de 1558 e publicado em 1566 e 1567 a *Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel*. Pouco depois ele foi afastado do cargo aquando da sua prisão pela Inquisição a 4 de abril de 1571, sendo de seguida substituído pelo referido António de Castilho a 6 de novembro de 1571.

O cargo de cronista-mor do reino embora atribuído em 1593 a Francisco de Andrade só lhe foi oficialmente confirmado a 24 de julho de 1599, tendo-o acumulado com as funções de superintendente da Torre do Tombo, as quais desempenhou entre 1 de janeiro de 1598 e 1 de setembro de 1606, data em que delas foi afastado por não ir ao referido arquivo, visto não querer sair de Almada, onde vivia. Este cronista, nascido em 1540, veio a falecer a 22 de março de 1614, um ano depois de ele ter publicado em 1613 uma *Cronica do muyto alto e muito poderoso rey destes reynos de Portugal Dom João o III deste nome*. Note-se que nesta obra o seu autor usou largamente os textos de Gaspar Correia, o que não aconteceu com Diogo do Couto, que faleceu a 10 de dezembro de 1616.

No âmbito da monarquia dual consideramos ainda oportuno assinalar neste enquadramento historiográfico que Antonio de Herrera y Tordesillas (1549-1626) foi nomeado por Filipe II de Espanha para os cargos de cronista maior de Índias em 1596 e cronista de Castela em 1598.

---

<sup>9</sup> Sobre os autores que aqui citamos limitamo-nos a referenciar apenas a nossa obra *A historiografia portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão: séculos XV a XVII*, Porto, tese policopiada, 2006, onde todos eles são tratados.

## Diogo do Couto cronista

Diogo do Couto desde a década de 60 do século XVI manifestara interesse pela história da Índia, mas foi apenas a 20 de novembro de 1589 que explicitou oficialmente tal interesse ao enviar uma carta a Filipe I de Portugal manifestando-lhe o propósito de escrever sobre a história dos portugueses na Índia desde o início do seu reinado. Tal realidade não impede de considerar a hipótese atrás formulada de que em 1570 ele já tivesse equacionado a possibilidade de ser nomeado para o cargo, o que acabou por não ter então qualquer eco, tal como não o teve a sugestão formulada por D. Jorge Temudo, face ao desinteresse pela História que então se patenteava em Portugal. Seja como for e considerando que em 1589 ele também não teve resposta à sua iniciativa voltou a insistir na proposta ali feita, ainda que sem a mencionar, através de uma nova carta que enviou ao rei datada de Goa a 15 de novembro de 1593. O seu texto é desconhecido, mas pode admitir-se ser semelhante ao de 1589 pelo teor da carta-resposta do rei que está datada de Lisboa, a 28 de fevereiro de 1595 (embora o rei não estivesse então em Lisboa). Diogo do Couto revelara de novo o seu empenho em escrever sobre o passado recente da Índia, mas o rei, ao nomeá-lo para os cargos de cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia em Goa, mandou-o escrever sobre a história dos portugueses no Oriente a partir do ponto em que ela havia ficado nas décadas da *Ásia* de João de Barros.

A 25 de fevereiro de 1595, o rei ordenou ao vice-rei que organizasse no palácio dos vice-reis as instalações necessárias à preservação da documentação da Torre do Tombo então criada e nas quais deveria trabalhar o referido cronista, o que foi feito pouco depois.

Diogo do Couto notabilizou-se por ter escrito nove décadas da *Ásia*, algumas delas com uma história atribulada, pois tiveram de ser rescritas ou tiveram mais do que uma versão. Numa perspetiva global as obras de Diogo do Couto constituem uma das principais fontes para o conhecimento do que ocorreu no Oriente durante os anos de 1526 a 1600.<sup>10</sup>

Não iremos aqui expor o fruto da complexa e difícil tarefa de Diogo do Couto como cronista, trabalho que já em grande parte foi feito em excelentes estudos, mas ainda assim assinalamos que na *Decada quinta da Asia*, publicada em Lisboa em 1612, se apresenta a carta do monarca

---

<sup>10</sup> De entre os numerosos estudos sobre esta matéria destacamos a de Rui Manuel Loureiro, *A biblioteca de Diogo do Couto*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1998.

para Diogo do Couto que de seguida transcrevemos para assim divulgar a forma como Diogo do Couto foi indigitado para o cargo.

Carta del-rei D. Filipe o I deste nome pera Diogo do Couto, cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia.

Diogo do Couto. Eu el-rei vos envio muito saudar. Vi vossa carta de Goa de 15 de novembro de (15)93; e tive contentamento de me dizerdes que vos dispúnheis a escrever os feitos que nessas partes se fizeram desde o dia que tomei posse destes meus reinos em diante: e que tínheis acabada a História desde então até ao tempo do governador Manuel de Sousa. E vos encomendo me envieis este volume, pera o mandar ver e imprimir; e que vos animeis pera continuar-des essa obra dos feitos dessas partes, desde o dia que os acabou de escrever João de Barros; pera que assim possam vir à luz os serviços que os meus vassallos portugueses têm feitos aos reis meus predecessores e a mim. E pera o melhor poderdes fazer, mandei passar a provisão que me pedis; em que mando que vos sejam dadas as provisões, cartas, e mais papeis que vos forem necessários; e de vos encarregar de guarda-mor da Casa do Tombo, que mando ordenar em Goa, pera nela se recolherem todos os contratos, provisões, registos da chancelaria, e todos os mais papéis de importância, que estiverem em poder do secretário dessas partes, e de outras pessoas, como sabereis do viso-rei Matias de Albuquerque. E vos encomendo muito que nisto me sirvais como de vós confio.

Escrita em Lisboa a 28 de fevereiro de (1)595.  
REI

Além desta carta o referido volume da década quinta apresenta uma gravura com o retrato do autor que surge no verso da folha de rosto, o qual foi reeditado na década sétima impressa em 1616. Um outro retrato de Diogo do Couto veio a surgir em 1624. Sugerimos a possibilidade de que a imagem do cronista possa ter sido traçada por Manuel Godinho de Erédia, que com ele colaborou e traçou um autorretrato que foi por ele colocado numa obra sua de 1613.

Deixamos ainda uma advertência importante sobre a década décima que era aquela por onde Diogo do Couto queria começar a sua obra em 1589,

quando escreveu a carta a Filipe I de Portugal declarando que o seu conteúdo estaria praticamente escrito. O que se afigura ser mais verosímil é que nessa altura Diogo do Couto apenas tivesse preparado apontamentos para a sua redação, pois tal década só foi concluída em 1599-1600 num códice que foi enviado para Portugal na armada em que D. Francisco da Gama deixou a Índia. O seu texto, apesar de ter sido revisto por Frei Adeodato da Trindade, ficou manuscrito até que só em 1788 foi completamente editado. Com efeito em 1736 imprimiram-se apenas 120 p. de uma primeira impressão que não se concluiu, as quais ficaram juntas com as correspondentes folhas do autógrafo de Diogo do Couto num volume que pertenceu a Barbosa Machado e que atualmente se encontra na Biblioteca Nacional do Brasil (no Rio de Janeiro).<sup>11</sup> Este facto, que até agora não foi divulgado, contribuirá para a edição crítica desta década cujo período histórico nela tratado abrange os anos que vão de 1581 a meados de 1588.

Além da preparação das décadas da *Ásia* a atividade historiográfica de Diogo do Couto contou ainda com vários trabalhos, alguns dos quais estão em parte encadeados com a redação das suas décadas, dois soldados práticos, várias vezes reeditados, e peças de oratória, que só recente e oportunamente foram recolhidas e publicadas em conjunto.<sup>12</sup>

De entre outras realizações de Diogo do Couto levadas a cabo no decorrer das suas funções como guarda-mor da Torre do Tombo há a assinar que chegaram até nós vários textos por ele assinados consistindo em alvarás e certidões, de entre as quais se pode citar a título de exemplo

<sup>11</sup> O resto do texto autógrafo desta obra encontra-se na Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, n.º 443, com 329 f. Desta década há cópias nos seguintes códices: Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 460; COD. 926; PBA 145; Academia das Ciências de Lisboa, ms. 57 A; Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms 65; Biblioteca Nacional de Madrid, ms. 3038 e Bibliothèque Nationale de France, Paris, Réserve Oy. 72 (10), tendo esta última sido feita por Pero de Faria e Sousa. Cf. ainda Ana Dulce Ribeiro Carocha de Seabra, *No princípio era o texto: contributo para a edição crítica do texto de Diogo do Couto da década décima*, Lisboa, tese de mestrado policopiada apresentada à Universidade de Lisboa, 1993 e Mariagrazia Russo, «Un'edizione perduta, un manoscritto sconosciuto e una traduzione italiana inedita: i documenti della Década X di Diogo do Couto nella Biblioteca Angelica di Roma» in *Italia - Portogallo. Viaggi nella storia e nella cultura*, Viterbo, Sette Città, 2008, p. 135-168.

<sup>12</sup> *Diogo do Couto orador: discursos oficiais proferidos na Câmara de Goa*, edição de Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro e Nuno Vila-Santa, Albufeira, Arandis, 2016.

significativo o conjunto de atestados que passou relativamente aos serviços prestados por Luís Dantas Lobo no Oriente entre 1604 e 1605.<sup>13</sup>

### A epistolografia de Diogo do Couto enquanto cronista

Diogo do Couto escreveu também cartas de que se conhecem algumas em que nos deu a conhecer aspetos importantes da sua vida, as quais por vezes funcionam ainda como complemento dos textos historiográficos que elaborou. Por tal motivo considerámos útil apresentar por ordem cronológica a epistolografia de Diogo do Couto que conseguimos inventariar e se encontra na Torre do Tombo, com exceção da primeira e das duas últimas cartas.

- Carta a Filipe I de Portugal datada de Goa a 20 de novembro de 1589.<sup>14</sup>
- Carta com apontamentos datada de Goa a 20 de novembro de 1595.<sup>15</sup>
- Carta a D. Francisco da Gama datada de Goa a 23 de dezembro de 1605.<sup>16</sup>
- Carta a D. Francisco da Gama datada de Goa a 20 de dezembro de 1606.<sup>17</sup>
- Carta a D. Francisco da Gama datada de Goa a 16 de dezembro de 1607.<sup>18</sup>

<sup>13</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa com 55 f. cujo texto foi publicado por Luciano Cordeiro em *Dois capitães da Índia*, Lisboa, 1898.

<sup>14</sup> Arquivo Geral de Simancas, Secretarias Provinciales, COD. 1551, publicada por António Coimbra Martins, «Sobre a génese da obra de Couto (1569-1600)», *Arquivo do Centro Cultural Português*, 8, Paris, 1974, p. 171-174.

<sup>15</sup> Torre do Tombo, Miscelânea do convento da Graça, tomo II E, cx 6, p. 345-347, publicada em «Pecúlio epistolar: cartas de Diogo do Couto, *Revista literária*, 11, Porto, 1842, p. 450-453; *Obras inéditas*, Lisboa, Imprensa Régia, 1808, p. 81-88 (com a menção errada da data como sendo 27 de novembro), citada por António Baião, *Décadas* (antologia), volume I, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1947, p. XXVI.

<sup>16</sup> Torre do Tombo, Miscelânea do convento da Graça, tomo III, cx. 2, p. 371-378 (faltam as p. 375-378), publicada em «Pecúlio epistolar: cartas de Diogo do Couto, *Revista literária*, 11, Porto, 1842, p. 525-535 e por António Baião, *Ob. cit.*, p. LIV-LXIX.

<sup>17</sup> Torre do Tombo, Miscelânea do convento da Graça, tomo III, cx. 2, p. 367-368, publicada na «Pecúlio epistolar: cartas de Diogo do Couto, *Revista literária*, 11, Porto, 1842, p. 458-460, não tendo sido mencionada por António Baião, *Ob. cit.*

<sup>18</sup> Torre do Tombo, Miscelânea do convento da Graça, tomo II E, cx 6, p. 381-382, publicada em «Pecúlio epistolar: cartas de Diogo do Couto, *Revista literária*, 11, Porto, 1842, p. 460-463 e por António Baião, *Ob. cit.*, p. LXIX-LXXIV.

- Carta a D. Francisco da Gama datada de Goa a 27 de dezembro de 1607.<sup>19</sup>
- Carta a D. Francisco da Gama datada de Goa na derradeira oitava do Natal de 1608.<sup>20</sup>
- Pedido de aumento de salário por Diogo do Couto, não assinado nem datado.<sup>21</sup>
- Carta não datada (1610?) dirigida ao desembargador João Freire de Andrade «Sobre a oração do Conde Almirante D. Vasco da Gama».<sup>22</sup>
- Carta ao desembargador João Freire de Andrade datada de Goa a 6 de janeiro de 1616.<sup>23</sup>

## Concluindo

A vastidão e complexidade do árduo e empenhado esforço historiográfico de Diogo do Couto já motivou a realização de trabalhos importantes, mas eles só culminarão com a conclusão da edição crítica de todos os seus textos, missão que tem sido tão difícil de levar a cabo como o foram as edições iniciais das suas obras. Ainda assim a memória e o valor daquele que foi o primeiro cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia, desaparecido do mundo dos vivos há quatro séculos, irá perdurar pelos tempos vindouros.

---

<sup>19</sup> Torre do Tombo, Miscelânea do convento da Graça, tomo II E, cx 6, p. 377-378, publicada em «Pecúlio epistolar: cartas de Diogo do Couto, *Revista literária*, 11, Porto, 1842, p. 463-466 e de melhor forma por C. R. Boxer e Frazão de Vasconcelos em *André Furtado de Mendonça*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 137-140 (não mencionada por António Baião, *Ob. cit.*

<sup>20</sup> Torre do Tombo, Miscelânea do convento da Graça, tomo II E, cx 6, p. 651-655, publicada em «Pecúlio epistolar: cartas de Diogo do Couto, *Revista literária*, 11, Porto, 1842, p. 436-445 e por António Baião, *Ob. cit.*, p. LXXV-LXXXIX.

<sup>21</sup> Torre do Tombo, Miscelânea do convento da Graça, tomo II E, cx 6, p. 649 publicado em «Pecúlio epistolar: cartas de Diogo do Couto, *Revista literária*, 11, Porto, 1842, p. 435-436 e por António Baião, *Ob. cit.*, p. XXXIX-XLI.

<sup>22</sup> Publicada nas *Obras inéditas de Diogo do Couto*, Lisboa, 1808, p. 79-80.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 73-78.





Retratos de Diogo do Couto na *Década quinta da Ásia*, Lisboa, 1612 (à esquerda) e em *Discursos vários políticos* de Manuel Severim de Faria, Évora, 1624 (à direita).



Planta de Lisboa cerca de 1567, cidade onde nasceu Diogo do Couto em 1542 e onde voltou em 1570. Gravura impressa por Georg Braun em *Urbium praecipiarum mundi theatrum quintum*, volume 5, s.l, 1598.







# **Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto: vivências e contingências na modelação da escrita de uma História da Ásia e dos seus actores**

ANA PAULA MENINO AVELAR \*

Tanto Fernão Lopes de Castanheda, como Gaspar Correia e Diogo do Couto escreveram as suas crónicas sobre a presença e permanência portuguesa no espaço asiático no século XVI. Ao analisar as vivências e as contingências biográficas que determinaram uma modalidade de escrita específica, a de uma História da Ásia, sistematizo brevemente como se descreveram os seus actores. Estes três cronistas da expansão portuguesa participaram da nossa “república das letras”, ainda que a frequentemente em espaços físicos e temporais diferenciados, construindo as suas próprias redes culturais. Contudo, por vezes, os seus percursos vivenciais cruzaram-se.

Atente-se então, nesses, por vezes, breves encontros, biografando-os. Fernão Lopes de Castanheda<sup>1</sup> é quem a 6 de Março de 1551 vê sair pela

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 43-54 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Professora Associada Agregada, Universidade Aberta; Investigadora Integrada, CHAM, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> Sobre a biografia de Fernão Lopes de Castanheda cf. Ana Paula Menino Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda- Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 17-66. Para uma abordagem

imprensa da universidade de Coimbra o primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses*. Ele vivenciou o espaço asiático, para onde partira com seu pai,<sup>2</sup> com cerca de 16 anos. Fernão Lopes de Castanheda permaneceu no Oriente durante cerca de 10 anos, acompanhando todo governo de Nuno da Cunha. A partir de 1539 fixa-se em Coimbra, intervindo na vida da universidade. Aí ocupa vários ofícios ao serviço desta instituição, desde bedel da faculdade das artes até guarda do cartório, do material de impressão e da livraria. É, aliás, exactamente nestes tempos que redige os seus 10 livros da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.

Já Gaspar Correia<sup>3</sup> passa grande parte da sua vida na Índia, ocupando lugares de escrivão junto dos governadores portugueses. Correia nascera em 1492, estando na corte de D. Manuel a partir de 1506. A 12 de Março de 1512 vai para a Índia, na armada de Jorge de Melo Pereira, chegando a Goa a 15 de Agosto. Entre 1512 e 1513 serve como escrivão de Afonso de Albuquerque, testemunhando, em Setembro de 1514, a tentativa de envenenamento deste governador. Em Março de 1515, acompanha Albuquerque na reconquista de Ormuz e no regresso Goa, já na barra da cidade, este cronista assiste à morte do governador a bordo da nau *Frol da Rosa*. Neste mesmo ano desempenha, com Duarte Barbosa, o ofício de escrivão em Calecute. Em 1516 encontram-no como vedor das obras da cidade de Goa. Já em 1521 está com Pêro Lopes de Sampaio em S. Tomé de Meliapor, acompanhando os trabalhos de reparação da capela erigida no local onde se pensava que teria vivido S. Tomé, aí ficando até 1524. Durante os governos de Lopo Soares de Albergaria, Diogo Lopes Sequeira, D. Duarte de Meneses e do vice-rei Vasco da Gama ocupa o cargo de vedor das obras. Mas em Maio de 1525, sob o governo de D. Henrique de Meneses, torna-se almoxarife do armazém da Ribeira de Cochim, onde permaneceu até Outubro de 1528.

É exactamente nesta altura que o seu caminho se cruza com o jovem Fernão Lopes de Castanheda, pois também este se encontrava ao serviço do novo Governador da Índia, Nuno da Cunha. Sabemos que Gaspar Correia acompanhou em 1529 este governador a Diu, tal acontecendo

---

mais concisa em termos biográficos Cf. Ana Paula Avelar, "Castanheda, Fernão Lopes de" in Francisco Contento Domingues, *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*, Lisboa, Círculo Leitores, 2016, I, pp. 261-262.

<sup>2</sup> Lopo Fernandes de Castanheda ocuparia o lugar de vedor da cidade de Goa entre 1528 e 1529.

<sup>3</sup> Cf. Ana Paula Avelar, "Correia, Gaspar" in Francisco Contento Domingues, *op. cit.*, pp. 307-308. Nesta entrada sistematizo os dados biográficos essenciais.

igualmente com Fernão Lopes de Castanheda. Contudo em nenhum dos textos redigidos por estes cronistas sobre o ataque a esta praça, encontramos os seus nomes. Cada um referencia o facto de ter testemunhado o ataque perpetrado por Nuno da Cunha. A 20 de Janeiro de 1533 Gaspar Correia teria estado ao lado deste governador na conquista Baçaim.

Entre 1532 e 1534 este cronista redigiria as *Chronicas dos Reis de Portugal e summarios das suas vidas com a historia da India e Armadas que se mandaram athe o anno de 1533*, dedicando os anos seguintes à escrita das *Lendas da Índia*, onde narraria a presença portuguesa no espaço asiático desde 1497 até 1550. Nos anos de 1535 e 1536, encontramo-lo em Diu quando Nuno da Cunha obteve licença de Bahadur Shah para aí erigir uma fortaleza portuguesa. Se Fernão Lopes de Castanheda regressou ao reino no momento em que o seu governador, Nuno da Cunha, é afastado, Gaspar Correia permaneceu no Oriente.

O cronista das *Lendas da Índia* percorreria as praças portuguesas no golfo Pérsico, nas costas do Malabar, Cambaia e Coromandel, e ainda Negapatão e S. Tomé de Meliapor, visitando o templo hindu de Tirumala-Tirupati durante a festa dedicada à lua cheia de Agosto. Esta visita aconteceu antes de 1543, i.e., antes da tentativa de saque do governador Martim Afonso de Sousa. Três anos depois, em 1546 Correia acompanha os acontecimentos do 2º cerco de Diu e no ano seguinte o vice-rei D. João de Castro pede-lhe que oriente um pintor local na elaboração dos retratos dos vários governadores da Índia, desde D. Francisco de Almeida. Desconhece-se a data da morte de Gaspar Correia, a qual deverá ter ocorrido em Goa entre 1563 e 1583, ano em que regressou ao reino Miguel da Gama, neto de Vasco da Gama, com o manuscrito das *Lendas da Índia*. Sabe-se, contudo, que em 1583 este nosso cronista já teria falecido.

Possivelmente Gaspar Correia ter-se-ia cruzado com Diogo do Couto, no momento em que este permaneceu no Oriente por cerca de 10 anos. Recorde-se que Couto<sup>4</sup> nascera na freguesia de Santa Justa (Lisboa) em 1542, filho de Gaspar do Couto, que serviu o infante D. Luís, e de Isabel Serrão de Calvados. Seria, aliás, o infante D. Luís, que o tomara sob sua protecção, ingressando o jovem Couto, aos dez anos de idade, no Colégio

---

<sup>4</sup> Cf. Ana Paula Avelar, "Couto, Diogo" in Francisco Contento Domingues, *op. cit.*, pp. 318-321. Nesta entrada sistematizo os dados biográficos essenciais e sinalizo uma bibliografia sucinta sobre este cronista que tem sido profusamente trabalhada por Maria Augusta Lima Cruz, cujo trabalho é essencial para quem se debruça sobre este autor.

de S. Antão, onde estudaria gramática e retórica. Couto aprofundaria os seus estudos filosóficos no mosteiro de Benfica, tendo por companheiros Luís de Camões e o filho do infante, D. António, futuro prior do Crato.

A morte do seu protector, o infante D. Luís (1555), e de seu pai, um pouco mais tarde, obrigam-no a abandonar os estudos, embarcando para a Índia por volta de 1559. Neste espaço asiático permaneceria cerca de 10 anos. 1559 é igualmente o ano em que, a 23 de Março, morreria em Coimbra Fernão Lopes de Castanheda, no entanto Gaspar Correia ainda permanecia em terras orientais, pois a sua morte ocorreria, como já assinalai, entre 1563-1583. Por seu turno, em 1569, Diogo de Couto regressaria ao reino, na armada de D. Antão de Noronha. Assim é possível que Couto se tivesse cruzado com Gaspar Correia na Índia, por onde ambos deambulariam nos espaços sobre o domínio da coroa portuguesa, perseguindo os desígnios de escrever sobre a presença portuguesa no oriente.

Diogo de Couto, na viagem de regresso ao reino e já na ilha de Moçambique, o cronista encontrar-se-ia com o seu antigo companheiro Luís de Camões que lhe pede para rever *Os Lusíadas*, obra que Couto comentará até ao canto V. Importa ter em atenção que Camões se servira no seu poema épico tanto do primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão de Castanheda, impresso pela primeira vez em 1551, tendo o autor acompanhado a sua reimpressão em 1554, como da primeira Década da *Ásia...* de João de Barros.

Por outro lado, também Diogo do Couto é autor de *Poezias varias*, elegias, élogos, sonetos, canções e glosas, que permaneceram manuscritas, o que o colocava como um interlocutor privilegiado para a revisão da épica camoniana.<sup>5</sup> Registe-se igualmente que, o seu *Commento ás Lusíadas de Luiz de Camões* foi enviado a D. Fernando de Castro Pereira e que possivelmente seria nestas últimas décadas de Quinhentos que Diogo do Couto escreveria o *Soldado Prático*, do qual se conhecem duas versões,<sup>6</sup> sendo a segunda datada de 1610.

---

<sup>5</sup> Cf. António Coimbra Martins, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 9-25.

<sup>6</sup> Cf. A introdução da autoria de António Coimbra Martins à edição que sai pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

Mas regressemos à viagem de regresso ao reino de Diogo do Couto em 1569 e a Luís de Camões, os quais embarcam em Moçambique na nau *Santa Clara*, chegando a Cascais em Abril de 1570, vivendo Lisboa sob o flagelo da peste. No ano seguinte, a 17 de Março, Couto regressaria à Índia com o novo vice-rei D. António de Noronha, chegando à barra de Goa a 6 de Setembro do mesmo ano. Aí encarregar-se-ia do aprisionamento dos mantimentos para as naus, e desposaria a filha de Manuel Fernandes e de Mariana de Melo, a, nas suas palavras, “formosa” Luísa de Melo, cujo irmão, frei Adeodato da Trindade, preparou a impressão de algumas das suas obras. Um último vector biográfico deve ainda ser aduzido, o qual se prende com esta inscrição coutiana, nas vivências e contingências, de uma modelação da escrita de uma História da Ásia e dos seus actores.

Atente-se deste modo no facto de, em 1589, Diogo do Couto ter escrito a Filipe I de Portugal, informando-o que estava a concluir uma crónica geral da Índia, onde enalteceria a acção do monarca. Esta obra continuaria a iniciada por João de Barros. Na mesma carta Couto enfatiza a necessidade de se constituir um arquivo em Goa. Contudo, este seu pedido não teria eco junto do monarca, o que levaria Couto a renová-lo em 1593, enquanto redigia a sua obra sobre as coisas da Índia. A 25 de Fevereiro de 1595, o monarca ordenaria a constituição do tombo de Goa, ficando Diogo do Couto com a guarda do mesmo. A par deste ofício o cronista continuou a escrever a sua crónica sobre a Ásia. Entre 1595 e 1596 elaborou a Década IV, a qual se debruçaria sobre o governo da Índia de 1526 a 1536, sendo impressa em Lisboa em 1602. As naus da Índia de 17 de Janeiro de 1598 trariam os manuscritos das Décadas IV e V. Entre 1596 e 1597 Couto teria escrito esta última, a qual trataria do período de 1537 a 1545, e sairia impressa a 1612. Já a Década VI (sobre 1545 a 1554) seria iniciada ainda no ano de 1597. Recorde-se que estas três décadas coutianas fecham o ciclo de descrição dos 50 anos de permanência na Índia da coroa Portuguesa, tendo em atenção as três décadas de Barros, que sequenciam.

Mas regressemos aos traços biográficos de Diogo do Couto. A morte de Filipe I de Portugal a 13 de Setembro de 1598 levá-lo-ia a suspender o seu ritmo de trabalho em torno desta *História* mais geral sobre uma presença portuguesa por terras e mares asiáticos. Aliás, importa reter que a Década VI, que sai em Lisboa em 1614, já então estaria concluída. Couto, abraçou neste final de 1598 um outro projecto, iniciando então o *Tratado de todas as cousas sucedidas ao valoroso capitão D. Vasco da Gama...* que terminaria a 16 de Novembro de 1599. A sua proximidade ao governador D. Francisco da Gama, bisneto de Vasco da Gama, possibili-



tar-lhe-ia a concretização deste projecto. Couto proferiu a oração da tomada de posse deste governador a 25 de Dezembro de 1597. Foi igualmente neste momento que se mostrou pela primeira vez o retrato de D. Vasco da Gama. A armada de 1600 traz para Lisboa a Década X, dedicada aos anos de 1581 a 1588. Esta acolheria a crónica geral para a qual pedira a protecção de Filipe I de Portugal em 1589.

Entretanto recuemos um pouco, e atentemos no facto de, como Couto, também Gaspar Correia ser próximo dos Gamas. Como, anteriormente recordei, seria em 1583, que à guarda de Miguel da Gama, neto de Vasco da Gama, chegaria ao reino de Portugal o manuscrito das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia. Apesar do talvez fastidioso, mas necessário, rol de dados biográficos evidenciei como, tanto Fernão Lopes de Castanheda como Gaspar Correia e Diogo do Couto participaram da nossa “república das letras”, ainda que a tenham frequentado em espaços físicos e temporais diferenciados, cruzando-se os seus percursos de vida.

Mas não são só as *reconstruídas* contingências espaciais, que os aproximam. Tanto a *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, como as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, ou ainda as *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto subscrevem uma modalidade de escrita específica da cronística da Expansão, partilhada esta mesma modalidade discursiva por João de Barros, e as suas *Décadas da Ásia*. Atente-se, aliás, no dado já anteriormente referido de Diogo do Couto prosseguir o labor historiográfico de João de Barros. Este último, participa do trinómio dos que na 1ª metade de Quinhentos escreveram a História da presença portuguesa nos espaços asiáticos, porém o conhecimento directo da Ásia, só foi vivenciado por Castanheda, Correia e Couto.

Todavia, importa ter em atenção que estes quatro autores partem da definição clássica de Aristóteles na *Poética* de distinção entre História e Poesia/Literatura, onde não é o “...ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade”.<sup>7</sup>

À História cabe então o ofício de narrar o que aconteceu, sendo a ficcionalidade um meio de distinguir as diferentes narrativas, encontrando possíveis categorizações. Nos séculos XV e XVI, e no caso português, a escrita da História para além de, repito, visar escrever o que aconteceu

---

<sup>7</sup> Aristóteles, *Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 115.



expressa um domínio, e o seu registo surge a par da exposição de um império. Na imagem de império plasma-se uma *Idade do Ouro* que se foi transformando num discurso histórico/memorativo e onde se evidenciam, através de estratégias diferenciadas, a acção da coroa e dos seus agentes. Frequentemente se expõem clientelas familiares e se traçam perfis heróicos, onde ecoa o que em 1637, Baltazar Gracián y Morales sistematizaria como sendo o perfil do herói: “Chame-se émulo comum de todos os heróis a quem é centro de todas as proezas, e equivoque-se o aplauso em brasões com eminente pluralidade: o afortunado, pela sua felicidade; o animoso, pelo seu valor; o discreto, pelo seu engenho; o catolicíssimo, pelo seu céu; o destemido, pela sua airocidade; e o universal, por tudo”.<sup>8</sup>

Tanto Fernão Lopes de Castanheda, como Gaspar Correia, João de Barros ou Diogo do Couto elaborariam os seus panegíricos. Fazem-no quando narram o fim de cada governo, salientando fundamentalmente as virtudes e os principais traços da actuação dos governadores e vice-reis do estado da Índia. Estes cronistas da Expansão modelam os seus diferentes panegíricos ou até se servem desta estratégia discursiva para ilidir, sublinhar ou até hierarquizar a heroicidade dos vários actores maiores da construção de um império. Contudo todos eles introduzem a sua marca autoral. Exercitam a sua afirmação identitária, vector construtor do nosso renascimento. Tanto Fernão Lopes de Castanheda, como João de Barros, Gaspar Correia ou o próprio Diogo do Couto historiam a presença da coroa portuguesa nos novos espaços asiáticos, descrevendo a exploração e domínio dos novos oceanos e outras terras, na busca de uma identidade construída a partir do defrontar os Outros e visando a lição da História.

Servem-se dos seus antecessores, construindo a sua “biblioteca imaginária”. Esta entendida na esteira de André Malraux como *imagens de coisas, diferentes das próprias coisas, e retirando-se desta diferença específica a sua razão de ser*, consubstanciando-se num *confronto de metamorfoses*.<sup>9</sup> Na prática deste conceito deveremos usar as ferramentas interrogativas de uma arqueologia do saber, entendida por Foucault como: “(...)une recherche de l’origine, des *a priori* formels, des actes fondateurs, bref comme une sorte de phénoménologie historique”.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Baltazar Gracián Y Morales, *O Herói*, Lisboa, Frenesi, 2003, p. 77.

<sup>9</sup> Cf. André Malraux, *Museu Imaginário*, Lisboa, Edições 70, 2000, p. 12

<sup>10</sup> Michel Foucault, *L’archéologie du savoir*, Paris, Editions Gallimard, 1969, p. 265.

Rui Loureiro usou a terminologia de Biblioteca virtual<sup>11</sup> para o apurar da composição da: “Biblioteca virtual de Diogo do Couto, ou seja saber que títulos fariam parte do seu universo cultural, através da posse efectiva, do empréstimo fortuito, da simples consulta ou do conhecimento em segunda mão”.<sup>12</sup>

Esta funcionará na perspectiva de Paul Braffort tanto como um depósito ou utensílio do conhecimento, corporizando uma etapa geradora de novos livros e conhecimentos. Por seu turno, os efeitos cognitivos inerentes à acumulação de livros, aquela que é a sua materialidade, proporciona a criação de laços que se entretecem no eu e na sua relação com o mundo.<sup>13</sup> Mas considero que o conceito de “biblioteca interior”, de Pierre Bayard deve ser usado ao tomar os perfis autorais de Fernão Lopes de Castanheda ou de Gaspar Correia, pois movemo-nos no espaço subjectivo da biblioteca colectiva, a qual representa como assinala este ensaísta, o conjunto de livros relativamente aos quais a personalidade autoral se constrói e organiza seja no que concerne o discurso narrativo seja na relação que se estabelece com os outros. Desta biblioteca colectiva participa o livro interior, como conjunto de representações míticas, colectivas ou individuais, que vão interpelando o autor e a escrita. Este livro imaginário funciona como filtro e determina a recepção de outras / novas obras.<sup>14</sup> Usando estes conceitos acolho a função palimpséstica que os nossos cronistas da expansão exercitam, manipulação, interiorização e reconstrução de um discurso, outro, como se seu fosse, ultrapassando assim a exposição de uma biblioteca virtual, como depósito e utensílio de conhecimento. Isto é, esta biblioteca virtual está presente como etapa na gestação de novos livros, de novos conhecimentos. A “biblioteca interior” formula-se no uso palimpséstico do texto. Se tal exercício é maioritariamente silencioso nos casos de Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia ou João de Barros, já em Diogo do Couto<sup>15</sup> ela é declaradamente exposta. Ao redigir a Década IV e parte da Década V, no que concerne fundamentalmente o tempo de permanência de Nuno da Cunha no governo da Índia, Diogo do Couto escolhe deliberadamente Fernão Lopes de Castanheda como uma das suas fontes nucleares, apurando e

<sup>11</sup> Rui Loureiro, *A biblioteca de Diogo do Couto*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1998, p. 14.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> Cf. A propósito deste autor <http://www.paulbraffort.net/>

<sup>14</sup> Cf. Pierre Bayard, *How to talk about books you haven't read*, New York, Bloomsbury, 2007, pp. 82-83.

<sup>15</sup> Recorde-se como Diogo do Couto se inscreve em João de Barros e contrapõe o seu discurso ao deste e ao de Fernão Lopes de Castanheda.

precisando o discurso. Importa aqui sinalizar que, para além de Castanheda, Couto referencia igualmente Gian Pietro Maffei, o qual narrou a acção governativa do próprio Nuno da Cunha, na sua *Historiarum Indicarum Libri XVI* que lhe fora encomendada pelo Cardeal D. Henrique. Conhecemos actualmente passagens do livro IX de Castanheda devido às cópias que dele fizeram os secretários de Maffei. Este serviu-se profusamente da obra do cronista português.<sup>16</sup> Mas se Diogo do Couto escolheu Fernão Lopes de Castanheda também João Baptista Lavanha o fez ao escrever Década IV da Ásia, prosseguindo o projecto incompleto de João de Barros e cotejando o seu discurso com o coutiano.

Mas as razões destas escolhas prendem-se com o facto de Fernão Lopes de Castanheda ter acompanhado o governo de Nuno da Cunha, desde 1528/29 permanecendo no espaço asiático, mesmo depois de seu pai, ter regressado a Portugal, por volta de 1532. Estar com o governador, quando este recebeu de D. João III a encomenda de que se deveria escrever o que passava por terras orientais,<sup>17</sup> coligindo os dados sobre esta História, fazem dele uma das fontes incontornáveis para este governo. Recorde-se que nestes 10 anos (1528-1538) também Gaspar Correia recolhia informações para a sua escrita da expansão. Este irá manusear e confrontar alguns dos livros da *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos portugueses* com o que redigia nas suas *Lendas...* até porque a obra de Castanheda, já depois de impressa em Coimbra, teria chegado ao *Estado da Índia*, como aconteceria com as duas primeiras décadas da *Ásia...* de João de Barros.<sup>18</sup>

É exactamente Diogo do Couto que noticia o facto de Fernão Lopes de Castanheda regressar a Portugal na mesma altura em que Nuno da Cunha o fizera, transportando consigo escritos que lhe permitiriam redigir a História da presença portuguesa nos espaços asiáticos desde a 1ª viagem de Vasco da Gama até ao vice-reinado de D. João de Castro, ainda que não conheçamos os últimos livros (IX e X) desta *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.

Atente-se exactamente no facto de todos estes cronistas da expansão se servirem de uma matriz clássica titoliviana, legitimando o discurso his-

<sup>16</sup> Cf. Ana Paula Menino Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda, op. cit.*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 107-109

<sup>17</sup> Cf. João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos Mares e terras do Oriente- Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda 1988, p. 4.

<sup>18</sup> Cf. Rui Manuel Loureiro, *A biblioteca de Diogo do Couto, op. cit.*, pp. 40-41.

toriográfico nos *antigos*. O número 10, evocador do *Todo*, do *Universal*, ditaria a escrita da História. Mas também os modernos serviriam o discurso: seria necessário o conhecimento dos espaços, e o alicerçar no testemunho e na vivência autoral a escrita da História. O signo de Zuza-ra, atravessaria esta nossa escrita da Expansão. Não era já o percurso de vida de um monarca que determinaria o registo historiográfico, mas sim a permanência num espaço. Só alguns exemplos: tanto Fernão Lopes de Castanheda, como Gaspar Correia ou ainda João de Barros procuram narrar os primeiros 50 anos da presença portuguesa no Oriente. Mas explicita-se: Castanheda fechou o ciclo da sua História com o vice-reinado de D. João de Castro, o qual morre em 1548; Gaspar Correia concluiu as suas *Lendas da Índia* com a chegada àquelas paragens do vice-rei D. Afonso de Noronha, no ano de 1550; João de Barros escreveu as suas três Décadas da Índia deixando os esboços para a sua Década IV que seriam retomados por João Baptista Lavanha.

Contudo, João de Barros enunciou logo no capítulo I da sua *Primeira Década*, a arquitectura da sua obra. Esta sua *milícia oriental* terminaria em 1539 com a morte do governador de Nuno da Cunha. Baptista Lavanha cumpre este desígnio, a Década IV prosseguiu o registo da *Terceira Década* de Barros, e descreveu os governos de Lopo Vaz de Sampaio e de Nuno da Cunha, fechando-se o discurso historiográfico com a notícia em torno da morte do governador. Já Diogo Couto distendeu a narrativa sobre a actuação de Nuno da Cunha pelas suas Décadas IV e V, prosseguindo a sua escrita da História. Ele organizaria o seu registo historiográfico em Décadas, cada uma composta por 10 livros.

Mas regressemos a João de Barros. O seu discurso historiográfico sobre a Ásia teria 4 partes, composta por 40 livros que comporiam 4 Décadas. Cada Década seguia o curso dos anos e comportaria 10 livros. Fernão Lopes de Castanheda escreveria 10 livros, ainda que só 7 tenham sido impressos em vida do autor, o oitavo saiu pela mão de seus filhos após a sua morte. A sua arquitectura narrativa revela a importância atribuída pelo cronista aos perfis e governos da Índia, compulsando a informação que sobre estes fornece ou destacando-a.<sup>19</sup> Consequentemente, Fernão

---

<sup>19</sup> O primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* debruça-se sobre o curso da Expansão Portuguesa dos anos de 1497 a 1505. No segundo livro, o cronista trata do governo do 1º vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida (1505-1509). No terceiro livro, delineia o governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515) e no quarto livro narra o governo de Lopo Soares (1515-1518). No quinto livro noticia o governo de Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521), e, no sexto livro, trata dos governos de D. Duarte de Meneses (1521-1524), D. Vasco da Gama

Lopes de Castanheda atribuiu um livro aos governadores que, segundo ele, marcariam um tempo, seja pelo progresso conseguido na consolidação da presença portuguesa no espaço oriental, seja pelos problemas surgidos no governo da Índia. Tal acontece com o relato dos governos de D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Diogo Lopes Sequeira, Lopo Vaz de Sampaio e Nuno da Cunha, e como defendo pela inferida organização do discurso historiográfico, a D. João de Castro, cujo livro se perdeu.

São 4 os livros que compõem as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia. Cada livro é organizado pela descrição do governo de cada governador da Índia, sendo este segmento narrativo, por sua vez subdividido, pela narrativa do que aconteceu durante o tempo de cada armada. Se o devir histórico marca o o discurso historiográfico é o domínio dos mares, ou melhor, as armadas, enquanto o instrumento que permite a construção da Lenda, entendida pelo cronista como narrativa escrita digna de se ler, e não como algo de enfabulatório, o signo identificador de uma presença, a do império marítimo português.

Últimas notas, relativas à modelação da escrita de uma História da Ásia: subjacente ao discurso historiográfico persegue-se a cronografia, porém são as digressões autorais, as vivências e contingências individuais que conduzem a narrativa, explicitando o espaço descritivo, o qual abarca não só o contexto histórico-cultural das micro-narrativas mas também o espaço físico e humano, deliando-se e apurando-se os actores da H(h)istória. Recorrem-se a analepses e prolepses sem que os cronistas (Castanheda, Correia, Barros, Lavanha, Couto) abandonem a sequência cronológica que é a matriz discursiva essencial. O encadeamento lógico da narrativa movimenta-se num contexto preciso, focalizado na actuação dos agentes da coroa, na precisão dos factos enquadrados por uma envolvência geográfica onde a “natureza” participa.

Enfim, a memória de uma História, que também ela incorpora, logo no século XVI, as “bibliotecas interiores e imaginárias” dos que escrevem sobre a presença portuguesa no espaço asiático foi assim brevemente vislumbrada, sinalizando-se alguns dos prováveis diálogos, por vezes silenciados, deste nosso tecido cultural. Escutámos os murmúrios dos cultores da língua portuguesa e da sua excelência, desocultando-se as

---

(1524) e D. Henrique de Meneses (1524-1526). No sétimo livro, Fernão Lopes de Castanheda aborda o governo de Lopo Vaz de Sampaio (1526-1528), e, no último livro, trata o governo daquele que foi sem dúvida o seu protector, Nuno da Cunha (1528-1538).

modelações daquela que foi a escrita de uma História sobre a Ásia no Portugal de Quinhentos. Dos seus narradores e actores flui aqueles que são, segundo Claude-Gilbert Dubois os modos de comunicação privilegiados do nosso século XVI: *speculum, liber, theatrum*, isto é, (um) espelho do mundo, (um) livro da natureza, (um) teatro/representação da vida.<sup>20</sup> E isto acontece mesmo quando, seguindo a premissa aristotélica, é *ofício do historiador narrar o que aconteceu*.

---

<sup>20</sup> Claude-Gilbert Dubois, *Le bel aujourd'hui de la Renaissance - Que reste-t-il du XVIe siècle?*, Paris, Seuil, 2001, p. 41.

# **DIOGO DO COUTO – TEXTOS**





## Redes de informadores e tipos de fontes nas *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto

RUI MANUEL LOUREIRO \*

A biografia de Diogo do Couto foi objecto de diversas abordagens, de modo que não me irei debruçar sobre ela. Bastará lembrar que durante os anos de residência na Índia, sobretudo nas suas duas últimas décadas de vida, Diogo do Couto desenvolveu uma intensa actividade literária, produzindo uma vastíssima obra de natureza essencialmente historiográfica.

- Por um lado, preparou um conjunto de textos ‘menores’, onde se podem incluir as duas versões do *Diálogo do Soldado Prático*, um desaparecido *Comentário d’Os Lusíadas*, o *Tratado dos Gama* (1596), um também desaparecido *Epílogo da História da Índia* (1608), a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* (1611), variadíssimas peças oratórias pronunciadas por ocasião da recepção em Goa de governadores e vice-reis ou em outras ocasiões memoráveis, e ainda algumas relações de naufrágios célebres.
- Por outro lado, entre 1596 e 1616, Couto foi responsável pela redacção de nove *Décadas da Ásia*, volumosas crónicas, que abarcam os principais empreendimentos portugueses nas partes

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 57-70 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores.

do Oriente, desde o Cabo da Boa Esperança até ao longínquo arquipélago do Japão, durante o longo período de tempo compreendido entre 1526 e 1600.

Uma análise aprofundada dos problemas intertextuais levantados pelas *Décadas* permite o estabelecimento de diversos pressupostos que valerá a pena esboçar brevemente.<sup>1</sup>

1. Diogo do Couto foi desde muito cedo um persistente colecionador de documentos relacionados com a presença dos portugueses no Oriente. Talvez o trabalho de elaboração do *Comentário d'Os Lusíadas*, que lhe foi encomendado por Luís de Camões, na ilha de Moçambique, em 1569, tivesse despertado uma já latente vocação historiográfica. Mas o que é um facto é que, praticamente desde os seus primeiros anos de vivência asiática, Couto começou a recolher depoimentos de homens de acção, cópias de cartas e de alvarás oficiais, relatos de feitos heróicos e de viagens singulares, e descrições de povos e de terras exóticas. Aliás, só assim se explica que tenha solicitado da Coroa lusitana a nomeação para o cargo de cronista das *coisas da Índia* desde 1589.
2. Uma vez oficialmente incumbido da redacção da *crónica da Índia*, Diogo do Couto trabalhou a um ritmo verdadeiramente alucinante, só explicável pela sistemática utilização de materiais por ele anteriormente preparados ou pelo abundante recurso a textos alheios. O confronto sistemático entre as nove *Décadas* coutianas e um vasto leque de materiais coetâneos ainda hoje existentes permite concluir, sem qualquer sombra de dúvida, que o cronista procedeu muitas vezes como mero compilador de textos preparados por outros autores. Uma vez, limitou-se a transcrever de forma literal esses textos; outras vezes, parafraseia-os ou reordena-os, reconstruindo uma prosa aparentemente inovadora a partir de materiais pré-existentes. Em muitos casos, as fontes a que

---

<sup>1</sup> Baseio-me aqui em Rui Manuel Loureiro, "Intertextualidades orientais: relatos de viagens e relações de naufrágios nas *Décadas* de Diogo do Couto", in Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo & Maria José Meira (eds.), *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas* (Lisboa / Macau: Edições Cosmos / Instituto Português do Oriente, 1999), pp. 45-60; para mais desenvolvimentos, ver também Rui Manuel Loureiro, *A biblioteca de Diogo do Couto* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998), onde poderão ser encontradas extensas referências bibliográficas.

recorre são devidamente referenciadas nas páginas das *Décadas*; noutros casos, a respectiva utilização pode ser deduzida a partir de coincidências textuais mais evidentes; e noutros casos ainda, apenas a existência de discursos dissonantes aponta para o recurso a elementos externos. Não é improvável, entretanto, que alguns dos empréstimos textuais efectuados por Couto continuem a passar despercebidos.

3. O cronista lusitano, para além de ter tido acesso às fontes arquivísticas conservadas na Torre do Tombo goesa, que utilizou liberalmente, parece ter reunido um alargado espólio de materiais manuscritos do mais variado teor e da mais diversa proveniência, dispondo ainda, complementarmente, de um importante conjunto de títulos impressos, mais ou menos relacionados com as temáticas dos seus muitos escritos. As *Décadas* coutianas, assim, podem hoje ser encaradas como uma verdadeira colectânea de fontes dispersas, onde, para além de trechos atribuíveis ao próprio Couto, encontramos vestígios de uma assombrosa multiplicidade de textos tomados de empréstimo a outros autores, uns mais ou menos fielmente copiados, outros mais ou menos criativamente reformulados. A título de curiosidade, pode avançar-se que nas crónicas coutianas se detectam vestígios da utilização efectiva de pelo menos 123 títulos distintos.
4. Diogo do Couto era, sem dúvida, um infatigável compilador. Contudo, era também algo desleixado nos seus métodos de trabalho, pois é possível detectar numerosos lapsos de transcrição e de cópia ao longo das páginas das suas *Décadas*. De tal modo que, muitas vezes, a existência deste tipo de erros pode servir para constatar a efectiva utilização de uma determinada fonte. Outras vezes, os diferentes textos que compõe uma dada *Década* são interligados de forma deficiente, criando problemas de articulação textual e dando mesmo origem a aparentes contradições ideológicas. Diogo do Couto segue às vezes tão fielmente a sua fonte, que é possível deduzir que as opiniões que emite não são da sua responsabilidade. O leitor atento da prosa coutiana rapidamente se aperceberá da existência de vozes dissonantes no interior de uma mesma *Década*, facto que pode ser facilmente explicado pela utilização que o nosso cronista faz de textos alheios, sem se preocupar com a respectiva adaptação e/ou atribuição.

Diogo do Couto, portanto, recorreu regularmente a um vasto conjunto de fontes durante a composição das *Décadas da Ásia*. Ora, os feitos ultramarinos dos portugueses, como é bem sabido, desenrolavam-se num vastíssimo espaço geográfico que se estendia desde a Península Ibérica até aos confins mais remotos da Ásia Oriental e arquipélagos adjacentes, espaço esse através do qual se deslocavam incessantemente homens e navios lusitanos, desenvolvendo múltiplas actividades relacionadas sobretudo com o comércio, a diplomacia, a guerra e a missão. Logicamente, Couto, no vasto labor de compilação a que meteu ombros, teria de dedicar alguma atenção à chamada *literatura de viagens* – entendida na sua forma mais singela, como um conjunto relativamente amplo de textos que se constroem em função de um concreto itinerário espacial, seja ele marítimo ou terrestre, independentemente da respectiva elaboração literária.

Um levantamento exaustivo efectuado nas *Décadas da Ásia*, a partir da única edição completa até hoje publicada (a da Régia Oficina Tipográfica, datada de 1778-1788), permitiu identificar um larguíssimo conjunto de títulos que inequivocamente se podem incluir no campo da literatura de viagens. Vejamos uns quantos exemplos ilustrativos.

- i) Ao relatar os sucessos e insucessos portugueses na Abissínia, e nomeadamente a viagem de D. Rodrigo de Lima, Couto procura inspiração na *Verdadeira Informação das Terras do Preste João* do Pe. Francisco Álvares (n. 1), religioso português que acompanhou a expedição [4,1,4-5; 7,1,8].<sup>2</sup> Uma vez copia quase textualmente esta fonte, chegando ao ponto de apresentar como suas palavras piedosas que pertencem de forma óbvia ao religioso português; outras vezes reescreve os trechos pedidos de empréstimo, dando-lhes uma aparência renovada, sem, no entanto, se afastar do original. Alguns indícios textuais permitem supor que Couto consultou a versão italiana da obra que foi incluída no primeiro volume das celeberrimas *Navigazioni et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio, publicado em Veneza em 1550.
- ii) Na *Década 4*, ao fazer uma longa e bem informada digressão histórica e geográfica a propósito do reino de Cambaia, Couto menciona de passagem “Arriano Author Grego no tratado que fez sobre aquella navegação” [4,1,7]. Estava a referir-se ao chamado

<sup>2</sup> As *Décadas da Ásia* são referenciadas de forma abreviada, com indicação de década, livro, capítulo ou década, capítulo.

- Périple do Mar Roxo*, relação de viagens atribuída vulgarmente a Flávio Arriano de Nicomédia (séculos I-II), que voltará a citar e a utilizar em outras das suas *Décadas* [5,7,5-8; 6,4,1-4]. Este título figura igualmente no já referido primeiro volume das *Navigatio-ni et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio.
- iii) A *Década 4*, a determinada altura, inclui algumas notícias sobre a ilha de Java. Entre outras fontes mencionadas, Couto recorre a duas populares relações de viagens medievais: o *Livro* de Marco Polo e o relato de “Nicoláo Conti Venezeano” [4,3,1]. O cronista deveria ter aqui recorrido novamente à colectânea *Navigatio-ni et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio, pois na primeira edição do primeiro volume figurava o “Viaggio di Nicolo di Conti Venetiano” (n. 15), enquanto na primeira edição do segundo volume, datada de Veneza, 1559, aparecia o “Viaggi di Messer Marco Polo” (n. 28). Ambos os relatos serão repetidamente utilizados ao longo das diversas *Décadas da Ásia* [4,3,2-4; 4,9,6; 4,10,1; 5,8,12; 12,5,7], sempre a partir da edição ramusiana.
- iv) Em dada ocasião, a propósito de Ormuz, Diogo do Couto descreve a aventureira viagem realizada por António Tenreiro desde aquela ilha até Portugal, onde chegou em 1529, para grande surpresa dos seus conterrâneos, que pela primeira vez assistiam à chegada de um português regressado do Oriente pela via do Levante [4,5,7]. Embora se notem no texto coutiano indícios de recurso a outras fontes, existem óbvias relações intertextuais entre a prosa do cronista e a versão impressa do *Itinerario* de António Tenreiro (n. 34), que deveria estar disponível em Goa em finais do século XVI.
- v) Um dos livros da *Década 4* contém uma longa exposição sobre a origem e princípio dos mogores, ao longo da qual são citadas algumas autoridades clássicas [4,10,1]. Por um lado, Couto refere-se a Flávio Josefo (século I) e a Beroso (séculos IV-III a.C.), antigos autores cujos escritos estavam assaz difundidos na Europa quinhentista. Mas estas referências são superficiais, mera exibição de cultura livresca, e a sua origem pode ser encontrada nas páginas da *Chorographia* de Gaspar Barreiros, conhecido relato de viagens europeias, impresso em Coimbra em 1561 (n. 7), que o prolixo cronista decerto conhecia bem.
- vi) Em várias ocasiões distintas, Diogo do Couto refere-se a Ruy González de Clavijo, embaixador espanhol que nos primeiros anos do século XV visitou a corte de Tamerlão, em Samarcanda, na Ásia Central [4,10,2; 5,1,13; 6,5,5]. É bastante provável que o autor das *Décadas* tivesse consultado uma edição da *Vida del Gran Tamerlane* (n. 20), publicada em Sevilha por Gonzalo Argo-

- te de Molina, na qual se podem encontrar as versões originais de muitas das notícias que transmite a respeito dos tártaros.
- vii) A *Década 5* inclui a dado passo interessantes observações sobre uma armada otomana que em certa época foi enviada de Suez contra a praça portuguesa de Diu [5,2,7; 5,3,5]. Diogo do Couto, mais uma vez, recorre à colectânea de Giovanni Battista Ramusio, que no primeiro volume inclui o “Viaggio scritto per un Comito Venetiano” (n. 39), que o cronista, aliás, reconhece explicitamente ter utilizado, pois afirma que “hum comitre destes Venezianos fez hum roteiro de toda esta viagem, dia a dia, a quem nós em muitas coisas seguimos, porque escreveo como testemunha de vista” [5,2,7].
- viii) Algumas das mais curiosas referências intertextuais das *Décadas* coutianas dizem respeito a “hum curioso tratado” sobre o Estreito de Babelmandebe e sobre Suez, preparado por D. João de Castro [5,7,5-8]. Trata-se evidentemente do *Roteiro do Mar Roxo*, que na época ficou inédito, mas que aparentemente conheceu alguma divulgação sob forma manuscrita, depois de ter sido preparado em 1540 pelo célebre humanista e homem de armas português (n. 14), que no final da sua vida foi governador do Estado da Índia. Couto utiliza várias vezes esta obra, dela transcrevendo largos extractos e, sobretudo, dela retirando alguns passos eruditos [5,7,9; 6,6,9].
- ix) A *Década 6* inclui um circunstanciado relato do naufrágio do galeão *São João*, ocorrido numa viagem da Índia para Portugal em 1552 [6,9,21-22]. O cronista limita-se a transcrever, com ligeiríssimas adaptações, uma das edições do anónimo relato *Historia da muy notauel perda do Galeão grande sam João* (n. 22), que apareceu impresso pela primeira vez em Lisboa, por volta de 1555, e que mais tarde veio a ser integrado no primeiro volume da bem conhecida *História Trágico-Marítima* compilada por Bernardo Gomes de Brito, publicada em Lisboa, em dois volumes, em 1735-1736.
- x) Na *Década 7*, cuja segunda versão foi concluída em 1603, mas impressa apenas em 1616, Diogo do Couto debruça-se sobre a famosa cristandade do Malabar [7,1,1-2]. Em determinados passos, parece transcrever extractos da *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes as Serras do Malavar*, de Frei António de Gouveia (n. 21), obra que saiu dos prelos em Coimbra em 1606. Teria consultado uma versão preliminar, ainda manuscrita desta obra, uma vez que coincidiu com o seu autor em Goa? Ou voltou a reformular o texto desta *Década* antes da respectiva edição?

Esta enumeração poderia continuar mais ou menos indefinidamente, não só porque as *Décadas* são extensíssimas, mas também porque Diogo do Couto se compraz em citar dezenas e dezenas de outros títulos e autores, não só no seu afã de proporcionar ao leitor uma panorâmica informada dos feitos orientais dos portugueses, como também numa clara estratégia de consolidação erudita do seu discurso. Bastará referir, a título de mera curiosidade, que nas páginas das crónicas coutianas são explicitamente referidos nada menos de 116 autores distintos, oriundos das mais diversas proveniências históricas, geográficas e culturais. Os exemplos convocados, aliados aos muitos outros que se poderiam citar, permitem concluir que Diogo do Couto era um verdadeiro aficionado da *literatura de viagens*, leitor assíduo de itinerários e de relatos de jornadas terrestres, assim como de roteiros marítimos e de relações de naufrágio. Além do mais, Couto procurava amiúde entrevistar protagonistas de jornadas aventurosas, complementando desta forma as informações recolhidas em fontes textuais.

Entre as muitas dezenas de informadores orais explicitamente citados nas páginas das *Décadas*, muitos tinham tomado parte em viagens ou em naufrágios que por um ou outro motivo haviam adquirido certa celebridade. Vejamos apenas alguns exemplos.

- Um tal Gabriel Polaco relatou ao cronista as largas deambulações que durante mais de quinze anos efectuara pela Ásia Central, antes de se fixar em Goa [5,8,11].
- Simão Fernandes e Diogo Dias forneceram a Diogo do Couto substanciais pormenores sobre a expedição de D. Cristóvão da Gama à Etiópia, na qual haviam tomado parte [5,10,4].
- Frei Agostinho de Azevedo, missionário com larga experiência oriental, relatou ao autor das *Décadas*, oralmente e por escrito, muitas das suas deambulações pela Pérsia e pelo Ceilão [10,4,1-2, por exemplo].
- António Toscano, antigo mercenário português, falou-lhe das suas aventurosas vivências no Pegu e em Arracão [10,1,10].
- Diogo Rodrigues Caldeira, sobrevivente do naufrágio da nau *Santiago* ocorrido em 1585, contou a Couto os principais sucessos da trágica viagem [10,7,1-3]. E assim sucessivamente.

A exploração da obra de Diogo do Couto, como se pode constatar, longe de estar esgotada, continua aberta às mais diversas aproximações. E a questão das *fontes* utilizadas pelo cronista não será dos temas menos interessantes, uma vez que a respectiva identificação permite avaliar a



originalidade do discurso coutiano, esclarecer a extensão da sua formação intelectual e desvendar as características do seu método de trabalho. Ao mesmo tempo, uma investigação deste género contribui para iluminar aspectos pouco estudados das práticas culturais dos portugueses no Oriente, na segunda metade do século XVI e primeiros anos da centúria imediata, e nomeadamente a nível de hábitos de leitura e de escrita, de formas de circulação de obras manuscritas e impressas, de modelos de convivência e debate intelectual, etc. No fundo, é todo um mundo cultural que se pode entrever através de uma aparentemente anódina enumeração de obras consultadas por um cronista ultramarino, sediado na longínqua cidade indo-portuguesa de Goa.

Em jeito de conclusão, gostaria agora de alinhar algumas considerações a respeito das relações intertextuais existentes entre as *Décadas da Ásia* e a chamada *literatura de viagens*. Diogo do Couto, parece evidente, era um leitor bem informado, pois conheceu bem, e utilizou ainda melhor, grande parte dos relatos de viagem e das relações de naufrágio disponíveis no seu tempo e pertinentes para a composição da sua obra cronística. Assim, descontando uma ou duas obras actualmente desconhecidas (ns. 10 e 24) e algumas outras cuja utilização não é completamente segura (ns. 11, 13, 16 e 27), pode afirmar-se que o cronista lusitano consultou e/ou recorreu a pelo menos 31 escritos de viagem distintos, da mais diversa proveniência (manuscritos ou impressos, antigos, medievais ou modernos). Evidentemente, utilizou-os das mais variadas formas.

- a) Alguns desses escritos, como o *Itinerario da Terra Sancta* de frei Pantaleão de Aveiro (n. 6) ou o curiosíssimo tratado *De missione Legatorum Japonensium* do padre Duarte de Sande (n. 32), merecem-lhe apenas referências passageiras, não totalmente explícitas, nas quais se podem detectar traços de exibicionismo literário, ou talvez indícios de uma tentativa de estabelecimento de cumplicidades com os leitores mais ilustrados.
- b) Outros escritos, como a relação preparada por Stephen Burroughs sobre a viagem de Sebastião Caboto (n. 9) ou o *Itinerario* de Ludovico Varthema (n. 35), que figuram na colectânea de Giovanni Battista Ramusio, são explicitamente citados, embora não sejam aproveitados. Aqui, talvez, estamos verdadeiramente diante de um estratagema de afirmação erudita, pois os títulos em questão são relativamente especializados e de acesso algo complicado, pretendendo Couto apenas alardear leituras mais ou menos exóticas, que nem sequer eram especialmente pertinentes para os seus objectivos cronísticos.



- c) Um terceiro grupo de escritos, como os relatos de viagens de Arriano de Nicomédia (ns. 4 e 5) ou de Marco Polo (n. 28) são objecto de brevíssimas transcrições, que denotam um claro manuseamento da parte de Couto. A remissão para este tipo de autores, normalmente, visa estabelecer um claro confronto entre as informações por vezes deficientes fornecidas por antigos escritores e as notícias em primeira mão, logo, mais actualizadas, recolhidas pelos portugueses nas suas incessantes andanças pelas partes do Oriente.
- d) Outros títulos ainda, como a *Chorographia* de Gaspar Barreiros (n. 7), ou o “Discurso sopra la navigazione del mar Rosso” de Giovanni Battista Ramusio (n. 29), ou ainda, em algumas ocasiões, o *Roteiro do Mar Roxo* de D. João de Castro (n. 14), são indirectamente utilizados para exibição de erudição. Isto é, Diogo do Couto apropria-se de citações eruditas incluídas nestas obras, e em algumas outras, incluindo essas referências livrescas no texto das *Décadas* como se de leituras suas se tratasse.
- e) Finalmente, em muitos casos, Diogo do Couto apropria-se de largos trechos de obras alheias, incorporando-os nas suas crónicas orientais de forma mais ou menos trabalhada, umas vezes limitando-se a copiar o original, outras vezes redigindo novas versões com idêntico conteúdo. Assim, encontram-se nas páginas das *Décadas* indícios seguros da utilização de obras impressas como: a Verdadeira Informação do Pe. Francisco Álvares (n. 1); o *Tratado das batalhas e sucessos do galeão Santiago* de Melchior Estácio do Amaral (n. 2); a *Breve relação*, também sobre as coisas da Etiópia, preparada pelo pseudo-patriarca João Bermudes (n. 8); o relato da *Jornada do Arcebispo* de Frei António de Gouveia (n. 21); a anónima *Historia da muy notavel perda do Galeão grande sam João* (n. 22); a relação do *Naufragio da nao S. Alberto* de João Baptista Lavanha (n. 23); a *Ethiopia Oriental* de Frei João dos Santos (n. 33); o *Itinerario* de António Tenreiro (n. 34). Mas o cronista recorreu também a títulos manuscritos, cujos originais ou cópias teriam chegado às suas mãos, pois, entre outros textos, utilizou seguramente dois roteiros de D. João de Castro (ns. 13 e 14) e um roteiro de Francisco Gali (n. 18).

Valerá a pena salientar, porém, que, no que toca a *literatura de viagens*, a obra de consulta básica de Diogo do Couto, foi sem qualquer dúvida a monumental colectânea organizada por Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, que foi publicada em Veneza entre 1550 e 1559, em três grossos volumes, que em anos seguintes foram regularmente reimpressos e ampliados. O nosso cronista possuía decerto esta valiosí-

sima compilação, que teve o mérito de juntar pela primeira vez, em tradução italiana, um alargado conjunto de textos de origens muito diversas, pois nas suas *Décadas da Ásia* utiliza nada menos de 21 títulos nela incluídos. É muito provável que dispusesse da 2ª edição do primeiro volume (1554), da 3ª edição do segundo volume (1583) e da 1ª edição do terceiro volume (1556), como permitem concluir as regulares remissões para estas obras e edições que se encontram espalhadas um pouco por toda a sua produção cronística. Diogo do Couto recorre à colectânea ramusiana fundamentalmente com dois propósitos: como fonte de remissões eruditas para autores clássicos e medievais; e como fonte de notícias sobre as regiões orientais em períodos anteriores à chegada dos portugueses àquelas partes. A excepção mais importante será o relato do padre Francisco Álvares sobre o reino do Preste João (n. 1), que é utilizado de forma mais sistemática e exaustiva.

É tempo de concluir esta curta viagem pelas *Décadas* coutianas, a qual pretendeu salientar algumas das íntimas relações intertextuais existentes entre o projecto historiográfico de Diogo do Couto e a *literatura de viagens* disponível no seu tempo. A listagem apresentada poderá evidentemente pecar por defeito. Mas é um ponto de partida. Por um lado, conhecemos agora melhor algumas das fontes em que se baseou o laborioso autor no seu trabalho cronístico, já que em muitos casos se limitou a copiar, a adaptar ou a reordenar textos previamente existentes. O que muito nos esclarece sobre os seus métodos de trabalho intelectual. Por outro lado, conhecemos alguns dos seus hábitos de leitura e alguns dos títulos que mais amiúde frequentou, já que muitos deles são repetidamente citados ao correr das *Décadas da Ásia*. Estas leituras, parece lícito concluir, seriam também leituras de outros portugueses do seu tempo, circunstância que nos permite conhecer um pouco melhor esse mundo intelectual longínquo e nebuloso.

Como última ressalva, poder-se-á sublinhar que não devemos cair na anacrónica tentação de criticar Diogo do Couto pela forma quase obsessiva com que incorporou textos de outros autores nas suas próprias obras. Tratava-se, no fim de contas, de um processo bastante convencional de *fazer história*, pois ninguém no seu tempo esperaria encontrar uma prosa absolutamente original numa crónica de feitos militares e náuticos. Tal fora durante muito tempo o método de trabalho de sucessivos historiógrafos. As funções do *cronista*, no fim de contas, ligavam-se mais à selecção e à compilação dos materiais disponíveis, e também à ordenação desses materiais de uma forma lógica e cronológica. A arte do cronista exprimia-se tanto na habilidade de reunir, por todos os

meios, um vasto fundo documental, como na capacidade de sintetizar as fontes escolhidas num discurso próprio e coerente.

Diogo do Couto parece ter exercido o seu mester com grande persistência, com consumada habilidade e com razoável honestidade. Por um lado, pudemos constatá-lo, recolheu uma ampla variedade de materiais para a elaboração das suas *Décadas*. Por outro lado, sintetizou convenientemente as suas fontes, se exceptuarmos alguns descuidos atribuíveis às circunstâncias concretas em que trabalhava. Evidentemente, a utilização sistemática de materiais alheios, que muitas vezes nem sequer eram desbastados, privou as *Décadas* de unidade formal e ideológica, já que em muitas páginas coutianas é possível encontrar tomadas de posição contraditórias em relação a situações concretas ou a problemas conjunturais. Contudo, graças ao seu incansável labor, Diogo do Couto conseguiu preservar uma larga porção da *memória luso-oriental*, evitando que muitos textos dispersos desaparecessem para sempre na voragem do tempo e dos elementos. E só por isso mereceria um lugar destacado na historiografia portuguesa.

### Apêndice: A literatura de viagens nas *Décadas da Ásia*

Os números remetem para a década, livro, capítulo / década, capítulo onde cada título é citado e/ou utilizado, sendo as referências duvidosas estão assinaladas com (?).

1. Álvares, Francisco – “Viaggio fatto nella Etiopia”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 1, Veneza, 1550, fls.204v-274v [1ª edição: *Verdadeira Informação das Terras do Preste João*, Lisboa, 1540]. Referências: 4,1,4-5; 4,1,10; 5,7,10-11; 7,1,1; 7,1,8.
2. Amaral, Melchior Estácio do – *Tratado das batalhas e sucessos do galeão Santiago*, Lisboa, 1604. Referência: 11,28-31.
3. Anselmo da Lombardia – “Due Viaggi in Tartaria, per alcuni frati”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 2, 2ª edição, Veneza, 1574, fls. 225v-237v. Referência: 4,10,1.
4. Arriano de Nicomédia – “Navigatione di Nearcho”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 1, Veneza, 1550, fls. 290v-295v. Referência: 4,9,6.
5. Arriano de Nicomédia – “Navigatione del Mar Rosso”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 1, Veneza, 1550, fls. 305-309v. Referências: 4,1,7; 5,7,5-8; 6,4,1-4.

6. Aveiro, Frei Pantaleão – *Itinerario da Terra Sancta*, Lisboa, 1593. Referência: 5,6,2 (?).
7. Barreiros, Gaspar – *Chorographia de alguns lugares*, Coimbra, 1561. Referências: 4,10,1 (?); 4,10,2; 5,6,2 (?).
8. Bermudes, D. João – *Breve relação da embaixada que o Patriarcha dom Ioão Bermudez trouxe do Emperador da Ethiopia, chamado vulgarmente Preste João*, Lisboa, 1565. Referências: 5,7,10-11 (?); 7,1,1.
9. Burroughs, Stephen – “Navigatione di Sebastiano Cabota”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 2, 3ª edição, Veneza, 1583, fls. 211v-219. Referência: 10,5,3.
10. Cardim, Gonçalo Soares – *Relação da jornada de D. André de Oviedo à Abissínia* (obra desconhecida). Referências: 7,4,4; 7,4,6; 7,7,4-6; 7,7,12; 7,8,9; 7,10,4; 7,10,6.
11. Cardoso, Manuel Godinho – *Relaçam do naufragio da nao Santiago*, Lisboa, 1602. Referências: 10,7,1-3 (?); 10,8,5-11 (?).
12. Castanhoso, Miguel de – *Historia das cousas que o muy esforçado capitão Dom Christovão da Gama fez nos Reynos do Preste João*, Lisboa (?), 1564. Referências: 5,7,10-11; 8, 5,7-8; 5,8,13-14; 5,9,4; 5,10,4.
13. Castro, D. João de – *Roteiro de Goa a Diu* (manuscrito; 1539). Referência: 7,3,10-11 (?).
14. Castro, D. João de – *Roteiro do Mar Roxo* (manuscrito; 1540). Referências: 5,7,5-9; 6,6,7-9.
15. Conti, Nicolo di – “Viaggio di Nicolo di Conti Venetiano”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 1, Veneza, 1550, fls. 365-371v. Referências: 4,3,1; 4,9,6.
16. Escalante de Alvarado, Garcia – *Relación* (manuscrito; Lisboa, 1548). Referência: 5,10,5 (?).
17. Gaetano, Juan – “Relazione de Iuan Gaetan”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 1, Veneza, 1550, fls. 403v-405v. Referência: 5,8,10.
18. Gali, Francisco – *Roteiro* (manuscrito; 1584). Referência: 10,5,3.
19. Giovio, Paolo – “Delle cose delle Moscovia”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 2, Veneza, 1559, fls. 131v-137. Referência: 5,1,13.
20. González de Clavijo, Ruy – *Vida del Gran Tamerlane*, Sevilha, 1582. Referências: 4,10,2 (?); 5,1,13; 6,5,5.
21. Gouveia, Frei António de – *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes as Serras do Malauar*, Coimbra, 1606. Referências: 7,1,1 (?); 7,1,2; 7,1,8; 7,10,5 (?); 12,3,1-3.
22. *Historia da muy notauel perda do Galeão grande sam João*, Lisboa, c.1555. Referências: 6,9,21-22.

23. Lavanha, João Baptista – *Naufragio da nao S. Alberto*, Lisboa, 1597. Referência: 11,22-26;
24. Matos, Gaspar Pires de – *Memória da jornada de Chitor* (obra desaparecida). Referência: 4,9,3;
25. *Naufragio da viagem que fez a nao Santa Maria da Barca*, Lisboa, 1566. Referências: 7,5,2; 7,8,1 (?).
26. Odorico de Pordenone – “Viaggio del Beato Odorico da Udine”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 2, 2ª edição, Veneza, 1574, fls. 237v-245. Referência: 4,10,1.
27. Pinto, Fernão Mendes – *Peregrinação*, Lisboa, 1614. Referências: 5,5,9 (?); 6,1,3 (?); 7,2,5-6 (?).
28. Polo, Marco – “Viaggi di Messer Marco Polo”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 2, Veneza, 1559, fls. 2-60v [1ª edição portuguesa: *Marco Paulo*, Lisboa, 1502]. Referências: 4,3,1-4; 4,3,2-4 (?); 4,10,1; 12,5,7.
29. Ramusio, Giovanni Battista – “Discorso sopra la navigazione del mar Rosso”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 1, Veneza, 1550, fls. 302v-305. Referência: 10,7,13-14.
30. Reimão, Gaspar Ferreira (?) – *Relação do naufragio da nau S.Tomé*, in Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, volume 2, Lisboa, 1736 [Obra atribuída a Diogo do Couto]. Referência: 11,1-4.
31. *Relação do naufrágio da nao Conceição*, Lisboa (?), c.1595. Referência: 7,2,7-11; 7,3,1-4.
32. Sande, Pe. Duarte de – *De Missione Legatorum Japonensium ad Romanam Curiam*, Macau, 1590. Referência: 10,4,4-11.
33. Santos, Frei João dos – *Ethiopia Oriental e vária história de cousas notaveis do Oriente*, Évora, 1609. Referências: 7,1,8; 7,4,5; 9,21-23; 9,25; 10,6,14; 11,5-12 (?); 11,15-21; 11,27; 11,32; 12,4,12-13.
34. Tenreiro, António – *Itinerário*, Coimbra, 1560. Referência: 4,5,7 (?).
35. Varthema, Ludovico – “Itinerario”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 1, Veneza, 1550, fls. 159-188v. Referências: 6,5,5 (?); 10,7,15-18.
36. Vásquez de Coronado, Francisco – “Summario di Lettere”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 3, Veneza, 1556, fls. 354-355. Referência: 10,5,3.
37. Vespúcio, Américo – “Sommario scritto per Amerigo Vespucci Fiorentino di due sue navigazioni”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 1, Veneza, 1550, fls. 140v-143v. Referência: 12,1,15.

38. *Viagem e naufragio da Nao sam Paulo*, Lisboa, 1565. Referência: 7,9,16 (?).
39. “Viaggio scritto per un Comito Venetiano”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 1, Veneza, 1550, fls. 296-302v. Referências: 5,2,7; 5,3,5; 5,5,4.
40. Zeno, Caterino -- “Commentarii del Viaggio in Persia”, in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi*, volume 2, 2ª edição, Veneza, 1574, fls. 211v-221v. Referências: 4,8,14 (?); 5,1,13.

# **Alguns aspectos do relato de naufrágio da nau São Tomé, de Diogo do Couto, em comparação com o manuscrito de Gaspar Ferreira Reimão**

KIOKO KOISO \*

## **Introdução**

Nos séculos XVI e XVII, em que os Portugueses navegaram os oceanos, enquanto encontraram novos caminhos marítimos, chegaram a terras desconhecidas e trouxeram especiarias, mercadorias e outros objectos exóticos, os desastres no mar eram sempre inevitáveis e latentes, fazendo parte das odisséias talássicas. Nessa época, naufragou um em cada cinco navios que levantaram âncora no rio Tejo, rumando para a Índia.<sup>1</sup> No período limitado à segunda metade do século XVI e à primeira do século XVII, a taxa de perdas subiu até cerca de 25%.<sup>2</sup> Contudo, em quase 40% dos casos, desconhece-se a razão do infortúnio, pois imergiram

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 71-95 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH/UAc); CIUHCT – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes (1998), *Naufrágios e Outras Perdas da «Carreira da Índia» Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 106.

<sup>2</sup> Idem, *Ibidem*, p. 106.

todos os tripulantes, passageiros e cargas sem sobreviventes, nem testemunhos nem vestígios.<sup>3</sup>

Nessa altura, os insucessos da viagem originaram os relatos em fascículos como literatura de cordel, pois alguns sobreviventes ou outros mais competentes na redacção deixaram escrito os acontecimentos. Embora aquilo que foi publicado pudesse ser menos calamitoso do que o mencionado desaparecimento total, as narrativas aterrorizadoras cativavam o interesse do público. Entre elas, o naufrágio do galeão *São João*, que ocorreu em 1552 e tem sido conhecido mais como «o naufrágio de Sepúlveda», foi representativo, pois, além de existir uma versão manuscrita,<sup>4</sup> a seguir a ter saído a primeira edição entre 1555 e 1564,<sup>5</sup> foram publicados repetidamente até ao século XVIII.<sup>6</sup>

Em 1735 e 1736, o bibliófilo Bernardo Gomes de Brito reuniu doze relatos em dois tomos com o título *História Trágico-Marítima*,<sup>7</sup> incluindo alguns que não foram publicados nos opúsculos. Nessa colectânea, foram integrados desde a mencionada narrativa do galeão *São João* até ao tratado do galeão *Santiago*, naufragado em 1602, o que coincidia com o referido período, em que 25% das viagens iniciadas em Lisboa acabaram em calamidade.

Apesar de se ter mencionado o terceiro tomo, os volumes que chegaram até aos nossos dias são não mais que umas encadernações dos relatos quer reunidos quer não nos dois tomos de Brito, desprovidos de um índice geral, mantendo-se a paginação e as características tipográficas de cada folheto. Há um que contém apenas três fascículos e outros mais de dez relatos, reunindo, por vezes, duas ou três brochuras da mesma

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*, p. 116.

<sup>4</sup> Para os pormenores do manuscrito, veja-se Kioko Koiso (2004b), *Mar, Medo e Morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História Trágico-Marítima, nos testemunhos inéditos e noutras fontes*, Cascais, Patrimonia, vol. I, pp. 65-67 e 142-158 e Idem (2009), *História Trágica do Mar: navegações portuguesas nos séculos XVI, XVII e XVIII*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, pp. 110-112 e 339-342. Transcrição do manuscrito encontra-se em Koiso (2004b), vol. II, pp. 514-551.

<sup>5</sup> Charles Ralph Boxer (1957), «An Introduction to the História Trágico-Marítima», *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, Série I, Lisboa, Universidade de Lisboa, p. 50.

<sup>6</sup> Quanto às edições deste naufrágio, veja-se Koiso (2009), vol. I, pp. 327-460.

<sup>7</sup> Bernardo Gomes de Brito (1735-1736), *Historia Tragico-Maritima. Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiverão as Naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a Navegação da India*, 2 tomos, Lisboa, Lisboa Occidental, Officina de Congregação do Oratorio.



narrativa das edições distintas ou os impressos de outra temática. Entre os opúsculos que aparecem com muita frequência neste tipo de miscelâneas, seis consideram-se normalmente como sendo do mesmo género dos doze integrados na *História Trágico-Marítima*, por exemplo, por se mostrarem características semelhantes no conteúdo e na dimensão, e por terem sido publicadas a *editio princeps* e uma ou mais contrafacções.<sup>8</sup>

### **Fonte para o relato do naufrágio da nau *São Tomé* de Diogo do Couto**

Diogo do Couto foi autor de dois relatos na *História Trágico-Marítima*. Um é o das naus *Águia* e *Garça*, no primeiro tomo, e outro é o da nau *São Tomé*, no segundo tomo.

A nau *São Tomé* foi capitaneada por Estevão da Veiga. Levantou o ferro em Cochim em 16 de Janeiro de 1589 e naufragou, quando se aproximava da costa de Santa Lucia em Kwazulu Natal da actual África do Sul. Os sobreviventes, que chegaram à praia, caminharam em terra, contando com o socorro dos contrerrâneos encontrados em Lourenço Marques.

Para a narrativa deste naufrágio que não foi publicada como literatura de cordel, Brito recorreu provavelmente aos capítulos XXXII-XLI da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, baseada na perdida *Decada Undecima* de Diogo do Couto.<sup>9</sup>

Afirmamos que convém referir novamente uma questão,<sup>10</sup> ou seja, se o cronista é testemunha desta calamidade ou não, pois encontra-se um nome, «Diogo de Couto», como um dos sobreviventes no naufrágio da nau *São Tomé*:

---

<sup>8</sup> Para mais pormenores sobre o «terceiro tomo», veja-se Koiso (2009), vol. I, pp. 305-318 e vol. II, pp. 759-774.

<sup>9</sup> Diogo do Couto (1765), *Vida de D. Paulo de Lima Pereira, Capitam-mór de Armadas do Estado da Índia, donde por seu valor, e esforço nas batalhas do mar, e terra, de que sempre conseguiu gloriosas victorias, foy chamado o Hercules Portuguez*, Lisboa, José Philipe.

<sup>10</sup> Koiso (2004a), *História Trágico-Marítima: factos revelados em documentação inédita*, Lisboa, Academia de Marinha, pp. 20-21; Idem (2004b), vol. I, p. 87; Idem (2009), vol. I, pp. 185-187.

«fazendo refenho da gente, achàraõ-fe noventa e oito peffoas, com mulheres, das quaes nomearemos as de que tivemos noticia: O Capitão Eftevaõ da Veiga, D. Paulo de Lima, D. Beatris fua mulher, Gregorio Botelho, sua filha D. Mariana, mulher de Guterre de Monroy, D. Joanna de Mendoza, mulher que foy de Gonçalo Gomes de Azevedo, Bernardim de Carvalho, Manoel Cabral da Veiga, [...], Gaspar Fernandes, Piloto, **Diogo de Couto, que fe tinha perdido na Nao Santiago no Baixo da Judia**».<sup>11</sup>

Na verdade, o nome «Diogo do Couto» faz parte dos sobreviventes que partiram num batel depois de terem escapado ao naufrágio da nau *Santiago* em 1585.<sup>12</sup> O cronista Diogo do Couto viajou e naufragou em duas naus?

De acordo com Charles Ralph Boxer, o cronista não estava a bordo da nau *São Tomé*, pois o indivíduo chamado «Diogo de Couto» identifica-se como um jovem marinheiro, sem especificar a documentação em que se fundamenta a sua presunção.<sup>13</sup>

O padre Pedro Martins que rumo ao Oriente na nau *Santiago* refere na sua carta: «hum moço de nossa companhia, natural de Coinbra, chamado Couto», «este moço lhe contou nossa perdição» e «por esta enformação deste moço entrou o capitão em Loranga a tomar-nos».<sup>14</sup> Segundo as notas de rodapé dos *Documenta Indica*, o capitão de Moçambique na altura era Nuno Velho Pereira e o moço «chamado Couto» era Diogo do Couto. O padre António Franco também menciona o moço na *Imagem da*

<sup>11</sup> Diogo do Couto (1736), «Relação do naufrágio da nao S. Thomé Na Terra dos fumos, no anno de 1589. E dos grandes trabalhos que passou D. PAULO DE LIMA Nas terras da Cafraria athè sua morte. ESCRITA POR DIOGO DO COUTO Guarda mór da Torre do Tombo. A rogo da Senhora D. Anna de Lima irmã do dito D. Paulo de Lima no Anno de 1611», *HTM*, tomo II, p. 171. O destaque é nosso. Doravante utilizaremos *HTM* para esta colectânea.

<sup>12</sup> Manuel Godinho Cardoso (1602), *Relaçam do navfragio da nao Santiago & itinerario da gente que delle fe faluou*, Lisboa, Pedro Crasbeeck (editio princeps), ff. 24-25; *HTM*, tomo II, p. 103.

<sup>13</sup> Boxer (1957), p. 66; Idem (1959), *The Tragic History of the Sea, 1589-1622, Narratives of the Shipwrecks of the Portuguese East-Indiamen, São Tomé (1589), Santo Alberto (1593), São João Baptista (1622), and the Journeys of the Survivors in South East Africa*, Cambridge, The Hakluyt Society, p. 39.

<sup>14</sup> Carta do padre Pedro Martins destinada ao padre Cláudio Acquaviva, geral da Companhia de Jesus, Goa, 9 de Dezembro de 1586, ff. 283v-284. A transcrição encontra-se nos *Documenta Indica*, vol. XIV, doc. 60, p. 406.

*Virtude*, baseando-se não apenas na missiva do padre Pedro Martins como também na de outro sobrevivente, ou seja, o irmão Manuel Dias: «hum moço de noffa companhia natural de Coimbra» e «efte moço lhe contou noffa perdiçam».<sup>15</sup> Se as descrições deixadas pelos religiosos são verdadeiras, a identidade do cronista que nasceu em Lisboa em 1542<sup>16</sup> não coincide com a do «moço», pois não era um jovem, quando a nau *Santiago* naufragou em 1585.

Além de nos prevenir para não confundirmos o moço com o cronista, Boxer infere que Couto obteve informações pelos sobreviventes, nomeadamente pelo sota-piloto da nau *São Tomé*, Gaspar Ferreira Reimão, e pela viúva de Dom Paulo de Lima, D. Britis.<sup>17</sup> O historiador inglês acrescenta que, apesar de não ser o testemunho original, o relato da autoria de Couto constitui uma versão de segunda mão excelente e a versão mais confiável, na situação em que outro elaborado por Reimão se apresentava desaparecido e não publicado na altura.<sup>18</sup>

Versa o *Trattado dos Grandes Trabalhos*<sup>19</sup> redigido e autografado pelo afamado piloto da Carreira da Índia, Gaspar Ferreira Reimão, que embarcou na nau *São Tomé* como sota-piloto. A testemunha regista na frente e no verso de 57 fólios desde a largada em Cochim até à chegada do capitão a Moçambique, a 22 de Fevereiro em 1590, todos os pormenores da navegação, do naufrágio e na caminhada em terra, dividindo em 49 parágrafos numerados, inserindo no fim uma lista dos que se salvaram à calamidade no mar. Repara-se que tal nome «Diogo de Couto» não se encontra unicamente nesta lista, o que fez com que seja duvidoso

<sup>15</sup> António Franco (1719), *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra em Portugal na qual se contem as uidas, & sanctas mortes de muitos homens de grande Virtude, que naquella Sancta caza se criaram*, Évora, primeiro tomo, p. 295.

<sup>16</sup> «Diogo do Couto», em Luis de Albuquerque (dir.) e Francisco Contento Domingues (coord.), (1994), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, vol. I, p. 318.

<sup>17</sup> Boxer (1957), p. 66; Idem (1959), p. 39.

<sup>18</sup> Idem (1959), pp. 39-40.

<sup>19</sup> Gaspar Ferreira Reimão (1590), *Trattado dos grandes trabalhos que passarão os portugueses que se salvarão do espantoso naufragio que fez a nnaão [sic] São Thomé que vinha pera o Reino ho anno de 1589, a qual abrindo muita agoa querendo-se hir ao fundo perto da terra do natal se meterão no batel e nelle navegarão «até» hiren dar em terra de cafres, pella qual caminharão 200 legoas, passando muitos trabalhos, fomes, perigos e necessidades ate nosso senhor ser servido traser alguns delles a terras de xpaos, e os mais ficarão as vidas por terras de cafres com muito desamparo como neste tratado se verá. Feito por Gaspar Ferreira sota piloto da mesma Naa Anno de 1590.*

que não apenas o cronista como também tal moço tenham viajado na nau *São Tomé*. O manuscrito é elaborado em 1590, ou seja, no ano seguinte ao naufrágio, mas ainda no mesmo ano em que o capitão chegou a Moçambique.<sup>20</sup>

Embora não saibamos, por enquanto, os processos inteiros que o documento sofreu após a redacção, temos algumas pistas. O testemunho de Reimão encontrava-se à venda em 1878.<sup>21</sup> Segundo Abel Fontoura da Costa, o manuscrito foi adquirido posteriormente pela Biblioteca Nacional de Portugal em 1897.<sup>22</sup> Boxer que não conseguiu localizá-lo nesta instituição em 1932<sup>23</sup> acabou por consultá-lo em 1960.<sup>24</sup> Contudo, na entrada de Reimão no *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, encontra-se uma descrição em relação ao *Trattado* de Reimão: «actualmente, o manuscrito é dado como desaparecido».<sup>25</sup> Mesmo assim, o testemunho do sota-piloto da nau *São Tomé* continua a fazer a parte do acervo na sala dos reservados da Biblioteca Nacional de Portugal.<sup>26</sup>

A análise comparativa entre o manuscrito de Reimão e o texto de Couto revela que este último se apoia no *Trattado* do sota-piloto para a redacção devido à sua similitude. Não nos parece, porém, que esta seja uma versão tão confiável, como a opinião de Boxer. Além disso, embora elogie a narrativa do cronista, o investigador inglês enfrenta ao mesmo tempo as dificuldades na sua tradução, pois a narrativa de Couto mostra-se confusa principalmente nas descrições relacionadas com as tribos da Cafraria de tal maneira que não pode traduzir sem reorganizar as frases.<sup>27</sup>

<sup>20</sup> A transcrição do manuscrito encontra-se em Koiso (2004b), vol. II, Apêndice Documental 3, pp. 563-623.

<sup>21</sup> *Catálogo dos Preciosos Manuscritos da Bibliotheca da Casa dos Marquezes de Castello Melhor: Documentos officiaes, grande numero de autographos obras originaes e ineditos*, Lisboa, Typographia Universal, 1878, pp. 10-11.

<sup>22</sup> Abel Fontoura da Costa (1940), (prefácio de...), *Roteiro da Navegação e Carreira da Índia, com seus caminhos, & derrotas, sinais & aguageis & diferenças da agulha: tirado do que escreveu Vicente Rodrigues & Diogo Afonso, pilotos antigos*, Agência Geral das Colónias, 2.<sup>a</sup> edição, p. X.

<sup>23</sup> Boxer (1959), p. 40, nota 1.

<sup>24</sup> Idem (1979), «An Introduction to the *História Trágico-Marítima* (1957): some corrections and clarifications», *Quaderni Portoghesi*, n.º 5, Pisa, Giardini Editori e Stampatori, p. 103; «Box 4 Boxer mss. Writings f. 16 The Tragic History of the Sea» na Lilly Library da Indiana University Bloomington.

<sup>25</sup> Albuquerque e Domingues (1994), vol. II, p. 938.

<sup>26</sup> A cota para requisição fornecida pelo historiador inglês (Boxer (1979), p. 103) corresponde actualmente a *Cod. 7360* [F 306 Microfilme].

<sup>27</sup> Boxer (1959), p. 40.

Para uma das primeiras referências ao *Trattado*, pode-se remontar a 1597 na *editio princeps* do relato do naufrágio da nau *Santo Alberto*.<sup>28</sup> O desastre ocorreu em 1593, passados quatro anos após o da nau *São Tomé*, e o texto sob a pena do cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha foi publicado em 1597. Segundo Lavanha, Nuno Velho Pereira, que iria ser capitão na etapa da caminhada, lembrou-se da calamidade da nau *São Tomé*, redigida pelo sota-piloto Gaspar Ferreira Reimão, que tinha lido em Goa:

«Tratouffe ao derradeiro de Março do caminho, que se avia de fazer, & pofto q a mayor parte dos votos, foi que se caminhaffe ao longo da Córta, **lembrado Nuno Velho da perdição da nao S. Thome na terra dos Fumos o Anno de 89. cujos fuccessos lera em Goa escritos por Gaspar Ferreira Sottapiloto della**, mostrou com o seu exemplo, & com o do Galeão S. João, & Nao S. Bento, que naquellas partes se perderão os Annos de 52. & 54. os grãdes trabalhos, & dificultofos perigos em q todos encorrerão, & infirmitades q paffarão cofteando a Cafraria, & que ferão os seus males muito mayores, por fer mayor a distancia do lugar, em q eftavão ao Rio de Lourêço Marquez primeiro Porto daqlla Córta, em q os Portuguefes trattão, & refgattão. Mudarão todos de parecer, cõ este acertado (como o mostrou depois a experiencia) pello q de commũ consentimêto se resolveo q se fizesse o caminho pella terra dêtro, & se fogisse dos trabalhos certos da Praya. O q affentado, & repartida a Gente, pello Capitão, como havia de caminhar, & aos Soldados afsinaladas as ftanças, q devião goardar».<sup>29</sup>

Nuno Velho Pereira aproveita os exemplos dos naufrágios anteriores, pois Reimão regista com profundidade e meticulosidade os acontecimentos no mar e em terra precisamente de modo que as suas experiências sejam úteis para «servir d'espelho»,<sup>30</sup> como confessa quase no fim do texto. Além disso, o sota-piloto chama a atenção propositadamente sobre o caminho a seguir, evitando o risco:

<sup>28</sup> João Baptista Lavanha (1957), *Navfragio da nao S. Alberto, e itinerario da gente, qve delle se salvov*, Lisboa, Em casa de Alexandre de Siqueira (*editio princeps*).

<sup>29</sup> Lavanha (1597), pp. 34-35; Idem (1736), *HTM*, tomo II, pp. 238-239.

<sup>30</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 56v; Koiso (2004b), vol. II, p. 620.

«digo, pois pella praja padecião e não achauão que comer nem que beber, pello *que* hião todos perecendo».<sup>31</sup>

Este alerta de Reimão deve ter sido o fundamento para Nuno Velho Pereira tomar a decisão.

Em regra, no relato de Couto, deparamos com passos ambíguos ou incompreensíveis e, por vezes, nem o reconhecemos como muita utilidade. Comparando com o *Trattado* de Reimão, o texto de Couto corresponde quantitativamente a cerca de 40% do manuscrito. Aliás, o cronista insere uma longa explicação geográfica da Cafraria durante sete páginas (pp. 173-179), o que não se encontra no *Trattado*. Consequentemente, se se eliminar esta parte, o testemunho do sobrevivente reduz-se apenas a um terço, na versão de Couto. No entanto, a razão não reside apenas no que o cronista resume da fonte.

### Alguns aspectos notados na comparação de dois textos

Parece que Couto sintetiza o manuscrito de Reimão numa maneira não muito equilibrada. Não aproveita, por vezes, alguns parágrafos consecutivos do *Trattado*, saltando adiante e construindo um episódio a partir dos acontecimentos em datas e locais diferentes, o que fez com que Boxer enfrentasse um texto sem fazer muito sentido.

Quanto à razão do desastre da nau *São Tomé*, conhece-se que era o mau estado da nau. Todavia, como já referimos noutra ocasião<sup>32</sup>, segundo a análise de Melchior Estácio do Amaral, no seu tratado sobre os naufrágios do galeão *Santiago* e da nau *Chagas* que iria ocupar as últimas páginas no segundo tomo da colectânea britânica, a nau *São Tomé* classifica-se na «Terceira caufa», ou seja, a sobrecarga e a má arrumação da carga:

«A terceira caufa, que bota a perder as nãos, & o Reyno, & a India, & tudo he a dos que nauegão nesta carreira, em sobrecarregarem as nãos, & as arrumarem mal, com o leue em baixo, & o pejado encima: o que não só descompaffa as nãos, mas bafta qualquer ocafião para abrirem, & fe perderem tantas, como temos visto, abertas todas indo fe ao fundo. Deixemos as antigas, porque este mal he ja muito velho: [...] Item, **a náó Sancthome** q partio de Lisboa no anno de 1589.

<sup>31</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 22r; Koiso (2004b), vol. II, p. 586.

<sup>32</sup> Koiso (2004a), pp. 25-31.

& tornando para este Reyno abrio, & com grande tribulação foi dar á cofta na terra do Natal onde morreo muita gente, & algũa que fe faluou foi a Soffalla com affáz trabalho».<sup>33</sup>

Quem afirme que a nau *São Tomé* naufragou por causa do mau estado ter-se-á fundamentado na opinião de Couto que atribui a responsabilidade ao calafate, após a descrição relativa à luta contra a água que meteu:

«o que tudo nafceo do calafeto, por cuja cauía fe perdem muitas Naos, no que fe tem muito pouco refguardo, e os Officiaes muito pouco efcrupulo, como fe não ficaffem à fua conta tantas vidas, e tantas fazendas como fe mêtêm neftas Naos».<sup>34</sup>

A passagem equivalente não se encontra no manuscrito do sota-piloto. Além disso, Reimão testemunha como a nau que seguiu o seu caminho «sem temor nem receos de nenhum baixo, trasendo sempre bom tempo»<sup>35</sup> começou a ter dificuldades na navegação devido ao peso, quando o vento su-sueste e rijo soprou antes de chegar à Ilha de Diogo Rodrigues, através das seguintes descrições: «muito bem carreguada de pimenta e de todas as mais drogas, fazendas»,<sup>36</sup> «a Nnã en ssi muito fermossa de portte de mais de settecenttas tonelladas»,<sup>37</sup> «o pesso da muita carga

<sup>33</sup> Melchior Estácio do Amaral, *Tratado das Batalhas, e Svcessos do Galeão Sanctiago com os Olandefes na Ilha de Sancta Elena. E da Náo Chagas com os Vngleses [sic] antre as Ilhas dos Açores: Ambas Capitainas da carreira da India. E da cauía, & defaftres, porque em vinte annos fe perderão trinta & oito náos della: com outras coufas curiofas* Lisboa: Antonio Aluarez, 1604, pp. 62v-63v; *Das Batalhas do Galeaom Sanctiago com Olandefes. E da não Chagas que ardeo antre as Ilhas, com Vngleses. Das caufas porque em 20. annos fe perderão 38. náos da India. De como a cõquiíta, & nauegação do Oriête não pertêce a nação algũa fenão á Portuguefes, & lhe foi dada por noffo Senhor IESV CHRISTO. Dos fitios das Ilhas da Sancta Elena, & de Fernão de Noronha. E do que nellas á.* Lisboa, Antonio Aluarez. Anno 1604, pp. 62v-63r; *HTM*, tomo II, pp. 533-534. Para este relato, duas edições são consideradas como *editio princeps*. Embora os frontispícios sejam diferentes, os textos são comuns. Aliás, não se sabe qual foi publicado primeiro. Relativamente a algumas características das duas edições, veja-se: Koiso (2015), «A *História Trágico-Marítima*: suas características no âmbito de História do Livro», *n'A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e a Perenidade da Literatura de Viagens* (Actas do colóquio internacional), pp. 170-172.

<sup>34</sup> Couto (1736), *HTM*, tomo II, p. 156.

<sup>35</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 3; Koiso (2004b), vol. II, p. 569.

<sup>36</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 2; Koiso (2004b), vol. II, p. 568.

<sup>37</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 2; Koiso (2004b), vol. II, p. 568.



que em ssi trasia»,<sup>38</sup> «a Naão trabalhaua por ver muito carreguada»<sup>39</sup> e «por ser fasenda muito carregada».<sup>40</sup>

Contrariamente ao cronista que imputa a causa do infortúnio a Deus, aos pecados e ao fatalismo,<sup>41</sup> Reimão não apenas relata que as cargas eram pesadas como também alerta os futuros navegantes: «Aqui se pode notar e juntamente ficar pera memoria dos homens que navegão e espi-riençia que vendosse algũa ora en caso semelhante a este». Proporciona também uma medida para evitar o problema:

«aynda que hũa Naão seja de ferro e asso, não pudera deixar de render e abrir, o *que* se deuia de remediar com porem guardas nas Naãos, homens desemtereçados e sem cobiça pera *que* não deixem metter nem carregar nellas coussa algũa fora dos seus agasalhos que cada hum tiuer, porque se tudo isto assi se fiser assi no comsertto como na carga he de crer *que* as Naãos farão as viagens com menos risco da que o esta fez».<sup>42</sup>

Segundo a página do título, Couto redige o relato, ou seja, a biografia de D. Paulo de Lima Pereira, por encomenda da irmã do fidalgo. Contudo, como indicámos anteriormente,<sup>43</sup> a data do falecimento da protagonista «aos dous de Agofto» na versão do cronista<sup>44</sup> não coincide com «desoitto dias do mês d'Agosto» registada por Reimão.<sup>45</sup>

Há um passo na página 205 da narrativa de Couto: «Defte Reyno de Gamba fe partîraõ aos vinte e hum de Mayo, que foy vespera do Espírito Santo, e chegâraõ ao Rio do Inhabane».<sup>46</sup> Esta data da partida corresponde, porém, à da chegada a Inhambane no manuscrito,<sup>47</sup> sem indicar nada em relação à outra da partida.

Na mencionada lista dos nomes das pessoas que escaparam ao desastre no texto do cronista, enquanto enumera o nome «Diogo do Couto», o da

<sup>38</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 3; Koiso (2004b), vol. II, p. 569.

<sup>39</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 3v; Koiso (2004b), vol. II, p. 569.

<sup>40</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 3v; Koiso (2004b), vol. II, p. 569.

<sup>41</sup> Couto (1736), *HTM*, tomo II, pp. 156 e 159.

<sup>42</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 15; Koiso (2004b), vol. II, pp. 579-580.

<sup>43</sup> Koiso (2004b), vol. I, p. 95.

<sup>44</sup> Couto (1736), *HTM*, tomo II, p. 210.

<sup>45</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 51v; Koiso (2004b), vol. II, p. 615.

<sup>46</sup> Couto (1736), *HTM*, tomo II, p. 205.

<sup>47</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 41v; Koiso (2004b), vol. II, p. 604.



mulher de D. Paulo de Lima é incorrecto, apesar de ser o texto para a *Vida de D. Paulo de Lima Perreira*, pois, em vez de ser «D. Beatris», é «D. Brites». Além disso, o nome do piloto «Gafpar Fernandes» deve ser «Gafpar Gonçalves».<sup>48</sup>

Uma das complicações prende-se com dois topónimos ou nomes dos reis, Inhaça e Manhiça.<sup>49</sup> Visto que Couto os troca frequentemente, alguns episódios na caminhada não fazem sentido. Aliás, mesmo que ainda não tivesse consultado os pormenores do *Trattado* de Reimão, Boxer reparou nesta confusão comumente no relato de Couto quer na *História Trágico-Marítima* quer na *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, opinando que a parte da marcha dos sobreviventes fica ininteligível devido a esta troca.<sup>50</sup> Por consequência, o historiador inglês tomou a medida de os transpor na tradução, quando fosse necessário, como George McCall Theal, Henri Alexandre Junod e Sidney R. Welch fizeram.<sup>51</sup> Desconhecemos, no entanto, por que motivo Couto trocou intencionalmente as palavras Inhaça e Manhiça.

Reimão não apenas descreve alguns episódios relacionados com espingardas, como também realça a importância destas armas:

«notta, e fique daqui memoria aos *que* nalgum tempo o *que* Deos não premita padecerem naufragio *que* o principal *que* pretendam saluar sejam espinguardas e armas, porque assim como esta gente não trassia mais *que* sinco espingardas trouxerão quince ou vimtte puderão conquistar seguramente toda aquella cafraria e tomar todos os mantimentos neçessarios».<sup>52</sup>

Vejamos o que fizeram os embarcados da nau *Santo Alberto* com a vista de terra, além de se preparar a nau, por exemplo, alijando o castelo:

«E prevenindo Nuno Velho as futuras neçesidades de Armas, & Munições, fêm as quaes estava tão certa a perdição na terra que vião, como no Mar, em que andavão, advertio

<sup>48</sup> Reimão, *op. cit.*, fols. 2 e 57v; Koiso (2004a), pp. 20-21; Idem (2004b), vol. I, p. 87; vol. II, pp. 568 e 622.

<sup>49</sup> Koiso (2004b), vol. I, pp. 89-90; Idem (2009), p. 193.

<sup>50</sup> Como referimos, Boxer consultou o manuscrito em 1960, ou seja, depois de ter publicado a tradução do naufrágio da nau *São Tomé* em 1959.

<sup>51</sup> Boxer (1959), p. 80, nota 3.

<sup>52</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 20v; Koiso (2004b), vol. II, p. 585.

ao Capitão, que mandaffe recolher as Armas, Polvora, Chumbo, & Murrões, que fe achaffem, & deu ordem, a Antonio Moniz da Silua, que **ajuntaffe as fuas espingardas, & as que mais encontraffe, & atadas as meteffe em algũa Pipa, para nella fe falvarem**».<sup>53</sup>

Em relação aos conhecimentos que Nuno Velho Pereira tinha e os aproveitou para evitar o pior caso, Lavanha elogia como «esta prevenção, & lembrança de Nuno Velho de tanta importancia, que faltando, faltara o remedio de todos estes Portuguezes», pois «como fe verá pello discurfo desta relação, & afsi em semelhantes desgraças, & defestrados fucceffos tenhaffe muita cõta cõ o recolhimento, & goarda das Armas, Roupas, & Cobre, pera o refgatte, & defêfaõ, pois niffo vay tão, & advirtaffe, q tudo fe ponha no Chapiteo, pera q cõ facilidade fe falve».<sup>54</sup> Em contrapartida, no relato de Couto, não se nota este cuidado nem se transmite o alerta colocado por Reimão.

Embora a oferta de ferro tivesse tido agradado aos autóctones, facto que se conhecia através dos relatos anteriores, como o do galeão *São João*, Nuno Velho Pereira mandou os embarcados prevenirem-se com cobre,<sup>55</sup> considerando a informação mais actualizada, pois Reimão destaca, no seu *Trattado*, o valor deste metal entre os africanos:

«posto que pera cafre era muito graue e assy na presenca como na despoçissão e assim **lhe derão mais hũa baceni-qua de cobre que he metal que elles aly muito estimão** e hum trado de ferro groço he grande, com as quaes pessas folgou muito o Rey e lhe pedirão lhe perdoasse que não saluarão mais que os corpos e que aynda aquelle pano era com que se cobria aquella senhora que se elles vierão a sua terra com a sua Naão».<sup>56</sup>

«como não avia limgoa com que se emtemdessem, não podião aquietar os cafres que não arremettessem aos que vião estar descuidados e lhes leuauão como milhanos o fato assi que o melhor que puderão contemtarão os dous cafres vestindo lhe a cada hum sua camissa e por mostrarem não

<sup>53</sup> Lavanha (1597), p. 9; Idem (1736), *HTM*, vol. II, p. 222.

<sup>54</sup> Idem (1597), p. 10; Idem (1736), *HTM*, vol. II, p. 223.

<sup>55</sup> Idem (1597), p. 10; Idem (1736) *HTM*, vol. II, p. 223.

<sup>56</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 24; Koiso (2004b), vol. II, p. 588.

serem contentes **lhe derão hum estrelabio de cobre que he metal que elles estimão pera suas joias**».<sup>57</sup>

«os mais *que* ali chegarão logo acabarão de adoesser de grandes febres o *que* vemdo o capittão e mais gemtte como a esperança de ali vir embarcação era tão comprida e duuidossa e *que* aquelle homem podia tão pouco **que com vender as manilhas de cobre das suas moças** e outras cousas escasamente».<sup>58</sup>

«lhe mandarão hum estrelabio *que* comsigo trasiam com *que* as vesses tomauão a altura do soll **por ser o cobre metall que elles muito estimão** e outras coussas *que* amtre ssi hacharão».<sup>59</sup>

Devido à importância do cobre para obter o alimento, os sobreviventes largaram até o astrolábio, apesar de terem contado com este instrumento para saber a localização.

No texto do cronista, oferece-nos apenas uma referência ao cobre usado para a troca:

«porque estes homens fempres estaõ com os olhos nas mãos para verem fe levais *que* lhes dar; bufcando entre todos alguma couza para lhe darem, achàraõ hum panno lavrado de ouro, com *que* D. Marianna fe cobria, e **huma bacia de cobre, couza que elles muito estimaõ**, e hum pedaço de ferro grosso, e tudo lhe offerecèraõ, mandandolhe dizer *que* lhes perdoasse, *que* não salvàraõ mais *que* suas peffoas, como elle via, e *que* ainda aquelle panno tomavaõ àquella mulher».<sup>60</sup>

Vejamos um cenário no encontro dos sobreviventes da nau *São Tomé* com o rei Inhaça no texto de Couto:

«Não tardou muito ElRey, *que* logo chegou acompanhado de muita gente: vinha nũ, e encachado cõ hum panno *que* lhe cobria as partes inferiores, e cuberto com hum ferragoulo de

<sup>57</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 32; Koiso (2004b), vol. II, p. 595.

<sup>58</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 42; Koiso (2004b), vol. II, p. 605.

<sup>59</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 44v; Koiso (2004b), vol. II, p. 607.

<sup>60</sup> Couto (1736), *HTM*, tomo II, p. 185.

panno verdozo, que lhe o Alferes mòr D. Jorge de Menezes tinha mandado de Moçambique, fendo Capitaõ D. Paulo de Lima. O Capitaõ, e todos os mais fe levantãrã, e o recebêrã com grandes cortezias, e elle com o rofto muito alegre os abraçou, e fe affentou com elles ao pè da arvore, onde os noffos lhe contãrã fua defaventura, e trabalhos do caminho, e que todos vinhaõ muy alvoroçados por chegarem a elle, porque fabiaõ quaõ amigo era dos Portuguezes, e que nelle efperavaõ achar remedio para fuas neceffidades. ElRey os ouviu muito bem, e lhes mandou responder humanamente condoendofe delles, e lhes offereceo tudo o que houveffe em fua terra».<sup>61</sup>

Comparemos um passo com o manuscrito de Reimão:

«Naõ tardou muito ElRey, que logo chegou acompanhado de muita gente: vinha nũ, e encachado cõ hum panno que lhe cobria as partes inferiores, e cuberto com hum ferragoulo de panno verdozo, que lhe o Alferes mòr D. Jorge de Menezes tinha mandado de Moçambique».

«estando assi todos yuntos esperando, vejo o Rey saindo de hũa casa, acompanhado de alguns seus nũs e encachado cubertto com hum ferragoulo verdosso ya vsado e sem nada na cabeça e com hũas poucas d'azagajas na mão e se ueio logo pera os portuguesses muito alegre e risonho».<sup>62</sup>

«Naõ tardou muito ElRey, que logo chegou» de Couto era «estando assi todos yuntos esperando, vejo o Rey saindo de hũa casa» no manuscrito, onde não se nota uma grande diferença, apesar de ter caído «saindo de hũa casa». Segue-se: «acompanhado de muita gente: vinha nũ». ElRey apareceu nu? Na descrição do *Trattado*, era «acompanhado de alguns seus nũs». Assim, o cenário no manuscrito não nos dá nenhuma estranheza. Couto acrescenta uma explicação sobre o pano «que lhe o Alferes mòr D. Jorge de Menezes tinha mandado de Moçambique», eliminando o passo de Reimão «(com hum ferragoulo verdosso) ya vsado e sem nada na cabeça e com hũas poucas d'azagajas na mão e se ueio logo pera os portuguesses muito alegre e risonho».

<sup>61</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 184-185.

<sup>62</sup> Reimão, *op. cit.*, fols. 23r-23v; Koiso (2004b), vol. II, p. 587.

Comparemos outro passo na mesma citação:

«onde os noffos lhe contàraõ fua defaventura, e trabalhos do caminho, e que todos vinhaõ muy alvoroçados por chegarem a elle, porque fabiaõ quaõ amigo era dos Portuguezes, e que nelle efperavaõ achar remedio para fuas neceffidades».

«Depois de todos serem asemttados, o capitão comessou de dizer e contar ao Rey sua perdição e trabalhos e como ya de lomge o hião buscar por terem sabido ser amigos dos purtugesses, posto *que* isto não fosse assy por *que* acaso forão ali ter, como atras fica ditto, mas pareçendolhe que pera tal tempo lhes serião bons estes comprimentos, os uzaua com elle, e assim lhe pos diante as neçessidades em *que* todos estauão e os trabalhos que tinham passado e tudo isto declaraua ao Rej o cafre *que* falaua purtuges».<sup>63</sup>

Na versão de Couto, «os noffos lhe contàraõ fua defaventura, e trabalhos do caminho» e esperaram a ajuda do rei por saberem que era amigo dos portugueses. No mesmo cenário relatado pelo sota-piloto, quem explicou sobre a perdição foi o capitão mediante um autóctone que falava português. Aliás, Reimão confessa que a chegada dos Portugueses à terra do rei não era intencional, mas usava uma estratégia verbal para agradar o Rey naquelas circunstâncias. Este episódio não se pode saber no relato de Couto.

Como tratámos anteriormente,<sup>64</sup> Reimão fornece-nos um passo relacionado com os sobreviventes do naufrágio do galeão *São João*. Segundo o sota-piloto,

«he de notar que deste Rio do Manhiça aomde Dom Paulo de Lima acabou e esta enterrado avera delle ojto ou dez legoas ao Rio do Fumo *que* he mais pera demtro da bahia homde tãbem acabou Manoell de Soussa de Sepulueda, e a mj me comtou hũa pessoa de credito *que* aquella bahia de Lourenço Marques fora fazer resgatte aueria des annos *que* ymdo demtro aquele Rio do Fumo, os Cafres lhe mostrarão hũa caueira muito alua e muito fermossa nas feições e *que* lhe diserão *que* fora de hũa molher branca *que* naquella terra auia muito tempo morrera *que* elle a yullgara por essa e

<sup>63</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 23v; Koiso (2004b), vol. II, p. 587.

<sup>64</sup> Koiso (2004a), p. 24-25; Idem (2004b), vol. I, pp. 95-96.

muito bem pode ser *que* fosse a de Donna Lianor, sua molher, *que* ali acabarão todos». <sup>65</sup>

No relato de Couto, o que se mostrara eram dois anéis de pedraria, usados pelo capitão do galeão *São João*. Ou o cronista conhece um episódio diferente do de Reimão, ou substitui intencionalmente a caveira que diziam que era de D. Leonor, pelos anéis de Manuel de Sousa de Sepúlveda? <sup>66</sup>

Logo após esta história lendária, há uma descrição sobre as dificuldades que as mulheres tiveram na caminhada e sobre o que algumas pessoas queriam adiantar na página 181 na versão de Couto:

«Affim foraõ caminhando com grande trabalho das mulheres, que já levavaõ os pès empollados, e feitos chagas, o que foy caufa de hirem taõ devagar, que ao terceiro dia da jornada tratàraõ algumas peffoas de fe adiantarem, por não fe atreverem com caminho taõ vagarofo, e taõ falto de tudo, que não comiaõ fenaõ Cranguejos, e alguma fruta do mato, e algumas couzas poucas, que foraõ resgatando com os Cafres. A efta defordem dos que fe queriaõ adiantar, acodiraõ o Capitaõ, e D. Paulo de Lima, e com palavras de muita obrigação os persuadiraõ a fe deixarem hir, affirmandolhes, que Deos os foccorreria [...].».

O cenário correspondente e mais pormenorizado encontra-se nos fólios 19 e 19v no *Trattado*, onde Reimão relata também as situações lastimosas da esposa de D. Paulo de Lima, D. Britis, e de D. Joana de Mendonça. <sup>67</sup>

Vejamos uma descrição, algumas linhas mais adiante no relato de Couto:

«Jà neste tempo, que era ao segundo dia, hiaõ seguidos de alguns Cafres, que feriaõ perto de trezentos, que parece levavaõ os olhos em **alguns barretes**, e naquella pouquidade que viaõ, e affim fe foraõ chegando pouco e pouco athè fe defavergonharem a fe atravessarem diante, e acometterem os noffos, fazendo fuas algazarras, e maneando fuas armas, a que elles chamaõ **Pemberar**». <sup>68</sup>

<sup>65</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 52; Koiso (2004b), vol. II, p. 616.

<sup>66</sup> Koiso (2004b), vol. I, pp. 95-96.

<sup>67</sup> Koiso (2004b), vol. II, pp. 583-584.

<sup>68</sup> Couto (1736), *HTM*, tomo II, p. 181.

Boxer, que traduz «which they call *Pemberar*», considera esta última palavra como «unidentified». <sup>69</sup> O provável passo que corresponde ao desta citação no manuscrito de Reimão é o seguinte:

«Aali repoussarão aquela noite com grandes fogos he tantto que amanheço deserão daquela serra homde estauão a terra chã por ella comessarão de hir caminhando e o padre Frei Niculao comessou de resar e diser as ladajnhas a que todos respondião pedindo a Nosso Senhor os g[u]iasse e emcaminhasse a terra de christãos e assi forão caminhando sem leuarem caminho nenhum mais *que* emtenderem *que* caminhauão ao lomgo da costa por demtro dos serttão e semdo ya hum pedaço do dia passado sem hacharem agoa nem coussa que mettessem na boqua ouuirão grittos de cafres *que* auendo vista dos purtugesses se comessarão d'ayuntar com muitas azagajas nas mãos e hos vierão demandar e descubrindo os cafres tamta gente senão ouzarrão de chegar muito, mas postos em sima de hum outeiro dauão grittos e loquiadas sinal pera os outros acudirem e pella grande neçessidade que os purtugeses tinhamo desejauão de ter fala dos cafres, pello que loguo mandarão hum *homem que* andara nos rios de Cuama com outro compa-  
nheiro fossem falar com os cafres e vissem se lhe emtemdião algũa coussa, leuando num pao, hũa bandeirinha branca, vendo hum dos cafres *que* os dous companheiros se hião pera elles os veio correndo reçoer ao caminho grittando e disendo Mulungos, Mulungos que na sua limgoa quer diser purtugesses ou senhores, a este cafre chegou logo toda a gente e lhe derão **hum barrette** vermelho *com que* ficou muito contente e alegre e comessou de **pemberar** e correr

<sup>69</sup> Boxer (1959), p. 79. George McCall Theal traduz para inglês sem colocar nenhuma anotação sobre a palavra em causa: «shouting their war-cries and brandishing their arms, which they call *Pemberar*» (George McCall Theal (1898), *Records of South-Eastern Africa collected in various libraries and archive departments in Europe*, The Government of the Cape Colony (Edição fac-similar, Cidade do Cabo, C. Struik (PTY.), 1964, p. 204). A definição desta palavra é «*v.int. Ter. da Índia Portuguesa e África Oriental Portuguesa*. Tripudiar fazendo trejeitos e esgares» (António de Moraes Silva (1955), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.<sup>a</sup> edição revista, corrigida muito aumentada e actualizada, Editorial Confluência, vol. VIII, p. 77, nota n. 1) e «*v.int. Ter. da ex-Índia Portuguesa e ex-África Oriental Portuguesa*. Tripudiar fazendo trejeitos e esgares» (José Pedro Machado (coordenação) (1981), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Editores Amigos do Livro, vol. VIII, p. 567).

de hũa partte pera a outra, o *que* vendo os outros se chegarão os outros». <sup>70</sup>

Depois do cenário encontrado nos fólhos 19-19v do manuscrito, vem outro dos fólhos 17-17v na redacção de Couto. Este género de ordem dos acontecimentos trocada acontece com frequência no texto do cronista.

Além de considerarmos outros episódios incluídos antes e depois, que a palavra «pemberar» se usa unicamente nestas citações em cada texto, ou seja, na narrativa do cronista e no testemunho do sota-piloto, e também que se encontra outra «alguns barretes» ou «hum barrette» comummente, o extracto do texto de Couto devia coincidir com o outro do manuscrito de Reimão. Nota-se, porém, que uma grande parte respeitante ao contacto com os naturais, redigida por Reimão, não é usada na versão de Couto. De resto, umas linhas de descrição sobre os indígenas colocadas na versão do cronista parecem ter mais similitudes em outra posta no fólho mais adiante no testemunho do sota-piloto:

«os cafres como era noitte se recolhião ao serttão e como amanhecia se tornauão a praja, e sendo ya muitos yuntos *que* passauão de dusentos se detriminarão em peleijar e cometer os purtugesses e se começarão d'atrauesar diente, tomandolhe praja fanzendo [*sic*] muitos algasares com grandes grittos e asobios, escaramusando e correndo de hũa partte pera a outra com tanta prestesa e ligeiresa *que* preçião gamos». <sup>71</sup>

Desta maneira, Couto ignora frequentemente a ordem dos acontecimentos registada no *Trattado*, o que provoca por vezes alguma confusão e, outras vezes, os leitores do relato do naufrágio da nau *São Tomé* são induzidos a acreditar naquilo que está escrito sem saber a história original. Nestas circunstâncias, como sucedeu com Boxer, ser-nos-á difícil acompanhar o texto de Couto.

Em relação à tal palavra em questão «pemberar», sabemos, através da comparação com o testemunho de Reimão, que o verbo é transformado num substantivo na narrativa do cronista, cujo contexto também é diferente do do sota-piloto.

<sup>70</sup> Reimão, *op. cit.*, fols. 17-17v; Koiso (2004b), vol. II, p. 582.

<sup>71</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 20; Koiso (2004b), vol. II, p. 584.



Como a tragédia de D. Leonor no naufrágio de Sepúlveda, a história da triste mãe D. Joana de Mendoça toca o coração e provoca a compaixão dos leitores da versão da nau *São Tomé*. Além do episódio comprido em que a filha dela ficou no colo da ama na nau que iria ser engolida pelas ondas, Couto escreve pormenorizadamente, ao longo de trinta linhas, a virtude do fidalgo Bernardim de Carvalho que prestou atenção a D. Joana.<sup>72</sup> Todavia, não se encontra o cenário equivalente no testemunho do sota-piloto.

Aliás, o cronista dedica quase cinquenta linhas para descrever como Bernardim de Carvalho consolou D. Joana e como fez sacrifícios para ela, destacando a virtude dele, contrastando com a morte miserável coberto de piolhos.<sup>73</sup> Contudo, Reimão, que não gasta tanta tinta a D. Joana, conta sucintamente o fim do fidalgo, como segue:

«aqui adoeção Bernardim de Carualho de febres de *que* em poucos dias faleção e o leuou Deos Nosso *Senhor* pera ssi, o qual em todo este naufragio do mar e trabalhos da terra se ouue sempre *com* muito animo e esforço e *com* muito *sufri-mento* e *passiemça* nas muitas *neçessidades que* por esta Cafraria padeção emquanto viueo».<sup>74</sup>

A que fonte recorreu o cronista para os episódios dramáticos? Será que obteve alguma informação a D. Britis, esposa de D. Paulo de Lima, como Boxer presume? Ou improvisou-os para emocionar os leitores?

Considerando mais dezenas ou centenas de exemplos que não nos é possível mostrar neste espaço, parece-nos que Couto tenha reorganizado a história, ignorando diversas descrições do testemunho do sota-piloto e substituindo, ou acrescentando não poucos cenários, cuja origem ainda não sabemos.

<sup>72</sup> Couto (1736), *HTM*, tomo II, pp. 180-181.

<sup>73</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 196-197.

<sup>74</sup> Reimão, *op. cit.*, fol. 50r; Koiso (2004b), vol. II, p. 613.

## Conclusão

Apesar de não ser sobrevivente da calamidade, João Baptista Lavanha que relata o naufrágio da nau *Santo Alberto* esclarece nitidamente a motivação para proceder à redacção:

«A NOTICIA da perdição da Nao S. Alberto no Penedo das fôtes, principio da terra do Natal, & a relação do caminho, que fizerão em cẽ dias os Portuguefes, que della fe fálvarão, té o Rio de Lourenço Marques, onde fe embarcarão pera Moçambique, faõ de grãde importancia pera noffas Navegações, & pera avifo dellas muy neceffarias. **Porque o Naufragio enfina, como fe devem haver os Navegãtes em outro, que lhes póde acontecer, de que remedios proveitofos vfarão nelle, & quaes faõ os apparentes, & dãnofos de que devem fugir, que prevenções farão para fer menor a perda do Mar, & mais segura a peregrinação per terra, como com menos perigo defembarcarão nella, & a caufa da perdição desta Nao, que o he quafi de todas as que fe perdem. A relação do caminho mostra qual devem feguir, & deixar, que apercebimentos farão pera á fua grãdeza & dificuldade, como tratarão, & communicarão com os Cafres, com q meynos farão com elles o neceffario comercio, & fua barbara natureza & coftumes.** E pera que de coufas tão importantes & nóvas fe tenha o neceffario conhecimento; efcrevo este brève trattado, refumindo nelle hũ largo cartapacio, que desta viagẽ fez o Piloto da ditta Nao; o qual emmẽdei, & verifiquei com a enformação que depois me deu Nuno Velho Pereira, Capitão mór que foi dos Portuguefes nesta jornada».<sup>75</sup>

Por outras palavras, visto que uma causa comum provoca quase todos os desastres, o naufrágio e a caminhada vivida pelos sobreviventes da nau *Santo Alberto* são «de grãde importancia pera noffas navegações, & pera avifo dellas muy neceffarias». Como alguns censores mencionam no início de cada tomo da *História Trágico-Marítima*, as experiências negativas servem como um bom aviso, tanto para os navegantes posteriores evitarem os sinistros da viagem, como para tomarem medidas apropriadas.

---

<sup>75</sup> Lavanha (1597), fols. 1-2; Idem (1736), *HTM*, vol. II, pp. 217-218.

Com efeito, o relato de Lavanha foi elaborado para os navegadores do futuro.

Ora, já sete anos antes de se publicar a narrativa do cosmógrafo-mor, foi Reimão que revelou no início e no fim do seu *Trattado dos Grandes Trabalhos* o motivo que o levou a deixar escrito o infortúnio sofrido, pois pretendia que a sua experiência fosse aproveitada em situações similares, como exemplo e advertência, e que os futuros naufragos as suportassem com mais facilidade.<sup>76</sup> Com objectivos concretos, além de registar os pormenores do naufrágio e da caminhada, Reimão insere algumas linhas para chamar a atenção. A intenção do sota-piloto foi bem sucedida, pois, passados três anos, as experiências dos sobreviventes da nau *São Tomé* serviam para outros da nau *Santo Alberto*. Se Nuno Velho Pereira não tivesse lido o *Trattado* de Reimão, os embarcados da nau *Santo Alberto* teriam passado mais dificuldades quer no mar quer em terra e o objectivo de Lavanha poderia ter sido diferente, sem poder lograr o elogio dado por um dos censores, Fr. Manoel Coelho: «me parece obra neceffaria, & q servirá de avifo em muitas coufas aos que navegação as partes da India, por onde me parece q se póde imprimir».<sup>77</sup> Aliás, se tivesse sido publicado na época, o louvor deveria ser dirigido de igual modo ao *Trattado* do sota-piloto.

No entanto, como vimos alguns exemplos ao longo do presente trabalho, além de não se destacar este género de motivação e finalidade na narrativa de Couto, este não transmite correctamente o que Reimão, ou seja, uma testemunha, regista e intenta, pois dadas as intervenções do cronista – eliminações, adições, substituições das descrições e saltos para outra linha ou outro fólio –, o relato do naufrágio da nau *São Tomé* tirado da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* de Couto e reunido na *História Trágico-Marítima* apresenta-se confuso e perde uma parte da sua qualidade e da utilidade original. Para lá de termos visto alguns exemplos na nossa análise, já mencionámos um dos piores casos em que o cronista constrói um parágrafo, aproveitando apenas umas palavras ou umas linhas em alguns fólios ou sem nenhuma palavra nos fólios consecutivos do fólio 41 ao 46v.<sup>78</sup> Embora não saibamos se estava apressado, ou não, parecemos, pelo menos, que Couto redige a última parte do texto da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* sem prestar a devida atenção. Por consequência, afirmamos que convém termos cuidado e consciência, quando aproveitamos informações históricas, antropológicas, psicológicas entre outros

<sup>76</sup> Reimão, *op. cit.*, fols. 1v e 56v; Koiso (2004b), vol. II, pp. 567 e 620.

<sup>77</sup> Lavanha (1597), no segundo fólio não numerado antes do início do texto.

<sup>78</sup> Koiso (2004a), pp. 17-19; Idem (2004b), vol. I, pp. 96-99.

domínios, encontradas no texto do cronista, pois os dados recolhidos deste nem sempre serão verdadeiros.

Nestas circunstâncias, também estranhamos por que motivo o cronista insere na sua redacção «Diogo de Couto», o único nome que não se encontra na lista dos sobreviventes no manuscrito de Reimão. Será que Couto adiciona o seu nome, como se ele próprio fosse testemunha para que o seu relato seja mais fidedigno?

Lembrando-nos do que calculámos, a nossa análise pode mostrar que as informações registadas no *Trattado dos Grandes Trabalhos* de Gaspar Ferreira Reimão talvez muito menos de um terço sejam conhecidas dos leitores do relato do naufrágio da nau *São Tomé* compilado por Bernardo Gomes de Brito na *História Trágico-Marítima*.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes manuscritas

Boxer, Charles Ralph, «Box 4 Boxer mss. Writings f. 16 The Tragic History of the Sea», na Lilly Library da Indiana University Bloomington.

Reimão, Gaspar Ferreira (1590), *Trattado dos grandes trabalhos que passarão os portuguesses que se salvarão do espantoso naufragio que fez a nnaão [sic] São Thomé que vinha pera o Reino ho anno de 1589, a qual abrindo muita agoa querendo-se hir ao fundo perto da terra do natal se meterão no batel e nelle navegarão «até» hiren dar em terra de cafres, pella qual caminha-rão 200 legoas, passando muitos trabalhos, fomes, perigos e necessidades ate nosso senhor ser servido traser alguns delles a terras de xpaos, e os mais ficarão as vidas por terras de cafres com muito desemparo como nes-te tratado se verá. Feito por Gaspar Ferreira sota piloto da mesma Naao Anno de 1590.* (BNP Cod. 7360).

### Fontes impressas

Amaral, Melchior Estácio de (1604), *Tratado das Batalhas, e Svcessos do Galeão Sanctiago com os Olandefes na Ilha de Sancta Elena. E da Náo Chagas com os Vngleses [sic] antre as Ilhas dos Açores: Ambas Capitainas da carreira da India. E da caufa, & defastres, porque em vinte annos se perderão trinta & oito nãos della: com outras coufas curiosas*, Lisboa: Antonio Aluarez. (editio princeps)

Idem (1604), *Das Batalhas do Galeaom Sanctiago com Olandefes. E da não Cha-gas que ardeo antre as Ilhas, com Vngleses. Das causas porque em 20. annos se perderão 38. nãos da India. De como a cõquistta, & nauegação do Oriête não pertêce a nação algũa senão á Portugueses, & lhe foi dada por noffo Senhor IESV CHRISTO. Dos fitios das Ilhas da Sancta Elena, & de Fernão de Loronha. E do que nellas á.* Lisboa, Antonio Aluarez. (editio princeps)

Brito, Bernardo Gomes de (1735-1736), *Historia Tragico-Maritima. Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiverão as Naos de Portu-gal, depois que se poz em exercicio a Navegação da India*, 2 tomos, Lisboa, Lisboa Occidental, Officina de Congregação do Oratorio.

Cardoso, Manuel Godinho (1602), *Relaçam do navfragio da nao Santiago & itine-rario da gente que delle se saluou*, Lisboa, por Pedro Crasbeeck. (editio princeps)

Costa, Abel Fontoura da (prefácio de) (1940), *Roteiro da Navegação e Carreira da Índia, com seus caminhos, &amp; derrotas, sinais &amp; aguageis*

- & diferenças da agulha: tirado do que escreveu Vicente Rodrigues & Diogo Afonso, pilotos antigos, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 2.<sup>a</sup> edição.
- Couto, Diogo de (1765), *Vida de D. Paulo de Lima Pereira, Capitam-mór de Armadas do Estado da India, donde por seu valor, e esforço nas batalhas do mar, e terra, de que sempre conseguiu gloriosas victorias, foy chamado o Hercules Portuguez*, Lisboa, José Philipe.
- Documenta Indica*, (coord.) Joseph Wicki e John Gomes, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1979, vol. XIV (1585-1588).
- Franco, António (1719), *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra em Portugal na qual se contem as uidas, & sanctas mortes de muitos homens de grande Virtude, que naquella Sancta caza se criaram*, Évora, primeiro tomo.
- Lavanha, João Baptista (1597), *Navfragio da nao S. Alberto, e itinerario da gente, qve delle se salvov*, Lisboa, Em casa de Alexandre de Siqueira. (editio princeps)
- Theal, George McCall (1898), *Records of South-Eastern Africa collected in various libraries and archive departments in Europe*, The Government of the Cape Colony. (Edição fac-similar, Cidade do Cabo, C. Struik (PTY.), 1964, p. 204)

## Dicionários e Catálogos

- Albuquerque, Luís de (dir.) e Domingues, Francisco Contente (coord.), (1994), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho 2 vols., Lisboa, Caminho.
- Catálogo dos Preciosos Manuscritos da Bibliotheca da Casa dos Marquezes de Castello Melhor: Doccumentos officiaes, grande numero de autographos obras originaes e ineditos*, Lisboa, Typographia Universal, 1878.
- Machado, José Pedro (coord.) (1981), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Editores Amigos do Livro, vol. VIII.
- Silva, António de Moraes (1955), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.<sup>a</sup> edição revista, corrigida muito aumentada e actualizada, Editorial Confluência, vol. VIII.

## Estudos

- Boxer, Charles Ralph (1957), «An Introduction to the *História Trágico-Marítima*», *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, Série I, Lisboa, Universidade de Lisboa, pp. 48-99.

- Idem (1959), *The Tragic History of the Sea, 1589-1622, Narratives of the Shipwrecks of the Portuguese East-Indiamen, São Tomé (1589), Santo Alberto (1593), São João Baptista (1622), and the Journeys of the Survivors in South East Africa*, Cambridge, The Hakluyt Society.
- Idem (1979), «An Introduction to the *História Trágico-Marítima* (1957): some corrections and clarifications», *Quaderni Portoghesi*, n.º 5, Pisa, Giardini Editori e Stampatori, pp. 99-112.
- Guinote, Paulo, Frutuoso, Eduardo e Lopes, António (1998), *Naufrações e Outras Perdas da «Carreira da Índia» Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Koiso, Kioko (2004a), *História Trágico-Marítima: factos revelados em documentação inédita*, Lisboa, Academia de Marinha.
- Idem (2004b), *Mar, Medo e Morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História Trágico-Marítima, nos testemunhos inéditos e noutras fontes*, 2 vols., Cascais, Patrimonia.
- Idem (2009), *História Trágica do Mar: navegações portuguesas nos séculos XVI, XVII e XVIII*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Idem (2015), «A *História Trágico-Marítima*: suas características no âmbito de História do Livro», n'A *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e a Perenidade da Literatura de Viagens* (Actas do colóquio internacional), pp. 163-178.





# Da construção historiográfica de Couto: os trabalhos forçados do editor

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ\*

O processo de composição e as peculiaridades do discurso historiográfico de Diogo do Couto (1542-1616) estão na base do presente artigo. Com ele, visamos suscitar uma reflexão em torno dos desafios colocados ao editor dos textos de Couto, tendo em vista uma fixação dos mesmos tão próxima quanto possível da forma saída das mãos do cronista ou daquela que ele tinha intenção de fazer chegar à leitura pública.

## 1. A obra historiográfica de Couto: trabalhos de Sísifo, trabalhos de Hércules

A produção literária de Diogo do Couto, pode dizer-se, concentra-se nos últimos 20 anos de sua vida. Na verdade, quando, em 1595, com cerca de 53 anos de idade, foi nomeado para o cargo de cronista da Índia portuguesa só tinha composto o diálogo *O Primeiro Soldado Prático*,<sup>1</sup> e rascu-

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 97-115 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* CHAM, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> Publicado inicialmente por António Caetano do Amaral, na segunda parte da obra intitulada *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos Portugueses na Asia, escritas por Diogo do Couto, em forma de dialogo, com o titulo do Soldado Pratico*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1790, pp. 205 a 236. Recentemente, António Coimbra Martins na edição feita deste diálogo (Lisboa, Comissão Nacional para as

nhado alguns trabalhos de cariz histórico, como uma narrativa sobre a história dos portugueses no Oriente desde a aclamação de Filipe I neste império (o embrião da futura *Década Décima*), e possivelmente um *Comentário dos Lusíadas*, versando essencialmente matérias históricas do poema épico; este trabalho, inacabado e desaparecido, constaria de comentário a «tudo o que Vasco da Gama contou ao rey de Melinde da origem de Portugal e de seus reys e tudo o que aquella ninfa lhe mostrou na ilha de Santa Elena dos visorreys que avião de governar a India e todos os seus feitos».<sup>2</sup>

Mas, a partir da sua nomeação para o cargo de cronista da Índia e, simultaneamente, organizador e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, Couto desenvolveu uma actividade literária infatigável. A um segundo diálogo *O Soldado Prático*<sup>3</sup> e a um conjunto de orações escritas e proferidas nas tomadas de posse dos governadores / vice-reis ou em outros actos solenes na cidade de Goa,<sup>4</sup> junta-se o grande volume do seu trabalho situado no campo historiográfico. É nesse campo em que se inscrevem as nove *Décadas da Ásia* – o seu *opus magnum* –, o *Tratado dos Gama*<sup>5</sup> e a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*,<sup>6</sup> e ainda outros escritos cujo paradeiro

---

Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001) fixou-lhe o título em *O Primeiro Soldado Prático*.

<sup>2</sup> *Década Oitava*, liv. V, cap. 9, p.472, editada in Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, Lisboa Imprensa Nacional/Casa da Moeda, colecção “Mare Liberum” da CNCDP, vol. I (1993).

<sup>3</sup> A primeira edição levado a cabo por António Caetano do Amaral, *ob. cit.*, pp. 1-204. Seguir-se-iam as edições de Manuel Rodrigues Lapa (Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1934) e de Ana Maria García Martín (Coimbra, Angelus Novus, 2009), ambas assentes em manuscrito parcialmente autógrafo e ambas sob título *O Soldado Prático*.

<sup>4</sup> Cf. *Diogo do Couto orador. Discursos oficiais proferidos na Câmara de Goa*, edição de M. Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro e Nuno Vila-Santa, Albufeira / Portimão, Arandis / ISMAT, 2016.

<sup>5</sup> Nome por que é vulgarmente conhecido este Tratado, cujo título completo é: *Tratado de todas as cousas socedidas ao valeroso capitão Dom Vasco da Gama primeiro Conde da Vidigueira: Almirante do mar da India: no descobrimento, e conquistas dos Mares, e Terras do Oriente: e de todas as vezes que ha India passou, e das cousas que socederão nella a todos seus filhos*.

Dele foi feita edição diplomática, assente numa das cópias manuscritas conhecidas: *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*, introdução, leitura e glossário de José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos, Lisboa, Cosmos, 1998.

<sup>6</sup> Da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* estão localizadas quatro cópias manuscritas e, até à data, saíram duas edições (1765 e 1903), as quais não incluem todavia as seguintes peças liminares dos códices: epístola dedicatória de Couto a D. Ana de Lima Pereira, irmã do biografado, datada de 10 de Novembro de 1611; dois sonetos, um dos quais, pelo menos, da autoria de Couto.

se desconhece: um *Tratado das Fortalezas*, um *Epílogo da História da Índia*, e uma *História da Etiópia*, obra em que refutava o livro sobre o mesmo reino publicado em 1610 por Frei Luís de Urreta. Sublinhe-se, por último, o facto de, no âmbito desta produção historiográfica, Diogo do Couto ter também cultivado um outro subgénero literário, o das relações de naufrágio, sendo provável terem algumas delas circulado como peças avulsas. Assim parece ter acontecido com as relações de naufrágio das naus *Águia* e *Graça* (1559 e 1561) e com a da nau *S. Tomé* (1589). Nessa condição, viriam a ser publicadas por Bernardo Gomes de Brito na *História Trágico-Marítima* (1735-1736).<sup>7</sup>

A hercúlea tarefa de Couto ganha ainda mais significado quando sabemos que, por força de acidentes vários, ele se viu obrigado a reescrever muitos dos seus livros. Com efeito, no respeitante a obras historiográficas até hoje localizados ou referenciadas, são conhecidas várias versões. Vejamos:

- Duas ou três versões da *Década Sétima*:

Da *Década Sétima*, além da edição *princeps* (Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1616) saída ainda em vida do autor, conserva-se uma outra versão manuscrita, inédita, no Arquivo da Torre do Tombo (Mss. Livraria 536); trata-se de um original parcialmente autógrafo, com várias diferenças relativamente à versão impressa: excertos cortados pela censura, páginas com palavras riscadas ou por outras substituídas (Cf. António Baião, *Diogo do Couto. Décadas*, selecção prefácio e notas de ..., volume I, Lisboa, 1947, pp. CVI-CXIII); este texto é provavelmente testemunho da primeira redacção desta *Década*, enviada por Couto para Portugal em 1601, e apreendida, aquando da captura do galeão *Santiago* em que seguia pelos Holandeses. Por último, um outro manuscrito, um original copiado pelo secretário de Couto e por ele autenticado; ainda inédito, conserva-se no fundo «Manuscritos de Charles Boxer» (Portuguese Mss, 3) da Lilly Library, Universidade de Indiana; segundo C. Boxer, apresenta diferenças relativamente à edição *princeps* e ao manuscrito inédito da Torre do Tombo. Está por fazer um cotejo deste manuscrito com a edição *princeps*, mas possivelmente tratar-

<sup>7</sup> A relação das naus *Águia* e *Graça* colhe, arranjada, na *Década Sétima*; já a relação da nau *S. Tomé* corresponde aos últimos capítulos da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* e, supõe-se, faria parte da *Década Undécima* extensa, desaparecida.

se-á do texto da segunda redacção ainda sem as intervenções de Frei Adeodato da Trindade, frade que, em Lisboa, fazia oficiosamente a revisão das *Décadas* preparando-as para a impressão.<sup>8</sup>

- Duas versões das *Décadas Quinta* e *Oitava* e, provavelmente, da *Nona*:

De *Década Quinta*, além da edição *princeps* (Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1612), saída também em vida do autor, Marcus de Jong veio a descobrir, em 1934, na Biblioteca da Universidade de Leida um outro manuscrito, cujo texto seria, segundo este investigador, cópia de uma segunda versão desta *Década*, escrita pelo cronista, com a vantagem de não ter as intervenções de correctores e censores impostas à edição *princeps* de que se desconhecem original ou cópias. Cf. *Década Quinta da Ásia*. Texte inédit, publié d'après un manuscrit de la Bibliothèque de l'Université de Leyde par Marcus de Jong. Coimbra Imprensa da Universidade, 1937.

Quanto à *Década Oitava*, uma versão resumida desta *Década*, em volume duplo com o resumo truncado da *Década Nona*, conserva-se na Torre do Tombo (Mss. Livraria 613), um original parcialmente autógrafo; além deste original, conhecem-se 10 cópias, todas em códice duplo, e foram feitas três edições (1673, 1736 e 1786). Segundo Couto, estes resumos foram por ele elaborados para colmatar roubo das respectivas versões integrais. Já no séc. XX, viriam a ser descobertas duas cópias manuscritas (Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 839 e Biblioteca Nacional de Madrid ms. 2980) que provavelmente não reproduzem a versão integral supostamente roubada, mas sim um conjunto de materiais organizados e já arrumados em livros e capítulos (variando assim das versões resumidas só subdivididas em capítulos) visando a composição e redacção

<sup>8</sup> Frei Adeodato, frade agostinho e cunhado de Couto, vivendo no Convento da Graça em Lisboa, funcionava como uma espécie de editor a quem Couto enviava as suas *Décadas* para as rever e prepará-las para a impressão. Mas, Frei Adeodato não se limitou a essa tarefa. Na prática, a sua intervenção traduziu-se, em muitos casos, por modificações na ortografia, na sintaxe, no léxico, passos censurados, capítulos inteiros acrescentados, discursos intercalados. Sobre o assunto, ver Ana Dulce Ribeiro Carocha de Seabra, *No Princípio era o Texto: Contributo para a Edição do Texto de Digo do Couto da Década X*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras, 1993, pp. LVI-LXXVI e, da mesma autora, «Adeodato da Trindade (Frei)», *Biblos*. vol. 5 (apêndice), 2005.

finais de uma Década extensa. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, Lisboa Imprensa Nacional/Casa da Moeda, colecção “Mare Liberum” da CNCDP, vol. II, 1994, «Um estado da Década 8ª», pp. 37-41.

No respeitante à *Década Nona*, a darmos crédito mais uma vez ao testemunho do próprio Couto, dela teria composto uma versão integral, também roubada, além da versão resumida e truncada desta mesma Década, acima referida, que chegou até nós.

- Por último, duas presumíveis versões da *Década Undécima*:

Esta Década teria ficado concluída em 1611, tendo no final deste ano ou no início do seguinte sido enviado para o Reino o respectivo texto o qual entretanto levou sumiço. Sendo provável que da mesma Década tenha ainda elaborado uma versão resumida. É essa a suspeita levantada por A. Coimbra Martins, resultante da descoberta e estudo de manuscrito conservado na Biblioteca de Viseu (26-I-37). Este, embora similar ao resumo elaborado pelo editor Nicolau Pagliarini (Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1786), está eivado de expressões indiciadoras de autoria do próprio Couto.<sup>9</sup>

## 2. A composição historiográfica: uma manta de retalhos

O constante escrever e reescrever dos seus próprios livros mais a rapidez posta na execução destas tarefas explicam-se em grande parte pela metodologia de trabalho de Diogo do Couto, nomeadamente no respeitante ao processo de composição e ao modo como se apropriava das fontes escritas seleccionadas. Uma obra historiográfica de Couto é fundamentalmente uma compilação de um conjunto heterogéneo de materiais. Uma espécie de «manta de retalhos» onde se entretecem recortes de obras de outros autores ou de apontamentos anteriormente elaborados pelo próprio Couto, diplomas e documentos de arquivo, memórias do que testemunhou ou ouviu contar, testemunhos orais de várias procedências. Naturalmente, o peso deste tipo de recursos varia em função dos arco temporal coberto pelas narrativas. Em obras, como as *Décadas da Ásia* mais antigas ou o *Tratado dos Gama*, denota-se um predomínio de fontes escritas. Já naquelas que cobrem os tempos em que Couto vivia na Índia, ou seja, a *Década sétima* e seguintes e a *Vida de D. Paulo*

<sup>9</sup> António Coimbra Martins, «Em busca da Década 11», *Em torno de Diogo do Couto*, pp. 97-124. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985.

de Lima Pereira, articulando-se com as fontes escritas, é manifesta a presença de lembranças e testemunhos verbais cuja marca, imprimindo uma certa oralidade à escrita, está patente nas constantes fundamentações do relato apoiadas em expressões como: "contaram-me", "ouvi dizer", "ouvi contar", "disseram-me", "me disse", "com quem eu falei muitas vezes"; ou "afirma-se", "conta-se", "ouvido publicamente", "achado na boca dos homens".

Em suma, um mosaico assente, com mais ou menos habilidade, em função de coordenadas espaço-temporais, no caso das Décadas, ou do fio condutor de uma vida ou de uma linhagem familiar, nos casos da *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* e no *Tratado dos Gama*, respectivamente. Exercício cujo resultado é um somatório nem sempre bem organizado. Contrariamente a João de Barros, seu antecessor no ofício de cronista da Ásia portuguesa, Diogo do Couto não nos apresenta um trabalho elaborado, maturado, depurado do secundário. No seu discurso historiográfico, embora alicerçado em pontos de referência norteadores, a intriga vai-se tecendo ao correr da pena. Ao nível da redacção, dir-se-ia não ter havido tempo (ou paciência) para voltar atrás, para polir, retocar, dar a última demão. A evidente ausência de aprimoramento, patente também no modo como se servia das fontes escritas, deixa no leitor a sensação de estar perante um trabalho inacabado, com um travo de rascunho. Isto, mesmo nas obras cujos textos integrais são conhecidos ou naquelas que lhe mereceram mais de uma versão.

Estas fragilidades não obliteram as virtuosidades de um autor que, sem recurso aos ornamentos e à polidez de estilo de um bom escritor,<sup>10</sup> tem a arte de saber contar, conquistando o leitor para a sua história, quantas vezes pitoresca e anedótica, graças a uma peculiar técnica narrativa. Soube ligar a diversidade dos materiais ao seu alcance introduzindo aqui e ali pequenos comentários, apartes, breves notícias autobiográficas, episódios da sua experiência pessoal, apontamentos de erudição geralmente colhidos na tradição clássica. Soube também aligeirar o discurso para, usando as suas próprias palavras, tornar a "história menos enfadonha". Por exemplo, na fastidiosa sucessão de feitos guerreiros, acompanhada de longas enumerações dos participantes, dissemina incidentes

---

<sup>10</sup> Na caracterização de A. Coimbra Martins: «Frase pesada, período longo que colhe novo fôlego, mediante articulações precárias, nos sítios onde devia resolver-se em pontos finais. Discurso abundante em repetições tanto de ideias como de termos», in «Sobre a génese da obra de Couto», *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII (1974), p. 133.

curiosos, ditos jocosos, sucintas informações biográficas que, em última análise, contribuem para amenizar a aridez das listagens. No mesmo sentido apontam outros artifícios capazes de fornecer vivacidade à narrativa, como quando, seguindo uma fonte escrita em discurso indirecto a traduz para o discurso directo, introduzindo falas ou diálogos, ou quando faz as suas tão características fugas para presente, projectando uma informação até ao tempo da escrita: «Antonio Toscano, que foi meu vizinho e tem inda oje filhas casadas em Goa», «Manoel de Mello Pereyra que oje está por capitão de Damão», «Francisco de Macedo que inda oje vive em Cochim, frade da ordem 3<sup>a</sup> de S. Francisco, homem muito honrado». Artifícios que imprimem uma tonalidade vivencial ao narrado. Os protagonistas e os acontecimentos não são tratados como história morta, arrumada num demarcado e distante espaço de tempo, sem nada a ver com a contemporaneidade.

Por outro lado, demarcando-se da prática corrente na cronística da época, não se apoiava somente no testemunho de autoridades (capitães, fidalgos, embaixadores, vice-reis). Diogo do Couto gostava de dar voz a outros estratos da população – vizinhos, amigos, artífices, soldados, renegados, prisioneiros e até, esporadicamente, mulheres –, o que lhe permite dar-nos uma versão menos convencional e mais humanizada. Assim, no relato do sucesso guerreiro não se fica pelas linhas de força gerais, vai ao pormenor do vivido pelos mais diversos protagonistas, na confusão de uma batalha, no recôndito de um barco, no quotidiano de uma armada. Também os blocos temáticos dedicados exclusivamente à história dos povos asiáticos – geralmente encaixados no chamado «inverno» quando, fechados os portos da Índia, não havia muito a contar no tocante à gesta guerreira portuguesa – surgem como formas de entretenimento do leitor «pera maior gosto da historia, e passatempo dos que a lerem».<sup>11</sup>

Contribuem também para reforçar esta informalidade da escrita, as constantes intervenções pessoais, numa quase conversa com o leitor. Apesar de se propor contar a história dos portugueses na Ásia, Couto não consegue reprimir-se nem contentar-se com o relato simples e objectivo; não consegue distanciar-se do narrado como seria suposto fazer enquanto cronista. Temo-lo assim como uma voz sempre presente: comenta, desabafa, diz de sua justiça, denuncia, toma partido, entusiasma-se. Frequentemente foge ao passado narrado para, a propósito, comentar o presente. Por vezes mesmo irrita-se, protesta e exalta-se,

<sup>11</sup> Diogo Do Couto, *Década Duodécima*, liv. IV, cap. 4, p. 375 da edição da Régia Oficina Tipográfica (Lisboa, 1788)

sentindo-se «a pregar no deserto»! Neste seu constante e tão característico modo de opinar, sobressai a crítica acerada que não poupa ninguém, mesmo quando deixa a ameaça no ar: «enfim bom é não passar daqui por não culparmos reys, ministros e visorreys...» ou pela advertência «cuido que me não sabem o nome, mas eu sei-o a todos..». Uma prática, no mínimo, inesperada por parte de quem se propôs, em especial nas *Décadas*, contar «os raros e espantosos feitos» dos vassallos do rei de Portugal na Índia, coisa que também fez, de facto, no essencial. Mas não se coibiu de também e numa espécie de contra-discurso pôr a nu o avesso dessa mesma gesta heróica, denunciando cobicças, covardias e fraquezas. Atitude que, no quadro deste género narrativo, se reveste ainda de maior gravidade, pois é assumida pessoalmente, sem necessidade de endossá-la a um qualquer anónimo «soldado práctico». É próprio Couto – o cronista oficial da Ásia! – que critica, acusa e denuncia. Neste comportamento estará porventura a explicação para o acidentado destino dos seus livros.<sup>12</sup>

Além dos vários incidentes que o obrigaram a reescrever algumas das suas obras, delongas e estranhas ocorrências no processo de impressão das mesmas. Para a *Decada Quinta*, 14 anos de espera após o seu envio para o Reino, e 13 para as *Décadas Sexta* e *Sétima*. A *Sexta* não sem contratempos, pois um incêndio na tipografia destruiu todas as suas folhas de portada, sendo que as sucessivas cópias do frontispício pelo impressor Pedro Crasbeeck explicam termos exemplares datados de 1612 e outros de 1614 e na sua maioria defeituosos, uns truncados, outros completados com folhas adventícias

### 3. A apropriação de escritas alheias: formas de presença

Subjacente ao discurso historiográfico de Couto, há muito, mesmo muito, de presença de outros autores. Como em tantos escritores seus contemporâneos, também nele se detecta um tipo de intertextualidade caracterizada pela «absorção ou transformação» de citações, de ima-

<sup>12</sup> A este propósito, escrevia Rodrigues Lapa, em 1937, «o singular destino dos livros de Diogo do Couto é das coisas mais extraordinárias da literatura portuguesa»; já, anos antes, Georges Le Gentil não hesitara em afirmar: «une sorte de fatalité pèse sur son oeuvre trop vulnerable par un excès de franchise».



gens, de sentenças, de frases feitas etc.<sup>13</sup> Estudos, ainda que pontuais, confirmam estas presenças, não só no Couto-cronista mas também no Couto-escriptor de intervenção. A Coimbra Martins sinaliza vários passos da *Década Quarta* bebendo na obra de Luís de Camões, em especial n'*Os Lusíadas*.<sup>14</sup> E ao analisar o diálogo d' *O Soldado Prático*, texto de um outro género praticado por Couto, M. Vitalina Leal de Matos alcança conclusão semelhante, considerando-o mesmo um texto de inspiração camonianiana.<sup>15</sup>

Esta dispersa e discreta impregnação do alheio na sua escrita não deve confundir-se, porém, com o resultado decorrente de uma técnica praticada por Couto na elaboração das suas peças historiográficas. Aí, ao recorrer a obras de autores que antes dele escreveram sobre os mesmos assuntos, ele utiliza-as como materiais de trabalho, ou seja, como fontes. Por via de regra, extrai quase em «estado bruto» trechos, por vezes até capítulos dessas obras, enxertando-os na sua narrativa. Numa palavra, copia-os literalmente ou parafraseia-os. Um tal aproveitamento da obra alheia deixa-nos a sensação de que, talvez por trabalhar de modo apressado, Couto, à medida que a ia lendo, utilizava directamente os fragmentos julgados úteis, com a preocupação de cortar, por vezes abreviar, quanto não lhe interessava, num exercício de transposição que era já a sua própria composição historiográfica. A título de exemplo, veja-se excerto do *Tratado dos Gama* colhido da *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis, evidenciando a itálico, o corte operado entre duas transcrições quase literais, apresentadas em sublinhado:

<sup>13</sup> E. Asensio, «Para uma nueva edición crítica e comentada da le "Comédia Eufrosina" de Jorge Ferreira de Vasconcelos», *Critique Textuelle Portugaise*, Actes du Colloque; Paris, 20-24 Octobre 1981; Paris Fundação C. Gulbenkian, 1986, pp. 179-184.

<sup>14</sup> A. Coimbra Martins, «Introdução à leitura da *Década Quarta*», in Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, edição crítica e comentada, coordenação de M. Augusta Lima Cruz, fixação do texto por Ana Dulce de Seabra, Cristina Maria Serafim, M. Augusta Lima Cruz, M. do Rosário Laureano Santos e Rui Loureiro, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos / Fundação Oriente / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, vol. I, pp. XXIX-XXXV.

<sup>15</sup> M. Vitalina Leal de Matos, «Camões lido por Diogo do Couto no 'soldado práctico'», *IV Reunião Internacional de Camonistas - Actas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1984, pp. 359-372

Damião de Góis, *Crónica D. Manuel*, cap. 36

Pelo que logo Vasco da Gama mandou a Nicolau Coelho, por a sua nau ser pequena, que fosse diante sondando até aquela ilha, donde os barcos saíam. Os dos barcos tanto que viram as naus, se chegaram a elas, e as foram seguindo até que ancoraram, tangendo anafis, e outros instrumentos que se já pareciam mais com os nossos, que os das terras em que tocaram. A gente destes barcos era baça, de bons corpos, vinham vestidos de panos de algodão listrados, e nas cabeças traziam umas toucas, foteadas com vivos de seda, lavrados de fio dourado, e terçados mouriscos cingidos, com adargas no braços..

Diogo do Couto, *Tratado dos Gama*, parte I, cap. 3

Vasco da Gama mandou a Nicolau Coelho por ser a sua nau mais pequena que fosse diante sondando a ilha donde os barcos saíam.

As gentes dos barcos era baça e de bons corpos, vinham vestidos de panos de algodão listrados e nas cabeças traziam toucas foteadas com vivos de seda, lavradas de fio dourado, terçados cingidos e adargas nos braços..

Estes cortes salteados obedeciam à preocupação de reduzir a extensão do modelo seguido para, usando a sua terminologia, evitar prolixidades. No entanto, tais cerceamentos ou, eventualmente, resumos não o coíbiam de intercalar no texto que ia compondo comentários ou apartes da sua lavra ou de disseminar, sobretudo ao versar episódios bélicos, expressões dramatizadores do sucesso tão a seu gosto, como: «altas cavalarias», «áspera batalha», «valerosamente», «fazer maravilhas», «suas gritas» etc.

No respeitante às *Décadas da Ásia*, Rui Loureiro identificou, Década a Década, várias das fontes orais e escritas utilizadas por Couto; sobre o que é das fontes escritas fornece inclusivamente amostragens contemplando dezenas de textos de que Couto se apropriou. Esta obra de Rui Loureiro, referência fundamental para os estudos coutianos, é precioso instrumento de trabalho para o editor da obra historiográfica deste cronista<sup>16</sup>. Outros estudos, centrados numa ou noutra obra de Couto, têm também alertado para situações da mesma natureza, avolumando o seu aprofundamento e lançando novas pistas. Entre outros, e há já largos

<sup>16</sup> Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, Instituto Cultural de Macau, 1998

anos, G. Shurhammer<sup>17</sup> localizou em vários capítulos da *Década Quinta* reproduções *ipsis verbis* de informações sobre história dos reis de Ormuz e de Ceilão e sobre religião hindu contidas numa «Relação do Estado da Índia», atribuída ao frade agostinho Frei Agostinho de Azevedo.<sup>18</sup> António Coimbra Martins, numa leitura introdutória à *Década Quarta* de Couto, não hesita em caracterizar como «um grande plágio» os decalques das obras de outros autores, sobretudo de Gabriel Rebelo, nesta *Década*. Nos exemplos por ele relevados, sobressai ter Couto utilizado preferencialmente os trabalhos de Gabriel Rebelo, António Galvão e até Garcia da Orta<sup>19</sup> para a descrição de terras, costumes e povos. Já no respeitante a matérias relacionadas com sucessos militares e políticos a sua principal fonte foi Fernão Lopes Castanheda.<sup>20</sup> A ele foi ainda buscar os diplomas oficiais e documentos avulsos transcritos, constatação que leva A. Coimbra Martins a considerar ter sido a obra de Castanheda o principal «arquivo» de Couto para o tempo da *Década Quarta*.<sup>21</sup> Já anteriormente eu própria fizera exercício semelhante relativamente à *Década Oitava*. Concluindo sobressaírem, de entre as fontes escritas dispersamente utilizadas por Couto, duas mais continuamente seguidas para a composição desta *Década*. São elas: a «Relação dos feitos eroicos em armas que Sancho da Vasconcelos fez nas partes de Amboyno e Maluco...»<sup>22</sup> para os capítulos sobre as Molucas e acção de Gonçalo Pereira Marramaque nos Mares do Sul, nos anos 1566-1571; e a *Historia da India no tempo em que a o visorrey D. Luis de Ataide* de António Pinto

<sup>17</sup> Georg Schurhammer, *Francisco Javier – Su vida y su tiempo*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Compañía de Jesús & Arzobispado de Pamplona, 1992 (1ª ed., em alemão, 1955-1973), 4 vols., vol. 3, pp. 564-571

<sup>18</sup> «Relação do Estado da Índia» pub. in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, ed. António da Silva Rego (ed.), Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. I, pp. 197-263.

<sup>19</sup> Gabriel Rebelo, «Informação das Cousas de Maluco», obra de que se conhecem duas versões (1561 e 1569); pub. Artur Basílio Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente - Insulíndia*, Lisboa Agência Geral do Ultramar, vol. 3 (1955), 345-508, e vol. 6 (1988), pp. 161-294; António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*, Lisboa, João Barreira, 1563; Garcia da Orta, *Colóquios dos simples e drogas (...)*, Goa, Joannes de Endem, 1563.

<sup>20</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Coimbra, João de Barreira e João Álvares, 1551-1561.

<sup>21</sup> A. Coimbra Martins, «Introdução à leitura da *Década Quarta*», ed. cit., pp. XII-CXXI, especialmente, pp. XL-LI e CII-CV.

<sup>22</sup> BNP, FG-474, pub. A. Basílio Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente - Insulíndia*, Lisboa Agência Geral do Ultramar, 1954-1958, vol. IV, p. 164 e sgs.

Pereira<sup>23</sup> para os capítulos sobre os cercos a Chaul e Goa de 1570-1571. Do cotejo destes dois textos com os passos correspondentes na Década, concluí ter Couto adoptado estratégias de tratamento diferenciadas. Assim, apropriou-se mais da «Relação dos feitos eroicos...», a qual seguiu ao pé da letra, não só na importação de trechos mas também na estrutura das sequências narrativo-descritivas. Já no respeitante ao segundo texto, a *História* de António Pinto Pereira, apesar das grandes afinidades textuais captadas, verifica-se ter sido Couto mais interveniente: em vez de fazer cortes, teve o cuidado de resumir, elaborando a sua própria síntese; de igual modo, deu-se ao trabalho de reordenar a narrativa, procedendo a compartimentações de blocos temáticos e arrumando-os de acordo com as coordenadas de uma Década. A explicação para estes dois modos de actuação poderá estar na tipologia desses textos. A «Relação dos feitos eroicos ...» foi escrita por alguém – «hum curioso que a ellas foy» (às ilhas Molucas) – que presenciou os sucessos narrados e conheceu os locais. Um testemunho escrito em primeira mão, muito valorizado por Couto, porque «vio estas cousas com seus olhos», não hesitando por isso em decalcá-lo. Já a *Historia da India* é uma narrativa, uma crónica, composta por António Pinto Pereira a partir de vários materiais, um testemunho em segundo mão de que ele se aproveita. Em suma, indícios de distintas opções de tratamento segundo a tipologia das fontes seleccionadas, suspeita que só futuros estudos com base de apoio mais ampla poderão confirmar ou infirmar.<sup>24</sup>

Diga-se em abono da verdade que o que Couto fez em relação à escrita alheia fê-lo também em relação à sua própria escrita. Neste particular, o exemplo mais paradigmático é o *Tratado dos Gama*. Na I parte, sobre as viagens de Vasco da Gama à Índia, recorreu, segundo as suas próprias palavras,<sup>25</sup> à *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis e às *Décadas Primeira* e *Terceira* de João de Barros, que já corriam em letra de forma. Engenhosamente, colheu nestas duas obras expressões, imagens ou frases, umas vezes parafraseando, outras copiando, e graças a uma hábil articulação das respectivas narrativas, conseguiu até trabalhar as duas

<sup>23</sup> A publicação desta obra iniciou-se em 1586, interrompeu-se e só veio a concluir-se 30 anos depois (Coimbra, Nicolao Carvalho, 1616). Sabe-se, no entanto, que antes desta primeira edição completa circularam cadernos impressos a que Couto teria tido acesso, pois não esconde no corpo da Década conhecer a obra deste autor.

<sup>24</sup> M. Augusta Lima Cruz, *Ob. cit.*, vol. II (1994), pp. 318-344.

<sup>25</sup> O próprio Couto o confessa na epístola dedicatória deste *Tratado* dirigida a D. Francisco da Gama, bisneto de Vasco da Gama, ao escrever «as cousas do conde vosso visavo (*refere-se a Vasco da Gama*) das trez vezes que a India passou, tirey de Damião de Gois algũas, maz a mor parte de João de Barros a quem sigo em muitas couzas ao pé da letra», *Tratado*, ed. cit. p. 22.

em simultâneo, como ilustra o exemplo abaixo, no qual as partes colhidas em Barros aparecem sublinhadas e, a negrito, as retiradas de Damião de Góis:

Damião de Góis, <i>Crónica D. Manuel</i> , cap. 41	João de Barros, <i>Década 1ª</i> , liv. IV, cap. 8	Diogo do Couto, <i>Tratado dos Gama</i> , pt. I, cap. 8
Nesta ordem chegaram aos paços onde el rei estava (...)	<u>Entraram todos em uma grão casa térrea em que estava aquele grão Samorim da província do Malabar por eles tão desejado de ver</u>	<u>Entraram em uma grande casa térrea onde os esperava aquele grande Samorim, imperador da província Malabar e tão nomeado na Europa, que eles tanto desejavam ver.</u>
El rei estava em uma sala grande, <b>cercada ao redor de assentos de pau mui bem lavrados, alevantados uns dos outros ao modo de coro</b> , ou teatro, os quais se encheram logo de Caimais e Naires. <b>O chão desta sala era todo coberto de veludos verdes e as paredes armadas de panos de seda e ouro</b> de cores. El rei estava <i>lançado</i> em um catel (que são leitos como que de campo), coberto de um pano de seda branca e ouro bem lavrada	(...)  o qual estava <u>no cabo da casa em uma camilha coberta de panos de seda, posto em um leito, a que eles chamam catle, e ele vestido com um pano de algodão brunido com algumas rosas douro batido semeadas por ele, e na cabeça uma carapuça de brocado alta à maneira de mitra cerrada</u>	<u>Aquela casa estava cercada em redor de assentos de pau bem lavrados, alevantados uns dos outros a modo de coro e por eles assentados todos os seus Caimais e Regedores. O chão da casa estava todo coberto de veludos verdes e as paredes armadas de panos dourado.</u>  <u>No cabo dela estava o Samorim lançado em uma camilha coberta de panos de seda e ele vestido de outro de algodão brancos brunidos com algumas rosas douro do mesmo teor; na cabeça uma capuça de rolos, brocado alto à maneira de mitra cerrada..</u>

Quanto à II parte deste *Tratado*, versando a actuação dos filhos de Vasco da Gama na Ásia, limitou-se a copiar o que ele próprio escrevera sobre o assunto nas suas *Décadas Quarta, Quinta e Sexta*.<sup>26</sup> Rigorosamente, recortou passos, capítulos ou troços de capítulos destas *Décadas*, deles se servindo para montar o *Tratado*. A ponto de tornar impossível uma apresentação de exemplos, pois toda narrativa é uma transposição das referidas *Décadas*. Nesses recortes, colheu somente os períodos em que os filhos de Vasco de Gama exerceram cargos de chefia – de expedições militares (D. Cristóvão na Etiópia), de fortalezas (D. Paulo, D. Estevão e D. Pedro da Silva, em Malaca) e do Estado da Índia (D. Estevão da Gama, governador) – deixando cair episódios soltos, narrando viagens ou participações destes em campanhas militares. Por outro lado, o objectivo de celebrar o nome dos Gama na Ásia, levou-o a não transferir um ou outro trecho abordando actuações menos edificantes envolvendo membros desta família. Sintetizando, pode afirmar-se que, de um modo geral e em termos de informação, tudo o que está na II parte do *Tratado dos Gama* está também ao pé da letra nas *Décadas* supracitadas, mas nem tudo que está nestas *Décadas* se encontra no *Tratado*.<sup>27</sup>

Quanto à *Vida de Paulo de Lima Pereira*, ainda está por fazer o cotejo exaustivo desta biografia com os passos correspondentes nas *Décadas Sétima a Décima*, e falta-nos a desaparecida *Década Undécima*, termo de comparação com o grosso desta biografia. Nas partes correspondentes ao tempo da *Década Oitava*, as versões conhecidas, embora não sejam integrais, permitem concluir que Couto fez selecção e cópia das matérias relativas à actuação deste fidalgo. Deduz-se, por isso, ter adoptado para as restantes metodologia similar àquela utilizada na composição do *Tratado dos Gama*. Nesse sentido aponta a rapidez na execução deste trabalho (cerca de dois meses), mas também a circunstância de, na epístola preliminar dirigida a D. Ana de Lima Pereira, irmã do biografado, o próprio Couto dizer explicitamente não ter feito mais do que recorrer ao que já tinha escrito. Aliás, para aí aponta a sobrevivência, no texto da *Vida de D. Paulo*, de remissões a várias das suas *Décadas da Ásia*, remissões que desmentem a autonomia de uma obra que se pretendia apresentar como uma biografia.

<sup>26</sup> Mais uma vez é Couto que o esclarece, na continuação da epístola dedicatória citada na nota anterior: «as mais (*entenda-se, das cousas*) de seus filhos forão tiradas daz minhas Decadas onde Vossa Senhoria as leo em fim de as aprovar».

<sup>27</sup> M. Augusta Lima Cruz, «O *Tratado dos Gama* de Diogo do Couto», *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n.º 33 (Janeiro/Março de 1998), pp. 117-134.

#### 4. Dos percalços de quem copia à funcionalidade das fontes escritas

Compreensivelmente, ao lançar-se no exercício de copiar textos alheios ou por ele previamente redigidos, Couto corria o risco de cair nos erros inerentes a essa actividade: *lapsus calami*, lacunas de sentido, saltos do mesmo ao mesmo (homeoteleutos), erros de decifração ou motivados por distração, cansaço etc. Os quais poderiam ocorrer nos próprios originais, uns total ou parcialmente autógrafos, outros autenticados por Couto mas das mãos dos amanuenses que o auxiliavam. No quadro abaixo, assinala-se um salto do mesmo ao mesmo em original da versão resumida da *Década Oitava*, precisamente num trecho da letra do próprio Couto, detectável por via da sua comparação com a fonte por ele seguida, a já citada «Relação dos feitos eroicos», e com a versão da mesma *Década* contida nas cópias manuscritas do Porto e Madrid:

«Relação dos feitos eroicos», p. 220 da ed. de Basílio Sá	<i>Década Oitava</i> , versão Porto-Madrid, p. 440, vol. I (1993) da ed. M. Augusta Lima Cruz	<i>Década Oitava</i> , versão resumida, fl. 62v, ms. 613 (original) da Torre do Tombo,
«E como era escuro, e não havia vegias mais que nos baluartes, e de huns a outros avia grande distancia, abrirão as taipas e as romperão, sem serem sentidos e de mão negada as <u>entrarão</u> . E como estiverão dentro, acometeram aos baluartes e os <u>entrarão</u> , matando todos os portugueses»	«e assi hũa noite escura cometerão, e com muitos picões a derrubarão e <u>entraram</u> dentro, e foram demandar a fortaleza e cometerão hum beluarte o qual logo <u>entrarão</u> , e matarão os portugueses que nelle avia»	«e asy hũa noite escura cometerão a çerca e com muitos picões a derrubarão e <u>entrarão</u> e matarão os portugueses que nele <sup>(1)</sup> avia»  <sup>(1)</sup> Última letra de «nele» bastante rasurada, dir-se-ia ser um «a» corrigido para um «e».

Há, além disso, outro género de faltas, captáveis não só em originais mas também em cópias ou em testemunhos de que só se possui o impresso, cuja origem está no pouco cuidado posto por Couto no aproveitamento e tratamento dos materiais escritos de que se servia. Isso acontece, sobretudo, quando, face ao problema de encaixe de um texto demasiado longo no corpo da sua narrativa, ele resolve, como já foi sublinhado, cortá-lo entremeadamente, não se dando sequer ao trabalho de confirmar se os troços por ele seleccionados e transpostos para a sua narrativa se articulavam entre si. Em resultado destas operações, somos confrontados com



situações em que nos dá como contados episódios que de facto o não foram, pois ficaram nos tais pedaços que achou por bem eliminar ou não aproveitar. A título de exemplo:

Na *Década Oitava*, a propósito dos conflitos entre Portugueses e Itos na Molucas, afirma-se a dada altura que estes se arrependeram da vassalagem dada aos portugueses. Mas, para trás, nada disse sobre o assunto, sendo necessário ir à fonte escrita seguida para compreender, pois a notícia sobre essa vassalagem aparece num dos trechos que Couto inadvertidamente cortou.

Obviamente, são lapsos imputáveis a quem seleccionou os materiais a importar, no caso o próprio cronista, captáveis também em testemunhos decorrentes da transmissão textual.

No *Tratado dos Gama*, cujos testemunhos manuscritos conhecidos são cópias, e em que a II parte, como se viu, foi «armada» com capítulos e partes de capítulos que recortou das suas Décadas, a dada altura, ao importar para este *Tratado* troço do cap. 6 do liv. VIII, da *Década Quinta*, cobrindo o tempo de governo da Índia por D. Estevão da Gama, Diogo do Couto salta toda uma relação sobre os reis de Chaul. Acertadamente, pois tratava-se de matéria sem cabimento na narrativa dos feitos deste governador. Só que, inadvertidamente, esqueceu-se de transpor informação essencial, inserta no final desta relação, sobre reforços militares por ele enviados para seu irmão, D. Cristóvão da Gama, comandante de expedição destacada para socorrer o Preste João. Este lapso acaba por afectar manifestamente a inteligibilidade da narrativa subsequente, pois ao retomar mais adiante a campanha de D. Cristóvão na Etiópia, dá como adquirida uma informação que, de facto, não passara para o corpo do referido *Tratado*.

Naturalmente, nos casos em que só são conhecidas cópias ou as edições *principes* saídas em vida de Couto (*Década Quarta*, primeira versão da *Década Quinta* e *Década Sexta*), difícil se torna decifrar, no conjunto de lições faltosas evidentes, os erros de transmissão imputáveis a Couto ou aos seus secretários, enquanto «copiadores», daqueles que são da responsabilidade das sucessivas mãos por que posteriormente passaram esses originais: copistas, correctores, revisores e, no final da cadeia, tipógrafos. Sejam da responsabilidade de uns ou de outros, o certo é que o seu cotejo com as fontes seguidas permite detectá-los e corrigi-los.



Entre as muitas ocorrências relevadas, refira-se lapso deste tipo (troca de «sardos» por «surdos», em passo sobre o albinismo dos Papuas) na edição *princeps* da *Década Quarta* e suas subseqüentes edições, cuja rectificação foi possível, na recente edição crítica desta *Década*, graças à colação com a fonte que estava a ser seguida, no caso a «Informação das cousas de Maluco» de Gabriel Rebelo:

Gabriel Rebelo, «Informação das cousas de Maluco», vol. VI, p. 201 da ed. Basílio Sá	<i>Década Quarta</i> , edição <i>princeps</i> (1602), fl. 136c e eds. subseqüentes	<i>Década 4ª</i> , edição crítica (1999), vol. I, p. 385.
«Ha entre elles (os Papuas) alguns, mui brancos e <u>sardos</u> , que não vem com o sol»	«Antre elles (os Papuas) ha alguns tão alvos e louros, como Alemães, e com o sol são como çegos: ha antree elles muitos <u>surdos</u> »	«Antre elles (os Papuas) ha alguns tão alvos e louros, como Alemães, e com o sol são como çegos: ha antree elles muitos <u>sardos</u> »

Outras situações há em que o recurso ao texto decalcado desvenda lacunas insuspeitadas e decifra trechos de sentido obscuro. Confronte-se, a título de exemplo, trecho a parte I do *Tratado dos Gama*, com o da *Década Terceira* de Barros onde foi colhido, em que se sublinham dois saltos do mesmo ao mesmo e se assinala a negrito trecho grosseiramente deturpado:

Barros, <i>Década Terceira</i> , ff. 228v/229 da edição <i>princeps</i> (1563)	Couto, <i>Tratado dos Gama</i> , parte I, p. 96 da edição de 1998
«Dom Simão de <u>Menezes</u> filho de dom Rodrigo de Meneses, provido pera capitam de Cananor, e dom Jorge de <u>Menezes</u> , que fez aquelle hõnrado feto em Chaul quando matarã Diogo Fernandes de Beja (...) E dom Fernando de <u>Mõroy</u> , filho de dom Afonso de <u>Monroy</u> , craveiro que foy Dalcantara em Castela, que tambem ya provido de capitão de Goa»	D. Simão de <u>Menezes</u>  que fes aquelle homrozo feito em Chaul quando mattarão Diogo Fernandes de Beja (...) D. Fernando de <u>Monroes Carvalho, da Cantra e Castello</u> provido com a capitania de Goa»

Muitos outros exemplos de percalços, decorrentes dos diferentes graus da apropriação por parte de Couto da escrita alheia ou da sua própria, se poderiam dar.

Os exemplos dados, se bem que assentes em estudos mais aprofundados de algumas das suas composições historiográficas até hoje realizados, nomeadamente sobre a *Década Quarta*, as duas versões conhecidas da *Década Oitava* e o *Tratado dos Gama*, são indicadores suficientes da funcionalidade de que se revestem estas fontes ou ante-textos num processo de edição. No caso específico da edição crítica da *Década Quarta* de 1999, o seu cotejo com o único texto-base conhecido, a edição *princeps* desta *Década*, provou a sua utilidade em diversos campos: detecção de *lapsus calami*, resolução de problemas de transcrição ortográfica e de pontuação, correcção de erros, preenchimento de lacunas, esclarecimento de passos de sentido ambíguo ou obscuro.<sup>28</sup>

## Conclusão

Tendo a crítica textual como objectivo apresentar um texto o mais próximo possível do que estaria na vontade do seu autor, compreende-se pelo exposto a importância de que se reveste a tradição indirecta, no caso as fontes escritas, para a fixação dos textos de Couto. Na verdade, como julgamos ter provado, estas fontes são preciosos instrumentos de trabalho ao subministrarem soluções para correcção de erros evidentes ou insuspeitados, esclarecimento de lacunas, decifração de passos obscuros e mesmo resolução de dúvidas respeitantes à transcrição paleográfica. Sirva de exemplo, neste particular, a seguinte interrogação surgida, na recente edição da *Década Quarta*, em torno do significado em português e respectiva transcrição ortográfica da tradução da palavra Chitor (nome de cidade indiana). Considerando o contexto, a descrição da cidade, as indicações “fresco” e “viçoso” indiciavam, numa primeira leitura, interpretativa, poder tratar-se de «de buxo» e referir-se ao arbusto desse nome. No entanto, o recurso aos *Colóquios* de Garcia da Orta, a fonte seguida por Couto neste trecho, levou-nos a optar pela forma «debuxo», uma vez que este autor informa explicitamente tratar-se de «debuxo ou pintura».

Temos assim que para a edição dos textos de Couto é tarefa incontornável a sua colação com as fontes por ele utilizadas, obrigando o editor a trabalhos acrescidos. Este, com efeito, além de recensar os testemunhos da tradição directa, não pode furtar-se, já no campo da tradição

---

<sup>28</sup> M. Augusta Lima Cruz, «Introdução à edição da *Década Quarta*», *Década 4ª da Ásia* de Diogo do Couto, *ed. cit.*, vol. I, pp. CXL-CLXV.

indirecta, a alargar as suas pesquisas no sentido de localizar as obras alheias seguidas pelo autor. A tarefa, é verdade, encontra-se bastante facilitada desde que Rui Loureiro, na sua obra *A Biblioteca de Diogo do Couto*, detectou muitas dessas fontes usadas para as *Décadas da Ásia* e, como deixamos provado, implicitamente para a II parte do *Tratado dos Gama e Vida de D. Paulo de Lima Pereira*. Ressalve-se, no entanto, a probabilidade de, com um estudo mais minucioso e aprofundado de cada uma das obras de Couto, outros testemunhos dessa tradição venham a ser encontrados adormecidos em arquivos ou colectâneas documentais. Acrescente-se a esta tarefa o minucioso cotejo destes testemunhos / fontes com a correspondente narrativa de Couto. Trabalho penoso, tanto mais que ele nem sempre se aproveitava deles linearmente. E nem sequer são raras as situações onde o apanhamos a saltitar de um para outro, como comprova o excerto supratranscrito da I parte do *Tratado dos Gama*, quando intercala na sua composição passos colhidos ora na obra de João de Barros ora na de Damião de Góis.

O resultado desses trabalhos forçados impostos ao editor resulta, em muitos casos, enganosamente imperceptível, uma vez que o consequente levantamento de dados, não pertencendo à tradição directa, raramente tem direito a ser integrado no corpo de variantes do aparato crítico da edição. Surge, assim, remetido para uma segunda ordem de notas, reservadas a esclarecer passos obscuros, justificar opções de ortografia ou pontuação, chamar a atenção para possíveis lacunas de sentido, reforçar correcções de erros manifestos.



## Frei Adeodato da Trindade, editor e censor de Couto

ANA DULCE SEABRA \*

Sobre a vida deste frade regrente da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho pouco se sabe; apenas o que nos diz Barbosa Machado na sua *Biblioteca Lusitana* e que outros repetem:

*Naceo na Cidade de Goa cabeça do Imperio Asiatico Portuguez, e foraõ seus Pays Manoel Fernandes, e Mariana de Mello. Profesou o habito de Eremita Augustiniano no Convento de Lisboa em 31. de Mayo de 1565. Todo o tempo que lhe restava da applicação dos estudos mayores, o occupava em escrever os livros do Coro com summa perfeição por ser hum dos mais insignes Escrivaens do seu tempo. Por ordem de Felipe II. emmendou, e reformou a sexta Decada da India composta por Diogo do Couto, que era cazado com sua Irmaã Luiza de Mello. Não somente reformou a Decada 6. mas assistio à impressão das que lhe precederão, para que sahisses correctas, como escreve o Chantre de Evora Manoel Severim de Faria nos Discurs. Var. Polit. pag. 150. v<sup>o</sup> Morreo no Convento de Lisboa no anno de 1605.<sup>1</sup>*

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 117-144 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Investigadora independente.

<sup>1</sup> B. Machado, Vol. I, p.10. Para as referências bibliográficas completas vd. “Bibliografia”, no final do artigo.

Não tendo sido encontrado, até agora, o livro dos óbitos do Convento da Graça de Lisboa, é difícil confirmar estes dados. As crônicas da Ordem também não lhe fazem referência. No entanto, é certo que Fr. Adeodato não pode ter falecido em 1605. Vejamos porquê:

1) Em carta remetida de Goa em 6 de Janeiro de 1616, para D. Francisco da Gama, diz Couto:

*Escreueo-me o Padre Fr. adeodato, que nem Vossa Senhoria, nem elle tiuerão cartas minhas, de que pasmei, porque escreui muito largo, e mandei as Vias bem encaminhadas, mas se até disso sou mofino, queixar me-hei de mym.*<sup>2</sup>

Atendendo à data da partida de Lisboa e da chegada à Índia das ‘naus da carreira’, a correspondência a que Couto se refere foi necessariamente escrita no início do ano anterior, 1615.

2) Em minuta de resposta do rei a uma carta de fr. Adeodato, datada de 27 de Setembro de 1617, pode ler-se:

*Outra sobre frei Adeodato da Trindade relegioso da ordem de St<sup>o</sup> Agostinho. E visto o que alega hey por bem que quando ouuer algum contrato se mettã nelle em propina o que parecer justo pera effeito de se acabarem de emprimir os dous livros da quinta e sexta decada da Historia da India de que faz menção (...).*<sup>3</sup>

João Baptista Lavanha, na margem superior do fol. 51r das *Relacoes das cousas principaes q sucederão em Portugal em tpo de ElRey D. Sebastião. Tiradas de originaes do Reyno por Joaõ Baptista Lauanha Coronista Mor do Rno de Portugal*. p<sup>a</sup> fazer esta Coronica, acrescenta:

*titulos dos Capitulos do Epilogo da 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> Decada do Couto q elle mesmo compos. e a tẽ fr. Deodato seu Irmão. e mo amos- trou Nuno de Mendoca em Belẽ á 10. de Jan<sup>o</sup> de 1618.*

E, no fol. 52r (cota marginal esquerda):

<sup>2</sup> A. L. Caminha, p. 77.

<sup>3</sup> A. Baião, Vol. I, p. CIV.

*A conquista de Monomotapa feita por franc<sup>o</sup> Barreto, q<sup>o</sup> o fr. Deodato quer imprimir – e nella esta a descripção de toda aquella Prouincia.*<sup>4</sup>

4) O próprio Barbosa se contradiz, ao afirmar, por um lado, que fr. Adeodato faleceu em 1605 e, por outro, que

*Não somente reformou a Decada 6. mas assistio à impressão das que lhe precederão, para que sahisses correctas.*

Se isto não implica com a data de edição da Década 4 (1602), já não é compatível com as datas de publicação da 5 e 6 (aquela que ele reformou), – respectivamente 1612 e 1614.

Entretanto, a 3 de Novembro de 1620, em carta do rei a destinatário não identificado, fr. Adeodato é referido como tendo já falecido:

*Sou informado que em casa de Pero Chresbeck impressor de livros se queimou muita parte da quinta Dequada da Istoria da India e toda a seista que compos Dioguo do Coito com cuja empressão corria por ordem minha fr. Adeodato da hordem de Santo Agostinho [...] e porque quero saber quoamto dinheiro se avia dado pera esta empreção vos emcomendo que hordeneis ao Conselho da Fazenda que o declare e juntamente como se proverão os noventa mil reis que faltão pera o sento e des que pede o empresario pera a empressão da quinta e seista Dequada porquoanto os setenta mil reis deixou fr. Deodato e de tudo me avisareis com brevidade.*<sup>5</sup>

D. Francisco da Gama, pela segunda vez vice-rei da Índia, em epístola remetida de Goa ao rei, em 4 de Março de 1626, confirma o óbito, embora sem referir a data exacta:

*e com esta occasião me pareceo devia lembrar que, falecendo em Lx<sup>a</sup> frei Adeodato, religioso de Santo Augustinho, cunhado de Dj<sup>o</sup> do Couto, que corria com a impressão destas Decadas lembrey ao Duque de Villa Formosa que se devia encarregar esta occupação a pessoa que tivesse curiosidade de continuar com ella.*<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Nesta, e na citação anterior, subl. nosso.

<sup>5</sup> A. Baião, p. CVI, subl. nosso.

<sup>6</sup> Citado por A. A. Coimbra Martins, “Sobre as Décadas...”, p. 280.

Fr. Adeodato terá falecido, portanto, entre 1618 e 1620, dois a quatro anos depois de seu cunhado, cujo óbito ocorrera a 10 de Dezembro de 1616, e não antes dele. Isto é tanto mais certo, quanto Diogo do Couto nunca menciona o facto na sua correspondência para D. Francisco da Gama, com quem se carteceu no período entre os dois governos deste na Índia, quando o conde da Vidigueira pertencia ao conselho daquele Estado.

Não tendo fr. Adeodato tido uma intervenção histórica ou social relevante, poderia parecer ocioso termos investigado este seu dado biográfico, não fora o papel importantíssimo que desempenhou na vida editorial do continuador das *Décadas* de João de Barros. Efectivamente, era para ele que Diogo do Couto remetia as suas *Décadas*, com a incumbência de as emendar e preparar para a edição, incumbência que o próprio rei lhe atribuíra (cf. docs. cit. *supra*). Fr. Adeodato terá interpretado à sua maneira as recomendações do cunhado e a ordem real, uma vez que os testemunhos que nos restam dão conta das suas muitas e variadas intervenções nos textos remetidos da Índia: modificações na ortografia, na sintaxe, no léxico, passos censurados, capítulos inteiros acrescentados, discursos intercalados.

É certo que a escolaridade de Couto tinha sido deficiente, não obstante os mestres de excepção que Severim de Faria lhe atribui, mas começara tarde e acabara cedo, pelo que, de acordo com a mesma testemunha, a curiosidade e avidez de saber levava o segundo cronista da Ásia, já adulto e longe da pátria, a colmatar por si as falhas da educação iniciada no Reino. São estas falhas que, aliadas à distância geográfica e cultural da metrópole, conferem à sua linguagem o estilo popular e arcaico que lhe são tão peculiares. Fr. Adeodato, pelo contrário, sendo padre, e não apenas frade, teria tido uma educação mais completa, no que às letras diz respeito. Por outro lado, ele encontrava-se no Reino, onde, no início do séc. XVII, os códigos estético-literários já eram muito diferentes daqueles que se praticavam em 1559, quando Couto embarcou para a Índia, jovem de dezassete anos. O choque entre as duas estéticas terá provocado no agostinho aquilo que nós já classificámos como as suas “fobias linguísticas”.<sup>7</sup> Seja exemplo a locução relativa ‘o qual’ e seus derivados preposicionais, que fr. Adeodato risca sempre e substitui por ‘que’, ‘quem’, ‘onde’ ou mesmo por expressões mais elaboradas. Tal prática, aplicada sistematicamente, leva a lições malsoantes e, pior que isso,

<sup>7</sup> A. D. Seabra, p. LVII.



erróneas. Daremos três exemplos, todos extraídos do ms autógrafo da Década 10 que se conserva nesta TT com a cota ML 443:

Localização	Original	Correcção de F.A.
L. 2º, cap. 4, f. 45r, ll. 32-33	<i>E por Inda não hera tempo de viagem, E as agoas heraõ pa/Sadas Sê <u>as quoaís</u> a não não podia Sair dali</i>	<i>E porq Inda não hera tempo de viagem, E as agoas heraõ pa/Sadas Sê <u>quem</u> a não não podia Sair dali</i>
L. 2º, cap. 7, f. 51r, ll. 23-24	<i>Este foj Calis/chan que queimou tara por, <del>e quoaí</del> Se adiãtou dos Seus brãdido huã lãça.</i>	<i>Este foj Calis/chan que queimou tara por, <u>que</u> Se adiãtou dos Seus brãdido huã lãça.</i>
Lº 3º, Cap. 4, f. 76v, l. 8	<i>a <u>ql</u> cõtia Se êtregou logo aos Capitaís</i>	<i>a cõtia <u>do dinheiro q se nisto montaua</u> Se êtregou logo aos Capitaís</i>

No segundo exemplo, ao emendar ‘o quoaí’ para ‘que’, e porque Couto separa muitas vezes as sílabas das palavras, o censor/editor deu origem à lição, disparatada e errónea, da edição:

*Este foi Calisham, que queimou Tará, porque se adiantou dos seus, brandindo huma lança.<sup>8</sup>*

Mas as consequências da ‘fobia linguística’ de fr. Adeodato não se ficam por aqui: o visconde de Lagoa, no seu *Glossário*, determina a latitude e a longitude da cidade de Tará, cuja ocorrência atesta com a edição (1788) da Década 10 de Diogo do Couto.

O léxico e a sintaxe sofrem, igualmente, modificações sistemáticas, como é o caso da palavra, tantas vezes usada pelo antigo Soldado Prático, quando descreve batalhas e escaramuças – ‘cavalarias’: “e fizeram grandes cavalarias” – sempre riscada e substituída por ‘cousas’: “e fizeram grandes cousas”. Quanto à sintaxe, são inúmeros, entre outros, os exemplos de inversão da ordem das palavras na frase. Não se ficam, todavia, pela forma, as intervenções do nosso agostinho. A mesma Década que

<sup>8</sup> Diogo do Couto, *Década Décima*, ROT, 1ª parte, p. 197.

nos vem fornecendo os exemplos regista mais este: entre os caps. 5 e 6 do L.<sup>o</sup> 5<sup>o</sup> do autógrafo, fr. Adeodato acrescenta a seguinte nota:

*Aqui entra outro capitulo que em ordem he o .6. q trata da embaixada q o Visorrey mandou ao Xá pello padre frei Simão de Moraes da ordem de S. Ag<sup>o</sup>. E da occasião q ouue pera isso. E do q lhe Soçedeo na iornada.*

Efectivamente, na edição, surge um 6<sup>o</sup> capítulo com o título: “*Da embaixada que o Viso-Rey mandou ao Oxá pelo Padre Fr. Simão de Moraes da Ordem de Santo Agostinho: e da occasião que houve pera isso: e do que lhe aconteeo na jornada.*” Com este acrescento, o Livro 5<sup>o</sup> passa a ter, na edição, dez capítulos, em vez dos nove do ms.

A Década 12, ao invés, dá-nos um exemplo de supressão de capítulos: à margem do título do cap. 6 do L.<sup>o</sup> 5<sup>o</sup> pode ler-se:

*Este capitulo não se ha de por, nem imprimir neste liuro, por que uai ia na Sexta decada, por Ser cousa que Se descobrio no tempo do Visorrey dom Afonso de Noronha.<sup>9</sup>*

É esta Década um exemplo acabado do processo de intervenção editorial, não só do eremita da Graça, mas ainda dos editores/censores que puseram em letra de forma as Décadas deixadas inéditas. Dela se conservam, na Torre do Tombo, dois preciosos mss., o ML 537 – um original, muito provavelmente autógrafo – e uma cópia, o ML 854, preparada para edição e com as respectivas licenças, datadas de 1628, embora a mesma só viesse a efectivar-se em 1645, e em Paris. Acontece que esta cópia, embora da mão de fr. Adeodato, apresenta, ela própria, variantes em relação às correcções por ele impostas ao original. Sirva-nos de exemplo a cota marginal acrescentada no início do cap. 18 do L.<sup>o</sup> 1<sup>o</sup>:

*(...) religioso da Companhia de Iesu [o bispo D. Luis de Serqueira] foi eleito pera a India pera bispo do Iapaõ pera por morte do bispo dom Pero Martins, tambem da companhia, lhe soçeder no bispado. Por q como aquella cristandade era ainda (1) muito noua E tenra, arriscauasse muito (2) ficando annos sem bispo: E por isso o muito (3) católico E prudente Rey dom felipe o primeiro deste nome em Portugal, proueo nesta forma por ser em extremo zeloso do augmento da fé católica.<sup>10</sup>*

<sup>9</sup> ANTT-ML 537, fol. 110r

<sup>10</sup> ML 537, subl. nosso

Na cópia de fr. Adeodato (ML 854), os sintagmas sublinhados apresentam as variantes: (1) noua E muito tenra; (2) Se ficara alguns annos; (3) prudente E catolico. Tendo esta Década, como já dissemos, sido publicada apenas em 1645, i.e., já não no tempo dos Filipes, mas em época pós-restauracionista, os epítetos e/ou títulos encomiásticos que o cunhado do cronista da Ásia acrescentara, de sua lavra, ao nome dos monarcas castelhanos, irmão, por sua vez, ser riscados pelo editor da referida edição. Exemplifiquemos.

No início do L.<sup>o</sup> 1<sup>o</sup>, cap. 1, Couto escreve:

*Avendo seis Annos, que Mathias dalboquerq governaua a India, determinou ElRey de lhe mandar soçessor* (ML 537).

Na cópia de fr. Adeodato lê-se:

*No principio do anno de nouenta E çinco tratou Elrey dom Felipe de gloriosa memoria o primeiro Rey de Portugal deste nome (a que com muita rezaõ Se lhe pos nome de prudente) de mandar soçessor a Matias d'Alboquerque, que auia Seis annos governaua a India.*<sup>11</sup>

O editor seguinte sublinhou e riscou este passo que, efectivamente, não aparece na edição. Outro tanto não sucede, porém, aos rasgados elogios apostos pelo nosso agostinho às personagens de apelido Gama.

Uma outra categoria de intervenções do frade agostinho na obra histórica de seu cunhado diz respeito a aspectos codicológicos, nomeadamente imposição de títulos correntes e reclamos, sendo a foliação, regra geral, da responsabilidade do autor. Referiremos, ainda, as correcções de cariz (crono)lógico, que nos revelam a ordem pela qual as Décadas foram remetidas da Índia e aquela por que deviam ser editadas. Sabemos (ou julgamos saber, porque com Couto nada é absolutamente certo e definitivo) que as Décadas foram remetidas pela seguinte ordem: 1597 – Décadas 4 e 5; 1599 – Década 6; 1600 – Década 10; 1601 – Década 7 (e novamente em 1603, por a primeira ter sido roubada da nau Santiago, pelos zelandeses); antes de 1616 – Décadas 11 e 12; 1616 – Décadas 8 e 9. Do que se conclui que só as três primeiras foram remetidas de acordo com a respectiva cronologia; que a 10 veio antes da 7, por el-rei lha *ter mandado pedir*; e que as 8 e 9 foram as últimas a chegar. Como a história

<sup>11</sup> ML 834, subl. nosso.

devia *ir toda de infia*da, resulta que a Década 10 teve de fazer um longo compasso de espera, que o editor oficial aproveitou para a corrigir, não se esquecendo de adequar os tempos verbais às circunstâncias. Assim, por exemplo, onde o autor pusera: *Como na - 8ª - década Se vera*. (ML 443, final do cap. 11 do L.º 2º - subl. nosso) corrige fr. Adeodato para: *esta dito no capitulo. . do liuro*. Os espaços em branco são a prova evidente desse compasso de espera.

Não obstante esta obsessão censória do agostinho da Graça, não deixa de ser curioso referir que ela não é sistemática. Assim, e no que à Década 10 diz respeito, foram profusamente intervencionados os Livros 2º; 3º até ao capº 13 inclusive<sup>12</sup>; 4º, só o capº 12 e último, mas não sistematicamente, com uma identificação esporádica de um passo no início do capº 10; Livro 5º, capºs 1 e 2, embora no final do capº 5 surja o acrescento a que já atrás nos referimos, retomando as intervenções sistemáticas a partir do capº 7 (que passou a 8º) até ao final; Livro 6º até ao capº 12, sendo esporádicas as intervenções até ao final do livro. Os últimos quatro Livros só esporadicamente foram intervencionados, à excepção dos dois últimos fólios do Livro 10º.

Esquematizando:

### Década 10 – Intervenções de Fr Adeodato da Trindade

Livro 2º	Profusamente intervencionado
Livro 3º	Até ao capº 13 inclusive
Livro 4º	Só o capº 12 e último, mas não sistematicamente; identificação esporádica de um passo no início do capº 10
Livro 5º	Capºs 1 e 2; acrescento no final do capº 5; retoma as intervenções sistemáticas a partir do capº 7 (que passou a 8) até ao final
Livro 6º	Até ao capº 12; intervenções esporádicas até ao final do livro
Livro 7º	Só esporadicamente intervencionado
Livro 8º	Só esporadicamente intervencionado
Livro 9º	Só esporadicamente intervencionado
Livro 10º	Só esporadicamente intervencionado, excepto os 2 últimos fols

O mesmo se passou com os títulos correntes e com os reclamos. Quanto aos primeiros, foram sistematicamente impostos aos Livros 2º a 7º inclusive, recto e verso; ao Livro 8º só até ao fol. 224r e, esporadicamen-

<sup>12</sup> A ausência de intervenção reflecte-se na edição, em que é bem patente o contraste entre o estilo desses 13 primeiros capítulos e o dos restantes 4.

te, aos fols 243v, 244r e 245r; o Livro 9º apresenta um único título corrente no fol. 250r: “Liuro nono.”; o Livro 10º apresenta dois títulos correntes – um no fol 284r: “Anno. 1587. Liuro deçimo. Dom Duarte de Meneses.”, outro no fol. 317r: “Anno. 1588. Liuro deçimo. Dom Duarte de Meneses.”

### Década 10 – Imposição de títulos correntes

Livro 2º	recto e verso
Livro 3º	recto e verso
Livro 4º	recto e verso
Livro 5º	recto e verso
Livro 6º	recto e verso
Livro 7º	recto e verso
Livro 8º	recto e verso até ao fol. 224r; fols 243v; 244r; 245r
Livro 9º	fol. 250r: “Liuro nono”
Livro 10º	fol. 284r: “Anno 1587. Liuro deçimo, Dom Duarte de Meneses.” fol. 317r: “Anno 1588. Liuro deçimo. Dom Duarte de Meneses”

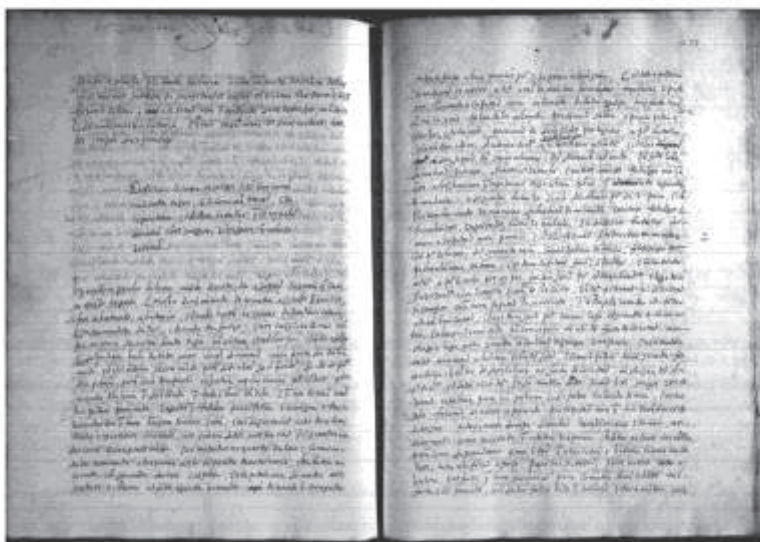
A imposição de reclamos é sistemática no Livro 2º, recto e verso; no Livro 3º, até ao fol. 92v, que corresponde ao final do capº 13; o Livro 4º não apresenta reclamos; o Livro 5º apenas os tem do fol. 136v ao fol. 138r, que abrangem os capºs 7 e 8, e no fol. 139v, último deste livro; no Livro 6º são impostos sistematicamente no recto e no verso, desde o início, a que corresponde o fol. 140r, até ao fol. 167r; o Livro 7º apenas teve direito a reclamos nos fols. 180v (primeiro do capº 3) e 181r; os Livros 8º e 9º não apresentam quaisquer reclamos; e o 10º tem apenas um, no fol. 311v, primeiro do capº 11.

### Década 10 – Imposição de Reclamos

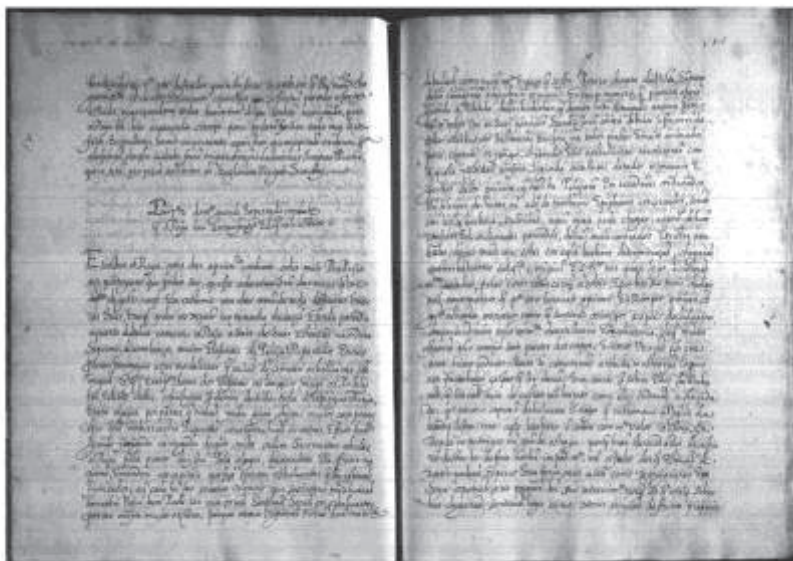
Livro 2º	recto e verso
Livro 3º	recto e verso até ao fol. 92v (final do capº 13)
Livro 4º	sem reclamos
Livro 5º	136v-138r (capºs 7 e 8); 139v (últ. do livro)
Livro 6º	recto e verso até ao fol. 167r
Livro 7º	180v (1º do capº 3) e 181r
Livro 8º	sem reclamos
Livro 9º	sem reclamos
Livro 10º	311v (1º do capº 11)

Ainda ao que a esta Década diz respeito, as intervenções não se limitam à mão do seu editor oficial. Ao longo dos 284 fólhos que hoje restam do ML 443 (recordemos que foi arrancado ao original todo o Livro 1º e os 3 primeiros capºs do 2º e o início do cap. 4) outras mãos se insinuaram, riscando, anotando, emendando.

### Manu Prima – Diogo do Couto

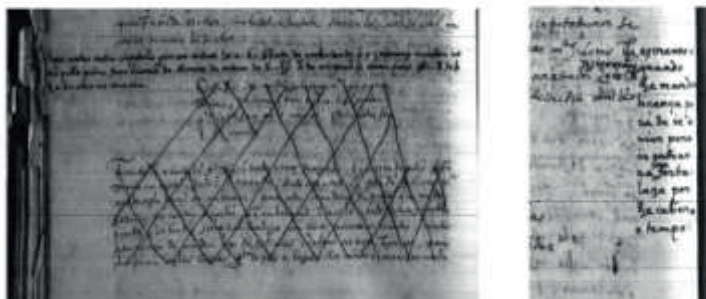


### Manu Secunda - Secretário

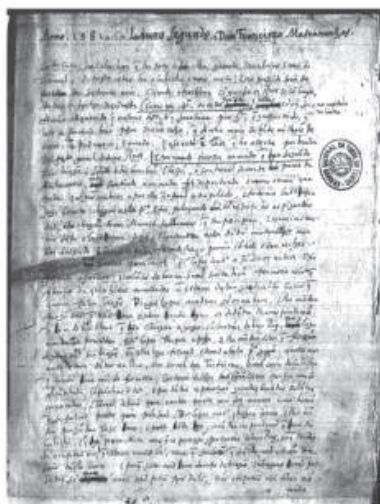




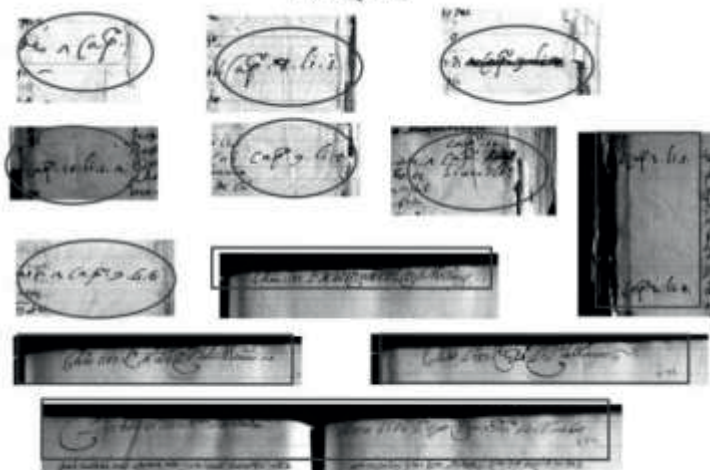
## Manu Tertia - Frei Adeodato



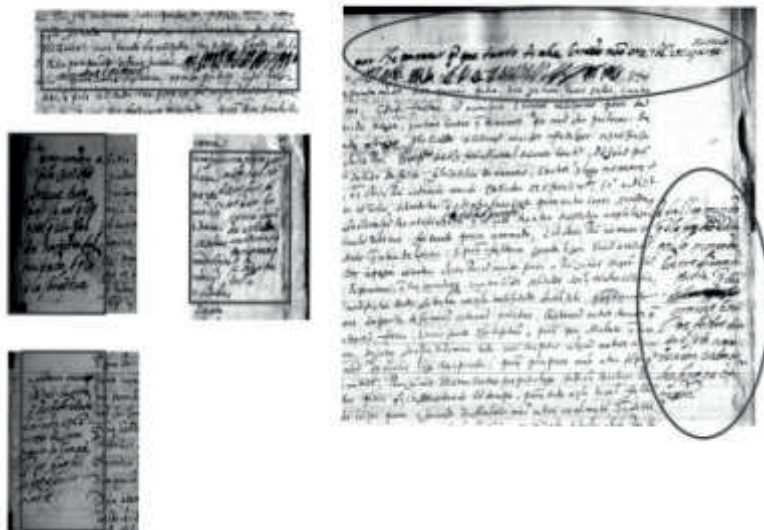
1º fol do texto, profusamente intervencionado por fr Adeodato



## Manu Quarta



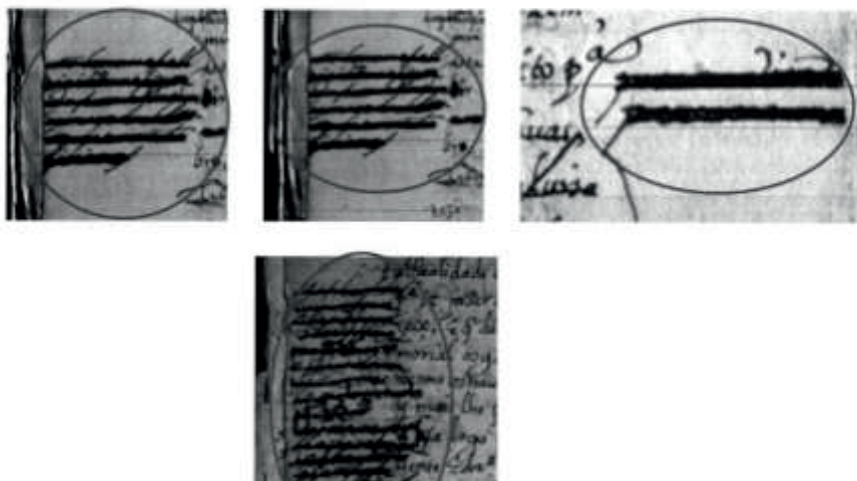
## Manu Quinta



## Manu Sexta



## Manu Septima





## Aliae Manus



2 últimos fols, profusamente intervencionados por várias mãos



Quanto ao editor/censor principal, se as intervenções codicológicas, gramaticais ou estilísticas são independentes da condição de eremita agostinho de fr. Adeodato, já o mesmo não podemos dizer quanto aos acrescentos e versões extensas de um mesmo acontecimento ou documento. O facto de pertencer a esta Ordem e de o seu convento ser o de Nossa Senhora da Graça de Lisboa são da maior relevância, como iremos tentar demonstrar.

Inicialmente edificado no Monte de S. Gens, no lugar onde D. Afonso Henriques tivera as suas tropas estacionadas em 1147, passou, em 1291, para uma nova casa no lugar onde hoje se encontra, tornando-se, nessa altura, Cabeça da Ordem Provincial em Portugal. Denominava-se, então, Convento de Sto Agostinho. O novo nome, de Convento de Nossa Senhora da Graça, só veio a ser-lhe atribuído a 3 de Março de 1305. Em breve a Ordem estendeu-se de Norte a Sul da metrópole e, na sequência dos Descobrimentos e da Expansão, também aos territórios ultramarinos. Encontramos a presença de Agostinhos em África, no Médio Oriente e na Ásia.

Missionários, como os Pregadores e os Jesuítas, os Agostinhos eram também homens de vasta cultura: os catálogos das suas bibliotecas assim o atestam. Segundo Luana Giurgevich, aquando da extinção das Ordens Religiosas, em 1834, a biblioteca do Convento da Graça de Lisboa era a terceira em número de obras, com um acervo de 14649 títulos<sup>13</sup> Graças à vocação missionária da Ordem, muitos destes títulos contemplam aspectos vários da presença portuguesa no Oriente. Desta Ordem saíram varões e donas ilustres, entre os quais dois papas. Na igreja do convento de Lisboa, sede provincial em Portugal, repousaram os restos mortais de três governadores da Índia: Afonso de Albuquerque, Lopo Soares de Albergaria e André Furtado de Mendonça.

Quando e porquê o Convento da Graça de Lisboa se tornou numa espécie de arquivo *top secret* do Estado, não sabemos ao certo, mas no séc. XVI já o era: a quantidade e qualidade de certos documentos que aí se guardavam, como no-lo atestam as respectivas cadernetas que se conservam na Torre do Tombo, são disso prova evidente: originais de tratados com reis indígenas, originais de cartas de e para governadores e vice-reis, originais de relações de embaixadas a reis estrangeiros, etc.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Luana Giurgevich, p. 290, Tabela 3

<sup>14</sup> Agradecemos à Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Augusta Lima Cruz ter-nos facultado o acesso a esta documentação.

Lamentavelmente perdemos a referência em que um dos Filipes, cremos que o II de Portugal, dava ordem expressa para que determinado documento se guardasse no Convento da Graça. E é compreensível: se os documentos do Estado da Índia não podiam ser indiscriminadamente entregues ao guarda-mor da sua Torre do Tombo *porque cousas averá q inda que se aião de escrever não seria inda cheguado o tempo de se averem de revellar em jstoria*<sup>15</sup>, o mesmo se passaria com os do Reino.

Assim, e é isto que releva para o nosso estudo sobre frei Adeodato da Trindade, este teria tido acesso ao próprio texto de documentos de que o cunhado só conhecia a existência, mas não o conteúdo, o que lhe possibilitava completar, em alguns casos com bastante pormenor, uma informação originalmente mais abreviada. No que ao papel dos Agostinhos na diplomacia diz respeito, Frei Adeodato não perde a ocasião de enaltecer um seu confrade sempre que pode. É o caso, já citado, da introdução de todo um capítulo dedicado à “embaixada que o Viso-Rey mandou ao Oxá pelo Padre Fr. Simão de Moraes da Ordem de Santo Agostinho: e da ocasião que houve pera isso: e do que lhe aconteceu na jornada.” Mas não deixa também de completar, com os documentos a que tem acesso, os documentos e relatos do cunhado. Na Década 5, por exemplo, L<sup>o</sup> 1<sup>o</sup>, cap. 1, é introduzido um longo discurso, *de verbo ad verbum*, de mestre Teófilo, Eremita de Sto Agostinho, ao Papa.

Até que ponto se terá frei Adeodato da Trindade imiscuído na obra de Diogo do Couto e com ela identificado?

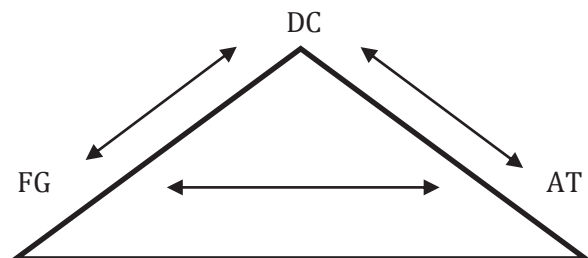
Diz-nos Barbosa Machado, como já acima referimos, que frei Adeodato, *Por ordem de Felipe II. emmendou, e reformou a sexta Decada da India*.

Também sabemos, por esta e outras fontes, que o agostinho da Graça presidiu à edição das outras Décadas, saídas em vida do seu autor – 4, 5 e 7 e preparou para o prelo a 12. Mas ter-se-á ficado por aqui?

Despertou-nos a atenção a correspondência de Couto para D. Francisco da Gama, havida no intervalo entre os dois vice-reinados do conde da Vidigueira. São essas cartas testemunho, não só da relação do cronista com o conde-almirante, mas também daquele com seu cunhado e deste com o bisneto de Vasco da Gama.

---

<sup>15</sup> Carta de Filipe II, I de Portugal ao Conde Almirante, datada de 5 de Março de 1598, citada por A. Baião, p. XXXI.



Desta triangulação, apenas restam as cartas de DC (Diogo do Couto) para FG (D. Francisco da Gama). Não possuímos, até hoje, nem as cartas de AT (Adeodato da Trindade) ou FG para DC, nem as trocadas entre DC e AT. A partir daquelas iremos tentar compreender os termos desta relação tripartida.

### Diogo do Couto – Frei Adeodato da Trindade

Para além do laço de parentesco – frei Adeodato era, como sabemos, irmão da mulher de Couto – unia-os um objectivo comum – a edição das Décadas, escritas na Índia pelo continuador de João de Barros e por ele remetidas para o Convento da Graça para serem preparadas para a edição pelo frade agostinho seu cunhado. Mas fr. Adeodato não era destinatário apenas das Décadas. É-lhe igualmente dirigido o ms do segundo *Soldado Prático*:

*Este livro se entregará ao padre frei Adeodato da Trindade em Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, e em sua ausência, ao Conde Almirante, ou ao doutor Francisco Vaz Pinto, desembargador do Paço*

escreve o autor, em nota, na primeira guarda do ms.<sup>16</sup>

E as referidas cartas mostram que, praticamente tudo o que Couto escrevia, era remetido para o cunhado:

1. *Tanbê mado ao p<sup>e</sup>. a copia da Carta q escreuo a sua mage. p<sup>a</sup> amostrar a V.S. só*<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Citado a partir de A.A. Coimbra Martins, *Em Torno de Diogo do Couto*, p. 43

2. *tambẽ mãdo a CoPia da fala q fis ao Sor. V.Rej q se fizer o q ella dis açertara ã tudo*<sup>18</sup>
3. *por ellas [cartas do ano anterior] verá algũas Curiosidades que mandej ao p<sup>e</sup>. frej Adeodato p<sup>a</sup>. dar a V. S. em q'entra a listra da armada que levou o V. Rej Dom Marti A<sup>o</sup>. de Castro. que he cousa muj grande e outras cousas, e com esta sera, o Rol dos capitaĩs que V.S. me pede*<sup>19</sup>
4. *como V.S. vera [está a referir-se às incursões holandesas] per huã Relação que delaa [de Calecut] mãdou o p<sup>e</sup>. da companhia que Rezide em calecut, a qual mãdo ao p<sup>e</sup>. frej Adeodato para mostrar a V.S. e a todos os snorẽs do consc<sup>o</sup>., porq saibão estes vetuperios e afrontas.*<sup>20</sup>
5. *Pollas naos de bras telles mandej ao p<sup>e</sup> meu cunhado a lista da armada que o V Rej Dõ Marty A<sup>o</sup>. de Castro levou a mala- ca com todas as despesas e soma do q montou, e asy mais hũs sumarios dua inquiriçãõ que o bispo de Cochĩ Dom frej Andre mandou tirar a bengalla a meu Requerimto de hũ homẽ q lâ esta de trecẽtos Annos que dã Relasãõ de cousas muy nouas e coriosas. E isto mesmo a fala que fis ao V. Rej Dõ Martj A<sup>o</sup>., e lhe escrevi que tudo desse a V. S. os trelados*<sup>21</sup>

Por elas também ficamos a saber que frei Adeodato tinha a incumbência de diligenciar, junto de quem de direito (o Conselho do Estado da Índia? o próprio rei?<sup>22</sup>), as honras e mercês de que Couto se achava merecedor, diligência que o cunhado parece ter, a determinada altura, negligenciado:

*não sej como o p<sup>e</sup>. se descudou de me escreuer nesta nao / pelo que peço a V. S. ma faça merce de lhe mãdar pedir as minhas cartas emcaminharmas com as suas, porq todos os Annos mas emvia por mãos que mas não dão senão depois de desconfiado, e não sej se o estou, decudar que meu cunhado esta oje com menos calor para minhas cousas, do que ja este-*

<sup>17</sup> Baião, pág. LXI (Carta de 23 de Dezembro de 1605). Todos os sublinhados são de nossa responsabilidade.

<sup>18</sup> *id.*, *ibidem*

<sup>19</sup> *id.*, pág. LXXII

<sup>20</sup> *id.*, pág. LXXVII

<sup>21</sup> *id.*, pp. LXXXV-LXXXVI (mesma carta)

<sup>22</sup> Por mais de uma ocasião se alude à ausência de frei Adeodato: teria diligências a fazer em Madrid? E porquê tantos e tão rasgados encómios aos reis espanhóis?

*ve, avendolhe de lembrar que tudo o que sulicito he para sua irmã e p<sup>a</sup>. seus subrinhos, que eu não tenho filhos.*<sup>23</sup>

É, ainda, a carta datada de 23 de Dezembro de 1605 que nos dá a conhecer a reacção de Couto às intervenções do cunhado na sua obra:

*mas todauia folgarej q se não tenha mudado nada do sostã-çial della [da sua história] senão se se aueriguar lá por alguã cousa muito autêtica.*<sup>24</sup>

Pela data, o cronista só poderá estar a referir-se à edição da sua Década 4.

### Diogo do Couto – D. Francisco da Gama

Tido como o protector oficial de Couto, função que o seu lugar no Conselho do Estado da Índia o ajudaria a cumprir, o 4.<sup>o</sup> conde da Vidigueira é, também, um dos destinatários preferenciais do cronista. Os exemplos 1-5, atrás referidos, no-lo mostram: alguns documentos eram só para ser vistos por D. Francisco; de outros deveria mesmo ficar com as cópias:

*e lhe [ao pe. seu cunhado] escrevi que tudo desse a V. S. os trelados.*

Quanto ao seu papel de protector, o que as cartas nos dão a entender é que ele é, no mínimo, ambíguo. Os exemplos que se seguem ilustram **a)**- esta ambiguidade, **b)**- que o conde almirante desempenhava, também, o papel de intermediário entre os dois cunhados e **c)**- que ele e Couto se prestavam mútuos serviços, o Vidigueira inculcava para Couto honras e mercês; este contribuiria com a sua pena para o engrandecimento dos Gama:

1. *Da nao Oliveira que se queimou não tive desse Rejno mais que huã carta de V.S. que eu estimej como era Resão, por entender dela os desejos que V. S. tẽ de me fazer merces e honrras, e pella confiança que faz de mĩ para o siruir que por muito que trabalhe nisso, não cumprirej nũca cõ o meu desejo / huã só descõsolacois tiue que foi escreuerme V. S. que o p.<sup>e</sup>. frej Adeodato o não vira depois de chegarẽ as naos,*

<sup>23</sup> Baião., pp. LXXXI-LXXXII (carta da derradeira oitava do Natal de 1608)

<sup>24</sup> Baião, pp. LXIII-LXIV

encomẽdandolhe eu tanto que continue com seruiço de V. S. / e não me dar V. S. nenhuãs nouas de meus negoçios nẽ sej o q hé feito nelles, o q me acabou de derubar, porque eu não tenho idade para hir esperãdo de Ano em Anno, por alguãs mostras, inda que pequenas, dalgũa satisfação de meus seruiços, e não sej como o p<sup>e</sup>. se descudou de me escreuer nesta nao / pello que peço a V. S. ma faça merce de lhe mãdar pedir as minhas cartas emcaminharmas com as suas, porq todos os Annos mas emvia por mãos que mas não dão senão depois de desconfiado, e não sej se o estou, decudar que meu cunhado esta oje com menos calor para minhas cousas, do que ja esteve, avendolhe de lembrar que tudo o que sulicito he para sua irmã e p<sup>a</sup>. seus subrinhos, que eu não tenho filhos.<sup>25</sup>

2. o q mto sintj, e muito mais não me escrever V.S. se se me tẽ Respondido a meus negocios, nẽ se se trata de impreção dos meus livros, que he cousa em q eu tenho mais os olhos q tudo”, porq se isto ouuer de ficar asj ã esquicimẽto, e lançado em Carnrº, não tenha para que me cansar, nẽ pa q lâ mandar meus l<sup>os</sup>. plo que me fara merce mto grãde tratar isto cõ o p<sup>e</sup> meu cunhado, e dar calor a estas cousas plo quinhão que V. S. nellas tẽm.<sup>26</sup>

## D. Francisco da Gama – Frei Adeodato da Trindade

Se a relação entre Couto e fr. Adeodato da Trindade, e Couto e D. Francisco da Gama, é bem conhecida e já foi por muitos estudiosos referida, outro tanto não acontece com o binómio frei Adeodato da Trindade-D. Francisco da Gama. Foi no decorrer da preparação deste pequeno estudo que dela nos demos conta. A epistolografia de Couto para D. Francisco serve, normalmente, para ilustrar os queixumes do cronista pela falta do pagamento devido aos seus serviços ou para a cronologia da redacção e envio das Décadas, mas não para demonstrar a relação que se estabelecera entre estes três homens. Do vínculo Couto-fr. Adeodato e Couto-D. Francisco da Gama já demos conta. Falta-nos demonstrar que também entre fr. Adeodato da Trindade e D. Francisco da Gama existia esse vínculo.

<sup>25</sup> *id.*, pp. LXXXI-LXXXII (carta da derradeira oitava do Natal de 1608)

<sup>26</sup> *id.*, p. LXXXV (mesma carta)



Recorrendo, uma vez mais, aos exemplos já referidos, é fácil concluir que era assídua a comunicação entre ambos, pelo menos por ocasião da partida e chegada das naus da carreira. Fr. Adeodato devia mostrar a D. Francisco certos documentos remetidos pelo cunhado e, de outros, como já vimos, dar deles o *trelado* ao conde almirante. Serviria, também, de intermediário entre os dois cunhados, já que, por se terem extraviado algumas cartas do agostinho para o cronista, pede este a D. Francisco que as faça encaminhar juntamente com as suas:

*peço a V. S. ma faça merce de lhe [a frei Adeodato] mǎdar  
pedir as minhas cartas emcaminharmas com as suas.*

Em comum, ainda, os “negócios” de Couto:

*me fara merce mto grǎde tratar isto cō o p<sup>e</sup> meu cunhado, e  
dar calor a estas cousas plo quinhão que V. S. nellas têm.*

Mas o que mais interesse nos despertou foram estes dois passos:

1. *huǎ só descōsolaçois tiue que foi escreuerme V. S. que o p<sup>e</sup>.  
frej Adeodato o não vira depois de chegarẽ as naos,  
encomẽdandolhe eu tanto que continue com serviço de V. S.*
2. *Polas Mercês e hōrras q faz ao p<sup>e</sup> meu cunhado beijo as  
mǎos a V. S.*<sup>27</sup>

Conhecer as mercês e honras que foram feitas a fr. Adeodato da Trindade por D. Francisco da Gama, sem dúvida satisfaria a nossa curiosidade, mas sabermos que serviços os mereceram poderá relevar para a bibliografia do nosso homenageado. Que serviços poderia um padre eremita de Sto Agostinho prestar ao orgulhoso bisneto do descobridor da Índia, 4<sup>o</sup> conde da Vidigueira, ex e futuro vice-rei, que assim lhe mereciam por paga honras e mercês?

Coimbra Martins, na p. 97 do seu estudo “Em Torno de Diogo do Couto”, escreve:

*Assim corrigido [o ms da Década 12], o ms original foi passado a limpo pelo mais importante e manifesto dos dois “corretores”.<sup>28</sup> Ao elaborar a cópia a limpo, mais uma vez esse “cor-*

<sup>27</sup> Baião, p. LXIII (carta de 23 de Dezembro de 1605)

<sup>28</sup> Sabemos que é frei Adeodato.



*rector” interveio abundantemente no texto. Desdobrou capítulos, juntou-lhe capítulos. E novamente aconteceu que modificasse aqui e além o discurso, de modo a torná-lo mais favorável ainda a D. Francisco da Gama. (subl. nosso)*

Já Boxer, em 1948, fizera observação semelhante:

*A preliminary comparision of the manuscript (Torre do Tombo, ML 537) and printed text indicates that many of the alterations and additions were made to suit the count of Vidigueira, Dom Francisco da Gama.*<sup>29</sup>

A resposta estaria aqui bem evidenciada, não fora a dificuldade da data – a Década 12 terá sido remetida, como já vimos, antes de 1616, mas não antes de 1611, pois, segundo Coimbra Martins no já citado estudo, teria sido este o ano da redacção dessa dozena Década. Há, portanto, um intervalo de cerca de seis anos entre a sua redacção e envio para o Reino, e 1605, data da carta em que Couto beija as mãos ao conde pelas honras e mercês feitas a seu cunhado. Logo, não foram os encómios acrescentados pelo padre agostinho ao texto, mais enxuto, de seu cunhado, a razão das ditas benesses. O que poderá, então, ter sido?

Recordemos que D. Francisco da Gama, cujo primeiro vice-reinado se estendeu de Maio de 1597 a Dezembro de 1600, partiu da Índia humilhado e aviltado pelos seus inimigos, que mandaram secretamente apear a estátua de seu bisavô do Arco dos Vice-Reis e a fizeram decapitar, para além de, a ele próprio, o enforcarem e queimarem em efígie. Urgia, pois, reabilitar o nome e a fama do descobridor da Índia e de seus descendentes. Que melhor (con)tributo para o fazer do que um Tratado sobre tão ilustre família, o *Tratado dos Gama*?

Os dois maiores investigadores de Couto – António Coimbra Martins e Maria Augusta Lima Cruz – chamam a atenção para o facto de nunca Couto ou os seus biógrafos terem incluído tal obra entre as que redigiu ou tencionava redigir. Não sendo um texto propriamente original, o *Tratado* compila, na 2ª parte, o que sobre os Gama fora dito nas Décadas 4, 5 e 6. Couto terá, portanto, copiado Couto.

---

<sup>29</sup> C. R. Boxer, *Three Historians...* Citado por Coimbra Martins, “Sobre as Décadas...”, p.346”, subl. nosso

Na sua “Introdução” à edição da Década 4, Maria Augusta Lima Cruz faz o levantamento exaustivo das variantes (“cerca de oitenta”<sup>30</sup>) que encontrou na colação dos dois textos – *Tratado* e edição de 1602 da Década, concluindo que aquele retrata uma escrita mais próxima da do nosso cronista, despida das “fobias linguísticas” do agostinho da Graça, já que,

*para a sua feitura Diogo do Couto recorreu aos manuscritos destas Décadas no estado em que as enviou para o Reino, ou seja, ainda sem as revisões operadas no Convento da Graça e sem a sucessão de erros ocorrentes na cadeia de transmissão até à letra de forma.*<sup>31</sup>

Se, como demonstra, isto é verdade no que à Década 4 diz respeito, já a parte coincidente com a 5 nos levanta sérias dúvidas, como veremos. Por outro lado, tanto pelo conteúdo como pelo estilo, não duvidamos da autenticidade da carta dedicatória, datada de 16 de Novembro de 1599, que acompanha o respectivo ms. Então como se explicam as semelhanças entre a parte do *Tratado* que corresponde à versão impressa da Década 5, de 1612, em contraponto com as variantes relativamente ao texto do ms de Leiden da mesma Década, editado em 1937 por Marcus de Jong?<sup>32</sup>

Exemplifiquemos:

LEIDEN (L <sup>o</sup> VI, Cap <sup>o</sup> 8)	EDIÇÃO (L <sup>o</sup> VII, Cap <sup>o</sup> 1)	TRATADO (pp.118-119) <sup>33</sup>
1. no que os fidalgos daquelle tempo trazião tanto o primor, que antes morrerião mil mortes que <b>quebrantarem sua fee</b>	1. no que os fidalgos d’aquelle tempo trazião tanto posto o primor, que antes morrerião mil mor- tes, que <b>cairem em hua tacha tão avorrecida ainda em gente baixa,</b>	1. no que os fidalgos daquelle tempo, trazião tanco primor, que antes morrerião mil mortes, que <b>cahirem em hua taxa tão aborrecida, e ainda em gente baixa que mais em</b>

<sup>30</sup> M.A. Lima Cruz, *Década Quarta...*, p. CXLVI

<sup>31</sup> id., p. CXLIV

<sup>32</sup> Das três Décadas que serviram de base para o texto do *Tratado*, apenas a 5 é relevante: embora, de nenhuma delas, se conserve o original – da 4 o único testemunho é a edição de 1602; da 6, para além da edição de 1614, conservam-se 2 mss, um na ANTT, muito truncado, e outro, uma cópia tardia e com falta de alguns fols., na BNL – o ms de Leiden, ainda que não seja original, representa uma versão muito próxima do *modus scribendi* coutiano, despido das ‘fobias linguísticas’ de frei Adeodato.

<sup>33</sup> J.M. Azevedo e Silva e J. M. dos Santos, *Tratado...*

2. que **naquelles tempos era moeda** com que se fazia a cargua **da pimenta**

3. E contasse que a primeira vez que foi a ella [Ribeira das Armadas], chamou **os officiaes, veador da Fazenda e apontador e guarda mor, e pelo lyvro do ponto** foy vendo os homens portugueses que avia da obrigassão daquella Ribeira: e achou **oito çentos**, entre mestres, pilottos, bombardeiros, marinheiros, grumetes, calafates, carpinteiros, mestres de bombas e outros de naos e navios. E agastado o Governador de ver tão pouca gente, comessou a bradar com os offissiais dizendo: Como? Em tempo de Nuno da Cunha não havia aqui **mil e dozentos** homens de obrigassão? Como vierão tanto a menos?

4. Trouxemos isto, porque chegou esta Ribeira, **nesta era que escrevemos**, a estado que não tem mais de seis ou sete pessoas, e essas inda descontentes e mal pagas.

**quanto mais em homens que pello sangue tem tantas obrigaçoens, e tão diferentes da outra gente**

2. porque **esta era a moeda com que naquelles tempos** se fazia a carga **das naos**

3. E contasse delle que a primeira vez que foi visitar a Ribeira, chamou **o Veador da Fazenda, e todos os officiaes, e apontador, e toda a mais gente que avia do serviço della**, e achou perto de **setecentos** homens portugueses, mestres, pilottos, bombardeiros, marinheiros, grumetes, calafates, carpinteiros, mestres de bombas, e outros de naos, e navios, e sabendo **pellos pontos passados** do tempo de Nuno da Cunha, que sempre passarão de **oitocentos** homens, os da obrigação da Ribeira, começou a bradar com os officiaes, por aver tão pouca gente.

4. Trouxemos isto, porque chegou esta Ribeira **depois** a estado de não ter mais de seis sete pessoas, e essas ainda descontentes, e mal pagas.

**homens que pello sangue ten tão [os editores leram “tentão”...] defferentes obrigaçoens**

2. porque **esta era a moeda com que naquelles tempos** se fazia a carga **das náos**

3. e contasse que a primeira vez que foy vezitar a ribeira, chamou **o vedor da Fazenda e todos os officiaes e apontador; e toda a mais jente, que havia de serviço della**, e achou de redor de **settecentos** homens, portugueses, mestres, pillotos, e bombardeiros, marinheiros, grumetes, e calafates, carpinteiros, mestres de bombas, e outros de náos, e navios, e sabendo **pellos pontos passados**, do tempo da cunha que sempre passarão de **oitocentos** homens, os da obrigação da ribeira, comessou a bradar com os officiaes por haver tão pouca gente.

4. T[rouxemos] isto porque esta ribeira, **depois** chegado a estado de não ter mais de seis ou sete pessoas, e estas ainda descontentes, e mal pagas.

5. E destas mizerias e outras que iremos apon-tando, porque convem assi.

5. [om]

5. [om]

Atevemo-nos a avançar uma hipótese: Couto terá escrito a 1ª parte do *Tratado* e, da segunda, aquela que corresponde ao texto da Década 4, a partir dos seus próprios papéis<sup>34</sup>. Daí a ausência das marcas linguísticas características de frei Adeodato, a que Maria Augusta Lima Cruz faz referência. A este texto juntou a carta dedicatória, entregando o ms ao destinatário que consigo o trouxe para o Reino em 1600. Por uma qualquer razão, talvez por falta de tempo, ou por falta de gosto, ou, por falta deste pretextando aquele, não avançou mais no seu trabalho.

De facto, não haveria de ter muito gosto em escrever um Tratado sobre os Gama quem censurara o nepotismo dos vice-reis, tendo sido esse *um dos pecados maiores do Vidigueira*, como observa Coimbra Martins no já citado estudo. A nomeação de seu irmão, D. Luís da Gama, “um capitão mancebo”, para comandar a empresa contra o Cunhale, empresa que redundou num enorme desastre para os Portugueses, revela que os interesses familiares em D. Francisco da Gama se sobrepunham aos interesses do Estado. Na Década 5, a propósito de uma desastrada jornada do governador D. Estêvão da Gama ao Estreito, de que também fazia parte D. Cristóvão da Gama, seu irmão, Couto se saíra com um comentário, posto na boca de D. Francisco de Meneses, muito pouco apropriado de quem se candidatava ao posto de cronista dos Gama:

*Estes Gamas tem melhor ventura em descobrir que em conquistar. (Dando a culpa ao Governador pelo pouco segredo que teve naquella jornada.)*<sup>35</sup>

Ainda nesta mesma Década, a reprovação do Soldado Velho da Índia pela nomeação, por parte de D. Estêvão da Gama, do “capitão mancebo” D. Cristóvão da Gama para chefiar a jornada ao Prestes João, jornada que teve como desfecho o desgraçado martírio do jovem capitão.

Assim, por falta de gosto ou de tempo, ou de ambos, terá sido fr. Adeodato a completar o *Tratado*, com base no texto das Décadas de Couto, é

<sup>34</sup> Lembramos que a Década 4 tinha sido remetida para o Reino em 1597, i.e., apenas dois anos antes da redacção da carta dedicatória do Tratado.

<sup>35</sup> M. de Jong, *Década Quinta*, L. 7ª, cap. 6, fol.193a, ll. 3-5.

certo, sem dúvida com a aquiescência deste, mas com as suas próprias intervenções. Talvez por nunca ter sentido a obra como verdadeiramente sua, Couto nunca a tenha incluído na sua bibliografia.

Terá sido este, por outro lado, o serviço que mereceu a fr. Adeodato da Trindade honras e mercês por parte do seu homenageado? Fica a interrogação, mais uma entre as muitas que envolvem a produção literária de Couto.

Terminamos, com o esboço de algumas conclusões:

(1) Couto, que escrevia da e na Índia, remetia as suas Décadas para o cunhado, fr. Adeodato da Trindade, agostinho do Convento da Graça de Lisboa.

(2) Graças à quantidade e qualidade dos documentos guardados na sua biblioteca, e porque tinha sido encarregado pelo rei de os preparar para a edição, o cunhado do autor teve oportunidade de completar/substituir alguma da informação dos mss originais.

(3) Fr. Adeodato foi o receptor, não só do texto das Décadas, mas de quase tudo o que Couto produziu.

(4) O editor sobreviveu ao autor, de dois a quatro anos, tendo, portanto, recebido todas as remissões das Décadas.

(5) Barbosa equivocou-se, não só na data da morte do agostinho da Graça, mas no número das Décadas por ele intervencionadas.

(6) Datando de 1616 a edição da Década 7, todas as que foram editadas em vida de seu autor, e não só as três primeiras, sofreram esta intervenção.

(7) Das que ficaram inéditas, os mss. ML 443, 537 e 854 do ANTT são provas irrefutáveis da actividade censória de fr. Adeodato, relativamente às Décadas 10 (ms ML 443) e 12 (os dois restantes).

(8) As edições póstumas foram alvo, por seu turno, de correcções às correcções do 1º editor.

(9) Este introduziu alterações, não só na forma como no conteúdo.

(10) No processo de redacção, cópia, edição da obra de Couto há a considerar uma terceira personagem, D. Francisco da Gama, 4º conde da Vidigueira.

(11) Pelas cartas de Couto a ele dirigidas, ficamos a saber que existia uma relação de um qualquer compromisso, não só entre o cronista e D. Francisco, mas também entre este e fr. Adeodato.

(12) Em consequência, é provável que o *Tratado dos Gama* tenha sido completado por fr. Adeodato da Trindade, a partir da sua própria versão das Décadas 5 e 6, para obsequiar o conde almirante.

De tudo isto se infere o relevante e ineludível papel que teve fr. Adeodato da Trindade na edição da obra do 2º cronista da Ásia portuguesa, marido de sua irmã, e a pertinência de um estudo linguístico dos autógrafos de Diogo do Couto, para se poder destrinçar qual de duas versões da mesma obra, *Década* ou outra, está mais próxima do texto original, ou, pelo menos, a consciência de que nem tudo o que está editado na obra de Couto lhe pertence, o que o editor crítico moderno terá sempre de ter em conta.

## Bibliografia

- Baião, António, "Introdução" às *Décadas* de Diogo do Couto, Vol. I, Livraria Sá da Costa – Editora, Lisboa, 1947.
- Boxer, C. R., *Three Historians of Portuguese Asia (Barros, Couto and Bocarro)*, Instituto Português de Hong Kong (Secção de História), Macau, Imprensa Nacional, 1948.
- Caminha, António Lourenço, *Obras inéditas de Diogo do Couto*, Lisboa, na Impressão Imperial e Real, 1808.
- Couto Diogo do, *Década Quarta da Ásia*, Lisboa, por Pedro Crasbeeck, no Collegio de Santo Agostinho, 1602.
- Couto, Diogo do, *Década Décima da Ásia*, ANTT, Mss. da Livraria, 443.
- Couto, Diogo do, *Década Décima da Ásia*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1788.
- Couto, Diogo do, *Cinco Livros da Década Doze*, ANTT, Mss. da Livraria 537 e 854.
- Couto, Diogo do, *Cinco Livros da Década Doze da Historia da India*, Paris, 1645.
- Couto, Diogo do, *Diogo do Couto – Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e de seus Filhos na Índia*, Introdução, leitura e glossário de José Manuel Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- Cruz, Maria Augusta Lima, "Introdução à edição da Década Quarta", *Diogo do Couto, Década Quarta da Ásia*, Vol I, Lisboa, INCM /Fundação, CNCDP, 1999, pp.CXIII-CLXV.
- Faria, Manuel Severim de, *Discursos Vários Políticos*, Évora, por Manoel Carvalho, 1624.
- Giurgevich, Luana, "Bibliotecas Antigas. Um elemento para a História da Ciência" in *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 14.1 (2012), pp. 269-291.
- Jong, Marcus, *Diogo do Couto – Década Quinta da "Ásia"*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1937.
- Lagoa, Visconde de, *Glossário Toponímico da antiga historiografia ultramarina*, I Parte, Ásia e Oceania, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais, 1950-54.
- Lavanha, João Baptista, *Relações das cousas principaes que sucederão em Portugal em tempo de ElRey D. Sebastião. Tiradas de originas do Reyno por Joaõ Baptista Lauanha Coronista Mor do Reino de Portugal. p<sup>a</sup> fazer esta Corónica*, BNL, Res. 887.
- Machado, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, 1741 (ed. fac-similada de Coimbra, Atlântida Editora, 1965, Tomo I, *in nomine*).
- Martins, António Coimbra, "Sobre as Décadas que Diogo do Couto deixou inéditas", *Arquivos do Centro Cultural Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1971, Vol. III, pp. 272-35.
- Martins, António Coimbra, *Em Torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985.

Seabra, Ana Dulce R. C. de, *No princípio era o texto: contributo para a edição crítica do texto de Diogo do Couto da Década Décima*, policópia da tese de mestrado apresentada à FLUL em 1993 (particularmente pp. LVI-LXXVI da “Introdução”).



## A circulação em Itália das obras de Diogo do Couto: um olhar sobre o percurso editorial da *Década X*

MARIAGRAZIA RUSSO \*

Diogo do Couto (1542-1616), como se sabe,<sup>1</sup> escreveu as *Décadas da Ásia*<sup>2</sup> desde a IV até à XII, seguindo o percurso já iniciado por João de Barros (1496-1570). Das suas *Décadas* foram publicadas em vida do Autor apenas quatro: a IV,<sup>3</sup> que saiu em Lisboa em 1602 e em Madrid em 1615; a V,<sup>4</sup> que saiu em Lisboa em 1612 e em Madrid em 1615; a VI, publicada em 1614 – mas com poucos exemplares conservados por causa de um incêndio na tipografia –; e a VII que saiu no mesmo ano da morte de Diogo do Couto, em 1616. Das *Décadas* VIII, IX e XI foram publicados póstumos em Lisboa apenas alguns resumos, porque a VIII e

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 145-155 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Università degli Studi Internazionali di Roma (UNINT).

<sup>1</sup> Cfr. António Coimbra Martins, *Sobre as Décadas que Diogo do Couto deixou inéditas*, in “Arquivos do Centro Cultural Português” (Paris), 3, [1971], pp. 272-355.

<sup>2</sup> Cfr. Diogo do Couto, *Décadas*, prefácio e notas de António Baião, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1947.

<sup>3</sup> Para esta *Década* cfr. *Década quarta da Ásia*, edição crítica e anotada coordenada por Maria Augusta Lima Cruz, [Lisboa], Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Fundação Oriente / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999. Cfr. também António Coimbra Martins, *Introdução à leitura da “Década quarta da Ásia” de Diogo do Couto*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

<sup>4</sup> Cfr. *Decada quinta da “Ásia” / Diogo do Couto, texte inedit publié d’après un manuscrit de la Bibliothèque de l’Université de Leyde par Marcus de Jong*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1936.

a IX foram roubadas e a XI foi perdida (a VIII foi publicada em Lisboa, em 1673, 1736 e 1786; a IX, em 1736 e 1786; e a XI, em 1788). A XII saiu incompleta em Paris, em 1645, com apenas os primeiros cinco *livros*, e em Lisboa, em 1788.

Uma das causas que podemos entrever nas desventuras destas obras poderá talvez ser encontrada numa visão nem sempre de dimensão eufórica que o Autor forneceu da vida portuguesa na Ásia, tocando interesses privados e assuntos demasiado particulares;<sup>5</sup> episódios não previamente selecionados, espírito crítico perante a expansão, imagem crua da vida social no Oriente português devida ao impacto pessoal e directo.

A *Década X*<sup>6</sup> foi provavelmente a primeira que o autor escreveu quando ainda nem era cronista da Índia: descrevia os acontecimentos coevos, desde 1581 até 1588, ou seja o fim do governo de Fernão Telles, os três anos do Conde Vice Rei D. Francisco Mascarenhas e os três anos do governador D. Duarte de Meneses. O texto foi "subiecto indice librorum" porque encerrava uma crítica política.

A edição da *Década X* será publicada pela Oficina Régia, em 1788, aquando da publicação de todas as *Décadas* de Diogo do Couto (desde a IV até à XII).

Diogo Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana*,<sup>7</sup> em 1759, afirmava que as *Décadas* de Diogo do Couto (incluindo a IX e a X) tinham sido publicadas em 1736 pela Officina da Música. No *Aditamento*<sup>8</sup> acrescenta-se:

---

<sup>5</sup> Sobre esta problemática cfr. George Davison Winius, *The black legend of portuguese India: Diogo do Couto, his contemporaries and the Soldado Prático: a contribution to the study of political corruption in the empires of early modern Europe*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1985 (trad. port. Ana Barradas, *A lenda negra da Índia portuguesa: Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático: contributo para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa Moderna*, Lisboa, Antígona, 1994).

<sup>6</sup> Este assunto já foi antecipado em Mariagrazia Russo, *João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Diogo do Couto em Itália*, in *Actas do Congresso Internacional Vasco da Gama: Homens, Viagens e Culturas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 210-235.

<sup>7</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica. Na qual se comprehende noticia dos autores portuguezes, e das obras, de graça até o tempo prezente*, 4 vols., Lisboa Occidental, António Isidoro da Fonseca, 1741-1759, vol. I, p. 648.

<sup>8</sup> Id., vol. IV, p. 98.

A Decima Decada da India, que na Bibliotheca, Tomo I, p. 648, col. 2 se diz fora impressa, se deve saber que o foy até pag. 120, da qual conservo um exemplar, e por se não continuar a impressão, não logrou do benefício da luz publica. Consta de dez livros. Della tenho huma copia M. S. com as trinta folhas impressas.

Desta breve descrição temos portanto algumas informações: 1) em 1736 deve ter saído uma edição parcial de 30 ou de 120 páginas; 2) o próprio autor do *Aditamento* conservava um exemplar desta edição parcial; 3) esta edição parcial não "logrou do benefício da luz pública" porque incompleta; 4) a *Década* completa consta de dez livros; 5) circulavam cópias manuscritas uma das quais na posse do próprio bibliófilo.

Em 1792, Frei Joaquim Forjaz Pereira Coutinho (1712-1798), um historiador da Ordem de Santo Agostinho, bibliotecário do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa (o mesmo que descobriu o manuscrito da *Década* X que hoje se conserva no IAN/TT) confirmava a existência de uma edição parcial da *Década* X.<sup>9</sup>

O bibliógrafo Inocêncio, no tomo II (p. 154) do seu *Diccionario*, publicado em 1858,<sup>10</sup> tinha-se mostrado duvidoso em relação à real existência desta edição parcial:

Da *Decada decima*, a primeira que o auctor escreveu, ainda antes de ser nomeado chronista da India, chegaram em tempo, provavelmente mui proximo do de sua composição, a imprimir-se até 120 pag., conforme o testemunho de Barbosa, que diz ter tido em seu poder um fragmento, ou exemplar d'essa parte impressa; porém não se concluindo, nunca se publicou, e a parte já estampada inutilisou-se, ao que parece. Ao menos ninguem se accusa em tempos modernos de a ter visto.

<sup>9</sup> Frei Joaquim Forjaz, *Memoria sobre algumas Décadas inéditas de Couto* integrada no Tomo I das *Memorias de Litteratura Portugueza*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1792.

<sup>10</sup> *Diccionario Bibliographico Portuez Estudos de Inocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, 22 vols., vol. II, p. 154.

Depois, no tomo XI (p. 122), o mesmo Inocêncio declarava, pelo contrário, ter visto pessoalmente um fragmento da *Década X*, junto do senhor Bertrand que teria comunicado também a existência de outros vários exemplares:

Cumpre primeiro que tudo corrigir por inexacta a suposição que aventei na pag. 154, presumindo que a parte impressa da *Decada X*, que pelo testemunho de Barbosa chegara até pag. 120, se teria perdido ou inutilizado de todo. Essas cento e vinte pag. foram sem duvida impressas no intento de que a dita *Decada X* seguisse em continuação á IX, quando esta se publicou pela primeira vez na edição de 1736. A inspecção dos typos, papel e formato assim o prova exuberantemente. Quaes as razões que então houve para sobre-estar na impressão, mal pude até agora descobri-las; é porém certissimo que alguns exemplares da tal parte impressa se conservam, pois tive ha annos occasião de ver eu proprio um d'elles na mão do sr. F. X. Bertrand, affirmando-me este senhor não ser esse o primeiro que na sua casa tem entrado.

D'aqui resulta a necessidade de corrigir tambem a phrase no periodo, em que mais abaixo digo que a *Decada X* se imprimira pela primeira vez na edição que de todas se fez na Regia Offic. Typ. de 1778 a 1788. Deve entender-se que então se imprimiu pela primeira vez *completa*, e não de outra sorte, havendo respeito ás ditas cento e vinte pag. (em folio) que d'ella já existiam.

A partir deste trecho podemos portanto confirmar a existência de uma edição parcial publicada em 1736, de 120 *em folio*, que continuava a circular apesar de ser incompleta. Inocêncio não indica porém a casa editora, dizendo apenas que teria seguido em continuação à *Década IX*, confirmando os mesmos caracteres tipográficos, o mesmo papel e o mesmo formato. Mas a edição da *Década IX* de 1736 era a Oficina Domingos Gonçalves e não a "Officina da Musica" como afirmado por Barbosa Machado. Além disso, em relação à informação do *Aditamento*, perdemos o elemento das 30 páginas que, neste contexto, não teriam algum significado.

Ana Dulce Seabra, que se dedicou à *Década X*<sup>11</sup>, afirmava que hoje em dia já desta edição de 1736 não se têm informações.

Já em 2008, num volume organizado por Carmen M. Radulet, *Italia – Portogallo. Viaggi nella storia e nella cultura*, Sette Città, Viterbo, eu própria dava a notícia da existência de *Un’edizione perduta, un manoscritto sconosciuto e una traduzione italiana inedita: i documenti della Década X di Diogo do Couto nella Biblioteca Angelica di Roma* (pp. 135-168). De facto, na *Biblioteca Angelica*<sup>12</sup> de Roma estão conservados alguns em *folio* (ou seja os primeiros dois Livros, tirando o capítulo XVI, mais os primeiros três capítulos e meio do Livro III), publicados em duas colunas. O fragmento é de 96 páginas, faltando 24 páginas das 120 mencionadas no *Aditamento*: não contém frontispício nem capa, de forma que não é possível deduzir nenhuma nota editorial nem a data de publicação. O seu incipit é o seguinte: “Decada Decima da Asia por Diogo do Couto Guarda mor da Torre do Tombo da Estado da India. Livro I. Capitulo I”. E o seu explicit: “que cada vez queiraõ atravessavaõ a Cidade com bandeiras desenroladas, e tocando”.

Outros elementos ajudam a datar o texto que, pelas informações internas, não será posterior ao ano de 1751, portanto seguramente anterior à data da publicação de 1788 da Regia Officina Typographica de Lisboa. De facto um papel posto no interior do fragmento ajuda a definição destes elementos que faltam:

copia di un Articolo di lettera scritta all’Eminenza Signor Cardinale Passionei dall’Illustrissimo Alessandro Ratta, uditore della Nunziatura di Lisbona, in data delli 30 Agosto 1751 sopra la presente Decada Decima di Diogo de Couto:

Quanto a la Decada Decima, la supplico di vivere riposata, e di lasciar cantare quanto vuole l’Abate Langlet. Casualmente hò saputo, che pochi anni sono ne fù principiata la stampa, e che fù lasciata dopo pochi fogli, la quale appunto è la presente, che io all’Em.za Vs.<sup>a</sup> trasmetto.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> Ana Dulce Ribeiro Carocha de Seabra, *No princípio era o texto: contributo para a edição crítica do texto de Diogo do Couto da década décima*, Lisboa, 1993 (tese de mestrado).

<sup>12</sup> Cota: II.13.21. Na *Biblioteca Angelica* de Roma encontra-se também a edição del 1602 da *Decada Quarta da Asia* de Diogo do Couto com cota II.13.13.

<sup>13</sup> Tratando-se de italiano do século XVIII, permito-me fornecer a tradução: Cópia de um Artigo da carta escrita para o Eminente Senhor Cardeal Passionei pelo Ilustríssimo Alessandro Ratta, auditor da Nunciatura de Lisboa, em data 30 de Agosto de

As personagens presentes neste papel anexo ao fragmento ajudam a perceber o ambiente no qual a *Década* X circula: o remetente Alessandro Ratta; o destinatário Cardeal Passionei; e o Abade Langlet.

1. O remetente Alessandro Ratta (n. 1708), auditor da Nunciatura de Lisboa, na época em que a Nunciatura era representada pelo cardeal Luca Melchiorre Tempi,<sup>14</sup> deve ter regressado na altura do terramoto de Lisboa<sup>15</sup> para voltar novamente em 1757.

2. O destinatário: o nobre Cardeal Domenico Silvio Passionei (1682-1761),<sup>16</sup> que nasceu em Fossombrone em 1682, viajou e viveu em muitas cidades de Europa como Paris (1706), Haia (1712), Malta (onde tinha sido inquisidor, 1721), Éfeso (1721), Lucerna (1723-1729) e Viena (1730), mostrando as suas profundas qualidades intelectuais. Foi muito apreciado pela *intelligentia* europeia, dotado de uma curiosidade típica da época iluminista, apreciador das tendências jansenistas. Foi vice-bibliotecário, desde 1738, da Biblioteca Apostólica Vaticana e por toda a vida grande colecionador de livros raros, incunábulos, manuscritos e obras de arte. Todo o fundo antigo de 32.000 volumes à sua morte foi adquirido, sob solicitação papal, pelo Padre Geral dos Agostinianos, Francisco Xavierio Vasquez, da Biblioteca Angelica. A data de 1751 citada pelo papel que acompanha a *Década* está portanto a indicar como o Cardeal Passionei tivesse a curiosidade de ampliar os seus conhecimentos em relação às *Décadas* da Ásia. De resto, na sua Biblioteca conserva-se também a tradução em italiano das *Décadas* de João de Barros que per-

---

1751, sobre esta *Década* Decima de Diogo de Couto: Em relação à *Década* Décima, peço-lhe de viver descansado, e de deixar falar à vontade o Abade Langlet. Casualmente soube que há alguns anos foi começada a impressão, e que foi interrompida depois de poucas folhas, que é exactamente esta que envio a Vossa Eminência.

<sup>14</sup> Pro-vicário apostólico em Bruxelas desde 1737 até 1743, nomeado bispo por Bento XIV em 1753; Arcebispo de Nicodemia; cardeal-titular da igreja dos Santos Quírico e Julieta, em 1755, e de Santa Susana, em 1756; e cardeal-presbítero da Igreja da Santa Cruz em Jerusalém, participou no conclave, em 1758, onde foi eleito papa Clemente XIII; morreu em Roma com 73 anos de idade, em 1762; foi sepultado na igreja da Santa Cruz em Jerusalém.

<sup>15</sup> *Un monumento al Padre Malagrida*, in "Civiltà Cattolica" (1887), série XIII, vol. IX, fasc. 901, p. 434, n. 3 (citando CORDARA, *Commentarii*, Liber IX). Em 1767 encontramo-lo todavia como "dottore in legge" e "cappellano del Papa" na ilha da Sardenha.

<sup>16</sup> Cfr. o estudo pormenorizado de Alfredo Serrai, *Domenico Passionei e la sua biblioteca*, Milano, Sylvestre Bonnard, 2004.

tenceram – estando à assinatura presente no frontispício – a Jan Huygen van Linschoten (1563-1611), mercador holandês.

3. A personagem citada: Abade Langlet. O papel refere-se ao Abbé Langlet du Fresnoy (1674-1755), erudito francês, que no seu *Methode pour etudier l'Histoire avec un Catalogue des principaux Historiens, et des remarques sur la onté de leurs ouvrages et sur le choix des meilleurs editions* (1714), cuja edição tinha saído com Gandouin Pierre em Paris, em 1729 (t. IV, p. 396), tinha indicado numa nota que a *Decada Decima* tinha sido publicada em Lisboa em 1673: “Decada decima, in fol. em Lisboa, 1673”. A nota polémica e irónica “lasciarlo cantare quanto vuole” indica que Alessandro Ratta em Portugal bem sabia que esta obra, pelo contrário, não tinha sido publicada e que as únicas partes impressas eram as que ele remetia ao Cardeal bibliófilo. Todavia temos que reparar que a distância temporal entre a data da publicação da obra, 1736, e a data do envio, 1751, não é tão breve como o auditor deixa entender: são 15 anos. Mas Alessandro Ratta podia não conhecer bem a data de publicação porque no fragmento presente na *Biblioteca Angelica* faltam as primeiras páginas com presumidamente as datas de referência. Também o número das páginas ou em folio (30 ou 120 segundo as informações de Barbosa Machado) não parece corresponder ao que temos hoje na *Biblioteca Angelica* (96), faltando à Biblioteca italiana 24 páginas. Outro elemento que temos que ter em consideração é que o *Aditamento* se refere à casa editora “Officina da Musica”, enquanto Inocêncio parece indicar os tipos bibliográficos idênticos aos da Officina Domingos Gonçalves.

A Oficina da Música,<sup>17</sup> “uma das principaes na primeira metade do século XVIII”,<sup>18</sup> fundada em 1715 pelo tipógrafo e compositor de música catalão Jayme de la Té y Sagáu (1680-1736), à morte do dono passa nas mãos de Teotónio Antunes Lima. O filho do tipógrafo barcelonês, Jayme Domingos, assina as dedicatórias dos dois primeiros tomos (dos três totais) das *Décadas* de Diogo do Couto, publicadas em 1736 na Oficina de Domingos Gonçalves em três tomos. O caso pareceu estranho.

Considerando estas duas Dedicatórias, percebe-se o que deve ter ocorrido: no tomo primeiro que contém as *Décadas* IV e V Jayme Domingos de Laté e Sagau assim escreve

<sup>17</sup> Cfr. Ana Cristina Gonçalves Torres em 2001, *A Officina da Música: uma oficina tipográfica portuguesa do século XVIII*, tese de metrado, Lisboa, 2 voll..

<sup>18</sup> Cfr. Sousa Viterbo, *Jayme de la Té y Sagau*, s. n. [exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal cota:20154 HG].

Deixou meu pay esta Impressão adiantada, e ansioso de a dar a luz publica, o não pode conseguir, porque lhe faltou a vida; herdey eu o zelo destes generosos alentos, com mais elevados motivos; porque a meu pay convidou-o a inclinação, que sempre teve as acções dos Portuguezes esforçados, a mim obrigame a gloria do patricio, que vale mais que tudo. O publico tem que agradecernos ambos, a meu pay pelo inimitavel affecto, com que vendo quasi extincta a impressão destes livros, quiz que não perigassem tantas memorias, entre as voracidades do tempo: a mim, não só o completar-lhe o gosto, dando a execução o seu intento posthumo, mas em eleger Mecenas tão grande com Vossa Excellencia, a cuja sombra se vejaõ mais ditoso volumes, pois ninguém deixará de veneralos antes de lelos, vendo o esclarecido nome de Vossa Excellencia, autorizado a penna do nosso Escriitor famoso.<sup>19</sup>

E na dedicatória do tomo segundo (que contém a *Década* VI) escreve:

e meu pay, a que sempre arrebataraõ as acções da valentia dos Portuguezes, vendo mortificada a fama de tanto heroe illustre, pela diminuição destes clamores, entrou no generoso projecto de lhe estender o encomio, a beneficios da repetição do prêlo; para que do vallor indiano não cessasse o respeito, não sem lida, bem recomendada do seu affecto, gemeo segunda vez na estampa esta grande obra, que ficou

<sup>19</sup> Frontispício e primeira parte da dedicatória: Decadas / da Asia, / que tratam dos mares, que descobriram, / Armadas, que desbarataraõ, Exercitos, qu venceraõ, e das acções heroicas, e / façanhas bellicas, que obraraõ os Portuguezes nas Conquistas do Oriente, / escritas por / Diogo do Couto, / Cronista, e Guarda Mór da Torre do Tombo do Estado da India, / Nesta ultima impressão accrescentada com Indices muy copiosos. / Tomo I. / que contem as Decadas IV e V. / offerecidas / ao Excelentissimo Senhor / Thomas da Silva / Telles, / Bisconde de Villa Nova de Cerveira, / do Conselho de Sua Magestade, e Mestre de Campo General dos seus Exercitos. Por / Jayme Domingos de Laté e Sagau.

"Dedicatoria. Ex.mo Senhor Com esta grande obra da Decadas da Historia da India, o seu dignissimo Escriitor Diogo do Couto Cronista, e Guarda mór da Torre do Tombo do mesmo Estado, não só dilatou a fama Portugueza, mas tirou do esquecimento as acções mais gloriosas, dando a ler ao mundo os progressos militares, a nunca louvada grandeza dos Soldados Portuguezes; e havendo de se reimprimir, buscaõ na generosa protecção de Vossa Excellencia, o seguro de que serao nest segundaimpressão tambem recebidas, como o merece o trabalho de tao sublime estudo".



imperfeita, porque lhe faltou a vida. Este embaraço, fez desmayar o empenho até agora, em que entrey na resolução de lhe autorizar o impulso, continuando o progresso, nao só pelo que devo as memorias de filho; mas porque o ser nacional, me cede em enterece proprio.

O tomo terceiro com as *Décadas* VII, VIII e IX já tem a dedicatória do próprio editor Domingos Gonçalves. As dedicatórias de Jayme Domingos deixam portanto entender perfeitamente que a Oficina de Domingos Gonçalves apenas recebeu uma obra que já tinha sido concluída pelo tipógrafo catalão da Oficina da Música e que só depois de algum tempo (o "até agora" de Jayme é muito significativo!) o filho deve ter aceite a entrega dos direitos. O pai provavelmente faleceu antes de 1736, mas àquela foi a data de cessão das *Décadas* a Domingos Gonçalves, que hoje resulta o editor das *Décadas* até à IX.

E a *Década* X? a *Década* X não foi publicada porque inacabada. Uma nota preciosa presente na "Gazeta de Lisboa" de 13 de Dezembro de 1725<sup>20</sup> comunica:

D. Jayme de la Té e Sagau está imprimindo as Decadas de Diogo de Couto, / de que já se achão impressas a quarta, quinta, sexta, setima, oitava, nona, e es/tá actualmente imprimindo a decima. A toda a pessoa, que lhe der a undecima, que / comprehende os governos de Mathias de Albuquerque, e de Manoel de Sousa / Coutinho, dará dous jogos, ou em papel, ou encadernados; esperará tres mezes, e / no caso, que algum curioso a queira mandar, a póde remetter ao dito D. Jayme, / morador em Lisboa na rua dos Gallegos.

A frase "de que já se achão impressas a quarta, quinta, sexta, setima, oitava, nona" confirma que a tipografia que imprimiu concretamente as *Décadas* de Diogo do Couto não foi a Oficina Domingos Gonçalves, mas a Oficina da Música de Jayme de la Té y Sagáu. Ele estava a acabar a *Década* X e estava à procura de alguém que lhe fornecesse a décima primeira. O trabalho de Té y Sagáu parece ter sido portanto não só de tipo editorial quanto de provedor, estando ele à procura através de anúncios de manuscritos úteis para os seus fins económicos e culturais. A morte do editor chegou quando a obra ainda não tinha sido acabada. Todas as

<sup>20</sup> Cfr. A. C. Gonçalves Torres, *A Officina da Música*, tese cit., p. 400, n° 50.

*Décadas* até aí impressas devem ter sido vendidas à Oficina Domingos Gonçalves, que pelo contrário não adquiriu a obra não acabada (a *Década* X). O nome do editor Té y Sagáu, que deve ter feito imenso esforço para publicar seis *Décadas* de Diogo do Couto, desapareceu da história coutiana. E para a *Década* X teremos que esperar outros 52 anos para a ver sair em 1788, deixando que o volume circulasse manuscrito, assim como testemunha um exemplar guardado na mesma *Biblioteca Angelica*.<sup>21</sup>

Curiosamente o Códice n° 442 dos Manuscritos da Livraria, que se conserva no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) (com cota 443) e que pertenceu à livraria manuscrita do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (onde foi descoberto por Joaquim Forjaz),<sup>22</sup> transferido, no momento da extinção das ordens religiosas, para o ANTT juntamente com grande parte do fundo daquela livraria, resulta incompleto. O que podemos considerar é que a este manuscrito falta-lhe exactamente aquela parte inicial da qual a *Biblioteca Angelica* tem as folhas publicadas, ou seja os primeiros dois livros (tirando o capítulo XVI do Livro II) e os primeiros três capítulos e meio do Livro III.

Perante esta coincidência possa-se talvez, com boa margem de probabilidade, supôr que o trabalho do editor Jayme de la Té e Sagáu era feito segundo o sistema que em Itália se chama "alla pecia" ou seja o autor ou o possuidor entregava ao editor uma parte de cada vez, recuperando progressivamente os materiais entregues na vez anterior. A morte de Jayme de la Té e Sagáu deve ter interrompido o ciclo de entrega e restituição de forma que, por um descuido que desconhecemos mas que não é difícil de imaginar, ficou a edição inacabada e o manuscrito acéfalo. De resto, o processo do editor catalão era claro: ele estava à procura de manuscritos e o Convento da Livraria poderia ter entregue o que tinha nas próprias estantes, sem imaginar o percurso a que este processo teria levado. A edição que sairá em 1788 terá – como de resto já suposto pela mesma Ana Dulce Seabra – outro manuscrito como base, ficando aquelas

---

<sup>21</sup> Trata-se do Ms. 1248 (cota anterior: S. 8. 6)), segundo a informação fornecida por Enrico Narducci (1832-1893), bibliotecário do Príncipe Baldassarre Boncompagni e de alguma pretigiosas bibliotecas romanas como a *Alessandrina*, a *Casanatense* e a *Angelica*, no seu *Catalogus codicum manuscriptorum praeter graecos et orientales in Bibliotheca Angelica olim coenobii sancti augustini de urbe*, Roma, Ludovici Cecchini, 1893, p. 527, n° 1248, este manuscrito é "Chartaceus, in folio (m. 0,327x0,220), ff. 466, sec. XVII".

<sup>22</sup> Também Inocêncio Francisco da Silva dava notícia em 1859.

páginas impressas pela editora catalã como o princípio da edição inacabada do manuscrito da Livraria. Cabe aos estudiosos procurar nos arquivos e nas bibliotecas aquelas páginas manuscritas que o filho de Jayme de la Té e Sagáu deve ter vendido ou perdido.

Os centros de cultura italianos representam um lugar privilegiado onde procurar informações a este respeito porque os bibliófilos ligados aos ambientes eclesiásticos funcionaram como um repositório de informação, facilitando a circulação de ideias e de materiais.



# ***Um ninho de guincho, como lá dizem:*** **Linguagem repetida e metáfora em *O Soldado Prático***

ANA MARÍA GARCÍA MARTÍN \*

*Para Pilar*

## **1. O corpus fraseológico e paremiológico nos *Soldados Práticos***

Um dos aspectos mais destacados da língua literária de *O Soldado Prático* é o abundante recurso à fraseologia que o autor faz, o que converte esta obra num rico repositório da fraseologia do período clássico da língua portuguesa. Lamentavelmente, o estudo da fraseologia nos textos literários portugueses antigos e clássicos não parece ter despertado ainda um grande interesse nos filólogos e nos historiadores do léxico português, apesar de ser esta uma das fontes mais habituais para a constituição de um corpus histórico de unidades fraseológicas e o seu estudo.<sup>1</sup> Os trabalhos parcelares de levantamento e análise das unidades fraseológicas de obras literárias clássicas permitiriam ir construindo um

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 157-188 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Universidad de Salamanca.

<sup>1</sup> Entre os poucos trabalhos existentes sobre a fraseologia do português antigo ou clássico, podemos salientar o de Ricós Vidal (2006). Um pouco mais abundantes são os estudos sobre as paréncias na literatura clássica, destacando-se os trabalhos de Chacoto (2007, 2008, 2011, 2012) e Postigo Aldeamil (1997 e 2007).

corpus crescente para o estudo histórico deste campo do léxico português. Tal é o propósito do presente trabalho, centrado na análise exaustiva da fraseologia de *O Soldado Prático*, segundo dos diálogos escritos sucessivamente por Couto.<sup>2</sup> O primeiro, intitulado *O Primeiro Soldado Prático*, mereceria também uma análise demorada com o mesmo propósito. Contudo, há, também nisto, uma diferença importante entre os dois diálogos coutianos. Em *O Primeiro Soldado Prático*, o autor recorre massivamente ao uso de parémias de diverso tipo, enquanto que as unidades fraseológicas aparecem na obra em menor número. Assim, o primeiro diálogo de Couto é sobretudo um magnífico repositório paremiológico. No segundo diálogo, porém, a paremiologia perde peso e ganha-o a fraseologia, o que pode ser interpretado como resultado de uma estratégia discursiva distinta por parte do autor, como tentaremos mostrar nas próximas páginas. Mas o que importa salientar neste momento é a riqueza fraseológica e paremiológica<sup>3</sup> que ambos os diálogos, em conjunto, nos proporcionam, e que justifica o seu interesse para os historiadores do léxico português. Por isso, podemos extrapolar para ambos os *Soldados* as seguintes palavras de Coimbra Martins: “Este primeiro *Diálogo* de Couto tem uma importância ‘coutiana’, histórica... e também linguística”.<sup>4</sup>

Consequente com a importância concedida ao cabedal paremiológico em *O Primeiro Soldado Prático*, o estudioso procede ao seu levantamento na excelente “Introdução” que antecede a sua edição do primeiro diálogo, dedicando ao tema as epígrafes 7 e 8 do estudo introdutório. O recurso constante às parémias no discurso das duas personagens do diálogo, o velho soldado e o vice-rei, fica amenamente retratado nestas palavras de Coimbra Martins:

---

<sup>2</sup> Veja-se, sobre o processo de criação da obra, a introdução à edição da nossa responsabilidade, *O Soldado Prático*, Coimbra, Angelus Novus, 2009, pp. 9-54.

<sup>3</sup> Distinguiremos aqui, portanto, entre fraseologia e paremiologia. A paremiologia é a disciplina que estuda os enunciados sentenciosos denominados provérbios, rifões, anexins, máximas, etc.; enquanto que a fraseologia, em sentido restrito, se centra em unidades, com frequência menores do que a frase, chamadas locuções, expressões idiomáticas ou unidades fraseológicas. Na verdade, a distinção entre parémia e unidade fraseológica nem sempre é fácil, por exemplo, em relação às locuções oracionais que, com frequência, são arrumadas entre as parémias. Cf., sobre esta última questão, García-Page 2008, pp. 152-165.

<sup>4</sup> António Coimbra Martins, “Introdução” a Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, introdução e edição de A. C. M., Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 41.

O *Diálogo* esfuzia provérbios. Tanto em conclusão de fala, em fanfarra, como emboscados, como enredados nas voltas do discurso. Este soldado tem quarenta anos de Índia, e traz sempre provérbio engatilhado. De tantos em que se expande, muitos resistem ainda hoje, perfeitamente vivos; outros já tinham curso na Idade Média, alguns envelheceram; não se dá por eles. Uns de abrangência europeia, com equivalentes perfeitos onde menos se espera; outros, da área românica, outros gerais à Península, um ou outro propriamente português, algum de especial curso em Goa.<sup>5</sup>

Coimbra Martins classifica as abundantes parémias na epígrafe 8, intitulada “Paremiologia”,<sup>6</sup> propondo a seguinte distinção: “A. Provérbios em formulação dominante ou variante” (abrangendo 37 parémias); “B. Meios-provérbios” (2 parémias); “C. Provérbios (ou pseudo-provérbios) carentes de abonação” (10 parémias); “D. Frases com provérbio ou máxima subjacente” (24 parémias); “E. Em outra língua” (11 parémias); “F. Frases de estilo proverbial” (20 parémias); e, por último, “G. Frases e expressões proverbiais ou idiomáticas” (42 abonações). Realizar uma classificação das parémias da obra não é tarefa fácil, já que o primeiro diálogo exhibe uma importante variedade de tipos de enunciados sentenciosos, como *De longas vias, longas mentiras*; *Quem porfia, mata caça*; *O tempo faz e desfaz as cousas*; *Tudo passa senão a cabeça dos pregos*; *A coisa que se faz para contentar a muitos é a que descontenta a muitos*; *Hic Troja fuit* ou *Espírito que vai, não torna!* Em todo o caso, se distinguirmos entre unidades paremiológicas e fraseológicas, como é propósito deste trabalho, o conjunto de abonações classificado por Coimbra Martins como “Frases e expressões proverbiais ou idiomáticas” pertenceria mais propriamente ao âmbito fraseológico. Entre estas unidades fraseológicas são maioria as verbais, isto é, aquelas equivalentes no discurso a uma forma verbal, como *andar furtando a parada*, *andar provandoinhos*, *fazer mau siso*, *lançar o pé além da mão*, *ter parte na caraca*, *vender as suas verças*, *trazer a água ao moinho*, ou as muito conhecidas ainda hoje *chegar a brasa à sua sardinha* e *ter tias em Arronches*. Fazem parte ainda do conjunto apresentado por Coimbra Martins algumas expressões oracionais (*Bom conselho houve em Roma!*, *Daí vem o mal à terra!*, *Mouro forro!*, *Não lhe aparo, nem lhe vou*, *Nem grado, nem graças*, *Nunca lhe doa a mão!*, *O tempo lhe dou por testemunha*, *Quem deu a Pedro falar galego?*), e um número menor de outras com valor adverbial (*para o dia de São Cerejo*), pronominal (*da folosa até ao grou*) ou nominal

<sup>5</sup> *Id.*, *ibidem*, p. 40.

<sup>6</sup> *Id.*, *ibidem*, pp. 42-46.

(*homem de prol, ninho de guincho*). Para além do estudo já feito pelo editor de *O Primeiro Soldado Prático*, o nosso próprio levantamento viria a acrescentar outras unidades fraseológicas, como *correr à memória, dar de si, pôr os olhos em, olhar por, untar as rodas, matar de riso, dar pouco, passar pelas mãos, levar em conta, ter de mão ou ser moeda que corre*. Mesmo assim, como já foi dito, são muito mais abundantes no primeiro diálogo as parémias, nas suas diversas variedades – provérbios, sentenças, máximas, etc. –, as quais, sem dúvida, cumprem uma missão discursiva específica no primeiro diálogo, como interpreta Coimbra Martins, para quem esse recurso “contribui para o estilo, assegura a cor, sugere a autoridade da linguagem do Soldado prático”.<sup>7</sup>

No segundo diálogo, porém, aprecia-se uma mudança na estratégia discursiva do autor, favorecedora de um aumento do recurso à fraseologia e, em troca, um menor uso de parémias. Poderíamos dizer que o soldado já não esfuzia provérbios, mas sim unidades fraseológicas. O seu estudo implicou a procura no segundo diálogo de expressões lexicais pluriverbais – compostas de várias palavras – que mostrassem indícios de institucionalização na língua da época, isto é, de ser exemplos da denominação da linguagem repetida, pertencente ao acervo lexical comum coevo ao autor, e, portanto, não constituir construções sintáticas livres. Como traço característico, embora não obrigatório, estas unidades lexicais costumam possuir um significado diferente da soma dos significados originais dos seus elementos constituintes, construído habitualmente sobre uma operação metafórica. Assim, exemplificando com UF's ainda hoje conhecidas, fazem parte da língua coutiana expressões como *pagar o pato, fazer das tripas coração, tirar forças de fraqueza, levantar a lebre*, ou fazer alguma coisa *às rebatinhas, à formiga* ou *òs olhos vistos*. As UF's mais frequentes na obra são as verbais – isto é, aquelas que cumprem na oração a função verbal – (44 identificadas); muito menos frequentes as adverbiais (10); e mais raras as substantivas (2), adjetiva (apenas 1) e oracionais (2). Apesar de serem escassas, as UF's nominais *ninho de guincho* e *lima surda* remetem para imagens metafóricas com grande valor discursivo na obra, como veremos.

O elenco completo de expressões do diálogo interpretadas como UF's será apresentado no ponto 3 do presente trabalho. Advertimos, contudo, que o processo de identificação de UF's num texto literário histórico, como é o caso, é delicado, já que se o significado metafórico de uma expressão pode alertar para o seu provável estatuto fraseológico, tam-

---

<sup>7</sup> *Id., ib.*, p. 41.



bém o autor literário constrói livremente metáforas no seu discurso. Por isso, não será o uso metafórico da expressão pluriverbal – o qual nem sempre existe, aliás<sup>8</sup> – mas sim a sua institucionalização, isto é, o seu uso repetido pela comunidade linguística, o que nos prova estarmos perante uma UF. Ora, como podemos saber em cada caso se se trata de um uso repetido na época ou de uma criação original do autor? Um primeiro mecanismo de identificação segura de uma UF fornece-o o próprio autor através de um comentário metalinguístico de inserção, que nos assegura que a expressão era comum no seu tempo. Assim, Couto serve-se das expressões “como lá dizem” e “como dizem as velhas” para integrar as UFs no discurso, como mostram os seguintes exemplos:<sup>9</sup>

O bom é vir rico, porque então vos bailam as trepeças, como lá dizem; (p. 71)

Também são sujeitos a paixões e infirmitades, pelo que não pode ser estarem a todo o tempo à pá, como lá dizem. (p. 79)

Algũa rezão tendes nisso, mas são cousas essas que se não podem escusar, porque, como lá dizem, faço-te a barba, por que me faças o cabelo. (p. 81)

[...] mas cuidam que cobrem o céu com ãa joeira, como dizem as velhas. (p. 92)

[...] porque a Casa dos Contos é o prugatório dos feitores e tisoureiros da Índia, e onde também há dela e dela, como lá dizem. (p. 144)

Ora se el-rei tirasse os cargos das mãos dos juízes, por cui-dar que faziam sem-justiças e que recebiam peitas, e os metesse nas mãos dos vizo-reis, cudando que ficava o negócio mais puro, por certo que se engana, porque lhe dará com isso um ninho de guincho, como lá dizem; (pp. 191-192)

<sup>8</sup> A idiomaticidade das unidades fraseológicas é frequente mas não ocorre em todos os casos, possuindo muitas um sentido literal. Cf. García-Page, *op. cit.*, pp. 26-29.

<sup>9</sup> Os exemplos são apresentados com a indicação da página, entre parênteses, correspondente à edição da nossa responsabilidade. Os sublinhados são nossos.

Não sei se tenho talento pera tanto; mas pois me Vossa Mercê disse que era serviço d'el-rei, farei, como lá dizem, das tripas coração, e tirarei forças de fraqueza. (p. 252)

Outras UFs são facilmente reconhecíveis porque ainda hoje são usadas e estão vivas na língua contemporânea, encontrando-se geralmente atestadas nos dicionários. Assim acontece com *levantar a lebre, pagar o pato, ser uma lima surda, meter a fouce na messe alheia, fazer das tripas coração* ou *pagar justos por inocentes*, entre outras. Nestes casos, a abonação da UF num texto clássico permite-nos certificar a sua longevidade no léxico do português, facilitando-nos o estudo do seu processo de institucionalização. Noutros casos deparamo-nos com UFs levemente diferentes das atuais mas ainda reconhecíveis como variantes destas. Assim acontece, na obra em análise, com *ter para pouco* – hoje *ter em pouco* –, *cair a pêlo* – hoje *vir a pêlo* –, *ser em suas mãos* – hoje *estar nas suas mãos* –, *ir a cabo* – hoje *levar a cabo* –, etc. Estas abonações interessam igualmente ao estudioso da fraseologia, pois permitem acompanhar o processo de fixação formal da UF.

Finalmente, encontramos em *O Soldado Prático* algumas expressões sobre as quais não possuímos dados suficientes para podermos confirmar estarem institucionalizadas na língua da época do autor, à falta de outras abonações em textos coevos ou de referências em obras lexicográficas ou paralexográficas<sup>10</sup> que assim o confirmem. Assim acontece com *rogar más Páscoas, dar na estocada, ficar o jogo na mão* ou *dar a paixão*, entre outras. Embora nessas expressões se verifique uma metáfora, o seu estatuto fraseológico apenas se verá confirmado provando a sua institucionalização na língua da época, como já foi indicado. O levantamento e estudo de unidades fraseológicas em obras antigas e clássicas permitirá ir conformando um corpus fraseológico histórico que dê conta do desenvolvimento e riqueza desse âmbito da língua portuguesa o do seu uso e funcionalidade nas obras literárias. Por isso, também no âmbito da fraseologia, como afirma Coimbra Martins: “A nossa língua quinhentista (...) oferece ainda (...) pano para mangas, em que há muito que talhar”.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Trabalhos sobre a fraseologia nas obras lexicográficas e paralexográficas do português podem aportar-nos informação muito valiosa para a conformação de um corpus fraseológico histórico. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Gonçalves (2005, 2009 e 2013).

<sup>11</sup> *Op. cit.*, p. 41.

## 2. Linguagem repetida e metáfora em *O Soldado Prático*

Do primeiro para o segundo diálogo, Couto muda a estratégia discursiva utilizada. Em *O Primeiro Soldado Prático*, a autor serve-se do recurso abundantíssimo à paremiologia para autorizar a mensagem crítica do velho soldado, e talvez também para animar ludicamente o seu discurso. No segundo *Soldado*, o autor opta por substituir a autoridade universal sentenciosa dos provérbios pela iconicidade visual que lhe fornece a metáfora, muitas vezes veiculada através do rico corpo fraseológico. O uso muito mais abundante da fraseologia no segundo diálogo responderia, assim, ao propósito discursivo de aproveitar a iconicidade visual que as unidades fraseológicas fornecem para a transmissão da mensagem crítica da obra. Também, e junto à metáfora veiculada através do corpo fraseológico, o autor vai tecer livremente outras evocadoras metáforas, como quando compara a Índia com uma vinha que os governadores vindimam cada três anos: “porque já se não pertende senão levar e vindimar cada três anos esta vinha”;<sup>12</sup> ou com uma doença: “Porque já na Índia não há cousa sã, tudo está podre e afistulado e muito perto de herpes, e, se se não cortar um membro, virá a enfermar todo o corpo e a corromper-se”.<sup>13</sup>

Vejamos, então, como o recurso abundante à fraseologia no segundo *Soldado Prático* parece motivado pelo aproveitamento do valor icónico visual do significado translato das unidades fraseológicas. Habitualmente considera-se que a maior parte das UFs pertencem a um registo coloquial ou familiar, razão que bem poderia justificar o seu abundante uso numa obra dialógica, na qual se pretende refletir a dinâmica oral da conversa. Assim, Couto serve-se explicitamente de várias UFs que lhe permitem retratar a dialética viva que trata de criar entre as personagens que fazem parte do diálogo, como *cair a pelo*, *tirar a terreiro*, *dar tudo cosido*, *levantar a lebre*, *tocar a tecla de*, *dobrar a folha* ou *molhar sopas*. Por exemplo, *cair a pelo* é variante de *vir a pelo*, forma documentada por Bluteau e que ainda se mantém na língua contemporânea, significando 'vir a propósito ou a calhar um tema na conversa':

---

<sup>12</sup> Ed. cit., p. 134.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 144.

Nunca cousa me caiu mais a pêlo que essa, porque toda esta noite estive cuidando no pouco segredo que na Índia se tem, assi nos conselhos árduos da guerra, como nos da justiça e fazenda; (p. 63)

A expressão *tirar a terreiro* significa 'desafiar a entrar na discussão', sendo usada várias vezes na obra, assim como a variante *trazer a terreiro*:

Oh! Vossa Mercê quer-me tirar a terreiro de novo? Digo que sobre isso darei trezentos gritos. (p. 184)

Muitas vezes me quer Vossa Mercê tirar a terreiro sobre as desordens dos viso-reis! Mas que estivera presente o papa, ora quero-vos dar tudo cosido, pois não acabais de cair nestas cousas. (p. 191)

Vossas Mercês não querem senão tirar-me tantas vezes a terreiro para me fazerem apaixonar. (p. 257)

A expressão *dar tudo cosido* é usada pelo velho soldado para replicar aos seus interlocutores pela clareza com que o obrigam a falar:

Muitas vezes me quer Vossa Mercê tirar a terreiro sobre as desordens dos vizo-reis! Mas que estivera presente o papa, ora quero-vos dar tudo cosido, pois não acabais de cair nestas cousas. (p. 191)

*Levantar a lebre*, significando 'abrir um tema na conversa', é usada muito iconicamente por Couto:

Vossa Mercê é que alevanta a lebre para eu correr, que bem desejo eu de passar por algũas cousas que têm bem escandalizado o mundo, e essa que Vossa Mercê tocou mais que todas. (p. 86)

Com o mesmo sentido, 'tratar um tema', é usada a UF *tocar a tecla de*:

A isso me não posso ter, já que Vossa Mercê tocou a tecla dos alvíteres, que não descubra o segredo deles, que pela ventura nunca chegou ao rei nem aos despachadores, pera

mandarem prover em ãa cousa tão injusta e tanto contra a fazenda do mesmo rei. (p. 93)

Já para interromper o tema da conversa, serve-se o velho soldado da UF *dobrar a folha*:

Enfim, senhores, que se houver de trazer todas estas cousas, será um infinito, porque infinito é o poder que os vizo-reis têm tomado. O bom é dobrar aqui a folha, porque toca a muitos. (p. 276)

Finalmente, o autor de *O Soldado Prático* faz um jogo de palavras a partir de duas UFs, por um lado *molhar sopas*, variante da atual *molhar a sopa*, e que significa, no contexto, 'haver muitos assuntos para tratar, para conversar', e por outro lado a UF *cair a sopa no mel*, 'acontecer alguma coisa como se deseja':

Ora veja Vossa Mercê que tal anda o serviço d'el-rei e suas armadas como andam arriscadas. Deixo outras muitas sopas que se molham nesta porçalana de mel da fazenda do rei, que são infinitas, em que entram os oficiais da matrícula e dos contos, que sempre têm lá com os feitores seus tratos e lhe lançam certas matrículas, que eles fazem com muito gosto, porque lhe hão-de cair nas mãos, a uns para os descontos e a outros pera darem suas contas. (p. 144)

Ora, para além do recurso às UFs para retratar a animada dialética da conversa, o recurso a frequentes idiomatismos explica-se sobretudo em *O Soldado Prático* pela função icónica das UFs,<sup>14</sup> isto é, pela imagem visual que a metáfora que contêm transmite, como já adiantámos. Assim, os idiomatismos servem ao autor à finalidade explícita de facilitar a comunicação eficiente da mensagem crítica que quer transmitir, disponibilizando um corpo fraseológico pela capacidade evocadora das imagens ou metáforas sobre as quais se constroem muitas UFs, e fazendo-o alternar com metáforas originais do autor, criando assim uma forte iconicidade no texto. Vejamos em pormenor.

A crítica fundamental da obra é mostrar como o saco e a pilhagem atingem todas as atividades da Índia Portuguesa. Para expressar essa ideia, Couto socorre-se de várias UFs e de algumas imagens originais. Assim, a

<sup>14</sup> Cf. Zuluaga Ospina 1997, pp. 634-635.

fazenda dos particulares é *levada em papos d'abuitres* pela má gestão dos administradores da Índia:

E se depois o rendeiro põe na Relação suas cousas, e prova que as perdas que houve foram por causa da guerra e de infortúnios, ou de lhe quebrarem os seus contratos, por onde se lhe mande tornar sua fazenda, como ela é já levada em papos d'abuitres, passam-lhe provisão pera se pagar em outro arrendamento novo, que a essa conta se faz; e assi fica el-rei dando sua fazenda aos criados do governador, porque, por derradeiro, ele é o que paga tudo. (p. 95)

Reiterando a mesma imagem, nada menos que três vezes é usada pelo autor a expressão *levar pelos / nos ares*:

Morreu o homem *ab intestado*, não tem herdeiros, pertence sua fazenda à Coroa: esta logo é repartida e levada pelos ares, sem o rei dela ver um tostão. (p. 94)

Deu o feitor ou almoxarife conta, ficou devendo quatro mil cruzados à fazenda do rei: primeiro que a conta se encerre, já o camareiro tem o alvítere e a provisão deles, que os leva pelos ares. (p. 95)

O rendeiro d'alfândega que no cabo de seu arrendamento ficou devendo dez mil cruzados, são seus fiadores levados nos ares, porque dũa banda lh'afuzila o sobrinho do governador c'ũa provisão de mercê de três mil, da outra o camareiro com dous mil, da outra por outra via outros tantos, e assi em dous dias não fica pedra sobre pedra dos proves fiadores. (p. 95)

Uma segunda metáfora usada por Couto é a das riquezas da Índia Portuguesa – por certo, definida várias vezes com a UF *ninho de guincho*<sup>15</sup> – sendo consumidas e levadas pelos esgotos. Para isso, serve-se da UF *ser uma lima surda* e da imagem *vazar em cano / levar pelo cano*:

Mas pior! Saiba Vossa Mercê que isso é ãa lima surda e um cano por onde se vaza a mor parte da fazenda do rei, e o

---

<sup>15</sup> A expressão já é usada por Couto em *O Primeiro Soldado Prático*.

suor das partes, que o dão como quem o dá ao diabo, por mais não poderem; e se o não dão, tomam-lho por força. E eu não queria descobrir mais eivas que as que tenho já dito. (p. 140)

[...] e que permite Deus que o diabo o leve por estes canos e por outros. (p. 265)

Mais uma imagem usada para criticar a pilhagem da fazenda do rei é a da tormenta que acaba com tudo, sem dúvida muito icónica no contexto histórico e geográfico em que o diálogo foi escrito:

Morreu o feitor sem dar conta: lançam-lhe mão de sua fazenda; primeiro que saibam se a deve ao rei, deu a tormenta nela: pera ãa parte vai o dinheiro que se acha, pera outra os bens de raiz, para a outra os escravos e as jóias, de sorte que a prove da molher fica posta na rua, e seu marido, se lhe tomaram conta, não devia nada; (p. 95)

Uma outra imagem importante na obra, pois é usada por Couto quatro vezes, é a de a Índia estar *de pernas acima*. Evidentemente, há nesta imagem uma personificação da antiga colónia portuguesa, vista antropomorficamente, como um ser derrubado, deitado pelo chão, não sendo descabido associar a imagem à ideia de violação:

E pola ventura que, se isto soceder, que eu temo muito que seja em tempo de um vizo-rei melhor, mais justicoso e menos cobiçoso que todos, sendo eles os que a perderam e que deram com ela de pernas acima. (p. 180)

Por certo que, segundo os mais tratam de seus particulares, que por qualquer muito pequeno dariam com a Índia de pernas acima, e quando lhe disse pedissem conta, têm desculpa muito de aceitar, que é dizerem que assi o entenderam. (p.185)

Assi os vizo-reis e governadores da Índia: enquanto seguiram esta verdade, foi ela próspera e temida; mas, depois que se ela perdeu e que dispiram as armas e se dexaram de embarcar, e se recolheram às delícias da cidade de Goa, e se fizeram veadores da fazenda e presidentes da Relação, logo a Índia foi de pernas acima, e nós todos nos acovardámos e nos perderam tanto os imigos o respeito que aquilo que nós

primeiro fazíamos, que era sustentarmo-nos de presas suas, o fazem eles agora, que se sustentam de presas nossas. (p.197)

Pois isto donde veo, ou quem lho deu senão a quem eles deram a justiça que era doutro? E inda mal porque isto é tanto assi, que nunca a Índia foi tanto pernas acima como depois que alguns destes entraram nela. Até o tempo de Jorge Cabral, em que não houve mais de um ouvidor geral, um provedor-mor e precurador da coroa, não foi a era dourada? (p. 210)

A crítica aos quadros dirigentes da Índia portuguesa centra-se, no diálogo, nas condutas de suborno generalizado, na cobiça, no ócio a que se votam, assim como na falta de discernimento sobre o espaço público e o espaço privado. Vejamos como Couto representa com imagens essas críticas. A referência ao suborno habitual é frequente na obra através das UFs *untar as mãos* ou *untar as rodas*:

E Deus sabe por onde se foi este dinheiro e por onde se consumiu, porque sempre a mor parte dele vai em dívidas velhas, de que adiante tratarei, e estes repartidos por mãos de seus apaniguados e criados, que todos ficam com elas bem untadas. (p. 85)

E há alguns tão correntes nisto que levam provisões pera devassarem dos oficiais das alfândegas e capitães mouros das naus, no que lhe untam as rodas de feição que nenhum oficial, por culpas graves que tenha, o vedes castigar, e todos são soltos e livres. (p. 137)

... e assi para o outro tornam a untar as rodas... (p. 276)

A participação ativa dos quadros dirigentes nos movimentos de circulação de dinheiro fica representada iconicamente na obra através de expressões que incluem o substantivo *mãos*, como *cair nas mãos*, *correr pela mão* ou *ficar o jogo na mão*:

Que com as mãos sobre o missal promete de guardar os privilégios da cidade e na primeira cousa que lhe cai nas mãos põe os pés por cima de tudo e não guarda senão o que lhe releva! (p. 87)



Deixo outras muitas sopas que se molham nesta porçelana de mel da fazenda do rei, que são infinitas, em que entram os oficiais da matrícula e dos contos, que sempre têm lá com os feitores seus tratos e lhe lançam certas matrículas, que eles fazem com muito gosto, porque lhe hão-de cair nas mãos, a uns para os descontos e a outros pera darem suas contas. (p. 144)

Mas quem há que possa dar melhor informação disto que Sua Mercê, que cursou na Índia muitos anos de capitão, capitão-mor, e depois de governador da Índia, diante de quem todos os negócios se trataram? Estes e todos os mais lhe correram pela mão, junto ao diferente juízo que do meu tem, por sua ilustre geração e diferente criação. (p. 147)

Ora, quanto a cuidarem que atalharam em arrancar os cargos das mãos dos desembargadores e os meterem nas dos vizo-reis e arcebispos, por certo que não sei mor perdição pera os homens, porque se esses vizo-reis muitas vezes não dexam fazer justiça aos desembargadores em negócio das entranças das fortalezas e cargos, quando contendem dous fidalgos que um deles é seu parente, e o inquietam, solicitam e inda peitam, que farão quando o jogo lhe ficar todo na mão? Por certo que ficará o negócio bem encaminhado, e que posso afirmar que o mor alvítere que hoje haverá na Índia, será esse pera eles. (p. 190)

A cobiça é representada através de outras expressões de base antropológica com o substantivo *olho*, como *trazer o olho em*:<sup>16</sup>

[...] como os mais dos vereadores são eleitos por amigos solicitados e por votos adquiridos, e alguns a quem nunca souberam pai nem mãe, antes os viram vir do reino em officios baxos, os quais trazem o olho no interesse, não lhe dá nada do bem comum, porque não tratam mais que do seu particular. (p. 172)

<sup>16</sup> Encontramos diferentes expressões com o substantivo *olho*. Para além da mencionada, é frequentemente usada por Couto *ter o olho em*, com o significado de 'cuidar, atender, ter em conta'. Cf. *O Soldado Prático*, ed. cit., pp. 88 e 114. Também *trazer nos olhos* significa 'cuidar' na ocorrência da pág. 203. Vemos, pois, como o texto nos permite assistir aos processos de fixação e lexicalização das UF's.

[...] vêm os mouros da outra banda, que trazem o olho em nossas cousas, ... (p. 269)

O ócio a que se votam os dirigentes coloniais é representado pelo autor através da imagem do comer frutos suculentos e do dançar:

Digo, senhor, que estava isso muito bem, se nesse tempo não saísse despachado o criado do mordomo-mor, que nunca serviu el-rei, o do veador da fazenda, o do secretário, o do conselheiro e o apaniguado de Vossa Mercê e outros muitos desta estofa, que, com as mãos na cinta e a perna alçada, comendo os mira-olhos e figos berjaçotes, levam o melhor da Índia; senão quanto a estes lhe serve a minha petição, que está em poder do despachador, de alvítere para pedirem o que nela tenho apontado. (p. 80)

E assi fica gastada a vida toda sem lograr aquilo que estoutros que digo, à perna alçada, em quintãs compradas com o suor de meus trabalhos, estão há muitos anos logrando. (p. 82)

Daremos um último exemplo do aproveitamento de imagens metafóricas, trazidas ao discurso coutiano através do recurso a UFs ou bem, por vezes, originais do autor, em relação à crítica que se faz na obra sobre a inadequação dos usos públicos e privados. O segredo em que se produzem e legitimam as atividades fraudulentas na colônia é referido com expressões como *fechar-se a cinco portas* ou *tapar as bocas*:

Mas agora, por gravidade, a que eu quisera pôr outro nome, se fecham os governadores a cinco portas, por furtarem o corpo a negócios alheos, para entenderem só nos seus. (p. 101)

Sua Mercê o sabe mui bem, mas di-lo-ei a Vossa Mercê. Fizeram-se os vizo-reis prelados, porque já'gora os frades de S. Francisco e S. Domingos não podem eleger prelados senão os que eles querem; de maneira que se metem na jurisdição eclesiástica tudo o que querem; e fazei-me mercê que lho não consintais e vereis se vos tapam as bocas e se vos pagam vossas ordinárias! (p. 169)

A crítica à falta de segredo para tratar de temas importantes para o Estado da Índia faz-se com as imagens *ao som de campãs tangidas* e *ao som de trombetas*:

Já'gora na Índia, nem inda neste vosso Portugal, há já discípulos de Pitágoras que guardem silêncio, porque tudo o que se faz é ao som de campãs tangidas; os segredos dos conselhos pelas praças ao som de trombetas, e assi as mais cousas. (p. 67)

Igualmente, o autor critica o roubo dos juízes aos implicados em processos legais através de uma UF que veicula uma outra metáfora de base sensorial:

E o que nesta matéria me escandaliza mais que tudo é que se um juiz ou ouvidor quer sentenciar verbalmente ãa cousa de pouca importância, como um queixume que um canarim deu doutro, que lhe disse ãa roindade, não querem os escrivães diante deles senão que se faça auto e tirem testemunhas, e que corra judicialmente, no que ôs olhos vistos roubam aos mesquinhos, sem nunca se prover nisto. (p. 212)

Cremos ter mostrado, através dos exemplos aqui abonados, como o recurso ao saber fraseológico do seu tempo não é casual no segundo diálogo de Diogo do Couto. Antes, parece responder a uma estratégia discursiva explícita que faz da metáfora – veiculada através do corpo fraseológico ou em imagens originais criadas pelo autor –, um mecanismo efetivo para a transmissão da mensagem crítica da obra. Se no primeiro diálogo é o saber proverbial que se usa para autorizar a voz do velho soldado e provavelmente também para animar ludicamente o seu discurso, já no segundo diálogo Couto encontra na iconicidade visual de base metafórica um mecanismo discursivo mais eficiente.

### 3. Unidades fraseológicas em *O Soldado Prático*

Mostramos, nesta epígrafe, o conjunto de UFs consideradas no segundo diálogo, com o intuito de que o elenco aqui disponibilizado possa contribuir para a construção de um corpus fraseológico da língua clássica. As UFs são apresentadas seguindo a classificação do seu valor funcional na frase e acrescentando-se o contexto de ocorrência da abonação, com a indicação da página entre parênteses. Em nota-de-rodapé acrescentamos documentação sobre as UFs estudadas em obras

lexicográficas e paralexicográficas coevas e modernas,<sup>17</sup> assim como outros comentários pertinentes.

### Unidades fraseológicas verbais:

#### *Abrir mão*<sup>18</sup>

[...] de maneira que, pelas devassidões e injustiças que contei, parece que abre Deus Nosso Senhor sua mão daquele Estado, [...] (p. 116)

#### *Achar menos*<sup>19</sup>

E pode ser socede isto em conta de feitor morto que estivesse por tomar; e se os herdeiros a quiserem acabar, acharão os tais papéis menos, que podiam ser de muita contia. (p. 161)

#### *Bailar as trepeças*<sup>20</sup>

O bom é vir rico, porque então vos bailam as trepeças, como lá dizem; tudo achais fácil, rogam-vos pera tudo e vós não rogais para nada, e inda para aquilo que desejais vos chamam; que esta qualidade tem o dinheiro, com outras muitas cousas que calo. (p. 71)

#### *Cair a pêlo*<sup>21</sup>

Nunca cousa me caiu mais a pêlo que essa, porque toda esta noite estive cuidando no pouco segredo que na Índia se tem, assi nos

<sup>17</sup> Os dicionários contemporâneos consultados foram o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (referido como *DAC*) e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. As obras lexicográficas históricas citadas foram consultadas através do Corpus Lexicográfico do Português da Universidade de Aveiro (<http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>).

<sup>18</sup> No *Dicionário da Academia das Ciências* (em adiante *DAC*), s.v. mão, “abrir mão de alguém ou de alguma coisa, pôr de parte, abandonar, desistir”. Registada por Bento Pereira, *Frases Portuguesas*: “Abrir mão do começado, is est, desistir, & deixar o começado”; Bluteau refere apenas o significado literal, s.v. mão: “Abrir a mão. *Manum dilatare, ou digitos deducere*”.

<sup>19</sup> Registada por Bluteau, s.v. achar, com a forma *achar de menos*: “Acho isto de menos. *Hoc desidero*”.

<sup>20</sup> Não foi possível documentar esta expressão em dicionários epocais. Bluteau, s.v. trepeça, define o significado do substantivo como “He hũa especie de assento com tres pes”.

<sup>21</sup> Variante de *vir a pelo*. Já Bluteau, s.v. pelo, documenta *vir a pelo*: “Veyo a pelo, *id est*, a tempo, a proposito, ao intento”. No *DAC* “vir a pêlo: vir a propósito, calhar na conversa”.

conselhos árduos da guerra, como nos da justiça e fazenda; [...] (p. 63)

*Cair em algũa cousa*<sup>22</sup>

Muitas vezes me quer Vossa Mercê tirar a terreiro sobre as desordens dos vizo-reis! Mas que estivera presente o papa, ora quero-vos dar tudo cosido, pois não acabais de cair nestas cousas. (p. 191)

*Cair nas mãos*<sup>23</sup>

Que com as mãos sobre o missal promete de guardar os privilégios da cidade e na primeira cousa que lhe cai nas mãos põe os pés por cima de tudo e não guarda senão o que lhe releva! (p. 87)

[...] que sempre têm lá com os feitores seus tratos e lhe lançam certas matrículas, que eles fazem com muito gosto, porque lhe hão-de cair nas mãos, a uns para os descontos e a outros pera darem suas contas. (p. 144)

*Chegar às orelhas*<sup>24</sup>

Isso passa dessa maneira? Por certo que estou espantado de quanta cousa lá vai sem cá se saber, nem se temerem os governadores que poderá isso algũa hora chegar às orelhas d'el-rei! (p. 91)

*Cobrir o céu com ãa joeira*<sup>25</sup>

[...] mas cuidam que cobrem o céu com ãa joeira, como dizem as velhas. (92)

*Correr pela mão*<sup>26</sup>

Mas quem há que possa dar melhor informação disto que Sua Mercê, que cursou na Índia muitos anos de capitão, capitão-mor, e

<sup>22</sup> *Cair em algũa cousa*: 'dar-se conta'. Documenta-a Bento Pereira, *Prosodia*, s.v. cair: "Cair sobre, ou em alguma cousa, cair a caso, ir dar". Também *cair na conta* consta em *Frases Portuguesas*, s.v. cair.

<sup>23</sup> En Bento Pereira, *Frases Portuguesas*, s.v. inimigo: "Cair nas mãos dos inimigos."

<sup>24</sup> Em Bluteau, s.v. orelha: "Fallar à orelha, dizer alguma cousa a alguém com voz muyto baixa".

<sup>25</sup> Regista-a Bento Pereira, *Principaes adagios*: "Quereis cobrir o ceo com huma jueira".

<sup>26</sup> O significado desta locução é transparente, embora não tenhamos podido documentá-la em obras lexicográficas.

depois de governador da Índia, diante de quem todos os negócios se trataram? Estes e todos os mais lhe correram pela mão, junto ao diferente juízo que do meu tem, por sua ilustre geração e diferente criação. (p. 147)

### *Dar nada*

Disso lhe dá a eles ora nada. (p. 91)

[...]como os mais dos vereadores são eleitos por amigos solicitados e por votos adquiridos, e alguns a quem nunca souberam pai nem mãe, antes os viram vir do reino em ofícios baxos, os quais trazem o olho no interesse, não lhe dá nada do bem comum, porque não tratam mais que do seu particular. (p. 172)

### *Dar ãa palha*<sup>27</sup>

Hei-de dizer esta verdade, e tenham-no Vossas Mercês por temeridade, e custe-me o que me custar: que não lhe dá aos ministros de cá e de lá mais da Índia que daquela palha que ali está; (p. 166)

E dar-lhe isso tão pouco como se fora ũa palha (p. 256)

Nem à eles lhe dará ãa palha disso (p. 267)

### *Estar à pá*<sup>28</sup>

Também são sujeitos a paixões e infirmitades, pelo que não pode ser estarem a todo o tempo à pá, como lá dizem. (p. 79)

### *Fazer de tripas coração*<sup>29</sup>

Não sei se tenho talento pera tanto; mas pois me Vossa Mercê disse que era serviço d'el-rei, farei, como lá dizem, das tripas coração, e tirarei forças de fraqueza. (p. 252)

<sup>27</sup> Em *DAC*, s.v. palha: “por dá cá aquela palha, loc. adv., Fam., por um motivo fútil, insignificante”. Em Pereira, *Principaes adagios*: “Armará demandas sobre dá cá aquela palha” e “Fazer estremos por dê cá aquela palha”. Esta última também em Rolland.

<sup>28</sup> UF não documentada, mas introduzida por comentário metalinguístico.

<sup>29</sup> Esta UF está bem documentada. Registam-na Pereira, *Adagios*, s.v. coração; Rolland; e Bluteau, s.v. tripa: “Fazer das Tripas coração”.

*Furtar o corpo*<sup>30</sup>

[...] se fecham os governadores a cinco portas, por furtarem o corpo a negócios alheos, para entenderem só nos seus. (p. 101)

*Ir buscar na ribeira o que caiu no pego*

[...] porque o capitão que com mão fechada quer conquistar províncias, é ir buscar pela ribeira acima o que lhe caiu no pego. (p. 234)

*Ir de cabeça*<sup>31</sup>

[...] porque quem vê ir as cousas da Índia tanto de cabeça como eu entendo que vão [...] (p. 141)

*Ir de pernas acima*<sup>32</sup>

E pola ventura que, se isto soceder, que eu temo muito que seja em tempo de um vizo-rei melhor, mais justicoso e menos cobiçoso que todos, sendo eles os que a perderam e que deram com ela de pernas acima. (p. 180)

Por certo que, segundo os mais tratam de seus particulares, que por qualquer muito pequeno dariam com a Índia de pernas acima, e quando lhe disse pedissem conta, têm desculpa muito de aceitar, que é dizerem que assi o entenderam. (p. 185)

Assi os vizo-reis e governadores da Índia: enquanto seguiram esta verdade, foi ela próspera e temida; mas, depois que se ela perdeu e que dispiram as armas e se dexaram de embarcar, e se recolheram às delícias da cidade de Goa, e se fizeram veadores da fazenda e presidentes da Relação, logo a Índia foi de pernas acima, e nós todos nos acovardámos e nos perderam tanto os imigos o respeito que aquilo que nós primeiro fazíamos, que era sustentar-mo-nos de presas suas, o fazem eles agora, que se sustentam de presas nossas. (p. 197)

Pois isto donde veo, ou quem lho deu senão a quem eles deram a justiça que era doutro? E inda mal porque isto é tanto assi, que nunca a Índia foi tanto pernas acima como depois que alguns destes entraram nela. Até o tempo de Jorge Cabral, em que não

<sup>30</sup> UF ainda usada. Cf. DAC, s.v. corpo: “furtar o corpo a. 1. Desviar-se para evitar uma pancada, um golpe”.

<sup>31</sup> Com o significado de ‘ir mal’.

<sup>32</sup> Bluteau, s.v. perna, “Vay o negocio de pernas a riba. *Pessimo loco res est...*”.

houve mais de um ouvidor geral, um provedor-mor e precurador da coroa, não foi a era dourada? (p. 210)

*Ir-se a cabo*<sup>33</sup>

já levava por regimento fazer essas ordenanças e assentar-se os soldados em bandeiras; o que ele usou alguns dias, porque as cousas boas nunca se vai com elas a cabo. (p. 154)

*Lançar as barbas em remolho*<sup>34</sup>

Por isso cada um lance as barbas em remolho, que tarde ou cedo hão-de pagar os males que fizeram e os juramentos que tão facilmente quebraram. (p. 185)

*Lançar mão de*<sup>35</sup>

Morreu o feitor sem dar conta: lançam-lhe mão de sua fazenda; [...] (p. 95)

*Lançar-se aos pés*<sup>36</sup>

Assi este prove soldado ou sileno que se vai lançar aos pés de Vossa Excelência em figura tão rústica, mal ordenada, e que parece avorrecerá a quem o vir, abra-o Vossa Excelência sem o julgar pelo trajó [...] (p. 57)

<sup>33</sup> Bluteau, s.v. cabo: “Conclusão, ou execução de hũ negocio. Levar a cabo alguma cousa; perseverar nella com resolução de a executar”. Bento Pereira, *Frases Portuguesas*, s.v. levar: “Levar a causa ao cabo. Rem peragere, perficere, persequi”; *ibidem*, s.v. fim: “Levar a cousa ao fim, ao cabo”. Portanto, é variante da UF mais frequente *levar a cabo*.

<sup>34</sup> Bluteau, s.v. remolho: “Quando vires arder as *Barbas* de teu vizinho, deita as tuas em remolho. Este adagio nos ensina, que dos infortunios alheios havemos de aprender a precarnos de outros semelhantes, que nos pôdem succeder. Hé tomado das Epístolas de Horacio....”. Também recolhido em Pereira, *Principaes adagios*, e em Rolland. Trata-se de um caso de transcategorização de parte de um provérbio em UF, significando ‘cuidar-se, precaver-se’.

<sup>35</sup> DAC, s.v. lançar: “lançar mão de, valer-se de alguém ou de alguma coisa, recorrer a; servir-se de”.

<sup>36</sup> Documentada em Bluteau, s.v. pe: “Lançarse, ou postrarse aos pés de alguém. *Ad pedes alicujus se abjicere*”.



*Levantar a lebre*<sup>37</sup>

Vossa Mercê é que alevanta a lebre para eu correr, que bem desejo eu de passar por algũas cousas que têm bem escandalizado o mundo, e essa que Vossa Mercê tocou mais que todas. (p. 86)

*Levar pelos ares*<sup>38</sup>

Morreu o homem *ab intestado*, não tem herdeiros, pertence sua fazenda à Coroa: esta logo é repartida e levada pelos ares, sem o rei dela ver um tostão. (p. 94)

Deu o feitor ou almoxarife conta, ficou devendo quatro mil cruzados à fazenda do rei: primeiro que a conta se encerre, já o camareiro tem o alvítere e a provisão deles, que os leva pelos ares. (p. 95)

O rendeiro d'alfândega que no cabo de seu arrendamento ficou devendo dez mil cruzados, são seus fiadores levados nos ares, porque dũa banda lh'afuzila o sobrinho do governador c'ũa provisão de mercê de três mil, da outra o camareiro com dous mil, da outra por outra via outros tantos, e assi em dous dias não fica pedra sobre pedra dos proves fiadores. (p. 95)

*Meter a fouce na messe alhea*<sup>39</sup>

Que os vizo-reis tratam do que lhes releva; e, o que é muito pera notar, que dexam estas cousas, que são de tamanha obrigação sua,

<sup>37</sup> Documentada em Bluteau e no *DAC*, mas Bluteau não refere o valor dialético com que aparece no texto e próprio da expressão hoje. Provém do mundo da caça e a partir daí estende-se metaforicamente. Já em Bluteau, s.v. lebre: “Adagios Portuguezes da Lebre. A lebre he de quem a levanta, & o coelho de quem o mata. (...) Não levantes lebre, que outrem leve. Levantas a lebre para que outrem medre”. O diálogo coutiano mostra que o uso atual era possível já na época.

<sup>38</sup> Em Bluteau, s.v. abutre: “Ave de rapina, que vive de fetidas carnes de animaes mortos (...) Dizem, que em Africa hã Abutre, que pode levar pellos ares hum carneiro”. No mesmo dicionário, s.v. ar: “Virgil. Hir pelos ares. *Volare. Ovid.*”. *Ibidem* s.v. presas: “as bruxas que antes de presas, tera levado pelos ares [o demonio] de hua Provincia à outra”. Em Bento Pereira, *Frases Portuguezas*, s.v. levar, Levarse: “Levar por esses ares. Sublimem rapere”. *Levar pelos ares* relacionava-se, portanto, de modo claro com *rapinhar*.

<sup>39</sup> Bluteau s.v. fouce: “Fouce, em sentido metaphorico. Seara publica, em que todos mettem a Fouce”. Documentada em *DAC*, s.v. foice, fouce: “meter a foice em seara alheia, intrometer-se em assuntos que não lhe dizem respeito; meter-se onde não é chamado”.

e metem a fouce na messe alhea; por que assi vão as cousas de mal em pior. (p. 168)

*Molhar as sopas*<sup>40</sup>

Deixo outras muitas sopas que se molham nesta porçalana de mel da fazenda do rei, que são infinitas, [...] (p. 144)

*Mudar-se o vinte para outra cama*<sup>41</sup>

[...] mudou-se o vinte a outra cama: já as armadas se fazem por comprimento, sem tempo e sem ordem; os soldados andam clamando; as casas que em Goa havia d'esgrima tornaram-se em escolas de dançar e ensinar moças; (p. 68)

*Não ficar pedra sobre pedra*<sup>42</sup>

[...] e assi em dous dias não fica pedra sobre pedra dos proves fiadores. (p. 95)

*Pagar o pato*<sup>43</sup>

[...] e a qualquer que chegam com a vara na mão, são os compadres tantos, os empréstimos pera China, as peças e presentes, que não cabem em casa; e mal pelo que não tem que dar, que esse é o que vem pagar o pato! (110)

*Pôr os olhos*<sup>44</sup>

[...] porque, se puserem os olhos por este reino, não acharão dous, de cento que de lá vieram, terem que comer nem fazerem morgados; nem sei por onde se vão os tantos centos de mil cruzados como alguns trouxeram de suas governanças e capitancias; parece que lhe leva o diabo tudo, porque uns morrem sem os lograr, e outros vivem para lhe faltar. (p. 69)

<sup>40</sup> Registada no *DAC*, s. v. sopa: "molhar a sopa. 1. *Fam.* Tomar parte numa conversa, numa discussão."

<sup>41</sup> Não encontramos documentação sobre esta expressão.

<sup>42</sup> UF ainda usada hoje. Cf. *DAC*, s.v. pedra: "não ficar pedra sobre pedra, ser totalmente destruído; não restar nada".

<sup>43</sup> Em *DAC*, s.v. pato: "Pessoa que paga a sua dívida e a dos outros. Quem é o pato que paga o jantar?"; em Bluteau, s.v. pato: "Vós pagareis o pato. Os Latinos diziaõ. *In te cudetur haec faba*"; também em Rolland: "Vós pagareis o pato".

<sup>44</sup> *DAC*, s.v. olho: "pôr os olhos em. 1. Ver. 2. Cobiçar". Aqui, com o significado de 'aten-tar em, reparar'.

*Pôr os pés*<sup>45</sup>

E o que pior é que cudadam estes senhores, como põem os pés na Índia, que o mundo é só pera eles e que tudo é seu, e que o empréstimo que os outros lhe fizeram lho deviam por fidalgo. (p. 104)

*Pôr os pés por cima de*<sup>46</sup>

Que com as mãos sobre o missal promete de guardar os privilégios da cidade e na primeira cousa que lhe cai nas mãos põe os pés por cima de tudo e não guarda senão o que lhe releva! (p. 87)

*Saber a pancada ao vinte*<sup>47</sup>

[...] porque o que não sabe a pancada ao vinte nem a moeda que corre, quer-se negociar ordinariamente apresentando sua petição, que é logo remetida ao secretário, a qual, como lá cai, é como alma perdida; porque, como os governadores e vizo-reis deram nesta estocada, e por aqui detreminaram enriquecer os seus, furtarão também a água ao secretário, e, quando vai com seus papéis, não lhe falam a prepósito às petições das partes. (p. 102)

*Ser em sua mão*<sup>48</sup>

[...] que culpa dareis ao despachador, se não foi em sua mão mais, nem as cousas deram outro lugar? (p. 80)

*Tapar as bocas*<sup>49</sup>

[...] e fazei-me mercê que lho não consintais e vereis se vos tapam as bocas e se vos pagam vossas ordinárias! (p. 169)

*Ter olho a*

E por um exemplo me declararei melhor: prenderam um fidalgo velho, honrado, casado em Goa, dentro no tronco, por uã

<sup>45</sup> Em *DAC*: 'pôr os pés em algum lugar, entrar lá, ir lá'.

<sup>46</sup> Em *DAC*: "pôr o pé por cima de: 'humilhá-lo ou oprimi-lo'". Em Bluteau, s.v. pés: "Metter debaixo dos pés. Despresar. Aniquilar. Sojugar. Avexar."

<sup>47</sup> Bluteau, s. v. vinte: "Sabe as pancadas ao vinte. Diz se proverbialmente de quem sabe bem o seu negocio, & não se deixa facilmente enganar." Também registada em Pereira, *Principaes adagios*, s.v. vinte.

<sup>48</sup> Variante da atual *estar nas suas mãos*. *DAC*, s.v. mãos: "estar nas minhas/tuas/suas... mãos, estar no poder de alguém, depender de alguém".

<sup>49</sup> Bluteau, s.v. tapar: "Tapar a boca a alguém com boas razoens; obrigarlo a callarse". Também em Pereira, *Frases Portuguesas*, s.v. Boca: "Tapar a boca de alguém. Alicujus os obstruere, copescere, occludere."

cantidade de dinheiro que devia a el-rei, a quem sempre os governadores têm olho, e certo que cuida que se fora pela morte de um homem, que não houvera de ter prisão tão estreita. (p. 88)

Busque o governador homens ricos, que os há desenterissados, faça-lhe honras e mercês, achará quem administre justiça aos pobres, que estes são aos que ela falta e em que o rei há-de ter mais o olho em os prover, administrar e defender dos grandes, porque os pobres e pequenos são os falcões e açores com que os reis caçam e roubam os céus. (p. 114)

*Ter para pouco*<sup>50</sup>

[...] o que se tem por tamanha infâmia que o prove a que isto acontece não ousa de aparecer ante aqueles do seu tempo, porque ou hão que o tiveram para pouco, ou que lhe não acharam merecimentos para o despacharem. (p. 62)

*Tirar a limpo*<sup>51</sup>

E coitada da Justiça, em que poder se vê! Porque o que compra a vara há-de tirar a limpo o que deu por ela e o com que se há-de sustentar três anos, (p. 110)

Primeiramente sou de parecer, se Sua Alteza pertende de pagar alguma hora o que deve, que se tirem a limpo todas as dívidas dos soldos que se devem a vivos em um livro e dos mortos em outro; (p. 147)

*Tirar forças de fraqueza*<sup>52</sup>

Não sei se tenho talento pera tanto; mas pois me Vossa Mercê disse que era serviço d'el-rei, farei, como lá dizem, das tripas coração, e tirarei forças de fraqueza. (p. 252)

<sup>50</sup> Bluteau documenta-a como *Ter em pouco*, s.v. pouco: “Ter em pouco, ou fazer pouco caso de alguma cousa. (...) Atrave-se ao difficil, tem em pouco o facil”. O sentido na ocorrência é o mesmo, sendo, portanto, uma variante dessa UF.

<sup>51</sup> DAC, s.v. limpo: “tirar a limpo, averiguar, apurar a verdade sobre determinado facto ou situação”.

<sup>52</sup> Documenta-se em Bluteau, s. v. Tirar, e em Rolland.

*Tocar a tecla de*<sup>53</sup>

A isso me não posso ter, já que Vossa Mercê tocou a tecla dos alvíteres, que não descubra o segredo deles, que pela ventura nunca chegou ao rei nem aos despachadores, pera mandarem prover em uia cousa tão injusta e tanto contra a fazenda do mesmo rei. (p. 93)

*Trazer / tirar a terreiro*<sup>54</sup>

Oh! Vossa Mercê quer-me tirar a terreiro de novo? Digo que sobre isso darei trezentos gritos. (p. 184)

Muitas vezes me quer Vossa Mercê tirar a terreiro sobre as desordens dos viso-reis! Mas que estivera presente o papa, ora quero-vos dar tudo cosido, pois não acabais de cair nestas cousas. (p. 191)

Vossas Mercês não querem senão tirar-me tantas vezes a terreiro para me fazerem apaixonar. (p. 257)

*Trazer o olho em /trazer nos olhos*<sup>55</sup>

[...] como os mais dos vereadores são eleitos por amigos solicitados e por votos adquiridos, e alguns a quem nunca souberam pai nem mãe, antes os viram vir do reino em ofícios baixos, os quais trazem o olho no interesse, não lhe dá nada do

<sup>53</sup> Em *DAC*, s.v. tecla: “tocar na mesma tecla, Fam., o m. que bater na mesma tecla”, significando “voltar ao mesmo assunto, insistir no mesmo tema”. Em *Bluteau*, s.v. teclas: “Tecla, no sentido metaforico. Não toquemos esta tecla, *id est*, não fallemos neste particular.”

<sup>54</sup> O *DAC*, s. v. terreiro, regista também as expressões *trazer a terreiro*, que define como ‘trazer ao campo da luta ou da discussão, trazer ao conhecimento’; *chamar a terreiro*, ‘desafiar alguém’ e *descer a terreiro*, ‘preparar-se para a luta, entrar na luta ou na discussão’. Segundo explica *Bluteau*, s.v. terreiro, extrapola-se aqui ao âmbito dialético uma imagem da luta, procedente da antiga Roma: “Tirar a terreiro. Parece metáfora, tomada destas frases Latinas, *Vocare in arenam, descendere in arenam, etc.* fundadas em que antigamente nos Amphiteatros de Roma, *Arena, ae. Fem* era o Terreiro, semeado de area, em que pelejavão os gladiadores; & entre nós *Tirar a Terreiro*, val quasi o mesmo, que Desafiar, provocar, & obrigar a brigar, ou contender sobre alguma causa”.

<sup>55</sup> Esta UF apresenta uma grande riqueza semântica, podendo ser interpretada como: ‘observar’ mas também como ‘procurar’ e ‘cobiçar’. Em *Bluteau*, s.v. olho: “Por os olhos em alguém. In aliquem oculos conjicere. (...) Por os olhos, ou ter os olhos, ou estar com os olhos em alguma cousa cobiçando-a, ou cobiçar alguma cousa com os olhos (...) Estavaõ com os olhos na herança”.

bem comum, porque não tratam mais que do seu particular. (p. 172)

Sabei, senhores, que o há-de fazer e que cuido que o começa já no descuido que neste reino há daquele Estado e nas piquenas armadas e provimentos que lhe mandam; porque, quando tanto mal não tinha entrado naquela terra e os reis de Portugal a traziam nos olhos, parecia que nas suas ribeiras lhe nacião naus, nos seus tisouros dinheiro, e polas praias marinheiros, mestres, pilotos, bombardeiros, calafates, de que hoje tudo falece; e assi primitia Deus que se movessem os peitos daqueles reis a mandarem tantas armadas e tantos provimentos e gente, como se sabe; [...] (p. 203)

[...] vêm os mouros da outra banda, que trazem o olho em nossas cousas, [...] (p. 269)

#### *Untar as mãos<sup>56</sup> / Untar as rodas*

E Deus sabe por onde se foi este dinheiro e por onde se consumiu, porque sempre a mor parte dele vai em dívidas velhas, de que adiante tratarei, e estes repartidos por mãos de seus apaniguados e criados, que todos ficam com elas bem untadas. (85)

E há alguns tão correntes nisto que levam provisões pera devassarem dos oficiais das alfândegas e capitães mouros das naus, no que lhe untam as rodas de feição que nenhum oficial, por culpas graves que tenha, o vedes castigar, e todos são soltos e livres. (137)

#### *Ver a água pela barba<sup>57</sup>*

Ele está nos céus, e não dorme; medo hei que venhamos todos a pagar e que os que andarmos naquele Estado vejamos ainda a água pela barba, sem nos podermos valer. E já vou titubeando de

<sup>56</sup> Bluteau, s.v. untar: “Untar as mãos a alguém. Dar-lhe dinheiro para alcançar d'elle o que se quer. *Aliquem pecuniâ corrumpere*. Cic. § Untar o carro. Diz-se proverbialmente de quem dà, para facilitar o negocio, com que anda”. Em Rolland: “Untar o carro, (Diz-se de quem dá, para facilitar o negocio, com que anda”. *DAC*: “untar as mãos: subornar alguém”.

<sup>57</sup> Bluteau documenta o provérbio. Veja-se nota 33. Aparece também recolhido em Pereira, *Principaes adagios* e Rolland. Trata-se de uma transcategorização da metade do provérbio em UF, com o significado de ‘cuidar-se, precaver-se’.

pação, e não atino com o que digo; por isso dêem-me Vossas Mercês licença, porque me quero recolher. (p. 226)

### Unidades fraseológicas substantivas:

#### *lima surda*<sup>58</sup>

Mas pior! Saiba Vossa Mercê que isso é ũa lima surda e um cano por onde se vaza a mor parte da fazenda do rei, e o suor das partes, que o dão como quem o dá ao diabo, por mais não poderem; e se o não dão, tomam-lho por força. E eu não queria descobrir mais eivas que as que tenho já dito. (p. 140)

#### *ninho de guincho*<sup>59</sup>

Ora se el-rei tirasse os cargos das mãos dos juízes, por cuidar que faziam sem-justiças e que recebiam peitas, e os metesse nas mãos dos vizo-reis, cudando que ficava o negócio mais puro, por certo que se engana, porque lhe dará com isso um ninho de guincho, como lá dizem; e o que se houvera de dar a dez, se há isto, levarão eles só; porque os homens hão-de negociar, quer tenham justiça quer não, e hão-de abrir a bolsa, porque isto é o que corre hoje em toda a parte. (pp. 191-192)

[...] depois que passou a Índia a ser um ninho de guincho, como lá dizem,[...] (p. 264)

### Unidades fraseológicas adjetivas:

#### *São como um pêro*

Rio-me desses castigos; pagou depois os ordenados a seus herdeiros e da desobediência ficou tão são como um pêro. (p. 277)

<sup>58</sup> Bluteau, s.v. lima: “Lima surda, faz o mesmo effeito que a serra; que está toda rodeada de chumbo, de maneira que só a parte, com que se serra, fica descuberta. (...) Lima surda. Metaphoricamente se diz do tempo, do estudo, dos cuidados que quasi imperceptivelmente gastão a saúde, & consomem a vida. A lima surda do tempo. (...) A lima surda do tempo gasta as vidas.”. Portanto, significa o que consome continuamente.

<sup>59</sup> Bluteau, s.v. guincho, explica a origem da expressão: “O que tem o ninho destas aves, em quanto ellas tem filhos, tem peixe bastante para alguns dias, donde naceo este rifão das molheres, Foaõ não hajaes do della, que tem em tal pessoa hum ninho de Guincho. O ninho desta Ave he a sua dispensa, & o seu celeiro”. Recolhem-na também Pereira, Delicado, e Rolland.

## Unidades fraseológicas adverbiais:

*à formiga*<sup>60</sup>

[...] e, à formiga, a metem em Goa (p. 269)

*à orelha*<sup>61</sup>

Isso passa dessa maneira? Por certo que estou espantado de quanta cousa lá vai sem cá se saber, nem se temerem os governadores que poderá isso algũa hora chegar às orelhas d'el-rei! (p. 91)

[...] e com tudo o que vem a seu porto não poder comprar senão ele e de sua mão haver o rei e o povo pelo que eles querem, sem haver temor de Deus nem do rei, com outras infinitas tiranias, que eu direi à orelha, se me preguntarem. (p. 105)

*a ponto*<sup>62</sup>

E cudo que falais em tudo muito a ponto (p. 260)

*à risca*<sup>63</sup>

Maravilhado Pompeu de seu esforço, lhe perdoou, e o mesmo fez a todos os mamertinos, porque viu quanto à risca compria seu capitão com os encargos de seu officio. (p. 182)

*às rebatinhas*<sup>64</sup>

[...] que andam às rebatinhas a quem lho dará primeiro (p. 264)

*com o pé no estribo*<sup>65</sup>

E como isto é já com o pé no estribo, ninguém lhe sai, e então lhe passam os escrivães mil certidões dos tais escritos, com as quais vão tapar os olhos aos cegos, ficando toda a Índia scandalizada e por pagar deles e de seus criados. (p. 92)

<sup>60</sup> Bluteau s. v. formiga: "A a formiga. Pouco a pouco", citando, para tal uso, Couto, *Década* 8. Em Pereira, *Thesouro*: "Aa formiga. Per manus".

<sup>61</sup> Em Bluteau, s.v. orelha, "Fallar à orelha, dizer alguma cousa a alguem com voz muyto baixa".

<sup>62</sup> Pereira, *Frases*, s.v. estar: "A ponto, à lerta, a mira".

<sup>63</sup> Bluteau, s.v. risca: à risca. "Exactamente. Pontualmente. (...) À risca. Ao pé da letra". Também registada em Pereira, *Frases* e *Thesouro*.

<sup>64</sup> 'Arrebatadamente, à pressa'. Bluteau, s.v. rebatinha: "Ás rebatinhas, quando muyto povo junto toma arrebatando o que se lança promiscuamente das janelas dos Principes nas grandes festas, etc.".

<sup>65</sup> Bluteau, s.v. estribo: "Estar com o pé no estribo. He estar de caminho".



*de graça*

[...] porque já que tudo o mais digo de graça, essa só lhe hei-de vender muito bem. (p. 134)

*dela e dela*<sup>66</sup>

Mas com estes os desculpo, porque se isto não fizerem, coitados deles, que lá hão-de ir purgar suas culpas; porque a Casa dos Contos é o prugatório dos feitores e tisoueiros da Índia, e onde também há dela e dela, como lá dizem. (p. 144)

*òs olhos vistos*

E o que nesta matéria me escandaliza mais que tudo é que se um juiz ou ouvidor quer sentenciar verbalmente ãa cousa de pouca importância, como um queixume que um canarim deu doutro, que lhe disse ãa roindade, não querem os escrivães diante deles senão que se faça auto e tirem testemunhas, e que corra judicialmente, no que òs olhos vistos roubam aos mesquinhos, sem nunca se prover nisto. (p. 212)

*por fás e por nefas*<sup>67</sup>

[...] o que não há nos nossos vizo-reis, que, tanto que são eleitos, logo se lhe ajunta um exército de parentes e criados, que nem três estados da Índia bastam pera eles, e todos são acomodados por fás e por nefas; e os anos que governam fazem as cousas que tenho relatadas em toda esta prática. (p. 228)

### **Unidades fraseológicas oracionais:**

*Faço-te a barba por que me faças o cabelo*<sup>68</sup>

Algũa rezão tendes nisso, mas são cousas essas que se não podem escusar, porque, como lá dizem, faço-te a barba, por que me faças o cabelo. (p. 81)

<sup>66</sup> UF introduzida por comentário metalinguístico.

<sup>67</sup> Em Bluteau, s.v. torto: “A torto, e a direyto. Per fas, & nefas”.

<sup>68</sup> Em Bluteau, s.v. topête: “Fartehei a barba, farmehas o topete”. Documenta-a também Delicado. Couto usa esta UF com variação morfológica e lexical.

*Pagar os inocentes por pecadores*<sup>69</sup>

Está isso muito bem, e assi é que eu sou o que mais o estranho,  
pois por esses pecadores hão-de pagar os casados inocentes; (p.  
263)

---

<sup>69</sup> Em Delicado: “Arde o verde pelo secco & pagam justos por peccadores”. O mesmo provérbio em Bluteau, s.v. verde, que diz ser um adágio português.

## Bibliografia

- Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian (ed. lit.), 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2 vols. Lisboa, Verbo.
- Bagão, Maria Teresa de Sousa, 2007. “Os adagiários”, em Telmo Verdelho e João Paulo Silvestre (org.), *Dicionarística Portuguesa. Inventariação e estudo do património lexicográfico*, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 190-201.
- Bluteau, Rafael, 1712-1728. *Vocabulário Portuguez, e Latino*, 8 vols., Coimbra-Lisboa.
- Chacoto, Lucília, 2007. “Las paremias en la *Comedia Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcellos”, em C. Lafuente Miño, M. Sevilla Muñoz, F. de los Reyes Gómez e J. Sevilla Muñoz (eds.), *Seminario Internacional “Colección Paremiológica - Madrid 1922-2007”*, Madrid, Biblioteca Histórica Municipal de Madrid, pp. 73-96.
- Chacoto, Lucília, 2008. “*La Feira de Anexins* de Don Francisco Manuel de Melo: estudio literario y paremiológico”, *Crítica del texto*, XI /1-2, Roma, pp. 31-42.
- Chacoto, Lucília, 2011. “A presença dos provérbios na obra de D. Francisco Manuel de Melo”, em Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro (org.), *D. Francisco Manuel de Melo. O Mundo é Comédia*, Lisboa, Colibri, pp. 59-67.
- Chacoto, Lucília, 2012. “A produção fraseoparemiográfica”, em Maria Luisa Ortiz Alvares (org.), *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*, vol. I, Campinas, Pontes Editores, pp. 157-170.
- Couto, Diogo do, 2001. *O Primeiro Soldado Prático*, introdução e edição de António Coimbra Martins, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Couto, Diogo do, 2009. *O Soldado Prático*, edição de Ana María García Martín, Coimbra, Angelus-Novus.
- Delicado, António, 1651. *Adagios Portuguezes, reduzidos a lugares comuns, Lisboa, Na Officina de Domingos Lopes Rosa*.
- Echenique Elizondo, María Teresa, 2003. “Pautas para el estudio histórico de las unidades fraseológicas”, em J. L. Girón Alconchel *et alii* (org.), *Estudios ofrecidos al profesor José Jesús de Bustos Tovar*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, pp. 545-560.
- García-Page Sánchez, Mario, 2008. *Introducción a la fraseología española. Estudio de las locuciones*, Madrid, Anthropos.
- Gonçalves, Maria Filomena, 2005. “Fraseologia no dicionário e dicionário fraseológico: o *Vocabulario de termos propios, e metaforicos em materias*

- analogas de D. Rafael Bluteau”, *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri, pp. 615-623.
- Gonçalves, Maria Filomena, 2009. “Contribuciones para el estudio de la Paremiología portuguesa: el *Florilegio dos modos de fallar, e Adagios da Lingoa Portuguesa* (1655)”, *Paremia*, 18, pp. 153-162.
- Gonçalves, Maria Filomena, 2013. “A ‘fraseologia portuguesa’ no *Dictionarium Lusitanicolatinum* (1611), de Agostinho Barbosa: breves apontamentos”, *Limite*, 7, pp. 217-244.
- Instituto Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (ed. lit.), 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva.
- Pereira, Bento; Matias de S. Germano, 1697. *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanicum digesta...Septima editio auctior, et locupletior ab Academia Eborensi, Eborae: ex Typographia Academiae*. [Contém: *Thesouro da lingua portugueza; Primeira parte das frases portuguezas, a que correspondem as mais puras, & elegantes latinas como tiradas de Marco Tulio, & outros authores de primeira classe; Segunda parte dos principaes adagios portuguezes, com seu latim proverbial correspondente; Tertia pars selectissimarum descriptionum, quas idem auctor vel olim á se compositas, vel à probatissimis scriptoribus emendicatas alphabetico ordine digessit. Ubi quae sine ullo auctore proponuntur, auctor ipse Florilegii composuit, reliquas collegit.*]
- Postigo Aldeamil, María Josefa, 1997. “Contribución al estudio de los refranes en Gil Vicente”, *Paremia*, nº 6, pp. 499-504.
- Postigo Aldeamil, María Josefa, 2007. “Términos paremiológicos en el portugués de los siglos XVI y XVII”, in G. Conde Tarrío, *Nouveaux apports à l’étude des expressions figées*, Cortil-Wodon (Bélgica), E.M.E. & InterCommunications, pp. 205-217.
- Ricós Vidal, Amparo, 2006. “Las unidades fraseológicas en los textos hispanos y lusos del siglo XVI. El ejemplo de Gil Vicente”, em *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española (Madrid, 29 septiembre-3 octubre 2003)*, coord. De J. L. Girón Alconchel e J. J. de Bustos Tovar, vol. II, pp. 2040-2049.
- Rolland, Francisco, 1780. *Adagios, proverbios, rifões, e anexins da lingua portugueza tirados dos melhores authores nacionaes, e recopilados por ordem alfabetica*, Lisboa, Typographia Rollandiana.
- Zuluaga Ospina, A., 1975. “La fijación fraseológica”, *Thesaurus*, XXX, pp. 225-248.
- Zuluaga Ospina, A., 1997. “Sobre las funciones de los fraseologismos en textos literarios”, *Paremia*, 6, pp. 631-640.

## **DIOGO DO COUTO – LEITURAS**



# **Diogo do Couto e Belchior Nunes Barreto: similitudes e diferenciações de dois interventores políticos contemporâneos**

NUNO VILA-SANTA \*

## **Introdução**

Ao publicar a edição do primeiro Soldado Prático de Diogo do Couto, António Coimbra Martins salientou a importância da realização de estudos comparativos entre o este e os “Soldados” de outros autores seus contemporâneos, de que referia o explícito exemplo do autor anónimo do Primor e Honra da Vida Soldadesca.<sup>1</sup> Apesar desta última obra ter sido escrita muito provavelmente durante o segundo vice-reinado de D. Luís de Ataíde (1578-1581),<sup>2</sup> isto é, já no final do reinado de D. Sebastião, e de se encontrar, portanto, próxima das datas de redacção do primeiro Soldado de Couto, abalizadas por aquele autor entre 1563 e

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 191-219 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* CHAM, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> Cf. Couto, Diogo do, *O Primeiro Soldado Prático*, introdução, ensaio de leitura, glossário e índice onomástico por António Coimbra Martins, Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 61 e 356.

<sup>2</sup> Cf. *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia*, edição de Laura Monteiro Pereira, Maria Augusta Lima Cruz e Maria do Rosário Laureano Santos, Ericeira, Editora Mar de Letras, 2003, p. 28.

1573,<sup>3</sup> tal não significa que o rol de outros “Soldados” estivesse, para o mesmo reinado, esgotado. Tal afirmação é válida ao considerarmos as relações há muito publicadas por Joseph Wicki.<sup>4</sup> A primeira, de Janeiro de 1568, normalmente atribuída ao vedor João da Fonseca, e a segunda, comparativamente mais citada, de 1569, do arcebispo de Goa D. Jorge Temudo. A esta lista podem ainda ser acrescentadas as diversas sugestões passíveis de serem encontradas na documentação remetida da Índia por vice-reis, governadores, capitães e diversos oficiais desde pelo menos a década de 1540 e que claramente sofrem um acréscimo desde a década de 1550 até à eclosão da crise político-militar de 1565-75.

Fora do radar destas relações mais conhecidas, no entanto, permaneceu uma outra sobre a Cristandade da Índia redigida pelo padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, em 1566.<sup>5</sup> Esta relação afigura-se importante não apenas pela extrema proximidade de Nunes Barreto ao então bispo de Cochim e futuro arcebispo de Goa D. Jorge Temudo, como se verá de seguida, mas também pelas possíveis influências do então vice-provincial jesuíta nas posições assumidas junto do rei por Temudo na relação de 1569. Nesse sentido, poderá perfeitamente ser integrada na literatura de pendor arbitrista<sup>6</sup> de que o reinado sebástico foi especialmente rico no que ao Estado da Índia concerne, sobretudo tendo em conta que na sua relação, Nunes Barreto pronuncia-se sobre matérias políticas.

Neste sentido, além da necessidade de estudos comparativos dos diferentes Soldados com os produzidos durante o período filipino, como o segundo Soldado Prático de Diogo do Couto<sup>7</sup> ou a conhecida Reformação de Francisco Rodrigues da Silveira,<sup>8</sup> já ensaiada por George Winius,<sup>9</sup> é

<sup>3</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>4</sup> Cf. Wicki, Joseph S. J., *Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569*, separata Stvdia, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, pp. 133-220.

<sup>5</sup> Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Jaime Lainez, Cochim, 20. I.1566 – *Documenta Indica* (doravante DI), vol. VI, Roma, Monumenta Historica Societa Iesu, 1960, doc. 108, pp. 673-714.

<sup>6</sup> Sobre a literatura arbitrista veja-se o artigo neste volume de João Teles e Cunha.

<sup>7</sup> Cf. Couto, Diogo do, *O Soldado Prático*, edição de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1980.

<sup>8</sup> Cf. Silveira, Francisco Rodrigues, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, edição de Luís Filipe Barreto, George Davison Winius e Benjamim N. Teensma, Lisboa, Fundação Oriente, 1996.

<sup>9</sup> Cf. Winius, George, *A lenda negra da Índia Portuguesa. Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático. Contributo para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa Moderna*, Lisboa, Edições Antígona, 1994.



também importante detalhar as diferenças e similitudes entre as relações do período sebástico<sup>10</sup> de forma a perceber melhor a origem dos discursos de desilusão e de uma certa decadência propalados por Diogo do Couto no segundo Soldado Prático e nas suas Décadas. Tal decorre do facto de no reinado de D. Sebastião terem confluído no que à Ásia Portuguesa diz respeito um conjunto de criticismos e reformismos que já se vinham sentindo desde a “crise” de meados de Quinhentos e de cuja consciência os contemporâneos se aperceberam melhor com a emergência da crise político-militar de 1565-75 como defende Luís Filipe Thomaz.<sup>11</sup>

Desta forma, este artigo pretende realizar a comparação de perfis e conteúdos do primeiro Soldado Prático de Couto e da relação de Belchior Nunes Barreto, não esquecendo as mais conhecidas relações do vedor João da Fonseca e do arcebispo D. Jorge Temudo, e reflectir sobre o seu impacto junto das políticas gizadas por D. Sebastião para o Estado da Índia. A fim de perceber as motivações que subjazem aos argumentos defendidos quer por Nunes Barreto, quer por Couto, afigura-se importante, no caso do primeiro, começar por detalhar a longa carreira de intervenção política do jesuíta, e no caso do segundo, o contexto político-cultural de redacção do primeiro Soldado Prático. Só então se procede à referida análise comparativa, buscando semelhanças e diferenças entre ambos e com as relações de 1568 e 1569, para concluir a análise com uma reflexão acerca da importância destas relações nas políticas gizadas pela Coroa para Ásia Portuguesa durante o reinado sebástico.

## 1. Belchior Nunes Barreto: perfil de um jesuíta influente e de um interventor político

Nascido em 1520 no Porto, o padre Belchior Nunes Barreto, também por vezes referido como Melchior Nunes, ingressou na Companhia de Jesus em Coimbra, em 1543.<sup>12</sup> Em 1551, embarcou para a Índia,<sup>13</sup> causando a

<sup>10</sup> Agradeço à Professora Maria Augusta Lima Cruz o acesso a um importante artigo sobre esta temática. Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, “A pena das armas – discursos de três soldados práticos sobre a Índia nos finais do século XVI”, *Portas Comunicantes – Revista Lusófila Centro-Europeia*, Budapeste, Universidade de Elte, 2001, pp. 35-50.

<sup>11</sup> Cf. Thomaz, Luís Filipe, *A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia*, separata *Mare Liberum*, n.º 9, s.l., 1995, pp. 487 e 499.

<sup>12</sup> Cf. *Documentos del Japon 1547-1557* (doravante DDJ), edição de Juan Ruiz-de-Medina, Roma, Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990, p. 59.

<sup>13</sup> Para a sua primeira missiva. Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Portugal, Goa, 9.XII.1551 – *DI*, vol. II, doc. 54.

sua chegada em Setembro daquele ano grande polémica pois Nunes Barreto dizia trazer uma carta de Inácio de Loyola e de Simão Rodrigues pela qual era nomeado vice-provincial de Francisco Xavier. Na realidade, só era portador de uma missiva de Simão Rodrigues que não tinha então jurisdição sobre a Índia. Devido a essa situação foi empossado temporariamente do colégio de Goa mas a sua indigitação para vice-provincial foi contestada por não ter experiência na Índia. Fruto desta situação, Francisco Xavier nomeou-o para reitor do colégio de Baçaim<sup>14</sup> e para lhe suceder apenas caso os padres Gaspar Barzeus e Manuel de Moraes falecessem.<sup>15</sup> Após acção à frente do colégio de Baçaim<sup>16</sup> ocupou o cargo de provincial jesuíta, a partir de Outubro de 1553, pelos falecimentos sucessivos de Francisco Xavier e Gaspar Barzeus.

Foi já na qualidade de provincial que Belchior Nunes Barreto presidiu em Cochim e Goa às exéquias de Xavier,<sup>17</sup> ficando em posse do relicário e vestido que este usara na China e que ele próprio ali ostentou em sua honra.<sup>18</sup> Pouco depois e por acordo com o vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554) partiu em companhia de Fernão Mendes Pinto em embaixada ao daímio de Bungo. Foi além disso encarregue de levar o presente do vice-rei àquele senhor japonês.<sup>19</sup> De passagem pela China, procurou negociar a libertação dos cativos portugueses acusados de pirataria, falhando nesse seu intento e no da missão no Celeste Império.<sup>20</sup> Ainda assim, é o autor da primeira grande descrição da China.<sup>21</sup> Desta forma, só em Junho de 1556 embarcou para o Japão<sup>22</sup> onde esteve

<sup>14</sup> Cf. Schurhammer, Georg S. J., *Francisco Javier. Su vida y su tiempo*, tomo IV, Pamplona, Gobierno de Navarra/Compañía de Jesus – Arzobispado de Pamplona, 1992, pp. 541 e 617.

<sup>15</sup> Cf. Instrução de Francisco Xavier, Goa, 6.IV.1552 - *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, edição de António da Silva Rego, vol. V, Lisboa, FO/CNCDP, 1993, doc. 25.

<sup>16</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Coimbra, Baçaim, 7.XII.1552 - *DI*, vol. II, doc. 105.

<sup>17</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Inácio de Loyola, Goa/Cochim, V.1554 - *Idem*, doc. 23.

<sup>18</sup> Cf. Schurhammer, Georg S. J., *Op. Cit.*, pp. 828 e 832.

<sup>19</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Inácio de Loyola, Malaca, 3.XII.1554 - *DDJ*, doc. 100.

<sup>20</sup> Cf. *Em busca das origens de Macau: antologia documental*, introdução, leitura e notas de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 77.

<sup>21</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Goa, Lampacau, 23.XI.1555 - *Idem*, pp. 77-89.

<sup>22</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Portugal - *DDJ*, doc. 95.

durante três meses.<sup>23</sup> Ali foi informado da chegada do novo provincial jesuíta D. Gonçalo da Silveira,<sup>24</sup> com o qual aliás aprendera filosofia,<sup>25</sup> apesar de já no ano anterior por carta régia poder calcular que seria substituído.<sup>26</sup>

Regressado à Índia em 1557 teve relevante papel junto dos vice-reis<sup>27</sup> mas também de Roma na organização de uma embaixada à China a fim de negociar a entrada dos missionários portugueses,<sup>28</sup> a despeito das críticas que a sua jornada ao Japão e China suscitaram.<sup>29</sup> Designado para reitor do colégio de Cochim, ocupou essas funções desde 1557 e manteve desde então uma importante acção de intervenção política e religiosa por ter sido provincial e ter cursado os mares do Extremo Oriente. Após contribuir para a acalmia da situação em Cochim em 1558,<sup>30</sup> no ano seguinte Nunes Barreto criticou o excesso de severidade do provincial Silveira ao mesmo tempo que defendeu a chegada da Inquisição à Índia e o envio de um arcebispo com grandes poderes.<sup>31</sup> Em seu entender, a Inquisição era absolutamente necessária para pôr fim à mistura entre cristãos, hindus, mouros e judeus.<sup>32</sup> Integrou assim o grupo de eclesiásticos que defendiam o estabelecimento da Inquisição na Índia<sup>33</sup> e por isso acompanhou de perto as polémicas com o governador Francisco Barreto (1555-1558) a este respeito.<sup>34</sup> Encarregue da direcção da mis-

<sup>23</sup> Cf. Costa, João Paulo Oliveira e, *O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira*, vol. II, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 1998, p. 761.

<sup>24</sup> Cf. *DDJ*, p. 73.

<sup>25</sup> Cf. Leite, Bertha, *D. Gonçalo da Silveira*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, p. 60.

<sup>26</sup> Cf. Carta de D. João III ao padre Belchior Nunes Barreto, s.l., 1.IV.1555 – *DI*, vol. III, doc. 50.

<sup>27</sup> Cf. *Em busca...*, pp. 31-32.

<sup>28</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Diogo Lainez, Cochim, 13.I.1558 – *DDJ*, pp. 102-114.

<sup>29</sup> Cf. *Idem*, p. 59.

<sup>30</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Portugal, Cochim, 16.VIII.1558 – *DI*, vol. IV, doc. 15, pp. 88-89.

<sup>31</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao geral de Roma, Cochim, 15.I.1559 – *Idem*, doc. 30, pp. 229-233.

<sup>32</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Coimbra, Cochim, 15.I.1559 – *Idem*, doc. 31, p. 243.

<sup>33</sup> Cf. Cunha, Ana Cannas da, *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*, Lisboa, ANTT, 1995, pp. 125-126.

<sup>34</sup> Sobre a temática veja-se o nosso artigo “Geostrategic interests versus Counter-Reformist policies: the case of governor Francisco Barreto (1555-1558)” no prelo no *Journal of Asian History*.

são a concretizar à Etiópia pelo novo provincial António de Quadros, e tal como já sucedera com as críticas a D. Gonçalo da Silveira, não hesitou em criticar a falta de forças deste para o cargo.<sup>35</sup>

A partir da chegada, em 1560, do arcebispo de Goa D. Gaspar de Leão Pereira e do bispo de Cochim D. Jorge Temudo não tardou em criar uma relação muito próxima com o segundo. Logo, em 1561, um ano após a chegada de Temudo, deste referiu que era muito amigo dos Jesuítas e que nada fazia sem o seu parecer, a ponto de por vezes o deixar confuso. Elogiou ainda a sua actuação pastoral no Malabar e, no ano em que fora noticiado o falecimento do padre D. Gonçalo da Silveira na corte do Monomotapa, voluntariou-se para partir para aquele local, Madagáscar ou Socotorá, visto Quadros lhe recusar autorização para partir na embaixada à China.<sup>36</sup> Nem mesmo os argumentos da sua experiência no Celeste Império foram suficientes uma vez que Nunes Barreto estava comprometido com a participação na sempre adiada missão à Etiópia. Por esta razão, em 1562 viu os padres Luís de Fróis e Giovanni Battista del Monte partirem no seu lugar na dita embaixada<sup>37</sup> visto só em 1565 lhe ter sido dada oficialmente a notícia de que ali poderia ser enviado.<sup>38</sup>

Permanecendo em Cochim como reitor do colégio jesuíta, Belchior Nunes afirmou-sepositor à actuação do arcebispo D. Gaspar em Goa, acusando-o de esfriar a Cristandade por querer terminar com os baptismos em massa e solenes, ao mesmo tempo que manteve o elogio a Temudo e defendeu plenamente os resultados da política missionária do vice-rei D. Constantino de Bragança (1558-1561).<sup>39</sup> Após o falecimento do patriarca etíope D. João Nunes Barreto, Belchior Nunes defendeu explicitamente a organização de uma jornada espiritual e militar de 3000 homens à Etiópia, embora soubesse que dificilmente seria concre-

<sup>35</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 15.I.1560 – *DI*, vol. IV, doc. 64, pp. 501-504.

<sup>36</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos irmãos de Coimbra, Coulão, 4.I.1562 – *DI*, vol. V, doc. 64, 400-420.

<sup>37</sup> Cf. Loureiro, Rui Manuel, *Fidalgos, missionários e mandarins. Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 556.

<sup>38</sup> Cf. Carta do padre Jaime Lainez ao padre Belchior Nunes Barreto, Trento, 10.XII.1562 – *Idem*, doc. 63 embora Nunes Barreto só confirme a recepção mais tarde (Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 15.I.1565 – *DI*, vol. V, doc. 62).

<sup>39</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 15.I.1562 – *Idem*, doc. 69, pp. 483-485. Fora mesmo o primeiro a fazê-lo (Cf. Ventura, Ricardo, *D. Gaspar de Leão e o Desengano de Perdidos: estudo histórico-cultural*, dissertação de mestrado policopiada, vol. I. Lisboa, FLUL, 2005, p. 50).

tizável. Por essa altura, já elogiava o provincial Quadros e defendia que não fosse substituído como se fazia com os vice-reis de três em três anos.<sup>40</sup> Crítico do vice-rei D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo (1561-1564), a quem acusou de governar mal, Belchior Nunes defendeu que perante o fracasso da missão etíope o bispo D. André de Oviedo devia ser transferido para diocese a criar no Japão. Claramente marcado pela sua jornada a terras nipónicas ponderou voltar a partir para a região em Abril de 1563 mas foi convencido a não fazê-lo em Cochim.<sup>41</sup>

Voltou a ter relevante papel, juntamente com o capitão D. Jorge de Castro e o bispo Temudo na acalmia das tensões em Cochim em 1564<sup>42</sup> e fruto do seu papel na região foi designado por Quadros, em Setembro de 1565, como seu vice-provincial para governar enquanto este se deslocava a Malaca.<sup>43</sup> Naquele cargo pugnou, sem sucesso, para que o vice-rei D. Antão de Noronha (1564-1568) enviasse uma expedição à Etiópia e insistiu com este, tal como Quadros, na necessidade de envio de socorro às Molucas a propósito das mortes cristãs ocorridas em Amboíno.<sup>44</sup> A insistência teve tradução na nomeação de Gonçalo Pereira, “O Marramaque”.<sup>45</sup> Apesar da então sintonia com Quadros, Belchior Nunes voltou a criticá-lo pela falta de forças e manifestou-se desapontado por não ter instruções para governar a Companhia. Na sua ausência foi também forçado a proibir os jesuítas de serem nomeados deputados da Inquisição que tanto defendera.<sup>46</sup> Em clara rivalidade com Quadros, afirmou não ser possível comparar a sua ida ao Extremo Oriente com as intenções

<sup>40</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 24.I.1563 – *Idem*, doc. 113.

<sup>41</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1564 – *DI*, vol. VI, doc. 28.

<sup>42</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1564 – *Idem*, doc. 29, pp. 175-180.

<sup>43</sup> Cf. Carta do padre António de Quadros ao geral de Roma, Malaca, 20.XI.1565 – *Idem*, doc. 79.

<sup>44</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Miron, Cochim, 20.I.1566 – *Idem*, doc. 109.

<sup>45</sup> Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, “A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente”, *Stvdia*, n.º 49, Lisboa, 1989, pp. 315-340.

<sup>46</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao geral de Roma, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 110.

deste na deslocação a Malaca.<sup>47</sup> Ainda em 1566, acompanhou D. Jorge Temudo em viagem pastoral pelo Malabar e Ceilão.<sup>48</sup>

Já em fase posterior à redacção da sua relação, foi convocado para se deslocar a Goa a fim de participar no primeiro Concílio Provincial da Índia de 1567, ficando bastante satisfeito com as decisões ali tomadas e advogando que após o fracasso da embaixada à Chinaurgia a sua conquista militar.<sup>49</sup> No quadro da primeira governação do vice-rei D. Luís de Ataíde (1568-1571) solicitou a substituição de Quadros por falta de forças, lamentou o adiamento da jornada à Etiópia e manifestou receio dos corsários e piratas malabares.<sup>50</sup> Faleceu em Goa a 10 de Agosto de 1571,<sup>51</sup> pouco após o óbito do arcebispo Temudo. Sem que o soubesse, fora designado, em 1571, juntamente com António de Quadros como deputado da Mesa de Consciência e Ordens da Índia.<sup>52</sup>

Desta forma, quando em Janeiro de 1566, próximo da sua morte, o vice-provincial jesuíta Belchior Nunes Barreto redigiu a sua relação encontrava-se numa posição claramente distinta do autor do Soldado Prático. Não só tinha os seus créditos provados na Índia ao serviço dos jesuítas, como a sua indigitação para provincial entre 1553 e 1556 ou até o facto de ser o número dois de Quadros que tanto criticou, demonstram, como e até mais relevante, fora um claro adepto do endurecimento das políticas contra-reformistas durante a década de 1560. Este aspecto deve ser destacado porquanto Belchior Nunes Barreto, na Índia, não alinhou com as políticas de acomodação cultural que outros jesuítas defendiam ao tempo. O seu posicionamento, as suas críticas ao arcebispo D. Gaspar e o elogio das políticas do vice-rei D. Constantino são disso claro exemplo. Foi, aliás, precisamente ancorado nesse mesmo estatuto que Belchior Nunes procurou alcandorar-se a um novo comando dos jesuítas na Ásia, sobretudo durante o tempo de Quadros, o qual não alcançou.

A sua postura de intervenção várias vezes entrou em conflito com os interesses políticos dos governantes de Goa como foi visível nas críticas

<sup>47</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Leão Henriques, Cochim, 20.I.1566 – *Idem*, doc. 111.

<sup>48</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto aos padres Leão Henriques e Francisco de Borja, Cochim, 2.I.1567 – *DI*, vol. VII, docs. 38 e 39.

<sup>49</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Francisco de Borja, Cochim, 25.I.1568 – *Idem*, doc. 103, pp. 487-491.

<sup>50</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Miron, Goa, 6.XII.1569 – *DI*, vol. VIII, doc. 22.

<sup>51</sup> Cf. *DDJ*, p. 59.

<sup>52</sup> Couto, Diogo do, *O Primeiro...*, p. 254.

a Francisco Barreto e D. Francisco Coutinho e é comprovado na escrita da sua relação. Desta forma, contrariamente a Diogo do Couto que ao redigir o seu primeiro Soldado Prático apenas detinha experiência militar e pouco estatuto social, Belchior Nunes detinha já vasta intervenção escrita e podia iniciar a sua relação afirmando ter a esperança de que aquilo que escrevia pudesse chegar aos ouvidos dos príncipes em Portugal.<sup>53</sup> Deste ponto de vista, tendo em conta a sua condição social e trajetória de intervenção política, poderemos questionar em que medida é que os conteúdos da sua relação poderão ser comparados aos do primeiro Soldado Prático. Desde logo é possível que Belchior Nunes Barreto tenha conhecido Diogo do Couto antes deste rumar a Portugal, em 1569, e possivelmente até em Goa onde se constatou que Nunes esteve desde 1567. Esta hipótese torna-se ainda mais provável tendo em conta que Couto viera para a Índia na armada de 1559, na qual viera D. Jorge Temudo, que tão próximo foi de Nunes Barreto. Mas talvez o denominador comum mais relevante esteja no facto da redacção da relação de Nunes Barreto e do Soldado Prático datar de um contexto político-cultural muito específico: o da governação de D. Antão de Noronha, o primeiro vice-rei da Índia que lidou com a crise político-militar de 1565-75.<sup>54</sup>

## 2. Diogo do Couto e o contexto político-cultural do primeiro Soldado Prático

Tendo partido para a Índia na armada de 1559, Diogo do Couto chegou a esta em tempo do vice-rei D. Constantino de Bragança. A sua carreira de armas até ao seu regresso ao Reino, prolongou-se pelos governos de Bragança, D. Francisco Coutinho, D. Antão de Noronha e D. Luís de Ataíde. Como é sabido, nesse caminho encontrou Couto o poeta Luís de Camões que então preparava os *Lusíadas*, cuja intenção era a de serem apresentados a D. Sebastião. Posteriormente é conhecido que Couto se encontrou em Almeirim com o *Desejado* em Abril de 1570 e que a este

<sup>53</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, p. 677.

<sup>54</sup> Cf. Vila-Santa, Nuno, “O vice-reinado de D. Antão de Noronha (1564-1568) no contexto da crise do Estado da Índia de 1565-1575”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. X, Lisboa, CHAM, 2010, pp. 63-101.



entregou o correio da Índia.<sup>55</sup> Mais discutido é saber se apresentara ao rei o manuscrito do Soldado Prático.<sup>56</sup>

A forma como a primeira versão do Soldado Prático foi escrita leva-nos a crer que Couto teria intenção de o apresentar a D. Sebastião. Para isso contribui o facto, já salientado por Maria Augusta Lima Cruz, de ter sido provavelmente escrito em 1564-65,<sup>57</sup> isto é, no início do governo de D. Antão de Noronha. Para tal apontam os factos do soldado afirmar que apenas assistira ao primeiro ano da sua governação<sup>58</sup> e de quando se refere à problemática da conquista de Ceilão não referir o abandono de Kotte,<sup>59</sup> ordenado por D. Antão em 1565. Estas referências assim como o facto da generalidade dos acontecimentos relatados terem como datas-limite o vice-reinado de D. Antão, colocam a redacção do primeiro Soldado Prático precisamente em 1564-65. Assim esta coincide cronologicamente com as relações de Belchior Nunes Barreto de 1566, do vedor João da Fonseca de 1568 e do arcebispo de 1569, todas escritas durante a governação de D. Antão de Noronha, à excepção da última já escrita em tempos de D. Luís de Ataíde.

Este facto não é de todo inocente visto D. Antão de Noronha ter sido o primeiro vice-rei a lidar com as múltiplas consequências da batalha de Talikota de 1565 e de ter sido o primeiro vice-rei nomeado pelo cardeal regente D. Henrique, o qual procurou ter uma política interventora nos assuntos asiáticos consciente da multiplicidade de problemas que se colocavam no cenário asiático. Devido a esta mesma circunstância, dispusera-se a ouvir pareceres remetidos da Ásia Portuguesa sobre a melhor forma de reformar o Estado da Índia.<sup>60</sup> O conhecimento de tal intenção política do regente na Índia originou as respostas na forma das referidas relações e em nosso entender poderá ter influenciado a redacção do Soldado Prático de Diogo do Couto, uma vez que mais não fez que

<sup>55</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>56</sup> Cf. *Idem*, p. 19; Cf. Loureiro, Rui Manuel, *A biblioteca de Diogo do Couto*, Lisboa, Instituto Cultural de Macau, 1998, p. 58; Cruz, Maria Augusta Lima, "A pena..."

<sup>57</sup> Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

<sup>58</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 548.

<sup>59</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 18.

<sup>60</sup> Aspecto visível na própria relação do arcebispo D. Jorge Temudo que afirma ter escrito a sua relação em resposta a um pedido do rei, que nos parece ter vindo ainda da regência do cardeal D. Henrique mediante a política da sua regência para a Ásia Portuguesa. Cf. Vila-Santa, Nuno, "A Coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: Política ou Políticas?", *Lusitania Sacra*, nº 29 (Janeiro-Junho 2014), pp. 50-54.



cimentar as condições político-culturais já previamente existentes na Ásia Portuguesa.

Contrariamente aos escritos de João da Fonseca, de Belchior Nunes Barreto e do arcebispo D. Jorge Temudo, porém, à data da sua escrita, Couto não tinha um estatuto social ou militar que lhe garantisse que qualquer escrito seu de pendor reformista fosse escutado pelo poder político. Na realidade, o primeiro feito de armas na Ásia mais destacado de Couto parece ter sido, como confessa na década VII, a sua participação na segunda tentativa de ocupação de Surrate, em Abril de 1561,<sup>61</sup> ordenada pelo vice-rei Bragança, ao capitão D. António de Noronha, “O Catarraz” e futuro vice-rei da Índia de 1571 a 1573, de quem Couto foi bastante próximo. É bastante provável que a ligação entre ambos tenha aqui começado, o que ajudaria a explicar a razão da governação deste vice-rei ter sido das melhores para Couto<sup>62</sup> e até forma como se insurge na década IX contra a deposição de Noronha.<sup>63</sup>

Em todo o caso, ao escolher redigir um diálogo entre um soldado e um vice-rei nomeado sem qualquer experiência da Ásia, o até então soldado Diogo do Couto com 27 anos de idade e apenas cinco de carreira militar, evidenciava ter feito uma escolha que poderia manifestar-se certa. Ao escolher aquele género literário Couto sabia que poderia ter mais hipóteses de ser ouvido junto do poder político num momento em que este era pressionado para tomar decisões “reformistas” e sobretudo em que anteriormente parecera criar o hábito institucional de nomear vice-reis sem experiência da Ásia. Assim sucedera, desde 1550 com os vice-reis D. Afonso de Noronha, D. Pedro Mascarenhas, em 1554, D. Constantino de Bragança, em 1558 e com D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo, em 1561. Apenas a então recente nomeação de D. Antão de Noronha, devido à sua anterior experiência asiática, invertera esse quadro, mas nada garantia que a Coroa o não pudesse retomar. Ora consciente disso mesmo, Couto optou por compor um diálogo entre um ficcional soldado experiente, que ele certamente não era, e um vice-rei de grande estatuto social, como os que anteriormente foram mencionados, mas que fora indigitado sem experiência. Ou seja, Couto propunha uma obra que pretendia ser um verdadeiro manual de governança de qualquer vice-rei sem experiência da Ásia pouco após a Coroa ter realizado quatro nomeações deste tipo. Este aspecto pode ajudar a explicar o esti-

<sup>61</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Da Ásia*, VII, ix, 11-12, Lisboa, Livraria San Carlos, 1974.

<sup>62</sup> Cf. Couto, Diogo do, *O primeiro...*, p. 239.

<sup>63</sup> Cf. Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia*, IX, 26, Lisboa, Livraria San Carlos, 1974.

lo por vezes provocador e insolente de algumas respostas do soldado ao vice-rei em todo o diálogo.<sup>64</sup>

Normalmente considerado como um mostruário de vice-reis e governadores, uma das interrogações em torno do primeiro Soldado é a de saber até que ponto a figura do vice-rei é uma construção ficcional ou se existiria um vice-rei modelar seguido por Couto.<sup>65</sup> Realizando este uma clara apologia dos governadores de sucessão por contraponto ao problema dos vice-reis nomeados sem experiência da Índia não deixa de ser interessante notar que Couto elogia particularmente o vice-rei D. Pedro Mascarenhas de entre todos os que até ao seu tempo tinham governado sem experiência da Índia. Na realidade, Mascarenhas encaixa perfeitamente no perfil traçado no diálogo para a figura do vice-rei por à data da sua nomeação, ter boa renda, não ter filhos e ter experiência de combate em Marrocos e embaixadas a Roma e França no seu largo currículo.<sup>66</sup> Mas mais importante que este aspecto é o facto de D. Pedro Mascarenhas, em parte por apenas ter governado durante nove meses, ter sido um dos poucos vice-reis da Índia que não foi alvo de críticas comparáveis a outros vice-reis anteriores e posteriores.

O soldado confirma-o sistematicamente ao longo do diálogo referindo constantemente o seu nome, alertando-o que a honra estava na nomeação e não no exercício do cargo.<sup>67</sup> Posteriormente, na resposta ao vice-rei que o informa que irá governar por seis anos e lhe pede conselho sobre o que fazer o soldado responde que faça como Mascarenhas e negocie bem o dinheiro que irá levar à Índia.<sup>68</sup> Além disso, o soldado aconselha o vice-rei nomeado a ser como Mascarenhas, isto é, a não se

<sup>64</sup> Cf. Couto, Diogo do, *O primeiro...*, p. 22.

<sup>65</sup> Cf. *Idem*, p. 24.

<sup>66</sup> Cf. *Idem*, p. 29. De todos estes aspectos, apenas na embaixada a França não foi possível confirmar ligação directa de Mascarenhas. Ainda assim não descartamos a hipótese de Mascarenhas ter sido embaixador em França por curto período de tempo pois sabe-se que regressou da embaixada a Carlos V, em Bruxelas, em 1529, por França (Cf. *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, edição de Ernesto de Campos Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, p. 61). Permanece em falta ainda um estudo desta importante figura responsável, enquanto embaixador de D. João III em Roma, por trazer a Companhia de Jesus para Portugal. Cf. Vila-Santa, Nuno, "D. Pedro Mascarenhas" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – [www.cham.fcsh.unl.pt/eve](http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve)

<sup>67</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 1, pp. 364-366.

<sup>68</sup> Cf. *Idem*, cap. 10, p. 418.

deixar intimidar pelos fidalgos que ameaçavam tornar-se renegados se não tivessem mercês.<sup>69</sup>

Estes elogios de Couto confirmam, em nossa opinião, que o vice-rei escolhido por Couto para representar o papel do vice-rei modelar resoluto nas suas decisões mas também reformador de atitudes e costumes, de todos quantos tinham sido nomeados para a Ásia sem qualquer experiência da Índia, era D. Pedro Mascarenhas, um vice-rei que só poderia ter conhecido no Reino ainda jovem. Este aspecto é ainda mais notório quando se constata em todo o diálogo que Mascarenhas é o vice-rei mais citado de todos quantos governaram sem experiência da Ásia. É também o vice-rei mais citado elogiosamente em toda a obra se excluirmos as claras preferências de Couto pelos governadores Nuno da Cunha e Martim Afonso de Sousa que na sua narrativa pertencem claramente à “era dourada”. Também esta escolha ia de encontro a uma melhor possibilidade de publicação da sua obra na medida em que era mais fácil elogiar o mais consensual Mascarenhas, do que os mais controversos D. Afonso de Noronha, D. Constantino de Bragança ou D. Francisco Coutinho.

A formação cultural humanista de Diogo do Couto,<sup>70</sup> a sua relação com o modelo do infante D. Luís<sup>71</sup> e a sua intenção, visível em toda a sua intervenção de cronista e escritor polémico, de se apresentar com um homem renascentista que aliava a pena e a arma,<sup>72</sup> deverão ter pesado, em nosso entender, para esta escolha do então soldado Couto em redigir uma obra com intuito pedagógico<sup>73</sup> que se pudesse diferenciar das relações que por então se produziam na Índia. É possível que este último aspecto possa até ter determinado a escolha de um estilo literário diferente (um diálogo) do adoptado pelos seus contemporâneos (as relações). Naturalmente que a vontade de garantir que seria escutado, o que aliás sucedeu pois como se sabe mesmo não alcançado a publicação, a primeira versão do Soldado Prático circulou manuscrita no Reino alcançando grande sucesso,<sup>74</sup> deverá ter sido um critério importante para Couto. Além disso, nesta primeira versão apesar das críticas feitas ao rei serem

<sup>69</sup> Cf. *Idem*, cap. 11, p. 431.

<sup>70</sup> Cf. Moniz, Maria Celeste, *Glória e miséria nas décadas da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 26.

<sup>71</sup> Cf. *Idem*, pp. 21 e 38; Loureiro, Rui Manuel, *Op. Cit.*, pp. 56 e 58.

<sup>72</sup> Couto, Diogo do, *O Soldado Prático*, edição de Ana María García Martín, Coimbra, Angelus Novus, 2009, p. 12.

<sup>73</sup> Cf. Loureiro, Rui Manuel, *Op. Cit.*, pp. 56 e 58; COUTO, Diogo do, *O primeiro....*, p. 131; Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

<sup>74</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 171.

grandes, raramente se menciona directamente D. Sebastião e quando tal foi feito foi sempre em tom esperançoso de que o jovem monarca pudessem tomar medidas para atalhar os problemas sentidos na Ásia Portuguesa. Deste ponto de vista e em nossa opinião, também aqui Couto procurou precaver-se, tendo em vista uma possível publicação da sua obra que saberia não poderia ir demasiado contra o poder instituído. Isso mesmo explica também a sua moderação nalguns temas que adiante abordaremos.

Deste modo, a forma como o primeiro Soldado foi redigido por Couto, e em especial, o facto do vice-rei ser nomeado para seis anos e não os habituais três,<sup>75</sup> tal como as relações anteriores apontava para a necessidade de nomeação de um vice-rei com plenos poderes que pudesse fazer face aos desafios sentidos. Este aspecto encontra-se intimamente ligado à governação de D. Antão de Noronha, a qual entre as diversas críticas que recebeu, encontrou precisamente na falta de impulso reformista um dos seus pontos basilares.<sup>76</sup> Foi, pois, no contexto político-cultural da governação de um vice-rei de quem Couto era amigo e com o qual iniciara a sua ascensão<sup>77</sup> pois como é sabido regressou em 1569 na sua nau ao Reino e assistiu ao seu falecimento,<sup>78</sup> que este redigiu o essencial do primeiro Soldado. É bem possível que Couto tenha beneficiado dessa proximidade com D. Antão na forma informada como discorre sobre vários assuntos. No entanto, tal não implica que Couto não possa para a apresentação a D. Sebastião ter feito pequenas correcções, como cremos que terá acontecido. A questão que se coloca é saber qual terá sido a apreciação régia do manuscrito, um facto que se desconhece.

### 3. Couto e Nunes Barreto: discursos paralelos ou de confronto?

Como é conhecido umas das críticas mais ferozes lançadas pelos contemporâneos de Couto no âmbito da crise político-militar de 1565-75 mas também no período filipino, prendia-se com os triénios vice-reais.<sup>79</sup> Nessa lógica, na primeira versão do Soldado Prático, Diogo do Couto colocou o vice-rei D. Afonso de Noronha a afirmar que o mandavam regressar a Portugal ao final de quatro anos, justamente quando apren-

<sup>75</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 10, p. 418.

<sup>76</sup> Cf. Vila-Santa, Nuno, "O vice-reinado...", pp. 93-97.

<sup>77</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 57.

<sup>78</sup> Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a década 8ª da Ásia*, vol. I, Lisboa, INCM/CNCDP, 1993, p. 812; COUTO, Diogo do, *O primeiro...*, p. 21.

<sup>79</sup> Cf. Thomaz, Luís Filipe, "A crise...", pp. 499-500.

dera como devia governar a Índia.<sup>80</sup> Mas a crítica mais declarada surge quando o soldado afirma que o primeiro ano de governo servia para os vice-reis se informarem, o segundo para governarem e o terceiro para prepararem a sua defesa.<sup>81</sup>

Se não se encontra paralelo directo destas afirmações de Couto na relação de Belchior Nunes Barreto, já o mesmo não se poderá dizer quando a temática é a crítica ao excessivo poder detido pelos vice-reis. Nesta área, as invectivas do soldado iniciam-se quando se criticam os oficiais de justiça por serem nomeados pelos vice-reis e não pelo rei<sup>82</sup> ou quando se condena o hábito vice-real de prover apaniguados nas viagens.<sup>83</sup> A crítica sobe claramente de tom quando o soldado acusa os governantes da Índia de fazerem da matrícula um “jardim dos vice-reis”. O soldado denuncia então as pressões dos vice-reis junto do escrivão da matrícula para assentar os seus apaniguados em nome de renegados e mortos a ponto de afirmar que os religiosos tinham aconselhado o escrivão a abdicar do cargo devido aos pecados que se via forçado a cometer pelos sucessivos vice-reis. Por essa mesma razão, o soldado não hesita em exigir pagamento ao vice-rei quando este lhe pede conselhos sobre como reformar a matrícula.<sup>84</sup> O tom desta crítica quase faz esquecer que o mesmo soldado afirma que outro dos males dos vice-reis, a propósito da fortificação de Malaca, era anularem as ordens dos seus antecessores.<sup>85</sup> Também por estas razões, o soldado não hesita em elogiar abertamente os governadores de sucessão por contraposição aos vice-reis por os considerar mais amadurecidos.<sup>86</sup> A similitude com a relação de Belchior Nunes surge assim, quando este, sem nunca especificar como Couto, defende a necessidade de bons governantes.<sup>87</sup>

O aspecto onde surge uma confluência total de ambos prende-se com as conhecidas críticas do soldado às ingratidões do rei para com os capitães experimentados na guerra e o excessivo favorecimento da fidalguia. É nessa linha que o soldado defende a necessidade dos vedores da fazenda itinerantes como forma de vigiar as actividades dos capitães das

---

<sup>80</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 4, pp. 381-382.

<sup>81</sup> Cf. *Idem*, cap. 18, p. 482.

<sup>82</sup> Cf. *Idem*, cap. 9, pp. 411-417.

<sup>83</sup> Cf. *Idem*, cap. 13, pp. 443-446.

<sup>84</sup> Cf. *Idem*, cap. 9, pp. 411-417.

<sup>85</sup> Cf. *Idem*, cap. 20, pp. 494-496.

<sup>86</sup> Cf. *Idem*, cap. 16, pp. 462-467.

<sup>87</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, p. 680.

fortalezas.<sup>88</sup> Novamente à medida que avança o diálogo, Couto sobe o tom da crítica quando o vice-rei se queixa que os grandes senhores do Reino querem que os seus filhos partam para a Índia na sua companhia pois não têm como os sustentar na corte nem em África que deixara de existir, na expressão do soldado. Logo este alerta o vice-rei para o problema que estes fidalgos mancebos constituem na Índia para os vice-reis pois só pedem dinheiro, reclamam estatuto e querem ser logo capitães sem experiência militar.<sup>89</sup> Por isso, o soldado opõe-se a nomeações de familiares do vice-rei para a capitania-mor do mar da Índia, defendendo a sua extinção caso não se terminasse com o mau hábito de indigitar aparentados do vice-rei, sintetizado na icónica expressão “alvará de sobrinho do vice-rei”. Numa das raras vezes em que Couto assume a personalização da crítica em todo o diálogo, o soldado dá por maus exemplos o governador D. João de Castro (1545-1548) e o vice-rei D. Afonso de Noronha quando estes nomearam os seus filhos para aquele relevante cargo sem experiência.<sup>90</sup> Deste aspecto o soldado avança para o lamento de que os vice-reis não tenham pulso forte e cedam constantemente às pressões da fidalguia para a concessão de mercês.<sup>91</sup> O mesmo sucede quando o soldado, a propósito das perdas de naus na carreira da Índia, critica o rei por não premiar os fidalgos com largos serviços com as devidas mercês, dando-as a quem não as merece.<sup>92</sup>

Belchior Nunes Barreto elege precisamente como o segundo ponto prioritário da sua relação a necessidade de bons capitães que estejam preocupados com Deus e não em ganhar dinheiro e em receber mercês em satisfação de serviços sobretudo quando estes “não são pera reger dous moços seus” e tem acções de que “se segue muito desserviço de Deus e infamia ao Estado”.<sup>93</sup> Por esta razão, o acordo com Couto na necessidade de combate aos abusos dos capitães e à mentalidade do negócio fácil é evidente especialmente quando Nunes Barreto escreve que só se assim se poderiam evitar “muitos roubos e sem-justiças que se fazem, nem averia tantos ardis e modos de furtar a Ell-Rei e às partes como há”.<sup>94</sup> Este último aspecto remete para outro dos grandes temas do Soldado Prático: a crítica à subalternização das armas em prol do comércio. As

---

<sup>88</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 11, pp. 426-431.

<sup>89</sup> Cf. *Idem*, cap. 11, pp. 426-431.

<sup>90</sup> Cf. *Idem*, cap. 12, pp. 433-442.

<sup>91</sup> Cf. *Idem*, cap. 14, pp. 450-455.

<sup>92</sup> Cf. *Idem*, cap. 26, pp. 544-547.

<sup>93</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, pp. 680-681.

<sup>94</sup> Cf. *Idem*, pp. 686 e 689.

posições do soldado na matéria evoluem da crítica aos ouvidores que já se faziam mercadores,<sup>95</sup> à censura à fidalguia que ocupava lugares no Golfo Pérsico mais preocupada em negociar com Baçorá do que em combater a ameaça otomana,<sup>96</sup> até à sua conhecida afirmação colocada na boca dos muçulmanos de que os Portugueses tinham conquistado a Índia como cavaleiros e a perdiam como mercadores.<sup>97</sup>

Uma segunda área de proximidade entre Couto e a relação de Belchior Nunes Barreto surge no comentário à actualidade político-militar do Estado da Índia, em especial na temática da expansão militar. O soldado advoga que a ocupação de Ceilão só pode ser realizada com 2000 homens e um capitão geral na ilha, considerando impossível um vice-rei concretizar essa jornada.<sup>98</sup> O problema de deixar a Índia carente do seu líder máximo surge ainda mais claro quando o soldado defende a necessidade da jornada ao Achém com 4000 soldados e 2000 cristãos da terra com a questão da partida em Setembro.<sup>99</sup> Também na defesa de uma política de reforço da armada<sup>100</sup> e de guerra implacável ao Samorim,<sup>101</sup> devido ao problema das guerras da pimenta, ou na defesa de ocupação do Guzerate, com o conselho do soldado sobre não se abandonar Damão e antes usar a praça como base para aquela conquista e evitar o estabelecimento otomano na Índia,<sup>102</sup> se encontram paralelos com a relação de Belchior Nunes.

Na verdade, o ponto considerado prioritário pelo jesuíta na sua relação é exactamente o da expansão para Ceilão, Jafanapatão, Cambaia e China. Na sua opinião, tais conquistas eram absolutamente inadiáveis pois sem elas não poderia crescer a Cristandade uma vez que os reis não cristãos destes territórios buscavam todos os meios para impedir a conversão dos seus súbditos ao cristianismo pelo que a missionação estava condenada ao fracasso enquanto não se efectivasse a ocupação territorial.<sup>103</sup> Exemplos perfeitos destas situações eram, além do caso das Molucas, a comunidade cristã que ficara refém do soberano de Jafanapatão aquando da jornada do vice-rei D. Constantino contra aquele soberano, razão

<sup>95</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 5, p. 387.

<sup>96</sup> Cf. *Idem*, cap. 19, p. 487.

<sup>97</sup> Cf. *Idem*, cap. 24, pp. 533-538.

<sup>98</sup> Cf. *Idem*, cap. 18, pp. 480 e 483-486.

<sup>99</sup> Cf. *Idem*, cap. 20, pp. 497-501.

<sup>100</sup> Cf. *Idem*, cap. 20, pp. 513-520.

<sup>101</sup> Cf. *Idem*, cap. 21, pp. 503-505 e 506-512.

<sup>102</sup> Cf. *Idem*, cap. 23, pp. 526-532.

<sup>103</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, pp. 678-679.



pela qual Nunes Barreto defendia o investimento prioritário na ocupação de Jafanapatão,<sup>104</sup> mais do que o combate ao reino de Sitawaka. Porém, o vice-provincial jesuíta reconhecia que não era possível concretizar todas as conquistas ao mesmo tempo e considerava que se devia começar por alguma que não sugeria. Considerava importante que se iniciasse a conquista nalgum local seguindo o modelo castelhano de conquista da América de forma a tornar o rei de Portugal ainda mais poderoso que o seu vizinho ibérico.<sup>105</sup>

Desta forma, ainda que por motivações diversas e com intensidades diferentes, nova similitude surge entre Couto e Belchior Nunes na defesa da expansão do Estado da Índia. Mas, se até aqui se focaram os paralelismos discursivos em parte motivados por a escrita se situar no ambiente político-cultural da governação do vice-rei D. Antão de Noronha, importa também analisar as diferenças, por vezes irreconciliáveis, entre ambos os autores. A principal temática em que se encontram perspectivas antagónicas prende-se com a sensível questão do poder de intervenção dos religiosos na esfera da governação política. Aqui as críticas de Couto oscilam entre um discurso directo e outro mais discreto. No primeiro caso surge claramente o aviso do soldado ao vice-rei de que se preparasse para na Índia ter de lidar com religiosos que pediam constantemente mercês e com o seu conselho ao vice-rei de seguir o exemplo do mais sisudo dos vice-reis, D. Pedro Mascarenhas, que vendo-se constantemente assoberbado pelos seus pedidos, os reuniu e lhes fez uma “faladinha” em que os informou que só lhe pedissem o que era estritamente necessário à Cristandade pois o resto não lhes concederia. A postura considerada corajosa deste vice-rei era o mote para avisar o vice-rei que muitos governantes da Índia costumavam ceder aos pedidos dos eclesiásticos para não ficarem mal junto do rei e não enfrentarem motins.<sup>106</sup>

Na lógica de uma crítica indirecta encontra-se a desaprovação pelo soldado de que o vice-rei siga uma política como a de D. Constantino que se deixara aconselhar demasiado pelos religiosos<sup>107</sup> e que aliás motiva inclusivamente a crítica ao então recente hábito régio de ordenar aos governadores de sucessão que governassem com o arcebispo de Goa pois afirmava o soldado que do parecer de religiosos e eclesiásticos

<sup>104</sup> Cf. *Idem*, pp. 697-698.

<sup>105</sup> Cf. *Idem*, p. 679.

<sup>106</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 7, pp. 396-399.

<sup>107</sup> Cf. *Idem*, cap. 17, pp. 473-474.



nunca se acrescentara o Estado.<sup>108</sup> Na mesma linha mas não podendo criticar abertamente a recém-chegada Inquisição, o soldado pede ironicamente ao vice-rei que não o denuncie a esta por lhe revelar as desordens na matrícula da Índia.<sup>109</sup> A relativa moderação com que o soldado aborda indirectamente as polémicas recentes da Contra-Reforma no Estado da Índia é, portanto, um indício da consciência que Couto teve quanto às limitações da sua escrita em temas polémicos.

O contraste com Belchior Nunes Barreto não podia ser maior visto este iniciar a sua relação afirmando que já antes escrevera muito sobre os males da Índia e dizendo que não queria meter-se no governo temporal “escrevendo cousas que não são conformes à minha profissão”,<sup>110</sup> mas redigindo uma relação onde claramente interfere na área política. As suas sugestões de que era necessário reforçar o poder dos jesuítas junto dos vice-reis, enviando-os em embaixadas aos soberanos asiáticos para realizarem disputas teológicas<sup>111</sup> ou a sua defesa da concessão de maiores poderes judiciais às autoridades eclesiásticas como forma de moderar os casos de justiça contra os recém-convertidos são disso um exemplo claro. Não apenas era necessário, na opinião de Belchior Nunes, não seguir os maus exemplos de tratamento aos reis das Maldivas e Kotte, cuja defesa pelo Estado da Índia fora abandonada,<sup>112</sup> comourgia ao mesmo tempo combater assumida e claramente a expansão do Islão em casos como o do sultão Hairun de Ternate acusado de perseguir os cristãos recentemente convertidos.<sup>113</sup> Numa alusão claríssima às polémicas contra-reformistas vividas em Goa recentemente e nas quais ele próprio, como se viu, participara, Belchior Nunes defendia a prossecução de políticas de conversão da comunidade hindu, a expulsão dos brâmanes, a destruição de pagodes e o fim das cerimónias religiosas não cristãs, sem qualquer hesitação uma vez que os argumentos usados por vice-reis e vedores do despovoamento da terra e quebra das receitas mais não eram que desculpas para a não concretização dessa política. Não admira, portanto, que, contrariamente a Couto, defendesse um aprofundamento da cooperação judicial entre o vice-rei e o arcebispo<sup>114</sup> e que se prosseguisse a política de escrever anualmente aos vice-reis a perguntar por

<sup>108</sup> Cf. *Idem*, cap. 16, pp. 465-467.

<sup>109</sup> Cf. *Idem*, cap. 9, p. 410.

<sup>110</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, p. 677.

<sup>111</sup> Cf. *Idem*, p. 684.

<sup>112</sup> Cf. *Idem*, pp. 686-687.

<sup>113</sup> Cf. *Idem*, pp. 693-695.

<sup>114</sup> Cf. *Idem*, pp. 700-702 e 704.

números de baptismos e medidas em favor da Cristandade pois “o que menos se trata nesta terra hé da christandade”.<sup>115</sup>

O contraste de opções políticas surge também claro num outro problema fundamental que a crise político-militar colocou: a capitalidade de Goa.<sup>116</sup> Enquanto o soldado defende claramente a mudança para Baçaim por ser o melhor porto da Índia, ser mais rendosa que Goa e permitir combater melhor os otomanos, não deixando de alertar, num verdadeiro presságio do que sucedeu na década de 1570 com a separação do governo de Malaca, para a oposição que a medida geraria em Goa,<sup>117</sup> e se manifesta hostil à expansão para a China,<sup>118</sup> vista como terra de delícias, enriquecimento fácil e de fuga à Inquisição, Belchior Nunes Barreto acaba indirectamente por defender a manutenção da capital em Goa e defende a expansão para a China e Monomotapa. Se no caso do Monomotapa urgia vingar a morte do anterior provincial D. Gonçalo da Silveira, no caso da China urgia a sua conquista, reputada de extremamente fácil, para se iniciar a missionação da região até então negada pelas autoridades chinesas. Só assim, terminava Nunes Barreto, poderia ser o rei de Portugal o mais rico e poderoso do mundo.<sup>119</sup>

Não só as ideias de Couto e do jesuíta não podiam ser mais distintas, como as intenções de escrita de ambos eram diametralmente opostas em termos dos seus efeitos junto da política da Coroa para a Ásia. Se é verdade que existe uma algo surpreendente concordância de ambos no que diz respeito ao diagnóstico da situação vivida, já nas soluções preconizadas as diferenças surgem bem mais nítidas. Com um discurso bem mais próximo dos interesses dos soldados, da pequena fidalguia e dos casados, Couto vê com maus olhos o reforço do poder dos eclesiásticos junto dos vice-reis por considerar que tal não é solução para o problema do excesso de poder dos vice-reis e sobretudo porque tal não garantia o fim dos abusos que se registavam na Índia. Contrariamente, Nunes Barreto considerava que só a cooperação entre eclesiásticos e o poder político asseguraria a moderação dos excessos na Índia e poderia afigurar-se como garantia de uma nova fase expansionista. O facto de neste primeiro Soldado, Couto não apresentar propostas reformistas claras, sobretu-

<sup>115</sup> Cf. *Idem*, pp. 703 e 707.

<sup>116</sup> Cf. Santos, Catarina Madeira, “Goa é a chave de toda a Índia”. *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 280 e seguintes.

<sup>117</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. 22, pp. 521-524.

<sup>118</sup> Cf. *Idem*, cap. 25, pp. 540-543.

<sup>119</sup> Cf. Carta do padre Belchior Nunes Barreto ao padre Jaime Lainez, Cochim, 20.I.1566 – *DI*, vol. VI, doc. 108, pp. 709-711.

do quando comparado com a lógica de escrita dos autores contemporâneos das relações, poderá ter contribuído para enfraquecer a possibilidade de publicação da sua obra. É por isso ainda necessário comparar o Soldado Prático de Diogo do Couto e a relação de Belchior Nunes Barreto aos conhecidos escritos do vedor João da Fonseca e do arcebispo D. Jorge Temudo, os quais desde logo se destacam face aos anteriores pela variedade de propostas reformistas.

#### **4. Couto, Nunes Barreto e as relações do vedor João da Fonseca e do arcebispo D. Jorge Temudo**

Contrariamente a Diogo do Couto e a Belchior Nunes Barreto, quer o vedor João da Fonseca, quer o arcebispo D. Jorge Temudo, exerciam cargos oficiais no sistema que criticam e detinham à data da sua escrita por comparação a Couto e Nunes, maior margem de intervenção e influência. Se este facto pode ajudar a explicar o tom mais reformista das relações de Fonseca e Temudo, é importante não esquecer no caso do arcebispo a sua anterior ligação a Belchior Nunes Barreto e procurar descortinar o grau de influência que o jesuíta poderá ter tido nas ideias defendidas pelo arcebispo de origem dominicana.

João da Fonseca fora capitão e vedor de Cochim, à semelhança do seu antecessor no cargo D. Jorge de Castro, redigindo a sua relação em Janeiro de 1568 quando o vice-rei D. Antão de Noronha concretizava a conquista de Mangalor, na costa do Canará. A sua relação dirigida a fidalgo influente no Reino que se desconhece,<sup>120</sup> tem como ponto forte a incidência em matérias económicas e financeiras, fornecendo diversos números relativos ao comércio, receitas e despesas do Estado da Índia. A sua intenção como anuncia logo ao início era atalhar o risco de perda da Ásia Portuguesa para o Reino,<sup>121</sup> no âmbito da crise político-militar e das políticas que considerava erradas do vice-rei D. Antão, de quem aliás foi forte opositor.<sup>122</sup> As suas posições aproximam-se mais das ideias de Diogo do Couto do que das posições de Belchior Nunes Barreto. Com Couto partilha o vedor a defesa de que o rei não conceda tantas mercês à fidalguia para não a habituar mal e devido à falta de dinheiro do Estado, assim como a crítica forte aos triénios vice-reais que afirmava tornarem inviáveis jornadas como a do Achém, uma política de guerra total no Malabar para recuperar o comércio da pimenta da região, a extinção de

<sup>120</sup> Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, pp. 134-135.

<sup>121</sup> Cf. *Idem*, p. 138.

<sup>122</sup> Cf. Vila-Santa, Nuno, "O vice-reinado...", p. 91.

diversos cargos que considerava supérfluos em Goa bem como o combate às desordens que se registavam na ribeira de Goa e a defesa da necessidade de marinheiros experimentados.<sup>123</sup> Este último ponto encontra consonância com a defesa pelo soldado da necessidade de pilotos e marinheiros experimentados nas viagens da carreira e também com a necessidade de bombardeiros do Reino e de artilharia grossa visto esta não ser produzida em Goa.<sup>124</sup>

Com Belchior Nunes Barreto, João da Fonseca partilha a defesa da ideia de conquista da China que julgava possível com 2000 homens desde que fosse comandada pelo senhor D. Duarte e que não servisse para premiar fidalgos, a ocupação em Ceilão de Jafanapatão mais do que Sitawaka, e a possibilidade de entrega da presidência da relação de Goa ao arcebispo ou chanceler para não sobrecarregar o vice-rei.<sup>125</sup> Esta última ideia surge intimamente ligada à defesa de uma concentração absoluta da actuação dos vice-reis na área política e militar.<sup>126</sup> A relação de Fonseca destaca-se claramente pela defesa intransigente da privatização dos diversos comércios da Ásia e ainda por criticar quem apenas diz mal e não sugere correcções dentro do sistema.<sup>127</sup> Insiste ainda na capitalidade de Goa desde que tal não signifique o abandono do Malabar muito criticado no contexto da ascensão política da Província do Norte.<sup>128</sup>

Desta forma, pode afirmar-se que João da Fonseca defende os interesses político-económicos do Malabar no contexto do Estado da Índia e uma política expansionista moderada mais próxima da defendida no Soldado Prático do que da advogada por Nunes Barreto. Contrariamente a ambos, todavia, em nenhum ponto se refere às polémicas da Contra-Reforma que tinham marcado a década de 1560 e não emite opinião sobre o entrelaçamento de política e religião.<sup>129</sup>

Em contraponto em diversos aspectos à relação de Fonseca, encontra-se a relação de D. Jorge Temudo, escrita em 1569, o qual começara por ser bispo de Cochim desde 1560 e em 1567 fora elevado a arcebispo de Goa devido à resignação de D. Gaspar de Leão Pereira. Na qualidade de arce-

<sup>123</sup> Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, pp. 141, 148-149, 155-156, 164 e 166-167.

<sup>124</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, caps. 3 e 15.

<sup>125</sup> Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, pp. 142, 146, 150, 152-153 e 171.

<sup>126</sup> Cf. *Idem*, p. 157.

<sup>127</sup> Cf. *Idem*, pp. 159-160 e 180.

<sup>128</sup> Cf. *Idem*, pp. 175-176.

<sup>129</sup> Cf. Marcocci, Giuseppe, *A consciência de um Império. Portugal e o seu mundo (Séculos XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 328-329.

bispo, presidiu ao primeiro Concílio Provincial de 1567, publicou as constituições da arquidiocese bem como os decretos do Concílio de Trento. Antes de falecer em 1571 foi ainda governador na ausência do vice-rei D. Luís de Ataíde quando este ocupou Onor e Mangalor em 1569.<sup>130</sup> A relação de Temudo foi escrita, segundo informa, a pedido do rei e destaca-se desde logo por ser a que foi redigida por quem detinha mais influência na Índia e no Reino junto das elites decisoras. Contrariamente ao que seria de esperar, a relação de Temudo aproxima-se bem mais do Soldado Prático do que das ideias defendidas por Belchior Nunes Barreto. O facto do arcebispo identificar como os três males da Índia a falta de justiça, os triénios e a ociosidade da fidalguia<sup>131</sup> lembram de imediato as posições do soldado.

Não só o arcebispo defende devassas gerais a todos os capitães e oficiais do rei, como critica as nomeações de recompensa e sugere que ao invés o rei as sujeite a confirmação pelo vice-rei de forma a punir exemplarmente os capitães que depois de prevaricarem ficavam impunes. Temudo alinha também nas críticas feitas por Couto e Belchior Nunes Barreto aos fidalgos mancebos, aconselhando explicitamente o rei a não dar tantos ouvidos às intrigas da fidalguia. Colocando-se do lado dos vice-reis a quem reconhece a dificuldade de governar perante a influência da fidalguia no Reino sugere ao rei que crie um conselho da Índia para ler anualmente a documentação remetida da Ásia e o auxiliar na tomada de decisões. Nessa sequência afirma que “Não hee tão perigoso o Cabo da Boa Esperança pera as naos, quanto o cabo dos governadores pera este Estado” numa também crítica directa ao sistema vice-real que o leva a escrever “antes um mediocre viso-rey perpetuo, que cada três annos hum muito escolhido”. Na sua opinião, o governo trienal era mesmo o pior dos males da Índia.<sup>132</sup>

Se no diagnóstico, o arcebispo concorda essencialmente com Couto, já nas panaceias defendidas para reformar o Estado da Índia aproxima-se mais de Belchior Nunes Barreto e João da Fonseca. Recorrendo à expressão usada por Couto, o “jardim dos vice-reis”, para se referir às desordens na matrícula da Índia, defende explicitamente a sua extinção e substituição pelo sistema das ordenanças, algo que nem Couto nem Belchior Nunes afirmam explicitamente e que apenas o arcebispo e João da Fonseca afirmam com clareza.<sup>133</sup> Além disso, o arcebispo assume clara-

<sup>130</sup> Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, p. 136.

<sup>131</sup> Cf. *Idem*, p. 186.

<sup>132</sup> Cf. *Idem*, pp. 186-193 e 194.

<sup>133</sup> Cf. *Idem*, pp. 148, 168-169 e 195-196.

mente a necessidade do rei deixar de nomear os fidalgos para os recompensar e pede explicitamente que os envie desenganados da busca de mercês e do enriquecimento fácil.<sup>134</sup>

Na política expansionista, o arcebispo aproxima-se das posições de Nunes Barreto embora com mais realismo e com propostas concretas. Face ao problema do Achém reconhece a impossibilidade da jornada para um vice-rei de três anos e defende que o rei nomeie um governador para Malaca, tal como fizera naquele ano de 1569 com Francisco Barreto para o Monomotapa. Defende também a conquista de Ceilão com a necessidade de defesa do reino de Kotte mas sugerindo a aliança matrimonial de Dharmapala com o reino de Cândia e militar com Jafanapatão de forma a cercar e isolar Sitawaka. Ainda assim, aproxima-se da visão do Soldado Prático quando defende a necessidade de ocupação do sultanato guzerate e a transferência da capital para Damão,<sup>135</sup> contrariamente a Nunes Barreto e Fonseca. Com o vedor, partilha a defesa da privatização dos comércios na Ásia desde que seja o vice-rei a negociar os contratos.<sup>136</sup> A sua linha de defesa da instituição vice-real, em colaboração estreita com o poder eclesiástico que personificava, acaba por ser o ponto mais claro de confluência com a relação de Nunes Barreto. Nos restantes aspectos, não deixa de ser interessante notar como não se refere em nenhum momento às polémicas contra-reformistas da década de 1560. Neste aspecto, a descolagem das posições de Nunes Barreto é uma conclusão e ainda mais visível quando Temudo é o único a defender a nomeação de um cronista da Índia com salário e juramento de forma a dar continuidade à escrita da história dos vice-reis mas desde que fosse residente na Índia.<sup>137</sup>

Assim, como já foi afirmado por Luís Filipe Thomaz, a relação do arcebispo acaba por ser aquela que se revela mais lúcida no diagnóstico e nas propostas reformistas.<sup>138</sup> Se é verdade que D. Jorge Temudo concorda muito com os diagnósticos de Couto, destaca-se claramente no manancial de propostas reformistas apresentadas em diversas áreas, mesmo quando comparada com a de João da Fonseca. Além disso, como se realçou pelo seu estatuto social e político, a relação do arcebispo tinha condições para ter melhor acolhimento junto do poder político do que as de Nunes Barreto, João da Fonseca ou o Soldado Prático de Diogo

<sup>134</sup> Cf. *Idem*, p. 202.

<sup>135</sup> Cf. *Idem*, pp. 208-212.

<sup>136</sup> Cf. *Idem*, pp. 217-219.

<sup>137</sup> Cf. *Idem*, pp. 214-215.

<sup>138</sup> Cf. Thomaz, Luís Filipe, *Op. Cit.*, p. 505.

do Couto. Resta, assim, procurar perceber qual o impacto que cada uma destas relações teve nas políticas gizadas por D. Sebastião para o Estado da Índia.

## Conclusão

Das relações aqui analisadas existem poucas dúvidas de que o Soldado Prático de Diogo de Couto será aquele que menos terá influenciado o rei. Tal prende-se não apenas com o menor estatuto político e social de Couto mas também com a forma de escrita pedagógica da sua obra que a tornava menos assumidamente reformista que as relações referidas. Existem poucas dúvidas que a linha de reforço da cooperação entre o poder político e o religioso, defendida na relação de Belchior Nunes Barreto como panaceia dos males da Índia, foi plenamente adoptada por D. Sebastião na sua política asiática. Tal foi visível na expedição do Monomotapa de Francisco Barreto com as ordens e poderes conferidos por D. Sebastião ao padre jesuíta Francisco de Monclaros, mas também na deposição do vice-rei D. António de Noronha, em 1573, executada pelo arcebispo de Goa D. Gaspar de Leão Pereira a mando de D. Sebastião.<sup>139</sup> Já a relação de João da Fonseca com a sua insistência na proposta de privatização do comércio, também viu a sua aplicação surgir em 1570 com as ordens então exaradas por D. Sebastião para a Ásia. Ainda assim, a relação que nos parece ter surtido mais efeitos duradouros junto do rei foi a do arcebispo D. Jorge Temudo.

Como se viu, coube a Temudo a sugestão de divisão do governo de Malaca, a qual D. Sebastião executou em 1571 como é conhecido. Também é difícil negar alguma influência da sua relação na decisão régia de ordenar pela primeira vez a demissão de um vice-rei, em 1573, uma vez que na sua relação se D. Jorge Temudo, por um lado, defendia claramente o reforço da instituição vice-real, por outro, não deixava de reconhecer que caso o vice-rei governasse mal o rei não devia hesitar em depô-lo.<sup>140</sup> Todo o contexto da deposição do vice-rei D. António de Noronha e os desaguizados entre Francisco Barreto e o padre Francisco de Monclaros na jornada do Monomotapa, ambos tendo como base ordens sebasticas de aliança entre missão e conquistas,<sup>141</sup> foram influenciados pelas concepções defendidas em relações como as de Belchior Nunes Barreto

<sup>139</sup> Cf. Vila-Santa, Nuno, "A Coroa....", pp. 60 e seguintes.

<sup>140</sup> Cf. Wicki, Joseph S. J., *Op. Cit.*, pp. 190-191.

<sup>141</sup> Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, pp. 155-156.



e de D. Jorge Temudo. É importante não esquecer a ligação de ambos ao padre Luís Gonçalves da Câmara, e por essa via, a Martim Gonçalves da Câmara, a figura destacada nos negócios políticos do Reino durante os primeiros anos do governo de D. Sebastião e que só um estudo aturado poderá confirmar se esteve ou não por detrás dessas ordens, como aparentemente parece ter estado.<sup>142</sup>

Porém, a influência destas relações teve ainda uma consequência mais directa. Na medida em que todas apelavam, umas de forma mais directa, outras mais indirectamente, à nomeação de uma figura com plenos poderes para poder reformar a Índia, a ligação com o contexto da primeira nomeação vice-real de D. Luís de Ataíde, em 1568, em especial os poderes e missão a este atribuídos<sup>143</sup>, é evidente. E se tal é especialmente aplicável às relações cronologicamente anteriores de Belchior Nunes Barreto e João da Fonseca, já para o Soldado Prático e a relação do arcebispo é possível estabelecer uma ligação com a indigitação cronologicamente posterior do vice-rei D. António de Noronha, em 1571, nomeado para prosseguir a linha reformista com a divisão dos governos da Índia, motivo pelo qual usufruiu de poderes reforçados.<sup>144</sup>

O relativo malogro dos intentos reformistas de D. Sebastião, visível no falhanço da implementação das ordenanças com D. Luís de Ataíde, e no caso de D. António Noronha com o fracasso na divisão dos governos da Índia e sobretudo o então considerado fracasso da expedição do Monomotapa, afectaram directamente o compromisso régio com uma política reformista na Ásia. A tal acresceu a viragem sebástica para o Norte de África desde 1573. As circunstâncias atípicas da governação de António Moniz Barreto (1573-1577)<sup>145</sup> materializaram não apenas essa viragem mas também a ideia do abandono do Estado aos fidalgos, criando condições para a redacção de uma obra de pendor político-religioso como o *Primor e Honra da Vida Soldadesca*,<sup>146</sup> o qual tende a ser visto como

---

<sup>142</sup> No caso do Monomotapa, é conhecida a assinatura de Martim Gonçalves, enquanto presidente da Mesa de Consciência e Ordens, ao parecer favorável à expedição. Já quanto à deposição de D. António de Noronha é mais difícil traçar a sua ligação a esta.

<sup>143</sup> Cf. Vila-Santa, Nuno, *Entre o Reino e o Império: a carreira político-militar de D. Luís de Ataíde (1516-1581)*, Lisboa, ICS/Câmara Municipal de Peniche, 2015, pp. 130-141.

<sup>144</sup> Cf. Vila-Santa, Nuno, "A Coroa...", p. 59.

<sup>145</sup> Cf. Vila-Santa, Nuno, "Revisitando o Estado da Índia nos anos de 1571 a 1577", *Revista de Cultura*, nº 36, 2010, pp. 97-104.

<sup>146</sup> Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, "Pena...".



complementar ao primeiro Soldado Prático de Couto.<sup>147</sup> De não despendiendia influência, neste contexto, foi também a obra de 1573 do arcebispo de Goa D. Gaspar de Leão Pereira, *Desengano dos Perdidos*, escrita em tom apocalíptico, após os cercos de Goa e Chaul e a batalha de Lepanto, como já foi realçado por variados autores.<sup>148</sup>

Precisamente numa tentativa de inverter a ideia contemporânea de abandono do Estado da Índia, D. Sebastião indigitou novamente D. Luís de Ataíde, já 3º conde de Atouguia, para vice-rei em 1577, com o intuito preciso de moralizar hábitos e costumes após a crise política de 1576-77. Todavia, a crise dinástica e a entronização dos Áustrias em Portugal, em nossa opinião, contribuíram para o reforço dos discursos de decadência que já se prefiguravam no final do reinado de D. Sebastião. Na medida em que a sucessão de Filipe II na Coroa Portuguesa e o seu regresso a Madrid em 1583 deixaram um sentimento de orfandade política em Portugal, este naturalmente alargou-se ao Império e não tardou a manifestar-se na Índia com o aparecimento de novos escritos arbitristas que se destacaram por formulações mais tremendistas que os anteriores.

Entre estas avulta precisamente o segundo Soldado Prático de Couto, o qual tendo iniciado a sua escrita na sequência da deposição do vice-rei D. António de Noronha, em 1573, foi preparado para edição apenas em 1611,<sup>149</sup> razão pela qual foi actualizado em tantos aspectos que quase parece uma nova obra.<sup>150</sup> Por essa época, a obra que fora composta com um claro tom reformista era a *Reforma da milícia e governo do Estado da Índia Oriental* de Francisco Rodrigues de Silveira, escrita para ser lida pelos decisores do Reino<sup>151</sup> e com propostas claras e bem mais exequíveis que as de Couto. Este facto explica que também para o segundo Soldado Prático se repita a ideia de que Couto é mais um denunciador, aliás plenamente confirmado pelos relatos de estrangeiros que passaram por Goa em finais do século XVI e inícios do século XVII,<sup>152</sup> do que um refor-

<sup>147</sup> Cf. *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia*, edição de Laura Monteiro Pereira, Maria Augusta Lima Cruz e Maria do Rosário Laureano Santos, Ericeira, Editora Mar de Letras, 2003, p. 32.

<sup>148</sup> Cf. Faria, Patrícia Souza de, "Reforma e Profecia: a acção do arcebispo de Goa e místico D. Gaspar de Leão", *Historia*, nº 28, 2009, pp. 146 e 162-163; Ventura, Ricardo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 65.

<sup>149</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, pp. 255 e 257; Couto, Diogo do, *O Soldado...*, pp. 16 e 21-22.

<sup>150</sup> Cf. *Idem*, pp. 219 e 211.

<sup>151</sup> Cf. Silveira, Francisco Rodrigues, *Op. Cit.*, p. xlvii; Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

<sup>152</sup> Cf. Winius, George, *Op. Cit.*, pp. 83-84.

mista puro.<sup>153</sup> Assim se explicam também as imensas diferenças para com o primeiro Soldado Prático, entre as quais o tom mais veemente e amadurecido das críticas,<sup>154</sup> mas também o acentuar das contradições reformistas de Couto já apontadas por Luís Filipe Thomaz.<sup>155</sup> A percepção de um maior afastamento dos Áustrias na sua política asiática por comparação ao investimento que os Avis tinham votado ao Estado da Índia e não apenas a chegada dos adversários europeus, ajudam a explicar a concentração neste período de arbitrismos bem mais assumidamente críticos do que no período sebástico, e sobretudo o tom desiludido de Couto no segundo Soldado Prático. Note-se, paradoxalmente, que tal sucedeu no exacto momento em que o Estado da Índia atingiu a sua máxima dimensão nos finais do século XVI e inícios do século XVII.

Tal como defende Maria Augusta Lima Cruz, o que todos estes autores têm de comum é o sentimento de impotência perante a magnitude dos problemas colocados ao Estado da Índia e a perspectiva da sua difícil resolução. A tal acresceu o receio de abandono do Estado aos fidalgos e da sua subalternização no âmbito das prioridades da Coroa para o Império<sup>156</sup>, como sucedeu durante parte do governo sebástico e se tornou mais evidente com a viragem atlântica crescentemente consumada com a transição filipina. Talvez, por isso mesmo, e numa tentativa de convocar de novo o interesse da Coroa e dos decisores políticos para a Ásia, Couto no segundo Soldado defende a territorialização de forma diferente da que fizera no primeiro soldado, sobretudo ao terminar o segundo com o apelo da conquista do Monomotapa,<sup>157</sup> e em consonância com as propostas territorialistas de Silveira.<sup>158</sup> Também a defesa de um retorno às armas surge mais clara no segundo Soldado e sobretudo na Reforma-ção,<sup>159</sup> embora já tivesse sido defendida antes muito claramente pelo autor anónimo do Primor e Honra da Vida Soldadesca.<sup>160</sup>

Na base original do mal-estar e das iniciais propostas reformistas, estava, contudo, o desajuste de diversas estruturas do Estado bem como a tensão entre os casados e a fidalguia. O ambiente crescente de dissocia-

---

<sup>153</sup> Cf. Silveira, Francisco Rodrigues, *Op. Cit.*, pp. xxxix e xlvii; Winius, George, *Op. Cit.*, p. 79; Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

<sup>154</sup> Cf. Couto, Diogo do, *Op. Cit.*, p. 219; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

<sup>155</sup> Cf. Thomaz, Luís Filipe, *Op. Cit.*, pp. 505 e 507.

<sup>156</sup> Cf. Cruz, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*

<sup>157</sup> Cf. Couto, Diogo do, *O Soldado...*, p. 31.

<sup>158</sup> Cf. Silveira, Francisco Rodrigues, *Op. Cit.*, p. XXXVIII.

<sup>159</sup> Cf. *Idem*, livro II, p. 94 e seguintes.

<sup>160</sup> Cf. *Primor...*, IV parte, pp. 225 e seguintes.

ção dos interesses entre nobreza do Reino e a sociedade local tornado visível pela crise político-militar de 1565-75, propiciou não apenas o contexto cultural de produção do segundo Soldado Prático de Couto ou da Reformação de Silveira, mas também está na base dos projectos reformistas do reinado sebástico esperanças que o jovem monarca pudesse reformar a Ásia. É precisamente nessa linha que as relações de Belchior Nunes Barreto, João da Fonseca, D. Jorge Temudo e o primeiro Soldado Prático são exemplares. Desta forma, é o malogro dos intentos reformistas de D. Sebastião, em especial a incapacidade já apontada por Luís Filipe Thomaz para cumprir as expectativas de uma política que reformasse de alto a baixo da sociedade portuguesa quinhentista,<sup>161</sup> e os seus múltiplos efeitos políticos e culturais que necessitam de estudo de forma a melhor enquadrar obras como o segundo Soldado Prático ou a Reformação de Silveira.

---

<sup>161</sup> Cf. Thomaz, Luís Filipe, *Op. Cit.*, pp. 487, 499, 506 e 508.



**“Porque eu quero também vender o meu saber,  
pois sou mal pago de meu serviço”.  
Alvitres e quimeras políticas de Diogo do Couto**

JOÃO TELES E CUNHA \*

A citação de Diogo do Couto, retirada do seu primeiro “Soldado Prático”,<sup>1</sup> alude a um dos aspectos conhecidos da obra do cronista, o seu pendor alvitrista como se dizia à época, ou seja, o de oferecer um conselho de índole reformista plasmado numa narrativa organizada cujo fim confesso era duplo: por um lado ser publicado e por outro captar a atenção do Príncipe com o objectivo de aplicar as medidas expostas para regenerar um quadro tido como mau, sendo o arbitrista eventualmente recompensado pelo serviço prestado como refere a epigrafe. Tal aponta, desde já, para uma construção retórica onde os argumentos são escolhidos e encadeados de modo a atingir o fim desejado e não em função de uma “verdade” factual relatada de uma maneira mais ou menos objectiva. O método escolhido passa pela selecção dos acontecimentos reais analisados de forma isolada usados como exemplos, ou mesmo recriados sem os contextualizar necessariamente, com o fito de

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 221-283 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Instituto de Estudos Asiáticos da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa); CHAM Centro de Humanidades, FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/UAç. Este texto é dedicado a Maria Augusta Lima Cruz, responsável pela minha entrada no universo “coutiano” aquando da edição da sua “Década Quarta”. Agradeço ainda a Rui Loureiro a paciência e boa vontade com que esperou, e desesperou, pelo texto.

<sup>1</sup> Cf. Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, introdução, ensaio de leitura, glossário e índice onomástico por António Coimbra Martins, Lisboa: CNCDP, 2001, p. 416.

fabricar imagens potentes que transmitam, ao longo da narrativa, uma situação descrita negativamente para a contrapor com a solução que a vai remediar.

A forma usada, isto é o texto em si, variou muito consoante os autores, tendo Couto recorrido ao artifício do diálogo, de resto o preferido pelos cultores do discurso reformista durante os séculos XVI e XVII, ultrapassando desta maneira o fim do Humanismo que o viu renascer. A forma dialogal adequa-se ao escopo do autor, pois possui um forte pendor pedagógico na exposição dos argumentos por meio de personagens-tipo que entram em cena, sendo a sua opinião contraposta pelo raciocínio do protagonista que destrói a argumentação contrária, desfaz as dúvidas e indica o caminho a seguir. O protagonista é, regra geral, uma transfiguração do criador da obra que pode aparecer enquanto tal com o seu nome próprio, a exemplo de Garcia da Orta nos “Colóquios dos Simples” (1556),<sup>2</sup> ou simplesmente como ‘Autor’ no caso de D. Francisco Manuel de Melo no seu “Hospital das Letras” (ca. 1654);<sup>3</sup> havendo outros, como Couto e os seus ‘Soldados Práticos’, que surgem sob a forma de um alter ego com o qual se identificam e revêem.

Nem todo o alvitre adopta o diálogo enquanto processo literário, porque alguns textos são curtos demais e não se justifica a sua utilização, havendo outros autores que usam formas expositivas mais simples, a exemplo dos “Discursos vários políticos” do chancre eborense Manuel Severim de Faria.<sup>4</sup> Aqui, a palavra ‘discurso’ possui o sentido do termo dialéctico clássico,<sup>5</sup> enquanto forma de expor um raciocínio passando de um argumento para o seguinte, sendo que alguns escritores dominam melhor a língua e são mais cultos, pelo que o resultado final varia muito quanto à sua legibilidade e inteligibilidade. Assim, ao longo da sua existência, o alvitismo produziu cartapácios ilegíveis, sendo Duarte Gomes Solis o caso mais conhecido. A sua prosa mais conhecida era de

<sup>2</sup> Cf. Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, edição anotada pelo Conde de Ficalho, (reimpressão da edição da Imprensa Nacional de 1891), 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, passim.

<sup>3</sup> Jean Colomès, *Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo*. Texte établi d’après l’édition princeps et les manuscrits, variantes et notes, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1970, o problema da datação está referido nas páginas XII-XVI. Veja-se ainda Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo. Esboço biographico*, (reimpressão da edição da Academia das Ciências de 1914), Lisboa: Fenda, 1996, pp. 285-288, onde se contextualiza a criação do “Hospital de Letras”.

<sup>4</sup> Manuel Severim de Faria, *Discursos vários políticos*, introdução, actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

<sup>5</sup> A este propósito veja-se Rafael Bluteau, *Vocabulário portuguez e latino*, vol. III, p. 245 s.v.

leitura difícil já à época, por ser redigida num castelhano eivado de lusismos, conforme teremos ocasião de comprovar.

Mas regressemos a Diogo do Couto o alvitrista e aos seus dois diálogos do “Soldado Prático”. Podemos dizer que, de certa forma, o cronista deu origem a um gênero ou subgênero literário, pelo menos no tocante ao império português em geral e ao Estado da Índia em particular, o qual conheceria ampla fortuna nos séculos seguintes, vindo inclusive a ser usado em épocas próximas da nossa para outros fins com os quais partilhava o tom e o fundo moralista e moralizador.<sup>6</sup> A este respeito falamos, como devem ter adivinhado, de uma corrente literária e historiográfica possuidora de um discurso sobre a ideia de “Decadência / Declínio” que fez escola em Portugal a partir de Oitocentos, para a qual os textos de Couto, cujo “Soldado Prático” foi impresso mais de dois séculos após ter sido redigido (1790),<sup>7</sup> tornar-se-iam cruciais para o seu desenvolvimento e posterior enraizamento entre os escritores, historiadores, ensaístas e polemistas portugueses. Paradoxalmente, as palavras “declínio” e “decadência” estão ausentes da obra de Couto, mesmo no seu “Soldado Prático” mais tardio (terminado por volta de 1610), o qual

<sup>6</sup> A bibliografia sobre o tom moralista de obras da cultura portuguesa a respeito do império é imensa e não cessa de crescer, veja-se um dos primeiros a tratar do tema: Hernani Cidade, *A literatura portuguesa e a expansão ultramarina. As ideias, os sentimentos, as formas de arte*, vol. I, (Séculos XV e XVI), Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943, pp. 120-126.

<sup>7</sup> Diogo do Couto, *Observações sobre as principais causas da decadência dos portugueses na Ásia escritas por Diogo do Couto em forma de dialogo com o título de Soldado Prático*, editado por António Caetano do Amaral, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790. De notar que Caetano do Amaral usou o termo «decadência» no título da sua edição do “Soldado Prático”, dando o mote aos que se seguiriam na utilização desta obra como pedra de toque de um certo “gênero” literário em Portugal. António Coimbra Martins vê nesta transformação uma influência de Montesquieu e da sua obra “*Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*”, publicada pela primeira vez em 1734 (cf. Diogo do Couto, *O primeiro Soldado Prático*, p. 211), a qual influenciou uma obra posterior de maior envergadura da autoria de Edward Gibbon, “*A History of the Decline and Fall of the Roman Empire*”, impressa entre 1776 e 1789, e por isso contemporânea da edição de Caetano do Amaral. Suspeita-se que Caetano do Amaral possa ter lido a obra de Montesquieu, mas duvida-se que tivesse conhecimento da de Gibbon, sobretudo por causa do papel que este atribui ao cristianismo no declínio, queda e desagregação do império romano, o que lhe valeu ser colocada, a obra em questão, no índice de livros proibidos da Igreja Católica em 1783. Caetano do Amaral, para mais, estava ligado ao Santo Ofício desde 1791, onde chegou a inquisidor da Inquisição de Lisboa em 1816 (cf. Manuel Lopes de Almeida, “Introdução” in António Caetano do Amaral, *Para a História da legislação e dos costumes de Portugal*, s/l: Livraria Civilização Editora, 1945, p. XXIII).

refere apenas os “enganos e desenganos da Índia”.<sup>8</sup> Esta é, de resto, a terminologia seguida pelos restantes cultores do género alvitrista no Estado, com relevo para Francisco Rodrigues da Silveira, que menciona e reforça a ideia de “reforma”, “desordem” e “mau governo” num tratado cuja gestação e redacção é coeva do segundo “Soldado” do nosso cronista.<sup>9</sup> Aliás, um outro texto tradicionalmente emparceirado com estes dois de Couto, o “Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia”, composto entre o fim da escrita do primeiro e do segundo “Soldado Prático”,<sup>10</sup> nem sequer faz uso deste vocabulário. E o derradeiro texto da tetralogia canónica, a “Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão” da autoria de João Ribeiro, cuja escritura final terminou por volta de 1685, apenas usa palavras como “erros” e “desacertos” à hora de sugerir o que devia ter sido feito para evitar a perda da ilha.<sup>11</sup>

Tal não é de espantar, pois o substantivo “decadência” só está registado pela primeira vez em Portugal em 1779 e o seu uso vulgariza-se apenas no século XIX, tal como o adjetivo “decadente”, ambos de origem francesa.<sup>12</sup> Apesar de chegarem tarde, os vocábulos conheceram uma grande voga e aceitação, com as consabidas implicações desde o célebre texto de Antero de Quental proferido nas Conferências do Casino em 1871: “Causas da decadência dos povos peninsulares”.<sup>13</sup> Desde então o discurso reformista dos alvitres de Couto e de outros arbitristas não voltou a sair de moda e os seus escritos tiveram mais edições, conheceram mais circulação e foram mais discutidos que no seu tempo

<sup>8</sup> Veja-se tanto a edição de Manuel Rodrigues Lapa, *O Soldado Prático*, (3.<sup>a</sup> edição), Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980; como a de Ana Maria Garcia Martin, *O Soldado Prático*, Coimbra: Angelus Novus, 2009.

<sup>9</sup> Francisco Rodrigues Silveira, *Reformações da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, transcrição, notas e índice de Benjamim N. Teensma, introdução histórica de Luís Filipe Barreto, George Davidson Winius e Benjamim N. Teensma, Lisboa: Fundação Oriente, 1996, no qual se coloca a gestação por volta de 1599 e a sua sexta redacção data de 1621-1622, p. XII.

<sup>10</sup> *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia (anónimo do século XVI)*, edição actualizada, introdução e elucidário por Laura Monteiro Pereira, revisão, texto da edição, com respectivas anotações e glossário por Maria Augusta Lima Cruz, citações em latim no corpo do texto por Maria do Rosário Laureano Santos, Ericeira: Mar de Letras Editora, 2003, coloca a sua redacção cerca 1571, p. 28.

<sup>11</sup> João Ribeiro, *Fatalidade histórica da ilha de Ceilão*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, vol. 3, Lisboa: Publicações Alfa, 1989, Livro III, Discursos que mostram os desacertos que houve na conquista da Índia e só nos convinha povoar Ceilão, pp. 161-199.

<sup>12</sup> Cf. José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, (2.<sup>a</sup> edição), vol. II, Lisboa: Editorial Confluência/Livros Horizonte, 1967, s.v.

<sup>13</sup> Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, discurso proferido por [...], Porto: Tipografia Comercial, 1871.



por paradoxal que tal nos possa parecer. Mas tal também contribuiu para empobrecer o discurso histórico ao tomar a retórica destes autores numa verdade factual, porque a utilização de um texto publicado é mais fácil a todos os níveis que a pesquisa de fontes manuscritas em arquivos e bibliotecas nem sempre bem organizadas. E, para mais, há uma quantidade ingente e aparentemente infindável de alvitres de dimensão variada em arquivos e bibliotecas portuguesas e estrangeiras, que tanto alimentam actualmente os detractores do império, como anos atrás animavam os seus defensores, que os viam como uma tentativa fracassada de reformar e de sustentar o edifício imperial português.

A obra historiográfica mais destacada que trata desta literatura alvitrista é, quiçá, “A Lenda Negra da Índia Portuguesa”. Publicada inicialmente em inglês em 1985<sup>14</sup> e vertida para português em 1994,<sup>15</sup> o seu subtítulo é todo um programa de intenções: “Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o «Soldado Prático»: Uma contribuição para o estudo da corrupção política nos impérios da Europa na Idade Moderna”. Para mais, a edição original indiana está ilustrada nas contraguardas com um desenho da autoria de Dick de Boer, onde cinco figuras em silhueta caminham em fila indiana encabeçadas por um rato enquanto se roubam umas às outras sobre a citação do cronista: “Mas é esta nação tão coitada, (...), que trabalhamos por nos aniquilarmos uns aos outros.”, retirada do segundo “Soldado Prático”.<sup>16</sup> O trecho está truncado, pois a frase completa restitui o espírito da cena em questão, uma violenta catilinária contra a Casa dos Contos de Goa, a mercantilização e as negociatas feitas à conta do esforço e sacrifício dos soldados que defen-

<sup>14</sup> George Davidson Winius, *The Black Legend of Portuguese India. Diogo do Couto, His Contemporaries and the Soldado Prático. A Contribution to the Study of Political Corruption in the Empires of Early Modern Europe*, Xavier Centre of Historical Research Studies Series n.º 3, Nova Delhi: Concept Publishing House, 1985. O historiador voltaria a reincidir no ano seguinte no artigo “The Portuguese Asia ‘Decadencia’ Revisited” in A. Hower e R. A. Preto-Rodas (eds.), *Empire in Transition: The Portuguese World in the Time of Camões*, Gainesville: The University Press of Florida, 1985, pp. 110-125.

<sup>15</sup> George Davidson Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa, Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático. Contributo para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa moderna*, Lisboa: Edições Antígona, 1994.

<sup>16</sup> Cf. Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, edição de Manuel Rodrigues Lapa, p. 122. De assinalar, ainda, que a edição indiana do livro de Winius tem mais duas ilustrações: uma é o desenho da capa que alude ao roubo da obra de Couto por um homem com a cara tapada por uma mascarilha negra (passe o anacronismo), que furta o manuscrito; enquanto na contracapa se vê um vice-rei que volteia a sua bengala no ar para a usar como uma espécie de cachaporra.

diam o Estado,<sup>17</sup> ao fazer o contraponto com as demais nações “que sempre folgaram de engrandecer seus naturais, que achamos por essas escrituras, assi gregas como romanas, alevantados grandes capitães de homens bem baixos, porque em todas se estimaram sempre muito as virtudes e o valor”.<sup>18</sup> Assinale-se como Couto usa o prestígio da Antiguidade Clássica como contraponto moral para os “enganos” e “desenganos” da Índia Portuguesa sua contemporânea, tanto mais que os autores gregos e romanos serviam de caução e autoridade aos ataques desferidos pelo nosso alvitrista; pese este recorrer um pouco mais abaixo a uma epígrafe de Camões, outro exemplo de soldado prático mal recompensado, para reforçar a ideia que os portugueses não estimavam as virtudes.

Regressemos a Winius e à sua obra de 1985, para a analisarmos à luz do tempo, nomeadamente a utilização da expressão “Lenda Negra”, tradicionalmente ligada à Espanha dos Áustrias desde o reinado de Filipe II (r. 1556-1598) e posta a circular pelos seus inimigos europeus para denegrir a sua hegemonia, pese haver motivos para tal, a exemplo do saque de Antuérpia (1576) levado a cabo por soldados espanhóis com os soldos em atraso, embora o episódio tenha sido magnificado e alimentado por via da imprensa “inimiga” nos decénios que se seguiram.<sup>19</sup> O interesse aqui é a sua conexão ao império português, mas não nos podemos esquecer que a união dinástica (1580-1640) acarretou uma mudança pejorativa no tom com que os demais europeus passaram a ver e a descrever os portugueses, de certa forma visível nas descrições de Goa e do Estado da Índia feitas por Jan Huyghen van Linschoten na década de 1580. Como o seu relato conheceu um sucesso sem par na Europa, com traduções para outras línguas vivas e mesmo para latim, tal contribuiu para fixar para a posteridade uma imagem nem sempre positiva da sociedade portuguesa na Índia, que outros autores europeus de passagem pela Ásia não cessaram de ecoar e amplificar a partir do

<sup>17</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, edição de Manuel Rodrigues Lapa, pp. 96-123. O ataque foi objecto de uma resposta cerca de 350 anos mais tarde por parte de Artur Águedo de Oliveira (*O libelo de Diogo do Couto contra os Contos de Goa*, Lisboa: Tribunal de Contas, 1960), tanto mais que o autor era à época presidente da instituição metropolitana que sucedeu à Casa dos Contos - o Tribunal de Contas.

<sup>18</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, edição de Manuel Rodrigues Lapa, p. 122.

<sup>19</sup> Veja-se Geoffrey Parker, *Empire, War and Faith in Early Modern Europe*, Londres: Allen Lane, 2002, pp. 143-144. Mas os detractores, caso dos ingleses, também ganharam uma “lenda negra” nomeadamente na repressão dos levantamentos na Irlanda desde os Tudor até ao governo de Oliver Cromwell, veja-se Jane H. Ohlmeyer, “‘Civilizing of those Rude Partes’: Colonization within Britain and Ireland, 1580s-1640s” in *The Oxford History of the British Empire*, dirigida por William Roger Louis, vol. I, *The Origins of Empire*, coordenado por Nicholas Canny, Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 124-147

século XVII. De resto, o próprio Winius dá conta desta evolução mediante a transcrição de uma frase do viajante francês Jean Mocquet (1575-1617): “Entre eles só existe usura, avareza, roubo, juras estranhas, de tal maneira que até os mais finos serão apanhados e enganados, porque na maior parte das vezes só há falsidades e mentiras”;<sup>20</sup> profundamente adulterada pelo seu tradutor alemão Johann Georg Schoch em 1688 e usada por Justus Strandes em 1899, sem questionar a sua veracidade, na conhecida obra sobre os portugueses na costa oriental africana.<sup>21</sup> Infelizmente este e outros *topos* não foram devidamente explorados por Winius, embora o historiador tivesse feito a ligação entre o conteúdo dos dois “Soldados Práticos” de Couto e o seu contributo para a disseminação de uma “Lenda Negra” sobre o império português na Ásia.

O propósito confesso de Winius em tratar o tema da “corrupção política” nos impérios europeus na Idade Moderna era algo relativamente novo à época, embora convenha ressaltar que a corrupção se trata de um fenómeno transversal aos demais impérios europeus na idade em apreço, podendo fazer-se o mesmo exercício viciado a partir do livro denunciador de William Bolts sobre os desmandos da East India Company no Bengala após a batalha de Plassey (1757).<sup>22</sup> Por isso, o autor devia ter optado por uma perspectiva comparada, para além de ter citado documentos contidos nos volumes dos “Livros das Monções” já

<sup>20</sup> A nossa citação baseia-se no texto de Jean Mocquet, cf. *Voyage à Mozambique & Goa. La relation de Jean Mocquet (1607-1610)*, texto estabelecido por Xavier de Castro e com uma introdução de Dejanirah Couto, Paris, Éditions Chandeigne, 1996, p. 109. Sobre o carácter dos portugueses na Índia veja-se esta relação nas pp. 104-122.

<sup>21</sup> “Entre eles só encontrareis mentira, traições, avareza, usura, ódio, raiva, discórdia, despeito, inveja, orgulho, arrogância, assassínios, homicídios, gulodice, embriaguez, volúpia, sodomia, lascívia, fornicção, adultério, blasfémias, pragas, insultos, quebra de juramentos e de todos os outros pecados em abundância. Só de observar tal espectáculo, fica-se com os cabelos em pé e não se pode deixar de estranhar a paciência de Deus com homens tão malvados”, in George Davidson Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, p. 8.

<sup>22</sup> William Bolts, *Considerations on Indian Affairs; Particularly Respecting the Present State of Bengal and its Dependencies*, (2.<sup>a</sup> edição), Londres: J. Almon/P. Elmsly/Brotherton & Sewell, 1772. O livro foi um êxito europeu, particularmente entre os inimigos dos britânicos, existindo uma edição em francês três anos mais tarde publicada na Haia, *État civil, politique et commerçant du Bengale; ou Histoire des Conquêtes et de l'administration de la compagnie angloise dans ce pays*, traduzido por M. Demeunier, 2 vols., Haia: Gosse Fils, 1775. Para um enquadramento da progressão da East India Company no Bengala veja-se P. J. Marshall, *Bengal the British Bridgehead. Eastern India 1740-1828*, vol. II-2, *The New Cambridge History of India*, coordenada por Gordon Johnson, (1.<sup>a</sup> edição 1987), Nova Delhi: Cambridge University Press, 2006.

publicados à época,<sup>23</sup> sem nunca contextualizar a sua origem nem conferir a veracidade das queixas. Winius, por outro lado, também devia ter visto tais queixas como uma forma do sistema funcionar na denúncia dos abusos e na sua tentativa de os debelar.

Se o propósito inicial de George D. Winius é louvável, o historiador americano acabou por cair na armadilha denunciada por si, a de seguir os textos narrativos moralizadores sobre o Estado da Índia escritos por Couto e outros sem comprovar e conferir as afirmações feitas em fontes manuscritas. Winius não está sozinho, pois há historiadores que também tomaram as afirmações de Couto à letra, caso de Vitorino Magalhães Godinho entre muitos outros, o qual segue, por exemplo, a indicação do cronista quanto à média da emigração anual portuguesa para a Ásia no princípio de Quinhentos (2-3 000 homens) e na população europeia no Estado da Índia por volta de meados da década de 1560 (15-16 000 pessoas),<sup>24</sup> quando as melhores estimativas disponíveis actualmente da autoria de T. Bentley Duncan inviabilizam tais quantitativos para a altura no que diz respeito ao fluxo migratório.<sup>25</sup>

Não são apenas exemplos actuais, porque já no século XVII se sentia o peso e a caução dos escritos de Couto na obra do seu primeiro biógrafo: Manuel Severim de Faria. A sua “Notícias de Portugal” impressa em 1655 aborda a questão demográfica partindo do princípio, errado como se sabe hoje, que a população portuguesa diminuiu a partir de 1500 devido a causas múltiplas, sendo a primeira “as nossas conquistas; porque estas ainda que foram de grande utilidade, assim para a propagação do Evangelho, como para o comércio do mundo, todavia defraudaram muito este Reino da gente, que lhe era necessária”.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Cf. George Davidson Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, pp. 193-208.

<sup>24</sup> “Mas agora que há quinze ou dezasseis mil homens, repartidos por fortalezas, cidades, vilas e castelos de Sua Alteza e outra que eles por si fizeram em terra e lugres de inimigos, (...)” in Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 416-417; Vitorino Magalhães Godinho, “Uma constante estrutural da história portuguesa a emigração - séculos XV-XX” in *Ensaios e Estudos*, vol. I, *Uma maneira de pensar*, Lisboa: Sá da Costa Editora, 2009, p. 183.

<sup>25</sup> Cf. T. Bentley Duncan, “Navigation Between Portugal and Asia in the Sixteenth and Seventeenth Centuries” in *Asia and the West. Encounters and Exchanges from the Age of Exploration. Essays in Honor of Donald F. Lach*, editado por Cyriac K. Pullapilly e Edwin J. Van Kley, Notre Dame (Ind.): Cross Road Book, 1986, pp. 3-25.

<sup>26</sup> Manuel de Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, introdução, actualização e notas de Francisco António Lourenço Vaz, Lisboa/Évora: Edições Colibri/Escola Secundária Severim de Faria, 2003, p. 18.

Severim de Faria, tal como escrevera Giovanni Botero antes dele,<sup>27</sup> associou a emigração portuguesa para o império com a falta de mão-de-obra necessária para mover a economia metropolitana, conforme o chantre eborense julgava notar de forma alarmante nos campos do seu Alentejo. O busílis da questão, segundo Severim, radicava na emigração para a Índia, porquanto esta “estando tantas mil léguas distante de Portugal, e com navegação tão perigosa, foi necessário tirar-se do Reino muita gente, tornando pouca, ou nenhuma dela; porque se intentaram povoar muitas cidades postas nas fronteiras dos mais poderosos príncipes do Oriente, (...); além de muitas outras fortalezas que não se referem, para as quais se requeria grande número de soldados, e uma despesa infinita”.<sup>28</sup>

Ao contrário de críticos anteriores que também defendiam o mesmo tipo de raciocínio, como Luís Mendes de Vasconcelos,<sup>29</sup> Severim de Faria procurou abalizar a sua análise com números retirados de arbitristas que tinham escrito sobre o tema, com relevo para Diogo do Couto e Duarte Gomes Solis, cujas obras manuscritas e impressas repousavam nas prateleiras da sua biblioteca. A Couto, do qual possuía uma cópia do ainda inédito segundo ‘Soldado Prático’,<sup>30</sup> Severim de Faria foi buscar o censo dos dezasseis mil portugueses existentes na Índia no reinado de D. Sebastião (r. 1557-1578).<sup>31</sup> E no tocante ao cálculo da emigração anual de Portugal para a Ásia, as contas do chantre também se basearam na experiência pessoal de Couto, segundo a qual só chegaram vivos à Índia metade dos cerca de 4 000 homens embarcados consigo na armada do governador António Moniz Barreto (1573-1576) em 1573,<sup>32</sup>

<sup>27</sup> Giovanni Botero, *Da razão de estado*, coordenação e introdução de Luís Reis Torgal e tradução de Rafaella Longobardi Ralha, Coimbra: INIC/Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 161-162.

<sup>28</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, p. 21.

<sup>29</sup> Luís Mendes de Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 42-81. Veja-se ainda a edição desta obra feita por António Sérgio, *Antologia dos economistas portugueses. Século XVII. Obras em português*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924 (reimpresso pela Livraria Sá da Costa Editora em 1974), pp. 3-169. Sérgio também fez, nesta coletânea, a edição anotada do texto acima referido de Severim de Faria e do texto “Sobre a introdução das artes” de Duarte Ribeiro de Macedo, a par de um prefácio cheio de propósitos reformistas para o seu próprio tempo dando continuidade ao pendor alvitrista dos textos que publicava e anotava, mostrando deste modo a persistência de uma certa tendência cultural vigente em Portugal desde a Idade Moderna, cf. pp. III-LII.

<sup>30</sup> “Vida de Diogo de Couto” in *Discursos vários políticos*, pp. 175-176.

<sup>31</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, pp. 22-23.

<sup>32</sup> Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia*, IX, cap. xi. Nesse ano partiram quatro naus sob comando de D. Francisco de Sousa (cf. Ernesto de Vasconcelos, “Relação de capitães mores e naos que vierão do Reino a este Estado da Índia des do seu descobrimento” in separata do *Boletim*

obtendo deste modo uma média de 2 000 portugueses a fixarem-se no Oriente por ano. Tal cômputo tinha tanta probabilidade de acertar no número de quantos portugueses chegavam à Ásia quanto o feito pelo arcebispo de Goa D. Gaspar de Leão (1560-1567, 1574-1576) em 1573, o qual colocou na boca do seu soldado veterano ferido no cerco de Goa (1570-1571) as seguintes palavras:

E quanto ao que dizes, que ha mister vir meio Portugal a refazernos, estàs enganado [dirigia-se ao capitão otomano com quem entabulava o diálogo] & muito mais quem tu disse: porque sam tantos os Portugueses na India que he necessario espalharense per muitas partes onde não temos fortalezas, nem guerra. Pera Goa & seus vizinhos bastão ao mais tres mil soldados, que ordinariamente se acham nas guerras da India. (...). E pera conseruar estes tres mil soldados, basta a gente ordinaria que vem cada anno, porque a mór perda que tiuemos depois que fomos senhores da India, foy nesta guerra que podiam faltar menos de quatrocentos homens, & as naos trazem mil homens ficam sobejando seiscentos pera se espalharem por este Oriente, porque como ja disse bastam tres mil Portugueses pera romper todo o poder que for contra elles.<sup>33</sup>

Segundo D. Gaspar, chegavam regularmente à Índia cerca de mil homens por ano, mais do que suficientes para suprir as necessidades militares do Estado e para se espalharem pela Ásia. Assinale-se, ainda, como o arcebispo também mencionou a cifra mágica de três mil homens, associando-os ao número de soldados existentes e necessários para repelir as ameaças externas do Estado da Índia. A recente vitória da pequena força portuguesa face a um ataque simultâneo feito a cinco cidades e fortalezas em 1570 teve a aura de um milagre, porque a superioridade e a invencibilidade proveio do facto de serem soldados

---

*da Segunda Classe*, vol. XVI, Academia das Ciências de Lisboa, 1925, p. 16), perfazendo uma média de mil homens por nau, referindo Couto que na sua vinham novecentos. Mas não se podem usar os dados de Couto como média para a época pela simples razão que boa parte dos homens embarcados em 1573 estava tocada pelo surto de peste que grassara em Portugal nesse ano, conforme o próprio narra, explicando assim uma mortalidade superior ao habitual na viagem de ida. No caso da embarcação de Couto a taxa de mortalidade atingiu 47,36%, ou seja quase metade dos homens embarcados.

<sup>33</sup> D. Gaspar de Leão: *Desengano de Perdidos. Reprodução do único exemplar conhecido com uma introdução por Eugenio Asensio*, Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1958, p. 34.

cristãos que combatiam os infiéis na óptica do prelado. O ponto interessante aqui é, contudo, a existência de um conjunto de ideias e de cálculos que circulava à época usado por mais de um autor, o qual foi corporizado em correntes políticas onde cada um se filiava e se servia destes argumentos ao seu dispor. Regressemos ao apuramento de Severim de Faria com base em Couto, para referir que fez escola, porque estes números foram os mesmos que Magalhães Godinho esgrimiou e trabalhou no século XX.

Este egresso permitiu-nos ver como um texto normativo com fins políticos confessos para reformar o Estado da Índia (como este deve ser em contraponto com o que se descreve) e para moralizar a sociedade (para esta se comportar de forma modelar face à situação vívida que ameaça a coesão do Estado), é uma narrativa construída onde a “realidade” descrita é escolhida e apresentada de maneira desagregada em função do objectivo. O problema é que a historiografia acaba por aceitar estes textos, caso dos dois “Soldados Práticos” de Couto, sem comprovar as afirmações feitas por meio de outras fontes. Daí propormos uma abordagem dupla para contextualizar o homem e as suas obras alvitristas de modo a:

- 1) Começar por estudar o papel do arbítrio/alvitre e a ocupação do alvitrista/arbitrista como conceitos e realidades típicas do mundo ibérico em geral e do português em particular na Idade Moderna, onde se filiam as obras de Couto;
- 2) Seguir o desenvolvimento de um género ou subgénero literário, especialmente ligado a ideias de reforma do Estado e do império, e acompanhar a produção arbitrista do cronista e as suas outras sugestões reformistas e políticas que se encontra na sua correspondência.

## I – O acolhimento do alvitre e o sucesso do alvitrista

“(…) porque alguma ora avera em que eu sirua a todas e falar a esses senhores do Conselho em mym para que ponha[m] os olhos nos meus negócios porque este he o der[r]adeiro legado [que] sobre esta matéria faço.”<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Carta de Diogo de Couto para D. Francisco da Gama, Goa, 27.12.1607 in Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 378.



Hoje em dia usa-se mais o vocábulo “arbítrio” e “arbitrista”, mas à época de Couto a terminologia utilizada correntemente era antes “alvitre” e “alvitrista”, conforme referia o Padre Bluteau no seu ‘Glossário’ no princípio do século XVIII, definindo:

Alvitre: “o inculcar invetiva util; & commoda, ou proposição, ou conselho para a boa direcção de algum negócio” (seguem-se as abonações);

Alvitreiro: “o que dá alvitres (...). O alvitreiro, que da muitos alvitres”.<sup>35</sup>

Bluteau também considerou o vocábulo ‘arbitrista’,<sup>36</sup> mas ligou-o antes ao conceito de arbítrio, da tomada de uma decisão num assunto em particular, preferindo empregar o termo ‘alvitreiro’, pese reconhecer que aquele também “dá arbítrios, que inventa alvitres”.<sup>37</sup> Não interessa seguir aqui a par e passo a evolução do termo “alvitre”, “alvitrar” e “alvitreiro” ou “alvitrista”, nem as suas minudências definidoras, embora convenha notar que no dicionário de Silva Pinto (1832) havia abonações pejorativas,<sup>38</sup> aliás já presentes no de Moraes publicado a finais de setecentos (1789).<sup>39</sup> Tal mostra o estigma desde sempre associado ao “conselho” dado ao “projecto inventado” para se atingir um fim determinado, mas pior que a mensagem só mesmo o mensageiro, fortemente desacreditado quase desde o início como teremos ocasião de ver, e que na “Arte de Furtar” (1652) aparece associado a figura do judeu (1652),<sup>40</sup> a imagem negativa por excelência na cultura portuguesa da Idade Moderna.

As finuras da terminologia são irrelevantes, pois interessa mais ver aqui como a personagem e o seu produto se tornaram ubíquos a partir do século XVI, época do aparecimento dos mais antigos registos dos termos em apreço (arbítrio/arbitrista),<sup>41</sup> provando o seu uso. De assinalar o

<sup>35</sup> Veja-se Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e latino*, vol. I, s.v. De assinalar que Bluteau também tem entradas para “alvidrar”, definido como julgar o árbitro que salário ou prémio se há de dar, e “alvidrio” ou “alvedrio”, no sentido de ter capacidade de arbítrio para decidir que acção tomar ou não tomar, cf. *Vocabulario Portuguez e latino*, vol. I, s.v.

<sup>36</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Potuguez e latino*, vol. I, s.v.

<sup>37</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e latino*, vol. I, s.v.

<sup>38</sup> No sentido de transmitir novidades, embora a antiga definição de “inventar, descobrir um modo de” ainda estivesse presente, se bem que no mundo dos negócios e do dinheiro, cf. Luis Maria da Silva Pinto, *Dicionário da Língua Brasileira*, (1832), s.v.

<sup>39</sup> António de Moraes Silva, *Dicionário de língua portuguesa*, vol. I, s.v.

<sup>40</sup> Anónimo (Pe. Manuel da Costa), *A Arte de Furtar*, fl. 64.

<sup>41</sup> Veja-se José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, vol. I, (8.<sup>a</sup> edi-



sentido duplo do termo já em Quatrocentos, no sentido tanto do julgador (tomar uma decisão/acção) ou do avaliador. Na prática, o arbitrista era quem julgava e avaliava a situação a fim de receitar um remédio. Ambas definições aparecem em Portugal nas Ordenações Manuelinas (1512-1513) e na obra de fr. Amador Arrais (1530-1600); e mesmo na vizinha Espanha estas palavras fazem o seu aparecimento por esta altura,<sup>42</sup> com relevo para a obra de fr. Antonio de Guevara (1480-1545),<sup>43</sup> cuja temática encontra paralelo na literatura política e na cultura portuguesa do tempo. Guevara, para lá de continuar a tradição de *Specula principis* cara à literatura política e moral para a educação do Príncipe,<sup>44</sup> deixou duas obras altamente influenciadoras deste tipo de produção alvitrista, referimo-nos a “Menosprecio de corte y alabanza de aldea” (1539) e a “Aviso de privados y doctrina de cortesanos” (1539). Aqui convém ver para lá dos títulos enganadores, pois uma certa crítica áulica de Guevara, que em Portugal encontrará cultores mais tardios, nomeadamente em Francisco Rodrigues Lobo (1619)<sup>45</sup> e no seu contemporâneo D. Francisco de Portugal (1585-1632), traduz, na realidade, a amargura pessoal de não ter sido o “Privado” cujo “valimento” serviria para guiar o cesáreo Príncipe, ou seja Carlos V (r. 1519-1556), com os seus alvitres no caminho do bom governo.<sup>46</sup> O alvitre seria, assim, o caminho para obter a privança do Príncipe ou, pelo menos à guisa de substituição, para ter a dos que

---

ção), Lisboa: Livros Horizonte, 2003, s. v. (alvedrio, alvidrar, alvidre, alvidro, alvitre, arbítrio), sempre ligado à ideia de juízo, tomada de decisão. Houaiss, contudo, coloca o aparecimento do “alvidrador”, tanto no sentido do que arbitra como o que estima/avalia já no século XV, cf. António Huaiss, *Grande dicionário Huaiss, da língua portuguesa*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, s. v. (alvidrador).

<sup>42</sup> Veja-se Joan Corominas, *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, vol. I, Madrid: Editorial Gredos, 1984, s. v. (albedrio), onde a terminologia castelhana tem paralelo com o português, aparecendo as palavras sensivelmente pela mesma época, tendo Antonio de Nebrija dado o termo “albedriar” (alvitrar) com o sentido de julgamento/reflexão já a finais do século XV.

<sup>43</sup> Veja-se Ana Isabel Buescu “Corte, poder e utopia: O relógio de Príncipes (1529), de fr. Antonio de Guevara e a sua fortuna na Europa do século XVI” in *Estudios Humanísticos*, nº 8, 2009, pp. 69-101.

<sup>44</sup> Em Portugal há alguma tradição medieval no campo dos “Espelhos de Príncipes”, cuja obra mais conhecida é a de Álvaro Pais *Speculum regum* (1341-1343), cf. *Espelho de Reis*, tradução de Miguel Pinto de Meneses, 2 vols., Lisboa: Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1955-1963. A sua importância no Portugal tardo-medieval pode-se avaliar pela sua presença nas bibliotecas de D. Duarte e na de D. Afonso V. Sobre esta tema e o seu cultivo em Portugal veja-se Ana Isabel Buescu, “A «pedagogia especular» em Portugal no século XVI” in *Memória e poder. Ensaios de história cultural (séculos XV-XVI)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000, pp. 69-83.

<sup>45</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *A Corte na aldea e noites de inverno*, Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1619.

<sup>46</sup> Horacio Chiong Rivero, *The Rise of Pseudo-Historical Fiction. Fray Antonio de Guevara's Novelizations*, Nova Iorque: Peter Lang, 2004, p. 188.

privavam com este, conforme Guevara queria obter a de Francisco de los Cobos. Assinale-se, desde já, a ligação entre os arbitristas castelhanos e os portugueses numa influência temática num fundo cultural comum muito ibérico que terá persistido enquanto género literário para além de 1640. Por outro lado, convém ainda notar como árbitro e arbitrista estão intimamente ligados à ideia do Privado que goza do valimento do Príncipe.

Parece assim certo que o aparecimento do alvitrista está ligado com o desenvolvimento do Estado Moderno e da centralização do poder na figura do Príncipe. Aliás, uma das primeiras abonações do vocábulo em Portugal data do século XVI e surge no quadro do primeiro código legal verdadeiramente moderno que o país dispôs,<sup>47</sup> organizado por um monarca fortemente interventor e bastante cioso das prerrogativas da Coroa, D. Manuel (r. 1495-1521); muito mais do que habitualmente se julga, para o que bastaria ver o contentamento nas falas dos grandes do Reino aquando da aclamação de D. João III (r. 1521-1557), de quem esperavam um reinado menos interventor que o de seu pai, conforme se pode apreciar nas trovas de Gil Vicente <sup>48</sup>. O árbitro está, desta maneira, ligado ao fenómeno do surgimento do Estado Moderno e da centralização política, bem como do reforço do poder interventor do monarca neste processo, ao transformar-se no árbitro dos mais diversos pedidos que lhe são dirigidos directamente sem filtros por todos os seus súbditos. Esta é uma das características fundamentais do Estado dito de Antigo Regime,<sup>49</sup> pois permitia aos súbditos pedir a intervenção correctora do soberano, sendo por isso um factor aglutinador e de coesão social e política, sobretudo nos estados europeus, como era o caso do português, onde a geografia se tinha espalhado por diversos continentes devido à construção de impérios ultramarinos a partir do século XV. Todos sem excepção, mesmo os súbditos mais distantes da metrópole e os que não eram europeus, podiam apelar directamente ao rei para receber, eventualmente, graça e mercê, aliás estas eram as palavras com que terminavam as suas cartas. A esperança da intervenção régia para remediar males no império, mesmo que tardia e imperfeita, dava a este uma coesão que as estruturas administrativas, judiciais e fiscais locais não

<sup>47</sup> *Ordenações Manuelinas*, livro III, título 17.

<sup>48</sup> Trata-se do romance “À aclamação de D. João III” in *Obras completas*, tomo III, Lisboa: Bibliotheca Portuguesa, 1852, pp. 353-362.

<sup>49</sup> Sobre as características e limitações do “Estado Moderno” vejam-se, entre outros estudos possíveis, os de António Manuel Hespanha, *História das instituições: épocas medieval e moderna*, Coimbra: Almedina, 1982; *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político em Portugal no século XVII*, Coimbra: Almedina, 1994.

sabiam ou podiam fornecer, apesar de serem uma emanção do poder régio.

A modernização do Estado, contudo, foi acompanhada pelo crescimento de um aparelho burocrático, o qual por mais incipiente e reduzido acabou sempre por criar toda uma série de filtros ao contacto directo entre o monarca e os seus súbditos. Tal contribuiu para isolar o destinatário de todos os pedidos de intervenção, ao que acrescia a multiplicação dos alvitres e dos pedidos de graça e mercê, deixando o aparelho de estado afogado num mar de papel. De resto, a melhor figura do moderno soberano burocrata e submergido em papel é Filipe II de Espanha (r.1556-1598) e I de Portugal (r. 1580-1598),<sup>50</sup> ou em alternativa o valido atulhado na papelada como foi o caso do Conde-Duque de Olivares, autor e destinatário de inúmeros alvitres, para além de ser um acumulador compulsivo de papéis.<sup>51</sup> Neste caso, quando o alvitrista era o próprio Valido, seria de esperar que o texto não só chegasse à mão do Príncipe, mas também que fosse lido. Olivares, no seu segundo “Memorial” entregue a Filipe IV/III (r. 1621-1640/65), pediu e incentivou o jovem monarca a interessar-se pelos negócios de Estado e a ler os papéis que lhe entregavam.<sup>52</sup>

A multiplicação da montanha de papel e a voragem do documento, carta, parecer, consulta, memorial e assento foi uma das características do Estado Moderno, bastando para isso ver como aumentou o número de vias dos documentos trocados entre a metrópole e o império e vice-versa (algo sentido particularmente no caso do Estado da Índia por causa do mau desempenho da Carreira da Índia a partir do último quartel

<sup>50</sup> Veja-se a avaliação da sua personalidade enquanto homem político feita por Henry Kamen, *Felipe de España* Madrid, Punto de Lectura, 2001, pp. 439-493. Apesar de tudo, Filipe delegou poder nos seus secretários, cuja acção nem sempre correspondeu ao que o monarca esperava deles, caso de Antonio Perez, mas tratou-se de um grupo importante conforme se pode ver em Carlos Xavier de Carlos Morales, “El poder de los secretários reales: Francisco de Eraso” in José Martínez Millán (Ed.), *La corte de Felipe II*, Madrid: Alianza Editoril, 1999, pp. 107-148.

<sup>51</sup> John H. Elliot, *El Conde- Duque de Olivares. El politico en una época de decadencia*, Barcelona: Grijalbo Mandadori, 1998, pp. 733-734 sobre o fim de todos os papéis que acumulou ao longo do se governo.

<sup>52</sup> “I Memorial do Conde-Duque de Olivares para Filipe IV” Madrid 28.11.1621; “II Memorial do Conde-Duque de Olivares para Filipe IV” Madrid 14.09.1626, “III Memorial do Conde-Duque de Olivares para Filipe IV” Pardo 13.02.1627 in ANTT, *Manuscritos da Livraria* 490, fls. 20-27v, 29-34v, 36-43 (respectivamente). A respeito da dedicação de Filipe III/IV a assuntos de Estado veja-se John H. Elliot, *El Conde-Duque de Olivares*, pp. 211-213.

do século XVI<sup>53</sup>). Daqui se realça a importância do suporte, ou seja do papel, enquanto meio físico frágil que permitia toda esta ligação entre o centro e as periferias imperiais; embora Couto, com alguma experiência de manga de alpaca, amaldiçoasse tanto a sua falta como a sua existência: “(…), e assim ficou ardendo por nossas proprias maos a mais riqua nao [*Nossa Senhora da Oliveira*] que de Portugal partio e tam chea de todas as cousas que ella so bastaua a fatar esta çidade que fica em estado de faltar vinho para as missas e de se não escreuer a esse Rejno a falta de papel porque em toda a Jndia o não ha. E prouera Deos que nunca o ouuera, ao menos por se não fazerem tão altos processos de demandas e trapassas em que este Estado se consume (...)”<sup>54</sup>

O isolamento do destinatário dos textos e decisor final ao longo da centúria quinhentista levou os alvitreiros/arbitristas a endereçarem os seus escritos reformistas aos principais conselheiros e ministros na órbita do soberano, ou pelo menos a quem tinha assento nos centros decisores da Coroa. Tal como Guevara gorada a hipótese de obter o ouvido do Príncipe, Carlos V, tivesse apelado aos bons ofícios do principal ministro do imperador em Castela, Francisco de los Cobos, para assim se tornar no seu valido e deste modo chegar ao César, também os alvitreiros/arbitristas portugueses começaram a escrever e a dedicar as suas propostas aos intermediários do poder para assim poderem obter os ouvidos do Rei. Note-se que o próprio Couto usou e abusou desta forma de intermediação ao tentar utilizar D. Francisco da Gama (1565-1632), o quarto conde da Vidigueira e por duas vezes vice-rei da Índia, talvez o mais frequente destinatário das suas cartas, como possível intercessor do nosso cronista junto de Filipe II (r. 1598-1621). Couto sempre procurou captar as boas graças de D. Francisco mediante a exaltação da sua linhagem e do lugar que os Gamas mereciam ocupar na história portuguesa e no governo da Índia, patente no discurso escrito para a inauguração da

<sup>53</sup> “Nestas tres naos que partem apos das primeiras quatro naos, que todas Deos leue a saluamento, vão a 5.<sup>a</sup> 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> via das cartas de Sua Magestade para vossa senhoria, da quinta vão as mais dellas asinadas por Sua Magestade, a 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> mandou que fossem em copias comçertadas e asinadas por mym com as próprias por se escuzar a dilação de jrem asinar a Sua Magestade tam longe como he o Reino de Valença da Coroa de Aragão, honde ora esta” Carta de ? para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira e vice-rei da Índia, Lisboa 18.02.1599 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.<sup>o</sup> E, p. 561. Sobre o comportamento da Carreira da Índia veja-se, entre outros, João Teles e Cunha, *A Carreira da Índia e a criação do mercado intercolonial português, 1660-1750*, tese de doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 51-135.

<sup>54</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa “a derradeira oitava do Natal”, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscrita do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.<sup>o</sup> E, p. 651.

segunda estátua do seu bisavó Vasco da Gama no arco dos vice-reis em Goa,<sup>55</sup> bem como na correspondência mantida com o conde da Vidigueira. Convém recordar que D. Francisco foi durante algum tempo o presidente do Conselho da Índia,<sup>56</sup> o organismo criado em 1604 para gerir a política ultramarina portuguesa, cuja existência terminou uma década mais tarde (1614), donde o interesse de Couto em manter aberta esta via para influenciar o poder com os seus escritos reformistas e as suas petições pessoais.<sup>57</sup>

Todos procuraram multiplicar os canais de acesso a um Príncipe cada vez mais isolado, tendo o próprio Diogo do Couto usado para esse fim mais de um interlocutor, caso de Diego de Silva y Mendonza, conde de Salinas e Ribadeo e Marquês de Alenquer. Diego de Silva y Mendonza era um homem ligado aos assuntos portugueses desde 1605 por via do seu lugar no Conselho de Portugal, tendo chegado inclusive a ser vice-rei de 1617 a 1621,<sup>58</sup> sendo o destinatário da dedicatória do segundo “Soldado

<sup>55</sup> Caso concreto do “Tratado de todas as cousas socedidas ao valeroso capitão Dom Vasco da Gama primeiro Conde da Vidigueira: Almirante do mar da India: no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente: e de todas as vezes que ha India passou: e das cousas que socederão nella a todos os seus filhos. Dirigido a Dom Francisco da Gama Conde da Vidigueira Almirante do mar Indico e visorrei da India”, Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), *Fundo Geral*, cód. 462. “Quinta Oração”, datada de 1609-1610 in Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro e Nuno Vila-Santa, *Diogo do Couto orador. Discursos oficiais proferidos na Câmara de Goa*, Portimão: Arandis, ISMAT, 2016, pp. 75-83.

<sup>56</sup> Veja-se o estudo clássico de Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia. Contributo para o estudo da administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVII*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952; Ana Teresa Hilário Chaves, *O Conselho da Índia e o seu papel no provimento das principais fortalezas do Índico (1604-1614)*, dissertação de metrado em História Moderna e dos descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

<sup>57</sup> “Eu cudo, porque me vou pella rezão, que deue vossa senhoria de estar nesse Tribunal [Conselho da Índia], lugar em que me pode executar o gosto que sempre mostrou de me fazer merçe. E isso não se deminua agora pois em mym sempre cresce cada vez mais o desejo de o servir (...)”, Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa, “derradeira oitava do Natal”, 1608, in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 654.

<sup>58</sup> A sua nomeação devia-se ao facto de ser filho de um português, Rui Gomes da Silva, bem como à protecção dispensada pelos dois validos de Filipe III de Espanha, os duques de Lerma e de Uceda, a este personagem; sobre a sua vida veja-se Trevor J. Dadson, *Diego da Silva y Mendonza. Poeta y político en la corte de Felipe III*, Granada: Ediciones de la Universidad de Granada, 2011; que actualiza e revê alguns aspectos da biografia de Silva y Mendonza pelo seu primeiro biógrafo Claude Gaillard, *Le Portugal sous Philippe III d’Espagne. L’action de Diego de Silva y Mendonza*, Grenoble: Université de Grenoble, 1982.

Prático” em 1612;<sup>59</sup> sem dúvida na expectativa de influenciar a política imperial portuguesa e de, eventualmente, o cronista ser pago pelo seu serviço. Nem sempre os ministros e conselheiros régios eram as únicas vias escolhidas, porque o acesso ao Príncipe ou ao seu valido podia passar por caminhos mais ínvios, a exemplo do escolhido por Diogo de Castilho na década de 1620 para fazer chegar o seu alvitre às mãos do então Conde de Olivares por via do seu influente confessor, o jesuíta Hernando de Salazar,<sup>60</sup> como meio expedito de entrar na sua consciência. Ora fazer chegar o alvitre ao seu destino começava a revelar-se progressivamente difícil, tal era a romaria de suplicantes que chegava à Corte por uma ou outra razão. O próprio Couto deixou transparecer o seu queixume a respeito de ter sido ignorado por algum destinatário dos seus pedidos, a exemplo das cartas para o monarca que deixaram de ser respondidas desde a morte do secretário Diogo Velho, acrescentando “(...), estíue para parar nas lembranças que lhe faço [ao rei], como farej se se esquecerem de mim. Vossa senhoria lembre isto ao Secretario e a esses Senhores, porque veja eu se ha Sua Magestade [é] servido do que faço, e se não cudarei outra cousa <e se me escreue qua se somem as cartas>”.<sup>61</sup>

A multiplicação de canais de acesso ao Príncipe começava a revelar-se insuficiente a finais de Quinhentos, pois o número ingente de documentos oficiais e de alvitres tornava cada vez mais difícil que estes alcançassem o seu destinatário. Donde os alvitristas começarem a deslocar-se para a Corte e a instalar-se aí a fim de poderem apresentar pessoalmente o seu projecto reformista, conforme deixaram constância os escritos de Tomé Pinheiro da Veiga sobre a corte de Filipe II/III em Valhadolide, os de D. Francisco de Portugal e de D. Francisco Manuel de Melo sobre a corte madrilena de Filipe III/IV (r. 1621-1640/65). D. Francisco de Portugal, aliás, não escondia o desânimo sentido em 1622 face ao número

<sup>59</sup> Diogo do Couto, *Soldado Prático*, texto restituído, prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1937 (várias vezes reimpresso na colecção “Clássicos Sá da Costa”), pp. 1-2.

<sup>60</sup> Veja-se “Memorial de Diogo de Castilho” s/l [Lisboa], s/d [década de 1620] in ANTT, *Manuscritos da Livraria* 490, fls. 3-19. Sobre Salazar veja-se a sua influência e confluência com os pontos de vista do seu confessor em Fernando Negrado del Cerro, “La hacienda y la consciencia. Las propuestas del confessor del Conde Duque para el saneamiento de las finanzas reales (1625)” in *Cuadernos de Historia Moderna*, (Madrid), vol. 27 (2002), pp. 171-196, Nicole Reinhardt, *Voices of Conscience. Royal Confessors and Political Counsel in Seventeenth-Century Spain and France*, Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 34, 175-176, 192.

<sup>61</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa, “A derradeira oitava do Natal”, 1608, in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 653. Note-se que Couto alimentava a esperança que lhe podiam desviar as cartas régias no acréscimo que fez do seu próprio punho à carta.

de suplicantes e alvitristas: “Aqui me tem Vossa Senhoria [D. Rodrigo da Cunha] em Madrid já azevieiro e já enfadado. Tudo visto e estes nada e a tudo se pode dizer não é assim quando lá vou. O caminho é desacomodado e os ministros não dão borrifos e chorarei com Manzanares, que assim fazem outros”.<sup>62</sup> O desengano de mundo sentido pessoalmente por D. Francisco de Portugal não era apenas físico, deslocar-se à Corte para tratar de algo, fosse pedir mercês ou apresentar alvitres, tinha um custo material e media-se no tempo. O autor de a “Arte de Furtar”, com o exagero habitual deste tipo de escritos, contava a história “de Campo Mayor veyo hum Fidalgo requerer serviços a esta Corte: aconselhou-se com hum Religioso letrado sobre o modo, que havia de seguir, e comunicou-lhe tudo: Perguntou-lhe o servo de Deos, que cabedal trazia para os gastos? Respondeo que hum cavallo, e dous homens de serviço, e oitenta mil reis que fez de hum olival que vendeo. (...) [o religioso detalhou os passos que devia dar, as instituições que teria de visitar, os ministros que precisaria de ver, e rematou], e ainda não lhe disse tudo: mas se quiser saber mais de raiz, falle com pessoas, que ha nesta Corte de tres, cinco, e de oito annos de requerimentos, e elles lhe dirão o como isto pica. A resposta, que o Fidalgo deu ao Religioso foy, que se ficasse embora, que tornava para Campo Mayor.”<sup>63</sup>

Nem todos regressavam logo desiludidos e de mãos a abanar, porque havia quem preferisse ficar e “picar”. Alguns alvitristas deslocavam-se temporariamente a Madrid durante a união de coroas, como parece ser o caso de João da Gama autor de um alvitre para sanear os males do Estado da Índia datado de 1618,<sup>64</sup> outros havia que aí se instalavam por longas temporadas ou mesmo permanentemente, a exemplo do mercador cristão-novo Duarte Gomes de Solis.<sup>65</sup> A residir em Madrid a partir de 1611 com o intuito de apresentar pessoalmente os seus alvitres reformadores do comércio português na Ásia e pela Carreira da Índia, Solis tentou dirigir-se ao valido da época, o duque de Lerma,<sup>66</sup> mas uma

<sup>62</sup> Carta de D. Francisco de Portugal para D. Rodrigo da Cunha, Madrid, 22.05.1622 in D. Francisco de Portugal, *Epistolário a D. Rodrigo da Cunha, bispo de Portalegre, e do Porto e arcebispo de Braga (1616-1631)*, edição, introdução e notas de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2015, p. 97.

<sup>63</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, edição crítica com introdução e notas de Roger Bismut, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, pp. 289-290.

<sup>64</sup> “Parecer de João da Gama para remediar os males do Estado da Índia” Madrid 13.10.1618 in ANTT, *Manuscritos da Livraria 1116*, fls. 503-513.

<sup>65</sup> A melhor biografia de Solis é a de António Borges Coelho, “O mercantilista português Duarte Gomes Solis (1561/62-c.1630)” in *Portugaliae Historica*, vol. I (2.<sup>a</sup> série), 1991, pp. 183-257.

<sup>66</sup> Veja-se Moses Bensabat Amzalak, *Uma carta de Duarte Gomes ao Duque de Lerma*, Lisboa: s/e, 1943. A carta está datada de Lisboa 12.12.1612, ou seja trata-se de uma primeira ten-



vez desenganado quanto à sua hipótese de chegar a este deve ter tentado captar a atenção dos seus validos, Rodrigo Calderón e Juan de Ciriza.

Solis não estava sozinho na Corte, pois o número de alvitristas continuava a aumentar, sendo talvez o flamengo Jaques do Couto (*i.e.* Jacques de Coutre ou Jacobus van de Koutere) o exemplo mais estranho de todos a ter este tipo de discurso por ser um estrangeiro a alvitrar sobre uma parte do império português de onde saía preso. Coutre acabou por ir a parar a Madrid por volta de 1623, após ter sido expulso da Índia acusado de conluio com os holandeses,<sup>67</sup> tendo proposto alvitres reformadores<sup>68</sup> e inclusive transmitido as suas advertências a D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, que acabara de ser nomeado vice-rei em 1628.<sup>69</sup> Era certo que Coutre tinha uma experiência de cerca de trinta e um anos de vivência no Estado da Índia, mas não era português como tinha sido a maioria dos alvitristas até então, embora a Monarquia Dual como um estado compósito por diversos estados e nacionalidades fosse menos avesso que a Coroa portuguesa em aceitar o discurso reformista de pessoas oriundas dos outros reinos que a compunham, ou mesmo estrangeiros, como teremos ocasião de ver.

Tentar a sua sorte junto do Valido, contudo, não estava isento de riscos, pois a privança tinha os seus perigos, do qual o maior era a queda do valido e a dos seus privados, que em alguns casos podia chegar inclusive à morte, a exemplo de Rodrigo Calderón decapitado na Plaza

---

tativa feita por Solis para obter a atenção do valido a favor de uma reforma na navegação e na construção naval, bem como do provimento de capitães para as fortalezas do Estado da Índia. Lerma não deve ter lido a carta, tendo Solis integrado esta na sua obra de 1622, "Discurso sobre los comércios de las do Indias". A respeito de Lerma e da sua carreira política enquanto valido de Filipe III de Espanha consulte-se Antonio Feros, *Kingship and Favoritism in the Spain of Philip III, 1598-1621*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000 (há tradução em castelhano, *El Duque de Lerma. Realeza y privanza en la España de Felipe III*, Madrid: Marcial Pons Historia, 2010).

<sup>67</sup> Sobre a vida de Coutre veja-se Peter Borschberg, *The Memoirs and Memorials of Jacques de Coutre. Security, Trade and Society in 16th-17th Century Southeast Asia*, Singapura: NUS Press, 2014, pp. 2-22.

<sup>68</sup> A obra na nota anterior transcreve os que se conhecem, sendo o mais conhecido o *Como remediar o Estado da Índia*, com introdução e notas de B. N. Teensma, Leiden: Centre for the History of European Expansion, 1989.

<sup>69</sup> Advertências de Jacques do Couto [Coutre] ao Conde [de Linhares], s/l [Madrid], 29.12.1628 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), caixa 16, VI F, fls. 52v-56v, o nome do destinatário das advertências aparece rasurado, mas pelo conteúdo e data só pode ser o conde de Linhares.



Mayor de Madrid a 21 de Outubro de 1621,<sup>70</sup> cuja notícia foi comentada em Lisboa por D. Francisco de Portugal devido ao estoicismo com que enfrentou o carrasco: “e a morte do Caldeirão posto que tão desejada, dizem que lastimou aos maiores inimigos, ele se soube aproveitar dela (...)”.<sup>71</sup>

Assim, todo o tempo investido para abrir o caminho ao alvitrista e ao seu alvitre tinham sido desperdiçados. Ao alvitrista não lhe restava outra solução senão começar tudo do zero, ou quase, como aconteceu com Solis após a chegada do novo regime com a subida ao trono de Filipe III/IV e o início da privança do seu novel valido, don Gaspar de Guzmán, o futuro Conde-Duque de Olivares. A mudança política, por seu lado, não assegurava um melhor acesso ao Príncipe, nem que este e os seus ministros se interessassem mais pelos alvitres, mesmo quando a reforma parecia ser a força motriz do reinado inaugurado em 1621. D. Francisco de Portugal foi um bom guia destes novos tempos e das mudanças operadas nos principais tribunais da Monarquia, escrevendo descorçoado “*Vou-me de dia em dia, de ano em ano, sem fazer nada nesta corte, que os ministros têm-me conhecido que devem de cuidar que não presto eu para nada. As calmas entram, eu não saio e não bastou inculcar-me para grumete e negociar com má fortuna, tem estes acintes.*”<sup>72</sup>

Solis sofreu tais acintes na pele, pois o seu alvitre intitulado “Discurso sobre los comercios de las dos Indias”,<sup>73</sup> um pesado cartapácio com mais de 250 páginas impresso à sua custa e distribuído pelos ministros da Monarquia Dual, esbarrou contra a muralha da burocracia, pelo que o alvitrista se viu obrigado a condensar o tratado e a passar pelo crivo dos burocratas do Conselho de Portugal após ter captado o ouvido de Olivares, com quem teria falado algumas vezes sobre o seu plano reformista. O primeiro burocrata que contactou, Pedro Álvares Pereira, escreveu no parecer apenso aos seis pontos em que resumira o calhamço “lo que dize, lo mescla com muchas cosas ajenas de la materia

<sup>70</sup> Antonio Feros, *El Duque de Lerma*, pp. 456-458. Santiago Martínez Hernández, *Rodrigo Calderón: la sombra del valido: privanza, favor, corrupción en la corte de Felipe III*, Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica/Marcial Pons Historia, 2009, pp. 303-307.

<sup>71</sup> Carta de D. Francisco de Portugal para D. Rodrigo da Cunha, Lisboa 11.11.1621 in D. Francisco de Portugal, *Epistolário a D. Rodrigo da Cunha*, p. 90.

<sup>72</sup> “Carta de D. Francisco de Portugal para D. Rodrigo da Cunha, Madrid 24.05.1623 in D. Francisco de Portugal, *Epistolário a D. Rodrigo da Cunha*, p. 146.

<sup>73</sup> Restam poucos exemplares do alvitre inicial, encontrando-se uma cópia na Biblioteca Nacional de Portugal (Res. 4934 P.), mas foi objecto de uma reimpressão por um dos maiores estudiosos da obra de Solis, Moses Bensabat Amzalak, *Discurso sobre lo comercio de las dos Indias*, com uma introdução por Moses Bensabat Amzalak, Lisboa: s/e, 1943.

com lo que lo confunde, y escurece todo”,<sup>74</sup> tendo ainda desfeito a maior parte das propostas, sobretudo no tocante à protecção a dispensar aos cristãos-novos e a tolerância aos judeus em Portugal e no seu império. O segundo burocrata, Mendo da Mota, recebeu uma memória muito mais larga, quarenta e quatro pontos distribuídos por cerca de quinze fólhos,<sup>75</sup> mas a sua apreciação não diferiu muito da do colega, tendo concluído “esto es lo que se me offerece acerca deste papel, dexando muchas cosas que toca miscellaneamente y repite muchas vezes sin necesidad”,<sup>76</sup> Em carta para Olivares, Mendo da Mota, transmitiu a sua avaliação pessoal e rematou com a sua opinião sobre o alvitre e a personagem dizendo:

“En esse papel [relatório] digo lo que me parece a cerca de las cosas que Duarte Gomes propone. Quanto a su persona, tendrá Vuestra Excelencia já entendido de las vezes que habló com el, lo que yo me escuso dizir.

Oile sobre la matéria y, proponiendole las dudas que se me offerecian a cerca de lo que dize de la plata, no me supo dar satisfacion a ellas, como realmente no la tienen. Salióseme diziendo que aquello era matéria de cuentas, y por esso yo no estava tanto en ella.

El hombre tiene humor y, aunque en lo que dize no parece que ai substancia, com todo da occasion a se poder tratar desto y de otras cosas que no serán de poca importância, como en otras ocasiones tengo representado a Vuestra Excelencia.”<sup>77</sup>

Captar a atenção do Príncipe ou do Valido, como aconteceu com Solis, não significava que o caminho estava aberto para a aceitação e implementação do plano reformista. Podemos e devemos duvidar, como o próprio Solis o fez anos depois,<sup>78</sup> se com este tipo de pareceres alguém

<sup>74</sup> “Parecer de Pedro Álvares Pereira” Madrid 07.01.1622 in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. II, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, p. 283.

<sup>75</sup> Memória de Duarte Gomes Solis para Mendo da Mota, Madrid ?12.1621, in Léon Bourdon, *Mémoires inédits de Duarte Gomes Solis (Décembre 1621)*, Lisboa: Editorial Império, 1955, pp. 16-59.

<sup>76</sup> Relatório de Mendo da Mota sobre a memória de Duarte Gomes Solis, Madrid 28.12.1621, in Léon Bourdon, *Mémoires inédits de Duarte Gomes de Solis*, p. 62.

<sup>77</sup> Carta de Mendo da Mota ao conde de Olivares, Madrid 29.12.1621 in Léon Bourdon, *Mémoires inédits de Duarte Gomes de Solis*, p. 64.

<sup>78</sup> Logo no prómio ao leitor da obra de 1628 Solis constatou que “Empeñado el Autor en el libro que imprimio y dedico a su Magestad en el principio del año de 622, (...) viendo el poco caso que se avia hecho de cosas tan importantes y graves, que desde entonces hasta este año de 628 han sucedido, le parecio que devia ratificarse com otras advertencias a

do Conselho de Portugal ou mesmo Olivares lera uma linha do alvitre ou dos seis pontos que o resumiam. Mas estes contratempos não desanimavam os alvitristas, pelo contrário, parece que os animavam a voltar à carga. Couto, a viver e a trabalhar em Goa, ou seja a mais de oito meses de viagem da capital da Monarquia, voltou a escrever um novo “Soldado Prático” (1612) uma vez perdido o primeiro e a enviá-lo para o Reino na esperança de ser escutado; apesar de ameaçar sempre ser a última vez dada desilusão com o mundo e a avançada idade, chegando inclusive a identificar-se e a fundir-se com a Índia ao comparar a sua sorte com o infortúnio do Estado, como se os dois fossem um só corpo: “E serto que não sej mor protento ou sinal de tudo de hir acabando que ver o descudo que se uza com hum homem que esta com huma pena na mão escrevendo dos homens que em todas as nações do mundo sempre se acostumão honrar, e fauorecer mas consolome, que pois a Jndia padesse tantos naufrágios e trebulações que he justo que a seu choronista corra com ella huma mesma furtuna.”<sup>79</sup>

Tal como Solis redigiu e imprimiu à sua custa um novo alvitre em Madrid, tão confuso quanto o anterior, passado seis anos,<sup>80</sup> porque, conforme confessava em 1628, nem mesmo “(...) su Magestad fue servido que para que se tratasse de su reparaciõ [assuntos da Índia], se juntasen tantos Ministros y Consejeros, como a esta Corte vinieron, sin otro numero de personas, que nunca pensaron que podian dar su parecer, ni ser admitidos a la consulta de negocios públicos; este sentimento que huviera de entibiarme, encendio mas el desseo que tengo de servir a su Magestad, (...)”<sup>81</sup> Talvez tenha sido por o isolarem, difamarem e ignorarem em 1622 que Solis voltou à carga e tenha dedicado o novo discurso reformista ao todo-poderoso Conde-Duque, para que este uma vez interessado “los Ministros de su Magestad, lisonjeando el gusto de Vuestra Excelencia, le lean [o alvitre] y adviertan (...)”<sup>82</sup>

---

cerca de la Compañia, y socorro que ella pretende embiar ala India, (...)” in Duarte Gomes Solis, *Alegacion a favor de la Compañia de la India Oriental comércios ultramarinos, que de nuevo se instituyó en el Reyno de Portugal*, editada e prefaciada por Moses Bensabat Amzalak, Lisboa: Editorial Império, 1955, p. 17.

<sup>79</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 381.

<sup>80</sup> Trata-se de *Alegacion a favor de la Compañia de la India Oriental, y comércios ultramarinos que de nuevo se instituiò en el Reyno de Portugal*, s/l [Madrid]; s/e, 1628, da qual há uma cópia na Biblioteca Nacional de Portugal (Res. 4933 P.), obra reimpressa com o mesmo título e prefaciada por Moses Bensabat Amzalak (Lisboa, Editorial Império, 1955).

<sup>81</sup> Duarte Gomes Solis, *Alegacion a favor de la Compañia de la India Oriental*, p. 16.

<sup>82</sup> Duarte Gomes Solis, *Alegacion a favor de la Compañia de la India Oriental*, p. 16.

Poder-se-á ver nos exemplos anteriores o princípio que há grupos sociais com melhor ou pior sorte na recepção e aceitação dos seus alvitres?

Não necessariamente, pois o bom sucesso do alvitre sempre foi mais um caso individual, embora as pessoas com melhores contactos e familiares na Corte e no aparelho de estado, ou seja os estamentos privilegiados do Antigo Regime, pudessem contar com uma melhor aceitação do seu discurso reformista. Mas nem sempre foi assim, pois os alvitres escritos pelos diplomatas portugueses após a Restauração, uma profissão recrutada entre os grupos privilegiados e onde o alvitismo se tornou endémico, com cultores como Duarte Ribeiro de Macedo, D. Luís da Cunha e Sebastião José de Carvalho e Melo entre tantos outros, não tiveram melhor aceitação e a maioria acabou a acumular pó nos arquivos.<sup>83</sup> Solis seria sempre um caso à parte por ser cristão-novo, conforme se pode notar na forma como Pedro Álvares Pereira o procurou desacreditar no seu parecer.<sup>84</sup> Aliás, os burocratas no activo sempre foram os maiores

<sup>83</sup> Veja-se, a guisa de exemplo, o debate candente que animou boa parte dos alvitristas portugueses da Idade Moderna em torno da ideia da constituição de uma Companhia de Comércio para a Índia discutida de forma concreta desde o século XVII, tendo Duarte Gomes Solis sido um dos seus primeiros cultores sérios, senão o primeiro, e que se manteria como panaceia até finais do século XVIII com muitos diplomatas de permeio. Nem Sebastião José de Carvalho e Melo lhe escapou, pois, enquanto ministro em Londres, endossou um plano nesse sentido ideado por John Cleland em 1742 (cf. Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para o Cardeal da Mota, Londres 19.01.1742 in *Escritos económicos de Londres (1741-1742)*, editado por José Barreto, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, pp. 133-158; e o plano de Cleland está em apenso nas pp. 158-161). O projecto foi discutido pelo Conselho da Fazenda, a Casa da Índia, o Provedor da Fazenda e a Mesa do Bem Comum dos Mercadores, tendo Cleland vindo pessoalmente a Portugal em 1743 para explicar melhor o seu plano e o próprio Carvalho e Melo entregou em mão ao Cardeal da Mota uma versão mais detalhada. O assunto não foi avante perante a oposição generalizada do aparelho administrativo, exceptuando a Casa da Índia que o apoiou (cf. Consulta do Conselho da Fazenda, Lisboa 09.01.1743 in BNP, *Fundo Geral*, cód. 675, fls. 235-251), indo parar como tantos outros à prateleira (de onde só sairia dois séculos mais tarde), mas Carvalho e Melo resolveu embelezar o fiasco dizendo que o plano fracassara porque não lhe quiseram dar os louros da sua criação (onde já se ouviu isto!) e por isso castigaram-no atirando-o para um posto diplomático de segunda, Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para Marco António de Azevedo Coutinho, Viena 15.11.1748 in BNP, *Pombalina*, cód. 613, fls. 175v-176.

<sup>84</sup> “Y tambien me parece que se deve tratar y oyr a Duarte Gomez com advertência de que há sido tan falto de governo y assiento que se le ha quitado su hazienda y una hija que tiene, y todo está a la administracion de su suegro Hector Mendez, y assi lo bueno que dize por la experiencia que tiene del tiempo que estuvo en la India y tenia sus negociaciones y credito es aora mesclado com muchas impertinencias y desigualdad que procede del poco assiento que tiene en su juizio y modo de proceder.”; “Parecer de Pedro Álvares Pereira” Madrid 07.01.1622 in Léon Bourdon, *Mémoires inédites de Duarte Gomes de Solis*, p. 16.

detractores do género, porque encaravam o alvitre como uma intromissão no bom governo da República, e os alvitristas como pessoas bem intencionadas, no melhor dos casos, pois tanto Álvares Pereira como Mota acreditaram nas boas intenções e no empenho de Solis,<sup>85</sup> mas mal-informadas e, eventualmente, parciais ao grupo social e económico de origem. Mas Couto, sem o ferrete de “Homem da Nação” como tinha Solis, também não teve melhor sucesso com os seus como se lamuriava a par e passo na correspondência com D. Francisco da Gama. Perante a recusa em aceitar o alvitre será que o alvitrista iria modelar o seu discurso reformista para o adequar ao que o poder esperava e queria ouvir na esperança de ser recebido?

Talvez, embora convenha não esquecer que a maioria dos alvitres glosava temas discutidos entre as correntes de opinião da época e muita da matéria e da argumentação eram partilhadas por um conjunto mais ou menos alargado de pessoas. Veja-se, a título de exemplo, como Duarte Ribeiro de Macedo tinha sabido por meio de um dos seus correspondentes, o Pe. António Vieira, que o jesuíta também tinha ideado um plano para introduzir o cultivo de especiarias asiáticas no Brasil quando o diplomata se preparava para tratar do mesmo assunto.<sup>86</sup> Vieira e Ribeiro de Macedo não estavam isolados e os seus alvitres para se aclimatar o cultivo das especiarias asiáticas no Brasil partilhavam algumas das preocupações da Coroa, nomeadamente para recuperar o Brasil face a uma crise económica criada pela concorrência movida por outros centros americanos produtores de açúcar e de tabaco, e para impedir a saída de metais preciosos do Reino para a sua aquisição na Ásia, ambos princípios caros ao mercantilismo, como ainda para desferir um ataque aos rivais que a tinham vencido no Oriente: os holandeses.<sup>87</sup>

Contudo, conviria relembrar que no Brasil havia um movimento de aclimação de plantas asiáticas úteis economicamente que era anterior e informal, tendo sido o seu cultivo proibido e as espécies erradicadas no início do século XVI por ordem de D. Manuel (sem sucesso no caso do

<sup>85</sup> Parecer de Pedro Álvares Pereira, Madrid 07.01.1622; Carta de Mendo da Mota ao conde de Olivares, Madrid 29.12.1621, in Léon Bourdon, *Mémoires inédites de Duarte Gomes de Solis*, pp. 16, 64.

<sup>86</sup> Nessa carta datada de 28 de Janeiro de 1675, Vieira informara Ribeiro de Macedo que tinha elaborado tal plano para o submeter ao vice-rei do Brasil, o conde de Óbidos (1663-1667), mas o diplomata não indicou qual foi o resultado do alvitre do jesuíta. “Discurso sobre a transplantação dos frutos da Índia para o Brasil” s/l, s/d in ANTT, *Manuscritos da Livraria* 905, pp. 86-87.

<sup>87</sup> Veja-se Warren Dean, “A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil” in *Estudos Históricos*, (Rio de Janeiro), vol. 4, n.º 8, (1991), pp. 216-228.

gengibre que se tornou endêmico); e os holandeses da West Indische Compagnie voltaram a introduzir algumas com sucesso (caso do anil e da noz-moscada).<sup>88</sup> A aclimação era, assim, anterior, tendo a Coroa inclusive permitido a cultura do gengibre (*Zingiber officinale* Roscoe) e do anil (uma espécie da família *Indigofera*, talvez a *I. tinctoria* L.) no Brasil a partir de 1642.<sup>89</sup> Assinale-se que o plano foi mesmo para a frente com pouca ou nenhuma contribuição efectiva dos dois alvitristas referidos, embora o Brasil se viesse a revelar um pobre substituto para a importação de especiarias da Ásia (sobretudo pimenta e canela), mau grado as tentativas terem continuado por mais de um século.<sup>90</sup> De resto, o Portugal do último quartel do século XVII não fazia mais do que seguir uma dinâmica europeia no estudo e na aclimação de espécies botânicas interessantes do ponto de vista económico fora do seu habitat natural, pelo que seria natural haver alvitres sobre o assunto.

Todavia, seria despidiendo acreditar que todos os alvitristas escreveram sem se preocuparem se o seu discurso iria agradar ou desagradar ao Príncipe. Solis, por exemplo, escreveu animado por um verdadeiro espírito reformista sem se apoquentar com o destinatário ao defender políticas de protecção aos cristãos-novos e a tolerar a entrada de judeus no Estado da Índia, posições que desagradaram profundamente aos burocratas de serviço, nomeadamente a Pedro Álvares Pereira.<sup>91</sup> Outros alvitristas mais avisados e experimentados, como D. Luís da Cunha, resolveram jogar pelo seguro e meteram o alvitre na gaveta à espera de melhores dias, pois sabiam que o Príncipe e os Ministros de então não o iriam aceitar. Apesar de lhe ter sido pedido por Marco António de Azevedo Coutinho, D. Luís da Cunha, preferiu dar o texto daquilo que viria a ser conhecido por “Testamento Político” ao seu sobrinho D. Luís da Cunha Manuel, por achar que aquele as pedira por lisonja e para ficar com a glória de as apresentar a D. João V (r. 1705-1750), embora Azevedo Coutinho soubesse de antemão que o alvitre nunca seria aplicado por ser “demasiado livre” para o gosto do monarca reinante. Para mais, D. Luís achava que o sobrinho devia esperar pelo reinado seguinte para apresentar o discurso reformista ao novo Príncipe, onde teria melhor

<sup>88</sup> Duarte Ribeiro de Macedo, “Discurso sobre a transplantação dos frutos da Índia para o Brasil” s/l, s/d in ANTT, *Manuscritos da Livraria* 905, p. 72.

<sup>89</sup> Dauril Alden, “The Growth and Decline of Indigo Production in Colonial Brazil: A Study in Comparative Economic History” in *Journal of Economic History*, 25-1 (March 1965), p. 46.

<sup>90</sup> Sobre o processo e as deficiências técnicas e científicas veja-se, entre outros, Luís Ferrand de Almeida, “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil nos séculos XVII e XVIII” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XV, 1975, pp. 339-381.

<sup>91</sup> Parecer de Pedro Álvares Pereira, Madrid 07.01.1622 in Léon Bourdon, *Mémoires inédites de Duarte Gomes de Solis*, pp. 15-16

acolhimento e maior possibilidade de ser aceite e de ser recompensado, como veio a ser recebendo uma das Secretarias de Estado no reinado de D. José I (r. 1750-1777).<sup>92</sup>

Quanto a Couto e aos seus alvitres, estes não corriam muito o risco de serem rejeitados, mas também nunca tiveram o acolhimento desejado e só conheceram uma glória póstuma mais de dois séculos volvidos após a sua redação, mostrando o seu insucesso em vida. A posteridade, contudo, não era o objectivo dos alvitristas, porque como pusera Diogo Couto na boca do seu primeiro “Soldado” ele queria ser recompensado em vida, não devendo nós fazer caso de ter escrito: “(...), eu não peço a Sua Magestade que me faça fidalgo nem que me de o abito de Christo porque o mundo esta tam cheo delles que jnda ejde ser conhecido por homem que não tem abito como antigamente era conhecido Antonio Freire polo do abito, (...)”.<sup>93</sup> Tanto era assim que Couto referiu-se amiúde na sua correspondência com D. Francisco da Gama que decidira queimar todos os seus papéis à hora da morte para ninguém ficar com os louros que lhe pertenciam exclusivamente e que as cinzas o amortaliassem por toda a eternidade: “(...), não sej quando este bem [mercês] vira, porque sou de sessenta e quatro [anos], e quando me derem alguma cousa sera a tempo que seia enterrado em São Francisco sobre as sinzas dos meus liuros e papeis, e lembranças que hejde mandar queimar antes de morrer porque não logre outrem de suor de meus trabalhos e lhe fação a elles as merçes que me a mim negarão.”<sup>94</sup>

O anseio de ser recompensado contrastava vivamente com a imagem plácida transmitida pelo seu primeiro biógrafo e correspondente epistolar Manuel Severim de Faria, descrevendo Couto como alguém a viver numa espécie de “aurea mediocritas” que o deixaria feliz, “era pouco cobiçoso, que para homem que viueo tantos annos na India, he grande maravilha, & assi foy mais rico de partes, & merecimentos que de fazenda, posto que esta lhe não faltou em estado, com que sempre passou

<sup>92</sup> Veja-se D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas*, introdução e edição crítica de Abílio Diniz Silva, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 137-146; D. Luís da Cunha, *Testamento Político, ou Carta de Conselhos ao senhor D. José sendo príncipe*, introdução, estudo e edição crítica de Abílio Diniz Silva, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013, pp. 20-32.

<sup>93</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 382.

<sup>94</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 381.



honradamente”.<sup>95</sup> Não nos deixemos enganar pela placidez da imagem construída por Severim de Faria, nem com as ameaças do alvitrista, de resto não cumpridas que se saiba, porque a posteridade e o reconhecimento continuavam a ser o objectivo almejado por Couto, mesmo após a morte, ao tentar emular a máxima de um probo herói romano para a sua lápide funerária: “E torno afirmar a vossa senhoria que senão honrarem e fizerem merçe que ejde fazer tudo em po e deixar na sepultura o letreiro de Fabrício *Ingrata patria ossa mea nom poçedebis*.”<sup>96</sup>

A putativa imortalidade após a morte e sem recompensa neste mundo não era o que movia Couto, como aliás deixam transparecer as cartas e a demais documentação escrita por si que chegou aos nossos dias, pelo menos a conhecida e repertoriada, porque ainda deve haver alguma desconhecida.<sup>97</sup> Numa petição autógrafa dirigida a Filipe II, e escrita por volta destes anos (1607), Diogo do Couto mencionava os seus trabalhos de guarda-mor da Torre do Tombo de Goa e de cronista da Índia desde o reinado de Filipe I, com um ordenado de 120\$000 réis ano, e aduzia ter “(...) s[er]uido ha muitos annos neste negocio: e escrito sete velum[es] que tem nesse Rejno que lhe tem custado muito trabalho e muita despe[sa] e ordenado há muito pouco”, acrescentando:

“Pede a Vossa Magestade lhe faça [mercê] de lhe acrescentar mais oitenta mil reis para serem duze[ntos] avendo respeito ao mujto trabalho que tem no negocio de que [Vossa Ma]gestade o encarregou de passar as certidões dos serviços dos [ho]mens em que merece mais por tudo em que serue

<sup>95</sup> Manuel Severim de Faria, *Discursos varios politicos*, Évora, Oficina de Manuel Carvalho impressor da Universidade, 1624, fls. 156v-157. O dado interessante nesta apreciação de Severim de Faria sobre o seu biografado não reside no facto de Couto saber viver com o suficiente e contentar-se, mas sim em resistir à corrupção do luxo e da vida asiática, à imitação dos romanos da República que tinham rechaçado o amolecimento proveniente do contacto com o mundo helénico. O *topos* da corrupção asiática era anterior, mas conheceria uma vida prolongada em Portugal.

<sup>96</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, p. 382, o itálico é nosso. O Fabrício referido deve ser o cônsul Caio Fabrício Lusino *Monocular*, mas a citação é antes atribuída a Públio Cornélio Cipião *o Africano* (236-183 a. C.) e a forma correcta é “Ingrata patria, ne ossa mea quidem mea habes”, cf. Samuel Arthur Bent, *Familiar Short Sayings of Great Men, with Historical and Explanatory Notes*, (6.ª edição revista e alargada), Boston: Ticknor and Company, 1882, p. 477. Trata-se de uma máxima recorrente em Couto, já empregue no primeiro “Soldado Prático” (cf. edição de António Coimbra Martins, p. 562, nota 107), e usada igualmente pelo seu amigo Luís de Camões.

<sup>97</sup> Conviria reunir e editar todos os escritos não-históricos ou narrativos de Diogo do Couto, como cartas, folhas de serviço, etc., de modo ao estudioso da personagem e do período poder comparar uns com os outros e ver como se influenciam mutuamente.



pelo [...] *que sofre aos soldados em guardar verdade e justiça e não [mu]dar o que não he seu.*"<sup>98</sup>

Assinale-se a insistência “em guardar verdade e justiça”, ou seja não adulterar a folha de serviço dos soldados a fim destes receberem a paga merecida, uma preocupação transversal aos dois diálogos, a par do consabido cuidado de Couto em olhar pelo “soldado pobre”, merecedor de todo o galardão por parte da Coroa.<sup>99</sup> De resto, a sua identificação com os veteranos endurecidos por uma vida de combate ao serviço do Rei plasma-se no título dos seus dois alvitres e corporiza-se no protagonista dos mesmos. Tal eleição e apropriação não é estranha. Por um lado estava ligado com um aspecto essencial da vida do Estado, como o próprio alvitrista reconhecia no seu segundo diálogo (1612) na fala do soldado: “Dizei-me senhores, há hoje no mundo terra mais fronteira, e em que sejam necessárias andarem as armas mais na mão que a Índia?”<sup>100</sup>

A pergunta era retórica, pois Couto sabia de antemão a resposta, tal como a sabiam os seus contemporâneos e quem os tinha precedido. A explicação devia-se à característica do Estado, um conjunto disperso de cidades, fortalezas e enclaves desde o cabo da Boa Esperança até ao Japão, com o domínio de alguns estreitos estratégicos (Ormuz e Malaca), de natureza comercial e que precisava de assegurar as comunicações navais entre as suas diversas partes e o Reino, a fim de poder garantir o fluxo comercial, a fonte das receitas que mantinha tudo a funcionar. A estranheza deste império moderno descontínuo, marítimo e mercantil face aos modelos prestigiosos do passado não passara despercebida aos coevos, nem a sua distância da sede do poder, como avisara o antigo capitão de Malaca Pedro de Faria a D. João III que “a Jmdia não esta amtre o Tejo e Odiana, esta cymquo mil leguoas do seus Reynos, e o Grão Turco tem Adem per sua e tem armada (...), E veyo hũa vez sobre Djo (...)”, pelo que era melhor prover uma armada capaz de o enfrentar.<sup>101</sup> O

<sup>98</sup> Petição de Diogo do Couto, s/l [Goa] s/d [ca. 1607] in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 649, o itálico é nosso. O documento está danificado na margem esquerda, o que nem sempre permite a reconstrução das palavras finais. Embora a petição seja endereçada a Filipe II, o pedido é feito por meio de D. Francisco da Gama.

<sup>99</sup> Daí insistir na nova mercê que Filipe II lhe fizesse os capitães pagassem um pardau (\$300 réis o de prata ou \$360 réis o de ouro) e os soldados apenas sessenta réis, o montante pago por todos sem diferenciação até então; cf. Petição de Diogo do Couto, s/l [Goa] s/d [ca. 1607] in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 649.

<sup>100</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 132-133.

<sup>101</sup> Carta de Pedro de Faria para D. João III Goa 08.10.1545 in ANTT, *Corpo Cronológico*, I-76-102, fl. 1.

tema da armada bem provida não era um assunto exclusivo dos alvitres de Couto, era uma inquietação quase universal e permanente que vinha detrás e continuou depois do seu tempo.

Daí o Soldado ser talvez a figura mais representativa do Estado da Índia por estar ligada a sua defesa e manutenção, sendo utilizado frequentemente como recurso retórico para o personificar, pelo que Couto não foi caso único. Atente-se a uma obra contemporânea do primeiro “Soldado Prático”, o “Desengano de Perdidos” (1572) de D. Gaspar de Leão, na qual um veterano português estropiado terça armas espirituais contra um capitão otomano vencendo-o no combate pela sua alma e conversão à verdadeira fé.<sup>102</sup> Como o Soldado é ainda o assunto central tratado pelo anónimo autor do ‘Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia’.<sup>103</sup> Entrado o século XVII o soldado continuou a simbolizar o Estado, a exemplo do guarda do chafariz no Terreiro do Paço em “A Visita das Fontes” de D. Francisco Manuel de Melo, o qual passara dez anos na Índia.<sup>104</sup> E por fim a “Arte de Furtar”, cujo autor contou a história de um Soldado da Índia que foi a Madrid pedir paga pelos seu trabalhos, tal como Couto pôs os seus a requerer uma justa recompensa nos dois diálogos, mas como a vias ordinárias se revelaram infrutíferas gratificou um pintor para o mostrar com as supostas feridas recebidas em combate

<sup>102</sup> D. Gaspar de Leão, *Desengano de Perdidos. Reprodução do único exemplar conhecido*, introdução de Eugenio Asencio, Coimbra: Por ordem da Universidade, 1958. O diálogo entre os dois soldados corresponde à primeira parte da obra, constando de 46 capítulos. Ambos ostentam cicatrizes de batalhas que os deixou marcados e encontraram-se entre o Cairo e Suez, tendo em comum o ofício de armas. O pano de fundo do diálogo, na realidade mais um monólogo do cristão, foi o dos grandes cercos ocorridos no Estado da Índia em 1570, dos quais não há referência em Couto (surgindo apenas no segundo “Soldado Prático”), cuja vitória foi vista como um milagre das armas cristãs, ao que se juntou o triunfo de Lepanto no ano seguinte, em 1571, vendo D. Gaspar nos dois sucessos um sinal que o Islão iria ser derrotado e se anunciaria uma nova era (donde a conversão do turco no fim da conversa), a parusia, com a segunda vinda de Cristo e o fim da história. Infelizmente tal não se verificou e o livro entrou no primeiro índice de livros proibidos pela Inquisição, o que determinou o seu confisco e queima, tendo sobrevivido apenas um exemplar conhecido, o da Biblioteca Nacional de Espanha.

<sup>103</sup> Mais concretamente, como cada um é um soldado ao serviço da expansão da Fé católica, do Rei e do Bem Comum, do crédito de ser português e proteger o Estado da Índia e, por fim, o primor que cada um deve ter diariamente na sua vida privada; cf. *Primor e honra da vida soldadesca do Estado da Índia*, (edição 2003), p. 84. A obra deve ter sido composta durante a década de 1570, tendo sido terminada algures por volta de 1577-78, pois não há menção a Alcácer Quibir.

<sup>104</sup> D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes*, p. 283.

e foi com o quadro a uma audiência régia pública, na qual o Rei se apiedou e deu-lhe o despacho pretendido.<sup>105</sup>

O soldado era, desta maneira, sinónimo e símbolo de experiência acumulada no Estado, daí ser o interlocutor escolhido por Couto para entabular diálogo e expor aos demais interventores o que estava mal e como devia ser consertado. Mas nem todos os seus contemporâneos afinavam pelo mesmo diapasão, porque Francisco Rodrigues Lobo (ca. 1580-1622), na sua “Corte de Aldeia” (1619), colocou uma das personagens, Solino, a envilecer os soldados, possivelmente por desconhecerem as regras da civilidade cortesã.<sup>106</sup> A realidade seria mais prosaica, porque na realidade o alvitrista criara um arquétipo sem correspondência no mundo real, mau grado os candidatos que queiram colar ao seu Soldado. O seu cepticismo face à belicosidade dos seus contemporâneos a servir na Índia parece ter aumentado para o fim da vida, porque numa carta para o Conde da Vidigueira em 1608 pediu mercê de um alvará “para os soldados me poderem comprar os meus liuros em seu soldo e que me paguem n’alfandegua nas fazendas que eu apresentar. E porque asy andarão espalhados polas fustas das armadas, e mouerão aos homens a os imitar [os heróis que apareciam nas *Décadas*].”<sup>107</sup> O efeito prático para estimular ao combate e apurar as virtudes militares seria nulo, a julgar pela recepção de anteriores ofertas das “Décadas” ao vice-rei, arcebispo e capitães das fortalezas, pois Couto queixou-se na mesma carta que de volta não recebera nem “hũa caxa de mermalada”, pelo que o acolhimento dos seus alvitres correria igual sorte.

## II – Espelho de Príncipes e aviso de privados: O alvitre e o discurso reformista sobre o Estado da Índia

**“Soldado** – Na Índia dalguns tempos pera cá que se costumam quatro maneiras de alvitres: primeiro contra o Rei; segundo contra os homens; terceiro contra Deus; quarto, contra todos.”<sup>108</sup>

<sup>105</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *Arte de Furtar*, pp. 292-293. Mas como descobriram que o soldado não era Fidalgo deram-lhe menos.

<sup>106</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *A Corte da aldeia e noites de Inverno*, prefácio e notas de Afonso Lopes Vieira, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1954, pp.

<sup>107</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 654.

<sup>108</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, texto restituído, prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, (3.ª edição), Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980, p. 46.

Os alvitristas não são os tradicionais conselheiros do Príncipe, sobre os quais se discutiu muito no género literário dito “Espelho de Príncipes”, cuja raiz é bem anterior à Idade Moderna e extravasa as fronteiras da Europa, a exemplo do “Arthashastra” (composto e reformulado na Índia entre o século II a.C. e o século III da era cristã) cuja autoria foi atribuída a Kautilya,<sup>109</sup> e com paralelismos interessantes, para o Ocidente, entre os autores do mundo islâmico. Em Portugal o género também foi cultivado algo tardiamente, com destaque para a já mencionada obra de Álvaro Pais “Speculum Regum”,<sup>110</sup> presente na biblioteca de D. Duarte (r. 1433-1438), o qual compôs o “Leal Conselheiro”, que no seu capítulo 50 trata de “Em geral da prudência, justiça, temperança, fortaleza e as condições que pertencem ao bom conselheiro”.<sup>111</sup> Encontramos ainda o nome de Diogo Lopes Rebelo como o de outro cultor quatrocentista com o seu “De Republica gubernanda per regem”, livro latino impresso em Paris em 1496 e dedicado ao seu protector que entretanto subira ao trono português sob o nome de D. Manuel.<sup>112</sup> Não interessa discutir aqui a natureza deste género literário no Portugal Moderno, nem sequer seguir a evolução no campo das novas influências que chegavam com o Renascimento e o Humanismo (nomeadamente o “Príncipe” de Maquiavel, e de todo o anti-maquiavelismo que suscitou, e o “Livro do Cortesão” de Baldassare Castiglione, na sua versão ibérica na obra de Guevara), mas apenas assinalar a sua profusão face ao período anterior,<sup>113</sup> procurando antes ver como se enquadra o alvitrista no campo dos conselheiros do Príncipe e que tipo de conselhos lhe dá.

<sup>109</sup> Vishnagupta e Chanakya também aparecem como autores, sendo a sua autoria e o próprio texto de uma natureza complexa conforme se pode ver na recente tradução para inglês, *King, Governance and Law in Ancient India. Kautilya's Arthaśāstra*, traduzido, editado e anotado por Patrick Olivelle, Oxford: Oxford University Press, 2013.

<sup>110</sup> Veja-se nota 44.

<sup>111</sup> Onde refere “O mais proveitoso privado [i.e. conselheiro] é aquele que mais ama tua vida e que induze, a trás os súbditos à tua obediência, e amor, e te oferece todas suas cousas, e a sua própria pessoa dispõe a próprio teu arbítrio, a prazimento, e tem estas virtudes e costumes que te contarei”, seguindo-se a lista das quinze qualidades do bom conselheiro; cf. *Leal Conselheiro e Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela escrito pelo Senhor Dom Duarte, Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta, fielmente copiado do Manuscrito da Biblioteca Real de Paris*, Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1843, 177-179.

<sup>112</sup> Diogo Lopes Rebelo, *Do Governo da República pelo Rei (De republica gubernanda per regem)*, reprodução fac-similada da edição de 1496, editada com uma introdução e notas por Artur Moreira de Sá, Lisboa: Instituto para a Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1951, pp. v-xi.

<sup>113</sup> Veja-se sobre este tema na primeira metade de Quinhentos, Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

Porque o alvitrista não é o conselheiro tradicional do Príncipe e dele não há traços nesta literatura política de *Specula Principis*, embora toda defenda e propugne o bom conselho e a boa escolha daquele, a começar pelo influenciador Antonio de Guevara, tanto no “Aviso de Privados, y Doctrina de Cortesanos”<sup>114</sup> como no “Menosprecio de Corte e Alabanza de Aldea”,<sup>115</sup> ambos impressos pela primeira vez em 1539, tendo o “Menosprecio” sido dedicado a D. João III. Em Guevara ainda estamos no campo do conselheiro convencional, imbuído de valores cristãos, e, sobretudo, aquele que existe no quadro do topo do aparelho de estado ou da Corte, isto é, aqueles que se encontram no círculo próximo do Príncipe. Ora o alvitrista extravasa este âmbito e inclui pessoas de todos os quadrantes que querem oferecer ao Príncipe o seu parecer com o intuito de serem reconhecidos e recompensados. Nem mesmo nos “Diálogos” (1589) de D. Fr. Amador Arrais aparece o alvitrista no quinto colóquio, que é um bom exemplo desta literatura “especular” por tratar “Das condições do Bom Príncipe”, num diálogo significativamente travado entre um enfermo (Antíoco) e o seu “curador”, Justiniano, um legislador.<sup>116</sup> Nele, Arrais destrinça a figura do ‘Conselheiro’, a do ‘consultado’ e a do ‘verdadeiro Sábio’, enumerando as respectivas qualidades, inclinando-se para o Príncipe escolher o aviso do sábio porque “grande infelicidade he a dos reys que não se seruem de ministros e officiaes virtuosos, mas de homens astutos que com suas sagacidades & ardilezas tomão a porta aos que hão de tratar mais verdade, (...). Por onde parece que se he temeridade medir o Rey por um juízo e que he justo ou injusto,

<sup>114</sup> O “Aviso de Privados”, dedicado a Francisco de los Cobos, que ocupava o lugar desejado por Guevara, donde influenciar este equivaleria a influir em Carlos V, assinala nos argumentos iniciais que o Valido deve ter sempre em conta dois pontos ligados com o conselho: “En lo que aconsejaredes no seays aficionado, en lo que desaconjerades no seays absoluto, ni en lo que hizierades seays desausiado (...) [a fim de dar o “bom” exemplo aos demais].”; “Si no quereys señor errar en lo que aconsejays, ni tropeçar en lo que hazeys, ni caer de lo que teneys holgad com quien os dixere las verdades, y aborreced al que os traxere lisonjas: porque mas aueys de querer que os *auisem* agora, que no que os consuelen despues.” in Antonio de Guevara, *Aviso de Privados y Doctrina de Cortesanos*, Barcelona: Hieronymo Margrit, 1612, p. 90 (o itálico é nosso). Note-se a menção aos que “avisam”, podendo assim incluir alguém fora do mundo cortesão e do topo do aparelho de Estado.

<sup>115</sup> “[...], porque si ay mil que aciertan en cosas ajenas, ay diez mil que yerran en sus cosas próprias. Ay hombres en este mundo que para dar vn sano consejo, y para ordenar vn remedio de presto, tienen pareceres heroycos, & ingenios muy delicados, los quales sacados de negócios ajenos, y traydos a negócios suyos, es lastima ver lo que dicen, y es verguença lo que hazen, porque ni tienen cordura para governar sus casas, ni avn prudencia para encoirir sus misérias” in António de Guevara, *Libro llamado Menosprecio de Corte, y Alabanza de Aldea*, Coimbra: Oficina de Manuel Dias, 1657, p. 95. Esta edição atesta a longa e larga influência de Guevara, pois foi impresso em Portugal e em castelhano após 1640.

<sup>116</sup> De assinalar o nome da personagem, alguém que é justo, como ainda o do compilador do grande código legal *Corpus iuris civilis*, o imperador bizantino Justiniano.

deuido ou indeuido, licito ou illicito, sem conselho dos doutos”<sup>117</sup>. Não parece, contudo, que o alvitrista seja o “sábio” mencionado por Arrais, embora este insista que “o que ha de dar conselho, conuem que seja sesudo, considerado, de bom entendimento, sabio, muito visto, & tão senhor de suas paixões que nenhuma dellas possa emnouoar o juízo.”<sup>118</sup>

Esta excursão permitiu inferir que a literatura “especular” quinhentista considera a possibilidade de existirem vários tipos de conselheiros do Príncipe, embora o alvitrista não figure especificamente entre eles nestes textos, e cada qual goza de uma determinada reputação. Veja-se, ainda que brevemente o caso do Valido, o conselheiro que goza da confiança do Príncipe e que, no caso espanhol, vai a caminho de uma institucionalização devido à crescente complexidade do aparelho de estado que obriga a uma delegação de poderes e de competências régias na pessoa de um ministro ou de ministros reunidos em conselhos. Aliás, a “Arte de Furtar” ironiza com as exigências feitas pelos requerentes que exigiam um soberano onnipresente “como se os Reys tiverão corpo reproduzido, e de bronze, que pudesse assistir a todos os negócios, em todas as partes, e a todas as horas”.<sup>119</sup> Tal evolução deu origem a uma espécie de primeiro-ministro a partir do Duque de Lerma em 1598.<sup>120</sup>

Mas enquanto Guevara não viu mal no Valido, procurando antes influenciá-lo pelos seus escritos, já Arrais invectivou contra eles,<sup>121</sup> talvez porque em Portugal nunca ocorreu uma institucionalização do figurino como em Espanha, donde ser malvisto e malquisto pelos desmandos verificados no país vizinho. O Privado, sendo uma realidade bem presente na Europa Moderna,<sup>122</sup> nomeadamente na Península Ibérica como já se viu, e talvez houvesse um exemplo no Portugal quinhentista na pessoa de D. António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira, veio a ter uma reputação sulfurosa no século XVII. O comportamento dos grandes validos, como o Duque de Lerma, Francisco de Sandoval y Rojas, cuja reputação ainda estava tingida das piores cores na “Arte de Furtar” redigida

<sup>117</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos de [...], Bispo de Portalegre: revistos e acrescentados pelo autor nesta segunda impressão*, Coimbra: Oficina de Diogo Gomes Loureiro, 1604, fl. 163. A parte que trata dos conselheiros e do conselho vai dos fls. 162 ao 169.

<sup>118</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos*, fl. 164.

<sup>119</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, p. 290

<sup>120</sup> Veja-se o estudo clássico de Francisco Tomás y Valiente, *Los valido en la monarquia española del siglo XVII. Estudio institucional*, (2.ª edição), Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1990.

<sup>121</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos*, fls. 165v-166.

<sup>122</sup> Sobre o fenómeno numa perspectiva comparada veja-se John H. Elliot e L. W. B. Brockliss, *The World of the Favourite*, New Haven/Londres: Yale University Press, 1999.

por volta de 1652,<sup>123</sup> e a do Conde-Duque de Olivares e do seu hagiógrafo Virgílio Malvezzi, ambos objecto de remosques chistosos na obra “Hospital de Letras” de D. Francisco Manuel de Melo,<sup>124</sup> contribuíram em muito para o desprestígio e descrédito da figura. O próprio Diogo do Couto também atacou o “privado” do vice-rei, ou seja o seu secretário, logo no primeiro “Soldado Prático” escrito no terceiro quartel de quinhentos, por o isolar e ser susceptível de o manipular à custa da Fazenda e dos interesses da Coroa na Índia, embora não tenha convencido totalmente o recém-provido governante quanto à benignidade da sua ideia.<sup>125</sup> As invectivas de Couto persistiram no segundo “Soldado” (1612), onde o veterano acusou o vice-rei de nomear pessoas de confiança para postos-chave como secretário, ouvidor-geral, juiz dos feitos, procurador del-rei em vez de dar os cargos aos providos pelo monarca “porque infinito é o poder que os visos-reis têm tomado”.<sup>126</sup> Na prática, o cronista reconhecia involuntariamente, como algo que não gostava, a evolução do aparelho burocrático no Estado da Índia ao longo do meio século anterior, com o aumento do número de burocratas, a criação de jurisdições fiscais e judiciais, bem como a eventual constituição de corpos consultivos especializados (os Conselhos do Estado e o da Fazenda) para auxiliar o vice-rei, transformado desta maneira na peça central de uma “papelocracia” e que tinha deixado de ser o comandante militar e naval à cabeça dos soldados no convés de uma nau, uma visão pertencente a um passado que tanto tinha de heroico como de mítico.

Aconselhar o Príncipe, ou o seu representante, tornou-se, assim, num tema candente da literatura política, logo também dos alvitres, tendo Diogo do Couto dedicado páginas dos seus dois “Soldados Práticos” à escolha dos bons conselheiros e de ministros para ajudar o vice-rei a ser um bom governante. A selecção, como era óbvio, teria que recair sobre homens probos e vividos nas coisas da Índia, “porque quoasi todos os que gouernarão este Estado se queixarão, que quando o comessauão a entender os mandauão jr”,<sup>127</sup> conforme escrevia Couto a alguém com experiência na matéria, o Conde da Vidigueira vice-rei de 1597 a 1600. Cerca de meio século antes, quando redigiu o primeiro “Soldado Prático”, o alvitrista Couto pela boca do seu veterano desenganou o recém-nomeado vice-rei, que dissera ganhar experiência em despachar assun-

<sup>123</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, edição crítica com introdução e notas de Roger Bismut, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 163.

<sup>124</sup> Jean Colomès, *Le dialogue “Hospital das Letras”*, pp. 145-147.

<sup>125</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 378-383.

<sup>126</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p. 194.

<sup>127</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 1606 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Caixa 2, 3º E, p. 371.



tos do Estado, afirmando “porque o vice-rei D. Afonso [de Noronha, 1550-1554], criado foi na corte dos reis, e capitão nas guerras, e que sempre mandou. E disse, estando por vice-rei na Índia, quando chegou sucessor: «Agora posso dizer que me tira o Vice-Rei o governo da Índia, porque, se mais cedo viera, tirara-o a Simão Ferreira e a Vasco da Cunha e a outros que me aconselharam!»<sup>128</sup> O problema radicava, segundo Couto o epistológrafo, no facto de haver sempre quem dava maus conselhos com resultados funestos como no caso de um vice-rei recente, “lá vai o velho Aires de Saldanha (1600-1605), que nunca entendeu senão o que lhe no leuou, nem se quis crer senão de quem no danou, elle deixa isto em estado que se encapellarem mais dous mares a nao [entenda-se o Estado da Índia] se mergulhara.”<sup>129</sup>

O mau conselho/conselheiro e a incompetência do governante, que arrastavam o Estado da Índia para a perdição sem punição, tornar-se-ia, aliás, num tema recorrente e repetido nos alvitres e escritos afins, sobretudo a partir de Seiscentos. De tal maneira, que em 1657 D. Francisco Manuel de Melo pôs o Soldado, como não podia deixar de ser em assuntos relacionados com a Índia, a dizer em “A Visita das Fontes”:

Achando-me eu na Índia por meus pecados, ouvi dizer que perguntara lá certo Rei vizinho a um Embaixador nosso quantos Vizo-reis tinha degolado el-Rei de Portugal, seu irmão; e como lhe dissesse nenhum, diz que lhe respondeu o Mafoma: «Pois por isso ele tem a Índia tão bem-governada!»<sup>130</sup>

A decapitação era uma opção radical, mas conviria lembrar que houve diversos ocupantes do cargo que seguiram presos para o Reino por inépcia política e militar, nomeadamente D. Francisco da Gama em 1628, e que desde o reinado de D. Sebastião (r. 1557-1578), reforçado com nova legislação a partir do governo de Filipe I, os vice-reis e governadores, bem como os capitães das fortalezas do Estado e demais ministros, tinham de prestar contas da sua actuação. A ineficiência e inaptidão não eram sinónimo de recém-chegados sem conhecimento da Índia, bastando pensar no exemplo do vice-rei D. Jerónimo de Azevedo (1612-1617),

<sup>128</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 382-383

<sup>129</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 1606 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Caixa 2, 3º E, p. 371.

<sup>130</sup> D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes. Apólogo dialogal terceiro*, edição fac-similada e leitura do autógrafo (1657), introdução e comentário de Giacinto Manuppella, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1962, p. 283.



curtido na Conquista de Ceilão, que também regressou detido ao Reino, tendo sido encarcerado no castelo de São Jorge em Lisboa para responder pelos actos do seu governo. Mas será que um político sazonado em matérias indianas daria melhor aviso e escolheria ministros mais acertados?

Sigam-se alguns dos interlocutores mencionados atrás para ver se o argumento colhe. O conde da Vidigueira, antigo vice-rei e presidente do Conselho da Índia, nomeou o seu inexperiente sogro, Rui Lourenço de Távora (1609-1612), para o cargo que ocupara um decénio antes e deu-lhe uma lista de criados seus para ocupar officios, como Álvaro de Sequeira para os Contos e Pêro Moniz para escrivão da Fazenda em Cochim.<sup>131</sup> Mais, D. Francisco também deve ter fornecido uma apreciação dos principais ministros e deu instruções concretas a Rui Lourenço de Távora a seu respeito, pois na correspondência privada trocada entre ambos o novo vice-rei revelava, candidamente, que tinha tirado Jerónimo de Brito dos Contos, por estar cego, substituíra João de Frias Salazar por Julião Campos na Relação, e apertara com o Vedor Geral da Fazenda e o Tesoureiro por não quererem mostrar as contas. O ponto deveras interessante e importante residia no facto do vice-rei ter transformado um mercador privado, o alemão Fernando Cron (Ferdinand Kron), no seu conselheiro informal,<sup>132</sup> segundo toda a probabilidade por indicação do genro com quem Cron mantinha largo trato. Este era o pecado original de Cron, o qual após o seu regresso forçado à Europa também se daria ao alvitre em Madrid na década de 1620,<sup>133</sup> o de estar envolvido em negócios de diamantes com os dois. Em 1609, por exemplo, Rui Lourenço de Távora e D. Francisco investiram 18.000 xerafins em diamantes “roca velha”, o que de melhor seguia para o Reino nesse ano, mediante a corretagem de Cron e o vice-rei dispunha-se a repetir o investimento em 1610.<sup>134</sup> Não admirava, por isso, que no *post-scriptum* de outra carta, Rui Lourenço tenha recomendado Cron para receber alguma mercê régia

<sup>131</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa s/d [1610] in BNP, *Fundo Geral*, códice 1975, fls. 348-349v.

<sup>132</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 29.12.1610 in BNP, *Fundo Geral*, códice 1975, fls. 217-220.

<sup>133</sup> Nomeadamente a respeito da Companhia de Comércio da Índia Oriental instituída por Olivares, veja-se James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 1993, p. 192.

<sup>134</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 10.01.1609 in BNP, *Fundo Geral*, códice 1975, fls. 305-305v.

pelos bons conselhos dispensados, sobretudo no tocante à Conquista das Minas do Monomotapa.<sup>135</sup>

A rede clientelar e o interesse misturavam-se com o “bom aviso”, mas não se podia dizer que o parecer de Cron fosse pior que o de outros, a sua experiência irrelevante, os seus conhecimentos deficientes e os seus alvitreiros irreais e impraticáveis. A bagagem de uma vida passada na Ásia não significava necessariamente perícia, reflectindo o alvitre dado algumas falhas de julgamento por opções e visões políticas a respeito do Estado da Índia; senão atente-se no plano apresentado por Diogo do Couto ao governador D. Fr. Aleixo de Meneses (1607-1609) em 1608, aquando da invasão do Decão pelo Grão-Mogol Jahangir (r. 1605-1627):

“(…), por o rej de Madaneger [o Nizām Shāh de Ahmednagar] estar fraquo, o Rejno de Verara [o sultanado de Berar] já [está] em poder dos mogores como vossa senhoria sabe, e o Jdalchan [Ibrāhīm ‘Ādil Shāh II, r. 1580-1627], he hum soni balhador, tangedor, e tão afiminado como hũa molher, por onde não ha que fazer com elle, mandejme oferecer ao Arcebispo Gouernador para hir la desfarsado em trajo do mercador com quatro cauallos a vender para mor desimulação, para o persuadir, quando o visse desesperado, a dar a cidade e fortaleza de Dabul a el-rey para o recolherem nelle com sua molher e tizouro sendo necessário, (...), com o que Sua Magestade ficaua metendo pee para vir a ser senhor de todo o Quomquão [Concão]. Não sei se fizeram este oferecimento de minha parte ao Arcebispo, nem eu perguntej por jssso, *porque não querem buscar quem he para as cousas*. E eu não me ejde deuassar tanto quando cudo que me podem rogar. E estas rezõis pode vossa senhoria dizer a esses senhores do Conçelho [da Índia] para significarem a Sua Magestade quão importante era jsto para que me oferecia por seu serviço.”<sup>136</sup>

Não só o plano era demasiado rebuscado, como o putativo espião tinha a propecta idade de sessenta e seis anos para ir até Bijapur disfarçado de mercador de cavalos, conforme deve ter pensado D. Fr. Aleixo de Mene-

<sup>135</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 08.12.1609 in BNP, *Fundo Geral*, códice 1975, fl. 318.

<sup>136</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa “a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2º E, p. 652. O itálico é nosso.

ses da oferta de tal almocreve. Daí ser pouco crível a afirmação do seu primeiro biógrafo Manuel Severim de Faria quando escrevia que “(...), teue grande conselho, e por essa causa era chamado muitas vezes dos viso roys [sic] a elle, nos negócios de mor importancia.”<sup>137</sup> Embora Couto achasse que devia ser consultado dada a sua experiência e oferecesse alvitres sem lhos pedirem, conforme se queixava do envio ao vice-rei D. Martin Afonso de Castro (1605-1607) aquando da preparação para a expedição às Partes do Sul, acrescentado que ‘todavia pelas obrigações que tenho ao serviço de Sua Magestade lhe mandei o meu por escrito (...)’.

Mas veja-se para lá dos detalhes rocambolescos do alvitre de 1608 a fim de se perceber uma opção geoestratégica coerente com o que Couto tinha exprimido no passado e um antecedente histórico que, enquanto cronista, ele conhecia por ter redigido as “Décadas da Ásia”. O antecedente ocorrera em 1534-35, quando o avô de Jahangir, Humayun (r. 1530-1540, 1555-1556), o Hamau Paxá da sua crónica, invadira o sultanado do Guzerate obrigando o sultão Bahadur Shah (r. 1526-1537) a neutralizar a ameaça portuguesa e a obter eventualmente a assistência do Estado para lutar contra os mogóis sem ter problemas na sua retaguarda marítima,<sup>138</sup> mediante a assinatura de dois acordos pelos quais cedera à Coroa portuguesa Baçaim e terras anexas (1534)<sup>139</sup> e posteriormente Diu (1535),<sup>140</sup> tendo o segundo tratado permitido a construção de uma fortaleza naquela ilha, almejada desde o governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515).<sup>141</sup> Tais concertos de pazes permitiram ao governador Nuno da Cunha (1529-1538) lançar as bases da futura província do Norte, à qual se incorporaria Damão e terras anexas na década

<sup>137</sup> Manuel Severim de Faria, *Discursos varios politicos*, fl. 156v.

<sup>138</sup> Aliás a carta faz-lhe referência, “(...)”, e trazer-lhe exemplo [a Ibrâhîm ‘Âdil Shâh II] do Soltão Badur de como nos deu a jlha e a fortaleza de Dio quando o avô deste Mogor foi sobre elle e lhe tomou o Rejno e dallj com o fauor dos portugueses o tornou a ganhar como poderá fazer este rej de Visapur [Bijapur] se nos desse Dabul pella comodidade daquele porto, (...)”, Carta de Diogo de Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa “a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2º E, p. 652.

<sup>139</sup> “Contrato de pazes entre o sultão Bahadur Shah do Guzerate e o governador Nuno da Cunha, s/l Dezembro de 1534 in Júlio Firmino Júdice Biker, *Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Azia e Africa Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do século XVIII*, tomo I, Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, pp. 63-65.

<sup>140</sup> “Contrato de pazes entre o sultão Bahadur Shah do Guzerate e o governador Nuno da Cunha, Diu 25.10.1535 in Júlio Firmino Júdice Biker, *Collecção de tratados*, tomo I, pp. 66-71.

<sup>141</sup> O episódio está contado na *Década IV*, ix-7 e ix-9.

de 1540, reforçando a viragem para a terra que conhecia outros desenvolvimentos mais a sul na ilha de Ceilão por volta destes mesmos anos.<sup>142</sup>

Couto, para além de ter escrito o episódio na “Década Quarta”, também tinha manifestado no seu primeiro “Soldado Prático” uma opção programática centrada em Baçaim e que se estendia por todo o Concão desde Goa até Damão, donde a aquisição de Dabul, aliás um porto crucial no tráfico pimenteiro para o Golfo Pérsico que o Estado procurava em vão debelar há muitos anos,<sup>143</sup> era mais um elo a juntar aos outros já existentes de modo a reforçar a posição portuguesa na região.<sup>144</sup> Esta seria, na perspectiva de Couto, uma oportunidade para consolidar uma testa de ponte portuguesa na planície costeira situada entre o Mar Árábico e os Gates Ocidentais, que resultava de uma orientação política oficial que vinha desde meados da década de 1530. Não era um caso isolado entre os alvitristas, porque mesmo o flamengo Jacques de Coutre, cujo horizonte estratégico estava mais virado para o sueste asiático e regiões conexas (Golfo de Bengala e Mar do Sul da China), agrupava este conjunto de fortalezas e dependências espalhadas pelo Concão centrando-as no mundo económico e comercial de Goa.<sup>145</sup>

Na realidade, como já se viu, os alvitristas mais ou menos experimentados decantavam-se, nos seus pareceres e opiniões, por uma opção entre as correntes políticas existentes, procurando aduzir argumentos para sustentar a sua escolha e inovando num ou noutro ponto. E, como sempre, todos ou quase todos achavam que o seu alvitre era melhor por uma razão ou outra, devido ao traquejo de vida, ao conhecimento acumulado e às provas dadas no serviço régio, devendo por isso ser escutado e seguido. Couto, neste particular não era diferente de Duarte Gomes Solis

<sup>142</sup> Veja-se a respeito de uma maior peso da terra no Estado da Índia o estudo fecundo de Anthony Disney “The Portuguese Empire in India, 1550-1650, Some Suggestions for a Less Seaborne, More Landbound Approach to its Socio-Economic History” in John Correa Afonso (Ed.), *Indo-Portuguese History, Sources and Problems*, Delhi: Oxford University Press, 1991, pp. 148-173.

<sup>143</sup> Veja-se Anthony Disney, “Smugglers and Smuggling in the Western Half of the Estado da Índia in the Late Sixteenth and Early Seventeenth Century” in *Indica*, vol. 26, nº 1-2 (March-September), 1989, pp. 57-75.

<sup>144</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 521-532.

<sup>145</sup> “Como se poderá fazer grande dano aos Olandezes dando Sua Magestade licença a seus vaaelos mercadores para armar naos para a India Oriental, a donde poderão achar prezas e fazer suas mercancyas”; “Informação que dá a Sua Magestade Josephe e Jaques de Coutre, naturais da cidade de Bruges, vassallos de Sua Mageste, que eles hão estado na India de Portugal trinta e hum anno, cazados com molheres e filhas” in Jacques de Coutre, *Como Remediar o Estado da Índia?*, pp. 2, 9, (respectivamente).

e dos demais, queria que seguissem o seu aviso para proveito e glória pessoal; e por muito que se recusasse em oferecer o seu conselho “nas matérias do Estado deeme vossa senhoria licença para não tratar porque me canssão e me matão, (...)”, mais à frente não se coibia de o dar, nem de moralizar sobre a injustiça de não o escutarem e o descalabro que se abatia sobre a Índia “emfim, resumindome, nessa materia, digo que he necessário fundir de nouo todo este Estado e os homens delles, porque emquanto não ouuer muita forssa de fogo não avera emenda.”<sup>146</sup> Cerca de meio século mais tarde, o autor de “A Arte de Furtar” também oferecia o seu alvitre, com a falsa relutância própria do alvitrista que não queria ofertar o seu plano sem colher recompensa: “este lustre dos olhos, e olheiros de Vossa Magestade, *naõ sey se o diga, porque temo dizello sem fruto, mas em fim direy*, porque me assegura, que não será de balde, por ser muito facil, e de muito proveito, e nenhum custo.”<sup>147</sup>

Mas de onde veio este tipo de discurso?

A origem há que buscá-la no já mencionado aparecimento do Estado Moderno e no facto de todos se poderem dirigir ao Príncipe para reparar um mal pessoal ou colectivo. Mas o alvitre não é uma jeremiada pessoal, nem uma petição a pedir mercês por serviços prestados nem, conforme diferenciava “A Arte de Furtar”, o conselho no sentido material (o conjunto dos conselheiros e o Tribunal a que pertenciam) ou no formal (o voto pessoal e a resolução colectiva nas suas quatro partes distintas).<sup>148</sup> O alvitre apareceu, assim, informalmente nas cartas dos burocratas, dos capitães de fortalezas e mesmo dos governadores e vice-reis da Índia para o Príncipe. Nelas, o vedor, o capitão ou o governador dava conta da sua actuação e sugeria alguma política não contemplada no seu regimento, ou avançava mesmo com propostas de alterações, porque a situação mudara devido ao tempo transcorrido entre a redação das instruções no Reino e a sua chegada à Índia. Estas sugestões, regra geral, eram dadas no quadro da sua competência e jurisdição, exemplificada na correspondência trocada entre o Vedor da Fazenda Simão Botelho e D. João III.<sup>149</sup> Repare-se, contudo, que o cargo ocupado por Simão Botelho lhe dava uma visão global do funcionamento do Estado da Índia, das suas fraque-

<sup>146</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa, a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, pp. 651, 653.

<sup>147</sup> Anónimo [Pe. Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, p. 362. O itálico é nosso.

<sup>148</sup> Anónimo [Pe. Manuel da Costa], *A Arte de Furtar*, pp. 211-212.

<sup>149</sup> A exemplo das publicadas por Rodrigo José da Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1868, [II] pp. 1-42, que se estendem cronologicamente de 1547 a 1552.

zas e vulnerabilidades, bem como dos seus recursos e possibilidades, donde poder aventar uma ou outra medida ao rei.<sup>150</sup> A melhor prova desse conhecimento e experiência resultou na feitura do primeiro orçamento completo do Estado da Índia em 1554, significativamente intitulado “Tombo Geral”, cujo texto é muito mais do que uma mera compilação de receitas financeiras ao inventariar e arrolar tudo o existente em cada cidade e fortaleza (número de oficiais, respectivo ordenado, direitos e rendas régias, como foram adquiridas, etc.).<sup>151</sup>

O alvitre nasceu neste canal privilegiado estabelecido entre os oficiais da Coroa na Ásia e o Príncipe na Europa,<sup>152</sup> num registo discursivo onde, simultaneamente, se relatavam os males e contrapunham os remédios. Pedro de Faria, que foi capitão de Malaca, representa um dos mais lídimos exemplos desta linha de aviso nas suas cartas escritas a D. João III, onde teceu toda uma série de considerações sobre diversos assuntos, nomeadamente opções estratégicas e a situação política do momento com uma perspectiva global para o Índico, redigindo tudo numa linguagem colorida, que Diogo do Couto não enjeitaria. Como, a título de exemplo, quando escreveu a D. João III em 1532 afirmando que “(...) a Jmdia que he comparada a molher muyto ffermossa guaryda e estremo com que os homens per ella se perdião e Sua Alteza era marido velho que ellas pouco querem, (...)”, havendo outros homens que a cobiçavam como o Grão Turco (Solimão o *Magnífico*) e outros reis cristãos, pelo que o monarca português a devia proteger com homens, navios e armas.<sup>153</sup> Havia, obviamente, outro tipo de alvitres, como os pedidos expressamente, a exemplo da consulta efectuada por D. João de Castro (1545-

<sup>150</sup> “Pelo que me foy forçado, pois ficaua [na Índia, Simão Botelho pedira para regressar ao Reino e o Vice-rei impediu-o porque não chegou ninguém para o substituir], dar conta a Vosa Alteza d’algũas cousas desta terra, pela obrigação que careguo; posto que d’outro me parecia escusado, asy porque o viso rey o faz meudamente, como pelo pouço remedeo que lhe vejo, per onde vay cada vez pera pyor por nossos pecados; e não sey se he ysto por Vosa Alteza esquecer dela, por estar tão longe que nom pode prover com tempo; (...); e a muitos ouvy eu já qua dizer, que se Vosa Alteza nom castigaua nenhum dos culpados dos que qua hyão, que como farião eles”; Carta de Simão Botelho para D. João III, Cochim 30.01.1552 in Rodrigo José da Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, [II] p. 26

<sup>151</sup> Tombo do Estado da Índia, Goa 21.10.1554 in Rodrigo José da Lima Felner, *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, [II] pp. 43-259.

<sup>152</sup> A exemplo do rol de cartas enviadas para D. João III da Índia em 1536, por uma série de pessoas, desde capitães de fortalezas a reis vizinhos, mas também dois muçulmanos de Malaca e os gancares-mores de Goa (cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, II-205-93), provando o que fica dito atrás, que o Rei é o árbitro para o qual todos apelam, servindo de elemento de coesão política e social, sobretudo para os seus súbditos não-europeus.

<sup>153</sup> Carta de Pedro de Faria para D. João III, s/l 23.11.1532 in ANTT, *Corpo Cronológico* I-50-40, fl. 4 [foliação nossa].

1548) a respeito do contrato da pimenta em 1545, na qual Pedro de Faria também participou.<sup>154</sup> As cartas conhecidas de Couto, na sua maioria dirigidas a D. Francisco da Gama, filiam-se, assim, nesta tradição, pelo que nem o seu teor nem o seu estilo eram inovadores.

O alvitre, todavia, transformar-se-ia em algo mais que a simples carta ou parecer, pois deu origem a uma narrativa organizada com o propósito pedagógico de influenciar o Príncipe e os seus ministros, e se possível ser impressa para correr entre a opinião que contava, onde o autor discorria sobre os problemas do momento e defendia reformas.<sup>155</sup> A honra de inaugurar o género coube, provavelmente, a Diogo do Couto com o seu primeiro “Soldado Prático” redigido no terceiro quartel de Quinhentos. O escrito era fruto do tempo, pois apareceu no contexto da crise total (política, económica, militar) que assolava o Estado da Índia e das opções políticas possíveis naquele momento dentro da conjuntura e do lastro do passado. Para tal basta seguir o ritmo da narrativa para ver que o texto está organizado de modo a Couto reformar progressivamente tudo, ou quase, partindo do Reino para a Ásia, começando com a escolha crucial da pessoa para levar a bom cabo a missão, o vice-rei; passando de seguida pela viagem, para se emendar o apuramento e a formação de pilotos bem como a construção naval e o tipo de embarcações usadas (pois a Carreira da Índia estava a perder navios, tema a que voltará no fim, quando tratar do regresso a Portugal); chegado ao Estado tratar-se-ia da selecção e qualidade dos ministros (para se combater os desmandos existentes); reformular-se-ia a organização social, política e militar a fim de enquadrar eficazmente fidalgos, capitães e soldados; controlar-se-iam as despesas para haver dinheiro para o que fazia falta; reorganizar-se-iam as prioridades estratégicas do império asiático, a favor de uma escolha musculada oficial no Índico ocidental (para fazer frente ao perigo otomano) em detrimento da presença informal e mercantil para lá do Estreito de Malaca; reequipar-se-iam as armadas, tratar-se-ia da construção naval na Índia e do avitualhamento, donde a preferência por

<sup>154</sup> Parecer de Pedro de Faria sobre o contrato da pimenta, s/l 19.11.1545 in ANTT, *Corpo Cronológico*, I-77-18. Sobre este tema veja-se Luís Filipe F. R. Thomaz, *A questão da pimenta em meados do século XVI: Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa: CEPCEP/UCP, 1998. O governo de D. João de Castro foi fecundo neste tipo de consultas, existindo outra série de pareceres relacionados com a questão de Baçorá, que têm sido explorados por Dejanirah Couto, mas que nunca foram objecto de uma edição na sua totalidade.

<sup>155</sup> Portugal, infelizmente, carece de um registo de arbitristas, título dos alvitres e sua localização, conforme a Espanha possui um guia para esse fim que é um precioso instrumento de pesquisa da autoria de Evaristo Correa Calderón, *Registro de arbitristas, economistas y reformadores*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1981.



Baçaim e pelo Concão (incluindo Damão); e encerrou o discurso regressando à chave da abóbada, o vice-rei, essencial para levar a bom porto a tarefa. Tudo entremeado de exemplos onde o passado heroico e os seus protagonista se confrontavam com o desregramento do presente.<sup>156</sup> Face ao primeiro “Soldado Prático”, o segundo texto terminado em 1612<sup>157</sup> carecia da mesma estrutura ordenada e dava uma série de receitas cristalizadas no tempo, logo desadequadas para a conjuntura que o Estado da Índia tinha pela frente desde o princípio do século XVII.<sup>158</sup> Os resquícios anti-otomanos do segundo “Soldado Prático”, por exemplo, não tinham razão de ser, pois o Turco deixara de ser uma ameaça no Índico desde 1590,<sup>159</sup> mas a maior parte das opções anteriores mantiveram-se e algumas obsessões acentuaram-se, nomeadamente a mineira (as minas de prata de Chicova eram o objectivo de conquista, para além de tentar obter a produção aurífera do Monomotapa, bem como as minas de ouro de Menancabo, na ilha de Samatra).<sup>160</sup>

Assinale-se, novamente, que no fundo nada disto era inovador e apenas replicava correntes políticas e de opinião existentes no Estado da Índia. A celebrada conquista das Minas do Monomotapa vinha já do século XVI, com a fracassada expedição de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem (1569-1577), seguida da tentativa do vice-rei Matias de Albuquerque (1591-1597) franquear a sua descoberta e exploração em troca do pagamento do quinto da produção à Coroa,<sup>161</sup> tendo o regime de conquista acabado por ser renovado em 1609 com a nomeação de D. Nuno Álvares Pereira como seu capitão-geral.<sup>162</sup> Álvares Pereira, perdida a

<sup>156</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 361-565.

<sup>157</sup> Escolheu-se a data da carta dedicatória ao Conde de Salinas e Ribadeo, por facilidade, sabendo-se que a gestação e escritura do segundo “Soldado Prático” é mais complexa e arrastado no tempo, devendo ter começado no último quartel de Quinhentos e prolongou-se até à primeira década do século XVII, caso do enxerto da segunda e terceira parte, embora Couto tenha mantido alguns aspectos arcaizante que não faziam sentido após 1580, sem dúvida porque não teve tempo ou paciência para o fazer e quis enviar o alvitre para o Reino a fim de ser publicado. Veja-se a erudita análise de António Coimbra Martins, *O Primeiro Soldado Prático*, pp.243-249, com a qual não concordamos inteiramente, em particular na ideia de uma redação do conjunto mais recuada.

<sup>158</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 17-216.

<sup>159</sup> Giancarlo Casale, *The Ottoman Age of Exploration*, Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 182-185

<sup>160</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 197-210.

<sup>161</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fls. 128-129. Este orçamento foi publicado por Artur Teodoro de Matos.

<sup>162</sup> Carta de Filipe II para o vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, Lisboa 07.11.1612 in Raimundo António de Bulhão Pato, *Documentos Remettidos da India ou Livros das Monções*, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1884, p. 269. Rui Lourenço de Távora queixar-se-ia que a nova empresa fora lançada em 1609 com poucos soldados (30 a 50) e sem provimento,



protecção familiar,<sup>163</sup> foi substituído no cargo por D. Estevão de Ataíde, mas conseguiu amealhar um pecúlio de 30.000 pardaus nos pouco meses que esteve em Moçambique.<sup>164</sup> A reactivação da Conquista foi seguida de um período febril de consultas em Goa com a chegada do novo vice-rei Rui Lourenço de Távora em 1610-1611,<sup>165</sup> as quais podem ter contribuído para Couto afinar o seu alvitre com novos dados, tendo o próprio cronista recebido em data incerta uma pepita de prata das mãos de um dominicano, segundo confessa no segundo “Soldado Prático”, a qual rendeu dois terços da massa em metal precioso de modo a abonar a riqueza das minas, o que provavelmente deve ter acontecido no primeiro decénio seiscentista.<sup>166</sup> E, só por tratar da trilogia canónica, a “Reformação da Milícia” de Francisco Rodrigues Silveira também avocaria a sua conquista, vista como possível se feita com ordem e disciplina,<sup>167</sup> esquecendo o pesadelo logístico e a insalubridade climática para um corpo militar europeu no interior de África antes da revolução científica do século XIX.

Acrescente-se, ainda, que as minas de Menancabo (Minangkabau, um planalto na região central da ilha de Samatra, que escoava o seu ouro em pó por vários portos, entre os quais Jambi) já tinham sido referenciadas

---

apenas armada com uma Provisão do arcebispo-governador para D. Nuno Álvares Pereira tomar as fazendas alheias que achasse passando letras para a Fazenda régia pagar aos donos, para além de tomar o cabedal da nau *São Francisco* (o qual estava consignado aos baneanes em pagamento da pimenta que tinham dado fiada); cf. Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Ilhas de Quirimba, 20.06.1609 in BNP, *Fundo Geral*, cód. 1975, fls. 344-344v.

<sup>163</sup> Era irmão do quinto conde da Feira, D. João Forjaz Pereira, vice-rei da Índia que morreu sem ter chegado ao destino, e sobrinho, por via da mulher, do governador interino D. Fr. Aleixo de Meneses.

<sup>164</sup> Carta de Rui Lourenço de Távora para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 29.12.1610 in BNP, *Fundo Geral*, cód. 1975, fl. 220

<sup>165</sup> Os pareceres desta consulta efectuada entre 17.12.1610 e 11.07.1611 encontram-se transcritos em ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), Tomo 2.º E, pp. 587-592.

<sup>166</sup> Diogo de Couto, O Soldado Prático, pp. 197-198. Este dominicano não-identificado terá sido fr. João dos Santos, o celebrado autor de *Etiópia Oriental e Vária História de Cosa Notáveis do Oriente?* Nunca se poderá saber. O sucessor de Couto como Guarda-mor e Cronista do Estado, António Bocarro, apenas faz menção a amostras de prata enviadas por Simões Madeira em Julho de 1615 ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo e a Filipe II, por meio do dominicano fr. Francisco do Avelar, acompanhado por Lopo Velho Preto. Ambos chegaram a Goa nesse ano e partiram com a prata, mapas e outros documentos para o Reino, de onde passaram a Madrid, sendo recebidos pelo rei; cf. António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, editada por Rodrigo José de Lima Felner, vol. II, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1876, p. 596.

<sup>167</sup> Francisco Rodrigues da Silveira, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, pp. 235-238.

por Tomé Pires (1512-1515),<sup>168</sup> e havia toda uma tradição ligada à exploração aurífera e mesmo à existência de uma mirífica Ilha do Ouro na Insulíndia, sobre o qual tinha escrito recentemente Manuel Godinho de Erédia.<sup>169</sup>

Por outro lado, não nos podemos esquecer da atracção exercida pelas riquezas mineiras espanholas, cuja prata se tinha transformado no meio de aquisição das especiarias no Estado da Índia desde o reinado de D. Sebastião, pelo que a procura de minas dentro do império português se transformou numa constante nos séculos seguintes, tendo a busca conhecido um incremento desde a união das coroas em 1580. O segundo “Soldado Prático” era prova dessa emulação do modelo espanhol, tanto no tema da mineração como no da ocupação territorial, com Couto a planear a construção de um império terrestre à escala continental na África meridional entre Moçambique e Angola imitando o castelhano no Novo Mundo.<sup>170</sup> Estas compulsões, a mineira, a travessia de África e a ocupação do interior africano, tornar-se-iam permanentes a partir de finais do século XVI e seriam recuperadas periodicamente por um ou outro alvitrista, também dentro de uma perspectiva atlântica e não apenas índica. A começar com o plano de Domingos de Abreu e Brito no final de Quinhentos,<sup>171</sup> seguindo-se a megalómana proposta de Luís Mendes de Vasconcelos por volta de 1616<sup>172</sup> e terminando nos projectos apresentados por Salvador Correia de Sá (1656-1662 e 1673),<sup>173</sup> pas-

<sup>168</sup> *A Suma Oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues*, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1978, pp. 285-286.

<sup>169</sup> Veja-se Manuel Godinho de Erédia, *Informação da Áurea Quersoneso, ou Península e das Ilhas Auríferas, Carbúnculas e Aromáticas*, edição, introdução e anotação de Rui Loureiro, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2008.

<sup>170</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 198-203.

<sup>171</sup> Veja-se *Um inquérito à vida administrativa e económica de Angola e Brasil em fins do século XVI, segundo manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa*, editado por Alfredo de Albuquerque Felner, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

<sup>172</sup> Memorial de Luís Mendes de Vasconcelos, s/l s/d [ca. 1616] in *Monumenta Missionária Africana*, 1.ª série, vol. VI, *África Ocidental (1611-1621)*, coligida e anotada por António Brásio C. S. Sp., Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, pp. 263-270.

<sup>173</sup> Carta de Salvador Correia de Sá para a rainha-regente D. Luísa de Gusmão, s/l s/d [1656-1662] in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), caixa 2-1ª C, pp. 285-287; Proposta de Salvador Correia de Sá, s/l ?01.1673 in Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva (Eds.), *Os manuscritos da Casa Cadaval respeitantes ao Brasil*, vol. I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956, pp. 237-238. Na segunda data, o plano de Correia de Sá coincidiu com a decisão do regente D. Pedro em despachar navios, colonos e dinheiro para uma nova conquista das minas do Monomotapa e fixação de população nos Rios de Cuama, cf. Glenn J. Ames, *Renascent Empire? The House of Bragança and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, ca. 1640-1683*, Amesterdão: Amsterdam University Press, 2000, pp. 183-204

sando ainda por toda uma série de intentos aliando a exploração mineira, à fixação humana e à obtenção de mão-de-obra escrava durante a primeira metade de Seiscentos,<sup>174</sup> os quais, no seu conjunto, são suficientes para se ver como os alvitristas tinham encontrado um filão com audiência e aceitação nos conselhos da Coroa. Não era caso único, havia outros.

Ao contrário das cartas e dos pareceres, os alvitres mais elaborados compostos a partir do terceiro quartel do século XVI destinavam-se a ser publicados de modo a obter uma recepção mais alargada entre a audiência que contava, de maneira a aplicarem-se as reformas preconizadas. A escolha do figurino narrativo nem sempre foi a melhor por falta de leituras e de capacidade de escrita, sendo Duarte Gomes Solis um caso extremo de mau escritor como se viu, havendo outros com igual escassez estilística como Manuel de Andrada Castelo Branco,<sup>175</sup> para mencionar apenas dois alvitristas que imprimiram livros à sua custa em castelhano para os fazerem circular privadamente a fim de alcançar a atenção do Príncipe. Couto optou por escolher o diálogo por ser a maneira mais didáctica de expor os argumentos, rebater os pontos de vista contrários e ganhar o debate de ideias. Havia mais autores a escolher o formato de diálogo nesta literatura de pendor reformista, a exemplo de Luís Mendes de Vasconcelos na sua obra “Do sítio de Lisboa” (1608),<sup>176</sup> onde curiosamente também entra um soldado na conversa, correspondendo ao fidalgo com experiência militar. Mas Vasconcelos conseguiu imprimir o seu alvitre em vida, enquanto o fado de Couto foi funesto pois não conseguiu publicar o seu na primeira nem na segunda vez (1612). O segundo “Soldado Prático” era, aliás, um texto menos organizado que o primeiro, resultando provavelmente de uma nova redacção onde juntou algum material sobrevivente da primeira versão a um conjunto heteróclito de ideias desenvolvidas desde então, tudo entremeadado de erudição

<sup>174</sup> “1593-1631 Terras e minas africanas segundo Baltasar Rebelo de Aragão”, “1617-1622 Benguela e o seu sertão por um anónimo”, “1620-1629 Produções, comércio e governo do Congo e Angola segundo Manuel Vogado Sotomaior, António Diniz, Bento Banha Cardoso e António Bezerra Fajardo”, “1516-1619 Escravos e minas de África segundo diversos” in Luciano Cordeiro, *Questões Histórico-Coloniais*, vol. I, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935, pp. 215-244, 247-274, 309-340, 343-380 (respectivamente).

<sup>175</sup> P. E. H. Hair (Ed.), *To Defend Your Empire and the Faith. Advice on a global strategy offered c. 1590 to Philip, King of Spain and Portugal, by Manoel de Andrada Castel Branco*, Liverpool: University of Liverpool, 1990, pp. 7-8 (considerações sobre o estilo), 211-257 (texto original em castelhano).

<sup>176</sup> Luís Mendes de Vasconcelos, *Do sitio de Lisboa, dialogo de [...]*, Lisboa: Oficina de Luís Estupiñan, 1608, com várias edições posteriores (cf. nota 29).

para dar caução ao alvitre<sup>177</sup> e de um pendor moralizante que passaria a caracterizar este tipo de escrita.<sup>178</sup> Ambos textos tiveram que esperar muito até serem publicados, mau grado as tentativas empreendidas por Couto em sua vida fazendo apelo a putativos protectores para lhe editar a obra.

Melhor sorte conheceu o texto contemporâneo “Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia”, de autor anónimo, uma obra mais abrangente onde também cabe o alvitre sobre o serviço régio, o bem comum e o crédito do Estado da Índia, e por isso muito ligado à política. A sua descoberta accidental na biblioteca de Jorge Furtado de Mendonça levou o achador, o frade agostinho António Freire, a publicá-lo em 1630.<sup>179</sup> O lado “prático” e político da obra não escapou a fr. António, pois na dedicatória ao arcebispo de Lisboa e governador do Reino D. Afonso Furtado de Mendonça (1623-1630), explicou as razões porque o fazia aduzindo “a segunda [razão da dedicatória] do lugar que està gouernador desta Coroa, & portanto tem encarregado das boas ordens & diuidos expedientes que se deuem ás cousas de guerra, & em particular daquelas partes Orientaes por antiga, & famosa milícia de nossas antigos Reys conquistadas, & *tam necessitadas de remedio & socorro*, (...)”.<sup>180</sup> Todavia, o outro discurso reformista coetâneo pertencente à trilogia canónica, a “Reformação da milícia e governo da Índia Oriental” de Francisco Rodrigues da Silveira, também continuou manuscrito como os dois “Soldados” de Couto e teve de esperar pelo século XIX (1877) para ser objecto de uma edição selectiva a fim de se adequar ao enunciado “deca-dentista” do seu compilador, António Costa Lobo.<sup>181</sup>

<sup>177</sup> Sobre a erudição de Couto veja-se Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998.

<sup>178</sup> A respeito da génese e escrita dos dois “Soldados” veja-se o que escreveu António Coimbra Martins na sua edição de *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 205-291.

<sup>179</sup> *Primor e honra da vida soldadesca na Estado da India liuro excelente, antigamente composto nas mesmas partes da India Oriental, sem nome de autor, & hora posto em ordem de sair a luz, com um elogio sobre elle, pello P. M. Fr. Antonio Freyre da Ordem de Santo Agostinho, deputado do Santo Officio da Inquisição de Lisboa*. Lisboa: Oficina de Jorge Rodrigues, 1630.

<sup>180</sup> *Primor e honra da vida soldadesca na Estado da India*, fl. 5 (o itálico é nosso). Não só o destinatário da dedicatória era Governador do Reino, como era também tio do dono da biblioteca onde Fr. António Freire descobriu o manuscrito.

<sup>181</sup> António de S. S. Costa Lobo, *Memórias de um soldado da Índia, compiladas de um manuscrito portuguez do Museu Britânico*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1877 (foi reimpressa pela mesma editora 110 anos mais tarde, em 1987).

A trilogia canónica, não contando com a obra mais tardia, a “Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão” de João Ribeiro (1685),<sup>182</sup> composta aproximadamente no espaço de meio século (ca. 1570-1620) era o sintoma da profunda crise que abalava o Estado, pois a narrativa de todos estes alvitres tinha por trás um propósito reformista para resolver as adversidades e males então sentidos. O aprofundar da crise à medida que o tempo passava apenas contribuiu para aumentar o número dos alvitres, tanto que o próprio alvitrista Couto reconhecia no segundo “Soldado Prático” que estes se tinham tornado onnipresentes na Índia com efeitos nefastos, pelo que atacou os potenciais rivais.<sup>183</sup> Couto não queria correr o risco de ser contagiado pela crescente má reputação dos alvitristas e dos alvitres. Mas esse foi um esforço vão, porque a má fama dos alvitristas e a dos seus escritos não cessou de aumentar a par da quantidade dos textos produzidos. Estes, sob o título de “memoriais” e “instruções”, entre outros, começavam a oferecer outro tipo de serviço para além do aviso reformador, com propostas milagrosas para resolver problemas no campo financeiro, comercial, naval e militar, frequentemente com soluções de índole técnica de uma exequibilidade duvidosa, quando não impraticável. Dada a frequente má qualidade destes planos, o autor de a “Arte de Furtar” queixava-se a meados do século XVII de:

“que haja no mundo embusteiros, não he para mim couza nova; mas que haja em Portugal quem os ouça, e admita, he o que choro; sem acabarem de cahir, que tudo são sonhos de Scipião, enredos de Palmeirim, gigantes de palha, com que nos armaõ, mais a levar o ouro do Reino, que a defender a Coroa delle; e nisto he que poem toda a sua sabedoria, que trazem escrita na unha.”<sup>184</sup>

Nesse mundo ao avesso, o criador da “Arte de Furtar” contava a história de um alvitrista, ou “Estadista” como lhe chamava ironicamente, que por volta de 1632 tinha ido a Madrid para dar o seu remédio para terminar com a guerra na Flandres em pouco tempo, tendo sido convocadas juntas e conselhos para escutarem a sua panaceia, a qual consistia em trocar os conselheiros da Monarquia Hispânica pelos da Holanda, porque assim a Coroa Dual só teria vitórias e os Países Baixos setentrionais apenas conheceriam derrotas, rematando “porque as obraõ [as derrotas] os Conselhos, por cuja conta corre aplicar-lhes o remedio. Assim passa, que

<sup>182</sup> O manuscrito original encontra-se na BNP, *Fundo Geral*, cód. 518 “Fatalidade Estorica da Ilha de Ceilam”.

<sup>183</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 46-80.

<sup>184</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *Arte de Furtar*, p. 225.

o que assola as Republicas sem remedio, são os conselhos quando erram”.<sup>185</sup>

Paradoxalmente, ou talvez não, a “Arte de Furtar” descreditava tanto o conselho amador (alvitre) como o profissional (o dos burocratas), mas o desprestígio atingia sobretudo os alvitristas e o seu aviso. Era um sentimento partilhado pelos seus contemporâneos, caso de D. Francisco Manuel de Melo na “Visita das Fontes” onde punha Apolo a dizer: “(...) os alvitres para a República são como os remédios das velhas (em que falámos há pouco) para os doentes de grave enfermidade: todos param em riso e dano dos que os admitem.”, não admirando por isso que os achasse os maiores merecedores de desterro.<sup>186</sup> Couto antecipara-se a D. Francisco Manuel de Melo, porque no segundo “Soldado Prático” (1612) sugeriu o seu desterro na Ilha de Santa Helena, a fim de parar com o contágio do alvitre;<sup>187</sup> ficando nós sem saber se também pensava embarcar para o exílio na sua companhia. O descrédito dos contemporâneos não impedia a sua proliferação nem a dos seus escritos, que constituíam assim um novo campo de conhecimento. Mas como classificar e enquadrar esta nova área?

A resposta não residia apenas no tipo de linguagem usada nos alvitres (vocabulário, retórica, estilo e metáfora), ao qual já se aludiu e se voltará ainda que muito brevemente, mas sim no tocante ao género literário ou, eventualmente, ao campo de saber. A biblioteconomia, que conhece um grande desenvolvimento na época, é uma forma de ver como é classificado o alvitre, pois os catálogos, inventários e índices das bibliotecas, ou livrarias como se dizia ao tempo, ordenavam de forma metódica os livros e manuscritos por assuntos ou ramos do saber,<sup>188</sup> implicando a

<sup>185</sup> Anónimo [Padre Manuel da Costa], *Arte de Furtar*, p. 211.

<sup>186</sup> D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes*, pp. 201, 205. Os ataques aos alvitristas e aos seus alvitres vai da página 195 à 207.

<sup>187</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p. 145.

<sup>188</sup> Veja-se, para um período imediatamente anterior ao do nosso estudo, que se inicia grosso modo a partir da terceiro quartel do século XVI, o caso da biblioteca de D. Teodósio I, duque de Bragança (ca. 1510-1563), o inventário da respectiva livraria de uma grande casa aristocrática com ligação à dinastia reinante, ressaltando o facto do Duque querer criar estudos superiores em Vila Viçosa podendo por isso a sua colecção bibliográfica servir para os estudantes. O inventário da sua biblioteca não revela qualquer autonomização no campo da ciência política, muito menos de alvitres, de acordo com a matéria tratada nos livros, mostrando que tal diferenciação e autonomia foi mais tardia, pelo menos em Portugal, cf. Ana Isabel Buescu, “Aspectos da livraria de D. Teodósio: uma grande biblioteca do Renascimento” in Jessica Hallet e Nuno Senos (Coord.), *De todas as partes do mundo. O património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio*, vol. I *Estudos*, Lisboa: Tinta da China,

autonomização de uma determinada área ou a sua inclusão dentro de outra mais abrangente.<sup>189</sup> D. Vicente Nogueira (1586-1654) foi um dos cultores deste campo, a par do seu gosto bibliófilo, tendo aconselhado o filho do protector de Couto, D. Vasco Luís da Gama, conde da Vidigueira e marquês de Niza, a ordenar a sua biblioteca, onde, para lá da separação dos livros por grupos linguísticos e tamanho, sugeriu que os dividisse por seis grandes matérias (Teologia, Jurisprudência, Medicina, Filosofia, Matemática e História).<sup>190</sup> O relevante aqui é o facto de Nogueira ter colocado a literatura especular (“conselho”) na secção de Jurisprudência e na de História incluiu “ultimamente, livros políticos, já de ministros que andaram com a mão na massa, *já de homens ociosos, que desde o seu canto cuidam governar o mundo, livros de alvitreiros*.”<sup>191</sup>

A apreciação é o de menos, o importante era a separação dos dois tipos de discurso, a autonomização do género alvitrista, ainda que integrado no campo da História (emparceirado com a Geografia, a Roteirística, a Cartografia, diversos tipos de História e a Historiografia), como algo ligado a esta disciplina, mais que não fosse por empregar exemplos históricos de forma comparativa contrastante: o passado (virtude/bem/desejável) frente ao presente (vício/mal/indesejável). O modelo preconizado por D. Vicente em 1647 discrepava com o arranjo dos títulos por campos do saber realizado aquando do confisco da sua biblioteca em 1633, onde sob a designação de “Memorial dos liuros pertencentes a Politica” se incluía tanto a literatura especular como a alvitrista, surgindo aí o “Primor e honra da vida soldadesca por fr. Antonio Freire pergaminho cem reis”.<sup>192</sup>

A divisão dos campos, com a inclusão dos escritos especulares na Jurisprudência, e dos alvidres e de outros escritos políticos de cariz pragmá-

---

2018, pp. 281-299; Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.

<sup>189</sup> Martim de Albuquerque, «*Biblos*» e «*Polis*». *Bibliografia e ciência política em D. Vicente Nogueira (Lisboa, 1586-Roma, 1654)*, Lisboa: Vega, 2005, pp. 45-47 e a bibliografia aí referida em nota.

<sup>190</sup> Carta de D. Vicente Nogueira para D. Vasco Luís da Gama, conde da Vidigueira e marquês de Niza, Roma 21.10.1647 in *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*, introdução e edição de João Carlos Serafim, supervisão científica José Adriano de Freitas Carvalho, Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011, pp. 132-133.

<sup>191</sup> Carta de D. Vicente Nogueira para D. Vasco Luís da Gama, conde da Vidigueira e marquês de Niza, Roma 21.10.1647 in *Um diálogo epistolar*, p. 133. O itálico é nosso.

<sup>192</sup> Obras políticas do inventário da livraria confiscada a D. Vicente Nogueira em 1633 in Martim de Albuquerque, «*Biblos*» e «*Polis*», pp. 160-164. A inventariação não foi feita por D. Vicente, mas sim pelas autoridades inquisitoriais, revelando outras formas de organizar bibliotecas e autonomizando e/ou agrupando campos de saber.



tico na História, pode estar relacionada com o facto de D. Vicente ter mostrado pouco interesse pela literatura política pedagógica, preferindo antes as obras de carácter prático, lugar em que entraria o alvitre. Não se sabe se a inclinação era anterior ao seu encarceramento pela Inquisição em 1631,<sup>193</sup> mas acentuou-se com o seu exílio na Itália, talvez por influência da própria ciência política italiana, de pendor mais pragmático e virado para a acção, evidenciando maior apreciação pela que protegia os súbditos dos excessos do poder, sem dúvida por se recordar do que tinha sofrido na carne.<sup>194</sup> À época, aliás, havia no mundo ibérico toda uma corrente contestatária do reforço do poder do Estado, e do seu abuso, por parte de pessoas que também cultivaram o alvitre, defendendo a necessidade de manter uma relação recíproca entre o Rei e o Reino, trabalhando em conjunto para o Bem Comum.<sup>195</sup> O tema explodiu em pleno reinado de Filipe IV em 1627, levando Olivares a instaurar uma censura mais rigorosa, com o Conselho de Castela a servir de censor, a fim de proibir a circulação e impressão de tais escritos, entre os quais se contavam os alvitres. Sem grande eficácia acrescente-se, pois estes continuaram a difundir-se e a ser lidos.<sup>196</sup> Portugal parece ter passado incólume por toda esta contestação e censura, com os arbútrios a circularem manuscritos e impressos.

Se os contemporâneos de Nogueira colocavam o alvitre no campo da política sem qualquer dúvida, a par do conselho a príncipes, a confusão aumentava no século seguinte, pois Diogo Barbosa Machado na sua “Bibliotheca Lusitana” propunha sessenta e três divisões para organizar a sua livraria portuguesa, repartindo as obras de carácter alvitrista por três áreas autónomas: “Ética e Política” (a exemplo de António Bocarro, “Da reforma do Estado da Índia”), “Diálogos” (onde entrava o segundo “Soldado Prático” de Couto, descrito como um “dialogo entre hum Fidalgo, e hum soldado da India”), e “Críticas e Invectivas” (registrando aí António Mendes com “Exéquias do Estado da Índia”), embora o grosso dos títulos fosse arrumado nas prateleiras da primeira divisão ao lado

<sup>193</sup> Processo de D. Vicente Nogueira, 17.01.1631-09.02.1635 in ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, processo n.º 4241. Nogueira já tinha caído anteriormente nas malhas da Inquisição por causa do “nefando” e voltou a cair após se ter denunciado por ter tido relações com o seu próprio pajem e músico na Sé, Vicente Ferreira, a 27 de Novembro de 1630; cf. Processo de Vicente Ferreira, 28.11.1630-28.09.1632 in ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, processo n.º 2481, fl. 6.

<sup>194</sup> Martim de Albuquerque, «Biblos» e «Polis», p. 54.

<sup>195</sup> John H. Elliot, *Lengua e Imperio en la España de Felipe IV*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, pp. 62-69.

<sup>196</sup> John H. Elliot, *El conde-duque de Olivares*, pp. 345-346.



de obras especulares como a de D. Duarte.<sup>197</sup> A mistura daqui resultante evidenciava a tendência para esmiuçar a classificação, isto num século, como o XVIII, marcado pela obsessão taxonómica, donde a divisão do alvitre por várias áreas, mostrando uma relativa perda de autonomia.

### **Conclusão: “(...), porque para tudo há remédio, senão para a morte”**

**“Apolo:** (...). O alvitre, para conveniente, deve ser firme, amplo e fácil, porque os misteres de um reino não se satisfazem com limitados socorros, à imitação da mina pobre que, suposto seja de ouro ou prata de grã fineza, excedem os gastos aos interesses e se ficam pondo de casa trabalhos e esperanças. Um grão de arroz é um morgado para hũa formiga, e zombaria para um elefante”.<sup>198</sup>

Diogo do Couto foi o primeiro a criar o alvitre enquanto género ou subgénero literário, com um texto discursivo próprio cujos intuitos de reforma não passavam por inovar – como viria a ser o alvidre posterior à Restauração, em especial o do século XVIII, de modo a combater o atraso e a emparceirar Portugal com os países do Norte da Europa –, tendo explicitado claramente no final do primeiro “Soldado Prático”, “não folgue Vossa Senhoria com novidades, porque nunca vi na Índia, que fossem proveitosas, mas sempre foram danosas.”<sup>199</sup> O objectivo era antes restaurar, conforme apontava no fim da conversa com o vice-rei recém-nomeado ditando uma espécie de vade-mécum abreviado para este seguir – aliás, o título dado no proémio ao diálogo é “Tratado de um Vice-rei” –, dizendo “trabalhe Vossa Senhoria quanto lhe for possível por trazer a gente de guerra contente, junta paga e favorecida, dando a cada um conforme seus serviços e merecimentos, de tal maneira que se não possa dizer que paga a uns com a justiça de outros, favorecendo no justo e honesto a cidades e povos, pois neles estão certas as ajudas e socorros para todas as necessidades do Estado; *por onde em tudo lhes deve guardar suas honras e liberdades que lhes deram vice-reis por seus serviços, e*

<sup>197</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, histórica, critica, e chronologica, na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compozeraõ, desde o tempo da promulgação da Ley da Graça ate o tempo presente*, tomo IV, Lisboa: Oficina Patriarcal de Afonso Luís Ameno, 1759, pp. 582-586, 688, 694.

<sup>198</sup> D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes*, p. 205.

<sup>199</sup> Diogo do Couto, *O primeiro Soldado Prático*, p. 557. António Coimbra Martins aponta em nota para o facto desta máxima política já ter sido dita atrás, no capítulo IX respeitante à Matrícula, onde acha preferível não inovar, mesmo quando não há remédio possível, cf. pp. 415-417.

juntamente castigando os que cometerem culpas e malefícios, para em tudo ficardes acrescentados.”<sup>200</sup>

O primeiro “Soldado Prático” encarava a reforma como algo ainda possível, mas o tom mudou significativamente para o segundo, perante o qual nos devemos perguntar se o veterano, isto é o próprio Diogo do Couto, acreditava na hipótese de conserto do Estado da Índia. Repare-se que enquanto o primeiro diálogo se desenrola em Portugal antes da ida do vice-rei nomeado para Goa, servindo o soldado de fonte de informação do que se passava na Ásia e de alvitrista,<sup>201</sup> pelo que o plano reformista seria implementado; o segundo também tinha o Reino como pano de fundo, mas a conversa decorria entre um veterano que vinha em busca do provimento da sua folha de serviço com um fidalgo que já havia sido governador por sucessão na casa de um despachador, discorrendo sobre os “enganos” e “desenganos” da Índia, ou seja, na prática desiludira-se com a hipótese da Índia se remediar.<sup>202</sup> O desengano era ainda mais profundo nas cartas, como na de 1607 a D. Francisco da Gama, “para dar a Vossa Senhoria conta do que por qua vai he necessário fazer hũa década de nouo, e são as cousas tais que me tem embaraçado o entendimento, porque vejo perder tudo a mingoa por falta de tudo. E o pior he que do animo e do conçelho, porque assjm andamos tam acouardados por nosso pecados, (...)”.<sup>203</sup>

Se no terceiro quartel do século XVI, altura da composição do primeiro diálogo, Couto pensara que a restauração do sistema das antigas liberdades e honras individuais e colectivas seria suficiente e viável para reformar a Índia, posteriormente parece ter julgado tal impossível dadas as características de funcionamento do Estado, mesmo recorrendo à máxima lipsiana “Necessitas omnen legem frangit” (a necessidade rompe a lei) datada de 1584,<sup>204</sup> que o alvitrista parece desconhecer e não perfilhar apesar de tudo. Veria Couto o Estado como algo irreformável, ou ainda haveria esperança e o alvitre tinha razão de ser?

Atente-se à violenta diatribe contra tudo e contra todos no seu segundo “Soldado Prático”, em particular na apreciação da Casa dos Contos de

<sup>200</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 555-556, o itálico é nosso.

<sup>201</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, p. 362.

<sup>202</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p. 17.

<sup>203</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa 16.12.1607 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 382

<sup>204</sup> Justus Lipsius recuperou uma máxima estoica, de Séneca, a qual aparece no seu tratado de 1584, *De Constantia*, impressa em Antuérpia na oficina Plantiniana.

Goa e das finanças do Estado,<sup>205</sup> para se poder começar a desvendar a resposta. O julgamento de Couto à situação da Fazenda régia e dos seus ministros e tribunais no Estado piorou substancialmente com o tempo e por altura do segundo “Soldado Prático” a honestidade dos ministros da Casa dos Contos era simplesmente posta em causa.<sup>206</sup> Couto insurgia-se contra o aumento desenfreado das despesas, a maior parte delas inúteis pois haveria forma mais expedita de resolver a situação para a qual foram criadas, dando o exemplo da armada do Malabar, que custava 60,000 pardaus, bastando 20,000 soldados em Cananor para se pagar aos naires e mesmo ao Samorim para reprimirem a pirataria costeira, poupando-se dinheiro.<sup>207</sup> A causa disso tudo era:

*Na Índia primitiva, quando o portugueses tinham seu nome alevantado sobre esses signos celestes, aqueles Césares que a governavam não traziam olho em mais que em dilatar a santa Fé Católica; em acrescentar o património real e em enriquecer o Estado e os vassalos; em fazer eleições de capitães; em trazer armadas mui ordenadas e providas; em ir buscar os Turcos a Suez; em castigar e oprimir o Malavar; em trazer enfreados e sopeados os reis vizinhos; em trazer os soldados fartos e contentes; em exercitar às barreira assi de espingardas como de artilharia; em visitar os hospitais, e em muitas outras coisas desta sorte.*

*Agora já se não costuma isto; mudou-se o vinte a outra cama; já as armadas se fazem por comprimento, sem tempo e em ordem; os soldados andam clamando; as casas que em*

---

<sup>205</sup> Por altura do primeiro “Soldado Prático” as críticas são numerosas a estas instituições e cargos, mas não excessivas, a exemplo da sugestão de escolher o Vedor Geral da Fazenda entre alguém com experiência de vida asiática, e de boa estirpe, e que fosse provido pelo vice-rei ou governador, em vez de vir alguém do Reino (como quase todos vieram); cf. Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 390-395. O problema radicava no manejo dos dinheiros, pois apesar das receitas terem vindo a crescer, as despesas também tinham aumentado em rubricas desnecessárias e supérfluas para satisfazer os vários clientelismo, razão pela qual frequentemente não havia dinheiro, sendo por isso necessário o Estado contrair empréstimos, dando como exemplo o de D. João e Castro. Os empréstimos serviam para um fim específico, mas os tesoureiros eram pressionados pelos vice-reis, capitães e demais oficiais a saldar contas em atraso nunca se gastavam nos fins para que tinham sido contraídos, rematando “e desta maneira pedem empréstimos aos povos para fazerem galeões e comprar munições, e gastam-no em sem-razões”; cf. Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 443-455. António Coimbra Martins chama atenção para o facto da máxima ser rimada, facilitando assim a sua memorização, cf. nota 51 na p. 452.

<sup>206</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 100-103.

<sup>207</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 116-117.

Goa havia de esgrima, tornaram-se escolas de dançar e ensinar moças; barreiras, nem de uma nem doutra: é ofício vil; des outra, sem lhe atirar do pé dela. As visitas dos hospitais tornaram-se na Casa dos Contos e da Relação; de governadores se fizeram vereadores e de capitães prelados. E assim tudo o mais desta sorte.<sup>208</sup>

O acerto do antigamente e o desacerto do presente era o *leitmotiv* desta literatura de crise. O desconcerto e desilusão do segundo “Soldado Prático” parece ser, assim, um grito isolado contra um sistema irreformável, ou quanto muito uma visão partilhada apenas por outros alvitristas. Mas seria mesmo assim?

Ao contrário do que se pode supor as preocupações de Couto eram partilhadas por mais gente, incluindo por quem estava no poder. É notório ver como o desiderato reformista começou ainda no reinado de D. Sebastião e prosseguiu nos seguintes, implicando tanto a administração metropolitana como a indiana, existindo várias opções quanto ao caminho a seguir. Como Diogo do Couto afirmara no primeiro “Soldado Prático” as receitas do Estado tinham subido, tal como as despesas, uma tendência que se manteria até 1634 conforme se poderia comprovar pelos orçamentos conhecidos (embora na realidade existisse uma estagnação por causa da inflação desde 1600, ou mesmo antes, mas continuou a haver superávits até à década de 1630). Um bom conhecedor das finanças do Estado, o vedor geral da Fazenda Francisco Pais, historiava em 1610-12 a evolução do rendimento da Índia desde o governo de D. Constantino de Bragança (1558-1561) até ao de André Furtado de Mendonça (1609) concluindo “por estes exemplos se ve que a India rende muito mais do que gasta, e por que arremate nãa palaura, a causa porque os rendimentos não bastão digo que he outra cousa senão *desordens da Cobiça*”.<sup>209</sup>

Diogo do Couto não enjeitaria a conclusão nem o léxico. Aliás, o “Orçamento de 1610” compilado sob as instruções de Pais revelava nas suas considerações finais como, afinal, as preocupações dos alvitres de Couto eram partilhadas por um conjunto mais alargado de pessoas, incluindo os burocratas de topo. Por bizarro que tal pudesse soar, Pais também acreditava que a Casa dos Contos tinha duplicado desnecessariamente o

<sup>208</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p. 108, o itálico é nosso.

<sup>209</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 128. O documento revela como, uma vez deduzidas as despesas, o Estado ainda dispunha de 445.392 xerafins, cf. fl. 121v, o itálico é nosso.

seu pessoal e a sua despesa;<sup>210</sup> e que os capitães das fortalezas se tinham mercantilizado e usufruíam de demasiadas benesses da Coroa, podendo estas ser cortadas.<sup>211</sup> Anos mais tarde, veríamos Francisco Rodrigues da Silveira também a defender que os capitães das fortalezas não deviam ser mercadores.<sup>212</sup> Mas havia outros exemplos de concordância de pontos de vista entre Pais e Couto, como a reputação do Estado:

O credito e reputação dos portugueses na India esta tão perdido nas cousas de guerra que com ao presente estar de paz com todos os reis della, algũs piratas malauares que dantes não tinham poder nem nome andão agora por toda esta costa roubando as embarçaõins dos portugueses, e ninguem nauega ia, senão em cafilas a quem as nossas armadas dão guarda, e nem isso basta pera deixarem de tomar athe dos mesmos nauios da armada.<sup>213</sup>

#### As dívidas do Estado:

A Fazenda del Rey deue na India a partes mais de seiscentos mil cruzados. E isto he hũa mina para os officiais cobiçosos e pessoas que tem mando e vallia que comprão estas diuidas, e dão o quarto a parte, e arrecadão por inteiro. E não são os tisoueiros e feitores de Goa os que fazem estas maranhas he verdade que recebem eles os papeis mas não recebem nem pagão o dinheiro nem o vem dos olhos, e se morrem seruindo os cargos ou dando suas contas então se furtão os papeis que iaa erão pagos como aconteceu a poucos annos a dous feitores e hũ tisoueiro, a quem senão achou nenhũ dinheiro nem fazenda. E permitio Deos que

<sup>210</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 129v.

<sup>211</sup> “Aos capitains das fortalezas se pagão corenta homens, e dez parentes os quais dez parentes por serem fidalgos se paga de quartel cinquenta pardaos o que lhe vem a ser soldo e vencimento de sincoenta soldados alem dos corenta. E declara o regimento das fortalezas que os terão nellas, que entrarão no numero da gente que he ordenada a cada hũa: não ha capitão que quoando muito tenha mais que dez homens, e se os tem andão em suas naos de mercancias, e o dinheiro que nisto monta que he hũa grande copia, he o primeiro que se paga nas feitorias. E os mesmos capitains o recebem de sua patente, *de que se pode cortar hũa boa parte*” in Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 129v, o itálico é nosso.

<sup>212</sup> Francisco Rodrigues da Silveira, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, pp. 195-197.

<sup>213</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 132.

quem o comeu o fosse perder na ponta de São Gião e os oficiais dos Contos que forão os ministros fiquem frustrados de suas esperanças.”<sup>214</sup>

Pais também sugeriu, para se evitarem as negociatas com as dívidas do Estado, a nomeação de contabilistas experimentados ao lado dos oficiais dos Contos para conferir as contas afim de evitar abusos e desvios, como tinha acontecido durante os governos de D. Luís de Ataíde e de D. fr. Aleixo de Meneses.<sup>215</sup> E até partilhava o cuidado de Couto com os soldados, por passarem muitas dificuldades quando não andavam embarcados, porque no Inverno deambulavam descalços, rotos e esfomeados pelas ruas de Goa pedindo esmolas. Muitos, para escapar à miséria, entravam ao serviço de monarcas gentios e muçulmanos “à sombra dos mercadores” que lhes davam comida, pelo que faltavam quando, chegado o Verão, os chamavam para as armadas. Por volta de 1610 o seu total não atingia os 1.500 homens, com as fustas e galeotas terem uma guarnição de doze a quinze soldados em vez dos trinta a quarenta habituais no passado.<sup>216</sup>

As considerações de Pais não eram inocentes, pois tratava-se de um ataque encapotado ao governo de D. Francisco da Gama, por então presidente do Conselho da Índia, com quem tivera um sério desaguizado aquando do regresso do Conde da Vidigueira ao Reino em 1600. Bastam estes exemplos para se comprovar como os alvitres de Couto e dos seus contemporâneos como Silveira, compartilhavam as inquietações de quem estava no poder e sugeriam, frequentemente, reformas alinhadas com correntes de opinião conhecidas e expressas pelos canais oficiais. O problema residia mais na capacidade de as implementar e na resistência oferecida por quem beneficiava do sistema, dado o carácter redistributivo do Estado da Índia, ou seja, recompensar com cargos e pensões quem servia a Coroa em vez de criar um “cursus honorum” e a verificação efectiva do serviço prestado, impedir a reforma. Mas a opção militarista e militante de Couto também não seria viável do ponto de vista financeiro e demográfico, já para não falar do facto de tecnologicamente existir uma certa paridade militar que impedia os portugueses, bem como qualquer outro estado europeu, de competir com os estados asiáticos de

<sup>214</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fls. 132v-133.

<sup>215</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 133.

<sup>216</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 132v.

alguma dimensão e recursos até meados do século XVIII. A opção de centralizar a presença portuguesa em Ceilão, conquistando-se toda a ilha, apontado por João Ribeiro como “O” erro estratégico,<sup>217</sup> seria de difícil exequibilidade e tinha os seus detratores, como Francisco Pais, por ser um sorvedoiro de dinheiro e homens, mas como escrevia o Vedor da Fazenda, uma vez que D. Jerónimo de Azevedo dava boa conta da Conquista esta devia continuar para bom nome e reputação do Estado.<sup>218</sup>

Este era, aliás, outro ponto central dos alvitres – manter a reputação ou recuperá-la se perdida –, uma inquietação partilhada pela sociedade portuguesa daquele tempo e pelo mundo ibérico em geral. O que nos leva a outra questão: a necessidade de analisar a linguagem, o léxico, a retórica e as metáforas usadas nos alvitres à luz do seu significado na época, estudando-as comparativamente com outros autores contemporâneos e dentro de um contexto cultural alargado de cariz ibérico e mesmo europeu, e não na acepção que adquiriu posteriormente. Esse foi o erro dos seus editores modernos, a começar com o de Couto, António Caetano do Amaral em 1790, dando origem a um discurso de “Decadência” quando esta palavra estava ausente do texto, tal como estava dos restantes alvitristas do período. O discurso decadentista, nascido com as Luzes e que os séculos XIX e XX se encarregaram de pegar e desenvolver como *leitmotiv* e chave de leitura, está errado, mas esta visão resulta do facto deste e doutros alvitres serem o produto de uma literatura surgida da crise cujo remédio – a Reforma – nunca chegou a coalhar. O fracasso da solução e a multiplicação dos avisos serviu tanto de descrédito dos autores como cimentou uma certa ideia da irreformabilidade do Estado da Índia e de Portugal em geral, conforme se pode depreender do título conhecido da obra do médico iluminista António Ribeiro Sanches: Reino velho sem emenda.<sup>219</sup>

Uma última excursão antes do remate final. Os alvitres de Couto, os dois “Soldados Práticos”, revelavam uma visão do mundo (*Weltanschauung*), ou seja, uma perspectiva estratégica do Estado com as suas opções militares, políticas e económicas. O ponto de vista de Couto restringe-se ao Estado, cuja geografia conhece melhor ainda que não toda nem pessoalmente. Esse é o seu âmbito, ainda que o alargue no segundo “Solda-

<sup>217</sup> João Ribeiro, *Fatalidade histórica da ilha de Ceilão*, pp. 161-199.

<sup>218</sup> Relação que veio de Goa o ano de 1612 [Orçamento de 1610] in BNP, *Fundo Geral*, cód. 11410, fl. 125.

<sup>219</sup> António Ribeiro Sanches, *Dificuldades que tem um Reino velho para emendar-se e outros textos*, selecção, apresentação e notas de Vítor de Sá, Porto: Editorial Inova Limitada, s/d



do Prático” a outros pontos do império português, mas fá-lo para defender o Estado quando há alternativas que se estão a construir no Atlântico Sul, e há um modelo territorial que se quer imitar: a conquista espanhola da América e as suas riquezas mineiras.<sup>220</sup> Assinale-se, novamente, que a sua escolha traduzia correntes de opinião existentes tanto na Índia quanto em Portugal, bem como questões conjunturais que convinha tratar. Por ocasião do primeiro “Soldado Prático”, por exemplo, a maior ameaça estratégica era o império otomano, donde a sua fixação por Baçorá e a necessidade de o conter aí de maneira a impedir que ameaçasse o Estado no Índico ocidental.<sup>221</sup> Mas tal foi sempre uma escolha política de longa duração, o de possuir o controlo dos estreitos que davam acesso ao Índico ocidental (Meca e Ormuz), de modo a frustrar o aparecimento de um rival que ameaçasse o domínio marítimo e a circulação das rotas comerciais e de abastecimento portuguesas naquele oceano. Por volta da mesma altura, ca. 1569, conhecem-se outros avisos, como os de João Fonseca e de D. Jorge Themudo, com uma concepção igualmente total do Estado da Índia e com sugestões para resolver os problemas políticos, militares, económicos e sociais, muito mais ligados ao mundo oficial e ao então problema candente do trato da pimenta, com as alternativas possíveis, aliás bem mais desenvolvidos que os oferecidos por Couto e com melhor informação.<sup>222</sup>

Apenas outras duas considerações quanto à *Weltanschauung*. Cada texto da trilogia canónica ancorou a sua apreciação sobre áreas estratégicas onde os seus autores tinham vivido e sobre as quais construíram um discurso, esquecendo outras regiões ou tornando-as subordinadas. Tratavam-se de opções que se entroncavam nas diversas correntes de opinião existentes no Estado da Índia, cujo estudo deve ser feito para lá do centrado na figura de um indivíduo (vice-rei, governador ou alvitrista) e no acessório, para se fixar no essencial e transversal a todos os períodos; bem como analisar os grandes debates e escolhas de cariz estrutural e conjuntural que foram tomadas, quem as tomou, como foi feita a discussão e que instituições tomaram parte com as respectivas posições. Tal análise, contudo, terá de ser feita dentro de um contexto mais global, não só do Estado da Índia, mas pensando o império português no seu conjunto, pois convém saber que por volta de 1590 já havia alguém a

<sup>220</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pp. 195-211.

<sup>221</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 487-492

<sup>222</sup> Parecer de João da Fonseca s/l [Cochim?] s/d [ca. 1569]; “Apontamentos do arcebispo de Goa D. Jorge Themudo para D. Sebastião, s/l [Goa] s/d [ca.1569] in José Wicki, “Duas relações sobre a situação na Índia portuguesa nos anos de 1568 e 1569” in *Studia*, n.º 8 (Julho 1961), pp. 138-183, 184-220 (respectivamente).



pensar nos perigos e nas escolhas mundiais que o império hispânico enfrentava.<sup>223</sup> A visão global aí desenvolvida seria fruto do primeiro império verdadeiramente global e também de uma globalização que encarava as escolhas estratégicas a tomar por uma potência mundial, Espanha da qual Portugal era parte constitutiva desde 1580, face aos demais actores e rivais presentes em cena espalhados por todo o planeta; conforme alvitraria o aventureiro inglês ao serviço da Monarquia Hispânica Sir Anthony Shirley em 1622, ao escrever o “Peso de todo el mundo”.<sup>224</sup> A Couto faltava-lhe a sofisticação e o cosmopolitismo do inglês, bem como golpe de rins para mudar de amo e servir três ao mesmo tempo como fizera Shirley.<sup>225</sup>

Como também devem ser tidos em linha de conta os alvitres e visões globais contrastantes oriundos de adversários. Para Diogo do Couto o exemplo paralelo na sua época foi o de Zinadím (Zayn al-Dīn b. Shaykh ‘Alī), cujo “Mimo do campeão da fé”, composto na Índia, no Malabar, por volta de 1583, também tratava de soldados (o *ghāzī*, plural *ghuzāt*), mas do lado oposto ao português; sendo interessante estabelecer paralelismos entre um e o outro texto.<sup>226</sup> Como também há perspectivas e orientações políticas gerais, caso dos otomanos, com uma linha índica protagonizada por Sokollu Mehmed Pasha e Koja Sinan para o mesmo período tratado pelos alvitres de Couto, com o valor acrescido de existirem textos que se entroncam nesta opção estratégica, os quais conviria usar para comparar a fim de ver pontos de contacto e de divergência com os portugueses.<sup>227</sup>

No final, contudo, o alvitre de Couto não conseguiu que o autor fosse recompensado como pedira, não se imprimir dado o folhetim dos desaparecimentos, nem tão pouco foram aplicadas as reformas que preconizara, apesar de o ter tentado por duas ocasiões (na década de 1560 e em

<sup>223</sup> P. E. H. Hair (Ed.), *To Defend your Empire and the Faith. Advice offered o Philip, King of Spain and Portugal c. 1590*, Liverpool: Liverpool University Pres, 1990.

<sup>224</sup> Sir Anthony Shirley, *Peso de todo el mundo (1622) Discurso sobre el aumento de esta monarquía (1625)*, edição e estudos de Ángel Alloza, Miguel Ángel de Bunes e José Antonio Martínez Torres, Madrid: Ediciones Polifemo, 2010, pp. 87-216.

<sup>225</sup> Sobre Shirley veja-se o estudo de Sanjay Subrahmanyam, *Three Ways to be Allien: Travails and Encounters in the Early Modern World*, Waltham (Mass.): Brandeis University Press, 2011, pp. 73-130.

<sup>226</sup> Zinadím, *História dos portugueses no Malabar*, tradução, introdução e anotação de David Lopes, Lisboa: Antígona, 1998. Seria de louvar uma nova edição com uma tradução legível, sem os putativos aportuguesamentos dos nomes muçulmanos, bem como uma anotação com as crónicas, textos e inscrições epigráficas indianas, e uma melhor utilização das fontes portuguesas.

<sup>227</sup> Giancarlo Casale, *The Ottoman Age of Exploration*, pp. 117-179.

1612). A maldição dos textos coutianos, conforme narrou o seu primeiro biógrafo Manuel Severim de Faria, não colhe como justificação.<sup>228</sup> Curiosamente, se Couto perdeu a batalha do seu tempo (influenciar o Príncipe e ser pago pelo seu alvedrio), ganhou a batalha da posteridade, pois as suas ideias, os casos por si contados, as máximas expressas e uma certa visão do Estado da Índia passaram a constituir a narrativa dominante posteriormente, mau grado o próprio. Os dois alvitres não só foram sendo sucessivamente impressos desde 1790, como foram mais lidos, debatidos e utilizados que Couto alguma vez pensou ser possível. Os bons ofícios de Severim de Faria, que possuía um exemplar do segundo “Soldado Prático” na sua biblioteca eborense, e usou os seus dados em as “Notícias de Portugal”, por exemplo, foram relevantes para disseminar o conhecimento de Couto alvitrista. Mesmo se a apreciação de Couto não fosse melhor entre os escritores do período Barroco, conforme se poderá ajuizar no “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo, pelo pulso apressado que o próprio autor, Lípsio, Quevedo e Bocalino lhe tomaram.<sup>229</sup> De qualquer forma, a posteridade tratou-o melhor que os seus contemporâneos.

E ficou, sobretudo, um certo gosto pela citação das suas tiradas ditirâmicas quando o discurso dominante passou a ser o do “decadentismo”, exemplificando:

Enfim ja o nome portuguez he acabado, e parece-me que estes gentios nos asertão o nome, que querendonos chamar frangis [*firanj*, i.e. francos, europeus], nome que antigamente tiuemos nos chamão frangãos, e asi somos tão tristes e tão molhados que todos nos ameaçam não sej para onde fuja nem para onde me va decorrido, e não sei como não morro de pasmo.<sup>230</sup>

---

<sup>228</sup> Por exemplo, o exemplar dos “Discursos Políticos” que está na BNP (cota Res. 1330 P.), onde refere que apenas escaparam seis cópias da sexta Década ao fogo que devorou a oficina do impressor, tem uma nota marginal na página 149, aposta por um antigo dono de apelido Barbosa, dizendo que só ele conhecia, pelo menos, trinta exemplares dessa mesma edição só em Lisboa!

Um recenseamento das edições coevas sobreviventes em bibliotecas e arquivo portugueses e estrangeiros pode revelar surpresas.

<sup>229</sup> Jean Colomès, *Le dialogue “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel de Melo*, pp. 147-149.

<sup>230</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, Goa, a derradeira oitava do Natal, 1608 in ANTT, *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça* (Lisboa), tomo 2.º E, p. 654.

---

Falta lê-lo e analisá-lo à luz do seu tempo, para se entender o verdadeiro alcance da sua carreira de alvitrista, para, por fim, receber a paga que tanto pediu.



# **Crises, Casados e Conquistas: Ambiente social e reforma do Estado da Índia em Diogo do Couto**

PAULO JORGE DE SOUSA PINTO \*

“E porque sou informado que o dito Diogo do Couto não é tão suficiente como o entendi pela primeira informação que dele me foi dada, e que tem por falta em seu nascimento, o que tudo deveis já ter sabido, depois de chegardes à Índia pelo que sobre esta matéria vos escrevi nas vias do ano passado, advertir-vos-eis nestes particulares que praticareis como o arcebispo de Goa, e achando ambos que não convém entregar-se nem a casa do tombo, nem a escritura da história, ou pelo menos alguma destas cousas ao dito Diogo do Couto, ireis dissimulando com ele no melhor modo que vos parecer até me avisardes”.<sup>1</sup>

Em carta dirigida ao novo vice-rei da Índia, Filipe II expressava deste modo as dúvidas que envolviam o merecimento de Diogo do Couto para o desempenho do cargo de guarda-mor do tombo de Goa e deixava ao seu critério, e ao do arcebispo fr. Aleixo de Meneses, uma decisão sobre o assunto. Tratou-se de um momento-chave da vida do cronista, então já

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 285-300 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH/UAc).

<sup>1</sup> Carta do rei a D. Francisco da Gama, 3.3.1598, *Archivo Portuguez Oriental*, 3, pp. 845-846.

um *casado* de Goa e a caminho dos 60 anos, de cujo desfecho dependia a sua confirmação no cargo e o prosseguimento do seu trabalho como cronista da história da Índia. D. Francisco da Gama deu dele boa conta e Diogo do Couto assumiu o compromisso de defender a causa do vice-rei e da sua linhagem.<sup>2</sup> Não foi por acaso que Couto se dedicou de imediato à redação do “Tratado dos Gama”, que ficou concluído no ano seguinte. Na epístola-dedicatória da obra, Couto confessa que as informações foram compiladas a partir das suas próprias “Décadas” e dos trabalhos de João de Barros e de Damião de Góis. Não obstante, não se esquivava à habitual retórica hiperbólica, desta vez de elogio desmesurado ao descobridor do caminho marítimo para a Índia, o bisavô do seu patrono – a quem dedica o texto –, chegando mesmo a sugerir que, ao ler Sêneca, lhe pareceu que este “já então (com serem mais de 1400 anos antes) adivinhava este descobrimento, e falava deste valoroso capitão como de uns a que havia de espantar aos homens”.<sup>3</sup>

Uma cumplicidade entre um cronista e uma figura poderosa como o vice-rei da Índia não constitui motivo de admiração nem deveria, sequer, merecer reparo. Diogo do Couto conheceu diversos, com quem se relacionou de forma próxima e cujas impressões, mais ou menos favoráveis, podem ser detetadas ou intuídas nos seus escritos.<sup>4</sup> Mas Diogo do Couto não foi um cronista qualquer. Se Manuel Severim de Faria, o seu primeiro biógrafo, se limitou a destacar os seus méritos como cronista, a enorme capacidade de trabalho e o “zelo da honra da pátria”,<sup>5</sup> o que veio mais tarde a constituir a marca distintiva do autor foi a sua denúncia feroz da corrupção, do nepotismo e da ineficácia no Estado da Índia, expressos nas duas versões do “Soldado Prático”. É essa faceta, e não a do cronista incansável, que prevalece nos instrumentos de divulgação da cronística e da literatura do século XVI: uma figura incómoda e injustiçada porque se guiava apenas por dizer “as verdades sem restrições”, como dizem a Wikipédia e a Infopedia;<sup>6</sup> António José Barreiros afirma que a “preocupação dominante” de Couto era “dizer a verdade toda, sem respeitos humanos e sem temor”, o *Dicionário de Literatura* de Jacinto do Prado Coelho fala do seu “espírito rudemente enamorado do verdadeiro” e M. Rodrigues Lapa, editor do “Segundo Soldado Prático”,

<sup>2</sup> António Coimbra Martins, “História de Diogo do Couto e dos seus livros”, p. 80.

<sup>3</sup> Diogo do Couto, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama*, p. 21.

<sup>4</sup> Charles R. Boxer, “Diogo do Couto (1543-1616)”, p. 125.

<sup>5</sup> Em Diogo do Couto, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama*, pp. 5-11.

<sup>6</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo\\_do\\_Couto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_do_Couto);  
[https://www.infopedia.pt/\\$diogo-do-couto](https://www.infopedia.pt/$diogo-do-couto).

diz que “o amor da verdade é em Couto uma espécie de vício”.<sup>7</sup> Já Boxer, na sua primeira abordagem à vida e obra do cronista, acusou algum desconcerto perante a natural relação difícil com “a verdade” por parte de alguém que, “no desempenho de um cargo oficial, tinha que lidar com o patrocínio régio, a censura rigorosa, a inveja dos fidalgos poderosos e a sombra da Inquisição”.<sup>8</sup>

Os estudos posteriores acerca da vida e obra de Diogo do Couto revelaram uma realidade bem mais complexa do que o simples quadro de um cronista injustiçado e prejudicado, tanto na publicação dos seus trabalhos como no reconhecimento dos seus méritos, pela sua ousadia de expor verdades incômodas para o poder e de denunciar atropelos e compadrios. Em particular, os trabalhos de António Coimbra Martins e Maria Augusta Lima Cruz revelam e colocam em perspetiva os traços de uma personalidade e de uma biografia multifacetadas, plenas de ambiguidades e contradições, tanto pelo que descreve como pelo que omite nos seus trabalhos.<sup>9</sup>

Um dos traços mais interessantes dos trabalhos de Couto é o modo como revelam o seu profundo envolvimento nos debates e preocupações do seu tempo, não a partir do pressuposto simplista do “dizer a verdade” mas decorrente das suas próprias motivações e interesses, da sua posição como *casado* de Goa e homem a quem, como afirmou Filipe II ao vice-rei D. Francisco da Gama, tinha “falta em seu nascimento”. A sua visão das realidades da Índia portuguesa e os remédios que propôs para corrigir os erros e ineficácias que denunciou nos dois “Soldados Práticos” decorreram da sua própria posição social e da perspetiva que possuía do percurso e evolução do Estado da Índia ao longo do século XVI.

Três aspetos em particular, aliás interligados, são merecedores de uma atenção mais cuidada, pela forma como poderão lançar novos matizes sobre o perfil social de Couto, as ligações entre a sua vida e a sua obra e o modo como estava plenamente *engagé* nas preocupações e tensões do seu tempo. Em primeiro lugar, a visão do cronista integra-se num quadro mais geral de perceção, muito comum na época, de que o Estado da

<sup>7</sup> António José Barreiros, *História da Literatura Portuguesa*, p. 401; Carlos Eduardo de Soveral, “Couto, Diogo do” in *Dicionário de Literatura*, p. 227; M. Rodrigues Lapa (ed.), *O Soldado Prático*, p. 11.

<sup>8</sup> Charles R. Boxer, “Three Historians of Portuguese Asia”, p. 30.

<sup>9</sup> António Coimbra Martins, “História de Diogo do Couto e dos seus livros” e “Introdução” in Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*; Maria Augusta Lima Cruz, “O Discurso Histórico” in *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*.

Índia vivia um período de crise, não apenas financeira, política e social, mas também identitária. Esta visão estava impregnada de juízos pessimistas e de tom moralizante, segundo os quais a crise resultava de uma degenerescência – para não dizer decadência – de uma espécie de “idade de ouro” já desaparecida, pela qual Couto suspira e manifesta um saudismo latente.

Em segundo lugar, a visão do cronista acerca da crise do “presente” em confronto com a glória do “passado” não se limitava a um mero diagnóstico, antes continha elementos de regeneração e propostas de solução, em pleno alinhamento, uma vez mais, com as ideias dominantes na sua época – uma reforma do Estado, uma nova política de armadas e, sobretudo, uma opção por conquistas territoriais, embora essas propostas sejam, em Couto, elaboradas de forma avulsa e, por vezes, contraditória. Por fim, o tom simultaneamente pessimista e esperançoso – porque deteta erros e propõe soluções –, transformado em denúncia e dever de proferir “a verdade” tinha por trás motivações, interesses e um sentido de âmbito social, ou seja, era a expressão do descontentamento e desconforto de grupos que, de alguma forma, o sistema vigente menosprezava, não prestigiava e relegava para posições subalternas, entre eles os *casados* e setores da pequena nobreza.

## I

A memória coletiva nacional sedimentou, ao longo de séculos, uma série de imagens e ideias acerca do passado ultramarino de Portugal, em particular do império asiático. Um dos seus traços mais interessantes é, provavelmente, o seu olhar desencantado de contraste entre um passado alegadamente glorioso e um presente sombrio e cinzento, de onde ressalva a ideia de “declínio” ou de “decadência”. Este conceito explicativo do processo histórico foi desenvolvido no século XIX, transformando-se numa espécie de “teoria explicativa” geral, bastando atentar ao interesse que despertou em autores como Alexandre Herculano, Antero de Quental ou Oliveira Martins. No que diz respeito à Ásia e ao Estado da Índia português, a ideia da “decadência” era ainda mais acentuada, para o que muito contribuíram as críticas formuladas por Diogo do Couto no “Soldado Prático”. Não foi certamente por acaso que a primeira edição dos dois diálogos, em 1790, teve como título *Observações sobre as Principais Causas da Decadência dos Portugueses na Ásia*.

Não interessando esmiuçar aqui o modo como a ideia de “decadência” – associada, entre outras, às de “lenda negra” – se cristalizou nas teoriza-



ções oitocentistas sobre a presença portuguesa na Ásia, importa, contudo, referir que a percepção de que o império oriental tinha conhecido um pico e uma retração era já comum no século XVII. As “quatro idades” da Ásia portuguesa de que fala o pe. Manuel Godinho em 1664 foi, talvez, o primeiro ensaio de teorização da “decadência”.<sup>10</sup> Mas o mais interessante é que as razões aduzidas por este autor para explicar a “declinação do nosso Estado” não foram a agressão holandesa ou a emergência de novas potências asiáticas, mas sim a diminuição do valor dos soldados e fidalgos, a prudência dos capitães ou o zelo dos governantes, num juízo idêntico ao elaborado por Diogo do Couto, algumas décadas antes.

A crítica de Couto ao funcionamento do Estado da Índia no seu tempo resulta, dado o seu carácter eminentemente “prático”, da sua observação, da sua vivência e da sua experiência, mas as tonalidades sombrias do seu discurso ganham um contraste renovado quando colocado de forma retrospectiva, ou seja, a situação que diagnostica de forma cáustica e acutilante resulta de um processo de degradação, porque num passado não muito distante, o panorama era outro. É por isto que Couto pode ser considerado o verdadeiro criador da noção de “decadência”, que veio a ser glosado e amplificado posteriormente.

E quando começou, essa “decadência”? É incerto. Couto dá pistas, ainda que contraditórias, sobre o tempo anterior, uma espécie de “idade de ouro” da Índia. O que distingue as críticas de Diogo do Couto da generalidade dos autores que, numa época de crise financeira, social e identitária, emitiam pareceres e alvitre, é que o cronista não se limita a fazer diagnósticos e sugerir soluções, antes elabora uma narrativa de teor moralizante que remete para um passado – que não vivenciou, como se verá adiante – de qualidades abundantes que se desvaneceram ao longo do século XVI.

Assim, no primeiro “Soldado Prático”, o governo de Nuno da Cunha (1529-1538) é apontado como exemplo “em todas as cousas bem ordenadas da fazenda, como com S. Paulo na Igreja de Deus”,<sup>11</sup> no que foi seguido por Martim Afonso de Sousa (1542-1545), que considera como um seu “discípulo”. No segundo “Soldado Prático”, e acerca da administração da justiça, Couto afirma que até ao governo de Jorge Cabral (1549-1550), a Índia viveu “a era dourada”, e “ainda muito mais feliz” até D. João de Castro, alguns anos antes.<sup>12</sup> Deduz-se, portanto, que a

<sup>10</sup> Manuel Godinho, *Relação do Novo Caminho da Índia para Portugal*, pp. 17-25.

<sup>11</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, cap. 8, p. 401.

<sup>12</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pte. 2, cena 3, p. 157.

situação se degradou a partir do meado do século. Tal não deixa de ser curioso, uma vez que Couto partiu para a Índia apenas em 1559 e, portanto, as falas do “soldado prático” (em ambas as versões) dizem respeito a um tempo e a uma realidade que o autor não conheceu. Provavelmente, as suas impressões fizeram eco de rumores e opiniões que recolheu e que incorporou nos seus trabalhos.

A propósito de apreciações sobre um passado tido como “dourado” mas não vivido, o caso de João de Barros merece um pequeno aparte. A sua *Década Quarta* encerra com um elogio a Nuno da Cunha, afirmando que “[Deus] permitiu que depois de sua vida viessem as cousas da Índia a tal estado, que os dez anos que ele governou fossem sempre lembrados”.<sup>13</sup> Esta *Década* ficou inacabada, apesar de o próprio Barros afirmar que em 1539 já a tinha preparada – se bem que em estado incerto.<sup>14</sup> Como Nuno da Cunha morreu nesse mesmo ano e o trabalho de Barros só foi completado após a sua morte em 1570, pelo seu filho, por Duarte Nunes de Leão e, finalmente, por João Batista Lavanha (só viria a ser editado em 1615), a apreciação final sobre Nuno da Cunha foi, muito provavelmente, adicionada por um destes nomes, numa altura em que o governo daquele estava já suficientemente distante para constituir uma referência no contexto da memória da “idade de Ouro”.<sup>15</sup>

Voltando a Diogo do Couto, a evocação das antigas qualidades e virtudes entretanto desvanecidas articulava-se com o confronto direto com a realidade do seu próprio tempo, numa espécie de apelo desesperado a um regresso ao passado como única solução regeneradora. No segundo “Soldado Prático”, Couto coloca lado a lado um guerreiro do tempo de D. Manuel “com que a Índia se conquistou” com um soldado seu contemporâneo, numa comparação destinada a ridicularizar este último, pelos seus trajes luxuosos e vagamente efeminados. Perante tal contraste, “parece-me que tornaria logo aquele bom rei a morrer de nojo, e que poderia pedir conta aos reis seus sucessores de se descuidarem tanto nas cousas da Índia e de não mandarem prover que se torne tudo àquela primeira idade, se querem que a Índia torne a seu ser”.<sup>16</sup>

Às antigas virtudes bélicas correspondia igualmente uma generosidade para com os soldados, uma propensão para a redistribuição da riqueza (ou do saque, podemos acrescentar), que entretanto se perdeu; no seu

<sup>13</sup> João de Barros, *Da Ásia*, Dec. IV, X, xxii, p. 751.

<sup>14</sup> João de Barros, *Da Ásia*, Dec. I, I, i, p. 14.

<sup>15</sup> Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português*, p. 113.

<sup>16</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pte. 2, cena 2, p. 144.

tempo, a fidalguia não apenas se tornou avarenta como passou a dedicar-se ao comércio. Como se verá mais adiante, Couto lamenta o efeito social causado por esta alteração, uma vez que a interferência direta nos tratos e nas linhas de comércio oprimia e prejudicava soldados, *casados* e a pequena nobreza.

Curiosamente, a opinião de Diogo do Couto era coincidente com a do próprio vice-rei D. Francisco da Gama, que se lamentava a Miguel de Moura ao falar da escassez de “fidalgos velhos” e do comportamento dos que restavam. Uma vez mais, o “antigamente” serve de padrão e de bitola:

“Está este Estado falto de fidalgos velhos, e alguns que há procedem tão diferentemente do que faziam os antigos, que mais tratam de serem mercadores que de os instarem na faculdade com que serviam em tudo que os vice-reis os ocupavam despendendo no serviço o que das fortalezas tinham tirado, os que haviam entrado nelas e os que estavam ainda por entrar, empenhando-se de modo que entravam mui endividados, o que hoje se faz muito ao contrário e quem pode granjear e poupar mais há que cumpre melhor com o que deve, e pelo mesmo respeito se afastam também os soldados do serviço, porque como antigamente os fidalgos que folgavam de se despendar com eles acharam amparo e hoje lhes falta, todos buscam seu remédio e querem antes andar em naus de mercadores e nos navios de chatins, que servir nas armadas, porque a fazenda de Sua Majestade não pode abranger a mais que a se lhes pagar o seu quartel”.<sup>17</sup>

A antiga função redistributiva da riqueza por parte da fidalguia, que Couto enaltece – e, como se vê, o próprio vice-rei – como uma grande qualidade, derivava de uma tradição medieval e arcaizante do império asiático português, muito assente nas clientelas e fidelidades pessoais que se sobrepunham ao serviço de Estado; as mesmas redes clientelares que são alvo das críticas do cronista. Seja como for, a percepção saudosista de uma “idade de ouro” passada não se esgotava na eficácia militar ou redistribuição de bens e proveitos. Pelo contrário, alargava-se às próprias qualidades pessoais de governantes e fidalgos. Como descreve num episódio do Tratado dos Gama, passado na expedição ao Mar Vermelho de 1541, “os fidalgos daquele tempo não andavam senão a tempe-

<sup>17</sup> Carta de D. Francisco da Gama ao governador de Portugal D. Miguel de Moura, 23.12.1599, Biblioteca Nacional de Portugal, *Res.*, Cod. 1975, fls. 252-252v.

rar paixões e não acendê-las, como pode ser que alguns hoje façam, e também os governadores tinham tanto respeito aos fidalgos que se refreavam com eles”.<sup>18</sup>

## II

Após a euforia manuelina, o longo reinado de D. João III foi caracterizado pelo surgimento dos primeiros debates em torno da crise e da reforma global do império. O abandono de Marrocos, o alargamento dos limites da presença portuguesa na Ásia até ao arquipélago nipónico e à Índia Oriental e o início da colonização do Brasil fizeram emergir propostas de reforma e de alteração das prioridades da coroa. Como é evidente, o debate estava impregnado de teor pessimista e de sentimento de “crise”, tanto financeira como económica ou ideológica. As primeiras manifestações sobre os percalços da aventura asiática e os seus efeitos nefastos surgiram ainda durante o reinado do *Venturoso* e prolongaram-se pelo século XVI e XVII.<sup>19</sup> Num outro registo, foi durante o reinado de D. João III que se reformaram os regimentos do trato das especiarias, nomeadamente o cravo do Maluco, e se estabeleceu uma controvérsia acerca da organização e regulação do comércio da pimenta.<sup>20</sup>

Embora os parâmetros da “crise dos meados do século XVI” sejam ainda imprecisos – Sanjay Subrahmanyam aponta para os finais da década de 1530 e L. F. Thomaz centra a sua atenção no período 1565-1575, só para citar dois exemplos – as dificuldades de gestão administrativa, o défice crónico, o agravamento das condições político-militares e as mazelas sociais na Ásia portuguesa eram problemas que preocupavam seriamente políticos, fidalgos e ideólogos, quer no reino quer na Índia. A emissão de sugestões, opiniões e propostas de reforma tornou-se prática comum em troca de correspondência, memoriais e crónicas, embora não tenha atingido a dimensão e o impacto dos *arbitristas* na Monarquia Católica.

Diogo do Couto não se esquivava naturalmente a emitir propostas de reforma para os problemas sobre os quais discorria. O seu discurso não primava, contudo, pela coerência, ou seja, Couto era bem mais perspicaz a apontar e a denunciar mazelas e vícios do que apontar soluções pertinentes e devidamente fundamentadas. Os seus juízos eram frequente-

<sup>18</sup> Diogo do Couto, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama*, cap. 9, 2ª pte., p. 130.

<sup>19</sup> Cf. a antologia de textos em Maria Leonor Garcia da Cruz, *Os «Fumos da Índia»*.

<sup>20</sup> Enquadramento e documentação em Luís Filipe F. R. Thomaz, *A Questão da Pimenta em meados do século XVI*.

mente contraditórios, avulsos e incompletos e resultavam mais da sua percepção de “soldado prático” do que de reflexões e análises devidamente ponderadas.

O debate sobre a reforma do Estado da Índia percorria geralmente um menu habitual: reformulação do aparelho administrativo, eficácia militar, opções estratégicas, gestão de armadas, política de fortalezas ou conquistas territoriais. Couto percorre-o de forma mais ou menos arbitrária, emitindo juízos sem se aperceber da sua incoerência. Entre outros exemplos, Couto – como se viu acima – evoca e aplaude o passado em que a fidalguia era generosa na forma como “dava mesa” e redistribuía riqueza pelos soldados, mas noutros momentos mostra-se adepto convicto de uma organização militar moderna, assente nas “bandeiras”.<sup>21</sup> Esta convicção assentava na denúncia de um grave vício, aliás apontado de forma recorrente nos seus trabalhos, o de que o sangue se sobrepunha ao mérito e que as decisões eram deixadas a fidalgos inexperientes (“homem que não é fidalgo não é chamado para nada”), mas Couto parece não se aperceber da contradição que constituía a defesa de ambos os modelos. Da mesma forma, aplaude a antiga generosidade dos fidalgos com os soldados mas critica ferozmente quando os mesmos usavam a sua posição para nomearem ou favorecerem parentes e familiares.

Do mesmo modo, um dos temas prementes na época de Couto, e amplamente debatidos, era a separação do Estado da Índia em governos autónomos. D. Sebastião ensaiou uma primeira tentativa em 1571, que rapidamente foi abortada. O cronista manifestou-se contra tal solução, com o argumento de que um governo separado de Malaca não teria rendimentos com que se sustentar, como “já por várias vezes tenho mostrado pelo discurso das minhas Décadas”.<sup>22</sup> Era uma opinião de quem vivia em Goa e partilhava naturalmente os receios de que uma separação de Malaca significasse uma perda de influência da capital do Estado da Índia sobre todo o Extremo Oriente.

Outra questão frequentemente tratada nos pareceres e opiniões sobre a reforma do Estado da Índia dizia respeito à manutenção da rede de fortalezas portuárias que constituíam a essência do próprio Estado. Também aqui Couto oscila e emite alvitre avulsos e contraditórios. Na Década Quarta, ao descrever as ordens de D. João III para a construção de uma fortaleza em Sunda, o cronista defende que “ainda hoje se

<sup>21</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pte. I, cena 9, pp. 95-99.

<sup>22</sup> Diogo do Couto, *Da Ásia*, Déc. IX, xvi, p. 116.

entende que será mais importante, assim para defender a entrada aos ingleses e turcos, como para segurança do trato e comércio daquelas partes”, acrescentando ainda que o mesmo deveria ser feito no Aceh e no Pegu, de acordo com a opinião dos “homens velhos e antigos”.<sup>23</sup> Porém, no primeiro “Soldado Prático”, proclama a inutilidade das fortalezas, que consomem recursos e podem ser facilmente bloqueadas pelas armadas inimigas, pelo que “com razão lhes podem chamar fracos currais”.<sup>24</sup> No segundo “Soldado Prático” vai ainda mais longe e enaltece a política do primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida, advogando a concentração de recursos nas armadas, única forma de os portugueses se fazerem temer e respeitar pelos inimigos. O mesmo se aplicaria à cobrança das páreas (ou seja, dos tributos), “que são quatro fardos de arroz”, ao contrário das fortalezas, que consomem dinheiro, nada rendem e estão “sem soldados e sem munições”.<sup>25</sup>

Há uma questão sobre a qual Diogo do Couto aprofunda e amadurece o seu juízo e apreciação. Trata-se do tema em torno do qual passou a existir algum consenso a partir da década de 1560: uma inversão das políticas tradicionais de mera fixação portuária e controle de rotas marítimas e tratos mercantis para o domínio de territórios e recursos naturais, ou seja, “de conquistas”.

A adoção de uma política de conquista territorial, com vista ao controle de recursos naturais – invariavelmente minas de ouro ou prata – tornou-se, na segunda metade do século XVI, uma opção almejada por setores diversos, tanto no reino como nas possessões além-mar, e constituía uma espécie de panaceia para todos os males de que padecia o império ultramarino português. Esta tendência acentuou-se nitidamente no reinado de D. Sebastião, de que foram exemplos significativos as expedições de Paulo Dias de Novais em Angola, na procura das minas de Cambambe, de Francisco Barreto, na contracosta africana, em busca do Monomotapa ou, ainda, as entradas na região do Paraíba. O fascínio pelo sucesso da experiência castelhana, tanto no continente americano como no arquipélago das Filipinas, contribuiu decisivamente para a sua afirmação como opção viável aos olhos dos portugueses. A isto acrescia um recrudesimento do militarismo e de uma certa ideologia de cruzada, característicos do reinado de D. Sebastião.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, III, i, p. 132.

<sup>24</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, cap. 19, p. 488.

<sup>25</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pte. 3, cena 3, pp. 221-222.

<sup>26</sup> Luís Filipe F. R. Thomaz, “A crise de 1565-1575”, pp. 487-489.

Os contextos diversificados das realidades asiáticas constituíam terreno fértil para o lançamento de aventuras militares destinadas a controlar reinos e recursos. Abundam as propostas de conquista territorial, cujos exemplos mais flagrantes saíram da pena de D. João Ribeiro Gaio, bispo de Malaca no último quartel do século XVI, e que incluíam o Aceh, os reinos continentais do Camboja e do Sião e que, em última análise, incluíam a China e o Japão.<sup>27</sup>

Diogo do Couto era naturalmente permeável ao fascínio inerente a esta tendência: seria uma forma de reavivar e renascer a “idade dourada” dos primeiros tempos do Estado da Índia, com a qual tanto simpatizava. As expedições militares e de conquista eram formas de promover o “mérito”, ou seja, constituíam modos de afirmação do valor pessoal e de curto-circuito do que o cronista considerava ser um sistema viciado que concentrava mercês e proveitos em circuito fechado. As conquistas tinham portanto vantagens diversas: eram uma forma de regressar a um passado glorioso, permitiam à fidalguia retomar a sua função primordial, eram uma fonte de riqueza e de prestígio para os soldados e, naturalmente, de receitas para a Coroa.

Couto evolui na forma como encara as propostas de conquista territorial. No primeiro “Soldado Prático”, elaborado na década de 1560, ainda não existe uma clara proposta, limitando-se a debater os principais problemas do Estado da Índia – Bassorá, Ceilão e o Aceh. No segundo, não apenas a sua adesão a soluções deste tipo é agora declarada e inequívoca, como o autor aprofunda e amadurece as suas ideias sobre o tema, debatendo de forma aberta as opções que, previsivelmente, seriam as mais comuns no seu tempo: qual o melhor alvo? Ceilão, o Aceh ou o Monomotapa? A sua preferência vai para esta última, sobre a qual discorre e argumenta.<sup>28</sup>

### III

A voz de Diogo do Couto não é uma voz exterior ou imparcial às realidades que critica. Pelo contrário, está profundamente envolvida e embrenhada nas tensões da sua época e nos cenários que descreve. Em particular, Couto é especialmente sensível a tudo o que diz respeito à pequena nobreza e aos *casados* e o seu olhar é cúmplice dos seus inte-

<sup>27</sup> Paulo Jorge de Sousa Pinto, *The Portuguese and the Straits of Melaka*, p. 71.

<sup>28</sup> António Coimbra Martins, “Introdução” in Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 130-135.



resses e aspirações. Como afirma Coimbra Martins, “sempre que o cronista se refere aos *casados*, é em sua explícita ou implícita abonação”.<sup>29</sup>

O apelo de Diogo do Couto a um regresso ao alegado modo como o Estado da Índia funcionava no passado – que não viveu – é revelador de um certo nível de frustração de vários grupos sociais que se viam relegados para posições subalternas, perante uma nobreza de serviços que usufruía de cargos e mercês (as capitânias mais rendosas, as viagens mais lucrativas) devido à sua ascendência e às suas ligações aos círculos do poder e não aos seus méritos pessoais. Aos “soldados práticos”, como o próprio Couto, às pequenas elites locais, mestiças, das cidades e fortalezas, que se organizavam em torno das misericórdias e das câmaras, não restava mais do que apelar diretamente ao rei e aos vice-reis pedindo que os seus antigos privilégios e direitos fossem respeitados, geralmente queixando-se abundantemente das extorsões cometidas pelos capitães e outros oficiais régios.

Diogo do Couto não se furta, portanto, a dar eco desta insatisfação na sua narrativa, tomando o partido, geralmente de forma discreta e subtil mas efetiva, dos *casados*, sobretudo quando as suas posições surgem, de alguma forma, em conflito com as de terceiros. Os seus interesses são geralmente tomados em alta consideração e as suas posições revelam-se acertadas e coincidentes com os interesses portugueses na Índia. A sua condição “honrada”, de gente leal ao rei, experiente e conhecedora das realidades asiáticas, contrasta com a inexperiência de muitos fidalgos, sobretudo os “reinóis”, termo que Couto utiliza num sentido claramente pejorativo.<sup>30</sup>

A cumplicidade entre Couto e os *casados* é visível em vários episódios da sua narrativa e mais evidente no que respeita aos de Goa. Exemplo sintomático deste alinhamento pode ser detetado no episódio ocorrido em 1587 e que envolveu um pedido de socorro de Malaca à capital do Estado, devido à situação aflitiva que a cidade então vivia, causada pelo bloqueio do sultão de Johor. Depois de enviar pedidos de apoio às câmaras de Chaul e Baçaim, o vice-rei D. Duarte de Meneses dirigiu-se aos *casados* de Goa e apelou a um empréstimo para o envio de uma expedição de socorro, invocando a urgência e as dificuldades financeiras do Estado da Índia e comprometendo-se a reembolsar rapidamente a quantia envolvida. A câmara de Goa acedeu, com uma condição: que o comando da armada fosse entregue a D. Paulo de Lima Pereira. D. Duarte de Meneses

<sup>29</sup> António Coimbra Martins, “História de Diogo do Couto”, p. 77.

<sup>30</sup> Maria Augusta Lima Cruz, “O Discurso Histórico”, pp. 313-315.



acedeu, provavelmente por não se encontrar em posição de recusar, mas também por o nome daquele capitão ter sido solicitado por Malaca.

Este episódio, que o cronista reporta na Década Décima e no panegírico da vida de D. Paulo de Lima Pereira – precisamente um ator central na trama histórica envolvida – permite vislumbrar alguns dados interessantes. O primeiro é o protagonismo concedido aos *casados* das várias cidades da Índia, uma vez mais com Goa na dianteira, no socorro numa situação de urgência militar; deduz-se facilmente a lealdade e prontidão com que os *casados* acorriam e respondiam a necessidades prementes do Estado. Este protagonismo torna-se ainda mais evidente quando se percebe de imediato – pois Couto não perde a ocasião para o dizer de forma clara e acutilante – que a probabilidade de serem ressarcidos era baixa, como era, aliás, hábito, e que estas dívidas ficaram por pagar, transformando-se assim em “dívidas velhas”, pois os vice-reis, “que para pagarem estas dívidas lhes falta dinheiro, e para mercês e alvitres a quem querem, lhes sobeja”.<sup>31</sup>

É igualmente curioso verificar como Diogo do Couto aproveita de imediato a descrição destes eventos para desferir uma estocada no próprio vice-rei D. Duarte de Meneses. No momento em que tem conhecimento da exigência dos *casados* de Malaca – em sintonia com as cartas vindas de Malaca – do nome de D. Paulo de Lima para chefiar o socorro, o cronista não perde ocasião para dizer que o vice-rei tinha pensado, de início, no nome do seu tio, Rui Gonçalves da Câmara, acrescentado de imediato que era “capitão-mor e conquistador do Achém, cujos ordenados ele comia”.<sup>32</sup> A conclusão é óbvia: os *casados* impunham um nome que lhes garantisse que o seu dinheiro era bem empregado no socorro de Malaca e não para satisfazer a família do vice-rei, cujo nome sugerido possuía um cargo, devidamente remunerado mas inútil para os interesses do Estado (pois a “conquista” do Aceh, apesar de projetada por diversas vezes, nunca se concretizou).

A escolha de D. Paulo de Lima revelou-se acertada, como Couto descreve na sua biografia; os *casados* eram, conseqüentemente, os verdadeiros conhecedores das realidades da Índia e quem zelava pelos interesses de el-rei, embora injustiçados, indevidamente reconhecidos e nem sequer ressarcidos pelos vice-reis. Por fim, um pormenor sintomático: Couto escreveu a biografia de D. Paulo de Lima, cujas qualidades são devidamente assinaladas ao longo da obra, desde o seu percurso na Índia até

<sup>31</sup> Diogo do Couto, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, p. 157.

<sup>32</sup> Diogo do Couto, *Da Ásia*, Déc. X, VIII, xvii, p. 380.

ao seu final infeliz após o naufrágio da nau em que regressava ao reino. Uma delas é subtilmente introduzida no discurso do cronista: “Foi capitão reto de justiça, pouca cobiça, nunca avexou os moradores no meneio de sua fazenda”.<sup>33</sup>

#### IV

A vida e obra de Diogo do Couto estão intimamente interligadas, pela forma como cada uma delas interpenetra e permite compreender a outra. Couto foi tradicionalmente considerado como o expoente máximo da crítica social e de exposição das mazelas do Estado da Índia, pela forma desabrida como expõe feridas sociais e denuncia erros e vícios do sistema político e administrativo. O seu trabalho é comumente analisado em analogia com o de outro “soldado prático” seu contemporâneo, o de Francisco Rodrigues Silveira, permitindo o esboço de um quadro cinzento e *decadentista* da Ásia portuguesa nos finais do século XVII que, apesar de firmado no século XIX, continua a estar presente em obras e trabalhos de investigação recentes.<sup>34</sup>

Contudo, a personalidade de Couto e a riqueza da sua obra não se esgota na ideia da denúncia social e da “decadência” da Índia na viragem o século XVII. O autor tem suscitado um renovado interesse após, digamos, a “cristalização” desta imagem tradicional, embora muitos aspetos da sua vida e obra – nomeadamente a sua cumplicidade com os *casados* - aguardem ainda um escrutínio global e rigoroso. A reedição completa das Décadas seria naturalmente uma ocasião e uma oportunidade de renovação dos estudos coutianos. Os elementos contidos na sua extensa obra permitem vislumbrar interesses e tensões pessoais e sociais, que cruza de forma empírica na sua narrativa histórica dos feitos de guerra e das heroicidades bélicas. Não deixa de ser curioso como Couto, que escreve História e que tem inegáveis preocupações de verosimilhança e rigor, possui simultaneamente uma visão romântica, quase mitificada, desse mesmo passado, que não é um passado distante mas o do próprio Estado onde viveu e desempenhou funções oficiais. As suas contradições e a forma como mistura um rigor factual apurado com empirismo, ambição social e frustração pessoal com perceção aguda e propostas de regeneração do corpo social e político são, afinal, um reflexo das contradições da época em que viveu.

<sup>33</sup> Diogo do Couto, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, p. 145.

<sup>34</sup> Cf. George Davison Winius, *The Black Legend of Portuguese India* e Maria Manuela Baptista, *A Emergência do Discurso Cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto*.

## Bibliografia

- Archivo Portuguez Oriental* (ed. J. H. da Cunha Rivara), Nova Goa, 1857-1876, 6 vols.
- Baptista, Maria Manuela Pinto Soares, *A Emergência do Discurso Cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto – Indícios de um (Des)governo Português na Índia Quinhentista*, Dissertação de mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Lisboa, Universidade Aberta, 2014.
- Barreiros, António José, *História da Literatura Portuguesa*, 6ª ed., Braga, Ed. Pax, 1976, vol. I.
- Barros, João de, *Da Ásia*, Lisboa, Liv. Sam Carlos, 1973.
- Boxer, Charles R., “Three Historians of Portuguese Asia (Barros, Couto and Bocarro)”, in *Opera Minora*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. II, 2002, pp. 13-38.
- Boxer, Charles R., “Diogo do Couto (1543-1616), controversial chronicler of Portuguese Asia”, in *Opera Minora*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. II, 2002, pp. 117-126.
- Couto, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, José Filipe, 1765.
- Couto, Diogo do, *Da Ásia*, Lisboa, Liv. Sam Carlos, 1973-1974.
- Couto, Diogo do, *O Soldado Prático* (ed. M. Rodrigues Lapa), 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980.
- Couto, Diogo do, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia* (ed. José Manuel Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos), Lisboa, Ed. Cosmos, 1998.
- Couto, Diogo do, *Década Quarta da Ásia* (ed. M. Augusta Lima Cruz), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, vol. I.
- Couto, Diogo do, *O Primeiro Soldado Prático* (ed. António Coimbra Martins), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- Cruz, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993, vol. II.
- Cruz, Maria Leonor Garcia da, *Os «Fumos da Índia». Uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1998.
- Godinho, Manuel, *Relação do Novo Caminho da Índia para Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974.
- Martins, António Coimbra, *Em Torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1985.
- Martins, António Coimbra, “História de Diogo do Couto e dos seus livros”, sep. de *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, 1991, pp. 73-118.

*Observações Sobre as Principaes Causas da Decadencia dos Portuguezes na Asia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Dialogo, com o titulo de Soldado Pratico* (ed. António Caetano do Amaral), Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790.

Pinto, Paulo Jorge de Sousa, *The Portuguese and the Straits of Melaka, 1575-1619*, Singapura, NUS Press, 2012.

Soveral, Carlos Eduardo de, "Couto, Diogo do", in *Dicionário de Literatura* (dir. Jacinto do Prado Coelho), 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1978, vol. I.

Subrahmanyam, Sanjay, *O Império Asiático Português*, Lisboa, Difel, 1995.

Thomaz, Luís Filipe F. R., "A crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia", *Mare Liberum*, n. 5, 1995, pp. 481-519.

Thomaz, Luís Filipe F. R., *A Questão da Pimenta em meados do século XVI – um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, CEPCEP, 1998.

Winus, George Davison, *The Black Legend of Portuguese India*, Nova Delhi, Concept Publishing Company, 1985.

## Diogo do Couto e o passado etnogeográfico da Ásia Central

VASCO RESENDE \*

Durante o século XV, face ao avanço das tropas otomanas na Anatólia e ulteriormente à conquista de Constantinopla, vários eruditos debateram no seio do meio humanista o tema da origem dos Turcos.<sup>1</sup> De uma vaga origem troiana sem dúvida devido a uma semelhança etimológica e ao domínio de um mesmo território, os Turcos tornar-se-ão progressivamente um vasto agrupamento étnico praticando um nomadismo rústico

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 301-313 (ISBN 978-989-755-403-2).

<sup>1</sup> Consultar sobretudo Robert Schwoebel, *The Shadow of the Crescent: The Renaissance Image of the Turk (1453-1517)*. Nieuwkoop: B. de Graaf, 1967; Agostino Pertusi, "Premières études en Occident sur l'origine et la puissance des Turcs", *Bisanzio e i Turchi nella cultura del Rinascimento e del Barroco*. Ed. Carlo Maria Mazzucchi. Milan: Vita e Pensiero, 2004, pp. 113-70 [publ. originalmente in *Bulletin de l'Association Internationale d'Etudes du Sud-Est Européen*, 10 (1972), pp. 49-94]; Michael J. Heath, "Renaissance Scholars and the Origins of the Turks", in *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, 41/3 (1979), pp. 453-471; Nancy Bisaha, *Creating East and West: Renaissance Humanists and the Ottoman Turks*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004; Margaret Meserve, *Empires of Islam in Renaissance Historical Thought*. Cambridge: Harvard University Press, 2008. Sobre a temática da origem dos povos ao tempo do Renascimento ver Roberto Bizzocchi, *Genealogie incredibili: Scritti di storia nell'Europa moderna*. Bolonha: Il Mulino, 1995; Walter Stephens, *Giants in Those Days: Folklore, Ancient History and Nationalism*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989; Peter Burke, "Foundation Myths and Collective Identities in Early Modern Europe", in Bo Stråth (ed.), *Europe and the Other, and Europe as the Other*. Bruxelas: PIE-Peter Lang, imp. 2001, pp. 113-122.

nas vastidões setentrionais da Ásia Interior, herdeiros dos Citas antigos, que mais tarde souberam impor-se política e militarmente até às margens do Mediterrâneo, onde criaram um império capaz de rivalizar com as potências da Cristandade ocidental. A paixão genealógica do *Quattrocento* europeu não impediu que se misturassem nestas novas sínteses de história oriental diferentes vagas de migrações turcas, assimilando as primeiras incursões de guerreiros euro-asiáticos da Antiguidade tardia na área do Cáucaso às invasões de Turcos oğuz – os Seljúquidas – posteriores de vários séculos. Os Portugueses não escaparam a esta moda,<sup>2</sup> e Fr. Diogo de Castilho publicava em 1538 em Antuérpia um *Livro da origem dos Turcos* baseado em informação recolhida nas obras de humanistas italianos como Raffaele Maffei (dito Volaterranus) e Giovanni Battista Cipelli (Egnatius).<sup>3</sup> Mas com a evolução da gesta lusa na Ásia marítima um outro grupo de historiadores vai dedicar-se à formulação da etnogénese turca, desta feita recorrendo igualmente a fontes orientais. O presente artigo incide sobretudo sobre o papel desempenhado por Diogo do Couto na elaboração de uma nova síntese do relato da origens e migrações dos Turcos, procurando descobrir a sua visão do passado etnogeográfico da Ásia Central.

Começaremos, no entanto, por tratar brevemente do antecessor de Couto no cargo de cronista da história da Ásia. João de Barros, no princípio do Livro VI da sua *Década Quarta* dedica todo um capítulo à história dos Mogóis aquando dos primeiros contactos destes últimos com os Portugueses ao tempo do governador Nuno da Cunha; e, como era costume em autores da expansão ultramarina portuguesa, desenvolve uma introdução histórico-geográfica a propósito da origem deste povo.

Esta gente à que cõmunmente os nossos chamão Mogores, & propriamente Mogoles, elles entre si se chamão Chacatais,

<sup>2</sup> Cf. Vasco Resende, “Türklerin Kökeni ile İlgili Rönesans Metinleri: 16. ve 17. Yüzyılların Portekiz Kroniklerinde Etnik Köken ve Soyağacı Tartışmaları” [As narrativas sobre a origem dos Turcos no Renascimento: Etnogénese e genealogia nas crónicas portuguesas dos séculos XVI e XVII], in Dejanirah Couto (ed.), *Harp ve Sulh: Avrupa ve Osmanlılar*. Istanbul: Kitap Yayınevi, 2010, pp. 117-37.

<sup>3</sup> Diogo de Castilho, *Livro da origem dos Turcos*. Lovaina: Rutgerus Rescius, 1538; Raffaele Maffei (Volaterranus), *Commentariorum Urbanorum [...] octo et triginta libri*. Basileia: Hyeronimus Frobenius, 1544, fol. 85<sup>r-v</sup> [1<sup>a</sup> ed. Roma, 1506]; Giovanni Battista Cipelli (Egnatius), *De Caesaribus libri III*. Veneza: Aldus Manutius, 1516, liv. 2, s.p. Acerca de Castilho, ver Rui Manuel Loureiro, “Osmanlılar Hakkında Flander'de 1530'da Yayınlanan Portekiz Metinleri” [Relatos portugueses sobre os Otomanos publicados na Flandres na década de 1530], in Couto (ed.), *Harp ve Sulh*, pp. 95-116.

por virem de hũa linhagem antiga, & nobre dos Tartaros, assi chamada, de que elles se glorião muito, como os Espanhoes se jactão (sem razão) de vir dos Godos, como se os Godos, & os Chacatais não fossem dos Barbaros que povoão as terras frias do Norte. A região que estes Chacatais habitão, he chamada Chagatà, vezinha à Provincia Turquestan, mai natural, de que procederão os verdadeiros Turcos.<sup>4</sup>

Em seguida, João de Barros desenvolve com mais pormenor o quadro geográfico da Ásia Interior e da situação da região chamada *Mogalia* ou *Mogostã*, recorrendo sem dúvida a um mapa e citando topónimos da tradição ptolomaica. À semelhança de muitos dos seus contemporâneos que se dedicaram ao estabelecimento de uma etnogénese das diferentes populações, Barros recua aos tempos bíblicos da povoação da Terra a seguir ao Dilúvio, recorrendo à lista dos descendentes de Noé conhecida na tradição judeo-cristã como Tabela das Nações. Segundo o cronista português, é na personagem de Magog filho de Japhet filho de Noé que se encontra o epónimo da etnia que séculos mais tarde senhorearia uma parte importante do norte da península Hindustânica. Barros prossegue com um relato detalhado da geografia de toda esta área e com um retrato dos usos e costumes dos Mogóis; no fim do capítulo II refere-se aos diferentes grupos étnicos que compõem as tropas do imperador Humā-yūn: “Com esta gente anda muita de diversas nações, como Tártaros, Turquimães, Corações, & outros, aos quaes tambem chamão Mogoles por andarem com eles”.<sup>5</sup> Apesar de Barros se ter inspirado da crónica *Rawḍat al-ṣafā* (“Jardim de delícias”) do historiador persa Mīrḥwānd para os capítulos respeitantes à história oriental, o retrato que elabora das diferentes populações centro-asiáticas permanece, como na maior parte dos autores europeus seus contemporâneos, envolto numa certa ambiguidade.

Ora, ignorando que um quarto volume da série se encontrava em vias de publicação, Diogo do Couto, nomeado cronista da Ásia por Filipe I (II de Espanha) nos finais do século XVI, dedicou-se rapidamente à tarefa de continuar a redacção da história da presença portuguesa no Oriente,

<sup>4</sup> João de Barros, *Quarta Decada da Asia*. Ed. João Baptista Lavanha. Madrid: Impressão Real, 1615, liv. 6, cap. 1, pp. 325-326.

<sup>5</sup> Barros, *Quarta Decada*, liv. 6, cap. 2, p. 332. Tal como muitos outros detalhes do mesmo capítulo relativos aos Mogóis, esta passagem é provavelmente extraída de Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*. 2 vols. Introd. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1976, II, liv. 8, cap. 83, p. 706.

levando a cabo uma obra independente da realizada por João de Barros ainda que referente às mesmas temáticas e à mesma cronologia. À semelhança deste último, Couto desenvolve um excursão em torno da origem das populações da Ásia Central e da sua evolução ao longo dos séculos a propósito dos primeiros contactos do Estado da Índia com o imperador Humāyūn nos dois primeiros capítulos do Livro X da sua *Década Quarta*. Servindo-se de livros de história em língua persa que os embaixadores do Grão Mogol tinham em sua possessão, Couto afirma o seu intuito de “tirar a confusão que a te agora ouue n’estas cousas”.<sup>6</sup> O cronista começa portanto por demonstrar que, contrariamente ao que outros autores afirmavam, os Mogóis não eram Tártaros, servindo-se para tal, como o seu antecessor, da Tabela das Nações do Antigo Testamento.

Pello que se ade saber, que nas historias Tartaras & Persicas, se acha procederem estas gentes de hum dos netos de Noe, (aque elles chamao Noa) filho de Iaphet, chamado Turc, que na repartição do mundo dizem caberlhe esta parte de Asia. Deste Turc não achamos feito memoria em escritura algũa outra: porque nem na sagrada, nem em Iosepho de antiquitatibus, nem em Beroso, nem em todos os mais autores, que escreueraão da pouoação do mundo depois do diluuiio, não achamos nomeado a Iaphet, mais destes sete filhos, Gomer, Magog, Medir, Iauan, Tubal, Moscho, & Tiras, que pouoaraão toda a região que jaz do monte Amano, & Tauro a te o Tanais. D’estes dizem, que o segundo chamado Magog, & pella ventura, que este seja o Turc, formou de si os Magogas aquem os Gregos chamaão Scithas. Por onde pois daão as escrituras Tartaras a este Turc seu principio, & affirmão ser filho de Iaphet, deue ser este o mesmo Magog, & pella ventura que o Turc seja filho d’este, que nisso vai pouco.<sup>7</sup>

Entre os descendentes deste Turc encontra-se um certo Alangim, pai de Tartar e de Mongal, epónimos dos dois grupos étnicos que Couto pretende distinguir, e cada um deles deu o seu nome às regiões que povoaram – Tartária e *Mongália*. Servindo-se das referências geográficas herdadas da Antiguidade, o cronista estabelece que a Tartária ocupava a terra a norte do monte Imaus – que corresponde etimologicamente à cordilheira dos Himalaias – e a *Mongália* o território que se estendia

<sup>6</sup> Diogo do Couto, *Década Quarta da Asia*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1602, liv. 10, cap. 1, fol. 188<sup>v</sup>.

<sup>7</sup> Couto, *Década Quarta*, liv. 10, cap. 1, fol. 188<sup>v</sup>.



para sul. O desenvolvimento da genealogia mítica dos Tártaros e dos Mongóis implica naturalmente uma diferenciação entre estes dois povos, os quais, apesar de uma ascendência comum constituem grupos étnicos distintos. Note-se que Couto tende a identificar os Turcos com os Tártaros por oposição aos Mongóis, à semelhança de um outro autor português seu contemporâneo, Manuel Godinho de Erédia, que, na terceira parte da sua *Declaração de Malaca e da Índia meridional*, assimila directamente as duas primeiras etnias – “Turcastan, outra provincia origem de Tartaros digo de Turcos, porque desta parte começarão os Turcos fazer sua conquista”.<sup>8</sup> Toda a parte da genealogia dos povos turcos que Diogo do Couto desenvolve na *Década Quarta* enquadra-se muito claramente num modelo historiográfico turco-persa encarnado sobretudo pelo *Ġāmi' al-tawārīḥ* (“Compêndio de Histórias”) de Rašīd al-Dīn Ṭabīb.<sup>9</sup> Para Couto, o filho de Japhet chamado Turc corresponde ao epónimo de que os povos nómadas em questão se apropriaram, ainda que faça referência algumas gerações mais tarde a uma outra personagem do mesmo nome que seria à origem da denominação geográfica Turquistão, o que demonstra a convergência no texto coutiano de tradições genealógicas de origem diversa.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Manuel Godinho de Erédia, *Malaca, l'Inde méridionale et le Cathay*. Ed. Léon Janssen. 2 vols. Bruxelas: Librairie Européenne C. Muquardt, 1881-82, vol. I, liv. 3, cap. 11, p. 74. Erédia retoma a mesma ideia no seu *Tratado Ophirico*, 1616. Ed. Juan Gil e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P. / Fundação Jorge Álvares, 2016, pp. 136, 147. Cf. H. Hosten, “Description of Indostan and Guzarate by Manuel Godinho de Eredia (1611)”, in *Journal of the Royal Society of Bengal. Letters*, 4 (1938), pp. 533-66, sobretudo p. 535.

<sup>9</sup> Rašīd al-Dīn Ṭabīb, *Jamī'u't-Tawarikh. Compendium of Chronicles: A History of the Mongols*. Trad. e anot. W. M. Thackston. 3 vols. Cambridge, MA: Harvard University, Department of Near Eastern Languages and Civilizations, 1998. Ver E. Blochet, *Introduction à l'histoire des Mongols de Fadl Allah Rashid ed-Din*. Leiden / Londres: Brill / Luzac & Co., 1910, p. 203; Bernard Lewis, “The Mongols, the Turks and the Muslim Polity”, *Islam in History: Ideas, People, and Events in the Middle East*. Nova ed. Chicago: Open Court, 2001, pp. 190-207, sobretudo pp. 195-97; John Andrew Boyle, “Rashīd al-Dīn: The First World Historian”, in *Iran: Journal of the British Institute of Persian Studies*, 9 (1971), pp. 18-29.

Esta tradição historiográfica referente à genealogia mítica dos povos turcos foi retomada por cronistas de idioma persa e de língua čaġatāy. Ver, por exemplo, Abū 'l-Faḍl [Abu-l-Faẓl], *The Akbarnāma*. Trad. H. Beveridge. 3 vols. Calcutá: Asiatic Society of Bengal, 1897-1939, vol. I, p. 168 e ss.; Abū 'l-Ġāzī Bahādur Ḥān, *Histoire des Mongols et des Tatares*. Ed. e trad. Petr I. Desmaisons. St Leonards: Ad Orientem / Amesterdão: Philo Press, 1970, pp. 8-9 [fac-simile da 1ª ed. São Petersburgo, 1871-74].

<sup>10</sup> Couto, *Década Quarta*, liv. 10, cap. 1, fol. 189<sup>v</sup>. Este *Turc* corresponde na verdade à figura de Tūr filho de Farīdūn, o qual aparece como um conquistador e fundador de três grandes cidades da Transoxiana: *Mavarena* (Mā warā' al-nahr, provavelmente

Importa salientar que Couto estabelece imediatamente uma ligação entre *Mongália* e Mogóis – “& por tempos todos os seus pouoadores della se chamaraõ Mongales, que he o seu verdadeiro nome, & não Magores, como corruptamente lhe chamamos”.<sup>11</sup> O cronista lida aqui com dois termos que em português moderno nos habituámos a distinguir como relativos a dois povos diferentes – Mongóis e Mogóis; mas na verdade, Couto não faz mais do que atribuir ao nome da dinastia indiana a sua raiz persa – *muğul* – que não é outra que a variante iraniana de “mongol”.<sup>12</sup> Os Mogóis são portanto originalmente Mongóis, e aqui reside o fundamento da confusão a que Couto faz referência, na medida em que os autores europeus desde o séc. XIII se habituaram a designar as populações sob comando de Gengis Khan com o termo de Tártaros, ignorando possíveis diferenças entre estes dois etnónimos e tratando-os portanto como sinónimos.<sup>13</sup> Segundo esta tradição que perdura até aos contemporâneos de Couto, *Mongália* era o nome da região de onde os ditos povos seriam oriundos, mas aos seus habitantes chamava-se Tártaros. Couto cita as narrativas das embaixadas cristãs ao império do Grão Khan – de Odorico de Pordenone e de Anselmo de Lombardia – e de Marco Polo<sup>14</sup> como as causas do equívoco que se criou a partir de então entre Tartária e *Mongália*, Tártaros e Mongóis.

Desta confusão (que auia de nacer da tradução do seu livro [de Marco Polo]) vieraõ os nossos modernos a fazerem os Magores & Chaquetaes [...] Tartaros, sendo bem differentes nas prouincias, posto que todos descendão de hũs mesmos auoengos: como por exemplo vemos nos Espanhoes & Portugueses: que procedendo todos de Tubal, que pouoou as Espanhas, hũs se chamaraõ Espanhoes de Hispan, filho de

---

Buḥārā), Samarqand e Balḥ. É bastante provável que Couto tenha tido conhecimento, por intermédio dos embaixadores mogóis, das narrativa míticas relativamente à dinastia pīšdādiyān que Firdawsī desenvolveu na sua epopeia *Šāh-nāma* e que ele as tenha seguidamente inserido na história dos descendentes de Noé e de Japhet.

<sup>11</sup> Couto, *Decada Quarta*, liv. 10, cap. 1, fol. 189<sup>r</sup>.

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, Henry Yule e A.C. Burnell, *Hobson-Jobson: A Glossary of Colloquial Anglo-Indian Words and Phrases*. Nova ed. Londres: John Murray, 1903, pp. 570-71.

<sup>13</sup> Cf. Peter Jackson, *The Mongols and the West, 1221-1410*. Harlow: Pearson, Longman, 2005, p. 59.

<sup>14</sup> Para estes autores, Couto recorreu ao segundo volume das *Navigazioni et Viaggi* de Ramusio, em especial a partir da segunda edição de 1574 que já inclui as narrativas dos missionários ao soberano mongol. Cf. Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998, p. 158.

Hispalis, & os outros Lusitanos de Luso filho de Siccelio<sup>15</sup>

Assim, Diogo do Couto salienta a diferença entre as duas etnias apesar do antepassado comum, recorrendo, à imagem de Barros, a uma analogia com os povos ibéricos para melhor explicar a diferença. Porém, e contrariamente ao seu sucessor no cargo de historiador da Índia, Barros utiliza os etnónimos centro-asiáticos de forma menos estrita, como na expressão “Tartaros Vzbeques, & Chacatais”<sup>16</sup> em que estabelece um vínculo étnico entre os dois povos. Muitos dos cronistas seus contemporâneos referem-se aos Uzbeques simplesmente como Tártaros, e a designação “tártaro” serve igualmente como elemento de identificação racial para além de toda e qualquer consideração etnológica.<sup>17</sup> Mas Diogo do Couto, fiel a uma etimologia etnocêntrica dos topónimos, é peremptório: os *Mongales* são os habitantes da *Mongália*, os Tártaros da Tartária. Esta correlação íntima entre etnónimos e nomes de regiões é um lugar-comum da geografia medieval e renascentista; Couto não faz mais que sublinhá-la de uma forma essencialmente argumentativa.

O cronista não se limita à simples descrição da genealogia de Mongóis e Tártaros, passando em seguida à narrativa da história da irrupção dos Turcos no Levante. É aqui que Couto se distancia das informações de origem persa para lidar com as tradições ocidentais e desenvolve a questão segundo versões distintas. Numa passagem do Livro VIII da *Década Quarta* retoma a tradição segundo a qual os Turcos, originários do Turquestão, teriam descido dos Montes Caspianos (*grosso modo*, o Cáucaso) para conquistar a Ásia Menor, a Grécia e finalmente Constantinopla; e como a primeira terra que conquistaram foi a Anatólia, atribuíram-lhe o seu próprio nome, pelo que a partir de então ficou conhecida como “Grão Turquia”.<sup>18</sup>

No segundo capítulo do Livro X, apresenta a migração de tribos turcas como consequência da intervenção do soberano cristão conhecido durante a Idade Média sob o nome de Preste João, que os teria expulsado do seu Turquestão natal. Desta feita Couto não faz referência aos Montes Caspianos, descrevendo somente a fuga de um grande número de famílias para Oeste: “ajuntandose grandes multidões d’elles, com mulheres

<sup>15</sup> Couto, *Década Quarta*, liv. 10, cap. 1, fol. 189<sup>r-v</sup>.

<sup>16</sup> Barros, *Quarta Década*, liv. 9, cap. 9, p. 586.

<sup>17</sup> Cf. Vasco Resende, “L’Orient islamique dans la culture portugaise de l’époque moderne, du voyage de Vasco de Gama à la chute d’Ormuz (1498-1622)”. Tese de doutoramento apresentada à Ecole Pratique des Hautes Etudes (Paris), 2011, pp. 345-46.

<sup>18</sup> Couto, *Década Quarta*, liv. 8, cap. 9, fol. 159<sup>v</sup>.

& filhos, foraõ para o Ponente buscar habitaçaõ, & chegaraõ a te para-rem naquella parte chamada Asia menor”.<sup>19</sup> Esta lenda medieval, elaborada ao tempo das cruzadas na Terra Santa, mistura elementos verídicos – por exemplo, a batalha de Qatwān (1141) que marca a derrota das tropas Seljúquidas às mãos dos Qarā Ĥiṭāy<sup>20</sup> – com os rumores de uma potência asiática cristã (frequentemente identificada com o império mongol) disposta a auxiliar os Estados latinos na luta contra a ocupação muçulmana da Palestina.<sup>21</sup> Couto cita nesta passagem um dos principais autores responsáveis pela propagação do mito do Preste João, Otto de Freising (que ele nomeia erroneamente arcebispo de Florença) e data a conquista da Anatólia pelos Turcos à volta do ano 800, embora Otto situe este evento em 758.<sup>22</sup> Talvez Couto se tenha inspirado em informações recolhidas em segunda mão na *Silva de varia lección* de Pero Mexia publicada em Sevilha em 1540, embora o seu nome não figure entre os autores consultados.<sup>23</sup>

Imediatamente a seguir, ainda no mesmo capítulo, o cronista português apresenta uma outra versão, atribuída explicitamente a Guilherme, arcebispo de Tiro, segundo a qual os Turcos seriam portanto originários das regiões setentrionais da Ásia interior e se teriam instalado primeiro no Turquestão antes de migrarem para a Pérsia e finalmente passarem à Síria. Uma parte destas tribos regressa em seguida ao território iraniano – os Turcomanos – enquanto a outra permanece no Levante, construindo ao longo dos séculos uma grande potência regional na península da Anatólia.<sup>24</sup> O texto original de Guilherme de Tiro apresenta uma nuance interessante: o etnónimo Turcos designa aqueles que ascenderam ao regime monárquico escolhendo um rei, pelo que “obtiveram uma glória imensa”, enquanto que os Turcomanos permaneceram fiéis aos costumes ancestrais e proliferaram na sua “rudeza primitiva”.<sup>25</sup> Couto, por

<sup>19</sup> Couto, *Decada Quarta*, liv. 10, cap. 2, fol. 191<sup>v</sup>.

<sup>20</sup> Ver por exemplo Michal Biran, *The Empire of the Qara Khitai: Between China and the Islamic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 45.

<sup>21</sup> Os estudos consagrados à história do Preste João são numerosos. Citaremos unicamente C.F. Beckingham, “The Achievements of Prester John”, *Between Islam and Christendom: Travellers, Facts and Legends in the Middle Ages and the Renaissance*. Londres: Variorum, 1983, I, pp. 3-24; Jean Richard, “L’Extrême-Orient légendaire au Moyen Age: Roi David et Prêtre Jean”, in *Annales d’Ethiopie*, 2 (1957), pp. 225-44.

<sup>22</sup> Cf. Heath, “Renaissance Scholars”, p. 464.

<sup>23</sup> Pero Mexía, *Libro llamado silua de varia lección*. Sevilha: Dominico de Robertis, 1540, liv. 1, cap. 14, fol. xvi<sup>r</sup>.

<sup>24</sup> Couto, *Decada Quarta*, liv. 10, cap. 2, fol. 191<sup>v</sup>.

<sup>25</sup> Guillaume de Tyr, *Histoire des Croisades*. 3 vols. Paris: J.-L.-J. Brière, 1824, I, liv. 1, pp. 19-20.

seu turno, estabelece uma distinção puramente geográfica entre os dois grupos, os Turcomanos constituindo as tribos que voltaram à Pérsia depois da ocupação da Síria.

O facto de Couto recorrer à crónica de Guilherme de Tiro, uma fonte que geralmente não é citada pelos autores do corpus humanista relativamente ao estudo da etnogénese turca, pode intrigar;<sup>26</sup> mas na verdade, esta passagem da obra coaduna-se perfeitamente com a concepção dos povos turcos que Couto pretende difundir e que recusa uma visão monolítica e homogénea do *ethnos*. O cronista português sabe, por intermédio do *Itinerário* de António Tenreiro, que uma parte importante dos habitantes da Anatólia oriental e do planalto iraniano são Turcomanos que se exprimem num idioma turco.<sup>27</sup> Couto tem também à sua disposição os relatos quatrocentistas das embaixadas à corte do sultão âq-qūyūnlū Ūzūn Ḥasan (r. 1453-78), publicados por Giovanni Battista Ramusio nas *Navigazioni et Viaggi* que põem em evidência a diversidade étnica dos grupos turcos da Mesopotâmia e da Pérsia, contrariamente a outros autores contemporâneos cujo estudo incide fundamentalmente sobre os Seljúquidas e os seus sucessores Otomanos. Parece-nos que é neste espírito – igualmente desenvolvido por Couto no livro VIII da *Década Quarta* – que se deve interpretar o recurso ao termo *Rumes* para designar os guerreiros otomanos no contexto da sua emergência no Oceano Índico, um termo que conhece definições diferentes segundo os autores que o empregam mas que de uma maneira geral marca uma distinção relativamente aos elementos centro-asiáticos presentes na Índia.<sup>28</sup> Autores menos directamente ligados à empresa ultramarina, como por exemplo Francisco de Andrada na sua *Crónica de D. João III*, preferem referir-se aos Otomanos indefinidamente como Turcos, evitando a designação Rumes.

<sup>26</sup> A crónica de Guilherme de Tiro teve traduções em espanhol, latim e italiano impressas no século XVI, mas desconhecemos concretamente em que obra Couto se baseou para recolher essa informação. Um dos raros autores a veicular esta tradição é Santo Antonino de Florença no seu *Chronicon*, o que explicaria talvez o lapso coutiano na designação do arcebispado de Otto de Freising. Cf. Meserve, *Empires of Islam*, p. 62.

<sup>27</sup> António Tenreiro, *Itinerario de Antonio Tenreiro, que da Índia veyo per terra a este Reyno de Portugal*. 2ª ed. Coimbra: João de Barreyra, 1565, cap. 4, fol. 12v.

<sup>28</sup> Sobre este tema, ver Salih Özbaran, "Ottomans as Rumes in Portuguese Sources in the Sixteenth Century", in *Portuguese Studies*, 17 (2001), pp. 64-74; Giancarlo Casale, "Ethnic Composition of Ottoman Ship Crews and the Rumi Challenge to Portuguese Identity", in *Medieval Encounters*, 13 (2007), pp. 122-44; Resende, "L'Orient islamique", pp. 350-57.

Assim, Couto expõe a narrativa das migrações turcas segundo duas tradições distintas: uma primeira, que situa a sua origem ao norte do Cáucaso que eles atravessam por via da Geórgia ou por via da Arménia em direcção da Anatólia; e uma outra que evoca uma ascendência nas regiões setentrionais da Ásia Interior, e posterior migração para o Levante por meio da Pérsia. Não é portanto surpreendente que Couto não pareça decidir-se por uma versão definitiva e tente elaborar uma síntese das diferentes tradições. No fim de contas, e apesar das possíveis discrepâncias cronológicas, estas variantes apresentam pontos em comum e articulam-se de maneira mais ou menos compatível: origem centro-asiática das populações, vagas de migração maciça, conquista da Anatólia à qual dão o seu nome, e, claro está, refutação da origem troiana.

A relativa coesão do material sobre Turcos, Tártaros e Mongóis no final da *Década Quarta* pode levar-nos a pensar que Couto possuía uma visão sólida e coerente do quadro etnogeográfico da Ásia Central e da história das suas populações. No entanto, o cronista descreve no Livro I da mesma *Década* uma vaga anterior de migração de populações centro-asiáticas cerca do ano 100 que teria alcançado o subcontinente indiano.

[...] desçerão desses desertos de debaixo do Norte hum grande enxame de gentios repartidos em tribus, hũs Magores, outros Tartaros, outros Chacatais, & outros Resbutos, que vierão conquistando tudo o que jaz do Caucaso pera baixo até este reino de Cambaya”.<sup>29</sup>

Esta passagem, que escapa completamente ao registo das migrações turcas que já referimos, sofre de uma grande falta de coerência. Não só se compreende mal que Couto mencione *Magores* e Tártaros para um período histórico tão recuado, como a referência a *Chacatais* – que o próprio Couto descreve como correspondendo a uma linhagem iniciada por um dos filhos de Gengis Khan<sup>30</sup> – ainda mais parece fantasista. Mesmo imaginando um erro de datação na narrativa coutiana, dificilmente poderíamos aceitar uma apresentação tão extravagante da migração de grupos de proveniência centro-asiática para o subcontinente indiano composta de elementos étnicos tão diversos numa só vaga.<sup>31</sup> Outra fan-

<sup>29</sup> Couto, *Década Quarta*, liv. 1, cap. 7, fol. 11<sup>v</sup>.

<sup>30</sup> Couto, *Década Quarta*, liv. 10, cap. 2, fols. 192<sup>v</sup>-193<sup>r</sup>.

<sup>31</sup> A península Hindustânica foi desde a Antiguidade palco de uma série de migrações de origem centro-asiática de cultura indo-iraniana e, em qualquer dos casos, dificilmente identificáveis com a lista de etnónimos coutiana – Arianos, Šākas, Kušānas,

tasia de Couto diz respeito à explicação do topónimo Mangalore (Mangaluru, no actual estado de Karnataka) que segundo ele seria uma povoação de fundação mongol. O cronista português não atribui uma fonte específica para estas afirmações, mas posteriormente refere informação que lhe havia sido transmitida por “Canaras doutos, & antigos”.<sup>32</sup> Não se explica facilmente como Couto possa ter incluído uma história tão inverosímil que contradiz tudo o que escreve sobre Mongóis e Tártaros no mesmo volume, mas a coincidência entre a primeira parte do topónimo e o nome do povo centro-asiático deve ter contribuído fortemente para uma interpretação etimológica errónea.

O procedimento de Diogo do Couto baseia-se portanto numa acumulação de material pesquisado em diversas referências bibliográficas e orais, incluindo a substituição de termos ou elementos específicos segundo critérios de análise pessoal, demonstrando uma certa capacidade a digerir um número importante de fontes de natureza diversa e cronológica de forma a construir uma explicação teórica. Importa salientar o facto de Diogo do Couto valorizar as informações de origem oriental, muito embora a maior parte da bibliografia que ele maneja seja de origem europeia. Tal como João de Barros, Couto está perfeitamente consciente da importância das fontes persas para a história da Ásia antes da chegada dos Portugueses, e os dados recolhidos na historiografia oriental conferem-lhe autoridade para proceder à crítica das tradições ocidentais. Se Rašīd al-Dīn e os autores que se reclamam da sua herança historiográfica estabelecem uma identidade diferenciada entre Tártaros e Mongóis, ao cronista português esta distinção deve ser a mais

---

Hephthalitas. A partir da invasão gáznavida no último quartel do século X o subcontinente indiano passou a constituir um mercado importante para grupos de guerreiros turcos oriundos da Ásia Central, uma situação que perdurou durante a dinastia gūrida, o estabelecimento do sultanato de Delhi (1206) e mesmo posteriormente. No decorrer dos séculos XIII-XIV foram várias as incursões militares levadas a cabo por tropas mongóis nas regiões do Noroeste da península Hindustânica, mas o seu impacto foi mínimo. A expedição de Tamerlão no final do século XIV teve consequências importantes no norte da Índia - nomeadamente o saque de Delhi -, mas em nenhum caso essa influência se alastrou às regiões costeiras meridionais. Para mais detalhes, ver André Wink, *Al-Hind: The Making of the Indo-Islamic World*. Volume 2: *The Slave Kings and the Islamic Conquest, 11th-13th Centuries*. Leiden: Brill, 2002; Idem, “India and the Turko-Mongol Frontier”, in Anatoly M. Khazanov e André Wink (eds.), *Nomads in the Sedentary World*. Londres: Routledge, 2007, pp. 211-33.

Sobre a maneira como os *Resbutos* (Rāḡpūts) eram caracterizados pelos autores da expansão portuguesa, consultar Resende, “L’Orient islamique”, pp. 344-45.

<sup>32</sup> Couto, *Decada Quarta*, liv. 1, cap. 7, fol. 11<sup>v</sup>. Sobre a etimologia de Mangalore ver Yule e Burnell, *Hobson-Jobson*, p. 552; P. Gururaja Bhatt, *Antiquities of South Kanara*. Udupi: Prabhakara Press, 1969, p. 12.



verosímil, pouco importando o que teriam escrito autores europeus do século XVI como Sebastian Münster, cuja *Cosmographia* era considerada como uma obra de referência numerosas vezes reeditada e traduzida.<sup>33</sup> Da mesma forma, Couto não hesita em criticar Pedro de Mariz, que nos seus *Diálogos de vária historia* recentemente publicados procedera erradamente à associação entre a figura do mítico Preste João da Ásia Central e o soberano da Abissínia, afirmando que, após conquistada a Ásia, os Tártaros se haviam igualmente apoderado da Etiópia.<sup>34</sup> No entanto, o legado histórico turco-persa de que Couto se serve não implica necessariamente a partilha de uma mesma visão do passado etnogeográfico da Ásia interior. Pedro Teixeira, que nas suas *Relaciones* traduziu para castelhano longos trechos da crónica de Mīrḡwānd, continua a considerar os dois etnónimos como permutáveis entre si.<sup>35</sup>

Apesar da originalidade do seu contributo, as *Décadas* de Diogo de Couto nunca passaram muito além da esfera lusófona, contrariamente à obra de João de Barros que conheceu várias traduções parciais ao longo do século XVI. Com efeito, um geógrafo contemporâneo que Couto não cita, o italiano Giovanni Botero, autor de uma obra em quatro volumes intitulada *Delle Relationi Universali* (1591-1596) que conheceu um certo impacto na Europa do princípio do século XVII, utilizou um volume considerável de material de um capítulo da *Década Segunda* de João de Barros dedicado à islamização do Decão. Botero, que inseriu esta matéria como preâmbulo ao capítulo sobre o Grão Mogol no segundo volume da sua obra, cita o nome do cronista português como fonte, com toda a probabilidade a partir da tradução italiana de Alfonso Ulloa publicada em Veneza em 1561.<sup>36</sup> As informações sobre os Mogóis propriamente ditos foram tiradas em parte das *Historiarum Indicarum* de Giovanni Pietro Maffei (a primeira edição data de 1588).<sup>37</sup>

<sup>33</sup> Couto, *Decada Quarta*, liv. 10, cap. 1, fol. 189r. Sobre Sebastian Münster, consultar Matthew McLean, *The Cosmographia of Sebastian Münster: Describing the World in the Reformation*. Aldershot: Ashgate, 2007.

<sup>34</sup> Couto, *Decada Quarta*, liv. 10, cap. 1, fol. 191r. Cf. Pedro de Mariz, *Dialogos de varia historia*. Coimbra: Officina de Antonio de Mariz, 1597, liv. 2, cap. 12, fol. 76v. Note-se que Pedro de Mariz consagra todo um capítulo da sua obra à origem dos povos turcos. Para mais detalhes, consultar Resende, "Türklerin Kökeni", pp. 120-22.

<sup>35</sup> Pedro Teixeira, *Relaciones*, Antuérpia: Hyeronimo Verdussen, 1610, liv. 2, cap. 55, p. 334. Para uma abordagem da etnogénese dos povos turcos segundo Teixeira, consultar Resende, "Türklerin Kökeni", pp. 126-27.

<sup>36</sup> Giovanni Bottero, *Delle Relationi Universali. Seconda Parte*. Roma: Guglielmo Faciotto, 1592, liv. 2, p. 158 e ss., *L'Asia del S. Giovanni di Barros*. Trad. Alfonso Ulloa. Veneza: Vincenzo Valgrisis, 1562, déc. II, liv. 5, cap. 2, fol. 95r e ss.

<sup>37</sup> Giovanni Pietro Maffei, *Historiarum Indicarum libri XVI*. Florença: Filippo Giunta,



Mas se o cavalo de batalha de Couto relativamente à etnogeografia da Ásia Central é acima de tudo a diferenciação entre Tártaros e Mongóis baseando-se na consulta da historiografia persa e na sua confrontação com os autores ocidentais, a verdade é que a partilha de um mesmo vasto espaço geográfico, a coexistência de elementos de origem linguístico-cultural diversa, um *modus vivendi* baseado na transumância pastoril e num *ethos* militar em tudo semelhante, fazem das populações da Ásia Central um *melting pot* extremamente resistente à pura individualização. Os mesmo elementos que justificam uma origem ancestral comum – e a que a genealogia dos Turcos citada por Diogo do Couto confere autenticidade – acabam por constituir um todo civilizacional que inevitavelmente sugere equívocos e confusões. O próprio Rašīd al-Dīn, cuja obra inspirou directa ou indirectamente o relato coutiano, afirma que em tempos antigos não teria havido outro termo para designar as populações das estepes asiáticas além de “Turcos”, e que “Mongóis” seria um etnónimo de invenção tardia que se generalizara ao longo do tempo, especialmente após as conquistas de Gengis Khan. A investigação mais recente comprova que durante séculos diversas confederações de tribos praticando o idioma mongol, ou uma forma primitiva de mongol, incluíam elementos associados às etnias turcas, o que levou Jean-Paul Roux a ponderar “a existência de Mongóis turquizados e de Turcos mongolizados, e mesmo de um bilinguismo mais generalizado do que se possa imaginar”.<sup>38</sup>

---

1588, liv. 11, pp. 210-11.

<sup>38</sup> Jean-Paul Roux, *Histoire de l'Empire mongol*. Paris: Fayard, 1993, p. 33.



# **Figuras de antagonismo: Reatamento das negociações luso-otomanas, Diogo do Couto e a audiência de António Teixeira de Azevedo ao Grão-Turco (1563)**

DEJANIRAH COUTO \*

*“Grande graça he para mim ver o modo que temos em nosas inteligências importando nos tanto sabel as e muito maior graça he para mim dizer eu isto”*

D. Álvaro de Castro a Lourenço Pires de Távora  
Roma, 22.XII.1562, CDP, X, 1891, p.47.

## **Um «ballet» diplomático em Istambul**

Entre 1530 e 1570 os Otomanos acolheram no Cairo e em Istambul várias embaixadas provenientes do subcontinente indiano, devidamente assinaladas nas fontes portuguesas e árabes. Em 1532 verificou-se o envio de uma delegação do sultão muzafárida Bahâdur Shâh do Gujarat

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 315-362 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* École Pratique des Hautes Études, Section des Sciences historiques et Philologiques, Paris.

ao Cairo;<sup>1</sup> em 1536/1537, o mesmo Gujarate enviou nova embaixada, possivelmente partilhada com Bijāpūr e Calicute.<sup>2</sup> Em 1538, depois da morte de Bahadur Shāh em 1537, provavelmente às mãos dos portugueses, Maḥmud III do Gujarate enviou por sua vez uma representação, conduzida por um sobrinho do *rūmī* Ḥwāḡa Ṣāfar Salmān.<sup>3</sup> Como quer que seja, o Gujarate tornou a enviar delegações em 1540<sup>4</sup> e em 1546 (esta última conduzida pessoalmente por Ḥwāḡa Ṣāfar).<sup>5</sup> Calicute teria enviado uma outra representação no mesmo ano. Chegada ao Cairo em 2 de Julho de 1555, uma nova delegação do Gujarate encabeçada por um *rūmī*, *kōtwāl* de Surate, foi imediatamente assinalada por um agente de D.João III nesta cidade.<sup>6</sup> Aparentemente, das embaixadas asiáticas deste

<sup>1</sup> Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, M. Lopes de Almeida (ed.), Porto: Lello & Irmão, III, cap. LII, p. 569-570 (embaixada ao Cairo); Dejanirah Couto, «Les Ottomans et l'Inde portugaise», *Congresso Internacional Vasco da Gama e a Índia / International Congress Vasco da Gama and India / Congrès International Vasco da Gama et l'Inde*, Lisbonne - Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1999, I, p. 186 e nota 44; Diogo do Couto, *Da Ásia de Diogo do Couto. Década Quinta*, Lisboa: Na Regia Oficina Typographica, 1779, Liv. I, cap. XI, p. 113-114; Dejanirah Couto, «Rûmî Networks in India: A Snapshot on the Second Siege of Diu (1546)», *Seapower, Technology and Trade: Studies in Ottoman Maritime History*, Dejanirah Couto, Ferza Günergun, Maria Pia Pedani (eds.), Istanbul: Denizler Kitabevi, 2014, p. 107, nota 47.

<sup>2</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, M. Lopes de Almeida (ed.), Porto: Lello & Irmão, 1979, II, Liv. VIII, cap. CXC, p. 872-873; Correia, *Lendas*, III, cap. XCIX, p. 794-795; Dejanirah Couto, «No Rasto de Ḥādīm Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538-1540», *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*, Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. R. Thomaz (eds.), Angra do Heroísmo: Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 494 e nota 44; *id.*, «Rûmî Networks», p. 107, notas 46 e 47.

<sup>3</sup> Correia, *Lendas*, III, chap. CXIII, p. 854-855. Não é todavia claro se este sobrinho foi enviado em missão separadamente ou se esta fez parte da embaixada de 1536/1537. O papel deste sobrinho (ou sobrinho-irmão?) é também realçado numa outra passagem de Correia, *ibid.*, cap. LXXXVIII, p. 750 (onde o cronista indica que tinha já sido enviado a Meca); AN/TT, CC 1, 68, 57, fol. 5; esta embaixada relaciona-se com a de Ḥādīm Solimão Pâsâ, enviada ao Gujarate em 1538. Duarte Catanho, o futuro embaixador de Portugal em Istambul, foi informado da presença de dois «janízaros» vindos da Índia com cartas para o «Pacha do Cairo e para o sultão» entre Maio e Outubro de 1540. Estes emissários tinham acompanhado em 1538 Ferḥāt *Sûbâsî* (Ferechaty ou Ferachyty Bey), o enviado de Ḥādīm Solimão ao Gujarate. Chamavam-se Casani (Ḥasan) et Memi (Meḥmet), e eram muçulmanos, e não gregos de Modon como Catanho julgara. Ferḥāt *Sûbâsî* permaneceu no Gujarate.

<sup>4</sup> AN/TT, CC 1, 68, 57, fol.5.

<sup>5</sup> Couto, «Rûmî Networks», p. 107-108, nota 47.

<sup>6</sup> Carta de João de Lisboa a D. João III, AN/TT CC 1, 86, 120, fol. 2vº [Cairo, 30.VIII.1555], editada por Dejanirah Couto, «Portuguese-Ottoman Rivalry in the Persian Gulf in the Mid-Sixteenth Century: the Siege of Ormuz, 1552», *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, Rudi Mathee e Jorge Flores (eds.), Louvain: Peeters,

período, assinaladas pelas fontes examinadas, só a enviada pelo sultanato de Aceh a Istambul, em 1547, teria sido ignorada pelos Portugueses. Ora, embora estes estivessem em negociações com a Sublime Porta desde 1541, a fim de assinar uma trégua separada (ao abrigo da qual se propunham aprovisionar o Império Otomano em especiarias em troca de trigo),<sup>7</sup> estas tinham sido provavelmente suspensas em 1546.<sup>8</sup>

## Os contactos diplomáticos luso-otomanos

A primeira fase das negociações arrastara-se de 1541 até 1546/1547 sem resultado tangível, suscitando a impaciência e a incompreensão da Porta otomana.<sup>9</sup> Nada menos do que três embaixadores acreditados por D. João III sucederam-se à beira do Bósforo, mas as rivalidades pessoais que o rei não conseguiu dominar, as suas hesitações políticas quanto ao modo de conduzir as negociações, a existência provável de opiniões pouco favoráveis entre os privados do seu conselho, e finalmente a pouca preparação teórica dos embaixadores (Catanho era mercador, Mesquita um aventureiro e Palha um membro da casa real<sup>10</sup> explicam em

---

2011, p. 67-174 (p. 170). O *ķōtwāl* transportava três cartas para Solimão: uma de Maḥmud III, outra do seu governador, e uma terceira de Moharram, o fillho de Ḥwāḡa Ṣafar. Sobre João de Lisboa ver também Giancarlo Casale, *The Ottoman Age of Exploration*, Oxford, New York: Oxford University Press, 2010, p. 104-106.

<sup>7</sup> Dejanirah Couto, «Les contacts diplomatiques entre le Portugal et l'empire ottoman au XVI<sup>e</sup> siècle: D. João III, Duarte Catanho et les instructions de 1541 (I)», *Recherches sur le monde ottoman XV-XIX<sup>e</sup> siècle*, Jean-Louis Bacqué-Grammont, Pierre-Sylvain Filiozat e Michel Zink (eds.), Paris: Académie des inscriptions et belles-lettres, 2014, p. 102-113.

<sup>8</sup> Em contrapartida, a embaixada de Aceh em 1562, no momento em que Portugal estava em vias de reactivar as negociações, foi imediatamente assinalada (ver *infra*). Uma (primeira?) tentativa de contacto diplomático remonta a 1532: Couto, «Les contacts», p. 87-102; *id.*, «Itinéraire d'un marginal: La deuxième vie de Diogo de Mesquita», *Biographies, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian* XXXIX (2000), p. 23-35.

<sup>9</sup> Ver comentário à carta de Solimão de 1544 em Couto, «Itinéraire d'un marginal», p. 32; consulte-se a tradução inglesa (sem transliteração do original otomano) em Salih Özbaran, «An Imperial Letter from Süleyman the Magnificent to Dom João III concerning Proposals for an Ottoman-Portuguese Armistice», *The Ottoman Response to European Expansion. Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the Sixteenth Century*, Istanbul: The Isis Press, 1994, p. 111-112.

<sup>10</sup> Veja-se sobre a preparação intelectual dos embaixadores, e entre outras contribuições do mesmo importante volume, Daniela Frigo, «Prudenza politica e conoscenza del mondo. Un secolo di riflessione sulla figura dell'ambasciatore (1541-1643)», *De l'ambassadeur. Les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négocier du Moyen Âge*

parte, o insucesso da diplomacia portuguesa,<sup>11</sup> que, lembremos, funcionava na época de modo algo incipiente, pois não existia ainda um «órgão da administração central especializado nessas matérias».<sup>12</sup> Uma nova partida de dois destes embaixadores para Istambul (Duarte Catanho, o primeiro a ser enviado em 1541,<sup>13</sup> acompanhado pelo terceiro, Gaspar Palha, homem de confiança de D. João III, como exposto na carta enviada pelo monarca a Solimão o Magnífico<sup>14</sup>), era ainda assinalada em 20 de Dezembro de 1545.<sup>15</sup> Contudo, sabemos agora que esta missão não chegou a partir, Duarte Catanho tendo sido detido no porto de Lisboa sob a acusação de espionagem a favor dos Otomanos em 31 de Janeiro de 1546.<sup>16</sup> Foi encarcerado no castelo de Óbidos, onde ainda se encontrava em 21 de Outubro de 1547, como se verifica pela carta do seu carcereiro, Giam Fialho, endereçada a D. João III.<sup>17</sup> Assim, contrariamente ao que

---

*au début du XIX<sup>e</sup> siècle*, Stefano Andretta, Stéphane Péquignot e Jean-Claude Waquet (eds.), Rome: École française de Rome, 2015, p. 235-241.

- <sup>11</sup> Para uma visão de conjunto sobre a questão, veja-se Couto, «Itinéraire d'un marginal», p. 23-35 e AN/TT, *Colecção São Lourenço*, IV, fol. 405-406v<sup>o</sup> (Carta de Catanho a D. João de Castro [Lisboa, 20.XII.1545]) (igualmente em Couto, *ibid.*, p. 34, nota 79). Ainda que analisado através da mediação castelhana, consulte-se, sobre o modo de negociar de D. João III, Aude Viaud, «Par le regard des diplomates castillans: un portrait politique de D. João III», *D. João III e o Império, Actas do Congresso internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa: CHAM, 2004, p. 149-161; sobre os aspectos ainda incipientes da sua organização diplomática, Pedro Cardim, «A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o império e a reputação», *ibid.*, p. 629-633.
- <sup>12</sup> *Ibid.*, p. 632, assim como as observações do autor sobre o grau de organização da prática diplomática em Portugal e na Europa da época, p. 631-633.
- <sup>13</sup> Sobre Catanho veja-se Couto, «Les contacts diplomatiques», p. 95-98; não sabemos se o Nicolau Catanho, genovês, naturalizado por alvará do 15 de Outubro de 1486, tinha qualquer relação de parentesco com Duarte Catanho (*As Gavetas da Torre do Tombo*, doravante *As Gavetas*, com menção de data e tomo), Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, IV (Gav. XV, 6-8), p. 188-189. Este último só aparece em cena em 1538, em Ormuz, mas não é impossível que tivesse parentes afastados em Portugal.
- <sup>14</sup> Muito curta, a missiva real [Évora, 29.X.1545] aparenta-se a uma nota que deveria provavelmente ser desenvolvida pelo embaixador de forma mais longa e protocolar: *As Gavetas*, 1970, VIII (Gav. XVIII, 5-10), p. 507, e Couto, «L'itinéraire d'un marginal», p. 31, nota 68.
- <sup>15</sup> Ver a já referida carta de Duarte Catanho a D. João de Castro [Lisboa, 20.XII.1545], AN/TT, *Colecção S. Lourenço*, IV, fol. 405-406 v<sup>o</sup>.
- <sup>16</sup> AN/TT, CC II, 240, 69; CC 1, 77, 81; CC 1, 77, 83 (documento desaparecido, de que só resta a vinheta do arquivista); sobre os diferentes documentos do processo, que vão até Fevereiro de 1546, Couto, «Itinéraire d'un marginal», p. 34, nota 81. Tencionamos editar muito em breve um estudo com a documentação relativa à detenção.
- <sup>17</sup> AN/TT, CC 1, 79, 112. Fialho indica que Catanho se queixava de estar na prisão «há dois anos», o que coincide mais ou menos com a data da detenção. O autor da carta

pensámos há alguns anos, em função da documentação de que então dispúnhamos, a decisão do rei de enviar Catanho de novo a Istambul (em companhia de Palha), assinalada por Luca Giraldes em 15 de Março de 1546, não foi seguida de efeito; o período de detenção do genovês foi mais longo do que havíamos julgado.<sup>18</sup> Entretanto, o segundo embaixador, Diogo de Mesquita, enviado a Istambul em 1542<sup>19</sup> para repor ordem na embaixada e vigiar Duarte Catanho, cuja fidelidade ao rei de Portugal suscitava dúvidas crescentes,<sup>20</sup> parece ter desaparecido em Istambul em 1546; em todo o caso as fontes portuguesas de que dispomos deixam de o mencionar a partir desse ano. Quanto a Gaspar Palha, continuou ao serviço de D. João III, dado que a sua passagem por Roma é ainda assinalada por Baltasar de Faria (embaixador, membro do conselho real e negociador de D. João III nesta cidade), em 29 de Abril de 1546.<sup>21</sup> Um ano mais tarde, a 9 de Novembro de 1547, o mesmo Baltasar de Faria comunicava ao rei a chegada a Roma de Pero de Carvalho, um criado de Gaspar Palha, que esperava encontrar aí o antigo embaixador; mas este tinha já deixado Veneza e viajara para a Alemanha.<sup>22</sup>

---

declarava estar com Catanho em Óbidos «há sete meses». Agradecemos a Pedro Pinto a comunicação deste documento.

<sup>18</sup> Ver a carta de Luca Giraldis a D. João de Castro, AN/TT, *Colecção S. Lourenço*, IV, fol. 389: Couto, «Itinéraire d'un marginal», p. 34-35.

<sup>19</sup> Embaixada também assinalada por Feridun M. Emecen, *İmparatorluk Çağının Osmanlı Sultanları*, İstanbul: İsam Yayınları, 2011, p. 136. As instruções dadas a Mesquita são do 6.XI.1541 (AN/TT, CC 1, 71, 28) Após ter deixado traços de uma escala em Ancona (13.II.1542, AN/TT, CC 1, 71, 89), Mesquita escreveu de Istambul a Pêro de Alcáçova em 29 de Maio de 1542 (CC 1, 72, 16). Dois anos mais tarde, Baltasar de Faria registava a chegada de duas das suas cartas a Veneza mas por via da Flandres (!) (24.I.1544 e 17.II.1544), como consta da carta do mesmo Faria ao rei, do 8.V.1544 (*Corpo diplomático português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo (...)*, (doravante CDP com indicação de tomo e data deste), José da Silva Mendes Leal (ed.), Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, V, 1874, p.287 e 291. Veja-se também Couto, «Itinéraire d'un marginal», p. 30.

<sup>20</sup> Ver a carta do rei a Francisco Pessoa, datada de 4.II.1542, em que exprime, logo no início das negociações, as suas dúvidas sobre o embaixador (*Archivo General de Simancas*, doravante AGS, *Estado* 373, fol. 18-19) e a de Pedro Carolo do Rego, consul de Portugal em Veneza até 1547, enviada de Veneza ao rei em 22.VII.1544 (CC 1, 75, 29); Couto, «Itinéraire d'un marginal», p. 26 e nota 46 referente à carta de D. João III (AN/TT, CC 1, 71, 28).

<sup>21</sup> AN/TT, CC 1, 77, 119, carta de Baltasar de Faria a D. João III.

<sup>22</sup> CDP, VI, 1884, p. 209.

## A ruptura das negociações diplomáticas

A documentação disponível aponta para uma ruptura dos contactos diplomáticos com a Porta à volta de 1546, reatados cerca de dezassete anos mais tarde, em 1563. A situação de transição política que teve lugar em Portugal nas quase duas décadas que se seguiram à morte de D. João III justifica sem dúvida uma paragem nas negociações. É certo que na sequência do falecimento de D. João III, em 1557, os lugares chave da chancelaria portuguesa (Pêro de Alcáçova Carneiro [1515-1593] como secretário de Estado<sup>23</sup> e D. Afonso de Portugal como vedor da fazenda) foram mantidos pela regente D. Catarina de Áustria (r. entre 1557 e 1562) e pelo cardeal-infante D. Henrique (r. entre 1562 e 1568).<sup>24</sup> A actividade das redes de espionagem levantinas, largamente orquestradas por Lourenço Pires de Távora (1510-1573),<sup>25</sup> nomeado embaixador português em Roma, na sucessão de Baltasar de Faria, também não esmoreceu, como demonstra a correspondência de Távora com a regente D. Catarina (de quem foi adversário político),<sup>26</sup> em 1559 e em 1560.<sup>27</sup> Todavia, sem se aventurar em grandes decisões, a regência consagrou-se sobretudo à gestão da rotina diplomática, não se afastando ela mesmo da orientação política de D. João III: privilegiar a gestão prudente dos seus domínios, quicá a abandonar, por exemplo, certas praças de Marro-

<sup>23</sup> Sobre este veja-se Ana Isabel Buescu, *D. João III*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 204.

<sup>24</sup> Amélia Polónia, *D. Henrique, o Cardeal Rei*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 157 e p. 167 (menção dos diplomatas portugueses em Roma durante a regência de D. Henrique: D. Fernão de Mascarenhas, Luís Gonçalves da Câmara, D. Álvaro de Castro e D. Fernando de Meneses).

<sup>25</sup> A primeira fase da sua carreira é tratada por Maria Leonor Garcia da Cruz, «Portugal e o Norte de África no Século XVI – a intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas», *Actas. Primeiras jornadas de História Moderna*, Manuela Mendonça (ed.), Lisboa: s.e., 1986, II, p. 1061-1073.

<sup>26</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 90.

<sup>27</sup> *CDP*, VIII, 1884, p. 171-175 (carta de Távora ao rei do 21.VII.1559), e *CDP*, IX, 1886, p. 13-14, do 26.VII.1560. Veja-se também Dejanirah Couto, «L'espionnage portugais dans l'Empire ottoman au XVI<sup>e</sup> siècle», *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, p. 251-252. Sobre a presença diplomática portuguesa em Roma no início de Quinhentos, ver Paulo Catarino Lopes, «Nas margens da diplomacia portuguesa quinhentista. O singular testemunho de Roma por um criado de D. Jaime, 4<sup>o</sup> Duque de Bragança (1510-1517)», *Lusitânia Sacra* 33 (2016), p. 203-251; e do mesmo, *Um agente português na Roma do Renascimento*, Lisboa: Temas e Debates, 2013.



cos em razão dos custos avultados da manutenção destas.<sup>28</sup> Por outro lado, a razão terá sido ligada à situação interna. No Verão de 1560, num clima de contestação crescente das orientações de D. Catarina, julgadas por muitos como fortemente pró-castelhanas, a irmã de Carlos V anunciava ao conde de Castanheira a sua decisão de renunciar à regência.

Em 6 de Dezembro de 1560, dois dias antes da convocação de uma reunião sediciosa de membros de alta nobreza no convento de S. Francisco, que ficou sem efeito devido à proibição de D. Catarina,<sup>29</sup> Lourenço Pires de Távora enviava de Roma à regente (e nominalmente ao rei) uma carta declarando ter sido contactado por Giovanni Ricci, cardeal Montepulciano (1498-1574), um protegido do papa Júlio III, e antigo núncio apostólico em Portugal, que mantinha contacto estreito com a embaixada portuguesa e defendia amiúde os interesses da Coroa em matérias de administração de bens eclesiásticos.<sup>30</sup> «Interessado» pelas «cousas da Índia», Ricci propunha a Távora os serviços de um novo embaixador de Portugal junto da Porta otomana, um dos seus amigos, um rico mercador genovês de nome Jerónimo (Hieronimo) de Marin, que havia residido longos anos em Veneza, «platico naquela senhoria e em inteligências dos negócios do Turco a cantidade despeciarias (sic) que vem cada anno ao Cairo por via do mar Roxo e a pouca que vem a esse reyno por via da navegação de Vossa Alteza (...)».<sup>31</sup>

A sugestão de Ricci era pois de que Portugal reatasse negociações diplomáticas com a Sublime Porta. Veneza, que fora frequentemente gratificada pela Coroa portuguesa,<sup>32</sup> tinha todo o interesse em assegurar

<sup>28</sup> Cardim, «A diplomacia portuguesa», p. 629.

<sup>29</sup> Cruz, *D. Sebastião*, p. 90-91; Ana Isabel Buescu, *D. Catarina de Áustria, infanta de Tordesilhas, rainha de Portugal*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p. 343.

<sup>30</sup> Elevado à púrpura cardinalícia pelo papa Júlio III em 1551. Foi núncio apostólico em Portugal de 25 de Junho de 1544 até 4 de Março de 1550 (embora a sua estadia em Portugal tenha sido apenas efectiva a partir de 1545).

<sup>31</sup> CDP, IX, 1886, carta de Lourenço Pires de Távora ao rei [6.XII.1560], p. 134-137.

<sup>32</sup> Sobre os interesses de Veneza em Lisboa, veja-se a carta de privilégio concedida por D. João III aos mercadores venezianos, *Archivio di Stato Venezia* (doravante ASV), *Commemoriali della Repubblica di Venezia*, Registro 20, fol. 111 [2.1.1522], em Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Lisboa: CNCDP – IN-CM, 2000, doc. 54, p. 239 e a carta de «amizade» do soberano à Sereníssima, *ibid.*, doc. 55, p. 240-241, ASV, *Commemoriali della Repubblica di Venezia*, Registro 20, fol. 164vº [2.1.1522]; veja-se também a isenção de impostos concedida por Veneza aos mercadores Portugueses, em Oliveira, *Veneza*, doc. 74, p. 250, ASV, *Senato Secreta, Deliberazioni*, Registro 63, fol. 110vº [15.II.1534], e sobre os privilégios da comunidade, José Gentil da Silva, «Capitiaux et marchandises. Échanges et finances entre XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles», *Annales. Economies, Sociétés, Civilis-*

uma trégua entre Portugal e os Otomanos. Por um lado poderia vir a beneficiar nos mercados mediterrânicos de uma «descompartimentação» do comércio muçulmano das especiarias no momento em que a produção de pimenta de Aceh, reservada à Sublime Porta, estava ainda em progressão; por outro lado, os mesmos mercados mediterrânicos só beneficiariam com a suspensão das perturbações no transporte das especiarias devidas a episódios de conflito entre as duas potências no mar da Arábia. Os interesses da Coroa portuguesa no Índico, fragilizados na percepção política dos seus dirigentes<sup>33</sup> pela expedição de *Hâdim* Solimão Pâşâ contra Diu em 1538, pelo cerco de Diu por *Hwâğa Şafar Salmân* em 1546, e de Ormuz por *Pîrî Re'îs* em 1552<sup>34</sup> requeriam uma trégua com os Otomanos. Do ponto de vista da política europeia em relação à Porta nada tinha verdadeiramente mudado desde os reinados de D. João III e de Carlos V: continuando a diplomacia de seu pai, Filipe II exercia por sua vez pressões sobre Portugal para que aderisse à aliança dos Habsburgos e do Papa contra Solimão.<sup>35</sup>

---

sations 12-2 (1957), p. 291. Regista o embaixador Tiepolo, em carta do 28.VIII.1560, a chegada a Lisboa de quatro naus com pimenta, mas pouca outra especiaria, tendo-se perdido um dos navios: *ASV, Senato Secreta, Dispacci Ambasciatori, Spagna*, 2, fol. 39, em Oliveira, *Veneza*, p. 270, doc. 115.

<sup>33</sup> Esta percepção do «perigo turco» (a não confundir com o «perigo mameluco» entre 1505 e 1517) no Índico acentua-se sobretudo na década de 1520, depois da revolta de Ormuz em 1521 e da descoberta, pelos Portugueses, dos pedidos de auxílio do vizir de Ormuz aos Otomanos: Couto, «Trois documents sur une demande de secours d'Ormuz à la Porte ottomane», *Anais de História de Além-Mar* III (2002), p. 469-498.

<sup>34</sup> Em 17 de Fevereiro de 1560, era com regozijo que Lourenço Pires de Távora comentava o sucesso militar de D. João de Noronha e Álvaro da Silveira contra *Mustafâ*, o *beylerbeyi* de Al-Hasâ' que havia atacado Bahrain em 1559 e a consequente resistência de Jalâl al-Dîn Murâd Maḥmûd (*CDP*, VIII, 1884, p. 372); sobre a campanha, Özbâran, «Bahrain in 1559: A Narrative of Turco-Portuguese Conflict in the Gulf», *Osmanlı Araştırmaları / The Journal of Ottoman Studies* III (1982), p. 91-104, reeditado em *The Ottoman response*, p. 179-188; Monik Kervran, *Bahrain in the 16th Century. An Impregnable Island*, Bahrain: French Archaeological Mission at Bahrain, 1988, p. 23-25; sobre *Hâdim* Solimão Pâşâ, Couto, «Les Ottomans et l'Inde portugaise», *Congresso Internacional Vasco da Gama e a Índia*, I, p.181-200, e *id.*, «No Rasto de *Hâdim* Suleimão», p. 483-508.

<sup>35</sup> Jean Aubin, «Per Viam Portugalensem: autour d'un projet diplomatique de Maximilien II», *Le Latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Lisbonne-Paris: Centre culturel Calouste Gulbenkian, CNCDP, 1996 p. 408, 412 et 431. A aliança estava ligada ao projecto de Maximiliano II de se entender com a Pérsia para atacar o Império otomano, plano que tinha tido a adesão de Ferdinando I da Hungria e de Filipe II; Gilles Veinstein, «Charles Quint et Soliman le Magnifique: le grand défi», in *Carlos V. Europeo y Universalidad. Los escenarios del Imperio*, III, Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlo V, 2001, p. 519-529.

Por outro lado, a Coroa de Portugal, endividada no início da década de 1560, dependendo dos empréstimos concedidos pelos mercadores italianos, sobretudo genoveses, à regente D. Catarina, que era «*debitore à diversi mercanti per circa dui milione d'oro*»<sup>36</sup> permanecia vulnerável às pressões italianas. Na realidade, se o endividamento pesava na balança, com a bancarrota a pairar sobre a Casa da Índia,<sup>37</sup> aspectos macroeconómicos explicavam também a necessidade de um reatamento das relações diplomáticas. Desde os anos de 1540 (mas mais provavelmente já na década de 1530), os Portugueses vinham a constatar com inquietação o aumento do tráfico de pimenta da Insulíndia em direção do Mar Vermelho, passando pelo arquipélago das Maldivas. O transporte era sobretudo organizado pelas redes de mercadores *Rūmī* / Gujarates, com a assistência logística do sultanato de Aceh.<sup>38</sup> Se bem que o volume dessas exportações continue a ser impossível de calcular com fiabilidade, devido à grande variação dos pesos, dos preços e à tipologia muito diversa das fontes narrativas, é sintomático que Gaspar e João Ribeiro, dois agentes portugueses, presentes em Veneza em Agosto de 1564, tivessem dado como chegados nesse ano ao Egipto 23 navios com 18.000 quintais de pimenta proveniente, em grande parte, de Aceh.<sup>39</sup> Realisticamente, Távora indicava então que era muita «a somma de speciaria que vem pelo mar Roxo ao Cayro e pelo de Ormuz a Bacora» e tudo levava a crer que o movimento continuaria a aumentar. Refere-se igualmente, em eco ao que atrás se disse, às dificuldades financeiras da Coroa, pois «as despesas de Vossa Alteza no negocio da India são mui grandes», de modo que «parecia ser o mais conveniente remedio a estes danos fazer Vossa Alteza pazes com o Turco», «(...) se se achasse modo e tal meo com que o Turco viesse em algum honesto acordo e sofredouro

<sup>36</sup> Cartas de Paulo Tiepolo, embaixador veneziano em Toledo, à *Serenissima*, em Oliveira, *Veneza*, p. 67 e anexos, doc. 114, p. 269, *ASV, Senato Secreto, Dispacci Ambasciatori, Spagna*, maço 2, fol. 26 [1.VI.1560], e maço 4, fol. 15 [12.III.1560], doc. 112, p. 268.

<sup>37</sup> Buescu, *D. Catarina*, p. 341.

<sup>38</sup> Sobre a questão veja-se Luís Filipe F. R. Thomaz, *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1998, especialmente p. 37-48; Dejanirah Couto, «Entre Confrontations et alliances: Aceh, Malaca et les Ottomans (1520-1568)», *Turcica. Revue d'études turques* 46 (2015), p. 22-27.

<sup>39</sup> Veja-se a transcrição do documento em Luís Filipe F. R. Thomaz, *Os Portugueses em Malaca*, vol. II, Tese de Licenciatura da Universidade de Lisboa, 1969, doc. 238, p. 438 esq. Assim como, *id.*, *A questão da pimenta*, p. 47, nota 197.

sem notável injúria parece faria gram serviço a Vossa Alteza quem procurasse e concluísse hua tal paz».<sup>40</sup>

Ignorando que a manutenção da paz e da estabilidade política dos «Territórios bem guardados» (*memālik-i mahrūse*) constituía um dos aspectos fundamentais da teoria e da *praxis* política do Império otomano,<sup>41</sup> mas ignorando também que a paz só tinha sentido para os Otomanos como trégua, pois o objectivo era de que a «morada do Islão» (*dār al-islām*) destruísse progressivamente a «morada da guerra» (*dār al-ḥarb* ou *dār al-ṣulḥ*), dominada pelos infiéis *ḥarbī*,<sup>42</sup> o embaixador duvidava de que o Sultão aceitasse o reatamento das negociações. A dúvida inscrevia-se na metonímia habitual que designava no Ocidente os Otomanos – o «Turco insolente e soberbo»,<sup>43</sup> cujo «crescimento nestas partes» não cessava de aumentar<sup>44</sup> – realçando o temor provocado pelas conquistas militares da Porta; convinha pois que este contacto se fizesse da maneira mais discreta possível, «sem entrepor o nome de Vossa Alteza»,

<sup>40</sup> CDP, IX, 1886, p. 135.

<sup>41</sup> Güneş İşiksel, *La diplomatie ottomane sous le règne de Selīm II: paramètres et périmètres de l'Empire ottoman dans le troisième quart du XVI<sup>e</sup> siècle*, Louvain: Peeters, 2016, p. 7-21.

<sup>42</sup> Henry Laurens, John Tolan, Gilles Veinstein, *L'Europe et l'Islam. Quinze siècles d'histoire*, Paris: Odile Jacob, 2009, p. 191; Maria Pia Pedani, *Dalla frontiera al confine*, Venezia: Herder Editrice, Università Ca' Foscari di Venezia, 2002, p. 10; Nicolas Melis, «Il concetto di ḡihād», *Dalla penna al mouse. Gli strumenti di diffusione del concetto di ḡihād*, Patrizia Manduchi (ed.), Cagliari: Università degli Studi di Cagliari, 2006, p. 34.

<sup>43</sup> Sobre a imagem antagonística dos Otomanos na Europa e a propaganda dos Habsburgos, veja-se, numa bibliografia abundante, o estudo clássico de Robert Schwoebel, *The Shadow of the Crescent: The Renaissance Image of the Turk (1453-1517)*, New York: St. Martin's Press, 1969; Karl Vocelka, «Das Türkenbild des christlichen Abendlandes in der frühen Neuzeit», *Österreich und die Osmanen*, Erich Zöllner e Karl Gutkas (eds.), Wien: Österreichischer Bundesverlag, 1988, p. 20-31; Clarisse Sophie Roche, *La frontière incertaine. Recomposition de l'identité chrétienne à Vienne au XVI<sup>e</sup> siècle (1523-1594)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Paris-Sorbonne, Universidade de Viena, 2015, p. 111; no Portugal do século XVI veja-se Cristovão Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, in *Colecção de livros inéditos da História Portuguesa dos Reinados de D. Affonso V (...)*, Correia da Serra (ed.), Lisboa: Academia Real das Sciencias, V, 1824, p. 340; Lopo de Sousa Coutinho, *Lyvro primeiro[segundo] do cerco de Diu, que os Turcos poseram à fortaleza de Diu (...)*, Coymbra: per Ioã Aluarez ymprimidor, 1566, Liv. II, cap. V, fol. 41: «(...) as intoleraveis maneyras dos Turcos»; Vasco Resende, «L'image de l'Islam dans la littérature portugaise des voyages du XVI<sup>e</sup> siècle: les itinéraires terrestres au Moyen-Orient», *Anais de História de Além-Mar VII* (2006), p. 107-196 e em especial, p. 172-175.

<sup>44</sup> CDP, IX, 1886, p. 136.

de modo a que a Coroa não viesse a sofrer de uma eventual recusa da parte de Selim II. Em resumo, a iniciativa não deveria parecer emanar da corte portuguesa, de modo a que, em caso de insucesso, o Rei de Portugal não ficasse mal visto. No caso de se reatarem as negociações, o embaixador sugeria «porque as rezões para isso são muitas» que o rei fosse da maior liberalidade com a Sublime Porta. Para tal, poder-se-ia favorecer os Otomanos, que dominavam já o Mar Vermelho e o Iraque do Sul, deixando-lhe a proveitosa «via de Baçora» «que inda que o Turco a não pedisse nós lha devíamos oferecer».<sup>45</sup> Surpreendente na sua formulação, esta proposição não era porém totalmente descabida de sentido se levarmos em conta o contexto geral, pois na sucessão das instruções diplomáticas dadas em duas versões a Duarte Catanho em 10 e 15 de Fevereiro de 1541 (seguindo-se outras a Diogo de Mesquita em 6 de Novembro do mesmo ano<sup>46</sup>) era evidente que D. João III tinha estado disposto a partilhar de algum modo a sua presença no Golfo Pérsico com os Otomanos, pois propunha-se fornecê-los de pimenta e outras especiarias em Baçora e encarava a possibilidade de uma circulação recíproca dos mercadores entre ambos os impérios.<sup>47</sup>

Todavia, em 1560, a prudência impunha-se, se atendermos ao fiasco das negociações na primeira metade do século. Távora sugeriu assim que se comunicasse primeiro a proposta a D. Catarina e que um contacto prévio fosse estabelecido, missão para o qual o mercador se afirmava ser competente graças aos amigos de que dispunha em Istambul, os quais serviriam de intermediários num contacto com o então Grão-Vizir Rüstem Pâşâ:

«(...) ele cardeal poderia mandar tentar pella via dalgum seu amigo destes que diz serem de Rustão Pâşâ pelo mais dissimulado modo que fosse possível se o Turco aceitaria tratar-se desta matéria sem dar nesta primeira pratica a

<sup>45</sup> *Ibid.*: «O que o cardeal Montepulchano apponta de vir a speciaría pello mar Roxo para com o proveito disso se persuadir o Turco as pazes, eu tenho aquella via e a de Bacora por tão proveitosa ao serviço de Vossa Alteza que inda que o Turco a não pedisse nós lha devíamos oferecer (...)».

<sup>46</sup> AN/TT, CC 1, 71, 28. Estas instruções constituem o tema de um artigo a ser publicado brevemente.

<sup>47</sup> CDP, IX, 1886, p. 136. Vejam-se a diferentes cláusulas das primeiras instruções de 1541, em duas versões dadas a Catanho, editadas em Couto, «Les contacts diplomatiques», nomeadamente p. 115 (cl.5 e 11) et p. 118 (cl.7 e 15). Em caso de sucesso, a Coroa portuguesa poderia capitalizar o benefício político a nível europeu, em relação aos Estados ocidentais, pelo que ficava assim soldada «toda despesa, todo trabalho, toda aventura e perigo».

entender era Vossa Alteza o que cometia, mas que aquelle que propusesse este negocio e o tratasse de tal maneira que pudesse fazer crer se movia pelo nelle pelo respecto e proveito do Turco e entendida a sua vontade poderia Vossa Alteza proceder pelos mesmos ministros ou pelos que lhe bem parecesse no effecto e conclusão do negocio (...)».<sup>48</sup>

Por outro lado, para além de servir os interesses de Veneza, a oferta de serviços de Giovanni Ricci destinava-se igualmente a trazer-lhe benefícios pessoais, inclusivamente económicos. Mesmo antes de mandar «criados seus a Constantinopla» apressara-se a «pedir procurações para a conclusão do negocio, creio que o effecto de dar a entender era elle soo o inventor deste serviço (...) e movendo o contrato que se podia fazer com mercadores (...)», o que levou Lourenço Pires de Távora, que o trata de «florentim», a adoptar uma atitude ainda mais reservada e prudente, incitando Giovanni Ricci a escrever à regente uma segunda versão da proposição de embaixada, carta que o cardeal enviou em 25 de Novembro de 1560.<sup>49</sup>

Em Janeiro de 1561, D. Catarina respondia à carta de Montepulciano rejeitando a retomada de negociações:

«(...) Não me pareceo deverse permitir que se trate dellas quando todos meus desejos e todos meus intentos naquelas partes da India, e em todas as que são de minha conquista são o serviço de Nosso Senhor e a exaltação de sua fee e fazer lhe nellas muitos e mui grandes (sic) [serviços] contra os enemigos della pera que eu espero nelle que sempre me de forças e poder como ate qui tem dado e deu (...)».

Como atrás se disse, no início dos anos 1560 a tensão política era grande em Portugal: num clima conturbado, a regente, compelida ou voluntariamente, estava em vias de renunciar ao poder, que abandonaria um ano mais tarde, vindo a ser substituída pelo cardeal-infante D. Henrique.<sup>50</sup> Além disso, como vimos, D. Catarina assegurou a continuidade da orientação política de D. João III, caracterizada por uma grande prudên-

<sup>48</sup> CDP, IX, 1886, p. 135.

<sup>49</sup> «E porque ele tem muito do florentim me pareceo não se devia proceder por agora tanto adiante e fazendo-lhe tornar a escrever outra carta diferente da que me mostrou para mandar a Vossa Alteza assentei com elle que não se devia pelo prezente tratar de mais (...)», CDP, IX, 1886, p. 135.

<sup>50</sup> Cruz, *D. Sebastião*, p. 89-99; Buescu, *D. Catarina*, p. 368.

cia, pela renúncia a veleidades expansionistas e pela prioridade dada à gestão avisada das possessões já existentes da Coroa, projetando mesmo renunciar às que lhe traziam demasiados encargos.<sup>51</sup> Algumas praças fortes marroquinas encontravam-se neste caso; figuras de primeiro plano, como o conde de Castanheira, advogavam o abandono de certas posições, enquanto outras, embora críticas da manutenção das fortalezas, opinavam no sentido de uma concentração de forças que permitissem ainda, por exemplo, uma conquista do reino de Fez.<sup>52</sup> Como quer que seja, a tensão política e militar manteve-se em Marrocos, e em 1561, embora fosse grande a preocupação com as actividades corsárias dos Otomanos e o seu avanço no Mediterrâneo central,<sup>53</sup> era a política norte-africana que se encontrava no vértice das atenções reais: um ano depois, em 1562, o cerco de Mazagão por Muḥammad ‘Abdallah al-Ghālib, o antigo governador de Fez (que conseguiu encobrir o seu desígnio de *Ġiḥād* através de uma pseudo-vassalagem aos Otomanos),<sup>54</sup> justificava amplamente esta orientação.

Se neste contexto, a recusa em retomar as negociações com a Porta se apresenta como compreensível, um outro aspecto do conteúdo da real resposta não deixa de chamar a atenção: em oposição clara à ideia de trégua com os Otomanos defendida por Lourenço Pires de Távora, sobressai uma «linha dura», quase anacrónica na sua expressão, refletindo uma certa crispação ideológica. Expressão de uma postura «habsburgo» da viúva de D. João III? Em vida do monarca, não é conhecida a sua implicação no processo de negociação com os Otomanos, mas assinalou-se a presença de D. Catarina junto do soberano logo que se tratava de «negócio de grave importância».<sup>55</sup> Essa presença tornou-se aliás mais efectiva após 1555; com a progressiva incapacidade física do rei, o despacho real até à sua morte foi sobretudo assegurado por Alcáçova Carneiro e pela Rainha.<sup>56</sup> Não é impossível também que o tom adoptado

<sup>51</sup> Maria Leonor Garcia da Cruz, «As controvérsias no tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África», *Mare Liberum* 13 (1997), p. 15-18 e 20.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 62, parecer do Conde de Castanheira (1534?) a favor de um abandono, e o de Francisco Pereira (1534), preconizando a concentração de forças e a conquista de Fez (*ibid.*, p. 62 e p. 107-115, doc. VIII). Sobre o abandono das praças, veja-se também Cardim, «A diplomacia portuguesa», p. 623.

<sup>53</sup> Ver a carta de D. João III requerendo o parecer de Cristóvão de Távora, em Garcia da Cruz, «As controvérsias», p. 88-89 (doc. I).

<sup>54</sup> Bernard Rosenberger, *Le Maroc au XVI<sup>e</sup> siècle. Au seuil de la modernité*, Seville: Fondation des Trois cultures, 2008, p. 136-139.

<sup>55</sup> Buescu, *D. Catarina*, p. 253, e nota 79, referindo-se a AN/TT, *Livraria*, ms. 616, t. I, cap. 2, fol. 18v°.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 335.



tenha também a ver com a influência de novos membros do conselho da regente, uma vez que os vultos notáveis da ainda ativa «velha guarda» do soberano, o vedor da Fazenda D. António de Ataíde, conde de Castanheira,<sup>57</sup> e Alcáçova Carneiro, tinham estado associados à fase das negociações da década de 1540.

Mas é verdade que o final da resposta da rainha esclarece fundamentalmente as razões da recusa em retomar o processo da negociação. Verifica-se assim que a rejeição esteve também ligada à péssima experiência da embaixada de Catanho, um malogro que não podia ser admitido, numa corte ideologicamente configurada na ideia de equilíbrio diplomático e de neutralidade – em suma, privilegiando a negociação.<sup>58</sup> Estava também em jogo o discernimento político de D. João III, que, de algum modo, fora iludido por um mercador italiano: «(...) se em tempo d'ElRei meu senhor se falou nellas foi por meio de hum genoes persuadido a isso por grandes couzas que lhe offerecia das quais se podião esperar grandes serviços de Nosso Senhor. Receberei de vos em singular prazer parecer vos bem esta minha determinação como sei que parecera pelas rezões que aponto (...)».<sup>59</sup> A desilusão encontra aliás o seu eco no anónimo *Memorial sobre as pazes* (1564?),<sup>60</sup> e, várias décadas depois, no desabafo tardio de Manuel de Sousa Coutinho (Frei Luís de Sousa), que nos seus *Anais de D. João III* declara: «(...) a nossa paz, chegando a termos entre a Turquia e Portugal se dava por feita, mas não sabemos que desvios teve, que nunca lhe vimos conclusão».<sup>61</sup>

### Manobras de Aceh: novas embaixadas à Porta otomana (1563)

Todavia, como veremos mais longe, Portugal acabou por reatar negociações com a Sublime Porta em 1562-1563. Num curto lapso de tempo – três anos apenas após a rejeição de D. Catarina – a probabilidade é forte de que a decisão tenha estado ligada à já referida nova conjuntura económica que se desenvolvia no Índico, caracterizada pelo acréscimo da chegada das cargas de especiaria ao Mar Vermelho, transportadas pelas

<sup>57</sup> Sobre esta importante figura do aparelho de estado, Maria Leonor Garcia da Cruz, *A governação de D. João III: a fazenda real e os seus vedores*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001, p. 49-50.

<sup>58</sup> Veja-se Cardim, «A diplomacia portuguesa», p. 640.

<sup>59</sup> CDP, IX, 1886, p. 154.

<sup>60</sup> AN/TT, *Colecção São Vicente*, III, fol. 306.

<sup>61</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1954, II, p. 215; Couto, «Itinéraire d'un marginal», p. 35, e nota 84.



redes mercantis *Rūmī*/Gujarates e destinadas ao mundo muçulmano levantino e balcânico. Ora este incremento das exportações de pimenta traduziu-se simultaneamente por uma ofensiva diplomática do sultanato de Aceh em relação à Porta, solicitando vários tipos de armamento aos Otomanos, aparentemente para combater os Portugueses de Malaca, mas na realidade para levar a cabo o seu plano regional de hegemonia política e militar na Insulíndia contra diversos reinos do estreito de Malaca e da ilha de Sumatra.<sup>62</sup>

Esta política expansionista acompanhou-se de uma nova sucessão de embaixadas de Aceh a Istambul. Uma primeira delegação, viajando a bordo de um navio com «gavea e sobregavea»,<sup>63</sup> bem artilhado com cerca de 50 canhões de bronze, chegou às margens do Bósforo em Junho de 1562, conforme assinalado pelo *baile* de Veneza nesta cidade. Mas tratou-se de uma viagem atribulada, na medida em que a embarcação fora interceptada por Jorge de Moura e Pedro Lopes Rebelo em Março/Abril de 1561 perto de Caxem (*Kishn*), pequeno porto na costa do Hadramaute. A nau não era desconhecida dos Portugueses, pois sabiam que tinha feito pelo menos uma viagem a Meca no ano anterior, e que arribara em seguida a Tenassarim devido ao mau tempo.<sup>64</sup> Dali repartira em Janeiro de 1561.<sup>65</sup> Diogo do Couto, que relata pormenorizadamente a viagem da embaixada, diz-nos que a delegação transportava um tesouro de 200.000 *cruzados* em ouro e pedraria e um palanquim destinados a Solimão o Magnífico. O riquíssimo presente era escoltado por soldados *Rūmīs*, Fartaques e Abissínios. Na confusão do combate naval com os portugueses, o navio que transportava o tesouro foi incendiado, mas não afundado, embora o tesouro tenha desaparecido nas águas do Índico.<sup>66</sup>

<sup>62</sup> Para uma discussão geral, veja-se Couto, «Entre confrontations», p. 3-32; Jorge Manuel dos Santos Alves, *O domínio do norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, p. 160-169.

<sup>63</sup> Diogo do Couto, *Asia. Década Sétima*, Lisboa: Na Regia Oficina Typografica, 1782, vol. II, liv. X, cap. III, p. 453. Tratava-se de um navio com gávea (vela) alta e gáveas dobradas, por conseguinte do tipo nau ou galeão: Humberto Leitão e J. Vicente Lopes, *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual*, Lisboa: CEHCA, Edições culturais da Marinha, 1990, p. 288 e 485.

<sup>64</sup> AN/TT, CC 1, 105, 139 [*Notícias de Constantinopla* [Istambul, 22.VII.1562]].

<sup>65</sup> Diogo do Couto, *Asia. Década Sétima*, vol. II, Liv. X, cap. III, p. 453. Não é impossível que o navio pertencesse a Ḥwāḡa Ṣafar Salmān, dado que a sua frota frequentava regularmente este itinerário marítimo.

<sup>66</sup> AN/TT, CC 1, 105, 139; «*Memoria d'algumas circunstancias relativas a D. Francisco Coutinho, Vice Rei da India*», *Archivio Segreto Vaticano, Nunziatura Apostolica Lisbonna*, n° 50, fols. 33-44v°, fol.39 (o extracto referindo este episódio foi editado por

O pormenor importante é que os dois embaixadores de Aceh, Hüseyn e 'Ömer,<sup>67</sup> escaparam, e conseguiram chegar a Istambul a 12 de Junho de 1562.<sup>68</sup> Nicolas Vatin diz-nos que Hüseyn e 'Ömer devem ter voltado a Aceh algumas semanas depois, em todo o caso no Verão de 1562.<sup>69</sup> Terá sido esta a embaixada assinalada por dois agentes de Filipe II em Istambul (Adam de Franchi, membro da rede de espionagem do genovês Juan Maria Renzo de San Remo e Juan Augusto Gilli, aliás Giovanni Agostino Gigli),<sup>70</sup> numa correspondência de 23 de Abril e 19 de Junho de 1563 inserida numa *Relación de cartas de Adam de Franchis y Juan Aug(ust)o Gilly?*<sup>71</sup> Uma embaixada de Aceh é igualmente referida numa outra carta,

---

Alves, *O Domínio*, p. 274 (doc. nº13). Descrição da batalha naval e do desaparecimento do tesouro em Couto, *Asia. Década Sétima*, vol. II, Liv. X, cap. III, p. 452-459.

<sup>67</sup> Segundo Alves, «From Istanbul with Love: Rumors, Conspiracies and Commercial Competition in Aceh Ottoman-Relations, 1550s to 1570s», *From Anatolia to Aceh: Ottomans, Turks and Southeast Asia*, Andrew Peacock e Annabel Teh Gallop (eds.), Oxford: Proceedings of the British Academy, Oxford University Press, 2015, p. 12, Hüseyn é a identificar com Rāja Husayn, o segundo filho do sultão de Aceh 'Ala ad-Dīn Ri'ayat Syah al Kahar. 'Ömer foi enviado em 1568 em missão secreta a Malaca a fim de assassinar o capitão D. Leonis Pereira (1567-1570) e de destruir o paiol da fortaleza. Descoberto por este, confessou ter sido embaixador em Istambul e foi imediatamente executado e esquartejado. Os pedaços do corpo foram enviados a Aceh (Diogo do Couto, *Asia. Década Oitava*, Lisboa: Na Regia Oficina Typografica, 1786, cap. XXII, p. 139-140).

<sup>68</sup> Claudia Römer e Nicolas Vatin, «Aceh et la Porte dans les années 1560», *Turcica* 46 (2015), p.65. Alves, «From Istanbul», p. 9, nota 32, identificou esta embaixada de 12 de Junho de 1562 à assinalada como chegada da *Baja India* ao Cairo, e a que se referem os espões Franchi e Gilli numa *Relación de cartas* de 23 de Abril e 19 de Junho de 1563. Todavia, o documento que utilizou (a *Relación de cartas* de Franchi e Gilli, ver *infra*) é de 1563 e não de 1562; o estilo aponta para um acontecimento recente e não do ano anterior.

<sup>69</sup> Veja-se Römer e Vatin, «Aceh», p. 65.

<sup>70</sup> A rede foi apresentada por Emilio Sola, *Turcos y Portugueses en el Índico*, [www.archivodelafrontera.com](http://www.archivodelafrontera.com) p. 4-9. Uma carta do rei de Espanha ao Vice-Rei de Nápoles sobre a organização dos seus serviços secretos em Istambul (AGS, Estado 1052, fol. 89 [de Madrid, 20.I.1562], indica o nome dos agentes no final do documento e o montante do pagamento de Franchi, dado como «genovês cristão» (Sola, *ibid.*, p. 4, di-lo castelhano); actividade da rede com menção dos salários dos agentes em Enrique García Hernán, «The Price of Spying at the Battle of Lepanto», *Eurasian Studies* 11 (2003), p. 237. Sobre a rede e a carreira de Renzo, ver Emrah Safah Gürkan, *Espionage in the 16<sup>th</sup> Century Mediterranean: Secret Diplomacy, Mediterranean Go-betweens and the Ottoman Habsburg Rivalry*, tese de doutoramento em História, Washington: Universidade de Georgetown, 2012, p. 267-276.

<sup>71</sup> AGS, Estado, Legajo 486, doc. 105, em Emilio Sola, *Sobre Turcos y Portugueses en el Índico: la gran actividad informativa de Adam de Franchis en el verano de 1563*, [www.arquivo delafrontera.com](http://www.arquivo delafrontera.com), p. 5-6, doc.1.

inserida numa segunda *Relación de cartas de Adam de Franchi a su magestad*, datada do bairro de Pera, em Istambul, de 2 de Julho de 1563.<sup>72</sup> Ou a embaixada referida nestes dois relatórios de espionagem é apenas a seguinte, chegada a Istambul em 1563? Acreditamos nesta última hipótese. Na segunda carta enviada de Pera, Adam de Franchi menciona a chegada de «três embaixadores eunucos» enviados pelo «rei de Escir», uma «ilha das dimensões da Inglaterra situada na região das Índias» com presentes «de pouco valor». Segundo Franchi, tinham sido recebidos em 22 de Junho de 1563.<sup>73</sup> O que é certo é que os embaixadores de Aceh estavam de volta a Istambul no Verão de 1563.<sup>74</sup>

Segundo um outro relatório anónimo de espionagem (*Relación de uno de los que avisan a Vuestra Majestad*) redigido a 21 de Julho de 1563 em Istambul (e dirigido a Filipe II igualmente), uma embaixada foi recebida *a besar las manos al Turco*, a 6 de Julho de 1563.<sup>75</sup> O «embaixador da Índia» era na realidade uma fusão de duas pessoas, que sabemos ser Hüseyn e Ömer. Ao despachar a delegação, Selim II, em resposta ao que lhe tinha sido solicitado (o envio de mestres de artilharia para que *hagan pólvora, y salitre y las demás cosas necesarias*) tinha aceite, após uma primeira recusa, enviar a Aceh 25 artilheiros, munições, mestres em construção naval, e dois «engenheiros», provavelmente para vigiar a manufactura e a utilização da artilharia, mas talvez também para a organização de estruturas de cerco.<sup>76</sup> Aparentemente tinha igualmente

<sup>72</sup> No nosso artigo, «Entre confrontations», p. 37, mencionámos apenas esta *Relación de cartas* do 2 de Julho de 1563 e não a *Relación de cartas* de 23 de Abril e 19 de Junho de 1563. Veja-se *ibid.*, p. 37, nota 134, e *supra*, nota 68.

<sup>73</sup> AGS, Estado, Legajo 486, doc. 104, em Sola, *Sobre Turcos y Portugueses*, p. 7, doc. II. A referência a «eunucos» pode resultar de uma confusão do copista (mas também não é impossível que os embaixadores o fossem). A fonética de «Aceh» permitiria que ao ouvido de um italiano ou espanhol soasse como «Escir».

<sup>74</sup> Römer e Vatin, «Aceh», *Documents (Mühimme Defteri*, doravante apenas Mxt 270, p.102vº) p. 82, e ainda p. 65.

<sup>75</sup> Dada por esta *Relación de uno de los que avisan a Vuestra Majestad* (AGS, Estado, Legajo 486, doc. 108, em Sola, *Sobre Turcos e Portugueses*, p. 8, doc. III).

<sup>76</sup> AGS, Estado, Legajo 486, doc. 104, em Sola, *Sobre Turcos y Portugueses*, p. 7, doc. II (passagem do documento codificada); sobre as obras de cerco, Roger Lee Pessoa de Jesus, *O segundo cerco de Diu. Estudo de História política e militar (1546)*, Dissertação de Mestrado, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012, p. 46. É conhecido o caso dos cinco engenheiros otomanos recrutados por Hwāğa Şafar em Istambul para o cerco de Diu e cujo pagamento orçava em 300 cruzados por mês (carta de D. João de Castro ao rei, de 16.XII.1546, em *Obras completas de D. João de Castro*, Luís de Albuquerque e Armando Cortesão (eds.), Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1976, vol. III, p. 303; Jesus, *O segundo cerco*, p. 42-43; Couto, «Entre confrontations», p. 38.

prometidos navios.<sup>77</sup> Um destes dois «engenheiros» estava incumbido de uma missão de espionagem, pois devia enviar um relatório à Sublime Porta sobre o melhor caminho marítimo entre Aceh e o Mar Vermelho, evitando as zonas frequentadas pelas esquadras portuguesas.<sup>78</sup> Selim teria também dado ordem aos seus governadores para não entravar o retorno dos embaixadores a Aceh.<sup>79</sup> Todo o processo relatado por este último espião anónimo é confirmado pela documentação da chancelaria otomana publicada por Nicolas Vatin, pois a «Ordem augusta» registada no 15 *zī-l-ka'de* 970 (6 de Julho de 1563)<sup>80</sup> ordenava aos *beys* e *kādī* do itinerário de Alexandria até Ğedḍāh e de Ğedḍāh até aos portos do Yémen que dessem um salvo-conduto e facilitassem a viagem de retorno dos dois embaixadores, Hüseyin e 'Ömer, identificados pelos respectivos nomes. Isto significa que a ordem foi imediatamente emitida após a rotineira audiência que precedia geralmente a partida dos embaixadores.<sup>81</sup>

### Para enfrentar Aceh: reatamento das relações diplomáticas luso-otomanas em 1563

No momento em que esta última embaixada de Aceh chegava a Istambul, uma nova embaixada de Portugal já aí se encontrava. Era encabeçada por um certo Nicolo Pietro Cochino, genovês como Duarte Catanho, sem que saibamos se era natural de Génova ou das suas colónias mediterrânicas (Catanho era de Chios). A alcunha «Cochino» remete obviamente para uma estadia em Cochim, onde tinha vivido, comerciado e estado em contacto com os Portugueses, antes de ser credenciado como embaixa-

<sup>77</sup> Segundo o agente anónimo de Filipe II, a embaixada de Aceh tinha embarcado em 10 de Julho para o Cairo e dali devia dirigir-se para «Balsavan» (Baçora) onde esperavam 10 galeras equipadas, prometidas por Solimão. Todavia os navios só seriam autorizados a partir depois de firmado o tratado diplomático: AGS, *Estado, Legajo* 486, doc. 108, em Sola, *Sobre Turcos e Portugueses*, p. 8, doc. III: «(...) Pero que no se mueva con las dichas galeras hasta que sea amistad del dicho Rey. (...) Y pudiendo haber las dichas galeras, irá con ellas. Si no se partirá sin esperarlas»; Couto, «Enre confrontations», p. 38.

<sup>78</sup> AGS, *Estado, Legajo* 486, doc. 108, em Sola, *Sobre Turcos e Portugueses*, p. 8, doc. III. A passagem do documento é codificada.

<sup>79</sup> *Ibid.*: «(...) y a mandado a todos sus gobernadores que le dejen pasar libremente y sin impedimiento alguno». Passagem em código igualmente.

<sup>80</sup> O documento não indica a data de expedição, mas a ordem seguinte, destinada ao *kādī* de Jerusalém, foi enviada a 23 do *zī-l-ka'de* 970 (14 de Julho de 1563): Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 102 vº), p. 82-83.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 82-83 (transliteração em turco otomano e tradução).

dor em Istambul entre 1563 a 1564, num processo de recrutamento de que desconhecemos os trâmites.<sup>82</sup> Mas em finais de 1561 e início de 1562, há indícios de que Cochino esteve implicado no resgate de um personagem destinado a fazer parte da elite governativa otomana, o futuro grande-almirante (*kapudan-ı deriyā*) e Grão-Vizir (*şadr a'zam*) Scipião Cicala, aliás Ğighālāzāde Yūsuf Sinān Pāšā. Genovês de origem, Cicala havia sido capturado (assim como o seu pai, Visconde Cigala), no Outono de 1561 pelos corsários de Tripoli, e mais concretamente por um dos mais célebres de entre eles, o otomano Drağut (Ṭorğud Re'īs).<sup>83</sup> Todavia, se o envolvimento do futuro embaixador no resgate de um personagem como Cicala foi efectivo, isto indicaria que antes da sua acreditação pela Coroa portuguesa, circulou – como muitas outras figuras mediterrânicas do seu século – entre a Cristandade e o Islão.<sup>84</sup> As suas origens genovesas, que partilhava com Cicala, e talvez a frequência dos mesmos meios mercantis e económicos e outros espaços de sociabilidade mediterrânicos, poderiam explicar, em parte, o seu envolvimento no processo de resgate.

Cochino ainda se encontrava em Istambul depois do cerco de Malta em 1565. É nesta data que se assinala ter deixado a cidade, viajando para Messina em companhia de um outro famoso corsário otomano, 'Alī Porṭuk.<sup>85</sup> Confirma-se igualmente que continuou ligado à alta administração portuguesa, pois voltou mais tarde à Índia, sendo nomeado pri-

<sup>82</sup> Assina já a sua carta de 29 de Outubro de 1563 (voir *infra*) sob o nome de Nicolo Pietro Cochino.

<sup>83</sup> Sobre Cigala veja-se Miguel A. Bunes (Ibarra) e Evrim Türkçelik, «16.Yüzyıldan 17. Yüzyıla geçerken Osmanlı İmparatorluğu ile İspanya krallığı arasında Akdeniz'de çatışma», *Harp ve Sulh. Avrupa ve Osmanlılar*, Dejanirah Couto (ed.), İstanbul: Kıtapyayınevi, 2009, p. 185-201; Levent Kaya Ocakaçan, «Cigalazade Yusuf Sinan Pasha (1545-1606)», *Mediterranea. Recherche Storiche* XXXIV (2015), p. 325-341 e 327-328 (antes da carreira otomana). Prova do seu estatuto na sociedade istambuliota, Ğighālāzāde deixou inclusivamente o seu nome ligado ao bairro de Cağaloğlu, um dos mais populares de Istambul.

<sup>84</sup> Couto, «Au-delà des frontières: réseaux d'espionnage portugais dans le Levant méditerranéen et dans l'océan Indien au XVI<sup>e</sup> siècle», *La Frontière Méditerranéenne du 15<sup>e</sup> au 17<sup>e</sup> siècle : échanges, circulations et affrontements*, Bernard Heyberger e Albrecht Fuess (éds.), Turnhout: Brepols, 2014, p.233-252, assim como as diversas contribuições do mesmo volume.

<sup>85</sup> *AGS, Estado, legajo* 1054, doc. 31 et *legajo* 1129, doc. 164. Ver igualmente Sola, *Sobre Turcos y portugueses*, p. 20 e nota 39. Esta partida pode estar ligada a uma missão de espionagem ao serviço dos Otomanos que possuíam então vastas redes no Mediterrâneo: Emrah Safah Gürkan, «L'idra del sultano. Lo spionaggio ottomano nel Cinquecento», *Mediterranea. Ricerche storiche* XIII (2016), p. 453 sq.

meiro Provedor da Casa da Índia em 3 de Julho de 1578;<sup>86</sup> em 8 de Abril de 1582, Filipe II gratificava-o com um cargo prestigioso, o de Vedor da Fazenda, e encarregava-o de comprar em Cochim 30.000 quintais anuais de pimenta em seu nome.<sup>87</sup> Em 1602 era ainda Provedor da Casa da Índia.<sup>88</sup>

### A audiência de Cochino em 1563 e a chegada da missão rival de Teixeira de Azevedo

Voltemos à missão de Cochino em Istambul: dispomos de uma carta sua enviada a D. Álvaro de Castro, então embaixador em Roma, de Pera, bairro istambuliota onde residiam as colónias cristãs e as embaixadas estrangeiras, em data do 29 de Outubro de 1563.<sup>89</sup> Nela declara ter recebido cartas (que ele tinha traduzido pessoalmente)<sup>90</sup> do rei e de D. Álvaro, dirigidas a «Adali Bassa», ou seja, ao Grão-Vizir 'Alī Pāšā Semīz.<sup>91</sup> Deixa também entender que tinha estado em Istambul no ano anterior onde fora provavelmente recebido pelo Grão-Vizir, como decla-

<sup>86</sup> AN/TT, Chancelarias de D. Sebastião e de D. Henrique, *Doações*, Liv. 43, fol. 41.

<sup>87</sup> AN/TT, Chancelaria de Filipe I (II), Liv. 6, fols. 37-38. Sousa Viterbo, *O tesouro do rei de Ceilão*, Lisboa: Memórias da Academia das Ciências, 1904, t. 10, p. 57-58, dá a data de 8 de Abril. Subramanyam, «A Matter of Alignment: Mughal Gujarat and the Iberian World in the Transition of 1580-1581», *Mare Liberum* 9, 1995, p.464, indica apenas «later to be vedor da Fazenda in Cochin», mas refere-se a ele de modo mais pormenorizado em «The Trading World of the Western Indian Ocean, 1546-1565: a Political Interpretation», *A Carreira da Índia*, p. 218-219. Sobre o reinado de Filipe II, Henry Kamen, *Filipe I. O rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

<sup>88</sup> Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia: Contributo ao estudo da história da administração e do comércio do Ultramar português nos princípios do século XVII*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1952, p. 48-49.

<sup>89</sup> *As Gavetas*, 1975, XI (*Gav.* XX, 13-49), p. 102-104.

<sup>90</sup> A afirmação é algo surpreendente, mas pode-se compreender por uma razão de desconfiança ou pela estrutura primitiva da embaixada portuguesa, uma vez que os embaixadores dependiam fortemente dos seus tradutores: Ella-Natalie Rothman, *Brokering Empire: Trans-Imperial Subjects between Venice and Istanbul*, Ithaca & London: Cornell University Press, 2012, p. 165-188.

<sup>91</sup> E não dirigidas a Rüstem Pāšā, como indicado por Subrahmanyam, «The Trading World», p. 219, pois o segundo mandato de Rüstem terminou em 10.VII.1561. Sobre 'Alī Pāšā Semīz, importante personagem na corte otomana, cujo poder político esteve na origem da sua grande fortuna, consultar Baki Tezcan, *Searching for Osman: a Reassessment of the Deposition of Sultan Osman II (r.1618-1622)*, tese de doutoramento de história, Princeton: Universidade de Princeton, 2001, p. 147-148.



ra D. Álvaro de Castro na sua correspondência com Lourenço Pires de Távora, em 15 de Fevereiro de 1563.<sup>92</sup>

Embora a sintaxe e a ortografia desta carta em italiano seja bastante confusa, e a transcrição do documento (editado nas *Gavetas da Torre do Tombo*) implique vários pontos de interrogação, compreende-se que Cochino tinha recebido um salvo-conduto otomano, concedido por 'Alī Pāšā Semīz aquando da sua estadia em Istambul em 1562, mas que o documento fora roubado por ladrões (*rapionari*) durante uma viagem ao Languedoc, onde, conforme diz, tinha sido detido por Huguenotes. Liberado em 1563 (sem que se saiba a data exacta), voltou a Istambul munido de uma carta do rei de Portugal. À sua chegada, 'Alī Pāšā Semīz admoestou-o pela perda do salvo-conduto,<sup>93</sup> mas isso não o impediu de ser recebido em audiência, como indicam as cartas de Solimão *Ḳanūnī* a D. Sebastião às quais nos referiremos em seguida.

A atrás mencionada carta de Cochino a D. Álvaro de Castro comporta uma outra informação importante para se compreender o contexto desta audiência: a da chegada a Istambul de um funcionário do *sancāḳ* de Suez, que vinha pedir um salvo-conduto para «dois embaixadores do rei de Portugal» (chegados da Índia), um dos dois vindo provavelmente da parte do Vice-Rei, notícia que causou evidente consternação ao embaixador acreditado, que se apressou a reiterar a D. Álvaro de Castro o carácter oficial da sua missão.<sup>94</sup>

Por outro lado, Cochino estava também ao corrente da embaixada de Aceh, pois refere a presença em Istambul, alguns meses antes, de uma embaixada da «Índia» (na realidade de Aceh).<sup>95</sup> As suas informações

<sup>92</sup> CDP, X, 1891, p. 82. Cochino estabeleceu um contacto informal com 'Alī Pāšā Semīz, pois não estava então credenciado, como indica D. Álvaro na sua carta.

<sup>93</sup> As *Gavetas*, 1975, XI (XX, 13-49), p. 104. Estas peripécias explicam a razão pela qual em AGS, *Estado*, Legajo 1127, doc. 131, se situa a sua chegada ao início de 1563. Sobre os salvos-condutos, İşıksel, *La diplomatie*, p. 21-22; Pedani, *Dalla frontiera*, p. 101-102.

<sup>94</sup> As *Gavetas*, 1975, XI (XX, 13-49), p. 104: «(...) mi dissei sono giorni assai che vene un turco dal San Giaco di Sues domandando un salvo che possano venire doi ambassatori del re di Portugal so ritrovano in esso loco cio e honno di venir qui a tratar pace e l'altro restare in esso loco (...).» E mais longe: «Io non mancherò sollicitar la mia expeditione S<sup>do</sup> la desideramo acio che q<sup>o</sup> negocio so facia per meso di V.Ex<sup>a</sup> e mio (...) il piu che mi despiace e che so q<sup>o</sup> ambassador vene per q<sup>o</sup> effeto costoro vedendo che so vene da doe parte per una medema cosa (...).»

<sup>95</sup> Giancarlo Casale assinalou esta carta de Cochino a D. Álvaro de Castro de 29.X.1563, no seu artigo «'His Magesty's Servant Lutfi'. The Career of a Previously Unknown Six-

diferiam ligeiramente das mencionadas pela *Relación de uno de los que avisan*. Por exemplo, a composição da delegação dos «indianos» não era conhecida do embaixador, o qual, uma vez finalizada a sua carta, se preparava para ir obter informações junto dos seus contactos. Todavia já era do seu conhecimento que a delegação de Aceh tinha trazido um presente de 50 pérolas de grande valor para o Sultão, e de 20 pérolas para o Grão-Vizir ‘Alī Pāṣā Semīz.<sup>96</sup> Sempre prudente na sua política externa, sobretudo quando se tratava de contactos com potências longínquas e exóticas, mas pressionada pelos pedidos dos embaixadores de Aceh, a Sublime Porta tinha-se limitado, segundo Cochino, a disponibilizar 10 fundidores de canhões.<sup>97</sup> É neste contexto diplomaticamente complicado – presença de duas embaixadas portuguesas rivais em Istambul, confrontadas com os efeitos políticos das sucessivas delegações de Aceh, que Cochino foi recebido em audiência. Podemos situá-la na primeira metade de Novembro de 1563, pois são desse momento as cartas que a mencionam, enviadas pelo sultão Otomano a D. Sebastião.

### As cartas de Solimão *Ḳanūnī* a D. Sebastião

Para uma ainda melhor contextualização desta audiência e dos interesses a ela ligados, é necessário fazer apelo às duas cartas oficiais (*tebyiz*) de Solimão a D. Sebastião do período de 1563. Estes originais, datados respectivamente de 18-27 *Ḳasım* 971 (18-27 Novembro 1563), e de 7-16 *Aralık* 971 (7-16 Dezembro 1563) conservam-se nos Arquivos da Torre do Tombo e foram editados por Salih Özbaran em 2010, com translitera-

---

teenth-Century Ottoman Envoy to Sumatra based on an Account of his Travels from the Topkapı Palace», *Turcica* 37 (2005), p. 49, nota 7, e pensou que a embaixada de Aceh a que esta se refere datava de 1562; mas a expressão «*Gli indiani sono qui venuti gli mesi passati*» na mencionada carta indica que, como se disse em nota anterior, a embaixada teve lugar no Verão de 1563 e não em 1562. O embaixador declara contudo que estes «indianos» «*sono tributarii di sua maiesta*», o que é manifestamente um erro de Cochino. Agradecemos a Levent Kaya Ocakaçan a releitura do documento.

<sup>96</sup> A embaixada de Aceh teria pois chegado em Junho de 1563 e partido em 6.VII.1563 como atrás se disse; embora as datas não coincidam perfeitamente com as de Cochino, este também faz partir a embaixada no Verão: «(...) *sono mesi doi que si partirno de qui non e niuno che mi sapia dire la terra loro spero bene di saperlo*», *As Gavetas*, 1975, XI (XX, 13-49), p. 104.

<sup>97</sup> *Ibid*, p.104: «(...) *et non pono piu soportargli fra tante cosse che gli domandorno no hano potuto ottenere che X fondatori d'artegliaria*». A informação, como vimos, não era inteiramente fidedigna pois o Sultão tinha-se comprometido a enviar uma ajuda mais diversificada.



ção do turco otomano, tradução em turco moderno, e um comentário sobre as relações luso-otomanas, mas sem menção de cota dos documentos, numa revista turca de vulgarização histórica, *Toplumsal Tarih*, sob o título «*Osmanlı Sultanından Portekiz Kralına 'Nâme-i Hümâyûn eğer istersen 'Sulh' ve 'Salah'!*» (Cartas imperiais do sultão otomano ao Rei de Portugal se quiserdes «Paz» e «Concordia»!).<sup>98</sup> Note-se também que Salih Özbaran efectuou ele próprio a *datatio* da primeira carta de 18-27 *Kasım* 971 (18-27 Novembro 1563) – que não figura no documento original otomano – este último mencionando unicamente a *locatio*: «[dado] na escrevaninha do Mais Alto Sultão e Califa do Profeta, em Constantinopla».<sup>99</sup>

Enriquecidas do monograma do sultão (*tuğra*), iluminado a poalha dourada, são ambas redigidas no estilo clássico da chancelaria otomana do século XVI. Todavia, se pensarmos nas cartas de Solimão dirigidas a Francisco I de França, por exemplo, verificamos que a titulação do Sultão em caligrafia *thuluth* precedendo a *tuğra* não figura na correspondência com o rei de Portugal. A *tuğra*, redigida em caracteres *naskhî*, desenvolve-se, no estilo canónico da chancelaria otomana, apresentando, na sua base, o nome do sultão (*sere*) «*Süleymanşâh bin Selimşâh Hân el-muzaffer dâimâ*» (Solimão o filho de Selim sempre vitorioso). Esta *tuğra*, é todavia simples, sem decorações florais ou pequenos «s» estilizados (evocando as nuvens *tchi* de inspiração timurida e chinesa), no interior do *beyze* (os largos círculos que se desenvolvem à esquerda da titulação, em prolongamento do *sere*). Dado que a carta é uma resposta a uma troca de correspondência em curso, o texto não inclui todas as secções habituais dos diplomas imperiais.<sup>100</sup> No caso presente, a *tuğra* é imediatamente seguida da *du'â'* (*salutatio*, mas que pode ser igualmente *invocatio*),<sup>101</sup> que introduz o *nakil* (*narratio*), seguindo-se o *hükum* (*dis-*

<sup>98</sup> Salih Özbaran, «Osmanlı Sultanından Portekiz Kralına "Name-i Hümâyûn" eğer istersen 'Sulh' ve 'Salah'!», *Toplumsal Tarih* 204 (Arahk 2010), p. 8-25.

<sup>99</sup> «*Be-makâm-ı Dârü's-saltanatü'l aliyye ve'l-Hilâfetü'n-nebiyye Kostantiniyye el mah-miyye*». Todavia o rascunho desta carta no *Mühimme* de Viena de Áustria permite reter a data. Ver mais adiante o nosso comentário sobre os rascunhos preservados no *Mühimme*.

<sup>100</sup> Sobre outros exemplos deste tipo de correspondência onde o sultão entra sem preâmbulos na questão, veja-se, por exemplo, o ultimato enviado a Veneza em 1570 antes da campanha de Chipre, ou a carta de Selim II a Maximiliano II pedindo a «restituição» de Bogdan IV Lăpuşneanu, voivoda da Moldávia refugiado nos territórios do Imperador (entre 1568-1572), em İşiksel, *La diplomatie*, p. 44.

<sup>101</sup> Muito semelhante à que é utilizada na carta a Francisco I (1547), embora muito mais sucinta. Em ambos os casos é utilizada a fórmula «Que Deus lhe conceda um fim feliz!» (Que Dieu (...) lui accorde une fin heureuse!) (Baron I. de Testa, *Recueil des*

*positio*)<sup>102</sup> e a *locatio*, apresentando-se ambos os textos em caligrafia *divanî* a tinta negra. Há algumas palavras ilegíveis no texto da primeira carta do 18-27 *Ḳasım* (18-27 Novembro 1563), devido a uma mancha de tinta que se estendeu verticalmente no centro da folha, e ao longo da marca da dobragem do documento. As cartas foram enviadas, seguindo o protocolo regendo a correspondência com potências de primeira categoria, num estojo de ouro encerrado numa bolsa de brocado.<sup>103</sup>

Estes dois originais otomanos de Lisboa fazem parte de um maço de quatro cartas em «caracteres árabes» (é assim que são assinaladas pelo arquivista da Torre do Tombo) e são acompanhados das respectivas traduções italianas.<sup>104</sup> A primeira das duas traduções não é datada, mas como veremos adiante, dado o conteúdo, e a comparação com um outro texto otomano, podemos determinar a cronologia e identificar o seu autor. A segunda, datada de 14 de Novembro de 1563, é assinada pelo chefe dos dragomãos (*baṣtercūman*), os intérpretes e tradutores do *divān* imperial (*divān-ı hūmāyūn tercūmanı*). Trata-se de Ibrahim Bech, ou seja, Ibrahim Bey, aliás Joachim Strasz, aristocrata polaco da família de Straszówna, cunhado de András Dudith, célebre humanista e embaixador residente de Maximiliano II em Varsóvia. Strasz, *interpretes major*

---

*Traités de la Porte Ottomane avec les Puissances Etrangères*, I, 40-41; texto italiano em Giuseppe Molini, *Documenti di storia italiana copiati su gli originali autentici e per lo più autografi esistenti in Parigi*, Firenze: All 'Insegna di Dante, II, 1836-1837, n° CCCCXXX.

<sup>102</sup> O *Hükum* indica geralmente a satisfação do sultão em relação à postura submissa dos enviados: Mübahat S. Kütükoğlu, *Osmanlı Belgelerinin Dili (Diplomatik)*, İstanbul: Kubbealtı Akademisi Kültür ve San'at Vakfı, 1994, *passim*.

<sup>103</sup> Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 204 v°), p. 83-84. D. Sebastião recebe a carta num *altın kozalaḳ*. A forma do estojo podia variar: Francisco I de França e o rei da Polónia recebiam estojos em forma de pinha em ouro (*altın* ou *altun kozalaḳ*); outros tipos de documentos eram inseridos em simples estojos de prata (*kozalaḳ*). Com a excepção do príncipe da Transilvânia Sigismundo Jan Zápolya, os vassalos não recebiam documentos em bolsas de seda bordadas e os estojos eram apenas de prata: İşiksel, *La diplomatie*, p. 45-46.

<sup>104</sup> A Porta enviava geralmente as suas missivas aos monarcas ocidentais com traduções ou em italiano ou latim. Ambas as traduções italianas destas cartas foram editadas em *As Gavetas*, 1964, IV (*Gav.* XV, 14-20), p. 463-465, sob o título *Cartas (tradução em italiano das) do grão-turco para el-rei D. Sebastião*, do 14 Novembro 1563. O arquivista da Torre do Tombo assinalou no verso de um dos documentos restantes «contém a menção 'delrey de Cananor'». Uma carta do *Kōlaṭhiri* de Cananor para Martim Afonso de Sousa foi editada por Geneviève Bouchon, *Mamale de Cananor*, Genève-Paris: Droz, 1975, p. 215-220, mas não se trata do documento da Torre do Tombo. A transliteração destes dois documentos permitiria determinar se um dos dois tem alguma relação com a Porta Otomana.

*majestatis suae invictissimae Imperatoris Thurcarum* foi uma destacada personalidade da diplomacia otomana na Europa do século XVI.<sup>105</sup> As duas traduções em italiano (pensamos que a primeira é também de Strasz) são fiéis aos dois documentos oficiais otomanos que acompanham, diferido apenas a nível de efeitos estilísticos e retóricos. Como era de esperar, estes são muito mais desenvolvidos do que os originais.<sup>106</sup> A primeira tradução, não datada nem assinada, corresponde à primeira carta de Solimão, do 18-27 *Kāsim* 971 (Torre do Tombo, 18-27 Novembro 1563). A segunda, datada de 14 de Novembro 1563 e assinada por Ibrachim Bech (Ibrahim Bey / Joachim Strasz), relaciona-se com a segunda carta do Sultão, do 7-16 *Aralık* 971 (Torre do Tombo, 7-16 de Dezembro 1563).

Conhecemos o processo de redação e de envio desta correspondência oficial conservada em Lisboa através de duas outras cartas do Sultão dirigidas a D. Sebastião, figurando num «Registo dos Assuntos Importantes» (*Mühimme Defteri*) inédito de 1563-1564, conservado na Biblioteca Nacional da Áustria em Viena, sob a cota Mxt 270, editadas por Nicolas Vatin e Claudia Römer no número 44 da revista *Turcica* (2015).<sup>107</sup> Ao publicarmos o nosso artigo «Entre confrontations et alliances» neste mesmo volume da *Turcica*, com a intenção de contextualizar os documentos do *Mühimme*, não tínhamos ainda podido confrontar os dois

<sup>105</sup> Capturado pelos Otomanos em 1537, Ibrahim Bey / Joachim Strasz veio a substituir Yünus Bey em Junho de 1551 como intérprete (*droğman*) do *dīvān* impérial. Além de missões em Veneza (1555 e 1577) foi embaixador na Alemanha (1562), na Áustria (1568), em França e na Polónia (1569), onde investiu no domínio vitícola: Maria Pia Pedani, *Venezia. Porta d'Oriente*, Bologna: Il Mulino, 2010, p. 143; İşıksel, *La diplomatie*, p.32; sobre a formação dos dragomãos originários da Europa Central, ver Vesna Miović-Perić, «Dragomans of the Dubrovnik Republic: their Training and Career», *Dubrovnik Annals* 5 (2001), p. 82 e 91-92, e sobre as traduções, p. 93-94.

<sup>106</sup> As traduções não tinham valor jurídico e por isso não recebiam o selo do sultão: İşıksel, *La diplomatie*, p. 47. Sobre os problemas da tradução de textos turcos ou árabes para as línguas latinas (incluindo o latim) na correspondência diplomática, veja-se Denise Aigle, «Rédaction, transmission, modalités d'archivage des correspondances diplomatiques entre Orient et Occident (XIII<sup>e</sup>-début XVI<sup>e</sup> siècle)», introdução de *La correspondance entre souverains, princes et cités-états. Approches croisées entre l'Orient musulman, l'Occident et Byzance (XIII<sup>e</sup>-début XVI<sup>e</sup> siècle)*, Denise Aigle e Stéphane Péquignot (eds.), Turnhout: Brepols, 2013, p. 9-21 e, no mesmo volume, Benoît Grévin, «Documents diplomatiques, diffusion des savoirs rhétoriques et problèmes d'interprétation des versions latines de correspondances réelles ou fictives avec les souverains d'Orient (XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles)», sobretudo p. 62-69.

<sup>107</sup> Römer e Vatin, «Aceph», *Documents* (Mxt 270, p. 204v<sup>o</sup> - p. 219) p. 83-85 e 86-88. Sobre a descoberta deste importante *Mühimme*, veja-se *ibid.*, p. 111 e fac-símile dos dois documentos, p. 103-104.

exemplares originais das cartas de Solimão da Torre do Tombo com os textos do *Mühimme*, pelo que julgámos então terem sido estas últimas versões (ou uma cópia delas) as expedidas para Lisboa, quando na realidade se trata dos esboços de que certos parágrafos foram reutilizados nas duas cartas oficiais ulteriores da Torre do Tombo.

O primeiro documento *Mühimme* Mxt 270, expedido na quinta-feira, 3 *Rebī 'ü-l-āhır* 971 (20 de Novembro de 1563)<sup>108</sup> é pois um rascunho da primeira carta original de Solimão conservada na Torre do Tombo e editada por Özbaran (datada de 18-27 *Kasım* 971 [18-27 Novembro 1563]). Uma frase, ainda que riscada na introdução do texto, indica aliás «cópia da carta augusta que deve ser escrita ao rei de Portugal».<sup>109</sup> A segunda carta do *Mühimme* Mxt 270, registada na terça-feira 25 *Rebī 'ü-l-āhır* 971 (12 Dezembro 1563) mas redigida na segunda década de *Rebī 'ü-l-āhır* (28 de Novembro-7 Dezembro), é o esboço da segunda carta de Solimão da Torre do Tombo publicada por Özbaran (datada do 7-16 *Aralık* 971 [7-16 de Dezembro 1563]).<sup>110</sup>

Que dizem os dois textos liminares de Viena (e, duma forma mais elaborada, as respectivas cartas oficiais a que deram origem)? O primeiro dos dois, o resumo de 18-27 *Kasım* 971 (18-27 Novembro 1563) acusa recepção da carta de D. Sebastião a Solimão trazida por Cochino, menciona a audiência deste, e a boa disposição do sultão em relação à conclusão do acordo comercial (proposto por D. João III em 1541), visando a «segurança e a paz» na Índia. Assinala o despacho do embaixador, e pede o envio de um «representante diplomático útil» (*yarar elçiñüz*),<sup>111</sup>

<sup>108</sup> Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 204 vº) p. 83. Ver as observações de N. Vatin sobre a datação, nota 71.

<sup>109</sup> İşıksel, *La diplomatie*, p. 44-45. Após ter feito ao Sultão um relatório oral ou escrito (*telhiş*) das cartas do soberano estrangeiro e ter recolhido a sua resposta, o Grão-Vizir preparava apontamentos que deveriam ser retomados na carta final. O escrevão-chefe preparava, com estes apontamentos, um primeiro rascunho, que era enviado ao copista. Este funcionário preparava por sua vez um segundo rascunho, integrando as notas do primeiro, assim como as diversas fórmulas convencionais. O texto era em seguida reenviado ao escrevão-chefe para as últimas correcções antes do *tebyiz* (forma definitiva). Sobre a passagem do oral ao escrito na documentação administrativa, Nicolas Vatin, «Remarques sur l'oral et l'écrit dans l'administration ottomane au XVIe siècle», 'Oral et écrit dans le monde turco-ottoman', *Revue du monde musulman et de la Méditerranée* 75-76 (1996) p. 143-154; *Ibid.*, Gilles Veinstein, «L'oralité dans les documents d'archives ottomans: paroles rapportées ou imaginées?», *Revue du monde musulman et de la Méditerranée* 75-76 (1995), p. 133-142.

<sup>110</sup> Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 219), p. 86. Ver as observações de N. Vatin sobre a datação.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 84 e tradução p. 84-85.

beneficiando da confiança real, como a conclusão de um acordo tão relevante requeria. O segundo texto de Viena (registado na terça-feira 25 *Rebī 'ü-l-āhır* 971 (12 Dezembro 1563) mas, como vimos, redigido na segunda década de *Rebī 'ü-l-āhır* (28 de Novembro-7 Dezembro), refere a audiência de António de Teixeira de Azevedo (chegado com a sua delegação a Istambul em Outubro de 1563 e recebido provavelmente no início de Novembro de 1563),<sup>112</sup> mas manifesta estranheza pelo cruzamento das duas missões diplomáticas, uma vez que Cochino, o embaixador acreditado, já tinha sido oficialmente recebido e despachado. Neste segundo texto continua a reiterar-se o pedido do Sultão do envio de um embaixador digno desse nome, de mais alta posição social.

Note-se que Cochino, designado pelo nome completo na carta oficial otomana de Lisboa do 18-27 *Ḳasım* 971 (18-27 Novembro 1563) e na sua tradução italiana, assim como no rascunho de Viena correspondente, é citado apenas indirectamente no esboço da carta seguinte, do 25 *Rebī 'ü-l-āhır* 971 (12 Dezembro 1563): «(...) uma carta vossa chegou do país dos Francos trazida por um dos vossos homens a fim de chegar a um resultado sobre este assunto».<sup>113</sup> Quanto a Teixeira de Azevedo, referido no original otomano de Lisboa de 7-16 *Aralık* 971 (7-16 de Dezembro 1563) e na sua tradução italiana como «António Tesseri Azevedo»<sup>114</sup> é citado na respectiva versão liminar de Viena através de uma sinédoque: «um dos vossos homens, modelo das personalidades da nação do Messias, foi enviado em embaixada dos países da Índia através do Iraque árabe à nossa corte refúgio do mundo», etc.<sup>115</sup> Com efeito, Teixeira fora enviado por D. Francisco Coutinho, conde de Redondo (e não por D.

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 86-87 e tradução p. 87. A audiência é difícil de situar cronologicamente, mas dado o conteúdo da carta oficial do 7-16 *Aralık* 971 (7-16 de Dezembro 1563), que a assinala, e a tradução italiana de Strasz que a nomeia em 14 de Novembro de 1563, poder-se-á situá-la no início de Novembro.

<sup>113</sup> Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 219 r<sup>o</sup>), p. 86: «ileyh elçinüz gelmezden evvel Firengistân tarafından».

<sup>114</sup> Özbaran, «Osmanlı Sultanından», p. 24: «(...) Antonio Teixeira Azevedo risâlet tarîkiyle diyâr-ı Hind'den Irak-ı Arab yolunda irsâl olunub cenâb-ı (...). Özbaran traduziu em turco moderno Teixeira por «Tesseri» (como na tradução italiana), mas indicando na transliteração do original otomano «Teixeira». Ora a letra «x» não existe no alfabeto turco otomano (nem no turco actual). A grafia «Tesseri» permanece assim a mais adequada.

<sup>115</sup> Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 219), p. 86: «(...) şimdiki hâlde dergâh-ı âlem-penâh ve bârgâh-ı sa'âdet-destgâhumuz ki merci'-i şelâtin-i ~~mu~~ sıhhat-nizâm ve melce' i havâkin-i rifât -fercâm-dur âdemleriñüzden kıdvetü a 'yâni-l-milleti-l-mesihîyye (...) risâlet tarîki ile diyâr-ı Hindden irak-ı 'arab yolunda irsâl olunub cenâb-ı (...).».

Antão de Noronha, como indica Couto),<sup>116</sup> com o assentimento de D. Pedro de Sousa, capitão de Ormuz, nomeado na sucessão de D. João de Ataíde, o anterior capitão da cidade.<sup>117</sup> Como veremos mais longe, é esta a «audiência» que, tanto quanto sabemos, foi descrita por uma única fonte portuguesa, Diogo do Couto.

### A embaixada de António Teixeira de Azevedo em Diogo do Couto

De facto, a delegação portuguesa enviada de Goa era embaraçosa em termos diplomáticos, pois, como assinalado por Cochino a D. Álvaro de Castro, revelava uma desconcertante cacofonia nas decisões de política externa da Coroa portuguesa. A Sublime Porta poderia concluir que no *Estado da Índia* se tomavam iniciativas diplomáticas importantes sem o aval da metrópole (o que neste caso não estava muito longe da verdade). Tais tentativas, que também existiram no Império otomano, foram imediatamente sancionadas pelo Sultão. Por exemplo, Muştafâ Pâşâ, o *beylerbeyi* de Al-Ḥasâ' que lançara por conta própria uma operação contra Bahrain em 1559, foi logo destituído do cargo.<sup>118</sup> O imbróglcio das embaixadas podia levar Solimão a cancelar as negociações, já que a legalidade jurídica em matéria de política externa era fundamental para a Porta.<sup>119</sup>

<sup>116</sup> A nomeação de D. Francisco Coutinho, Conde de Redondo teve lugar em 27.I.1561. Governou entre 7.IX.1561 e 19.II.1564, data da sua morte em Goa. Quanto a D. Antão de Noronha, foi nomeado em 24.II.1564, tendo governado entre 3.IX.1564 e 10.IX.1568: José Manuel Garcia, «Os governadores do Estado da Índia», *Congresso Internacional Vasco da Gama e a Índia*, I, p. 123-124; Nuno Vila-Santa, «O Vice-reinado de D. Antão de Noronha (1564-1568) no contexto da crise do *Estado da Índia* de 1565-1575», *Anais de História de Além-Mar* XI (2010), p. 66.

<sup>117</sup> Veja-se no *Estado da Índia*, no século XVI, o exemplo da embaixada de 1521: Luís Filipe F. R. Thomaz e Geneviève Bouchon, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy 1521*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre culturel portugais, 1988 e, explorando o mesmo material, Couto, «Traduttore, traditore': vicissitudes linguistiques d'une ambassade portugaise dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy (1521)», Dejanirah Couto et Stéphane Péquignot (eds.), *Les langues de la négociation, approches historiennes*, Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2017, p. 163-190.

<sup>118</sup> *Başbakanlık Arşivi, Mühimme Defteri*, III, p. 143 em Özbaran, «Bahrain», p. 93, nota 8 e p. 101, nota 45.

<sup>119</sup> Gilles Veinstein, «Les fondements juridiques de la diplomatie ottomane en Europe», *Oriente Moderno* 88/2 (2008), p. 509-522.



Como atrás mencionado, a delegação portuguesa (que, segundo Couto, partira de Ormuz no Verão de 1563)<sup>120</sup> chegou ao Corno de Ouro (*Haliç*) de Istambul em Outubro de 1563. Aportou primeiro a Baçora, e de lá, seguindo a pista das caravanas, viajou até Babilónia, onde mudou de montadas.<sup>121</sup> Uma vez transposto o deserto sírio, chegou a Alepo antes do final de Setembro 1563, onde a sua passagem foi registada por um dos agentes portugueses.<sup>122</sup> Seguiu depois para o «porto do mar grande» (provavelmente Tripoli da Síria) onde embarcou para Istambul.<sup>123</sup> A missão era encabeçada por António Teixeira de Azevedo, homem fidalgo, casado em Ormuz, filho de Martins Teixeira de Azevedo,<sup>124</sup> que conhecia o persa e tinha algumas noções de turco.<sup>125</sup> Azevedo era escoltado por «50 turcos de cavalo»<sup>126</sup> e viajava acompanhado por um séquito de três cavaleiros e três escravos,<sup>127</sup> transportando camas e uma baixela de prata, num aparato muito semelhante ao das primeiras embaixadas portuguesas à Pérsia safávida no início do século XVI.<sup>128</sup>

<sup>120</sup> Sobre a data da partida, Diogo do Couto, *Asia. Década Oitava*, cap. V, p. 45. Veja-se também CDP, X, 1891, p. 113 e 155.

<sup>121</sup> Diogo do Couto, *Asia. Década Oitava*, cap. V, p. 45. Ħwāğa (*Hāccī*) Mehmed, que escoltou a embaixada, terá começado a acompanhá-la em Baçora, ou seja à entrada do território otomano (ver *infra*).

<sup>122</sup> AN/TT, CC III, 18, 91, fol. 1 (Judas Marcos ao rei [Alepo, 29.X.1564]). Marcos indica nesta carta ter escrito ao rei a 22 de Setembro noticiando a passagem de Teixeira de Azevedo por Alepo.

<sup>123</sup> Diogo do Couto, *Asia. Década Oitava*, cap. V, p. 45.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 44 («homem fidalgo»); AN/TT, CC 1, 106, 80, carta de António Mendes de Castro à rainha (Açores, 1.VIII.1563), fol. 1vº: «casado em Ormuz»; «mercador» na carta de Judas Marcos ao rei (Alepo, 29.X.1564). Segundo Manuel de Meneses, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião decimosexto rey de Portugal*, Lisboa: Officina Ferreyriana, 1730, CXV, p. 331, «Cavalleiro de partes, e luzimentos para semelhantes actos».

<sup>125</sup> Diogo do Couto, *Asia. Década Oitava*, cap. V, p. 44 («sabia a lingua Persia e parte da Turquesca»). Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Asia*, Lisboa: CNCDP – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, I, p. 126 («sabia bem a lingoa persa, turca e arabia»); sobre a filiação, *ibid.*, nota 148, p. 778.

<sup>126</sup> AN/TT, CC III, 18, 91, fol. 1. À entrada do território imperial os embaixadores eram escoltados por um destacamento otomano, uma maneira de controlar as deslocações dos estrangeiros e de os impedir de observar as defesas do território. Veja-se İşiksel, *La diplomatie*, p. 21-22.

<sup>127</sup> AN/TT, CC III, 18, 91, fol. 1. Diogo do Couto, *Asia. Década Oitava*, cap. V, p. 45 diz-nos que levava «quatro Portugueses de cavalo muito bem negociados».

<sup>128</sup> Cruz, *Diogo do Couto*, I, p. 126: «serviço de prata, casa e camas». Sobre as delegações, Couto, «Les missions diplomatiques portugaises en Perse dans la première moitié du XV<sup>e</sup> siècle - Les audiences de Miguel Ferreira (1514) et de Fernão Gomes de Lemos (1515) à la cour de Châh Esma'îl safavide», *Paroles de négociateurs. L'entretien dans la pratique diplomatique de la fin du Moyen Âge à la première guerre mondiale*, Stefa-

Que razões motivaram a embaixada? Segundo Diogo do Couto, esta teria sido uma iniciativa de Derviş 'Alî Paşa, governador-geral (*beylerbeyi*) de Baçora, um protegido de Alî Pâşâ,<sup>129</sup> ou seja do Grão-Vizir 'Alî Pâşâ Semîz.<sup>130</sup> Esta versão, que circulava certamente entre os funcionários portugueses na Índia, foi partilhada por António Mendes de Castro e por Simão da Costa, o *Şâh-bandar* de Ormuz.<sup>131</sup> O *beylerbeyi* ter-se-ia dirigido ao capitão de Ormuz,<sup>132</sup> a fim de estabelecer uma trégua, destinada a estreitar os laços comerciais entre Baçora e Ormuz, perturbados pela conquista otomana da cidade do Şaṭṭ-'al Arab em 1546, e pelo cerco de Ormuz pelo *kapudân Pâşâ* Piri Reîs em 1552.<sup>133</sup> Apesar disso, com as informações de que dispunham em 1551, os Portugueses avaliavam as rendas de Baçora em 150.000 pardaús (não contando com as receitas da alfândega).<sup>134</sup> Algumas décadas mais tarde, a afirmação de Diogo do Couto segundo o qual o comércio entre as duas cidades estava nos anos de 1560 «roto e perdido» era exagerada, mas este podia sem dúvida vir a ser incrementado.<sup>135</sup>

---

no Andretta, Marie-Karine Schaub, Jean-Claude Waquet e Christian Windler (eds.), Roma: École française de Rome, 2010, p. 109-132 (versão curta). Versão longa em *Anais de História de Além-Mar* X (2010), p. 279-310.

<sup>129</sup> «'Alî Pâşâ» é o nome dado por Diogo do Couto a 'Alî Pâşâ Semîz. Não se trata pois do nome do Pâşâ de Baçora como indicado por Subrahmanyam, «The Trading World», p. 219: veja-se Diogo do Couto, *Ásia. Década Oitava*, cap. V, p. 43: «(...) estava por Baxá em Baçora hum Turco da obrigação de Ali Baxá, o da primeira porta do Turco Solimão».

<sup>130</sup> Cruz, *Diogo do Couto* I, p. 123; Diogo do Couto, *Ásia. Década Oitava*, cap. V, p. 43.

<sup>131</sup> Veja-se a já citada carta de carta de António Mendes de Castro à rainha (Açores, 1.VIII.1563), AN/TT, CC 1, 106, 80, fol. 1vº e a de Simão da Costa ao rei em *As Gavetas*, 1965, V (XV, 17-40), p. 137-143.

<sup>132</sup> D. Pedro de Sousa foi nomeado em 26.II.1563: Cruz, *Diogo do Couto*, I, nota 148, p. 778. Diogo do Couto, *Ásia. Década Oitava*, cap. V, p. 43 menciona ainda o precedente capitão de Ormuz, D. João de Ataíde. O contacto pode ter-se estabelecido durante o mandado de D. João de Ataíde.

<sup>133</sup> Sobre o cerco, e a partir de um núcleo de documentação otomana: Couto, «Portuguese-Ottoman Rivalry», p. 159-165.

<sup>134</sup> «Carta ao rei de Portugal sobre os acontecimentos em Ormuz, Adem, Catifa e Calaiate», Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, Caixa 29, nº 44, fol. 2 (Goa, c. 1551): «(...) baçoraa Rende agora aos turcos çemto e çimcoenta mil pardaús isto das proprias Remdas da teRa sem emtrar aqui alfamdega (...)». Agradeço a Pedro Pinto a amável comunicação deste documento.

<sup>135</sup> Diogo do Couto, *Ásia. Década Oitava*, cap. V, p. 43. Sobre as relações económicas entre as duas cidades, Couto, «Ormuz under the Portuguese Protectorate: some Notes of the Maritime Economic Nets to India (early 16th century)», *Aspects of the Maritime Silk Road: from the Persian Gulf to the East China Sea*, Ralph Kautz (éd.), Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2010, p. 43-60 e Couto, «The Commercial Relations between



Derviş 'Alî Paşa propunha o desmantelamento das galeras otomanas que se encontravam em Baçora – um excelente chamariz para os Portugueses, sempre preocupados com a existência de uma base naval otomana no Golfo Pérsico, pronta a atacar Ormuz e os estabelecimentos do Índico.<sup>136</sup> Na realidade, do lado português, a ideia de um acordo comercial, arquitectado no Estado da Índia era mais antiga; remontava aparentemente ao mandato do Vice-Rei D. Pedro de Mascarenhas (16.IX.1554 a 16.VI.1555). Poucos anos mais tarde, a comunidade judaica de Ormuz, que servia de elo de ligação entre a cidade e o Şaṭṭ-'al Arab, foi contactada por Derviş 'Alî Paşa, como refere o Governador Francisco Barreto na sua correspondência de 1557.<sup>137</sup> Em 1559, chegava a Roma a informação de que um dos agentes da Coroa na Síria, o «Licenciado» Silva, se deslocara até Baçora com o objectivo de conseguir pazes. Mas nada se concretizou – ou melhor, a situação degradou-se, pois como atrás se viu, foi em 1559 que Muştafâ Pâşâ, o *beylerbeyi* de Al-Ḥasâ, lançou uma campanha contra Bahrain.<sup>138</sup>

À declaração do capitão de Ormuz segundo a qual nenhuma iniciativa poderia ser tomada sem o assentimento do Vice-Rei, respondeu Derviş 'Alî Paşa enviando um emissário à Índia. Chegado a Ormuz em 1562, vindo de Baçora, Ḥwāğa Naşr 'Allāh (*Coje Naçurala*)<sup>139</sup> foi recebido pelo capitão da fortaleza, que terá reunido os seus fidalgos. Seguiu depois para Goa, onde o Vice-Rei lhe deu audiência em novembro do mesmo ano. Prudentemente, diz-nos António Mendes de Castro, o Vice-Rei reuniu igualmente o seu conselho e pediu instruções a Lisboa.<sup>140</sup>

---

Basrah and Goa in the Sixteenth Century», *Studia* 48 (1990), p.145-168. Um dos aspectos a levar em conta é o do contrabando entre as duas cidades, activo desde de 1546.

<sup>136</sup> AN/TT, CC 1, 106, 80, fol. 1vº; Casale, «The Ottoman Administration of the Spice Trade in the Sixteenth-Century Red Sea and Persian Gulf», *Journal of The Economic and Social History of the Orient* 49/2 (2006), p. 179-180.

<sup>137</sup> *As Gavetas*, 1964, IV (Gav. XV, 14-20), p. 232, carta de Francisco Barreto ao rei (Baçaim, 6.I.1557).

<sup>138</sup> Özbaran, «Bahrain», p. 91-104; Carta de Lourenço Pires de Távora a D. Sebastião (Roma, 21.VII.1559), CDP, VIII, 1884, p. 172-173. Ver também Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, «A questão de Baçorá na menoridade de D. Sebastião (1557-1568): a perspectiva das informações colhidas na Índia e as iniciativas de governo», *Revista da Faculdade de Letras* 5/6 (1986), p. 50.

<sup>139</sup> *Ibid.* Veja-se também Cruz, *Diogo do Couto*, I, p. 777. Dado como natural de Baçora (ver *infra*) Ḥwāğa Naşr 'Allāh era provavelmente também mercador. Diogo do Couto, *Asia. Década Oitava*, cap. V, p. 44 diz-nos apenas que era «um arabio».

<sup>140</sup> AN/TT, CC 1, 106, 80, fol. 1vº.

Ḥwāḡa Naṣr ‘Allāh tinha viajado até Goa acompanhado por Simão da Costa, o já referido e ulteriormente *Ṣāh-bandar* de Ormuz, que continuou a escoltá-lo na viagem de regresso, de Goa a Baçora, via Ormuz. Aos dois homens juntou-se o embaixador António Teixeira de Azevedo, que os deixou em Baçora, continuando com o seu séquito em direcção de Istambul.<sup>141</sup> Quanto a Simão da Costa, tinha sido incumbido pelo Conde de Redondo de avaliar as defesas do Ṣaṭṭ-‘al Arab e o estado dos estaleiros navais otomanos de Baçora, missão de espionagem que levou a cabo, como se verifica pelo relatório que redigiu.<sup>142</sup> Além disso devia também tentar reatar relações diplomáticas com os Ġazā’ir, as tribos indígenas das regiões pantanosas do Baixo Iraque, em rebelião frequente contra a administração provincial otomana. As alianças estabelecidas entre Ġazā’ir e Portugueses (nas décadas de 1520 e 1530), haviam sido comprometidas pela conquista de Baçora pelos Otomanos em Dezembro de 1546 e pelas rivalidades existentes entre as tribos.<sup>143</sup>

Não é fácil determinar de quem partiu realmente a iniciativa do acordo: se de Baçora, se de Ormuz ou de Goa, pois havia nestes três grandes centros quem tivesse interesse em manter o intercâmbio comercial, apesar de dominarem os «falcões» na alta administração portuguesa, metropolitana e ultramarina: com efeito, como evidenciado pelos 23 *Pareceres de*

<sup>141</sup> *Ibid.*: «Em Novembro passado veo ter con o vyso Rei hũ coge naçurala baçory de nação por enbaixador do baxa de baçora. O qual veo por Ormuz a cometer pazes e trazia poder do turco (...)». Veja-se também a carta já referida de Simão da Costa a D. João III (Goa, 11.XII.1563), *As Gavetas*, 1965, V (XV, 17-40), p. 137, que não dá todavia data precisa da recepção do embaixador do *beylerbeyi* em Goa.

<sup>142</sup> *As Gavetas*, 1965, V (XV, 17-40), p. 137-143. Veja-se também AN/TT, CC III, 18, 91, fol. 1, atrás citada, e Cruz, *Diogo do Couto*, II, p. 778, nota 150. O relatório de Simão da Costa era a enviar a Tomas de Carnoça (Çornoça ou Zornoza), côsul de Espanha em Veneza e dirigente da rede de espionagem de Carlos V no Mediterrâneo. Carnoça solicitara em 1552 o cargo de côsul da nação portuguesa em Veneza, lugar que lhe foi concedido por D. João III (carta a D. Afonso de Lencastre, [Veneza, 10.IX.1552] AN/TT, CC 1, 88, 150). Carnoça foi informador dos Portugueses em Veneza até 1570.

<sup>143</sup> Em carta à rainha, Gil de Goes (AN/TT, CC 1, 104, 62, fol. 1, de Cochim [22.1.1562]), menciona um Ṣultān ‘Alī «parseo de nação» que era «capitão do Turco» e que desavindo com o Pāṣā de Baçora, se propunha ajudar os Portugueses a reatar com as tribos do Iraque do Sul (cf. a edição do documento em Couto, «Un coup d’épée dans l’eau»: la *Memoria da tomada da fortaleza de Catifa* et l’expédition à Bassorah (1551)», *Revisiting Ormuz: Portuguese Interactions in the Persial Gulf Region in the Early Modern Period*, Dejanirah Couto e Rui M. Loureiro (eds.), Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2008, p. 86-88. Sobre o intervencionismo português nesta região em meados do século XVI, Dejanirah Couto, «L’expédition portugaise à Bassorah en 1551», Paris: Académie des Inscriptions et Belles Lettres, avril-juin 2003, p. 479-483.

*Bassora* de 1547, pedidos por D. João III após a conquista otomana da cidade do Şaṭṭ-‘al Arab (e redigidos entre 25 de Setembro de 1547 e 2 de Dezembro de 1547), a maioria dos fidalgos, capitães e funcionários consultados continuava a opôr-se às relações entre Baçora e Ormuz, e, duma maneira geral, a todos os contactos com a Sublime Porta: o fracasso otomano em Diu em 1538 e o sucesso português em Diu em 1546 tinham de algum modo reequilibrado o conflito político-militar e remontado, ainda que momentaneamente, o moral das elites portuguesas.<sup>144</sup>

Diogo do Couto assume assim uma postura ideologicamente correcta ao mostrar os Otomanos, mesmo a nível de um governo provincial, como solicitadores de uma trégua – o que convinha perfeitamente à retórica real anti-otomana na qual o cronista se inscrevia.<sup>145</sup> O *parecer* do «fidalgo honrado» que Couto introduz no seu capítulo (e que se revela ser um porta-voz da oposição ao acordo com os Otomanos), foi também para o cronista um meio de introduzir discretamente a sua posição pessoal, resumindo simultaneamente a complexidade das relações com a Sublime Porta. Porém, o *parecer* do fidalgo anónimo não é um mero artifício retórico. Se Couto teve provavelmente em mão o documento autenticado pelo autor, teve conhecimento também dos 23 textos dos *Pareceres de Baçora*, ou de literatura do mesmo género, pois os textos continua-

<sup>144</sup> Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, ms. 51-VII-19, fols. 294-331; Simão Botelho, fol. 294; Cosme Anes, fols. 295-296; Manoel Coutinho, fols. 296-296vº; D. Diogo da Cunha, fol. 297; Manoel de Sousa de Sepúlveda, fols. 298-299 [303]; Fernam de Sousa, fol. 304; D. Pedro da Silva, fol. 305; D. Alvaro de Castro, fols. 306-306vº; Luís Coutinho, fol. 307; João de Magalhães, fols. 308-308vº; Luís Falcão, fols. 309-309vº; Diogo Álvares Teles, fols. 316-317; Rui Gonçalves de Caminha, fol. 318; Jorge Cabral, fol. 319; Francisco da Cunha, fol. 320; João Fernandes de Vasconcelos, fols. 321-322; Garcia de Saa, fols. 325-325vº; D. Duarte de Saa, fol. 326; D. Francisco de Lima, fols. 327-327vº; Vasco da Cunha, fols. 328-328vº; Rafael Lobo, fol. 329; Jerónimo Rodrigues, fols. 330-330vº; Francisco Toscano, fol. 331. Note-se que três dos consultados (Cosme Anes, Francisco Toscano e Rui Gonçalves de Caminha) figuram também nos *Pareceres* sobre a pimenta de 1545 (dossier em Luís Filipe F. R. Thomaz, *A Questão da Pimenta*, p. 124-198). Dois *pareceres* foram recopiados um do outro (D. Francisco de Lima e Vasco da Cunha), o que pressupõe a circulação de uma minuta, pelo menos para alguns deles. Um artigo nosso consagrado especificamente aos *Pareceres* será publicado em breve pela Universidade de Paris-Sorbonne / Abu Dhabi.

<sup>145</sup> Dos 23 *pareceres*, só Manuel de Sousa de Sepúlveda, capitão de Diu, Fernão de Sousa, Luís Coutinho, e Luís Falcão, capitão de Ormuz que fazia comércio com Baçora, eram favoráveis às pazes com os Otomanos (AN/TT, CC 1, 79, 11, carta de Manuel de Boim ao rei, denunciando as práticas comerciais de Falcão no Golfo Pérsico [Goa, 19 ou 20.X.1547]). Manuel Coutinho era contudo da opinião de se enviar um feitor a Baçora, uma questão que foi muito debatida em Ormuz.

vam a ser produzidos e as cópias a circular, como Couto menciona aliás no seu capítulo II da Década 8<sup>a</sup>.<sup>146</sup>

Por todas estas razões, apresenta o cronista a embaixada de Teixeira como uma iniciativa do *beylerbeyi*; mas, simultaneamente, não se coíbe de criticar os Otomanos que privilegiavam os seus interesses pessoais e mentiam ao seu soberano, «cousa tam avorrecida entre os grandes que se pode ter por causa de treyção».<sup>147</sup> O artifício estilístico não escapa ao leitor: trata-se aqui de sugerir a embaraçosa semelhança entre a iniciativa do *beylerbyi* e a do Vice-Rei (e do capitão de Ormuz) na tentativa de negociação autónoma com o sultão otomano.

Habituada a receber delegações prestigiosas das mais variadas proveniências, a Porta não se deixou impressionar pelo aparato da embaixada de Teixeira de Azevedo. Como vimos, a legalidade jurídica era importante para Solimão e, em princípio, os Otomanos não negociavam com o Vice-Rei do *Estado da Índia* sem ordem de D. Sebastião. Além disso Azevedo não trazia com ele uma acreditação real, e apenas a carta do Vice-Rei.<sup>148</sup> Tal posição poderá explicar a razão pela qual, no trajeto para Istambul, o *kādī* de Mossul reclamara a Hwāğa (*Hāccī*) Mehmed, o acompanhador da embaixada, e ao próprio Teixeira de Azevedo, a soma de 50 *akçe* de ouro a título de pagamento da taxa de passagem (*resm-i tamğa*); um certo Seyyid Hasan tinha sido solicitado para servir de fiador. No 1 de Março de 1564, a Porta ordenava ao *kādī* de Mossul que anulasse a arrecadação da soma do *resm-i tamğa* e não importunasse Seyyid Hasan.<sup>149</sup> O episódio indica assim que a viagem de Teixeira não fora preparada segundo os trâmites habituais, e que pessoalmente não fora reconhecido como verdadeiro embaixador na viagem de ida para Istambul. Como mencionado anteriormente, os governadores provinciais e as autoridades fronteiriças recebiam notificação prévia da chegada dos diplomatas estrangeiros aos «territórios bem guardados» a fim de evitar incidentes deste género.<sup>150</sup>

<sup>146</sup> Cruz, *Diogo do Couto*, I, cap. II, p. 200-201. Veja-se também, a título de exemplo, AN/TT, *Colecção S. Lourenço*, V, fol. 89 [s.l.n.d., mas cerca de 1547?]; sobre a ideia de conquistar Baçora, veja-se ainda *ibid.*, fols. 1-1v<sup>o</sup>.

<sup>147</sup> Cruz, *Diogo do Couto*, I, p. 127.

<sup>148</sup> AN/TT, *Colecção São Vicente*, III, fol. 305. Além da carta do Vice-Rei poderia transportar também uma outra do capitão de Ormuz.

<sup>149</sup> Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p.270v<sup>o</sup>), p. 88. O documento foi registado na quarta-feira 17 *Receb* 971 (1 de Março de 1564) e expedido a 18 *Receb* 971 (2 de Março 1564).

<sup>150</sup> İşiksel, *La diplomatie*, p. 21-22. O Estado que enviava o embaixador avisava previamente o seu representante em Istambul ou o governador fronteiriço da zona de pas-

Em contrapartida, no mesmo 1 de Março de 1564, a Porta assinalava aos *ḵādī* da estrada de Istambul a Baçora o final da missão de Hwāğa (*Hāccī*) Mehmed, «que tinha vindo a Istambul com o embaixador de Portugal (*Pōrtokāl elçisi*)»,<sup>151</sup> mostrando assim que o reconhecimento de Teixeira de Azevedo como embaixador fora obtido entretanto em Istambul e era já efectivo no final da missão, aquando da sua partida. Com efeito, a provável influência de 'Alī Pāşā Semīz e o facto de ter sido recebido pelo Grão-Vizir derva à chancelaria otomana meios jurídicos para credenciar Teixeira como embaixador e é portanto nesses termos que a segunda carta de Solimão da Torre do Tombo, do 7-16 *Aralık* 971 (7-16 de Dezembro 1563) e a respectiva tradução italiana de Ibrahim Bey / Joachim Strasz a ele se refere.

Teixeira de Azevedo partiu de Istambul ao mesmo tempo que Hwāğa (*Hāccī*) Mehmed? A mesma ordem augusta aos *ḵādīs* da estrada de Istambul a Baçora ordena com efeito que «ninguém os importune ou os ataque, nem aos seus homens, nem aos seus bens ou aos seus animais no caminho e nas etapas de retorno». A formula é vaga, e o plural empregue neste parágrafo ambíguo, pois pode referir-se tanto aos homens que acompanhavam *Hāccī* Mehmed como a este último e ao Embaixador.<sup>152</sup>

Uma outra questão que se prende com a interpretação do documento anterior é de saber se Teixeira de Azevedo regressou directamente de Istambul a Portugal, como declara Diogo do Couto. Segundo o cronista, «dalli [Istambul] se passou este homem [Teixeira de Azevedo] ao Reyno (...)», transportando a resposta de Solimão.<sup>153</sup> Ou rumou o embaixador

---

sagem do diplomata do seu desejo de enviar uma embaixada. Após aceitação do pedido, a Porta designava um encarregado de escoltar e organizar o transporte e as provisões da embaixada durante a viagem e a estadia. Cavalos e mulas eram postas à sua disposição e o embaixador obtinha autorização para utilizar as estradas públicas (*ulu yollar*), os locais de paragem (*menzil*) e os caravansérais (*menzilhân*): Clément Maral, *Les routes de la Perse dans l'Empire ottoman 1600-1736: itinéraires et conditions matérielles du voyage*, Dissertação de Mestrado em História Otomana, Paris: École Pratique des Hautes Études, 2016, p. 62-63. No entanto os embaixadores eram obrigados a deixar os cavalos em território otomano e a montar mulas a partir dali: Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 224v°), p. 85-86 (ordem aos *ḵādīs* de Dubrovnik do *Rebī 'ü-l-āhır* 971/9 Dezembro 1563).

<sup>151</sup> Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 270v°), p. 88-89.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 89. «(...) *ḵüsn-i icāzer-i şerifüm muḵarin olub gērü ol cānibe irsāl olındı buyurdum ki yolda ve izde ve menāzil ü merāhilde kendüye ve âdemlerine ve esbāb* (...)».

<sup>153</sup> Diogo do Couto, *Asia. Década Oitava*, cap. V, p. 46; Cruz, *Diogo do Couto*, I, p. 200: «foi Antonio Teixeira despachado e daly se partio pera Portugal onde chegou este verão

primeiro a Ormuz (como parece sugerir a ordem aos *kādīs*) donde terá voltado mais tarde a Portugal?<sup>154</sup> O certo é que só voltamos a ter notícias dele nas fontes portuguesas numa carta de mercê de duas viagens a Banda datada do 6 de Fevereiro de 1566, concedida em recompensa dos gastos efectuados aquando da vinda, «no ano anterior [1565], das partes da Índia por terra, com cartas do Conde de Redondo».<sup>155</sup> Com efeito o seu nome e a data de 1565 constam da lista de viajantes da Índia a Portugal por terra, publicada por Anthony Disney em 1998.<sup>156</sup>

Por outro lado, a partida de um embaixador é mencionada por uma outra carta de Solimão a D. Sebastião, datada do 28 *Moharrem* 972 (5 Setembro 1564), mas esta refere-se a Cochino.<sup>157</sup> Como a missiva declara que «Nikola» (Cochino) «veio para tratar de assuntos já mencionados em anteriores cartas chegadas à nossa Sublime Corte em vosso nome e do vosso governador (*kāim maḳām*) na terra da Índia», o embaixador acreditado voltou a Istambul em nova missão em 1564 – as negociações entre Aceh e a Porta continuaram durante todo esse ano – de modo a desfazer a impressão negativa causada pelas embaixadas simultâneas de 1563.<sup>158</sup> A Sublime Porta assegurou-se desta vez da sintonia da iniciativa diplomática entre Lisboa e Goa, como se verifica pela declaração de Solimão na mesma carta: como «a província da Índia é muito longínqua

---

em que andamos», e *ibid*, p. 787, nota 242, indicando a chegada em 1565 e não em 1566.

<sup>154</sup> AN/TT, CC 1, 106, 80, fol. 1v°. A frase de António Mendes de Castro, falando do Vice-rei, «(...) e logo despedio o enbayxador e com ele hũ Antonio Teyxeyra de Azevedo casado en Ormuz para ir com ele (embaixador) até Baçora e que lhe darião pasagen para trazer o recado a sua Alteza» é ambígua, pois tanto pode indicar um retorno imediato a Portugal como um regresso mais tardio. Para Subrahmanyam terá voltado para Ormuz: Subrahmanyam, «The Trading World», p. 219.

<sup>155</sup> Cruz, *Diogo do Couto*, I, p. 787, nota 242, e AN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião*, Liv. 19, fol. 13v°. Note-se que Mestre Afonso, que fez a viagem da Índia a Portugal por terra em 1565, que pernoitou em Veneza em casa de Tomas de Carnoça, que estava em contacto com a embaixada portuguesa em Roma e que regista as idas e vindas de informadores da Coroa por via de terra, não menciona Teixeira: António Baião, *Itinerários da Índia a Portugal por Terra revistos e prefaciados por António Baião*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923.

<sup>156</sup> Disney, «The Gulf Route from India to Portugal in the Sixteenth and the Seventeenth Centuries», *A Carreira da Índia*, p. 544.

<sup>157</sup> *Başbakanlık Arşivi, Mühimme Defteri V*, p. 70, editada por Özbaran, «The Ottoman Turks and the Portuguese in the Persian Gulf, 1534 -1581», *The Ottoman Response*, p. 152-153 (fac-simile) (apêndice III, sem transliteração e apenas em tradução inglesa).

<sup>158</sup> Foi o que pensámos em Couto, «Entre confrontations», p. 43-44; Römer e Vatin, «Aceh», p. 77-78 são igualmente em favor de uma nova missão de Cochino junto da Porta em 1564.

e os caminhos perigosos, o referido embaixador ficou aqui retido um pouco até que pudéssemos consultar as entidades [responsáveis] da vossa província, mas este atraso não deve deixar dúvidas sobre o nosso desejo de concluir a amizade». <sup>159</sup>

Teixeira de Azevedo chegou a Portugal em 1565, portador, segundo Diogo do Couto, de «apontamentos» dados por 'Alī Pāṣā Semīz.<sup>160</sup> Foi então «beijar a mão a el rey (e) lhe deu conta daquelles negocios», prometendo-lhe «grandissimos proveitos dos partidos que os Turcos pedião», uma atitude que, como veremos mais longe, mascarava dificilmente o malogro da sua missão.<sup>161</sup> O mais curioso é que Lisboa não parece ter-se formalizado com a iniciativa do Vice-Rei. Afinal, como preconizava Pires de Távora, era necessário aproveitar as boas oportunidades, mas a questão merece sem dúvida um estudo mais aprofundado.

### Uma estranha audiência

Uma vez chegado a Istambul munido de uma carta do Vice-Rei D. Francisco Coutinho, Teixeira de Azevedo ficou alojado ou em Pera, no bairro de Galata, ou na outra margem do Corno de Ouro (*Haliç*), no «caravansérail dos embaixadores» (*Elçi Hân*), situado no caminho para o palácio de Topkapı (conhecido mais tarde como «Via do Conselho») (*Dīvân Yolu*).<sup>162</sup> Foi recebido em seguida por 'Alī Pāṣā Semīz,<sup>163</sup> com quem, segundo Couto, se entendeu, embora o Grão-Vizir tenha ficado «sobressaltado» com a presença de uma segunda embaixada, dado que «fora aquelle negocio tratado sem ordem do Grão-Turco», sugerindo assim uma convivência entre o *beylerbeyi* de Baçora e 'Alī Pāṣā Semīz.<sup>164</sup>

<sup>159</sup> *Ibid.*, veja-se também Römer e Vatin, «Aceh», p. 78 e notas 52 e 53 (com transliteração do texto otomano).

<sup>160</sup> Cruz, *Diogo do Couto*, I, p. 200.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 200. Diogo do Couto dá-nos uma outra versão em *Asia. Década Oitava*, cap. V, p. 46, pois não menciona «apontamentos», mas uma carta que entregou ao «cardeal que governava [D. Henrique]», possivelmente uma estratégia para minimizar o fracasso da desprestigiada embaixada.

<sup>162</sup> Pedani, *Venezia*, p. 91. Os embaixadores de Veneza pernoitavam geralmente em casa do *Baile*, em Pera, no bairro de Galata.

<sup>163</sup> O lapso de tempo entre a chegada de um embaixador e a visita de cortesia ao Grão-Vizir era geralmente de três dias após a chegada a Istambul: İşıksel, *La diplomatie*, p. 22.

<sup>164</sup> Diogo do Couto, *Asia. Década Oitava*, cap. V, p. 45 ; Cruz, *Diogo do Couto*, I, p. 124-125.



Como sublinhado por Maria Augusta Lima Cruz, esta embaixada foi «descrita em traços muito largos contrariamente ao que é habitual no autor, talvez porque não se tivesse podido apoiar em testemunhos que nela participaram».<sup>165</sup> Na realidade, tendo Teixeira de Azevedo voltado a Portugal (quer tenha passado ou não primeiro por Ormuz, e talvez por Goa) informações mais completas sobre a embaixada devem ter chegado ao cronista. A menos que estejamos em presença de uma ocultação geral e voluntária de informação a vários níveis. Por um lado, da parte da Coroa, pouco desejosa, por razões de prestígio político, de dar a conhecer os factos ligados a uma iniciativa falhada; por outro lado, do próprio Couto, que optou por uma descrição *a minima*, já que a embaixada, como também confessa, foi um fracasso. Note-se ainda que a crítica ao procedimento do *beylerbeyi*, que, como vimos, constitui uma crítica indirecta ao Vice-Rei e ao Capitão de Ormuz, só figura na versão Porto / Madrid da *Década 8ª* e não na do manuscrito da Graça, embora a versão Porto / Madrid comporte dois capítulos separados. Na realidade, esta separação não se justifica nem do ponto de vista formal, nem da matéria exposta: o segundo capítulo resume apenas três das cláusulas das instruções para a negociação respeitantes ao intercâmbio comercial, repetindo as confiadadas a Catanho em 10 e 15 de Fevereiro de 1541 (quanto estas já tinham sido reajustadas nas dadas a Diogo de Mesquita em 6 de Novembro de 1541), acrescentando-lhe apenas o extenso *parecer* do fidalgo anónimo. A divisão do texto em dois capítulos (e a inclusão do *parecer*) foi provavelmente destinada a disfarçar a insuficiência da descrição da audiência, que ia forçosamente parecer demasiado concisa ao leitor, confrontado com a importância política do episódio.<sup>166</sup>

Com efeito, a narração da «audiência» de Teixeira de Azevedo em Diogo do Couto não corresponde de modo nenhum a uma audiência à Sublime Porta – um cerimonial público muito sofisticado, destinado a impressionar os enviados estrangeiros e a realçar a incomparável majestade e o poderio do Sultão.<sup>167</sup> O manual diplomático *Münşeātü's-selâtin* do *ķātib*

<sup>165</sup> Cruz, *Diogo do Couto*, II, p.301.

<sup>166</sup> Se fizermos abstenção da introdução do longo *parecer* anónimo na versão Porto/Madrid, além da diferença relativa à crítica do *beylerbeyi*, e para além de uma passagem sobre o consultar dos «homens velhos principais daquela fortaleza [d'Ormuz]», e da menção (errada) a D. Antão de Noronha, as versões do manuscrito da Graça (AN/TT) e de Porto / Madrid contém apenas pequenas diferenças discursivas.

<sup>167</sup> Maria Pia Pedani, «The Sultan and the Venetian Bailo: Ceremonial Diplomatic Protocol in Istanbul», *Diplomatisches Zeremoniell in Europa and im Mittleren Osten in der Frühen Neuzeit*, Ralph Kauz, Giorgio Rota, Jan Paul Niederkorn (eds.), Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2009, p. 287-300 e no



Ahmed Ferîdûn Bey,<sup>168</sup> instrui sobre este ritualizado protocolo, que os membros do *Dīvân-ı Hümâyûn* deviam cumprir antes da chegada do embaixador (*tertîbât*). Entre múltiplos aspectos minuciosamente descritos, o *Münşeâtü's-selâtin* especifica o tipo de decoração aconselhada para as salas (*tezîinât*) e as reverências e homenagens a efectuar (*tekrîmât*).

Após ter atravessado a cavalo a primeira porta do palácio (*Bab-ı Hümâyûn*) e prosseguido assim através dos jardins do primeiro pátio (*Bîrûn*), o embaixador franqueava a Porta da Salvação (*Bab-üs-Selâm*), apeava-se, e continuava a pé através do segundo pátio, dito do *Divân*, embelezado por luxuriantes jardins, concebidos como evocações do paraíso,<sup>169</sup> ao som de rufares de tambores, entre vagas de aclamações ritmadas (*alkış*), proferidas por uma multidão de janízaros e soldados que formavam uma ala à sua passagem. Uma das alamedas deste grande pátio conduzia ao *Kubbe altı*, a área onde se encontrava o Conselho (*Dīvân*). Era no *Dīvân* que o Grão-Vizir recebia o embaixador para uma refeição protocolar que antecedia a audiência.<sup>170</sup> O enviado era em seguida vestido do traje de honra (*hil'at*) assim como os membros mais importantes do seu séquito.<sup>171</sup> Este segundo pátio comunicava com o terceiro, o *Enderûn*. Acedia-se a ele através da Porta da Felicidade ou Porta dos Eunucos Brancos (*Bab-üs Se'âdet*), lugar simbólico de muitas cerimónias palatinas.<sup>172</sup> O *'arz odası*, o pavilhão das audiências de Topkapı, onde o Sultão recebia os dignitários estrangeiros, estava situado imediatamente por detrás da *Bab-üs Se'âdet*.<sup>173</sup> No *Enderûn*, encontrava-se a mesquita dos Eunucos, o

---

mesmo volume, Ernsts D. Petritsch, «Zeremoniell bei Empfängen habsburgischer Gesandtschaften in Konstantinopel», p. 301-322.

<sup>168</sup> Soner İsimtekin, «Feridun Bey Münşeâtında Yer Farsça Mektuplar», *Doğu Araştırmalar / A Journal of Oriental Studies* 11/1 (2013) p. 49-70.

<sup>169</sup> Este pátio era simbolicamente o mais importante, pois nele se desenrolavam as festas religiosas, as distribuições de velas, as cerimónias de entronização dos sultões e o pagamento dos salários dos janízaros cada três meses (*'ulûfe*).

<sup>170</sup> Gülru Necipoğlu, *Architecture, Ceremonial and Power. The Topkapı Palace in the Fifteenth and Sixteenth Century*, New York: The Architectural Foundation, MIT-Press, 1999 p. 25.

<sup>171</sup> Veja-se Pedani, *Venezia*, p. 94-96, sobre os diversos personagens presentes a este banquete, às hierarquias respeitadas e outros aspectos do ritual.

<sup>172</sup> Mehrdad Kia, *Daily Life in the Ottoman Empire*, Santa Barbara, California: Greenwood, 2011, p. 48.

<sup>173</sup> Para uma descrição completa, veja-se Gülru Necipoğlu, *Architecture*, p. 96-110. O pavilhão, que data do reinado de Mehmet III, é relativamente pequeno (66 m<sup>2</sup>). Revestido de azulejos no interior e no exterior, é rodeado de uma galeria aberta assente sobre 22 colunas. No interior encontrava-se o trono de baldaquim, revestido de ouro e pedras preciosas no qual se sentava o sultão, rodeado de almofadas incrustadas de pedraria e bordadas a fio de ouro e prata. A água corria de uma pequena

Tesouro, a Escola onde eram educados os jovens do *devşirme* e o pavilhão que guardava as relíquias do Profeta. O quarto pátio, o mais isolado, era reservado aos apartamentos pessoais do sultão e dos príncipes (*seh-zāde*) e ao harém.

Uma vez dentro do '*arz odası*, os *kapıcı* agarravam o embaixador pelos braços, de ambos os lados e arrastavam-no (por vezes de pernas estendidas) até à distância de quatro passos do sultão. Num acto de grande violência física e simbólica, que estabelecia «uma hierarquia política tanto visual como jurídica»<sup>174</sup> os guardas (*kapıcı*) coagiam então o embaixador a inclinar-se, a beijar a fímbria do caftan do Sultão (*bisât-būs*) e a prosternar-se três vezes tocando com a cabeça no chão. Desenvolvia-se em seguida uma muito breve alocução do embaixador (para apresentação das credenciais), que era resumida pelo intérprete ao Grão-Vizir, que por sua vez a repetia em voz alta aos presentes na sala, de forma ainda mais condensada. O sultão ou permanecia em silêncio ou pronunciava curtas frases como «bem» (*hoş*), «muito bem» (*peke iyi*) ou «que assim seja» (*şöyle olsun*).<sup>175</sup> O Grão-Vizir interpretava o sentido destas palavras num rápido discurso que era por sua vez traduzido e desenvolvido pelo intérprete. O embaixador permanecia de pé, não era autorizado a dirigir a palavra ao sultão e só o podia olhar de soslaio. Após esta troca, enquanto o sultão se mantinha sentado e silencioso, os mesmos *kapıcı* arrastavam o diplomata para fora da sala tão rapidamente como tinha entrado.<sup>176</sup> As questões políticas de fundo, ou seja a verdadeira negociação, eram tratadas numa outra audiência privada com o Grão-Vizir.<sup>177</sup>

Nada disto se encontra na descrição de Diogo do Couto. Pelo contrário, o que este retrata é uma entrevista clandestina, em que figura apenas um ritual das audiências oficiais (o embaixador «levado por ambos os braços» até ao sultão) e uma prática não sistemática (o espalhar, pelo embaixador, de moedas de ouro pelo chão) situações que não podiam ter acontecido dado o contexto em que Diogo do Couto nos diz ter sido

---

fonte de mármore à entrada do edifício, impedindo de ouvir no exterior o que se dizia no interior da sala.

<sup>174</sup> İşiksel, *La diplomatie*, p. 30; Pedani, *Venezia*, p. 98. Em 1668 o embaixador russo é lançado por terra com grande brutalidade.

<sup>175</sup> Pedani, *Venezia*, p. 99.

<sup>176</sup> *Ibid.* Sobre a simbólica gestual das audiências e as entrevistas diplomáticas como objecto de questionamento histórico, veja-se a introdução de Jean-Claude Waquet em *Paroles de négociateurs*, p. 2-24.

<sup>177</sup> Pedani, *Venezia*, p. 99.

recebido Teixeira de Azevedo. Com efeito, a descrição ainda mais inverosímil diz respeito à introdução na câmara privada do Solimão. Impensável, quando conhecemos o cerimonial de isolamento do sultão, herdado do protocolo bizantino,<sup>178</sup> a codificação do espaço ligada à etiqueta imperial,<sup>179</sup> e a sua vivência quotidiana. Nestes meados do século XVI, o Sultão era constantemente rodeado de servidores, entre os quais por três personagens, o secretário (*kātib*), o seu pagem pessoal (*çohāndār ağa*) e o «portador da espada» (*silāḥdār ağa*) além de numerosos outros pagens (*zülflü ağas*, *balṭacı ağas*) e eunucos, distribuídos numa complexa hierarquia.<sup>180</sup> Por outro lado, era também impossível que um estrangeiro, e além disso um Português (conotado com os Habsburgos), entrasse nesse espaço ultra privado, ainda que com o estatuto de «embaixador» e escoltado por 'Alī Pāşā Semīz. Que, como diz Couto, Teixeira tenha encontrado Solimão a costurar «carapuchinhas de quartos» que se punham debaixo dos grandes turbantes (*Börk* ou *Üşküf*), sentado num estrado baixo, é ainda mais insólito. Fantasiada é também a sua informação segundo a qual os «senhores da Casa Othomana ganharem por suas mãos o que hão-de comer; as quais os baxas lhe comprão por muito dinheiro de que fazem as despesas da sua mesa».<sup>181</sup> Apesar dos Sultões se terem consagrado à música, à poesia, às artes equestres e à leitura, poucos se dedicaram a actividades manuais; conhece-se o caso de 'Abdül Hamīd II (1876-1909), que praticou a carpintaria no seu atelier do palácio de Yıldız.<sup>182</sup> Quanto a Solimão, nenhuma actividade deste género é assinalada pelas fontes coevas ou mesmo tardias: a sua grande paixão era a caça. A tal ponto que, em 1538, a caminho da Albânia para ir cercar Corfu, passou o seu tempo a caçar, negligenciando os preparati-

<sup>178</sup> Necipoğlu, *Architecture*, p. 15-16. O princípio do isolamento, codificado por Mehmet II em 1477, foi em seguida reiterado em 1481 pelo seu *Ķānunnāme* (*ibid.*, p.22).

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 16-22. Um bom exemplo durante o concerto de órgão dado por Thomas Dallan (1599-1600) em presença de Mehmet III em Topkapı: Alain Servantie, *Le voyage à Istanbul: Byzance, Constantinople, Istanbul, Voyage à la ville aux mille et un noms du Moyen Age au XX<sup>e</sup> siècle*, Bruxelles: Editions Complexe, 2003, p. 213-215.

<sup>180</sup> Sobre o quotidiano do sultão ver Kia, *Daily Life*, p. 43-44. Este autor sublinha o facto de ter diminuído progressivamente (na passagem da primeira para a segunda metade do século XVI), o número dos que podiam entrar em contacto directo com o Sultão. Mesma observação em Necipoğlu, *Architecture*, p. 26 que sublinha a crescente arrogância do sultão ao receber os embaixadores, mais visível no «terceiro quarto do século XVI».

<sup>181</sup> Cruz, *Diogo do Couto*, I, p. 27-28. Em contrapartida, as concubinas do harém produziam bordados que eram vendidos no exterior.

<sup>182</sup> Kia, *Daily Life*, p. 40.

vos militares da campanha.<sup>183</sup> Como quer que seja, ao descrever Solimão numa postura doméstica, recatada e a bem dizer efeminada segundo os padrões sociais da época, Diogo do Couto neutraliza habilmente a representação simbólica do «bárbaro», e com ela, subliminarmente, a energia guerreira do Sultão.

Como interpretar tão estranha descrição do ponto de vista político? A hipótese mais viável é de que Teixeira foi apenas recebido por 'Alī Pāšā Semīz, e que Couto, para realçar o prestígio de um outro contacto directo com os Otomanos, vindo do Estado da Índia, tenha composto o quadro para benefício dos seus leitores e segundo as informações dispersas de que dispunha (a partir de dados transmitidos por Cochino, por Teixeira ou mesmo por Duarte Catanho, Diogo de Mesquita ou Gaspar Palha). Aliás, vários pormenores apontam nesse sentido, pois no capítulo V da *Década 8ª* da versão Porto / Madrid (que continua a narração do episódio da embaixada), a entrevista com o Sultão já é escamoteada, organizando-se o texto não à volta da pessoa de Solimão, mas do Grão-Vizir 'Alī Pāšā Semīz. A estratégia narrativa de Couto permite-lhe assim transitar habilmente para um remate relativamente condigno: ao «que passou Antonio Teixeira na corte», segue-se que «depois de muitos dares e tomares lhe deu o Aly Baxa a resposta da parte do turco das cousas que requereu que lhe deram por apontamento», e que foi graças aos «apontamentos feitos por Aly Pacha» que o embaixador pôde ser despachado.

### Um «unhappy ending»

Contrariamente ao que afirma Diogo do Couto, verificamos também, agora que dispomos dos originais das duas cartas de Solimão mencionando ambas as embaixadas de 1563, e das respectivas traduções e rascunhos, que a resposta de Solimão não foi, nesse ano, nem seca nem arrogante. Solimão não declara nesta correspondência que não desejava a paz.<sup>184</sup> Para a Sublime Porta, a paz (*Şulh*), a ordem e a estabilidade constituíam o supremo fim de toda a ação política, e a negociação impu-

<sup>183</sup> Identicamente no Inverno de 1546-1547, em que passou vários meses caçando em Edirne.

<sup>184</sup> Veja-se Meneses, *Chronica do muito alto*, p. 332: «Eu a ninguem peço pazes, se ElRey de Portugal as quer, mande-me hum Grande de sua Corte, e ouvilhemos. Com esta arrogante resposta lhe pareceo virse a Portugal, onde assentaraõ de lhe não responder». Meneses refere-se aqui provavelmente à carta de Novembro de 1564 (ver *infra*) que fundiu com as precedentes, de modo a poder realçar a arrogância de Solimão.

nha-se sistematicamente a partir do momento em que o interlocutor, em sintonia com a Porta, dava provas de agir de boa-fé em prol dessa mesma paz.<sup>185</sup> Quanto ao pedido de envio de um embaixador de estatuto mais elevado, não se podia qualificá-lo de insultante, dada a ambiguidade provocada pela existência das embaixadas paralelas de Cochino e Teixeira, embora seja patente na duas cartas de Solimão da Torre do Tombo que Cochino, sendo embaixador oficial, desfrutava de alguma consideração em Topkapı.<sup>186</sup> Em todo o caso, as expressões utilizadas, «(...) se quiserdes prosseguir a negociação enviarei um homem suficientemente qualificado como embaixador [*elçi*], que possa negociar e concluir a paz e a amizade (...)»,<sup>187</sup> assim como «(...) se enviardes um embaixador digno e investido da confiança real, que possa negociar e confirmar a dita vontade e amizade por estes países não ficaremos indiferentes a esta amizade e intenção e não a recusaremos, e quando o vosso embaixador aqui estiver recebê-lo-emos graciosamente (...)»,<sup>188</sup> atestam da boa disposição de Solimão.<sup>189</sup> Só uma outra carta do sultão, de Novembro de 1564, ou seja, dois meses após a carta atrás referida do *Mühimme*, de 28 *Moharrem* 972/5 Setembro 1564 (ainda cortês),<sup>190</sup> mostra que a paciência da Sublime Porta tinha atingido o seu limite. Ao relembrar as vexações (*dahl ü tecâvüz*) de que continuavam a ser vítimas mercadores e peregrinos muçulmanos na Índia (a livre circulação dos mercadores era já uma preocupação de Solimão na carta do 5 de Setembro), exige desta vez a tomada de medidas concretas, e conclui, em termos contundentes: «(...) em seguida não servirá de nada dizer 'que se quiz a paz'. Será necessário juntar mais alguma coisa?».<sup>191</sup>

Na verdade, do ponto de vista das cláusulas da negociação, Cochino e Teixeira não tinham nada de novo a oferecer a Solimão para além do que já fora basicamente apresentado em 1541-1546, e Lisboa, no reinado do

<sup>185</sup> İşıksel, *La diplomatie*, p. 17-21.

<sup>186</sup> Özbaran, «Osmanlı Sultanından», p. 23-24; Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 204vº e 219), p. 83-85 e 86-87.

<sup>187</sup> Özbaran, «Osmanlı Sultanından», p. 23.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>189</sup> O termo *icâzet-nâme* na carta da Torre do Tombo de 18-27 *Çasım* 971 (18-27 Novembro 1563) (editada em Özbaran, «Osmanlı Sultanından», p. 24), reenvia estranhamente a um acordo com pouco envolvimento das partes, contrariamente ao '*ahd-nâme*, o verdadeiro tratado que concluía geralmente uma trégua. A questão não pode ser discutida aqui, mas será comentada ulteriormente. Veja-se igualmente Couto, «Entre confrontations», p. 43, nota 163 e Römer e Vatin, «Aceh», p. 76, nota 45.

<sup>190</sup> *Başbakanlık Arşivi*, İstanbul, *Mühimme Defteri* VI, p. 355.

<sup>191</sup> Römer e Vatin, «Aceh», p. 78-79 e nota 57 (com transliteração do texto otomano e comentário filológico de Claudia Römer).

jovem D. Sebastião, tinha provavelmente poucos meios de fazer aplicar um acordo tão importante na Índia. Além disso subsistiam desconhecimentos de foro político e cultural: o fidalgo que emite o seu *parecer* em Diogo do Couto queixa-se do não envio de um embaixador otomano, não sabendo certamente que nesta época a prática era rara, a Porta enviando raramente missões ao estrangeiro.<sup>192</sup> Esta falta de perspectivas políticas e diplomáticas não escapou aos observadores exteriores; assim, em 1564, o duque de Alcalá, novo Vice-Rei de Nápoles, evocava de modo depreciativo a missão de Cochino, declarava que as cláusulas eram idênticas às que Duarte Catanho tinha apresentado em 1541, e vaticinava que as negociações terminariam num impasse.<sup>193</sup>

Contudo, outras razões não estarão envolvidas no malogro das missões de Teixeira e Cochino? O processo inquisitorial de Tomé Pegado da Paz (32 de Outubro de 1578)<sup>194</sup> revela novas pistas para melhor compreender o fracasso da negociação. Por um lado a presença simultânea de Cochino (apresentado erradamente como Grego no processo inquisitorial) e Teixeira de Azevedo em Istambul; por outro lado a interferência de João Micas, aliás Joseph Nasci, durante o processo de negociação:

«(...) ou doze annos pouco mais ou menos que da Índia veo ter a Constantinopla hum Joaom Teixeira d'Azeuedo portu-  
guez, embaixador ao turquo sobre se fazerem pazes e deste  
Rejno foi hum grego com cartas del Rej sob ao mesmo nego-

<sup>192</sup> İşksel, *La diplomatie*, p. 30-33. Notar-se-á apenas a embaixada de Strasz a Varsóvia (1569) para convidar o rei da Polónia a uma campanha contra Ivan IV, ou a de Hacci Murad a França, em 1571, para impedir Carlos IX de se juntar à Santa Liga.

<sup>193</sup> AGS, *Estado, Legajo* 1053, doc. 1: «Y no se habia concluido cosa ninguna».

<sup>194</sup> AN/TT Inquisição de Lx., Processo nº 10906, editado por Carlos Manuel Valentim, «Tomé Pegado da Paz: espião e servidor do duque de Naxos (1552-1578)», *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004), p. 302-312 e p. 335 (passagem referida do processo). Sobre os Paz (Duarte e seu filho Tomé), ver ainda José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, «Portuguese New-Christians in the Turkish 'Carrefour' between the Mediterranean and the Indian Ocean in the Sixteenth Century: Decentralisation and Conversion», *Journal of Early Modern History* 17 (5-6) 2013, p. 561-584; *id.*, «Jews in the Diaspora with Sepharad in the Mirror: Ruptures, Relations and Forms of Identity. A Theme examined through Three Cases», *Jewish History*, nº 2 (2011), p. 175-205; *id.*, «From Setúbal to the Sublime Porte: The Wanderings of Jácome de Olivares, New Christian and Merchant of Cochino (1540-1571)», *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II - Special Issue: *The Portuguese and the Pacific II*, Sanjay Subrahmanyam e Kenneth Macpherson (eds.), Santa Barbara: Center of Portuguese Studies at the University of California, p. 94-134 (Artigo reeditado em *Sinners and Saints. The Successors of Vasco da Gama*, Sanjay Subrahmanyam (ed.), New Delhi: Oxford University Press, 1998).

cio e porder[r]adejro senaom fizeraom s pazes[fl.49] pollas estrouar o ditto Johaom Miquas, há este Joaom Teixeira se descobriu elle confitente como era christaom e lhe e deu alguns auisos do que cumpria a seruiço d'el Rej nosso senhor (...) ».<sup>195</sup>

No que diz respeito às relações com os Estados da Europa ocidental e o mundo ibérico em particular, é conhecido, ainda que não suficientemente aprofundado, o grau de influência política de Nasci junto de Solimão *Kānūnī*, e sobretudo junto de seu filho Selim II.<sup>196</sup> Sabemos contudo que quando não havia consenso político no *dīvān* em matéria de política externa, este último sultão fazia apelo a Joseph Nasci ou à Şemsi Aḥmed.<sup>197</sup> Nasci recebeu o grau de *mūtafarriḳa*, uma honra insigne concedida a um estrangeiro. Aliás, o português teria oferecido 80.000 ducados ao príncipe (*sehzāde*) Selim antes da sua subida ao trono.<sup>198</sup>

Sabe-se que um dos ramos da vasta rede comercial e informativa do «Grande Judeu» não se limitava ao Mediterrâneo ou à Europa Ocidental; devido à participação de Nasci no negócio das pedras preciosas e das especiarias, estendia-se também à Índia.<sup>199</sup> Os judeus de Cochim e de outros portos indianos desempenhavam nele um papel de relevo. É sabido também que Nasci tinha recebido em Istambul cartas dos judeus da Índia – trazidas pelo filho de um certo Sem Tob Espanha<sup>200</sup> – pedindo que convencesse o Sultão a intervir militarmente no Índico e a prejudicar assim os interesses Portugueses.

<sup>195</sup> Valentim, «Tomé Pegado da Paz», p. 335. Esta passagem do processo foi também assinalada por Tavim, «O 'Aviso' anónimo sobre João Micas na Coleção de S. Vicente», *Anais de História de Além-Mar* 5 (2004), p. 274, nota 97. Uma gralha de impressão dá nesta nota o nome de «fuão» a «Joam» (Teixeira de Azevedo).

<sup>196</sup> Sobre essa influência veja-se o estudo clássico de Cecil Roth, *The House of Nasci: Doña Gracia*, Philadelphia: Jewish Publ. Society of America, 1948; José Alberto da Silva Tavim, «Batida Oryantal Zamanlar: Padişahların ve Yahudilerin Gücü (16.ve 17. Yüzyıllar)», *Harp ve Sulh, Avrupa ve Osmanlılar*, Dejanirah Couto (ed.), İstanbul: Kitapyayinevi, 2009, p. 157-158; Işıkse, *La diplomatie*, p. 34. Para Benjamim Arbel, *Trading Nations, Jews and Venetians in the Early Modern Eastern Mediterranean*, Leyde: E. J. Brill, 1995, p. 57-61, o papel de Nasci deve ser relativizado.

<sup>197</sup> Işıkse, *La diplomatie*, p. 34.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 73. A fonte sobre esta doação é Norman Rosenblatt, *Joseph Naci Court Favorite of Selim II*, Tese de doutoramento, Universidade de Pennsylvania, 1957, p. 32.

<sup>199</sup> Tavim, «O 'Aviso' anónimo», p. 274; Tavim chama a atenção para o facto de que Paul Frédéric Grunebaum-Ballin, *Joseph Naci, duc de Naxos*, La Haye: Mouton, 1968, p. 157, foi o primeiro a chamar a atenção para os laços de Nasci com a Índia e o seu papel para estabelecer uma paz com a Porta.

<sup>200</sup> Tavim, «O 'Aviso' anónimo», p. 275.



Se as informações do processo inquisitorial de Tomé Pegado da Paz são fidedignas, a obstrução de Joseph Nasci à conclusão das negociações diplomáticas poderia justificar-se por razões de antagonismo político-religioso, ainda que uma trégua geral entre Portugueses e Otomanos fosse vantajosa para o comércio do Índico, no qual Nasci tinha interesses. Mas convém não esquecer que Joseph Nasci, personalidade pragmática mas com facetas ainda obscuras, prestou também, apesar do exílio, serviços diplomáticos<sup>201</sup> e de espionagem<sup>202</sup> à Coroa portuguesa. O seu antagonismo tinha limites, como se verifica pelo memorial enviado a Filipe II em 1571 (Selim não tinha ainda falecido) pedindo um salvo-conduto para regressar a Espanha.<sup>203</sup> Como quer que seja, permanece a hipótese de uma possível interferência de Nasci no fracasso das negociações de 1563, mas resta-nos ainda saber se alguns dos conversos refugiados no Império otomano, membros do círculo social de Nasci (Jácome de Olivares, Tomé Pegado da Paz e seu pai Duarte da Paz, Moisés Hamon e Simão Correia) desempenharam algum papel de relevo neste desenlace diplomático.<sup>204</sup>

## Epílogo

Entretanto Cochino tinha deixado Istambul no final de 1563 e viajava para Portugal. A ordem augusta enviada aos *ḡādīs* de Dubrovnik, atesta que o embaixador acreditado por D. João III, confiado ao emissário (*čā'ūsh* ou *çavuş*) Mustafâ depois da sua audiência, já se encontrava per-

<sup>201</sup> Couto, «L'espionnage portugais dans l'empire ottoman au XVI<sup>e</sup> siècle», *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, p. 262, nota 71. Na realidade, foi o feitor de D. Gracia Nasci no Cairo que encontrou o intermediário no resgate dos cativos de Mascate em 1554: Carta de D. Afonso de Lencastre ao rei (Roma, 20.X.1554), *CDP*, XII, 1902, p. 416 e *AN/TT*, CC 1, 92, 371.

<sup>202</sup> *CDP*, XII, 1902, p. 390.

<sup>203</sup> *Ibid.*, p. 278-281; Tavim, «Jews in the Diaspora», p. 179; *id.*, «From Setúbal», p. 118; Couto, «Juifs et nouveaux-chrétiens portugais entre Anvers, l'Empire ottoman et l'Inde», *L'Empire ottoman, dans l'Europe de la Renaissance / El Imperio Ottomano en la Europa Renacentista*, Bruxelles: Leuven University Press, 2005, p. 351.

<sup>204</sup> Tavim, «O 'Aviso' anónimo», p. 275, segundo *AN/TT*, Inquisição de Lx., proc. 10906, fols. 6-7 e 11-11v°. Tomé Pegado da Paz forneceu pelo menos alguma informação secreta a Teixeira de Azevedo como se verifica pelo processo.



to de Ragusa em 9 de Dezembro de 1563.<sup>205</sup> O seu itinerário passara por Roma, onde o duque de Medinaceli, Vice-Rei da Sicília, escrevera em 1 de Março de 1563 que Cochino tinha planeado por aí passar, a fim de solicitar do embaixador de Portugal uma escolta que o acompanhasse de volta a Lisboa. Cochino tinha também escrito sobre a sua decisão a um dos seus correspondentes, Baptista Escarella, um mercador de Palermo ligado aos meios de negócios da ilha de Chios. Em todo o caso, como vimos anteriormente voltou provavelmente a Istambul em 1564. Foi ele certamente o portador das duas últimas cartas do Sultão que conhecemos, a de 28 *Moharrem* 972 (5 Setembro 1564),<sup>206</sup> e a de Novembro de 1564.<sup>207</sup>

Para concluir, do ponto de vista de uma análise da política externa da Coroa Portuguesa em meados do século XVI, a narração da embaixada de António Teixeira de Azevedo, tão curiosamente descrita na *Década 8ª* de Diogo do Couto, conserva vários méritos: por um lado é a única a abordar a falhada tentativa de negociação diplomática com os Otomanos em 1563, pondo em evidência o papel do Estado da Índia, e se formos mais longe, o das relações entre Goa e Lisboa quando estiveram em jogo iniciativas de política externa; por outro lado permanece um testemunho revelador das dificuldades lusitanas em assumir uma política coerente a nível das suas relações exteriores face a uma grande potência muçulmana, cujos desafios pesavam fortemente na Europa, no Mediterrâneo, e, em certa medida, no Índico. Finalmente, o episódio da embaixada é incontestavelmente revelador da atmosfera cultural e política, entre antagonismo e fascinação, que então se vivia na Europa ocidental (e particularmente em Portugal), em relação ao Império Otomano. Antagonismo e fascinação que a batalha de Lepanto, um dos últimos grandes embates militares no Mediterrâneo entre a Cristandade e a Sublime Porta, iria pôr à prova em 1570. Para Portugal, dado o protagonismo político de Aceh (lembremos o cerco de Malaca em 1568), a questão não estava todavia ainda encerrada, pois durante mais alguns anos o sultanato

<sup>205</sup> Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 224), p. 85-86. É provavelmente depois deste regresso que devemos situar a sua entrevista em Veneza com o secretário (e espião) García Hernández, a quem declarou ser «perito em questões da Índia» e a quem descreveu o estado de decrepitude de Solimão: *AGS, Estado, Legajo* 1325, doc. 13 (28.III.1564).

<sup>206</sup> *Başbakanlık Arşivi, Mühimme Defteri V*, p. 70, em Özbaran, «The Ottoman Turks and the Portuguese in the Persian Gulf, 1534-1581», *The Ottoman Response*, p. 152 (apêndice III, sem transliteração e apenas em tradução inglesa).

<sup>207</sup> Sobre estas duas cartas ver a última parte deste estudo.

continuou a exercer pressões sobre a Porta Otomana para que interviesse contra os Portugueses no Índico.<sup>208</sup>

---

<sup>208</sup> Vejam-se as duas cartas do Sultão de Aceh a Selim II em Römer e Vatin, «Aceh», *Documents* (Mxt 270, p. 64vº), p. 92-96 e fac-similes p. 107-108 (carta do 20 Şevval 971/1 de Junho de 1564); *ibid.*, p. 98-102 (Primavera 1564, datação de N. Vatin). Esta última carta provém da biblioteca do palácio de Topkapı, *Mekâtib-i hulefâ ve selâtin*, R 1959, p. 817 -818.

# **DIOGO DO COUTO – ENCENAÇÕES**



# O Soldado Prático – Diálogo em Cena

SILVINA PEREIRA \*

## A Vida

E torno a afirmar a V.S. que se não honrarem e fizerem merce que hei-de fazer tudo em pó e deixar na sepultura o letreiro de fabricio. *Ingrata patria ossa mea nom pocedebis.*<sup>1</sup>

As histórias de vida dos escritores iluminam e ajudam a perceber a sua obra e são em termos dramáticos uma fonte de inspiração, dado as contradições expressivas de alguns autores. Afinal, por detrás de cada personagem parece projectar-se o seu criador. Faamos então de Diogo do Couto.

Aos dez anos de idade, Diogo do Couto (1542-1616) encontra-se ao serviço da casa do Infante D. Luís, partilhando estudos com o filho deste, o jovem D. António, Prior do Crato. Aos 13 anos calcorreia as ruas de Lisboa, chorando a morte do Infante ocorrida a 27 de Novembro de 1555, transitando como moço de câmara para a casa de D. João III. A morte de

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 365-389 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa; Teatro Maizum.

<sup>1</sup> Vide carta de Diogo do Couto, datada de Goa, 16 de Dezembro de 1607, dirigida ao conde da Vidigueira D. Francisco da Gama, publicada por António Baião, em 1947, p. LXXII.

seu pai obriga-o a procurar os fumos da Índia. Em 1559 embarca para a Índia pela Rota do Cabo. Até aos 27 anos presta serviço como soldado, vivendo uma década de aventura em terras índicas. Vê-lo-emos depois como professor das matérias da Índia e, segundo se pode perceber pel' *O Primeiro Soldado Prático*, parece ter como sonho ser conselheiro do Vice-Rei. Em 1569, enceta uma viagem de retorno ao reino, e encontra-mo-lo na Ilha de Moçambique no célebre episódio que envolve o encontro de Couto com Camões. Em 1570 é recebido por D. Sebastião, tendo sido, segundo Coimbra Martins, mal despachado. Com as suas cartas de serviço retorna à Índia na armada de 1571.

No regresso, troca a espada pela pena, ingressa no aparelho administrativo, radica-se e casa-se, adquirindo o desejável estatuto de “casado”. A mulher, D. Luísa de Melo, é irmã de Frei Adeodato da Trindade, a quem Couto remete, de Goa para o convento da Graça em Lisboa, a sua produção historiográfica para correcção e edição. Desde muito cedo revela a faceta de compilador de informações de carácter histórico sobre a história dos Portugueses na Índia. A partir de 1595, por incumbência de Filipe II desempenha as funções de cronista oficial da Ásia portuguesa, de orador e de arquivista, como Guarda-mor da Torre do Tombo de Goa.

No texto d' *O Soldado Prático* percebe-se o acumular de sentimentos de despeito, de desenganos e ressentimentos por despachos negados. Na carta endereçada a D. Francisco da Gama, Couto é uma voz que protesta e que amargurado pela “falta ou insuficiência de favores” (Martins, 1991:89) ameaça queimar os seus papéis quando sentisse a morte por perto. A veemência do protesto mostra a faceta exacerbada do escritor. Voltará a escrever-lhe afirmando não pedir ao rei ser feito fidalgo e que “havia de ser conhecido pelo homem que não tinha hábito”, conhecendo-se, no entanto, todo o seu imenso esforço de “fazer o necessário por se habilitar ao hábito de Cristo” (Martins, 1991:93).

Trabalhador incansável não se desvia um momento do trabalho e do propósito de reconhecimento que diz não querer e desconfia-se que terá saído da sua própria mão o “Retrato digníssimo de pessoa desejosa de honras” (Martins, 1991:103).

“Foi-se” a 10 de Dezembro, sábado, de 1616. Conhece-se uma notícia informando que, de acordo com as suas disposições prévias, o seu enterro contou com a presença do vice-rei e do arcebispo de Goa. A seu pedido foi a sepultar com pompa e circunstância. Diz-nos Coimbra Martins que “Os cargos que quer, as mercês que pede, o ofício que exerce, enten-

dem-se em função de uma carreira, de uma ascensão, de uma posição, e até de um poder na Índia” (Martins, 1991:110-111).

A vida de Diogo de Couto oferece-nos um retrato de uma figura complexa e contraditória, espelhado em grande parte no designado diálogo d’ *O Soldado Prático*, que ao longo das sucessivas cenas se vai instalando e descambiando num obsessivo monólogo.

## A Obra

SOLDADO – Porque sou tão só neste Reino que não tenho cousa a que me possa arrimar que a estes papéis que aqui trago dos muitos anos e muitos serviços que nas partes da Índia tenho feitos, ornamentados e esmaltados muitas vezes com o sangue deste corpo.

Segundo alguns autores a redacção d’ *O Primeiro Soldado Prático* é anterior à sua viagem ao reino, assente na experiência de cinco anos de soldado na Índia.<sup>2</sup> Apresentado com uma linguagem mais viva e rica e maior coerência, mostra um soldado esperançado, instrutivo, que oferece conselhos. Foi editado pela primeira vez em 1790 e Coimbra Martins deu-o ao prelo em 2001.<sup>3</sup>

O texto d’ *O Soldado Prático* que aqui seguimos foi publicado por Rodrigues Lapa na Livraria Sá da Costa (1.<sup>a</sup> edição em 1937) e mostra as muitas queixas e críticas de soldado que regressou, revelando a crise moral generalizada vivida na Índia, uma crise que viria a provocar o declínio e a queda do Império português do Oriente.<sup>4</sup> Terá sido iniciado após o

<sup>2</sup> Coimbra Martins que reflectiu sobre esta matéria, avança duas datas para a redacção d’ *O Primeiro Soldado Prático*: No artigo «História de Diogo do Couto e os livros indica «por volta de 1565/1570», (Martins, 1991:75); anos depois, na Introdução à edição de *O Soldado Prático* afirma que deve situar-se entre 1563 e 1573, o mais tardar, (Martins, 2001:19). Outros autores há que situam a redacção do texto nos anos que antecedem a viagem ao Reino, sensivelmente entre 1565 e 1569.

<sup>3</sup> A primeira edição de ambos os Soldados práticos é de 1790, tendo como editor António Caetano do Amaral, com base em um manuscrito conservado na Academia das Ciências de Lisboa. A edição do segundo Soldado feita por Rodrigues Lapa é considerada a edição de referência, até porque segue o manuscrito original “n.º 463”, parcialmente autógrafa, conservado na Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>4</sup> Lembremos aqui a edição de Ana Maria García Martín, de 2009, que assenta igualmente no manuscrito n.º 463 da BNP seguido anteriormente por Rodrigues Lapa.

regresso a Goa, mas abandona-o, desconhecendo-se a razão. Retoma esse segundo diálogo por volta de 1610-1. Desenvolve aí as ideias que lhe interessavam mais: a corrupção e os enganos e desenganos da Índia. É claramente um homem de letras, animado de um espírito reformador, de crítica, de denúncia dos abusos dos poderosos e dos negócios corruptos.

A personagem SOLDADO transita para este segundo diálogo e fala com dois interlocutores, um DESPACHADOR e um FIDALGO já eleito vice-rei por sucessão. Sente-se aí amargura, revolta, cansaço, “o despeito de Couto, em 1570, pelo despacho nada pingue, que alcançou do rei” (Martins, 1974:170). O mal da Índia é identificado: o mau ordenamento de Portugal, a progressiva subalternização das armas à mercancia, à ganância e à cobiça e a força de um clima que a todos corrompe. Assim o descreve o próprio quando declara: “*E desengano-vos que não fio de nenhum viso-rei, como chega àquele Estado, nada; porque inda que vá deste reino puro, lá o danam e transtornam. E este negócio de ver pérolas e as peças ricas do Oriente é mui perigoso*” (Couto, 1980:127-128).

Rodrigues Lapa escreveu que o *Soldado Prático* “é dos livros mais honrados da literatura portuguesa. Deverá ser lido, depois de *Os Lusíadas*” (Lapa, 1980:10), referindo ainda que “O amor da verdade é em Couto uma espécie de vício” (Lapa, 1980:11). São avaliações discutíveis e insuficientemente fundamentadas à luz da documentação disponível e do estudo da obra no seu conjunto, realizado pela recente crítica.

Veja-se a propósito o trabalho de Maria Augusta Lima Cruz em *As vozes da Índia nas Década da Ásia de Diogo do Couto*, de 1994, sobre o que a investigadora considera constituir prova do pouco rigor do cronista quer quanto ao processo de trabalho em relação às fontes orais, quer quanto ao modo como se apropriou das fontes escritas. Após ter assinado algumas fontes, na *Década 8.<sup>a</sup>*, em que Couto “copiou textualmente essa fonte” (Cruz, 1994:184), dirá que a prova de que “Couto não era talhado para o ofício de cronista de gabinete, é que a copiou mal” (Cruz, 1994:184). Ou seja, Couto executa o que a autora do estudo designa como “um trabalho de aproveitamento das fontes escritas feito sobre o joelho” (Cruz, 1994:184), saldando-se cada uma das *Décadas* numa “manta de retalhos”, em cujo fio da história o memorialista “constantemente se evade e a desalinha” (Cruz, 1994:185), concluindo que “já foi apurado que Couto diz que viu e ouviu o que outros viram e ouviram, e que leu o que outros leram” (Cruz, 1994:188). Parece então que, mais do que a verdade, o que anima Couto é a crítica aos seus contemporâneos já que “Ninguém escapa à pena mordaz de Diogo do Couto. Como ironiza



A. Coimbra Martins, «só lhe falta dizer mal do cronista do rei da Ásia!» (Cruz, 1994:186).

Também a sua faceta de orientalista, as suas descrições sobre a história, a vida, os usos e os costumes das “gentes da terra”, que indicam o imenso interesse e curiosidade de Diogo do Couto pelo mundo Índico têm sido postas em quarentena pela crítica recente. Maria Augusta Lima Cruz assinala ainda a esse propósito que “não se encontra nas *Décadas da Ásia*, uma linha de pensamento consistente que permita caracterizar as opiniões de Couto sobre as culturas e povos asiáticos e protagonistas das suas Histórias” (Cruz, 1994:188).

Le Gentil dava conta do trabalho de Couto como etnógrafo por terras da Índia, visitando os pagodes, falando com Brâmanes, traduzindo os Vedas, e reconhecendo a importância do sânscrito<sup>5</sup>. Contudo, não deixa de assinalar que

Faltaria ainda, para ser considerado em pleno conhecimento de causa, revelar aquilo que deve aos seus predecessores e controlar aquilo que nos ensina acerca das religiões asiáticas. Saibamos estar-lhe gratos, em todo o caso, por nos ter traçado um quadro severo da corrupção administrativa no *Soldado Prático*. Como Camões, ele viu o reverso da medalha (Le Gentil, 1995:73).

### Circunstâncias, coincidências e contemporâneos

Carlos Ascenso André em *Luz e Penumbra na Literatura Humanista dos Descobrimentos* oferece-nos uma reflexão sobre a função da Arte, neste caso, da literatura e do que ela não revela, do que ela não diz explicitamente, sem deixar contudo de nos interpelar como é o caso do misterioso e enigmático sorriso de Gioconda de Leonardo da Vinci, com que o ensaísta inicia e termina o seu estudo.

Quanto a si, a expansão portuguesa tem duas faces como uma moeda: por um lado, a literatura canta e enaltece a expansão, por outro lado,

---

<sup>5</sup> Segundo Maria Augusta Lima Cruz, a quem agradecemos desde já o esclarecimento, esta afirmação é hoje controversa, já que graças aos trabalhos de G. Schurhammer se viria a descobrir que a informação sobre pagodes, Brâmanes e Vedas foi buscá-la Couto a uma Relação do Estado da Índia, elaborada por Frei Agostinho de Azevedo, uma fonte que Couto viria a copiar textualmente.

desde muito cedo, adverte para as suas consequências nefastas. O espírito da epopeia vai-se desenhando na produção literária, como seja a glorificação do rei da “Lusitânia” e os seus feitos, exaltados por João Baptista Mantuano:

E já aí promoves a guerra: e, enquanto todos continuam sentados, || és o único a soltar tuas naus através das vagas do mar Oceano (André, 1992: 220)

No entanto, Carlos Ascenso André lembra que a corrente literária dominante “não se coibia de criticar a expansão, mais, porém, nas consequências do que nos fundamentos” (André, 1992: 253). Veja-se o testemunho de Sá de Miranda quando afirma que:

Não me temo de Castela  
donde guerra inda não soa,  
mas temo-me de Lisboa,  
que ó cheiro desta canela  
o reino nos despvoa.

Outras vozes alimentaram um caudal de críticas contra o abuso generalizado e que merecem ser aqui evocados. Desde logo, lembremos o excerto delicioso da *Década II* em que o João de Barros denuncia os anéis de diamantes e rubis que Afonso de Albuquerque enviava a Rui de Pina, que se perderam num naufrágio à saída de Malaca (1511).

...Mas parece, que permetio deos que estes liões de que elle fazia tanta conta pera memória de seus feitos por serem mudos, e os anées de diamães e robijes que elle mandáua a Ruy de Pina chronista mór deste reino como nós vimos em cártas que lhe elle escrevia, porque podiam ser suspectos nã lhe servissem pera a memória q elle desejáua de sy: mas que ficássem sumidos os liões nos baixos de Aru, e os anées nos esquecimento delle Ruy de Pina. [...] Porem porque os mórtos nam tem culpa, e aos que estam por vir póde ser que lhe seja feito mais accepto este meu trabálho que a muytos presentes, nam quero que Afonso Dalbuquerque perca os liões e a Ruy de Pina faça-lhe boa pról os seus anées (Barros, 1988:312-313).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Agradeço a lembrança desta informação a Ana Moás, bem como a sua gentileza e simpatia.

Da Índia chegavam à coroa portuguesa relatórios, documentos oficiais e cartas (por exemplo, as de D. João de Castro) onde não faltavam descrições realistas sobre os abusos de todo o género. Diogo de Teive a partir dessa documentação dá conta dos abusos cometidos na Índia pelos portugueses apelidando-os de “um pequeno bando de piratas que tinham invadido a região disfarçados de comerciantes” (André, 1992: 239).

Damião de Góis em *De bello Cambaico ultimo commentarii três*, Lovaina, 1549, acompanha a perspectiva realista de Teive sobre os massacres contra a população referindo que “não só em crianças e nos ventres de mulheres grávidas, como até nos animais, a fúria dos soldados enterrou as suas espadas” (André, 1992: 241).

### Luís de Camões

Eis-nos pois perante um quadro repleto de sombras, uma visão apocalíptica do império, que foi sendo denunciada através dos relatos nus e crus de cartas, da literatura, da poesia, do teatro, sendo que Camões e Couto foram testemunhas presenciais desses excessos.

E se por um lado, o Camões épico é quem mais canta os feitos do “peito ilustre lusitano” por outro lado, “Camões parece, às vezes, interrogar-se sobre a legitimidade de tão alto louvor. [...] uma sombra ofusca o brilho de tão altos merecimentos” (André, 1992: 233). São os custos dolorosos e nefastos que envolvem a construção de um grande império, a face negativa que corrói o caminho da glória, pois “O poder corrompe, a fama ofusca, a riqueza cega” (André, 1992: 233). Camões assim o cantou, assim o deu a ver no soneto “Cá nesta babilónia....”.<sup>7</sup>

Cá, neste labirinto, onde a Nobreza,  
O Valor e o Saber pedindo vão  
Às portas da Cobiça e da Vileza;

Cá, neste escuro caos de confusão,  
Cumprindo o curso estou da natureza.  
Vê se me esquecerei de ti, Sião!

---

<sup>7</sup> Ver gravura 4: Espectáculo *Camões - tanta guerra, tanto engano*, estreado em 1996 na Igreja do Convento dos Inglesinhos. Encenação de Silvina Pereira e produção do Teatro Maizum.

A Índia é para Camões o lugar da cobiça, do laxismo e da corrupção. Por entre *sonetos* e *redondilhas* retrata-se a degradação dos costumes e o desencanto do lírico. O bardo em o *Labirinto a queixar-se do mundo* diz-nos como este “Corre sem vela e sem leme”, em que os bons são castigados com tormentos e os maus premiados. Camões pícaro diverte-se com amigos nobres oferecendo-lhes um banquete de papel e tinta; Camões mortificado fala da Goa como Babilónia e das saudades de Sião. Na viva e saborosa *Carta da Índia*, além das novidades sobre as damas que a terra dá que mais faz acender as saudades das damas lisbonenses há espaço para Camões falar da “pura inveja” e para subscrever as palavras de Cipião Africano: *Ingrata pátria, non possidebis ossa mea*.<sup>8</sup> O prognóstico é frontal “Da terra vos sei dizer que é mãe de vilões ruins e madrastra de homens honrados” (Camões, 1956:245).

O lado negativo do retrato é traçado. Contestam-se os princípios de cobiça e ambição generalizada e, no final, o poeta diz-se cansado de cantar “a gente surda e endurecida”, envolvida somente,

no gosto da cobiça e na rudeza  
dũa austera, apagada e vil tristeza.  
(*Lusíadas*) 10. 145. 3.8

E como não havia, “Camões, homem e poeta, cantor e guerreiro, de traçar do seu tempo o retrato fiel, onde luz e sombra, glória e tristeza dão as mãos?” (André, 1992: 236). E o que é que tudo isto tem a ver com o Teatro, e com uma dramaturgia? Tem tudo. É porque essa voz de inquietação, dissídio, contradição, desconcerto, absurdo, transforma-se numa multiplicidade de vozes a gritar, e a contar sempre uma e a mesma história, interminavelmente. E essa história é a de um sujeito, personagem dramático por excelência, que ainda que cansado de desenganos do mundo, vai pedindo sempre, novos enganos à vida. Tudo poderia ter sido só literatura. Mas sabemos que não é. É vida vivida, “oxalá foram fábulas sonhadas”, lamenta o poeta surdamente.<sup>9</sup>

Na obra *Em torno de Diogo de Couto* (1985), nomeadamente em “Camões e Couto”, Coimbra Martins põe em colação, diversos passos das obras destas duas vozes da Índia, podendo verificar-se como essa comparação permite trazer à tona de água a leitura de Camões por parte de Diogo do

<sup>8</sup> Jorge Ferreira de Vasconcelos coloca a personagem Parasito a dizer a um dado momento que “por amor de Deus um Ingrata patria nec ossa mea habebis pera epitáfio da sepultura” (*Ulysippo*, 1618:258).

<sup>9</sup> Ver gravura 5; cf. nota 7.

Couto. O poeta e o cronista partilharam a circunstância do tempo e do lugar, do facto de ambos terem sido soldados na Índia, “vituperando defeitos – rudeza, descuido, ingratidão, cobiça – que um e outro consideravam característicos do carácter português ou da sua degradação” (Martins, 1985:9). Ao poeta a pátria madrastra deu-lhe agruras, a vida muito trabalho e a morte glória e fama.

### Jorge Ferreira de Vasconcelos

Porque esta passagem à Índia não é passar a Almada em barco de Cacilhas.  
(*Aulegrafia*, 1619:161)

Na *Comedia Eufrosina*, Jorge Ferreira de Vasconcelos põe na boca da alcoviteira Filtra a seguinte afirmação:

FILTRA – Somos soldados que saqueamos o mundo que enfim os há-de ficar; pior o leixaremos do que no-lo deixaram  
(*Eufrosina*, 1951: 43-44).

Na *Comedia Aulegrafia* mostra os custos:

ROCHA – A Índia dá-nos um rico, mata por ele cento e empobrece duzentos, e desta maneira tudo corre (*Aulegrafia*, 1619:14)

E quase no fim da comédia denuncia o perigo, a imoralidade generalizada, não prenunciando nada de bom para o futuro:

DINARDO – Todo esse mal nós mesmos no-lo fazemos, e as delícias de Persia destruíram Roma com guerras civis, e assi o fazem agora a nós com cobiças, e tiranias, e ódios, de que hei medo que venhamos ao ferro (*Aulegrafia*, 1619: f. 162v)

Lembra Jean Subirats que “Les prises de position de Zelotypo et de tous les autres personnages, galants et valets, que l’Inde fascine comme moyen d’enrichissement, ne seront jamais une justification morale et politique de l’expansion outre-mer” (Subirats, 1982:363).<sup>10</sup>

<sup>10</sup> É de assinalar que quer Jean Subirats como Carlos Ascenso André trabalharam alguns destes tópicos nas obras de Jorge Ferreira de Vasconcelos nos estudos que vimos citando.

Jorge Ferreira de Vasconcelos, cortesão, funcionário da corte e homem de gabinete, na linha de João de Barros, relaciona mercantilismo com decadência. O tema da cobiça, era apontada como a causa verdadeira da ruína do Império, como virá a ser feita por Camões e mais tarde por Couto.

O interesse privado prevalece face ao interesse público, a fraqueza e degenerescência sobrepõe-se, fazendo ruir a empresa. Veja-se a Carta de D. João de Castro escrita de Goa ao Infante D. Luís, 29 de Outubro de 1539.<sup>11</sup>

...eu tenho por muito certo que asy como os portugueses ganharam a Índia como valentes cavaleiros e os Índios a perderam como mercadores e fracos, assi no-la hão-de tornar a ganhar, como valentes soldados, perdendo o nos outros como cíveis chatins muito efeminados. (Castro, 1955:42)

E a cena da *Comedia Eufrosina* onde se encontra a famosa Carta da Índia, lida por Zelótipo à prima Sílvia de Sousa, da qual se pode ler este excerto:

Esta terra toda é muito boa, de grandes abastanças e riqueza. [...] E os nossos Portugueses que soíam ser mais temperados que os lacónios vivem cá mui desordenada e viciosamente, em tanto que dizem os naturais da terra que ganharam a Índia como cavaleiros esforçados e que a perderão como mercadores cobiçosos e viciosos. (*Eufrosina*, 1951: 122)<sup>12</sup>

A semelhança entre os dois textos é flagrante. Permite supor que Jorge Ferreira de Vasconcelos terá tido conhecimento da carta escrita por D.

<sup>11</sup> Lembremos que D. João de Castro (1500-1548) considerado um dos maiores vultos do Renascimento Português foi discípulo de Pedro Nunes e condiscípulo do Infante D. Luís. Escreveu o *Roteiro de Lisboa a Goa* em 1538. Expirou nos braços de S. Francisco Xavier. Quer o *Primeiro Cerco de Diu* (1538) mas sobretudo o *Segundo Cerco de Diu* (1546) contribuíram enormemente para a imagem de D. João de Castro que conheceu uma grande projecção, quer escrita (Jerónimo Corte-Real) quer visual (Tapeçarias de D. João de Castro), tanto em Portugal como na Europa.

<sup>12</sup> Ver gravura 6. Espectáculo *Comédia Eufrosina*, estreado em 1995 na Igreja do Convento dos Inglesinhos. Encenação de Silvina Pereira e produção do Teatro Maizum.

João de Castro em 1539, bem como doutros documentos oficiais, acesso facilitado por via do círculo de influências em que se movimentava o comediógrafo e a proximidade à Casa do Infante Dom Luís e ao malogrado príncipe Dom João a quem dedica o *Sagramor* (1554) e a *Comedia Eufrosina* (1555), antes mesmo de vir a ocupar funções no Armazém da Guiné e Índia.<sup>13</sup>

O facto de Jorge Ferreira de Vasconcelos datar a carta da Índia em “1536”, expedida de Goa, é de somenos importância, pois, antes de mais, trata-se aqui de uma verdade ficcionada, de uma narrativa de viagem feita por uma personagem, Troilos de Sousa, irmão de Sílvia de Sousa, ambos primos de Zelótipo, o amante de Eufrosina, descrevendo itinerários, esforços e perigos, desejos e saudades, ao serviço de uma ficção dramática, que embora absolutamente sustentada no tempo e nas circunstâncias vividas e presenciadas, não obrigam a um rigor de datas. Na realidade trata-se de uma combinação onde verdade histórica e ficção se entrecruzam.<sup>14</sup>

Lembremos que a *Eufrosina*, segundo Eugenio Asensio, foi escrita por volta de 1542-3, que circulou manuscrita cerca de uma década, sendo publicada em Coimbra em 1555, o mesmo ano em que Camões fazia representar o seu *Filodemo* em Goa que tantas afinidades tem a comédia *Eufrosina*.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Fruto de uma investigação de arquivo nos ANTT (Arquivos Nacionais da Torre do Tombo), foi possível documentar o percurso profissional de Jorge Ferreira de Vasconcelos. Exerceu os ofícios e cargos de moço de câmara do Infante D. Duarte (1540), moço de câmara de D. João III, escrivão do tesouro da casa real (1553-1563), Tesoureiro do Tesouro Real (1563-1575) e Tesoureiro do Armazém da Guiné e Índia (1580-1583), in Pereira, Silvina, *Tras a nevoa vem o sol – as comédias de Jorge Ferreira de Vasconcelos*, Tese de doutoramento, Estudos Artísticos (Estudos de Teatro), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

<sup>14</sup> Jean Subirats refere a propósito que a carta de D. João da Câmara poderia ter circulado manuscrita como era costume ao tempo. De qualquer modo, mostra de que forma o jovem comediógrafo terá ficado impressionando com esta passagem pois a cita na *Eufrosina* (Subirats, 1982:364).

<sup>15</sup> A relação intertextual entre a *Eufrosina*, o *Filodemo* e as *Cartas* de Camões, quer quanto à linguagem e ao estilo, quer quanto à situação dramática e à caracterização das personagens, tem sido assunto de reflexão por parte de estudiosos como Eugenio Asensio, António José Saraiva e Isabel Almeida. O reconhecimento da sintonia entre estes textos, pode ser comprovado *in loco*, aquando das encenações da *Comedia Eufrosina* (1995) e de *Camões – tanta guerra, tanto engano* (1996) como é referido no verbete “Jorge Ferreira de Vasconcelos”, no *Dicionário de Luís de Camões* (Pereira, 2011: 945-952).

Precisamente, em 1555, Diogo de Couto de 13 anos, andava por Lisboa chorando a morte do Infante Dom Luís, um círculo a que Jorge Ferreira de Vasconcelos estava ligado.<sup>16</sup>

Veja-se como na *Comedia Aulegrafia*, a personagem castelhana Agrimonte de Gúzman conta aos cortesãos Artur do Rego e Germínio Soares<sup>17</sup> ter vindo a Lisboa para procurar o Infante D. Luis “*cuja fama de magnanimo Principe, favorecedor de toda habilidad, buela por el mundo* (*Aulegrafia*, 1619: 71).

Coimbra Martins, na sua edição de *O Primeiro Soldado Prático* oferece através das inúmeras referências em nota de rodapé, uma aproximação exaustiva entre os textos da *Eufrosina*, *Aulegrafia* e *Ulysippo* e o texto de Diogo do Couto, uma aproximação a vários níveis, oferecendo o autor uma extensa lista de provérbios usados por Couto e que se encontram nas comédias de Jorge Ferreira de Vasconcelos.

Por exemplo, logo no início da sua introdução, Coimbra Martins assinala que a designação de “Soldado Prático” já se encontra na *Eufrosina*. “Na comédia *Eufrosina*, impressa em 1561,<sup>18</sup> acto 3, cena 2, fala 123, Cariófilo lança a Andrade” (Martins, 2001:13):

CARIÓFILO – “Ride-vos vós de mais soldado prático que eu!”  
(*Eufrosina*, 1951:84).

Igualmente, a mesma personagem (II Acto-cena 7.<sup>a</sup>) havia anteriormente referido que:

CARIÓFILO – os soldados práticos como ora eu, sei como  
alcanço valia com ãa mulher (*Eufrosina*, 1951:65).

<sup>16</sup> Lembramos a propósito Sylvie Deswarte em *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos*, em 1992, ao estudar a aproximação entre Francisco de Holanda e as figuras consideradas mais cultas da corte Portuguesa, o Infante D. Luís e a Infanta D. Maria, assinala a importância de ser estudada a relação entre o Infante D. Luís e Jorge Ferreira de Vasconcelos.

<sup>17</sup> “Jerónimo Soares” segundo o manuscrito “II 1519”, pertencente à Biblioteca do Conde Gondomar, e que se pode consultar na Real Biblioteca del Palácio. Vide, Pereira, Silvina, “La Aulegrafia, de Jorge Ferreira de Vasconcelos en la casa del sol”, em *Avisos* nº. 63 – revista digital da Real Biblioteca del Palacio, 2011.

<sup>18</sup> Lembremos que a edição *princeps* da *Eufrosina* é de 1555.



Na linha do trabalho desenvolvido por Coimbra Martins, no estudo *Camões e Couto* de 1985, poderá então não ser despropositado considerar Diogo do Couto como um leitor de Jorge Ferreira de Vasconcelos.

É um trabalho a realizar e que contará seguramente com a contribuição historiográfica já efectuada por Rui Manuel Loureiro em *A Biblioteca de Diogo do Couto*, de 1998, uma investigação sobre a cultura livresca do cronista, um estudo apresentado pelo próprio como “um instrumento de trabalho”, onde a “Numerosas fontes utilizadas por Diogo do Couto poderão ser, desde já, satisfatoriamente identificadas” (Loureiro, 1998:24), sabendo-se que o cronista nem sempre se preocupa em referenciar devidamente as fontes usadas, e que não está só neste procedimento, seja pelo facto do pressuposto tácito que o leitor ilustrado “deveria conhecer obrigatoriamente a origem da referência” (Loureiro, 1998:417), ou porque a noção de *imitatio* tinha ao tempo um espectro amplamente abrangente.

Duas figuras impõem-se ao nosso entendimento como representantes da cultura portuguesa, dois homens contemporâneos, o poeta Luís de Camões e o comediógrafo Jorge Ferreira de Vasconcelos. De um cabo, o “natureza terrível”, batendo com a cabeça nas paredes, maldizendo o absurdo da vida e da morte, do amor e do tempo, e do outro, o galante e elegante cortesão, de espírito agudo e fino, conhecer dos homens e mulheres do seu tempo que, pouco dado a lamentos, exprimiu com inteligência a inevitável derrota que nos espera a todos, cuja denúncia deve ser realizada dentro dos limites rigorosos da dignidade e da beleza.

E de reconhecer contudo que “nesta Babilónia” lusa do século XXI também faz alguma falta, para as matérias escandalosas que assolam todos os dias o país, os gritos de Diogo do Couto, a língua afiada, a acidez para vituperar os abusos de poder, as trapaças golpistas de determinados grupos. Deste modo, situações tristes como, por exemplo, a demolição da Casa de Almeida Garrett, pela acção de um governante atento apenas ao seu benefício pessoal, inclusive mudando leis, seria mais fortemente desmascarada na praça pública, e veríamos o crime e o castigo de um Ministro abusador.

### **O Soldado Prático enquanto dramaturgia e espectáculo**

Falemos então d’*O Soldado Prático* e de como a literatura e a epistolografia se podem constituir dramaturgia, guião de um espectáculo teatral. Vejamos uma sinopse possível.

Um velho soldado com experiência da Índia regressa à capital do Império ao fim de muitos anos para requerer os seus direitos, pelos serviços prestados ao rei. Desenvolve-se um diálogo com um fidalgo que fora governador na Índia e um despachador. Convocado a pronunciar-se sobre a experiência vivida, enumera e denuncia os muitos erros e atropelos que presenciou no Oriente. O tema central gira em torno da administração dolosa dos negócios da Índia, e da decadência anunciada e inexorável desse Império.

Quanto ao tema, designado no âmbito teatral por enredo, embora a desordenação e vaivém dos temas, é aliciante trabalhar o texto de Couto. A adaptação a teatro da obra *O Soldado Prático* é um desafio, primeiro porque nos permite conhecer o lado pragmático da expansão portuguesa e da ideologia, ou falta dela, que lhe está subjacente. Segundo, porque os temas e os vícios aqui apontados continuam a ser gritantemente intemporais: o nepotismo, a corrupção, a vaidade, o roubo, a prepotência e injustiças dos vice-reis e governadores, a que se junta a cobiça e a luxúria dos capitães. Repetindo, é pois um retrato do que fomos que nos é atirado ao rosto insistentemente.

Quanto à linguagem, Maria Augusta Lima Cruz refere em relação às *Décadas*, que o que a caracteriza é ser “uma escrita falada”, ou seja, suportada na memória do autor e na oralidade, dando a sensação de mais estarmos a “ouvi-lo do que a lê-lo” (Cruz, 1994:182).

Diz-nos Ana Maria García Martín que o diálogo era um género bem característico da prosa hispânica nos séculos XVI e XVII, versando várias matérias e fazendo confluír a herança clássica com o legado humanista. Prossegue lembrando que:

Se o diálogo servia para formar e informar, é esta última funcionalidade que se vislumbra n’*O Soldado Prático*: informar, aliando a experiência à erudição, sobre uma realidade que se interpreta em clave moral (García Martín, 2009:33-34)

O SOLDADO é uma espécie de alter-ego do autor e, em rigor, as outras duas personagens estão ali a dar-lhe réplica, de acordo com a sua verve fácil e caudalosa, transformando o diálogo frequentemente em monólogo. Verifica-se uma desproporção do discurso entre as personagens do diálogo, remetendo insistentemente mais do que para a matéria tratada, para a personagem de o Soldado que mais do que contracenar

para as outras personagens, fala sobretudo para si próprio. Poderemos dizer que, aparentemente, só muito a custo temos outras personagens além do SOLDADO.

E dizemos aparentemente porque o silêncio do FIDALGO e do DESPACHADOR dá que pensar, pois não deixa de traduzir-se em tensão dramática, em mal-estar, pelo que consente. Uma aquiescência perturbadora que remete paradoxalmente para uma contra-cena surda e expressivamente intensa que pode ser realçada em termos de espectáculo.

A personagem SOLDADO dramaticamente é forte. Coimbra Martins interrogando-se sobre o valor da obra, sobre ser ou não ser *O Soldado Prático* uma “obra-prima”, conclui, no entanto, que:

São gritos, protestos, queixas e denúncias, mais ou menos fundados, mais ou menos derivados do ressentimento, da angústia, das frustrações... Mas eloquentes e dramáticos (Martins, 1991:116).<sup>19</sup>

Efectivamente, a voz do soldado da Índia, pela insistência do grito, atinge níveis dramáticos por vezes patéticos. E quanto mais grita mais parece querer gritar. Que importa a razão, o comedimento, já que a injustiça é imensa e as gentes surdas. E isso sim é dramático, teatral.

Já se sabe que o SOLDADO, digo Couto, tem o gosto da verdade mas às vezes resvala, “tem o gosto da justiça, mesmo quando se engana quanto à justiça, e quando ele mesmo é o injusto” (Martins, 1991:106), mas a contradição, o conflito, a comoção estão lá e isso é dramático.

O SOLDADO ameaça, denuncia, adverte,

SOLDADO – E não queirais que fale mais; que me farei doudo, e andarei pedindo pelas ruas justiça contra quem tem a culpa de todas estas cousas (Couto, 1980:106).

---

<sup>19</sup> Como não lembrar ainda a propósito dos “trezentos gritos” de Couto, o poeta Ruy Cinatti (1915-1986), enlouquecido nas ruas da baixa de Lisboa a “gritar” pelo povo de Timor, abandonado e invadido pela Indonésia em Dezembro de 1975.

O SOLDADO ironiza,

SOLDADO – Há muitos anos que se não costuma buscar homens pera os cargos, senão cargos pera os homens. E quem os quiser, achá-lo-á” (Couto, 1980:63).

O SOLDADO exaspera-se, grita, clama e irrita-se, porque, se sente “a pregar no deserto”. Por isso, quando grita por justiça, impele-nos a gritar com ele. E isso também é drama. Também é teatro.

Para além da personagem SOLDADO, lembremos que do ponto de vista da situação dramática deparamo-nos com uma circunstância de tensão, um conflito latente, onde um soldado veterano reclama por despacho e justiça.

Por outro lado, nos tempos que correm, os temas são apelativos. Veja-se a primeira cena que trata do segredo da justiça. Identificamo-nos imediatamente com o texto, com a situação, pois o que aqui se dá conta é terra sobejamente conhecida.

Contudo, e aqui começam a surgir os problemas dramaturgicamente falando, a evolução da acção é inexistente, pois ao longo do diálogo as diferentes cenas mantêm a mesma situação dramática, o mesmo artifício retórico para fechar a cena e começar uma nova, através da entrada da personagem central.

O esquema repete-se, o SOLDADO fala, desabafa, insurge-se e as outras duas personagens do diálogo dão-lhe réplica, parecendo em certos momentos concordarem com ele, outras vezes apresentando uma perspectiva diferente.

Porém, várias razões contribuem para que o *Soldado Prático* pareça prestar-se a uma dramaturgia e encenação. É um diálogo, tem espaço e tempo definido, tem personagens, acção dramática, embora como atrás foi referido, essa acção seja repetitiva.

O convencional do teatro não acontece, porque não se verifica progressão dramática, porque o espaço não muda, o tempo varia mas não tem consequências na intriga. A acção dramática só existe nas histórias que o soldado conta. O espectáculo tem que inventar tudo, criar tudo.

Aonde poderá estar então o interesse do teatro por este diálogo d’*O Soldado Prático*? No que ouvimos gritantemente denunciar? No que

vemos como foi e continua a ser a forma de fazer e de estar de Portugal e dos portugueses? Na extraordinária tensão e sensação de abismo que parece oferecer a obra?

## O espectáculo

Aqui chegados poderemos especular um pouco sobre o que poderia ter sido o espectáculo *O Soldado Prático*.<sup>20</sup> Estaria estruturado em três ambientes diferentes, uma espécie de tríptico boshiano, simbólico e surreal.

No painel esquerdo, o primeiro momento que contemplaria a longa viagem dentro da nau, tendo como pano de fundo o itinerário da Carta da Índia na *Comedia Eufrosina*, os custos morais e físicos sofridos, a decepção e a saudade. Também os sonetos de Camões, a carta endereçada da Índia, o abaixamento do carácter, a desarmonia e o desconcerto do mundo. O Homem predador, lobo do próprio homem.

No painel central, o segundo momento, a voz do soldado prático: indignação, frustração e fúria. Contradições. Gritos de revolta. A voz da Índia a pregar no deserto.

No painel da direita, o terceiro momento, matérias velhas em tempos novos. O espelho da nossa contemporaneidade. A História e a Literatura portuguesas não já como memória, mas como presente e inverno do nosso descontentamento.

No palco estariam cinco actores. Três personagens do diálogo: um FIDALGO que fora governador da Índia por sucessão, um DESPACHADOR de Portugal e um SOLDADO velho, a ÍNDIA, personificada por uma figura feminina, atriz-bailarina, e uma personagem alegórica – o TEMPO, que no sentido camoniano, tudo degrada e corrompe.

O espectáculo *O Soldado prático*, seria uma criação artística interdisciplinar, abrangendo a representação, o canto, a dança e a multimédia. Uma abordagem fragmentada, cruzando no mesmo espectáculo várias disciplinas performativas num espaço cénico não convencional, para o

---

<sup>20</sup> A produção do espectáculo não veio a acontecer em 2016, como previsto, pela ausência de financiamento público que não permitiu a sua concretização tal como foi idealizado e anunciado.

qual o espectáculo foi projectado: O salão nobre do Mosteiro dos Jerónimos.<sup>21</sup>

Este foi o resultado do trabalho dramaturgico sobre *O Soldado Prático*, tendo-se chegado a uma redução do texto, uma versão cénica onde os temas e as histórias de Couto se tornam matéria teatral. Através da acção dramática em cena, matérias como o segredo de justiça, os golpes e os abusos generalizados, a corrupção e os esquemas dos corruptos estão prontos para poderem ser “ouvidos” e vistos pelo espectador de hoje.<sup>22</sup>

Concluindo: e se, falta no diálogo do *Soldado Prático* a densidade e tragicidade do eu, o que encontramos em Camões, ou personagens, acção, intriga, agudeza, elegância e graça que o teatro de Vasconcelos nos oferece, fica-nos contudo, através de Couto, uma espécie de grito primordial, que tanto pode ajustar-se à raiva e à impotência de ontem, como à do presente. A voz do soldado da Índia, é uma voz que ao longo da obra vai ficando cansada, repetitiva, como cansativo e repetitivo é o abuso dos governantes em fazer os seus amigos e parentes ricos à custa de muitos pobres, como repetitivos são os esquemas vários com que ministros e quejandos usam das leis em seu próprio benefício, como repetitivos são os simulacros de concursos viciados, seja a Cultura ou outros, como repetitiva é a distribuição de cargos, digo, lugares *pingues*, por amigos ou parentes, etc. Esta é uma história que se repete, um fado sobejamente conhecido.

E porque o abuso, o roubo, o favoritismo, a corrupção, a administração dolosa dos negócios da Índia, é uma matéria que continua na ordem do dia, valeria muito a pena ganharmos ouvintes e espectadores de hoje para a voz dramaticamente actual de Diogo de Couto. Sempre haveria maneira de melhor compreendermos o nosso presente, porque infelizmente como nos lembra Jorge Ferreira de Vasconcelos “onde força há, direito se perde”.

E porque cansa o entendimento falar destas matérias, retiremo-nos da cena, com a voz de Couto:

---

<sup>21</sup> Quero agradecer ao Dr. António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia, todo o empenho e entusiasmo com que recebeu a proposta de apresentar o espectáculo no salão do Museu.

<sup>22</sup> Ver gravuras 7, 8, 9 e 10. Leitura encenada apresentada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo a 15 de Dezembro de 2016. Direcção de Silvina Pereira e produção do Teatro Maizum.

SOLDADO – Não falo nisto mais, porque hei medo do céu; assim dou também fim a este discurso, e nós o façamos também a esta conversação, por ser já tarde; e as outras matérias ficarão para outro dia; e dêem-me Vossas Mercês licença pera me recolher (Couto, 1980:216).

*Post Scriptum.* Sempre será tempo, contudo, de lembrar e reconhecer a propósito, o trabalho e a figura de Reis Brasil. A sua dedicação e paixão pela literatura portuguesa, de Bernardim a Camões, proferidas nas longas conversas na pastelaria Bijou, ao Calhariz, não sabendo a minha juventude que inevitavelmente, o Tempo *ab abrupto* lhes poria fim. Saudades.

## Bibliografia

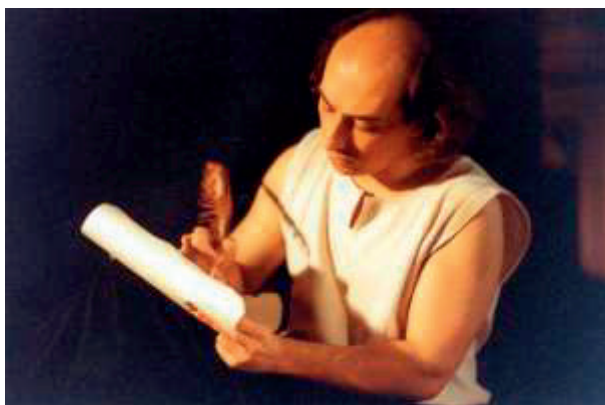
- André, Carlos Ascenso, *Luz e Penumbra na Literatura Humanista dos Descobrimentos*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, Coimbra, 1992.
- Barros, João de, *Ásia, Década II*, 4.<sup>a</sup> edição conforme a edição *princeps*, António Baião, Luís Lindley Cintra (eds.), IN-CM, Lisboa, 1988, pp. 312-313.
- Couto, Diogo do, *Décadas*, Selecção, prefácio e notas de António Baião, volume I, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1947.
- Couto, Diogo do, *O Soldado Prático*, texto restituído, prefácio e notas pelo Prof. Rodrigues Lapa, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1980.
- Couto, Diogo do, *O Primeiro Soldado Prático*, Introdução, ensaio de leitura, glosário e Índice onomástico de António Coimbra Martins, Ed. CNCDP, Lisboa, 2001.
- Couto, Diogo do, *O Soldado Prático*, edição de Ana Maria García Martín, Angelus Novus editora, Coimbra, 2009.
- Cruz, M. Augusta Lima, “As vozes da Índia nas Décadas da Ásia de diogo do Couto”, *Revista Oceanos*, CNCDP, nº 19/20, Set./Dez., Lisboa, 1994, pp. 182-188.
- Martins, A. Coimbra, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985.
- Martins, A. Coimbra, «História de Diogo do Couto e dos seus livros», in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 36, pp. 73-118, Imprensa de Coimbra, 1991.
- Martins, A. Coimbra, «Diogo do Couto», *Dicionário de História dos Descobrimentos*. Lisboa, Caminho/Círculo de Leitores, 1994.
- Castro, D. João de, *Cartas de D. João de Castro*, Coligidas e anotadas por Elaine Sanceau, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1955.
- Camões, Luís de, *Obras completas* com prefácio e notas do Prof. Hernâni cidade, volume III, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1956.
- Le Gentil, Georges, *La Littérature portugaise*, “La Renaissance: Découvertes”, Ed. Chandeigne, Paris, 1995.
- Loureiro, Rui Manuel, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, Instituto cultural de Macau, Lisboa, 1998.
- Pereira, Silvina, *Tras a nevoa vem o sol – as comédias de Jorge Ferreira de Vasconcelos*, Tese de doutoramento, Estudos Artísticos (Estudos de Teatro), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010. <http://hdl.handle.net/10451/6274>
- Pereira, Silvina, “La Aulegrafia, de Jorge Ferreira de Vasconcelos en la casa del sol”, em *Avisos* nº. 63 – revista digital da Real Biblioteca del Palacio, 2011.



- Pereira, Silvina, “Jorge Ferreira de Vasconcelos”, Verbete para o *Dicionário de Luís de Camões*, org. por Vitor Aguiar e Silva, Editorial Caminho, Lisboa, pp. 945-952, 2011.
- Subirats, Jean, *Jorge Ferreira de Vasconcelos - Visages de son oeuvre et de son temps*, tomo I e II, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1982.
- Vasconcellos, Jorge Ferreira de, *Comédia Eufrosina*, texto de la Edicion principe de 1555 com las variantes de 1561 y 1566. Edición, prólogo y notas de Eugenio Asensio. CSIC – Instituto Miguel de Cervantes. Madrid 1951.
- Vasconcellos, Jorge Ferreira de, *Comedia Ulysippo* de Jorge Ferreira de Vasconcellos. Nesta segunda impressão apurada, & correcta de algũs erros da primeira. Com todas as licenças necessárias. Em Lisboa: Na officina de Pedro Craesbeeck. Anno M.DCXVIII, 278 f.
- Vasconcellos, Jorge Ferreira de, *COMEDIA AULEGRAFIA* feita por Jorge Ferreira de Vasconcellos. Agora novamente impressa à custa de Dom Antonio de Noronha. Com todas as licenças necessárias. Em Lisboa. Por Pedro Craesbeeck. Anno 1619, 4, 186 f.



1. Júlio Martín.



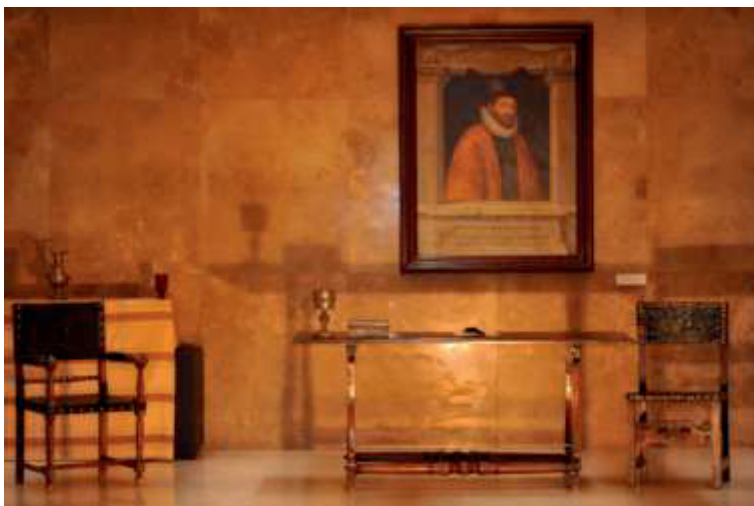
2. Júlio Martín e  
Augusto Portela



3. Silvina Pereira e  
Júlio Martín



#### 4. Leitura encenada d'*O Soldado Prático*



#### 5. Júlio Martín e Miguel Vasques



## 6. Júlio Martín, Miguel Vasques e João Ferrador



## 7. Júlio Martín, Miguel Vasques e João Ferrador







**Diogo do Couto** (1542-1616) foi um dos escritores mais prolíferos da sua época. Mais conhecido como autor de nove Décadas da Ásia, cobrindo cerca de 75 anos da história do império português oriental (1526-1600), ganhou ainda notoriedade como escritor político de intervenção, enquanto autor de dois diálogos protagonizados por um «soldado prático», verdadeiros libelos acusatórios dos desmandos do império asiático português. Foi ainda autor de peças de oratória, tratadista, biógrafo, narrador de naufrágios, e epistológrafo, tendo sido provavelmente um dos primeiros comentadores de *Os Lusíadas*. Como primeiro guarda-mor do tombo de Goa, teve a seu cargo a organização deste arquivo do Estado português da Índia.

A circunstância de se terem cumprido 400 anos sobre a morte de Diogo do Couto, ocorrida em Goa a 10 de dezembro de 1616, foi pretexto para a reunião de um conjunto de estudos sobre este autor e a sua obra.

